INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

UNIVERSIDADE NOVA
DE LISBOA

Práticas de democracia económica para outras urbanidades: O caso de duas cooperativas em Portugal e no Equador

Catarina Lopes Mateus

Doutoramento em Estudos Urbanos

Orientadores(as):
Doutora Maria de Fátima Ferreiro, Professora Catedrática
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Rui Aristides Lebre, Professor Auxiliar
Birmingham City University

Doutor Max Welch Guerra, Professor Catedrático
Bauhaus Universität Weimar

Dezembro, 2025

CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Práticas de democracia económica para outras urbanidades: O caso de duas cooperativas em Portugal e no Equador

Catarina Lopes Mateus

Doutoramento em Estudos Urbanos

Orientadores(as):
Doutora Maria de Fátima Ferreiro, Professora Catedrática
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Rui Aristides Lebre, Professor Auxiliar
Birmingham City University

Doutor Max Welch Guerra, Professor Catedrático
Bauhaus Universität Weimar

Dezembro, 2025

Práticas de democracia económica para outras urbanidades: O caso de duas cooperativas em Portugal e no Equador

Catarina Lopes Mateus

Doutoramento em Estudos Urbanos

Júri:

Doutora Maria Teresa Marques Madeira da Silva, Professora Associada com Agregação do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa (Presidente)

Doutora Luciane Lucas dos Santos, Investigadora da Universidade de Coimbra

Doutora Cristina Soares Ribeiro Gomes Cavaco, Professora Associada com Agregação da Universidade de Lisboa

Doutora Ana Margarida Fernandes Esteves, Investigadora Auxiliar do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Paulo Daniel da Silva Mendes, Professor Auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Doutor Iván Gerardo Peyré Tartaruga, Investigador Auxiliar da Universidade do Porto

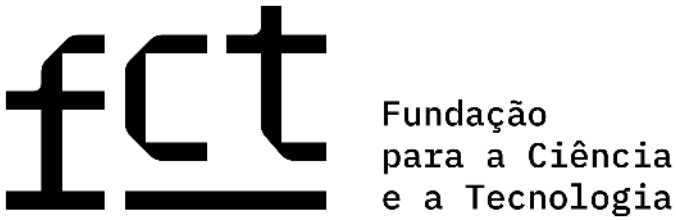
Doutrora Francesca Poggi, Investigadora da FCSH – Universidade Nova de Lisboa

Doutor Luís António Vicente Baptista, Professor Catedrático da FCSH – Universidade Nova de Lisboa

Doutora Maria de Fátima Palmeira Batista Ferreiro, Professora Catedrática do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2025

Esta investigação foi realizada com o apoio financeiro de uma Bolsa de Doutoramento Individual (UI/BD/15117/2021) atribuída pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).



A todas as pessoas que lutam para que neste mundo caibamos todos.

Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer aos meus orientadores, professores Maria de Fátima Ferreiro, Rui Aristides Lebre e Max Welch Guerra. À professora Maria de Fátima pelo apoio constante e por me saber guiar dando liberdade de pensar. Ao Rui pela troca de ideias sempre construtiva desde os primórdios do projeto, o apoio em momentos de crise e as referências que se tornaram basilares. Ao Max pelas conversas que abriram caminhos e pela motivação positiva.

Às pessoas da Minga e da Portada, que me receberam de braços abertos e com muita generosidade. Entre elas, agradeço particularmente às pessoas que estavam nas direções das duas cooperativas e às que me deram casa, que foram essenciais para poder integrar-me no lugar, nas cooperativas e sentir-me acompanhada durante o trabalho de campo. Ao André, Tânia, Isabel, Alex, Vanessa, Joanas e Li, Pascual, Nane, Gaspar, Ninal, Queñú, Pedro, Isa, Pacho, Maritza, Felipe e Alba. Esta tese só é possível porque há pessoas como eles a fazer este trabalho todos os dias.

Ao Gerardo Nicoletta, João Fialho, Bernardo Nunes, e, claro, ao Filipe Olival, que tornaram o trabalho de investigação muito menos solitário. Pela partilha de ideias, resultados e trabalhos conjuntos, que enriqueceram o argumento desta tese e abriram a cabeça a outras perspetivas. Neste sentido, quero agradecer também à Sarah Murru, Aurelién Berlan e Massimo De Angelis com quem convivi em conferências e cujas as conversas foram cruciais para a construção este trabalho.

À minha 'família', em particular à minha avó, mãe e Jorge, às amigas e ao João, que cuidaram de mim em momentos de crise, em que esta tese se viu abalada.

Por fim agradeço à Fundação para a Ciência e Tecnologia a bolsa de estudos UI/BD/15117/2021, que me permitiu dedicar tempo a esta investigação, ao Henrique que me ajudou a encontrar a bolsa, e ao meu centro de estudos Dinâmia'CET pela vontade de questionar as 'caixinhas' da especialização, e aceitarem receber investigações que abraçam o desafio da transdisciplinaridade.

Resumo

A urbanização já não é um fenómeno exclusivo das cidades, abarcando agora grande parte do planeta. O resultado é uma grande variedade de territórios, ainda que nem todos eles habitáveis. Entendendo o território como produto de relações sociais e, acima de tudo, político-económicas, este trabalho procura analisar casos de democracia económica em busca de outras urbanidades possíveis. Com esse objetivo foram estudadas duas cooperativas: a Cooperativa Integral Minga, em Montemor-o-Novo, Portugal, e a Cooperativa familiar de Poupança e Crédito Portada Bethania, localizada, maioritariamente, nos subúrbios de Quito, Equador. Para a sua análise é aplicada uma *comparação relacional*, que permite a interpretação destes casos locais em relação a uma *Urbanização* globalizada, identificando pontos de contacto e contaminações mútuas. Com base num trabalho de campo extenso de prática etnográfica, desenvolveu-se uma análise dos modelos económicos e de governança, e das práticas territoriais de cada caso.

Os resultados apontam para três princípios transversais aos vários âmbitos de análise: autonomia, solidariedade e democracia. A combinação destes três princípios permitiu a expansão da autonomia coletiva, assegurando que responde às necessidades de toda a comunidade. Transitando isto para o território observamos modelos (i) de expansão através de redes policêntricas, (ii) de desenvolvimento baseado no aumento da autonomia territorial, (iii) de propriedade que visa a coletivização de privilégios, e (iv) de relação com a natureza baseado na regeneração. Estes fenómenos têm lugar no interior do próprio modelo urbano neoliberal, numa permanente negociação entre dependência e codependência, para a construção de urbanidades mais inclusivas e ambientalmente sustentáveis.

Palavras-chave: democracia económica; economia solidária; outras urbanidades; comparação relacional; autonomia coletiva; cooperativas.

Abstract

Urbanisation is no longer exclusive to cities, now encompassing much of the planet. The result is a wide variety of territories, although not all of them are inhabitable. Understanding the territory as a product of social and, above all, political-economic relations, this work seeks to analyse cases of economic democracy in search of other possible urbanities. Visioning this, we study two cooperatives: Integral Cooperative Minga, in Montemor-o-Novo, Portugal, and Family Saving and Credits Cooperative Portada Bethania, mainly located in the suburbs of Quito, Equador. The application of a relational comparison enables the interpretation of these local cases in relation to globalised urbanisation, and the identification of points of contact and mutual influences. Based on extensive fieldwork using ethnographic methods, we developed an analysis of the economic and governance models as well as territorial practices of each case study.

Results point to three principles that cut across the different areas of analysis: autonomy, solidarity, and democracy. The combination of these three principles allowed for the expansion of collective autonomy, ensuring that it responds to the needs of the entire community. Translating this to the territory, we observe models of (i) expansion through polycentric networks, (ii) development based on territorial autonomy growth, (iii) property by the collectivisation of privileges, and (iv) relation with nature based on regeneration. These phenomena occur within the neoliberal urban model itself, in a permanent negotiation between dependence and co-dependence, for the construction of more inclusive and environmentally sustainable urbanities.

Keywords: economic democracy; solidarity economy; other urbanities; relational comparison; collective autonomy; cooperatives.

Índice

Agradecimentos i

Resumo iii

Abstract v

Capítulo 1. Introdução 1

Capítulo 2. Revisão da Literatura 5

2.1. Da Urbanização Total à Urbanização Planetária 7

2.1.1. A Produção do Espaço e a Urbanização Total 7

2.1.2. A urbanidade sob a globalização neoliberal 10

2.1.3. Os lugares do urbano 14

2.1.4. As brechas da urbanidade 24

2.2. Modelos económicos alternativos 26

2.3.1. Economias Comunitárias 26

2.3.2. Economias Ecossociais 32

2.3.3. Agendas comuns e ações conjuntas 40

2.4. Lentes Epistemológicas 43

2.5. Conclusões 44

Capítulo 3. Metodologia 47

3.1. Definição do objeto epistemológico 47

3.2. Seleção dos casos de estudo 48

3.3. Etnografias de cooperação 49

3.1.1. Trabalho de campo na Cooperativa Integral Minga 52

3.1.2. Trabalho de campo na Cooperativa Portada Bethania 54

3.1.3. Dificuldades e desafios 56

Capítulo 4. Casos de estudo 59

4.1. Introdução 59

4.2. Cooperativa Integral Minga 60

4.2.1. Contextualização 60
4.2.2. Modelo económico da integralidade 79
4.2.3. Modelo de autogestão cooperativo 102
4.2.4. Neorruralidade: a reinvenção da vida no campo 116
4.3. A Cooperativa de Poupança e Crédito Portada Bethania 137
4.3.1. Contextualização 137
4.3.2. Modelo económico da solidariedade 153
4.3.3. Modelo de autogestão popular e solidário 182
4.3.4. De *amenity migrants* à autonomia solidária 197

Capítulo 5. Discussão 221
5.1. Introdução 221
5.2. Comparação económica 221
5.2.2. Autonomia como resposta ao neoliberalismo 222
5.2.3. De uma economia de competição a uma economia de solidariedade 225
5.2.4. Democratização da economia 227
5.2.5. Limites e expansões 228
5.3. Comparação território 232
5.3.1. Autonomia, solidariedade e direito à cidade 233
5.3.2. Territórios democráticos 236
5.3.3. Pontos de contacto e relações de dependência 253

Capítulo 6. Conclusões 259

Referências Bibliográficas 265
Fontes 275

Anexos 277
Anexo A: Inquérito Minga 277
Anexo B: Entrevista Vereador CM Montemor-o-Novo 299
Anexo C: CICS – Resumo do projeto 309
Anexo D: História da Portada – Resumo Executivo 318

Anexo E: Estatutos Portada Bethania 325

CAPÍTULO 1

Introdução

Em 2015 um grupo de jovens ex-emigrantes portugueses decide mudar-se para Montemor-o-Novo e criar uma cooperativa integral para responder à precariedade laboral e habitacional com que se deparava, fruto da Grande Recessão de 2007-8. Anos antes, em 2003, no pós-crise financeira e bancária de 1999 no Equador, uma família nos subúrbios de Quito, decide criar uma cooperativa de poupança e crédito para responder à dependência de créditos bancários em que vários membros da família se encontravam. Estes dois acontecimentos, sem ligação aparente, são ambos retratos de práticas sociais que surgem como resistência a cenários de crise, seguindo tendências emergentes de economia social e solidária. Nesta investigação procura-se entender os modos de produção do território que resultam da aplicação de modelos económicos alternativos como os destas cooperativas.

A urbanidade, aqui entendida como a territorialização do modelo económico capitalista (Lefebvre, 1970), adquire, nas últimas décadas a conotação de espacialização do capitalismo neoliberal globalizado, dando origem a uma *Urbanização Planetária* (Brenner & Schmid, 2014). A construção de infraestruturas de transporte subterrâneas, a plantação de olival superintensivo, a edificação de casas-museu "sem propósito"[1] ou de condomínios fechados em terrenos comunais. Todos estes são exemplos retirados das realidades onde se inserem os casos de estudo, e que ilustram como este modelo de urbanidade está presente em grande parte do território. Isto significa que o estudo do *Urbano* não se deve restringir apenas à cidade, mas sim, englobar as várias formas de urbanidade resultante da expansão deste modo de vida a outros territórios. Neste trabalho analisamos quatro formas de urbanidade, procurando entender quais os modos de produção de território que estas representam. As mega-cidades-região, os territórios competitivos, os *guetos* elitistas e as zonas de sacrifício, são assim entendidas como modelos de expansão, de desenvolvimento, de propriedade e de relação com a Natureza, respetivamente.

O resultado destes modos de produção de urbanidade tem sido a expropriação de bens essenciais, convertendo-os em meios de produção para atividades lucrativas, a precarização da vida pela dificuldade de acesso a estes bens e o aumento de desastres ecológicos à escala mundial. No entanto, é também neste cenário que surgem práticas espaciais que fazem frente a

[1]Alusão ao edifício construído pelo artista Ai Wei Wei em Montemor-o-Novo (Tecedeiro, 2024).

este mesmo modelo de urbanização, criando estratégias de autonomia, cooperação, solidariedade e autogestão.

As políticas neoliberais que têm contribuído para agravar esta situação, colocam o Estado a cooperar com o Mercado na construção de urbanidades exclusivas, que deixam atrás de si um rasto de *ruínas*. A resposta, desde a sociedade civil, tem sido a de juntar-se em coletivos e comunidades, lutando por economias e sociedades mais igualitárias, inclusivas e sustentáveis. Para entender estas alternativas, analisamos economias com foco no desenvolvimento comunitário local, tais como as Economias Sociais, Solidárias e os Comuns; bem como economias ecossociais que partem de uma crítica à insustentabilidade ambiental do modelo económico capitalista, tais como *Buen Vivir*, Decrescimento e Agroecologia.

Apoiando-se no entendimento do território enquanto produto social (Lefebvre, 1991), esta investigação coloca a hipótese de que diferentes modelos económicos dão origem a diferentes formas de gestão e ocupação do território. Neste sentido, analisaram-se duas cooperativas, a *Cooperativa Integral Minga* em Portugal e a cooperativa familiar de poupança e crédito *Portada Bethania* no Equador, descrevendo os modelos económicos e de governança que estas prefiguram. Em seguida avançou-se com a análise de como estes modelos são espacializados em dinâmicas territoriais concretas, visando responder a problemas que, ainda que locais, são transversais a muitos territórios. Com esta análise procura-se contribuir para pensar outras formas de urbanização e de desenvolvimento territorial, bem como informar outras práticas prefigurativas, nomeadamente no que diz respeito à criação de ferramentas para a autonomia, solidariedade e democracia económica.

Uma comparação direta entre dois casos de estudo díspares e geograficamente distantes poderia reduzir-se à identificação de diferenças que, mais do que intrínsecas aos próprios casos de estudo, seriam reflexo das distintas realidades e contextos políticos, económicos e territoriais onde estes se inserem. Assim, recorremos ao método de *Comparação Relacional* de Hart (2018). Esta teoria parte do questionamento da ideia da globalização como força unidirecional, entendendo os processos locais e globais como interdependentes. Este tipo de comparação defende que, para entender casos particulares dentro de totalidades maiores, devem-se analisar as relações estabelecidas entre práticas locais e dinâmicas globais, e não as características de cada dinâmica em si mesma.

A prática etnográfica converteu-se na principal ferramenta de recolha de dados, facilitando a análise destas práticas com todas as complexidades que lhe são inerentes, bem como um entendimento mais amplo das redes de cooperação e interdependência que estas estabelecem e que extravasam a escala local. Neste sentido, optou-se por um trabalho de campo extenso, de

observação participante, entrevistas e questionários, assim como de partilha de quotidianos com membros das cooperativas.

Ao visar sistemas económicos cujo principal objetivo é a melhoria das condições de vida dos seus membros, estas cooperativa criam ferramentas que permitem aumentar a autonomia do coletivo frente a situações de precariedade. Ao longo desta tese iremos analisar estas práticas económicas, de governança e de apropriação do território, as suas estratégias de ação, os seus pontos de choque com dinâmicas externas e as suas limitações. Os resultados desta análise apontam para três princípios que estão presentes tanto no modelo económico e de governança praticado por estas cooperativas como nas próprias formas de habitar o território. São estes a autonomia, a solidariedade e a democratização.

Quando vemos estes princípios à luz das características da *Urbanização Planetária* vemos que estas cooperativas sugerem *outros modos de produção do espaço*. Encontramos um modelo de expansão baseado na multiplicação de centralidades e pela sua ligação em rede, um modelo de desenvolvimento centrado na busca pela autonomia local, um modelo de propriedade que procura a comunalização do acesso a este bem, e um entendimento da Natureza como agente ativo no processo de (co)produção, adotando uma visão regenerativa do ambiente.

Com esta análise, não se pretende defender que estes diferentes modelos de organização territorial estão desligados das dinâmicas intrínsecas à *Urbanização Planetária*, nem que negam totalmente um sistema capitalista neoliberal de acumulação e privatização de bens e serviços. Poderíamos inclusive discutir se estes não se tratam também eles de dinâmicas de privatização coletiva à escala local. Ainda assim, o facto de identificar dinâmicas que procuram desenhar outras formas de habitar e de pensar a economia territorializada, faz com que esta tese possa abrir portas a futuras investigações sobre outros paradigmas económicos e os seus impactos espaciais, bem como à possível integração de algumas destas propostas em planos de desenvolvimento territorial institucionais.

O presente trabalho está organizado em seis capítulos. Neste capítulo de introdução foram enunciados os principais conceitos que serão discutidos e operacionalizados na investigação. No segundo capítulo é apresentada a revisão de literatura, enquadrando o tema da investigação no âmbito dos debates dos Estudos Urbanos. Entre as teorias apresentadas, deve destacar-se a *Urbanização Planetária* de Brenner e Schmid (2014) e a *Comparação Relacional* de Hart (2018), mencionados anteriormente, que ajudam a desenhar as lentes de análise dos casos de estudo; bem como as teorias económicas comunitárias (Economia Social e Solidária e Comuns) e ecossociais (*Buen Vivir*, Decrescimento e Agroecologia), que enquadram a atividade das cooperativas que configuram os casos de estudo. O terceiro capítulo apresenta a metodologia

usada na investigação, onde é explicado o processo de seleção dos casos de estudo e detalhado o trabalho de campo em cada um destes. O quarto capítulo apresenta os casos de estudo, começando pelo contexto em que se insere cada cooperativa, e passando à análise do modelo económico, modelo de governança e práticas espaciais de cada uma. No quinto capítulo avança-se com a comparação dos casos de estudo, primeiramente relacionando os modelos económicos das cooperativas com o modelo capitalista e depois com a comparação entre as dinâmicas territoriais praticadas pelas cooperativas e a *Urbanização Planetária*, tal como caracterizada no capítulo dois. Finalmente, o último capítulo é dedicado às conclusões e ao apontar de linhas de investigação futuras que possam advir deste trabalho.

CAPÍTULO 2

Revisão da Literatura

O objetivo desta secção é definir o enquadramento teórico com o qual se vão abordar *outras urbanidades*. Isto passa pelo desenho de lentes epistemológicas que permitam (i) definir o que cabe dentro do conceito de urbanidade e onde começam as outras urbanidades, (ii) entender que contribuição para o território podem ter estas práticas de outras urbanidades. Neste sentido, Lefebvre, filósofo francês do século XX, oferece ferramentas que se tornaram referência para a definição do urbano, e que permitem o entendimento de práticas insurgentes ou marginais como parte da construção do território, e da própria urbanidade. O pensamento de Lefebvre (1991) enquadra-se na linha marxista de análise do território, e defende que este deve ser entendido não como ambiente físico contentor de vida, mas sim como produto da atividade humana e das relações sociais que a caracterizam. Para entender o território é necessário olhar para as diversas forças que agora e no passado, interagem, se contrapõem, cooperam e lutam pela produção de territórios que as representem e potenciem as suas formas de vida. O presente trabalho parte deste entendimento do território para desenvolver um quadro teórico que procura interpretar práticas insurgentes de apropriação do espaço urbano produzido pelo capitalismo neoliberal.

Lefebvre foi um dos primeiros autores a articular cidade e capitalismo moderno na sua teoria de *Urbanização Total* (1970). Escrita há mais de 50 anos, esta tese defende a urbanização não como objeto contido num determinado tipo de território, como seria a cidade, mas como um processo que resulta da expansão do capitalismo moderno a várias geografias, escalas e vivências que, inexoravelmente influenciaria a existência humana na sua totalidade. A partir dos anos 2000 e com a expansão do neoliberalismo a nível mundial, vários autores têm revisitado esta tese, reinventando-a para enfrentar as novas realidades deste modelo capitalista, agora globalizado. De particular importância para este trabalho, urge salientar a tese da *Urbanização Planetária* de Brenner e Schmid (2014) que identifica a hegemonia histórica do neoliberalismo como uma nova fase de desigualdades sociais à escala mundial. De acordo com os autores, esta mais recente versão do capitalismo conduz à "instrumentalização e operacionalização [do planeta] para servir o desejo voraz de crescimento industrial capitalista" (Brenner, 2014b, p. 14, tradução da autora).

São vários os autores que, nesta linha de pensamento lefebvriana, têm alertado para as desigualdades espaciais e redução de participação civil resultantes da globalização da divisão

do trabalho em que assenta esta forma de produção do território (Soja & Kanai, 2014). Mas também desde áreas do conhecimento como a Ecologia Política Urbana, a Antropologia Multi-espécies, e os Estudos Camponeses e Rurais têm surgido várias chamadas de atenção para o impacto ecológico desta *Urbanização Planetária*. Vemos, portanto, que este alerta tem vindo a ser lançado de vários quadrantes e apoiado num crescente reconhecimento que os modos de produção do território atualmente predominantes exigem um alto nível de consumo de recursos, ameaçando a própria reprodução destes e resultando na criação de *ruínas*, isto é, espaços desocupados de vida, que passam a estar estritamente destinados à produção de bens comerciais (Tsing, 2015).

A globalização do fenómeno urbano regido por princípios capitalistas é, no entanto, também apontada como oportunidade para a "apropriação democrática e autogestão do espaço em todas as escalas" (Brenner, 2014b, p. 18, tradução da autora), isto é, para o despontar de práticas de resistência a esta tendência hegemónica. Se a principal força dominante na produção do espaço, atualmente, é o capitalismo neoliberal, para procurar práticas de resistência teremos de olhar para modelos económicos que se coloquem como alternativos a este modelo dominante. Falamos de práticas económicas auto-organizadas que partem de críticas a uma economia focada no crescimento económico, dependente de práticas extractivistas, e uma democracia com pouca representação popular e pouco participada, propondo, ao invés, o desenvolvimento de estratégias para a autonomia coletiva, baseadas em valores comuns de solidariedade, cooperação e ecologia.

Rejeitando a hegemonia de uma única forma de vida, estas resistências emergem da própria *Urbanização Planetária*, sendo impossível desligá-las do funcionamento da economia globalizada e dos vários estados que a suportam. Entender esta relação local/global implica não só entender as forças globalizantes que procuram integrar práticas insurgentes nas lógicas já estabelecidas de produção, reprodução e governança do território, mas também como estas práticas podem provocar alterações e reformas em processos globalizados, ou como o local pode ser um veículo para mudanças globais. Neste sentido tomamos como base o trabalho de Hart (2018; 2002) sobre a teoria das *Múltiplas Trajetórias*, que permite perceber o local como agente ativo na criação e reprodução de dinâmicas de escala global, defendendo a agência de ações locais na conformação (e deformação) de dinâmicas globais impostas. O presente trabalho é, na sua essência, uma investigação de experiências locais como espelhos críticos de fenómenos globais, com o objetivo de informar modos de produzir território mais democráticos, socialmente igualitários e sustentáveis.

Nesta secção serão apresentadas em detalhe as linhas de pensamento que servem de enquadramento teórico à investigação. Da teoria da *Produção do Espaço* (Lefebvre, 1991) passando pela caracterização da *Urbanização Planetária* (Brenner & Schmid, 2014) e pela apresentação de várias teorias de modelos económicos alternativos, até à teoria das *Múltiplas Trajetórias* e da *Comparação Relacional* (Hart, 2018; 2002) procuraremos estabelecer um quadro analítico que permita enquadrar esta investigação sobre outras urbanidades dentro das discussões atuais nos Estudos Urbanos.

2.1. Da Urbanização Total à Urbanização Planetária

2.1.1. A Produção do Espaço e a Urbanização Total

Para Lefebvre falar de espaço é necessariamente falar das relações que o compõem, o dominam, que dele se apropriam e que, finalmente, o transformam. A este espaço Lefebvre denomina de espaço social:

> A forma do espaço social é o encontro, reunião, simultaneidade. Mas o que reúne, ou o que é reunido? A resposta é: tudo no espaço, tudo o que é produzido tanto pela natureza ou pela sociedade, tanto pela sua cooperação como pelo conflito entre eles. Tudo: seres vivos, coisas, objetos, trabalhos, sinais e símbolos. (Lefebvre, 1991, p. 101)

Esta conceção vem romper com a visão predominante durante o século XIX e primeira metade do século XX, que tendia a ver a cidade como uma realidade objetal e material, reduzindo a procura de soluções para os problemas sociais do território à procura da "forma espacial correta" (Harvey, 2014, pp. 62, tradução da autora). Em vez disso, a ideia de espaço social permite pensar na possibilidade de transformar o território não só através de intervenções físicas, mas também através de discursos, representações e da interação com o espaço (práticas): "a utilização do terreno, a forma e função das suas implementações, os fluxos de pessoas, produtos e energia" (Nel-lo, 2018, p. 90). Neste sentido, Lefebvre (1991) identifica três agentes de produção do espaço: *representações do espaço*, *espaços de representação* e *práticas espaciais*. Analisemos cada um destes em detalhe.

As *representações do espaço* estão associadas à ordem racional e ao planeamento tecnocrata impostos por Estados, que, segundo o autor, limitam a possibilidade de outras interpretações e homogeneízam a forma de habitar o território. Nos interstícios destas espacialidades impostas, emergem os *espaços de representação*. Ligados ao "lado clandestino

e subterrâneo da vida social" (*ibidem*, p. 33) são tentativas de apropriação do território e de procurar ter uma voz ativa, contrariando a visão hegemónica das *representações do espaço*. Finalmente, por *práticas espaciais* o autor entende todas as ações que, no espaço, o vivenciam, o ocupam e que, de alguma forma, são a manifestação das duas forças anteriores. O espaço percebido resulta do conflito entre práticas normativas, que seguem ordens e códigos impostos, e práticas subversivas e transgressivas que atuam, frequentemente, a partir de baixo (Harvey, 2014). Entre movimentos de integração forçada/expropriação e de fuga/resistência, vão-se construindo práticas que, sem necessidade de mudar fisicamente o espaço, mudam a maneira como este é vivido, o seu significado e o seu papel na reversão, contestação ou consolidação de diferentes interesses sociais.

Para Lefebvre, as *representações do espaço* resultavam, principalmente, de planos, programas e ordenamentos estatais, fundamentados em conhecimento de especialistas e técnicos, que servem o poder político e a produção material do Estado. Uma análise profunda do resultado desta produção racional dirigida por especialistas pode ser encontrada numa outra obra de Lefebvre (1970), onde o autor defende que há uma tendência generalizada à urbanização de todo o território. Para Lefebvre, a urbanização é entendida não como o processo de expansão físico das cidades ou das infraestruturas da cidade, embora este seja uma das suas manifestações, mas sim como a expansão do *modo de vida urbano*. Este entendimento da urbanização reflete uma conceção do espaço como produto social e não apenas como um produto físico. Lefebvre descreve o modo de vida urbano como uma sociedade (i) industrializada, (ii) com foco no crescimento económico, e (iii) com tendência à concentração populacional. Por conseguinte, poderíamos dizer que Lefebvre identificava o capitalismo industrial como principal motor da urbanização, posto em prática por políticas estatais, apoiadas em técnicos e especialistas que promoviam este modelo como principal caminho para o progresso da organização territorial.

Se considerarmos as *representações do espaço* como produto do capitalismo industrial, podemos dizer que os *espaços de representação* são tudo o que surge nos interstícios deste modelo económico dominante. Isto é, as ações, discursos e lutas que procuram apropriar-se do território de formas que contrariam um habitar baseado no 'consumo' de um espaço pré-determinado por lógicas do capitalismo industrial. Isto implica uma agencia sobre o território, ou seja, uma reclamação do direito tanto à possibilidade de o habitar de diferentes formas, como de participar no seu planeamento.

As *práticas espaciais* seriam, então, todas as ações que materializam os diferentes modos de ocupação do território. São os lugares de disputa, onde a própria vivência do espaço transforma a forma como este é entendido e gerido.

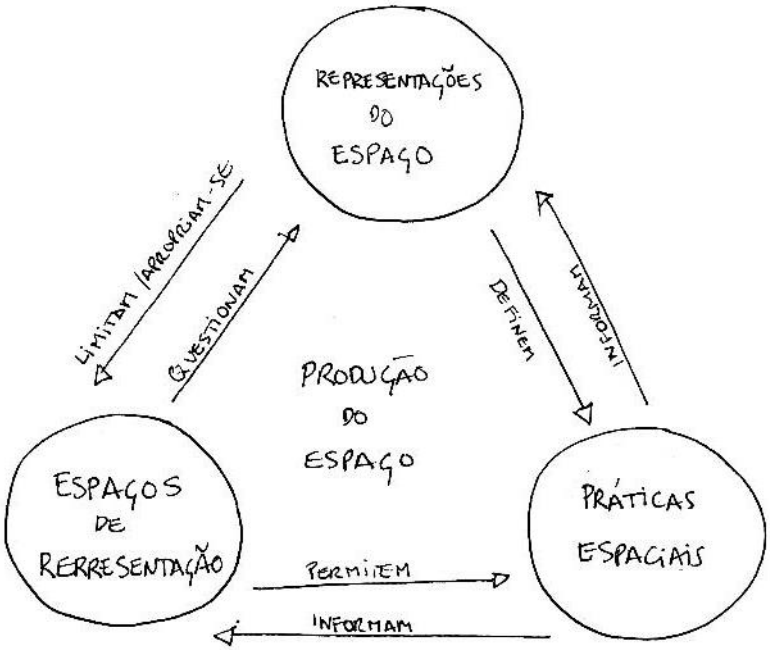


Figura 2.1 Esquema interpretativo da Produção do Espaço. Fonte: elaborado da autora.

Na figura 2.1, que esquematiza as relações que se estabelecem entre os três agentes de produção do espaço, pode-se observar como estas categorias não são estáticas. Enquanto que as *representações do espaço* pretendem delimitar as *práticas espaciais*, os *espaços de representação* usam estas mesmas práticas para diversificar os modos de habitar possíveis. Por outro lado, as próprias práticas podem reforçar o poder dos agentes de gestão do espaço, ou dar mais poder de agência a *espaços de representação*. Simultaneamente, podem dar-se processos de apropriação em que *espaços de representação* se convertem em *representações do espaço*, podendo sofrer alterações ao ser institucionalizados.

Este entendimento do espaço como produto social reconhece a agência que vários atores (e não só os agentes de poder) podem ter no desenho, planeamento e vivência do território. Isto abre possibilidades a pensar noutras formas de alterar e intervir no território que não só através do típico planeamento territorial dos planos de desenvolvimento, *masterplans* e outros instrumentos normativos, reconhecendo o impacto que práticas espaciais anti-hegemónicas podem ter na configuração do território e na forma como este é habitado.

2.1.2. A urbanidade sob a globalização neoliberal

Desde o início do novo século que a tendência para a urbanização da população mundial tem sido notória, comprovando a tese de Lefebvre (1970). De acordo com o *Relatório Mundial das Cidades* de 2022 da Organização para as Nações Unidas (ONU) a população mundial é já 54% urbana, sendo que se prevê que chegue a 68% em 2050 (ONU, 2022). A própria definição de 'população urbana' pode ter várias interpretações, uma vez que o 'urbano' tem diferentes conotações de acordo com o contexto territorial de cada país. Por exemplo, o valor de 54% toma em conta a definição de 'urbano' usada em cada país. No entanto, quando se considera unicamente a população que reside em cidades, este valor desce para 48%, sendo que, quando se inclui a população residente em pequenas cidades e zonas semidensas, esta percentagem chega a atingir os 78% da população mundial.

Independentemente do valor que consideremos, estas estatísticas parecem apontar para a expansão do urbano através do aumento populacional nas cidades. No entanto, com o trabalho de Lefebvre, vimos como a urbanização não se resume à expansão das cidades, implicando também a proliferação do modo de vida urbano. Nos anos 70 este modo de vida estava associado à industrialização, crescimento económico e concentração de população. E atualmente? Nesta secção procuramos caracterizar a *Urbanização Planetária*, identificando as condições que levam à expansão do fenómeno urbano a todo o planeta, apontando as tendências que estão na sua base e os tipos de território que resultam desta.

Se em 1970 Lefebvre já identificava uma tendência para a internacionalização do capital económico, nos últimos anos temos assistido à globalização do capital financeiro. A economia do século XXI gira em torno de um tipo de capital que se caracteriza por ser dissociável do território e por ter um valor independente da produção de riqueza, baseado maioritariamente em especulação financeira (Harvey, 2014; Soja & Kanai, 2014; Van der Ploeg, 2008). A volatilidade e flexibilidade do capital financeiro não poderiam em si mesmas globalizá-lo sem que tivessem existido as condições tecnológicas que o permitissem. Pegando na ideia de Marx da "aniquilação do espaço pelo tempo", Harvey (2014, p. 56, tradução da autora) defende que o ultrapassar de barreiras e limitações do espaço, através da produção de meios de transporte e de comunicação que reduzem distâncias espaciais, foi o veículo necessário para a instauração global de uma agenda baseada na acumulação de capital. Estes novos veículos e canais de comunicação não servem apenas para transportar capital financeiro, mas também outros tipos de capital (humano, mercantil, cultural...) contribuindo para a globalização do trabalho, da cultura (Soja & Kanai, 2014), e, portanto, de modos de vida. Vários autores partilham esta visão, defendendo que a revolução nos meios de comunicação e informação quebra com os

limites entre o rural e o urbano, estendendo o modo de vida urbano a outros territórios que não a cidade (Angelo & Wachsmuth, 2014), e levando à reconfiguração dos limites da cidade, tornando claras as várias teias locais e globais que a definem (Angelo & Wachsmuth, 2014; Soja & Kanai, 2014).

A expansão do capital financeiro e a globalização do trabalho e da cultura através das novas tecnologias foram ainda facilitados por contextos políticos que lhes conferiram poder para tal. Este é o caso da política neoliberal que se baseia na desregulamentação das forças do mercado e redução do papel do Estado Social na provisão de bens e serviços necessários à vida dos seus cidadãos, passando o Estado a ser um agente de facilitação da privatização de serviços públicos (Drago, 2021). A partir dos anos 1990 este tipo de políticas ganha preponderância entre as democracias ocidentais, inculcando princípios de inovação e flexibilidade em âmbitos anteriormente guiados por princípios de solidariedade e apoio social, no sentido de potenciar a competitividade nacional e atrair investimento (Davies & Gane, 2021). Este tipo de políticas, quando transitado para uma escala global, significa a implementação, a nível local e nacional, de medidas e programas definidos por organismos internacionais reguladores do Mercado como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), instituições tecnocráticas para-estatais que visam frequentemente estimular políticas de liberalização, desregulamentação e descentralização das economias nacionais (Davies & Gane, 2021; Soja & Kanai, 2014).

A facilidade da mobilização de capital e de pessoas, quando sob o fundo político-económico neoliberal das últimas décadas, coloca estes fatores ao serviço da acumulação e centralização de capital, lucro e bens. A mobilização de pessoas para as cidades não é um fenómeno recente, sendo que atualmente se poderia dizer que a infinita "reserva de mão-de-obra" que anteriormente se referia à população que migrava do campo para a cidade, passa a estar associada a processos de migração global tanto forçada como voluntária, legal e ilegal, que se move tendencialmente de países do Sul Global para países do Norte Global (Brown, 2019). Esta migração resulta num "veículo ativo para a acumulação de capital pela diminuição de salários" (Harvey, 2014, p. 60, tradução da autora), pelo facto de assegurar um influxo sem fim à vista de população em situações de migração precária. Paradoxalmente, temos assistido ao recente aumento de políticas anti-imigração que podem afetar a capacidade de produção segundo os padrões descritos anteriormente. Isto pode, inclusivamente, levantar a questão de se a urbanização pela acumulação de capital terá capacidade de se manter como modelo hegemónico de produção do espaço no futuro (*ibidem*).

Mas não só de pessoas se alimentam os principais centros urbanos. Polanyi desenvolve o conceito de *desenraizamento da economia*, que tem vindo a ser recuperado por algumas

investigações que usam este termo para se referir aos processos de globalização da economia, nomeadamente a segregação de lógicas de produção e trocas económicas, de territórios concretos (Montúfar Reinoso, 2021). Isto significa que, aquilo que é produzido através do trabalho ou extraído da natureza, num determinado lugar, não vai necessariamente criar riqueza nesse mesmo lugar, existindo uma tendência à concentração dos lucros (e até mesmo dos produtos) que derivam destas atividades em centralidades globais. O que resta, dá origem a zonas marginalizadas, produto do que Tsing chama de *alienação*:

> Através da alienação, as pessoas e as coisas tornam-se ativos móveis; podem ser removidos dos seus espaços de vida em transportes que desafiam a distância, para serem trocados com outros ativos noutros espaços de vida, noutros lugares. (2015, p. 5, tradução da autora)

Esta interpretação demonstra como, no panorama atual, a cidade é apenas um de vários tipos de formas urbanas, o que leva a questionar o tradicional foco dos Estudos Urbanos na cidade e, em particular, na cidade-tipo norte-ocidental. Angelo (2016) desenvolve um trabalho particularmente relevante neste sentido, alertando para o que define como *citismo metodológico*. De acordo com a autora, esta perspetiva cria uma oposição falsa entre cidade e ruralidade/natureza/subúrbio. Assumir esta 'definição por oposição' é negligenciar o facto destas realidades serem parte de uma mesma dinâmica territorial. Adicionalmente, esta postura revela um entendimento desenvolvimentista do território, que considera que um tipo de território é mais desenvolvido (e, portanto, mais desejável) que outro, descurando que ambas as realidades são interdependentes. A dissociação de partes do mesmo problema pode ainda conduzir a imaginar que a solução para problemas ambientais e ecológicos urbanos podem ser resolvidos com uma "naturalização da cidade" (p.e. pela criação de espaços verdes), sem nunca abordar diretamente o problema da insustentabilidade ambiental do modelo urbano (Angelo & Wachsmuth, 2014, p. 20, tradução da autora).

Mas então, se tudo é urbano, de que forma se pode definir o objeto de estudo aqui em análise? Segundo Angelo, o urbano devem ser as lentes que se colocam para olhar o território, isto é, olhar para o urbano como processo que produz determinados tipos de território (cidades, mas não só), e que cuja abordagem permite entender as relações que se estabelecem entre estes diferentes territórios e o todo que estes conformam. Esta perspetiva está na base da teoria da *Urbanização Planetária* desenvolvida por Brenner e Schmid (2014) e para a qual têm contribuído vários autores da Geografia Crítica e Humana, do Urbanismo Crítico e da Ecologia Política Urbana. Esta hipótese propõe que a urbanidade é, atualmente, o parâmetro base das

relações sociais e ambientais a nível planetário (Brenner, 2014b). Assim como na teoria da *Urbanização Total* de Lefebvre (1970), na *Urbanização Planetária* o urbano é concebido enquanto o lugar onde as "relações socioespaciais contraditórias do capitalismo [neste caso neoliberal] (…) são imediatamente territorializadas (enraizadas em contextos concretos e portanto fragmentados) e generalizadas (difundidas em vários lugares, territórios e escalas, e por isso universalizadas)" (Brenner, 2014a, p. 189, tradução da autora). O resultado é um leque abrangente de formas territoriais que vão para além da cidade tradicional, como analisaremos na secção seguinte.

O facto das relações interurbanas se globalizarem e do urbano se expandir para além da cidade, não significa que a desigualdade centro-periferia desapareça, mas sim que esta já não está assente na dualidade cidade-campo (relação geográfica), passando a assentar em relações sociais à escala global. Estas novas espacializações de centros e periferias, como descreve Merrifield, "existem lado-a-lado em toda a parte, isoladas uma da outra" (2014, p. 524, tradução da autora). Silva (2025), no seu estudo sobre a conceptualização de centro e periferia no contexto brasileiro, oferece alguns exemplos que podem ilustrar a afirmação de Merrifield. O autor aponta para a emergência de novas centralidades, tanto em zonas rurais como em zonas urbanas, que resultam do surgimento de novos centros operacionais dedicados ao agro-extrativismo (*ibidem*). Outro exemplo seria o caso de Guarulhos, uma zona suburbana de São Paulo, onde a construção de uma "identidade periférica" faz com que esta zona seja reconhecida como "um centro na periferia" (*ibidem*, p.23, tradução da autora).

A *Urbanização Planetária* permite, assim, abandonar o discurso que organiza os territórios em mais ou menos urbanizados, e que está na base das dualidades urbano/rural, urbano/suburbano e urbano/natural. Ao sair deste discurso dual é possível a identificação de diferentes tipos de urbanidade interdependentes, expandido a análise do urbano para além da cidade e abrangendo, inclusivamente, a *urbanização* de elementos naturais (cap. 2.2.1. Zonas de sacrifício). Em segundo lugar, esta tese permite aplicar a teoria de Lefebvre a uma realidade mais atual, identificando quais as forças dominantes de produção do espaço no presente. A apresentação do neoliberalismo como principal força motora do modelo urbano do último meio século permite concluir que, para procurar outras formas de urbanidades, teremos de partir para a análise de outros modelos político-económicos que se distanciem ou critiquem o capitalismo neoliberal.

2.1.3. Os lugares do urbano

Pensar no planeta como todo ele urbanizado significa que não podemos pensar em tipologias de territórios de acordo como o seu grau de urbanização. Sorensen e Labbé (2020) argumentam que o nivelamento de todo o território à categoria de urbano não permite entender as diferenças entre distintos processos que produzem o território. Pelo contrário, o presente trabalho considera que, dentro desta teoria, é possível identificar diferentes tipos de territórios urbanos que representam distintos processos de produção de urbanidade. Assim, identificamos (i) as *mega-cidades-região* como modelo de expansão da *Urbanização Planetária*, (ii) o fomento da *competitividade territorial* como modelo de desenvolvimento territorial, (iii) o surgimento de *guetos de elite* como representação do modelo de propriedade promovido por esta forma de urbanização, e (iv) a emergência de *zonas de sacrifício* como o resultado de um modelo específico de relação com a natureza. Analisemos cada uma destas em maior detalhe.

MEGA-CIDADES-REGIÃO

De acordo com Soja e Kanai (2014), a concentração de riqueza a nível mundial pode ser reduzida a três mega zonas urbanas: América do Norte, Europa Ocidental e o Este Asiático. A organização do mundo em torno destas três mega regiões resulta daquilo a que os autores denominam de uma *Divisão Global do Trabalho*, na qual estas centralidades emergem numa posição de domínio, suportada por redes interurbanas que transcendem fronteiras nacionais e conectam estas três zonas entre si e com o resto do globo (Soja & Kanai, 2014). A cidade-região global é assim definida como "uma nova forma metropolitana caracterizada por redes dispersas e policêntricas, de aglomerados de centros urbanos à volta de centros urbanos mais 'históricos'" (*ibidem*, p. 143, tradução da autora). Os autores mencionam ainda outros tipos de centralidades com base na quantidade de população, tais como as *cidades-região* (mais de um milhão de habitantes), as *mega-cidades-região* (mais de dez milhões de habitantes) e as *megalopolitanas-cidades-região* (com extensão quase continental). De acordo com a ONU (2025), em 2025 existiam 33 megacidades com mais de 10 milhões de habitantes e 49 grandes cidades com uma população entre 5 a 10 milhões de habitantes. Como vemos na figura 2.2, grande parte destas mega-cidades-região e grandes cidades encontra-se por todo o Sul e Este Asiático e na África Subsariana, e, pontualmente, na América do Sul, América do Norte e Europa. Porém, como vimos anteriormente, as zonas do globo que Soja e Kanai (2014) identificam como os principais centros de urbanidade mundial são a América do Norte, a Europa Ocidental e o Este Asiático. Isto deve-se a que, ainda que estas não sejam as regiões com mais população, são as principais responsáveis por grande parte do "ambiente construído a nível mundial, da riqueza económica,

da criatividade cultural e do poder político, conferindo-lhes a conotação de principais pontos de poder da era da globalização do urbano" (*ibidem*, p.143, tradução da autora). Estas três regiões são assim definidas pela riqueza que geram.

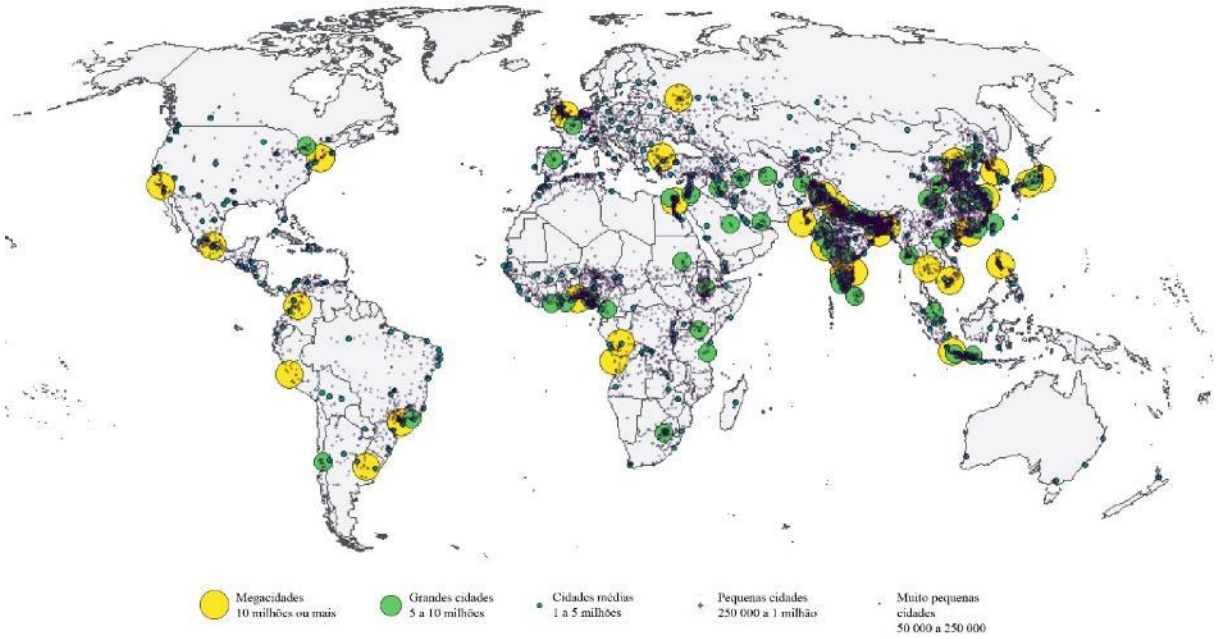


Figura 2.2 População residente em cidades 2025. Fonte: population.un.org.

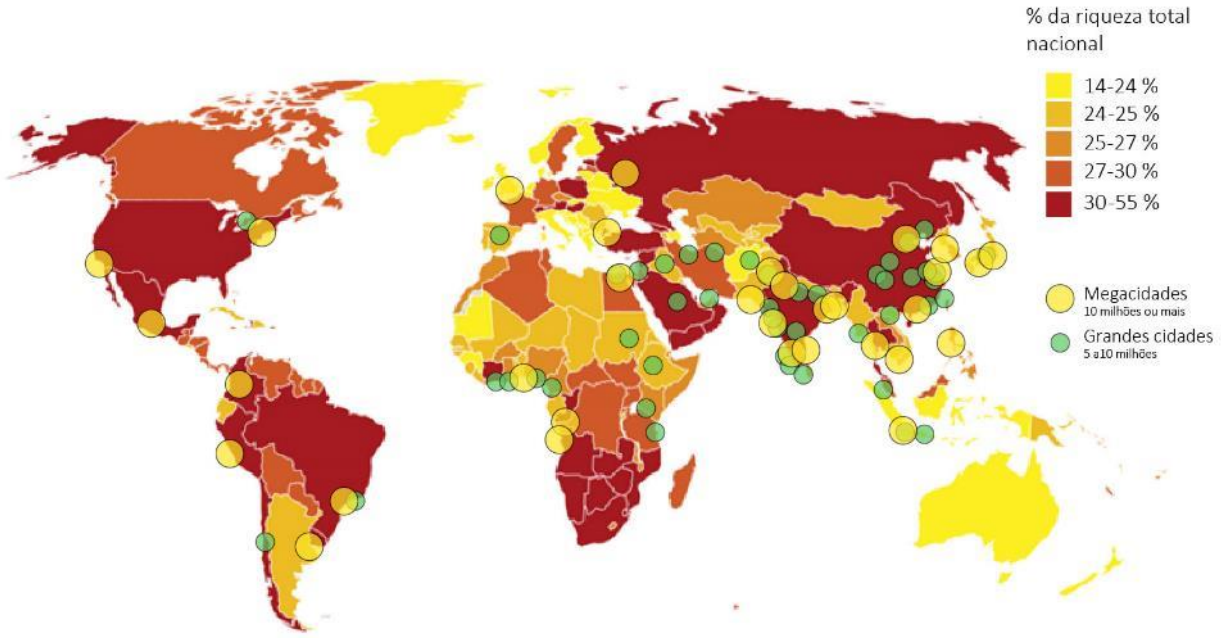


Figura 2.3 Percentagem da riqueza privada do centil superior (1%) por país. Fonte: base do mapa wid.world, editado pela autora.

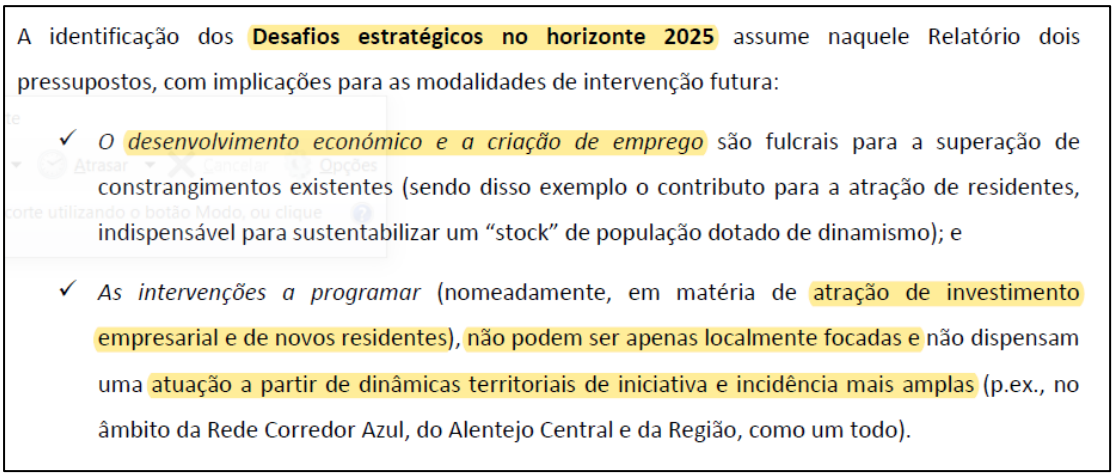
Podemos assim concluir que a distribuição de riqueza não tem uma relação direta com a criação de megacentros urbanos. Se há regiões como o Este Asiático, onde se dá uma concentração de riqueza e de população, há também regiões como a América do Norte e a Europa onde, apesar de existir concentração de riqueza, não há tantas grandes e megacidades como no Sul Asiático ou mesmo na África Subsariana. Esta conclusão põe em causa a visão de cidade como centro de acumulação de riqueza, pelo menos quando olhamos para a escala global. Observando o mapa da figura 2.3 podemos ainda constatar que a maioria das megacidades se encontram em países onde 1% da população detém mais de 30% da riqueza nacional. O desencontro destes dois fatores população/distribuição de riqueza resulta no aumento da quantidade de população mundial que vive sem acesso a condições básicas de habitação, que, segundo a ONU (2023), atinge em 2022 cerca de um quatro (24,2%) da população urbana mundial. Assim, vemos como o processo de urbanização também não significa necessariamente uma melhoria das condições de vida da população, podendo, inclusivamente, representar piores condições do que as oferecidas por zonas rurais, como refere a própria ONU: "Ainda que a saúde materna e infantil seja no geral melhor em zonas urbanas do que em zonas rurais, estas são por vezes pior em favelas urbanas e outros bairros pobres do que em zonas rurais" (ONU, 2020, p. 9, tradução da autora).

Mais do que caracterizar as megacidades ou as mega zonas urbanas, queremos entender o que estas representam no processo de *Urbanização Planetária*. Vemos, portanto, como a expansão da Urbanização tende ao aparecimento de cada vez mais megacidades e à contínua expansão e aumento destas. Desde que Soja e Kanai escreveram esta teoria até agora, o número de megacidades passou de 27 para 33 (ONU, 2025; Soja & Kanai, 2014), e o máximo de habitantes numa cidade passou de cerca de 35 milhões de pessoas em Tóquio (Soja & Kanai, 2014), para passar a ser 42 milhões de pessoas em Jakarta (ONU, 2025). Como vimos nesta subsecção, este modelo de expansão não significa, necessariamente, uma melhoria das condições de vida das populações destas megacidades, o que está patente tanto no facto das regiões com mais megacidades não serem necessariamente as mais ricas, como também no facto de se observar um aumento da população em condições de precariedade habitacional a par de um aumento do grau de urbanização a nível mundial.

TERRITÓRIOS COMPETITIVOS

Uma vez que a expansão e crescimento das cidades só por si não parece ter correlação com a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, poderíamos perguntar-nos qual é que tem sido o objetivo do processo de urbanização nestas últimas décadas de neoliberalismo

globalizado. Quando observamos os planos de desenvolvimento, como o de Montemor-o-Novo apresentado na figura 2.4, verificamos uma série de estratégias de captação de financiamento, capital humano e recursos.



A identificação dos **Desafios estratégicos no horizonte 2025** assume naquele Relatório dois pressupostos, com implicações para as modalidades de intervenção futura:

- ✓ *O desenvolvimento económico e a criação de emprego* são fulcrais para a superação de constrangimentos existentes (sendo disso exemplo o contributo para a atração de residentes, indispensável para sustentabilizar um "stock" de população dotado de dinamismo); e
- ✓ *As intervenções a programar* (nomeadamente, em matéria de atração de investimento empresarial e de novos residentes), não podem ser apenas localmente focadas e não dispensam uma atuação a partir de dinâmicas territoriais de iniciativa e incidência mais amplas (p.ex., no âmbito da Rede Corredor Azul, do Alentejo Central e da Região, como um todo).

Figura 2.4 Desafios estratégicos de Montemor-o-Novo apresentados no Relatório Intermédio - Enquadramento Geoestratégico. Fonte: Carta Estratégica de Montemor-o-Novo 2025

Uma das principais estratégias para a atração de um capital fluido e volátil para territórios físicos concretos, tem sido a competitividade territorial. *City branding*, *place branding*, *city-marketing*, *territorial-marketing*, *urban image-making* são alguns dos termos mais usados na literatura específica, mas também em planos de desenvolvimento urbano para se referir a estratégias que governos locais implementam para atrair investimento e criar uma imagem global dos seus territórios (Soja & Kanai, 2014). Nel-Io descreve o *place branding* como a "seleção e difusão de traços característicos, específicos e excecionais da paisagem de cada lugar, que se consideram 'positivos' ou 'atrativos' para construir a sua imagem de marca" (Nel-lo, 2018, p. 73). A criação de uma 'marca territorial' tem-se convertido, nas últimas décadas, numa das principais estratégias para aumentar os níveis de acumulação de capital em territórios concretos. Outra das estratégias de 'venda' do território passa pelo fomento do turismo. Como descrevem Mínguez et al. (2019) numa análise dos processos de turistificação de Sevilha, o turismo territorial representa:

> a mercantilização e desnaturalização de símbolos locais e a apropriação de espaços (praças públicas, negócios, estradas) para atividades turísticas, quebrando a continuidade de práticas tradicionais, assim como alguns processos de invasão/sucessão, gentrificação e filtragem residencial, a entrada de um grupo de pessoas externas, e a saída dos habitantes originais. (Mínguez, et al., 2019, p. 4, tradução da autora).

O fomento turístico é transversal a várias cidades, aparecendo frequentemente associado à comercialização e semiprivatização de espaços públicos e a "projetos de renovação e requalificação urbana de base competitiva" (Seixas, et al., 2015, pp. 375-376). No entanto, a turistificação não é um fenómeno exclusivo das cidades. Em territórios rurais também há uma tendência à *musealização* e *folclorização* de conhecimentos ancestrais e práticas tradicionais, regionalizados de forma a criar especificidades imaginárias ('ícones culturais') em cada território (Halfacree, 2012; Duarte de Sousa, 2010). "A tradição é frequentemente reinventada como mercadoria, passando por um crivo de tradições 'positivas' e 'negativas'" (Vale, 2014, pp. 165, tradução da autora), isto é, tradições que contribuem para melhorar a imagem local ou que a desvirtuam. Apesar desta vontade de diferenciação e individualismo, o resultado é muitas vezes contraproducente, uma vez que limita o lugar a determinadas imagens e traços, negligenciando a complexidade própria de cada território e a mutabilidade que advém de processos e conflitos que o vão transformando (Nel-lo, 2018).

Uma terceira estratégia frequentemente usada pelo *marketing territorial* é a receção de eventos com reconhecimento mundial ou a criação de edifícios icónicos (Soja & Kanai, 2014). Estes estão normalmente associados à cultura, seja a nível de eventos, como exposições internacionais, Jogos Olímpicos ou campeonatos de desporto, seja a nível de infraestruturas, como museus, salas de concerto, auditórios e estádios (Hall, 2014). Quer o fomento do turismo quer a criação de ícones e pontos de interesse representam estratégias que pretendem criar fatores de diferenciação e destaque face a outros territórios, para a atração de capital. Estas estratégias podem ser vistas como forma de criar identidades individuais locais que contradigam ou consigam fazer frente à homogeneização da globalização urbana (Vale, 2014).

A atração de capital e a criação de lugares idealizados implica a canalização de esforços (económicos e de gestão pública) para a criação de infraestrutura, apoios e serviços que suportem essas atividades. É assim que a 'gestão urbana' centrada na procura de soluções para garantir a equidade, é substituída pelo 'empreendedorismo urbano', preocupado em encontrar formas de atração de investimento (Cox, 2005). Em Ráquira, uma pequena povoação na província de Boyacá na Colômbia, pode ver-se um exemplo deste tipo de situações. Nos anos 1990, esta povoação entra num processo de requalificação urbana promovida por um arquiteto, que contribui para que, em 2012, a povoação seja considerada uma "capital artesanal" da região (Rodríguez & Vargas, 2018, p.105). Porém, como se pode observar na figura 2.5, isto não significou a requalificação integral da habitação, mas apenas a decoração de fachadas para a criação de uma imagem de marca local. Este empenho na criação de territórios competitivos,

desvia a atenção do desinvestimento em serviços e apoio social que têm sofrido as cidades sob o domínio de políticas neoliberais. O resultado tem sido o agravamento das "situações de desigualdade económica e polarização social" (Soja & Kanai, 2014, p. 155, tradução da autora), mas também a limitação do direito ao território. Ao converter-se em mercadoria, a cidade coloca os seus habitantes no lugar de consumidores, dissociando o uso do território do papel político do cidadão e do seu direito, não só a visitar, "passeando durante um dia na cidade de onde foi expulso", mas também do direito de participar na vida quotidiana e na tomada de decisões (Merrifield, 2014, p. 525, tradução da autora). A partir do momento em que um cidadão se converte em consumidor, o seu direito ao território depende do capital de que este dispõe: habitantes com maior capital têm mais acesso ao território (terra, habitação, serviços, infraestrutura, mobilidade) que habitantes com menor capital, como veremos em seguida.



Figura 2.5 Casa com friso ilustrado, parte do programa de requalificação de Ráquira, Santander, Colômbia. Fonte: fotografia da autora, 2023.

GUETIFICAÇÃO ELITISTA

Ainda que não tenham uma relação direta, poderíamos dizer que a atração de capital através da criação de marcas territoriais tem precedentes históricos, como o movimento das *Cidades Belas* (*Beautiful Cities*) (Hall, 2014). Este movimento procurava, através do planeamento urbano, criar cidades exemplares que promoviam sociedades sem expressões visíveis de desigualdade. Surgindo em grandes cidades comerciais americanas e em colónias de impérios europeus, este

movimento é informado por exemplos de civilizações com tendências imperialistas (como Paris na época de Napoleão ou Viena durante o império Austro-Húngaro) (*ibidem*). Este modelo urbano propunha eliminar tudo o que pudesse denegrir a imagem da cidade (pobreza, informalidade, descontentamento, poluição, violência, desemprego, …) criando cenários ideais estetizados de forma a torná-la atrativa para os habitantes e, especialmente, para os visitantes (*ibidem*). O fim era, assim, fomentar a economia e, no caso das colónias europeias, reforçar o domínio imperial e a exclusividade racial, o que a converteu numa forma de planeamento muito usada durante as ditaduras do século XX (Bodenschatz & Welch Guerra, 2021; Hall, 2014).

Atualmente, além da atração de visitantes (turistas), a competitividade territorial procura a atração de novos residentes que correspondam aos padrões de 'embelezamento' presentes no discurso montado através do *marketing territorial*. A 'nova população' que vem ocupar os lugares abandonados ou os que retirados a anteriores residentes, pode ser descrita como uma "classe profissional-gestora-executiva e 'criativa', uma elite maioritariamente neoliberal" (Soja & Kanai, 2014, p. 153, tradução da autora). Com a globalização, o desenraizamento da economia e a facilidade de mobilidade, esta classe empreendedora pode migrar de outras zonas do globo, mantendo atividades profissionais e relações contributivas noutros territórios. Mais uma vez, esta não é uma tendência exclusiva das cidades. Nos últimos anos, governos locais e nacionais têm alimentado a ideia dos 'novos empreendedores rurais' como forma de repovoamento de zonas rurais esvaziadas de população e de investimento público. O retorno a zonas rurais no pós-crise 2008, como forma de fuga à precariedade laboral e habitacional (principalmente) urbana, foi um fenómeno reportado em vários países do Sul da Europa, como o demonstram os casos compilados por Döner, Figueiredo e Rivera (2020). Políticas públicas e consultoras privadas têm aproveitado para converter esta tendência numa ferramenta de urbanização do rural, transformando o neorruralismo radical (Halfacree, 2006) em empreendedorismo rural (Nicoletta, 2024; Mateus & Nicoletta, 2022). A *contra-urbanização*, *novos rurais* ou *neoruralismo*, que serão abordados com mais detalhe no capítulo 2.2, assumem frequentemente formas de vida contestatárias do modelo urbano e da sociedade capitalista a este associada, que passam pela recriação de formas de vida passadas ou criação de outras formas de vida (Halfacree, 2006). No entanto, a (re)migração para o rural surge nos discursos institucionais como oportunidade de desenvolvimento de projetos empreendedores, promovendo a capacidade de conversão de bens e práticas socioculturais locais em produtos vendáveis.

Em ambos os casos, estes discursos e políticas oferecem a possibilidade de viver nos territórios a apenas uma parte restrita da população, esta 'classe empreendedora' com altos

rendimentos, deixando de parte neste cenário estético a restante população que nele não encaixa, e escondendo as complexidades e conflitos inerentes a qualquer território.

Se nas *cidades belas* são comissões e entidades de planeamento urbano que assumem a função de esconder a complexidade e conflitos, atualmente, num sistema político-económico neoliberal que promove a privatização generalizada, são entidades privadas que promovem nichos de realidade idealizada. De acordo com Soja e Kanai (2014), uma parte significativa da população das megacidades-região consiste em "residentes ricos de comunidades fechadas e vigiadas, subúrbios super-ricos e bairros gentrificados nos centros urbanos" (p. 153, tradução da autora). Estes bairros podem surgir mesmo ao lado das "piores favelas" (*ibidem*), e implicam frequentemente a expulsão de anteriores residentes, para a construção de empreendimentos de luxo, condomínios fechados e alojamentos turísticos (Drago, 2021). Como podemos ver da figura 2.6, este tipo de espaços oferece exclusividade, luxo, segurança, mas também 'comunidade': a segurança de que estes novos residentes podem contar com um entorno social correspondente com a sua classe socioeconómica e o seu estilo de vida.



Figura 2.6 Cartaz de construtora/imobiliária num terreno em construção de condomínio fechado em Cumbayá, Quito, Equador. Fonte: fotografia da autora, 2024.

Esta *guetificação elitista* é transversal a várias cidades em diferentes regiões do mundo (Drago, 2021; Altamirano Ulloa, 2020; Soeiro, 2014), mas também se manifesta em zonas com características rurais. A migração urbano-rural, pode representar uma força gentrificadora,

nomeadamente quando esta migração vem acompanhada de uma idealização do rural. A romantização da 'vida no campo' está normalmente associada à expetativa de encontrar as mesmas comodidades, facilidades e serviços que em zonas urbanas, o que, frequentemente, não corresponde à realidade (Angelo, 2016; Duxbury, 2010). Como solução são criadas comunidades fechadas, enclaves rurais que, aliados à criação de serviços e meios culturais segregados da restante comunidade, permitem um maior isolamento, evitando o envolvimento e participação nas dinâmicas locais (Papadopoulos & Fratsea, 2020).

Assim, vemos como a criação de territórios 'perfeitos' dependem do princípio da propriedade privada, a qual, com as crises habitacionais e económicas mais recentes (ver 4.2. Contextualização casos de estudo) se converte num bem exclusivo, reforçando o domínio de uma classe social com maior poder económico.

ZONAS DE SACRIFÍCIO

O entendimento do território como um bem passível de ser privatizado, possuído e comercializado por uma qualquer entidade humana, para além de limitar o seu acesso a determinados segmentos da população, permite ainda que este seja visto como um recurso para a extração de capital. Isto pode dar-se com a rentabilização de edifícios para habitação, trabalho, consumo ou especulação (Drago, 2021), mas também com a rentabilização de terrenos 'naturais' para produção e extração de matérias-primas.

Esta perspetiva é apoiada por autores da Geografia Crítica e da Ecologia Política Urbana, que interpretam a extração, produção e consumo de recursos como parte da urbanização global. Esta linha de pensamento tem vindo a contrariar a relação dual entre natureza e urbanidade, entendendo a cidade como produto de processos socioambientais globais (Angelo & Wachsmuth, 2014; Watts, 2005). Ao enquadrar os problemas ambientais como parte da questão urbana, podemos entender que o modelo urbano atual depende de processos ecológicos que se baseiam numa relação de domínio e ordem sobre a Natureza, convertida em força de produção (Watts, 2005). Remetendo para a ideia de Harvey de "acumulação por expropriação" (Harvey, 2003, p. 137, tradução da autora), Watts (2005) identifica a divisão entre humano/cultura e natureza como principal justificativo para a mercantilização, privatização e cálculo da natureza. Tsing (2015) fala deste processo como *resgate* de coisas (bens/pessoas) que são produzidos fora do sistema capitalista, para dentro deste sistema. Esta exploração *ad infinitum* de recursos e redes comerciais representa assim uma alienação e dissociação do valor de pessoas, animais, plantas e bens dos seus contextos socio-ambientais (Tsing, 2015). A partir do momento em que a destruição/sobre-exploração de um determinado recurso, ou a saturação de um mercado

dificultam a acumulação de capital, empresas multinacionais facilmente relocalizam a sua atividade (de extração, produção ou comercialização) para outras zonas do globo (Tsing, 2015; Harvey, 2014). O entendimento do território como um bem mercantilizável permite a operacionalização de todo o planeta para servir a acumulação de capital. Zonas de extração de recursos, terrenos de exploração agroindustrial, infraestrutura logística e de comunicação, lixeiras, armazéns, zonas de recreação, redes de produção de energia, depósitos de combustível, corredores de conectividade… (Brenner, 2014b; Brenner & Schmid, 2014), o resultado desta forma de gestão do território é a produção de espaços de abandono e ruína (Tsing, 2015), onde a vida humana, animal e vegetal não são consideradas.

Assumidas como 'um mal menor' do desenvolvimento e da expansão urbana, as zonas de sacrifício (Zografos & Robbins, 2020) não existem só em territórios despovoados. Em territórios onde a população local se vê afetada por este tipo de atividades dá-se origem a movimentos de resistência, que denunciam atividades com impactos sociais e ambientais que, contribuindo pouco ou nada para a criação de riqueza local, prejudicam a qualidade de vida das comunidades e ecossistemas locais (Riquito, 2023). Um exemplo deste tipo de lutas é o que tem vindo a suceder nas Covas do Barroso, nos últimos anos, em que a comunidade se tem juntado em diversos eventos e encontros de manifestação contra a exploração mineira em terrenos comunais (*baldios*), como vemos na figura 2.7.



Figura 2.7 Manifestação nas Covas do Barroso. Fonte: Kleinpeter, Jan (2024 out-dez). Acampamento em Defesa do Barroso: "Juntamos as nossas raivas, as nossas forças, os nossos sonhos", *MAPA* (43).

2.1.4. As brechas da urbanidade

Ainda que o presente modelo territorial urbano tenha tendências hegemónicas, o controlo do planeamento não consegue abarcar a totalidade da produção do território (Harvey, 2012). Assim como os muito desejados cogumelos *Matsutake* surgem em paisagens sobrantes de um capitalismo extractivista (Tsing, 2015), também as alternativas a um urbanismo baseado na alienação da natureza e no aumento das desigualdades sociais podem surgir das próprias ruínas deste sistema. Tsing defende que a precariedade à qual grande parte da população está destinada é o campo fértil para a procura de soluções que envolvam a cooperação através da diferença. Definida enquanto "a condição de estar vulnerável a outros" (*ibidem*, p.20, tradução da autora), a precariedade é o estado básico para viabilizar uma colaboração que admita o conflito, a divergência de opiniões e a contaminação cruzada entre os diferentes agentes envolvidos na produção do espaço. Esta condição pode ser a base para quebrar ideias de *comunidade* enquanto grupo fechado e exclusivo, no qual a diversidade e heterogeneidade de valores e estilos de vida são vistos como motivo de desordem e ameaça à 'pureza' da comunidade e do lugar (Harvey, 2014).

As ruínas da *Urbanização Planetária* podem ser entendidas não só como territórios, mas também como comunidades que são expropriadas dos seus meios de sobrevivência, vendo as suas possibilidades de desenvolver projetos de vida autónomos limitadas (Nel-lo, 2018). Com isto, não fazemos apenas referência a comunidades camponesas e indígenas que, já desde o modernismo, têm vindo a ser empurradas para o lugar de 'culturas ancestrais', ultrapassadas pela 'modernidade' do urbano. (Calvário, 2023; Hidalgo-Capitán, et al., 2019; Van der Ploeg, 2008). Falamos também nas novas formas de expropriação criadas pelos mercados financeiros especulativos, como mencionam Harvey e Merrifield: "o desmantelamento de ativos através de fusões e aquisições, saque a fundos de pensões, privatização de bens até aqui comuns, como a água e outros serviços públicos, e pilhagem generalizada de bens que anteriormente pertenciam ao domínio público" (Merrifield, 2014, p. 526, tradução da autora). Estas ferramentas financeiras têm um impacto significativo no processo de expropriação urbana atual. Isto vê-se, por exemplo, na desregulação dos preços da habitação com base no poder de compra de elites internacionais e de entidades do mercado financeiro, como fundos imobiliários e de pensões, obrigando anteriores residentes a abandonarem as suas cidades (Drago, 2021). Ainda que a habitação seja um dos exemplos claros desta expropriação urbana, isto também acontece com a elitização de serviços e privatização de bens e espaços públicos. A expropriação é, assim, acompanhada pela privatização de bens e serviços básicos à vida, e o capital individual passa a ser o único meio de responder a necessidades como alimentação, habitação, saúde, educação e

mobilidade. O resultado é uma população totalmente dependente da sua capacidade individual de criação e acumulação de capital para garantir a sua sobrevivência.

Esta 'auto-dependência' frente a processos de expropriação, que gera uma sociedade competitiva, pode, no entanto, ser também a base para o surgimento de práticas de autonomia. Numa análise das diferenças entre os conceitos de *liberdade* e *autonomia*, Berlan (2024) descreve *liberdade* enquanto a possibilidade de empreender e comercializar, com o fim de gerar capital suficiente que permita aceder a um leque variado de opções de experiências e serviços. Criando uma ponte com o pensamento ecofeminista o autor faz notar que a noção 'moderna' de liberdade assenta na possibilidade de 'mandar fazer', isto é, libertar-se das tarefas quotidianas que asseguram a própria vida e libertar-se de responsabilidades políticas (*ibidem*). Como alternativa, o autor defende a *autonomia* como via de sobrevivência aos processos de expropriação. Berlan descreve a autonomia como o livre acesso aos meios de subsistência que permitem satisfazer as necessidades de cada um. Não se trata de libertar-se das tarefas da vida quotidiana e política, mas sim de abolir as relações de dominação que lhes são subjacentes. No seu livro *A Perspetiva da Subsistência* (tradução da autora), as ecofeministas Mies e Bennholdt-Thomsen (1999), descrevem a vontade de liberdade de mulheres camponesas bengalis como a possibilidade de produzir e reproduzir as suas vidas, assegurando o controlo pelos próprios meios de subsistência, independentes de forças e agentes externos. Também Tsing (2015) na sua investigação sobre as práticas associadas ao comércio do cogumelo *matsutake* fala sobre uma liberdade 'irracional', da qual se vangloriam os recolectores deste cogumelo, que passa pela libertação da subjugação a diversas formas de poder, assumindo o controlo da própria vida. Para Tsing, esta liberdade é simultaneamente o momento em que os interesses do coletivo se dividem em agendas individuais, e o momento em que se criam as bases da precariedade, isto é, a instauração de uma situação de vulnerabilidade face a outros.

Assim poderíamos identificar as brechas do modelo urbano dominante como os lugares de precariedade e expropriação. Isto é, lugares geográficos ou períodos temporais em que determinadas comunidades se encontram em situação de vulnerabilidade, e em que se lhes retira os seus meios de sobrevivência e de desenvolvimento projetos de vida próprios. É nestes contextos que iremos procurar propostas de cooperação e autonomia que desafiem os limites do urbano e do modelo económico que lhe está subjacente.

2.2. Modelos económicos alternativos

Cooperação e autonomia são princípios distantes do capitalismo neoliberal. Assim, poderíamos dizer que, para procurar outro tipo de urbanidades será necessário olhar para propostas de economias que se distanciem desta forma de capitalismo, e nas quais os princípios da cooperação e autonomia estejam presentes.

Começamos por investigar economias cuja essência é uma crítica aos valores competitivos e de acumulação de riqueza, como são as Economias Social, Popular e Solidária e os Comuns. Após o trabalho de campo considera-se importante complementar a investigação teórica com outras propostas anticapitalistas presentes no discurso e prática dos casos de estudo, nomeadamente no que diz respeito à relação com a natureza, ambiente e bens comuns. Assim, abordamos também as propostas da Agroecologia, do Decrescimento e do *Buen Vivir*. Dentro da diversidade destas propostas encontramos estratégias e valores partilhados. Criticando uma economia focada no crescimento económico, dependente de práticas extractivistas, e uma democracia com pouca representação popular, estas visões propõem o desenvolvimento de estratégias para a autonomia coletiva, baseadas em valores comuns de solidariedade, cooperação e ecologia.

Esta secção estabelecerá as bases para entender as teorias, propostas e valores que dão origem ou alimentam, desde a teoria, as duas cooperativas selecionadas como casos de estudo.

2.3.1. Economias Comunitárias

ECONOMIA SOCIAL, SOLIDÁRIA E POPULAR

Com origem em movimentos da classe trabalhadora durante o século XIX, a economia social surge ligada à conformação de uniões de trabalhadores, como mutualistas, cooperativas ou comunidades autónomas (Coraggio, 2011). Criticando a lógica de acumulação do capitalismo industrial, este tipo de organizações tinha como foco a melhoria da qualidade de vida dos seus membros (*ibidem*). Os termos e variantes desta economia que coloca o bem-estar acima do crescimento económico, vão-se acumulando: Economia Social, Economia Solidária, Economia Popular, Economia do Trabalho, Economia Ecofeminista, entre outros. Os conceitos são muitos, mas esta diversidade de nomenclaturas não parece criar fragmentações nem a nível teórico nem prático, sendo que grande parte das investigações desenvolvidas em torno deste tema cruzam um ou mais conceitos de economias alternativas (Coraggio, 2011; Cattani, et al., 2009).

A grande bandeira destas economias é a democracia económica, através da qual se criam sistemas económicos horizontais, cujo foco são as pessoas e o seu bem-estar, e não a acumulação de capital (Villalba-Eguiluz, et al., 2020; Coraggio, 2011; Mies & Bennholdt-Thomsen, 1999). Estas alternativas económicas partem, assim, de uma crítica ao mercado capitalista pelo facto de este fomentar a criação de monopólios e a centralização de capital em grupos de poder muito exclusivos (Coraggio, 2011). Simultaneamente, surgem também de uma crítica ao sistema democrático representativo, uma vez que este centraliza a tomada de decisões em entidades estatais, que representam comunidades muito alargadas, como um país, retirando poder à sociedade civil na tomada de decisões (*ibidem*).

As organizações que põem em prática este tipo de economias enquadram-se no terceiro setor, que não corresponde nem ao Estado, nem ao Mercado. Aqui encontramos todo o tipo de organizações sociais de livre associação, cujo objetivo é a produção, distribuição ou comercialização de bens e serviços (Coraggio, 2011; Defourny, 2009) para a criação de sistemas de provisão que deem resposta a necessidades de sobrevivência e melhoria das condições de vida dos seus membros, e, por extensão, das comunidades onde estes se inserem (Lucas dos Santos, 2024; Benitez Herrera, et al., 2020; Dot Jutglà & Pallares-Barbera, 2017; Coraggio, 2011). Visando este fim, um dos princípios fundamentais destas organizações é a implementação de mecanismos democráticos. Isto pode ser conseguido através de diferentes formas de tomada de decisão que tenham como objetivo a horizontalidade, igualdade ou equidade (Villalba-Eguiluz, et al., 2020), tais como processos de democracia direta, votações onde cada voto tem o mesmo peso (independentemente do capital, trabalho ou cargo de cada membro) ou tomadas de decisão com base em consenso (Coraggio, 2011; Defourny, 2009). Entre estes sistemas, é comum a procura de formas mais justas de distribuição de excedentes entre membros e a reserva de lucros para fins sociais (*ibidem*). A democratização dá-se ainda através da partilha de informação de forma horizontal, permitindo que todos os membros possam tomar posições informadas nos processos democráticos internos.

Existem duas visões preponderantes na academia no que toca à relação destas economias comunitárias com a economia capitalista. Por um lado, há autores que as colocam como integrantes e complementares da economia capitalista, por outro lado há que as veja como propostas de transformação social, e, portanto, necessariamente externas ao capitalismo. Quando vistas como uma ‘hibridação’ entre a atividade mercantilizada e não mercantilizada, estas economias podem ter como fim o lucro, alocando-o, no entanto, a fins não-capitalistas (Defourny, 2009). Em situações em que o Estado Social vê a sua ação limitada por políticas neoliberais, estas economias podem ainda surgir como resposta e necessidades da população

em diversos âmbitos como a saúde, educação e preservação ambiental (Defourny, 2009; Laville & Gaiger, 2009). Beling (2019) alerta para o facto de esta abordagem à economia social poder levar à instrumentalização de práticas e movimentos para servir agendas político-partidárias, e, poderíamos acrescentar, contribuir para uma desresponsabilização institucional do Estado do seu papel de provedor de segurança social.

A segunda abordagem, que entende as economias comunitárias como dinâmicas fora do capitalismo (Coraggio, 2011), critica a anterior perspetiva, defendendo que esta limita a ação das organizações a uma 'solidariedade assistencialista' pondo de lado grande parte das motivações anticapitalistas que estão na sua génese (Chanial & Laville, 2009). Esta postura, mais frequentemente associada à economia solidária, coloca estas economias "tanto como uma tentativa teórica de construir um paradigma económico diferente do capitalismo, como uma proposta política para a transformação social" (Villalba-Eguiluz, et al., 2020, p. 5, tradução da autora). Nesta investigação propomos o uso da primeira abordagem, uma vez que, segundo a perspetiva de produção do espaço que usamos, entendemos que, com a globalização do urbano, não existe uma posição 'fora' do capitalismo, sendo que é nas nuances e lugares de contacto que se devem trabalhar a capacidade de criar outras economias. Ainda assim, interpretamos estas economias como resistências, atribuindo-lhes um papel político, uma vez que estas pretendem transformar a realidade através da ação coletiva (Stavrides, 2021; Coraggio, 2011). Lewartowska associa estas economias a processos de democracia radical, isto é:

> iniciativas de base, através das quais as pessoas procuram transformar as suas condições de vida com uma ênfase na participação coletiva. Que pode ir a par ou ir para além de lutas em torno de uma participação democrática formal que envolve estruturas estatais. (Lewartowska, 2024)

A associação entre movimentos sociais e organizações de base caracteriza em grande parte as economias sociais e solidárias que surgem nas últimas décadas, tanto no contexto sul europeu como no contexto sul americano. No sul da Europa, na sequência da crise económica de 2008 e da crise pandémica de 2020-21, multiplicam-se os projetos como associações, cooperativas e outras organizações de base, que visam colmatar a falta de resposta pública às adversidades provocadas por estes períodos (Nikolaidou, 2020; Dot Jutglà & Pallares-Barbera, 2017). Falamos de organizações sociais dedicadas a questões como o apoio a migrantes (Sampedro & Camarero, 2020) ou o fomento da soberania alimentar (Benitez Herrera, et al., 2020;

Nikolaidou, 2020), bem como de espaços económicos ideológicos para a gestão de bens comuns (Dot Jutglà & Pallares-Barbera, 2017).

No caso latino-americano, com a emergência do Socialismo do Século XXI, formas de economia popular auto-organizada, são reconhecidas e institucionalizadas por vários países com governos socialistas. Este foi o caso do Equador, como veremos na secção 4.3.1, com a criação de instrumentos legais para a integração destas economias no sistema nacional. Ainda que estes instrumentos tenham servido para incorporar alguns projetos de economias alternativas no mercado (nomeadamente em mecanismos de compra pública), debilitaram lógicas de economia alternativa não integráveis no mercado tais como as *mingas*[2] (*ajudadas*) ou as trocas e ofertas de produtos entre comunidades (Villalba-Eguiluz, et al., 2020). Assim, as organizações de economia alternativa institucionalizadas no Equador, parecem perder alguma autonomia, o que as impede de atingir um maior nível de democracia económica dentro das suas organizações.

As economias alternativas são assim um somatório de organizações sociais de livre associação, por vezes com relação direta a movimentos sociais pelos direitos dos trabalhadores, que têm por fim a democratização económica para que esta sirva o bem-estar humano. Com base em valores como a democracia, solidariedade, justiça e equidade, estas organizações estabelecem governanças horizontais e em autogestão, criam sistemas de provisão e formas de distribuição de lucro entre membros. Apesar de se colocarem como alternativas a uma economia baseada no lucro e acumulação de capital, existem dentro do próprio capitalismo e de estados sociais, correndo o risco de serem apropriadas para servir agendas político-partidárias e contribuindo para uma desresponsabilização institucional frente a problemas criados na esfera do capitalismo neoliberal.

COMUNS

Para além de formas alternativas de produção, distribuição e comercialização de produtos, várias comunidades por todo o mundo desenvolveram modelos de propriedade que não correspondem nem ao modelo público (onde o Estado é soberano), nem ao privado (onde há uma entidade individual ou coletiva que assume o papel de proprietário). Os exemplos mais conhecidos são os terrenos comunitários, que recebem diferentes nomes de acordo com a parte

[2] *Minga* ou *ajudada* são as palavras no Equador e em Portugal (respetivamente) para referir-se a eventos de trabalho coletivo voluntário. Enquanto que as *mingas* são mais frequentemente associadas a trabalhos de construção, as *ajudadas* são mais associadas a trabalhos agrícolas. Em ambos os casos é frequente existir uma refeição conjunta como compensação do trabalho oferecido.

do mundo onde surgem, como *baldios* em Portugal (Seixas, 2019), *ejido* na Espanha e no México (Kay & Vergara-Camus, 2018), *uso cívico* em Itália (Ebbreo, 2020) e *comunas* no Equador (Benitez Herrera, et al., 2020) para citar alguns. Associados a modelos de organização democrática e autogestão, este modelo permite à população sem acesso a propriedade ou meios de reprodução próprios, o acesso a estes. Em 1990, Ostrom apresenta um trabalho marcante para a história deste tipo de propriedade, o qual cunha de *comuns*. Aqui, a autora elabora acerca dos processos de gestão coletiva de bens comunitários, defendendo que a aplicação de processos de democracia direta têm tendência a resultar em soluções benéficas para todos, e não na degradação e abandono como tinha vindo a ser defendido até aí (Ostrom, 1990).

A partir deste trabalho, têm surgido muitos estudos acerca do papel dos Comuns como alternativa ao modelo de propriedade privada exclusiva promovida pelo capitalismo neoliberal. A crise de 2007-8, e os movimentos sociais dela resultantes, criaram a base para o trabalho de Harvey (2012) onde a relação dos Comuns com movimentos sociais se torna mais próxima. Aqui o conceito de Comuns passa a abarcar não só bens comuns, como também os processos que estão na base da sua criação e gestão, aos quais o autor chama *comunalização*. A comunalização pode significar a criação desses recursos comuns, com a aquisição, compra, ocupação ou reclamação de bens, ou a gestão coletiva de bens já existentes, "através da comunicação, regulação, apoio mútuo, negociação de conflitos e experimentação" (Kallis, et al., 2020, p. 17, tradução da autora). Desta forma, os Comuns, assim como as economias alternativas vistas anteriormente, assentam em formas de governança democrática, tais como a democracia direta, e procuram expandir a autonomia, autossuficiência, solidariedade, horizontalidade e democratização no acesso à informação dentro de comunidades concretas (Varvarousis, 2020). A principal diferença entre estas teorias, é que os Comuns abarcam, necessariamente, relações que não só as económicas. Vemos isso com o exemplo de Comuns direcionados ao lazer, ócio, convivência ou até mesmo a assegurar o direito à habitação, tais como centros sociais (Dot Jutglà & Pallares-Barbera, 2017) ou *okupas* (Debelle, et al., 2018; Rosini, et al., 2018). Os Comuns representam ainda uma alteração da noção de propriedade (espaço ou bens) para propriedade coletiva, que não está, necessariamente, expressa nas teorias de economias alternativas.

Tendo como base a democracia direta e a contestação do modelo capitalista neoliberal, os Comuns abrem espaço à associação com vários movimentos anti-austeridade em cenários mais afetados pela crise de 2007-8 tais como a Grécia (Varvarousis, 2020). "É assim que, por exemplo, famílias extensas, núcleos de reprodução social, se transformam em microcomunidades de solidariedade e de produção/utilização do comum" (Stavrides, 2021, p.

166). Vemos assim, como 'comum' pode tanto ser a ocupação de espaço público com parques, hortas urbanas, feiras de produtos agrícolas; como a criação de organizações e espaços de propriedade coletiva, tais como cooperativas de consumidores e/ou produtores, ocupação de fábricas, coletivos artísticos como vemos na figura 2.8, a criação de sistemas económicos alternativos como bancos de tempo, moedas alternativas, entre outros. (Stavrides, 2021; Nikolaidou, 2020).

A expansão dos comuns no contexto grego alimenta o trabalho de Stavrides (2021), que, seguindo a linha de pensamento de Harvey, elabora sobre os limites e potencialidades da comunalização do espaço, e, mais concretamente, do espaço urbano. Stavrides define os Comuns segundo duas tipologias, os *sistemas fechados* e as *comunidades abertas*[3]. O autor defende que os *sistemas fechados* replicam a lógica capitalista de mercantilização de bens, e funcionam através de uma delimitação do espaço comum "através de barreiras literais ou simbólicas" (Stavrides, 2021, p. 51). O resultado é a morte dos Comuns e da sua potencialidade enquanto sistema social alternativo, passando estes espaços a ser "coletivamente privados ou públicos" (*ibidem*). As *comunidades abertas* são uma rede de Comuns que comunicam entre si,



Figura 2.8 Reabilitação de casa ocupada em Quito pelo coletivo La Ortiga, onde participaram membros da Portada Bethania. Fonte: fotografia cedida pelo coletivo La Ortiga, 2019.

[3] Optou-se por tradução própria uma vez que se considerou que os termos da tradução portuguesa se afastavam do objetivo do autor. No original o autor usa os termos *enclosed commons* e *expanding commons*. As traduções usadas na edição portuguesa são *sistemas fechados* e *redes abertas de passagem*.

procurando a sua expansão. É sobre este segundo processo de comunalização que o autor se debruça procurando entender como estas podem propor novas formas de vida social para além do capitalismo. De Angelis (2017), também oferece um contributo importante para esta discussão, procurando entender de que forma se pode dar a expansão dos Comuns. O autor delineia dois caminhos possíveis, a *simbiose*, em que dois ou mais Comuns se fundem, e a *meta-comunalidade* em que vários Comuns se unem, mantendo a sua identidade. A expansão dos Comuns está, ainda, inevitavelmente relacionada com uma luta com o sistema capitalista pela transição de bens e serviços, através da sua desmercantilização (ou comunalização) (*ibidem*). É neste sentido que Varvarousis (2020) desenvolve um trabalho de análise sobre os reais processos de expansão dos Comuns, onde propõe a união entre estes processos de comunalização e os movimentos sociais anticapitalistas como solo fértil para a expansão dos comuns. Apesar desta aparente dualidade entre Comuns e capitalismo é necessário referir que, no panorama atual globalizado, ambos os sistemas estão interligados e são interdependentes (Mateus & Olival, 2024), ou, como referem Hardt e Negri (2009), os Comuns, neste último século, são um resultado do próprio sistema capitalista.

Materializados na criação, apropriação e autogestão de bens para a sua comunalização, os Comuns baseiam-se em valores como a partilha, apoio mútuo, autonomia e solidariedade. Apesar de terem como fim a criação de recursos partilhados, estas práticas podem resultar na criação de *clusters*, comunidade fechadas próximas do que chamámos anteriormente de *guetificação elitista* (ver capítulo 2.1.3.).

2.3.2. Economias Ecossociais

BUEN VIVIR

No contexto sul americano, a crítica ao capitalismo neoliberal assume frequentemente a forma de crítica ao desenvolvimento como projeto colonizador de *outras formas de vida*. Esta crítica parte de um pensamento pós-colonial, e dá origem a propostas de *alternativas ao desenvolvimento*, que visam criar espaço para visões de futuro coletivo, com base noutras formas de conhecimento e entendimento do mundo como a cosmovisão andina (Gudynas, 2013; Lander, 2005).

Um dos movimentos que tem tido mais ressonância na América Latina (e no Equador em particular) é o *Buen Vivir*, ou *Sumak Kawasay* em *Kichwa*[4]. A origem deste conceito parece ser

[4] Este movimento é muito próximo do movimento *Vivir Bien* ou *Suma Qamaña*, em *Aymara*, na Bolívia durante o governo de Evo Morales. *Kichwa* e *Aymara* são idiomas indígenas com forte presença em cada um dos respetivos países.

uma reunião de várias contribuições, desde organizações indígenas na zona Amazónica passando por académicos socialistas, indigenistas (Waldmueller & Rodríguez, 2019; Gudynas, 2011; Lander, 2009) e economistas pós-desenvolvimentistas (Acosta & Martínez, 2009). No contexto equatoriano, a sua aplicação a propostas políticas concretas surgiu num período de grande mudança com o estabelecimento do governo do partido *Revolución Ciudadana*, então encabeçado por Rafael Correa. Este executivo é considerado parte da chamada *Maré Cor-de-Rosa*, um movimento do início do século XXI marcado pela ascensão ao poder de governos socialistas na América Latina. Neste contexto, o *Buen Vivir* assume o papel de proposta anti-imperialista e socialista, sendo a base para a construção de uma nova Constituição Nacional do Equador em 2008. A nível teórico, o *Buen Vivi*r propõe um modelo de organização social focado na reprodução da vida (Acosta, 2013), tendo como base a harmonia e o equilíbrio do ser humano dentro da sua diversidade e com a natureza. Esta relação é descrita com maior precisão na seguinte citação de Acosta (2011):

> O *Buen Vivir*, em resumo, aparece como uma oportunidade para construir outra sociedade sustentada na convivência do ser humano em diversidade e harmonia com a natureza, a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais existentes em cada país e no mundo, na medida em que estes se sintonizem com os princípios fundamentais da humanidade. (Acosta, 2011, p. 18, tradução da autora)

Esta visão é aplicada aos diferentes espectros da vida (humana e mais-que-humana) propondo a existência de estados plurinacionais, que permitam a equidade e a diversidade cultural (Villalba-Eguiluz, et al., 2020). Neste sentido o *Buen Vivir* propõe um foco na economia social e solidária, baseada em relações de cooperação, com ênfase nas relações de produção de mercado locais, e um modelo de governo descentralizado e participativo, que conceda autonomia aos organismos locais de gestão (*ibidem*).

Um dos pontos apontados como de maior reforma liga-se com a integração de princípios ecologistas, tais como a atribuição de direitos constitucionais à Natureza (incluindo fauna, flora, mas também elementos, como a água e a terra) (Waldmueller & Rodríguez, 2019; Acosta, 2013). Este pensamento, fortemente enraizado na cosmovisão andina, assume a interdependência entre a humanidade e os restantes organismos e elementos integrantes da natureza, como um todo e independentes de relações de dominação: “Nunca se pode esquecer que o humano se realiza em comunidade, com e em função de outros seres humanos, sem

pretender dominar a natureza" (Acosta, 2013, p. 24, tradução da autora). Ao atribuir direitos constitucionais à natureza, cria-se um precedente para o desenvolvimento de planeamentos baseados na melhoria das condições de vida naturais, e não só humanas. Isto reflete-se na proposta de uma agricultura focada na soberania alimentar e na regeneração de biodiversidade, mas também na "revisão de contratos petroleiros que prejudicam o interesse da sociedade" (*ibidem,* p.27, tradução da autora).

A aplicação deste modelo a uma realidade concreta como a equatoriana foi, no entanto, catalogada de neodesenvolvimentista, significando, mais do que uma real mudança, um transformismo que mantém os mesmos valores e estruturas económicas e sociais que anteriormente (Villalba-Eguiluz, et al., 2020; Kay & Vergara-Camus, 2018). Segundo esta crítica, este processo coloca, de novo, o foco no poder económico do capital, reorganizando a sociedade (humana e mais-que-humana) num sistema hierárquico onde a natureza e determinados segmentos da população são vistos como recursos necessários para a produção de riqueza.

DECRESCIMENTO

Surgindo nos anos 1970, em França, este movimento ganha mais relevância nos anos 2010 posicionando-se como crítica à insustentabilidade social e ecológica de um modelo económico dependente do crescimento infinito (Kallis, et al., 2020; Beling, 2019). Em resposta a isto, como mencionam Kallis et al.:

> O Decrescimento pede o abrandar organizado, de maneira a minimizar os danos para outros humanos e não humanos. O Decrescimento procura libertar o tempo e a energia das pessoas para que se dediquem aos seus percursos de vida com paciência, compaixão e cuidado por si mesmos e pelos outros, mais do que, desesperadamente, trabalhar mais e comprar mais para escapar à dor, tristeza e frustração de encontrar significado ao enfrentar as vulnerabilidades da vida. (2020, p. 18, tradução da autora).

Este movimento defende que, se considerarmos o crescimento infinito incompatível com os ritmos cíclicos da natureza e, portanto, da renovação dos recursos naturais, só existem dois futuros possíveis para o mundo. Ou uma diminuição planeada e gradual da produção e consumo, aliada a uma alteração de valores sociais, assegurando uma qualidade de vida aceitável para todos os seres humanos e não humanos (como defende o Decrescimento). Ou uma diminuição

drástica e abrupta provocada por crises de recursos, e que pode levar à diminuição da qualidade de vida de grande parte da população mundial e de outros seres vivos, bem como à destruição de ecossistemas, que é apresentado como sendo o resultado inevitável caso não se opte por uma economia de Decrescimento (*ibidem*).

Os teóricos do Decrescimento têm vindo a propor diversas medidas para a aplicação de uma diminuição progressiva do consumo, que passam por adaptações do paradigma capitalista atual, e que pretendem, tal como dito anteriormente, provocar mudanças sistémicas graduais. Exemplo disso são propostas de indicadores de medição de desenvolvimento e bem-estar que incluam as externalidades ambientais e sociais das quais o crescimento económico é dependente (tais como o *Genuine Progress Indicator*), ou que tomem em consideração a distribuição de riqueza criada (como o *Index of Sustainable Economic Welfare*). Outra estratégia proposta, é a da redução das horas de trabalho como forma de diminuição da produção e do desemprego, libertando tempo livre para atividades não-mercantilizadas (atividades reprodutivas, de subsistência, sociais e de recreação) (Kallis, et al., 2018). Uma terceira linha de ação relaciona-se com a taxação da riqueza e dos impactos ambientais (como taxas de carbono), bem como com o favorecimento de economias sem fins lucrativos e com impactos sociais e ambientais positivos. Por fim, é sugerida a diminuição do consumo a nível público (estatal) e privado (individual), com o estabelecimento de redes de produção-consumo de proximidade e com foco em indústrias e empresas de preservação e reparação de produtos em vez de fabricação de novos (*ibidem*).

Esta redução não é a mesma que aquela que observamos em momentos de crise, recessão ou depressão económica, que agravam as desigualdades, o desemprego e a tensão social, e que podem conduzir à implementação de políticas de austeridade e à violação de direitos ambientais (Kallis, et al., 2020; Beling, 2019). Pelo contrário, o Decrescimento advoga por uma escolha consciente de diminuir o consumo e a produção, questionando os próprios princípios do capitalismo neoliberal. Para Beling, a alteração de valores deve acontecer antes da institucionalização de quaisquer medidas, no sentido de evitar que estas sejam cooptadas para servir jogos de poder político (Beling, 2019). Isto acontece com o *Buen Vivir* (*ibidem*) como vimos anteriormente, mas também com a implementação dos créditos de carbono, usados como forma de exportar lixo e outras externalidades para países economicamente mais frágeis (Stuart, et al., 2019), ou com o discurso da transição energética que tem servido para justificar expansão de mineração e do consumo energético (Maraschin, 2024; Altieri & Nicholls, 2023).

Por estes motivos, esta teoria tem estado associada a movimentos sociais de justiça ecológica, tornando-se o '*slogan* míssil' de ativistas e movimentos que exigem mudanças

governativas e económicas estruturais, tais como a reorganização das lógicas do mercado e de propriedade, no sentido da expansão da democracia económica (Kallis, et al., 2020).

O Decrescimento é também associado a um neoruralismo radical, que se procura afastar do sistema capitalista (Snikersproge, 2022; Trimano, 2019). Este tipo de movimento foi abordado anteriormente como estando na base da criação de comunidades isoladas e de gentrificação do rural (cap. 2.1.3). No entanto estes podem também – e por vezes até simultaneamente – representar a exploração de estilos de vida 'radicais' onde se procura aplicar práticas decrescentistas (Snikersproge, 2022; Roseman, et al., 2013; Halfacree, 2012). Snikersproge analisa casos de neorruralidade radical no sul de França onde identifica uma tendência destes novos habitantes para desenvolver atividades direcionadas à autossuficiência ou trabalhos a tempo parcial, que permitam mais tempo para atividades reprodutivas (socialização, ativismo, família, autoaprendizagem…) (Snikersproge, 2022). Analisando casos semelhantes em Espanha, Roseman, et al. (2013) apontam para práticas que se aliam com a visão decrescentista, tais como o reaproveitamento de recursos disponíveis como objetos, casas e terrenos abandonados ou desvalorizados, que voltam a ganhar valor para os novos habitantes através da reabilitação e restauro, como vemos no exemplo da figura 2.9 que mostra uma máquina de lavar roupa adaptada para passar a ser movida a energia mecânica (pedais), numa comunidade neorrural no sul de Espanha.



Figura 2.9 Exemplo de reutilização de objetos numa comunidade de novos rurais no sul de Espanha. Fonte: fotografia da autora, 2022.

Vemos assim que o Decrescimento defende um abrandar organizado da produção e consumo, seja ativamente, através da redução de horas de trabalho, da criação de redes de

proximidade e da reutilização de recursos, seja através de criação de ferramentas que desincentivem o crescimento infinito, como a implementação de medidores de desenvolvimento qualitativos e inclusivos ou a taxação de riqueza e dos impactos ambientais das atividades produtivas. Esta teoria é posta em prática através de movimentos ecologistas assim como a adoção de estilos de vida que põem em prática esta visão, como são as (neo)ruralidades radicais.

AGROECOLOGIA

Face aos desastres ambientais, pobreza rural e insegurança alimentar que se têm tornado mais fortes nos últimos anos de pós-COVID e desde o início da Guerra na Ucrânia (Altieri & Nicholls, 2023), o movimento agroecológico tem ganho relevância tanto no contexto Europeu como no contexto Latino-Americano. A dependência de produtores que concentram em si grande parte da produção mundial de determinados produtos e matérias-primas agrícolas (como foi o caso da Ucrânia, com a produção de fertilizantes e de trigo) (*ibidem*), bem como os eventos climáticos drásticos aos quais temos assistido, criam um cenário de urgência na procura de outras formas de produção e comercialização de produtos alimentares.

Nos anos 1960 e 1970 a Agroecologia surge como uma crítica ao modelo de produção agroindustrial, denunciando a degradação ambiental e a situação de vulnerabilidade e exclusão social em que este sistema deixa as comunidades camponesas e os territórios rurais (Gangotena, 1981). Durante as últimas décadas têm vindo a ser aplicados esforços por organizações internacionais como a *Organização para as Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação* (FAO), a *União Europeia* (UE) e mesmo a *Comissão Económica para a América Latina e o Caribe* (CEPAL) para a transição para uma agricultura mais 'verde' e um apoio ao desenvolvimento rural. No entanto, a crítica, desde a Agroecologia, aos modelos de produção agrícola promovido por estas organizações mantém-se, uma vez que estas propostas institucionais despojam a questão agrícola da sua dimensão sociopolítica (Altieri & Nicholls, 2023; Sevilla-Guzmán, 2013). Esta crítica aponta para os problemas da adoção de sistemas de produção orgânicos e biológicos sem rever as lógicas de concentração de poder e riqueza que estão na base do sistema de produção alimentar agroindustrial, reforçando situações de dependência entre os pequenos produtores deste sistema globalizado (Altieri & Nicholls, 2023; Sevilla-Guzmán, 2013; Altieri & Toledo, 2011; Van der Ploeg, 2008).

Face a isto, a Agroecologia reclama uma transformação socioecológica, que minimize a dependência de cadeias de distribuição de grande escala e da compra de matérias-primas (agroquímicos, sementes, energia…), contribuindo simultaneamente para a manutenção e

recuperação dos ecossistemas (Yaşın, 2022; Sevilla-Guzmán, 2013; Altieri & Toledo, 2011). Esta transformação informa-se num pluralismo epistemológico, onde se combina o conhecimento científico/académico com o conhecimento empírico de camponeses, produtores agrícolas e indígenas, permitindo a partilha de soluções e a sua adaptação aos diferentes contextos ecológicos (Altieri & Nicholls, 2023; Sevilla-Guzmán, 2013; Altieri & Toledo, 2011).

Neste modelo, a soberania alimentar e a reprodução dos ecossistemas são questões interdependentes, o que se reflete na conceção da agricultura como uma atividade de *coprodução* com a natureza (Altieri & Toledo, 2011; Van der Ploeg, 2008). O entendimento dos processos de autorregulação e autorreprodução da natureza está na base da produção agroecológica, como, por exemplo, na mistura entre várias espécies vegetais com o objetivo de "beneficiar interações biológicas (…) permitir a regeneração da fertilidade do solo e manter a produtividade e a proteção de culturas" (Altieri & Toledo, 2011, p. 588, tradução da autora). Aliado a estes processos está o desenvolvimento de tecnologias simples, fáceis de replicar e que impliquem o mínimo de recursos externos. Estas são, por exemplo, a recuperação de técnicas tradicionais de irrigação e de manipulação da terra, ou a autoprodução de fertilizantes, pesticidas e herbicidas com 'receitas' que reciclam produtos colaterais da produção agrícola. Uma outra característica da Agroecologia é a relocalização da produção, distribuição e comercialização, através do envolvimento comunitário, tanto pela partilha de mão-de-obra e recursos no momento da produção, como na criação de espaços de comercialização locais como feiras e mercados. Isto significa que não se trata unicamente de uma procura pela soberania alimentar, mas também tecnológica, energética (Altieri & Toledo, 2011) e, poderíamos acrescentar, comercial.

Este paradigma está muito próximo do movimento de Decrescimento na luta por uma transição socioecológica (Yaşın, 2022), sendo que o foco, neste caso, é colocado na melhoria da qualidade de vida dos produtores agrícolas e camponeses, mas também à *recampesinação* (Sevilla-Guzmán, 2013). Este termo é usado para descrever o regresso a práticas e formas de produção camponesas, com o objetivo de expandir a autonomia de produtores agrícolas face à globalização dos mercados alimentares, aumentando a sua capacidade de sobrevivência a situações de privação e dependência (Van der Ploeg, 2008; Bryceson, 2000). Aqui, é importante referir que a conceção de campesinato não é tanto a visão clássica de uma classe social que se organiza em torno da família, da produção agrícola e de um território isolado (*Farm, Family, Class, Community*) (Bryceson, 2000), mas sim o campesinato como uma forma de relacionar-se com a natureza que vê a humanidade como parte desta, e não como seu oposto (Sevilla-

Guzmán, 2013). Van der Ploeg (2008) descreve o modo de produção camponês como centrado na expansão da autonomia, autossuficiência e *reprodução dos recursos base* (isto é, vida humana e natureza). Algumas das principais ferramentas para a autonomia associadas ao neocampesinato são a redução da dependência do capital, conseguida pelo aumento do trabalho, e uma procura por uma maior "eficiência técnicoambiental" (Sevilla-Guzmán, 2013, p. 19, tradução da autora) através da expansão de competências e conhecimento. Estas estratégias permitem manter uma maior percentagem da riqueza criada no lado do produtor, bem como assegurar uma gestão mais eficiente dos recursos naturais (Sevilla-Guzmán, 2013; Van der Ploeg, 2008). Exemplos de neocampesinato são produtores agrícolas que, ainda que integrando parcialmente sistemas de produção industrial, mantêm práticas tradicionais de produção, tais como culturas mistas, intercultivos, rotação de cultivos, uso de sementes regionais, uso de estrume como fertilizante e reserva de sementes (Calvário, 2023; Escribano, et al., 2020). Casos destes são reportados tanto na Europa (Calvário, 2023; Escribano, et al., 2020; Silva, 2019) como na América Latina (Macías Yela, et al., 2021; Gascón, 2016; Altieri & Toledo, 2011; Martínez, 2009). Podemos, assim, observar que existe uma sobreposição entre o modelo de produção camponês e a Agroecologia, o que se pode justificar pela Agroecologia integrar, na sua epistemologia e prática, conhecimento empírico, o qual é, igualmente, o fundamento epistemológico do modo de produção camponês.

Numa investigação sobre as novas formas de aplicação destes conhecimentos Snikersproge (2022) reforça a ideia de Van der Ploeg (2008) de que o modo de produção camponês tem como objetivo a autonomia de estruturas de poder, expandindo esta ideia de autonomia para além da produção agrícola. No trabalho de Snikersproge o modo de produção camponês apresenta-se também como criador de biodiversidade, bem-estar animal, emprego rural e dinamismo social rural. Esta lógica produtiva não se traduz diretamente numa rejeição do mercado capitalista globalizado, mas sim uma limitação das relações de dependência desiguais e hierárquicas que se estabelecem com as estruturas de poder locais, nacionais e internacionais. A este processo Snikersproge (2022) chama de autonomia relativa, isto é criação de relações de equilíbrio com as forças de mercado que permitam um processo de expansão do níveis de autonomia, conceito que será usado mais à frente nesta investigação para explicar a prática económica e dinâmicas espaciais desenvolvidas pelos casos de estudo.

2.3.3. Agendas comuns e ações conjuntas

Ao longo desta secção abordámos vários exemplos de propostas de economias alternativas ao modelo capitalista neoliberal, desde propostas de economias democratizadas como os comuns e as economias sociais, solidárias e populares, até economias que propõem relações desierarquizadas com a natureza e que assegurem a reprodução dos ecossistemas, como o *Buen Vivir*, o Decrescimento e a Agroecologia. Apesar de cada uma ter a sua agenda concreta, encontramos vários elementos em comum, como podemos observar na tabela 2.1. Ainda que os objetivos pareçam diferentes, a semelhança torna-se mais clara quando observamos as estratégias usadas por cada uma delas. Com base no resumo da tabela 2.1 e seguindo a lógica dos *eixos estratégicos* comum em planos de desenvolvimento promovidos pela UE, poderíamos sugerir seis 'eixos estratégicos' que resultam do cruzamento das estratégias propostas por estas várias alternativas e que apontam para uma agenda comum de transformação socioambiental. São estes eixos:

1. Democracia económica: descentralização do poder económico, promovendo a autonomia local, a autogestão e processos de tomada de decisão horizontais, participados e informados.
2. Descolonização da natureza: comunalização de bens naturais universais (como a água ou a terra) e integração das lógicas naturais nos processos produtivos humanos (através de processos de produção regenerativos, de coprodução e da integração de indicadores de impacto ambiental na medição do benefício dos processos produtivos aplicados).
3. Saberes plurais: fundamentação de epistemologias com base na combinação de conhecimentos teóricos e de conhecimentos empíricos, oriundos de realidades diversas.
4. Reprodução da vida: produção com foco na expansão dos recursos existentes (naturais, animais e humanos), através da diversificação e diminuição da quantidade produzida para aumento da qualidade dos resultados da produção.
5. Economias enraizadas: territorialização dos processos de produção e consumo, com uma produção centrada na soberania local (alimentar, tecnológica, energética) e no reaproveitamento de recursos, e mercados de proximidade.
6. Distribuição equitativa de recursos: criação de sistemas de provisão, comunalização e partilha de bens e serviços e instrumentos de prevenção da acumulação de riqueza (como a taxação, a distribuição e a utilização de indicadores de medição que considerem os impactos sociais das atividades produtivas desenvolvidas)

Tabela 2.1 Resumo comparativo de alternativas ao desenvolvimento. Fonte: elaborado pela autora.

	ECONOMIAS SSP	COMUNS	DECRESCIMENTO	BUEN VIVIR	AGROECOLOGIA
OBJETIVO	Democratizar a economia e assegurar o bem-estar humano	Criar recursos comuns partilhados e autogeridos	Abrandar organizado da produção e consumo	Viver bem com a natureza e com a diversidade humana (reprodução da vida)	Desenvolver uma relação simbiótica com a natureza para a reprodução dos recursos base
VALORES	Democracia, solidariedade, justiça, equidade	Partilha, apoio mútuo, autonomia, solidariedade	Equidade, equilíbrio	Harmonia, equilíbrio, corresponsabilidade	Autonomia, autossuficiência, respeito
ESTRATÉGIAS	a) estabelecer governanças horizontais e autogestão	a) criar de bens comuns (questionar a noção de propriedade)	a) implementar indicadores de medição de desenvolvimento qualitativos e inclusivos	a) reconhecer a plurinacionalidade e identidade	a) combinar de saberes ancestrais e conhecimento científico
	b) criar sistemas de provisão	b) aplicar sistemas de autogestão, horizontalidade e democracia direta	b) reduzir horas de trabalho	b) potenciar sistemas económicos de equidade (pós-capitalistas)	b) produzir em cooperação com a natureza
	c) distribuir lucro gerado coletivamente	c) partilhar bens e serviços	c) taxar a riqueza e impactos ambientais	c) reconhecer direitos à Natureza (sustentabilidade ambiental e biocentrismo)	c) diversificar a produção
			d) favorecer economias alternativas	d) fomentar a autonomia local e governança descentralizada	d) desenvolver redes de produção e consumo de proximidade
			e) desenvolver redes de produção e consumo de proximidade e de reutilização		
PRÁTICAS	Organizações sociais de livre associação (terceiro setor)	Terrenos comunais (baldios/comunas/ejido)	Movimentos sociais (ecologistas)	Políticas socialistas	Resistências camponesas
	Movimentos sociais (direitos dos trabalhadores)	Ocupações de espaço público ou privado	Ruralidades radicais (neoruralidade)	Ruralidades radicais	Ruralidades radicais (neocampesinato)
RISCOS	Cooptação para servir agendas político-partidárias e desresponsabilização institucional	Criação de *clusters*	Cooptação para servir modelos de "crescimento verde" e "expansão energética"	Cooptação para servir modelos de "neodesenvolvimento" e "neoextrativismos"	Cooptação para servir modelos de "crescimento verde" e subordinação ao poder do Mercado

Também entre as práticas que materializam estas teorias é possível encontrar pontos de contacto. Na maioria dos casos poderíamos identificar três linhas de ação: movimentos sociais, práticas prefigurativas e resistências silenciosas. Os movimentos sociais são mobilizações civis que procuram exigir mudanças institucionais e sistémicas nas instituições de poder económico e político (Reiter, 2009), vemos este tipo de práticas nas propostas de alterações institucionais do Decrescimento, ou com os movimentos anti-austeridade na Grécia (Varvarousis, 2020). A prefiguração consiste na construção de outros mundos possíveis através da prática, o que frequentemente implica contestar a dependência de estruturas de poder externas (Soares & Tapia Argüello, 2020). Na análise desta secção identificamos exemplos de prefiguração nas ruralidades radicais, que põem em prática teorias do Decrescimento e da Agroecologia, nas organizações onde se aplicam práticas de economias sociais, solidárias e populares e nas ocupações de espaço público e privado que visam a criação de bens comuns. Por fim, as resistências silenciosas, ou, como colocam Murru e Polese (2020), as *resistências quotidianas*, são formas de resistência a estruturas de poder, que vão mais além dos movimentos sociais organizados. Estas formas de resistência mais invisíveis (e invisibilizadas) são lutas passivas de comunidades marginalizadas ou subalternas contra forças opressoras, usando ferramentas variadas que normalmente significam um falso cumprimento das regras (*ibidem*). Dentro do panorama apresentado, o caso mais explícito deste tipo de resistência é o das resistências de (neo)camponeses à total integração na forma de vida mercantilizada. Ainda assim, poderíamos dizer que em grande parte das outras propostas há um pouco de resistência silenciosa, uma vez que procuram estratégias de sobreviver e expandir a sua autonomia dentro do próprio sistema capitalista onde se integram.

Ainda que estas três categorias não existam de forma separada na prática, esta diferenciação pode ajudar a entender a principal dimensão de ação de cada um destes modelos económicos. Isto é, todas as práticas apresentadas questionam o modelo económico capitalista, no entanto, cada tipo de ação procura um diferente canal para a criação de alternativas. Os movimentos sociais procuram uma mudança de paradigma através de reformas institucionais e sistémicas, com a alteração das dinâmicas exercidas por estruturas de poder. As práticas prefigurativas assumem uma mudança ‘de baixo’ usando estratégias de criação e expansão de uma autonomia relativa (Snikersproge, 2022). Por fim as resistências silenciosas procuram alternativas de pequena escala, que permitem a expansão da autonomia individual ou de uma pequena coletividade, não oferecendo ferramentas para mudanças institucionais. Como vemos em grande parte dos exemplos aqui apresentados, bem como noutras investigações (Calvário, 2023; Kallis, et al., 2020; De Angelis, 2017; Hart, 2002), é na coordenação destas várias frentes de

ação que podem ser fortalecidos processos de transição para futuros pós-capitalistas (Calvário, 2023; Kallis, et al., 2020; De Angelis, 2017; Hart, 2002).

2.4. Lentes Epistemológicas

À luz da teoria da *Produção do Espaço* podemos enquadrar a análise das seções anteriores nas categorias de atores espaciais criadas por Lefebvre (1991) (*representações do espaço*, *espaços de representação* e *práticas espaciais*). A *Urbanização Planetária*, com a sua tendência hegemónica de operacionalização de todos os tipos de território (Brenner, 2014b), corresponde às forças de *representação do espaço*, cujo resultado são *práticas espaciais* que refletem as lógicas de mercado financeiro e de políticas neoliberais, tais como a competição territorial, a concentração desigual de riqueza em determinados territórios, a *guetificação* elitista e a mercantilização do território, do seus bens e serviços. Nos interstícios deste modelo de ocupação territorial encontramos os *espaços de representação* que resistem a esta forma de habitar o território, e que, ao estar assentes numa forma de gestão cooperativa, democrática e participada, podem revelar-se o terreno fértil para a emergência de outras urbanidades.

Tendo analisado as formas territoriais que resultam da espacialização do modelo capitalista neoliberal, assim como um leque de práticas e teorias económicas que surgem como alternativa ao paradigma político-económico dominante, partimos para a definição das lentes epistemológicas que permitem entender a relação entre estas duas forças. Recorremos a duas teorias da Hart (2018; 2002), as *Múltiplas Trajetórias* e a *Comparação Relacional*, que permitem olhar para ambas as forças como interdependentes ainda que divergentes.

No seu trabalho sobre a integração da África do Sul na globalização neoliberal, Hart (2002) desenvolve a teoria das *Múltiplas Trajetórias* que permite entender as dinâmicas globais como resultado de conjuntos de ações locais, em diferentes pontos do globo. Esta teoria entende a globalização neoliberal como decorrente não só de ações de instituições deterritorializadas de gestão do capital financeiro, mas também, e principalmente, de práticas de entidades locais e das relações que estas estabelecem com dinâmicas e forças nacionais e internacionais. A autora analisa como determinadas ações locais podem ter impacto na forma como forças globalizantes atuam localmente – por exemplo, a forma como os interesses de um determinado empresário na África do Sul criaram um ambiente propício para a entrada de um projeto de desenvolvimento que facilitava a entrada de capital e empresas estrangeiras no país (*ibidem*). Através deste exemplo poderíamos dizer que, se estas práticas locais têm o poder de fomentar a lógica capitalista neoliberal globalizada, podem também ser agentes ativos na construção de

dinâmicas globalizadas de "alternativas ao capitalismo e ao 'desenvolvimento'" (Hart, 2002, p. 51, tradução da autora).

Sem ser necessariamente multiescalar, este tipo de análise implica o entendimento de redes de mútua influência que se estabelecem a várias escalas. Neste sentido, no mesmo trabalho de sobre a África do Sul, Hart (2002) desenvolve a teoria da *Comparação Relacional*, que mais tarde revisita relacionando-a com os Estudos Urbanos e os Estudos Subalternos (Hart, 2018). A *Comparação Relacional* é apresentada como uma metodologia que se recusa "a medir casos consoante critérios universais", questionando como cada caso se forma *em relação* com outros casos locais e com uma totalidade maior, procurando que "o estudo de uma parte particular po[ssa] explicar o todo" (Hart, 2002, pp. 13-14, tradução da autora).

Esta proposta também se informa na teoria de Lefebvre da *Produção do Espaço*, ao entender o lugar como um resultado de relações e conexões. No entanto, enquanto Lefebvre defende um lugar é definido pelas relações sociais que se dão dentro deste, Hart argumenta que um lugar é definido não só por estas, como também por ações e relações que o lugar estabelece com "outras arenas (regionais, nacionais e transnacionais)" (*ibidem*, p.14, tradução da autora). A *Comparação Relacional* implica, então, abandonar comparações local-local ou local-global, centrando a análise nos conflitos e cooperações que se dão entre forças de poder globalizadas (*representações do espaço*) e ações locais de resistência (*espaços de representação*), local, nacional e internacionalmente. Desta forma, Hart cria um terreno fértil para questionar a globalização – e, neste caso, a *Urbanização Planetária* – enquanto projeto hegemónico e homogeneizante, que assume as mesmas características em todos os pontos do mundo e que constringe a ação local. Estas lentes permitem ainda identificar as *múltiplas trajetórias* existentes na produção do território, conferindo poder de agência aos movimentos locais e resistências à globalização capitalista neoliberal.

2.5. Conclusões

Dada a complexidade do território atual, em grande parte devido à globalização das redes de comunicação e transporte, não se pode limitar a interpretação do *urbano* à cidade, nem a nenhum tipo exclusivo de assentamento humano (Brenner, 2014a; Brenner & Schmid, 2014). A teoria de Lefebvre da *Produção do Espaço* permite analisar a complexidade do território não só através das suas características espaciais, mas, e principalmente, através das práticas, discursos e símbolos que usamos para os habitar, planear e organizar. Isto significa entender a urbanização como processo social, político e, principalmente, económico.

Desta forma, o objeto de investigação dos Estudos Urbanos deixa de ser a cidade para se converter na sociedade urbana e nos vários tipos de territorialização que esta assume. E se, em 1970, Lefebvre encontrava uma sociedade dominada por lógicas de capitalismo industrial, hoje em dia deparamo-nos com a expansão do capital financeiro e com a predominância de políticas neoliberais à escala global. O desenvolvimento das tecnologias de comunicação e dos meios de transporte permite ultrapassar limitações espaciais e aproximar territórios distantes, tornando-os no motor da globalização da captação e acumulação de capital nas suas várias formas. A alienação das pessoas (mão-de-obra) e bens naturais (matérias-primas) dos seus contextos de origem permite a sua conversão em mercadoria e o seu 'resgate', para contribuírem para a acumulação de riqueza em centralidades urbanas globais. O resultado é a operacionalização de todo o planeta, integrando todas as dinâmicas locais em redes e relações à escala global, desenvolvidas em prol do crescimento económico, levando a urbanização à escala planetária.

Entre a homogeneização global e a luta dos territórios por manter as suas particularidades a *Urbanização Planetária* incentiva uma gestão empresarial do território. O resultado é a formação de relações territoriais desiguais na sua génese, assentes em relações de poder económico e financeiro. Os territórios convertem-se em mercadoria, adotando discursos publicitários e abordando o planeamento urbano como estratégia de *marketing*. A concentração de capital a diversas escalas – desde a mega-cidade-região até ao bairro *guetificado* elitista – resulta, necessariamente de um saqueio de outros territórios, que, quando esvaziados das riquezas que os tornavam interessantes, se transformam em ruínas.

É nos interstícios deste modelo de ocupação territorial, nos seus vazios, nos momentos de crise e espaços abandonados, que surgem resistências que procuram converter situações de vulnerabilidade (precariedade e expropriação) em estratégias de sobrevivência coletiva (cooperação e autonomia). Nestes *espaços de representação* encontramos modelos alternativos ao capitalismo neoliberal, que combinam conhecimento teórico com empírico e que propõem democratizar a economia para a tornar uma ferramenta direcionada ao bem-estar e à reprodução de vida, através da distribuição equitativa de recursos, do enraizamento da economia e a comunalização de bens naturais universais. Estas propostas são espacializadas através de práticas que prefiguram futuros alternativos, de movimentos sociais que exigem alterações sistémicas e de resistências quotidianas que expandem a autonomia local.

A produção do território é, assim, resultado das contaminações cruzadas e mútuas influências entre dinâmicas internacionais de concentração de capital e lugares concretos de resistência e prefiguração. A complexidade destas relações implica sair de comparações

hierarquizadas e adotar análises que se centrem nas relações que se estabelecem entre o local e o global, entendendo o global como um somatório de práticas locais.

Refletindo sobre as consequências da planetarização da urbanidade, Brenner e Schmid defendem que esta acarreta "desigualdades, conflitos e perigos catastróficos, mas também abriga novas oportunidades para a apropriação democrática e autogestão do espaço em todas as escalas" (Brenner & Schmid, 2014, p. 18, tradução da autora). Tais lentes epistemológicas podem abrir passo a pensar no território para além do urbano, olhando para lugares que territorializam *outras economias* e *outras governanças*, contribuindo não só para entender a diversidade de formas de urbanização atual, mas também ampliar a visão da possibilidade de futuros para a construção de sociedades menos desiguais e mais ambientalmente conscientes.

CAPÍTULO 3

Metodologia

3.1. Definição do objeto epistemológico

Se o espaço é produzido por dinâmicas socioecónomicas, para procurar outras urbanidades será necessário observar práticas espaciais que questionem os princípios socioeconómicos neoliberais da *Urbanização Planetária* aqui em crítica, tais como a distribuição desigual de urbanidade, a acumulação desregulada de capital e a mercantilização de serviços e bens básicos. Para entendermos como estas urbanidades constituem experiências concretas de alternativas à *Urbanização Planetária*, serão analisadas as formas que assumem no território, ou seja, como se inscrevem na geografia urbana, política e económica dos seus respetivos contextos.

Assumindo a missão de entender que *outras urbanidades* podem surgir de *democracias económicas* que se questionem o capitalismo neoliberal, este trabalho estabelece dois objetivos. Primeiro será necessário entender como se materializam os processos de democratização da economia. Como apresentado no capítulo anterior (cap.2), a complexidade das relações globalizadas exige análises que permitam entender particularidades locais em intersecção com dinâmicas globais. O conflito e a contradição num mundo complexo são difíceis de prever na esfera teórica, sendo necessário recorrer a exemplos práticos de aplicação dessas economias para entender como chocam, competem e cooperam com o próprio modelo que rejeitam ou criticam.

O segundo objetivo passa por entender como estas práticas se relacionam, integram ou resistem às dinâmicas espaciais homogeneizantes da *Urbanização Planetária*. Para isto usamos os quatro modos de produção do território, identificados na secção 2.1.3., como critérios de análise (modelo de expansão, modelo de desenvolvimento, modelo de propriedade e modelo de relação com a natureza). Aplicando estes critérios à análise de práticas espaciais de democracia económica, estabelecemos as bases para uma comparação relacional destas com o modelo urbano neoliberal.

Para responder a estes objetivos, esta investigação recorre a uma metodologia de casos de estudo de práticas de democracia económica, com o objetivo de melhor entender como teorias e propostas económicas críticas dos correntes padrões de neoliberalismo globalizado se materializam em realidades concretas. Como tal, adotamos uma metodologia etnográfica, com períodos longos de trabalho de campo. A recolha de dados é densa para permitir uma análise detalhada do funcionamento destas práticas, bem como das relações que estabelecem com

entidades e organizações locais, nacionais e internacionais. Neste sentido, considera-se necessária a seleção de um número reduzido de casos de estudo, que permita, dentro das premissas da investigação, a análise extensa dos processos que os caracterizam e do contexto onde se inserem.

3.2. Seleção dos casos de estudo

No segundo capítulo (cap. 2.1.4) vimos como é nos interstícios de modelos dominantes que encontramos movimentos de resistência e práticas prefigurativas. É nestes contextos de vulnerabilidade resultantes da adoção de políticas neoliberais, que iremos procurar casos de democracia económica. Estas situações, observam-se em várias partes do mundo, tanto dentro, como fora das mega-cidades-região apontadas por Soja e Kanai (2014). Dentro da variedade de possibilidades optou-se por dois contextos com os quais foi possível ter maior proximidade, um em Portugal – a Cooperativa Integral Minga – e outro no Equador – a Cooperativa familiar de poupança e crédito Portada Bethania.

Em ambos os casos se verificam períodos de crise, que resultam na implementação de políticas neoliberais e que geram movimentos sociais de contrarresposta, nos quais se integram os casos de estudo selecionados. No caso português, no pós-crise económica de 2007-8 dá-se a implementação de medidas de liberalização dos mercados do trabalho e da habitação (Drago, 2021), dando origem a movimentos sociais de contestação, bem como à migração de população jovem recém-formada para o estrangeiro e para zonas rurais (Barbosa, 2020; Figueiredo, et al., 2020; Soeiro, 2014; Ribeiro, 2012). No caso do Equador, o país passou por mudanças políticas e económicas de grande relevância no início do século, com a permanência, durante dez anos, de um governo que se identificava como *socialismo do século XXI*, que impulsou o desenvolvimento da economia popular e solidária (Kay & Vergara-Camus, 2018). Mais recentemente, com a contração e negociação de dívida com o FMI, a crise energética de 2024 e a escalada do crime organizado, a resposta surgiu tanto nas ruas em manifestações organizadas, como através de práticas quotidianas de organizações informais que tentaram e tentam dar resposta às necessidades da população.

Nestes contextos procuramos possíveis casos de democracia económica usando diferentes metodologias em cada contexto. No caso português a seleção do caso parte de um levantamento de iniciativas portuguesas ligadas à sustentabilidade, enquanto que, no caso equatoriano opta-se pelo método 'bola de neve'. Com base num listado de iniciativas recolhidas pelo projeto *É Para Amanhã*, são pré-selecionadas duas iniciativas em Portugal, tendo como critérios o facto

de serem projetos criados na própria sociedade civil, que procuravam responder às necessidades das suas comunidades através de práticas económicas baseadas na cooperação e autonomia. A primeira era a associação *Terra Sintrópica*, em Mértola e a segunda era a *Cooperativa Integral Minga*, em Montemor-o-Novo. Após visitas e contactos com os fundadores de cada projeto foi possível entender que, destes, apenas a Minga, por ser uma cooperativa, praticava um modelo de gestão participativo e democrático, constituindo, por consequência, um caso mais paradigmático da resistência a lógicas de concentração de poder e riqueza. No Equador, chega-se à pré-seleção de 3 casos: a *Moeda Muyu*, a cooperativa familiar de poupança e crédito *Portada Bethania* e a *Cooperativa Ananda*. Em cada um destes projetos houve uma conversa informal, na qual se procurou entender a organização e visões de cada projeto. A *Moeda Muyu* era uma estrutura dispersa pelo território equatoriano, o que tornaria a recolha de dados difícil para o curto período de investigação disponível. Foi igualmente um projeto que, ao momento do contacto, estava em declínio, pelo que foi descartado como possível caso de estudo. A *Cooperativa Ananda*, por ser um projeto que é construído de forma individual, e só posteriormente estendido à comunidade próxima, criou dúvidas quanto à real democratização dos processos de autogestão levados a cabo dentro do projeto, o que levou à rejeição desta iniciativa. Por fim, a cooperativa familiar *Portada Bethania*, por ser uma organização de caráter democrático onde recentemente se tinha implementado uma revisão do processo democrático interno, foi selecionada como segundo caso de estudo.

3.3. Etnografias de cooperação

Sendo que os objetivos desta investigação passam, não só por caracterizar estas práticas de *outras economias* e *outras urbanidades*, mas também entender o conflito e negociação inerentes ao facto destas se darem dentro do modelo urbano, foi necessário adotar um tipo de análise que permita olhar para estas contradições. Tais conflitos e práticas estão presentes na vida quotidiana do presente, onde se cruzam as múltiplas forças que chocam, se reproduzem, competem e cooperam na produção social do território. Neste sentido, Holston (2020) defende o uso de uma metodologia antropológica que permita olhar para esta complexidade, entendendo o território não só a partir do planeamento urbano, mas também como produto de práticas de cidadanias insurgentes:

> Este dinamismo e a sua perceção são os objetivos teóricos de um planeamento ligado a modelos sociais insurgentes. Difere dos objetivos modernistas do planeamento porque procura entender a

> sociedade como uma reinvenção contínua do social, no presente. A antropologia sugere que os planeadores precisam de olhar para os modelos sociais emergentes e para a sua repressão, que são indicadores desta invenção [social] (Holston, 2020, p. 239, tradução da autora).

Caldeira e Holston (2015) usam esta metodologia etnográfica para investigar processos participativos de planeamento urbano no Brasil. Os autores escolheram o caso de uma cidade em particular (São Paulo) e adotaram uma observação participante de 10 anos, durante os quais acompanharam a elaboração do *masterplan* e reuniões, audiências públicas e outros momentos relevantes para a elaboração do plano participativo desta cidade (p. 2003). Hart (2002) também usa métodos semelhantes de observação participante, durante um igualmente longo período de tempo (11 anos). Na sua investigação sobre a integração de processos neoliberais na política sul africana, a autora esteve, inclusivamente, anos antes do início da investigação, envolvida com movimentos de ativismo político na África do Sul, e a própria biografia da autora relaciona-se com a realidade que investiga.

Podemos ainda encontrar a metodologia etnográfica em investigações menos extensas. É o exemplo do trabalho de Torre (2024), que questiona a *cultura urbana* construída em torno de uma visão eurocêntrica e neoliberal, trazendo para a discussão espaços urbanos não-ocidentais. Para este trabalho a recolha de dados é feita com base em participação observante e acompanhamento de atividades quotidianas, bem como a condução de entrevistas a vários atores locais durante um período de quatro meses.

Sendo o objeto de estudo desta investigação as práticas insurgentes, e tendo em conta a necessidade de entender a complexidade, contradições e redes de relações de cada caso de estudo, adotou-se uma metodologia etnográfica próxima dos exemplos descritos anteriormente. Assim como no trabalho de Hart, considera-se necessário o estudo de realidades próximas à investigadora, optando-se assim por dois contextos onde esta teve facilidade de acesso. Dado o período limitado da investigação define-se um período de trabalho de campo de seis/sete meses para cada caso de estudo, que seria o período máximo tendo em conta o tempo necessário para preparação de trabalho de campo e posterior compilação e análise da informação. Durante este período usaram-se métodos etnográficos como a observação participante, entrevistas, questionários, consulta de documentos internos e registo de toda a informação num diário de campo. Seguindo os valores éticos da etnografia, são propostos acordos de devolução da

investigação aos sujeitos de estudo – isto é, às duas cooperativas – estabelecendo parcerias com estas organizações que serão apresentados com maior detalhe mais à frente neste capítulo.

Para guiar o trabalho de campo, e com base noutras investigações de casos de estudo com foco no território (Mínguez, et al., 2019; Trimano, 2019; Rivera & Mormont, 2006), foi definida uma lista de parâmetros para (i) entender como se organizam e atuam as cooperativas estudadas, quem as conforma e as suas dinâmicas internas, e (ii) entender as relações que estas estabelecem com os contextos políticos, económicos e territoriais em que se inserem. São assim definidos sete parâmetros:

1. Interpretações do território: de que forma os atores veem os territórios que habitam, como os caracterizam, o que os motiva a viver neles e que mobilidades/pendularidades se criam com outros territórios.
2. Habitar: qual a relação com a habitação que se estabelece (uso, mercantilização), tipos de propriedade e de edificado, tipologias de habitação, agregados familiares, relação com a escala de bairro (relações de vizinhança, processos de gentrificação, uso do espaço público).
3. Economia: atividades produtivas, sistemas de economia alternativa, relações com o Mercado (compra e venda a outras entidades), relações com entidades públicas.
4. Governança: visão, objetivos e atividade da organização; órgãos e ferramentas de gestão; funcionamento interno; conflitos, divergências e limitações.
5. Política: envolvimento político e ativismo.
6. Cultura e comunidade: eventos sociais, visão (das organizações e dos membros) sobre educação, saúde e alimentação; mapeamento das relações sociais; interpretação de teorias ou posições epistemológicas.
7. Ambiente: relação ser-humano – Natureza; consciência ambiental
8. Valores: valores defendidos dentro das organizações, e praticados pelos membros dentro e fora destas.

Estes parâmetros não foram usados durante o trabalho de campo, mas sim *à posteriori*, na organização e síntese da informação recolhida, dando origem a dois documentos de resumo do trabalho de campo para cada uma das organizações. Em cada um deles os parâmetros são adaptados às realidades observadas em cada caso. Mais tarde, durante o processo de análise e processamento da informação recolhida, estes parâmetros são reduzidos a quatro níveis de relação com o território que servem de base à análise dos casos de estudo (cap.4.2.4 e 4.3.4): (1) mobilidade e migrações; (2) habitação e propriedade; (3) natureza e bens comuns; (4) serviços e comércio.

3.1.1. Trabalho de campo na Cooperativa Integral Minga

O primeiro período de trabalho de campo decorreu de janeiro a setembro de 2023, junto da Cooperativa Integral Minga em Montemor-o-Novo, Portugal. Foi estabelecido, com a direção da cooperativa, que seriam realizadas algumas tarefas benéficas tanto para a investigação como para a própria organização, a saber: 1) levantamento da atividade de cada cooperador para atualização do *website* da cooperativa; 2) realização de um inquérito de satisfação aos membros e apresentação dos resultados; 3) coorganização do *dia do cooperador*; 4) apoio administrativo. Posteriormente foram também realizadas outras tarefas que serão descritas em seguida. Para a realização destas atividades, e de acordo com a política interna da cooperativa, era importante que a investigadora se tornasse membro da cooperativa, o que aconteceu em janeiro de 2023.

Descrevem-se em seguida, de forma detalhada, as várias frentes de trabalho:

i. Entrevistas semiestruturadas a membros: para recolher informação sobre a participação de cada membro na cooperativa foram contactados 100 dos 110 membros, dos quais 65 resultaram em entrevistas. Nestas entrevistas era perguntada a atividade que o cooperador desenvolvia dentro da cooperativa, como chegou à cooperativa, e quais os objetivos/valores do projeto em questão. Eram também pedidas ideias e sugestões para a organização do dia do cooperador (ver ponto vii).
ii. Produção de conteúdo para o *website* da cooperativa: com base nas entrevistas foram criados documentos individuais para cada cooperador, onde figuravam as informações que deram origem a um novo *website* da cooperativa (fig. 3.1).
iii. Apoio a tarefas administrativas: apoio à tesouraria na digitalização e organização de faturação da cooperativa e dos seus membros.
iv. Revisão de documentação interna: digitalização de documentação física variada e organização dentro do arquivo da cooperativa (contratos variados, registo de cooperadores, registo de remunerações, documentação da Secção de Habitação, seguros, atas de assembleias, candidaturas a fundos, entre outros).
v. Participação em assembleias e reuniões: participação na assembleia geral de 2023, em seis reuniões mensais de janeiro a junho de 2023, em duas reuniões de comunicação e uma reunião da Secção de Habitação com a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.
vi. Realização de um inquérito: com base num inquérito desenvolvido por cooperadores, foi desenvolvido um novo, onde se procurava fazer um balanço da atividade da cooperativa e identificar pontos fracos e oportunidades de desenvolvimento da Minga (ver anexo A). Foram recebidas respostas de 47 cooperadores.

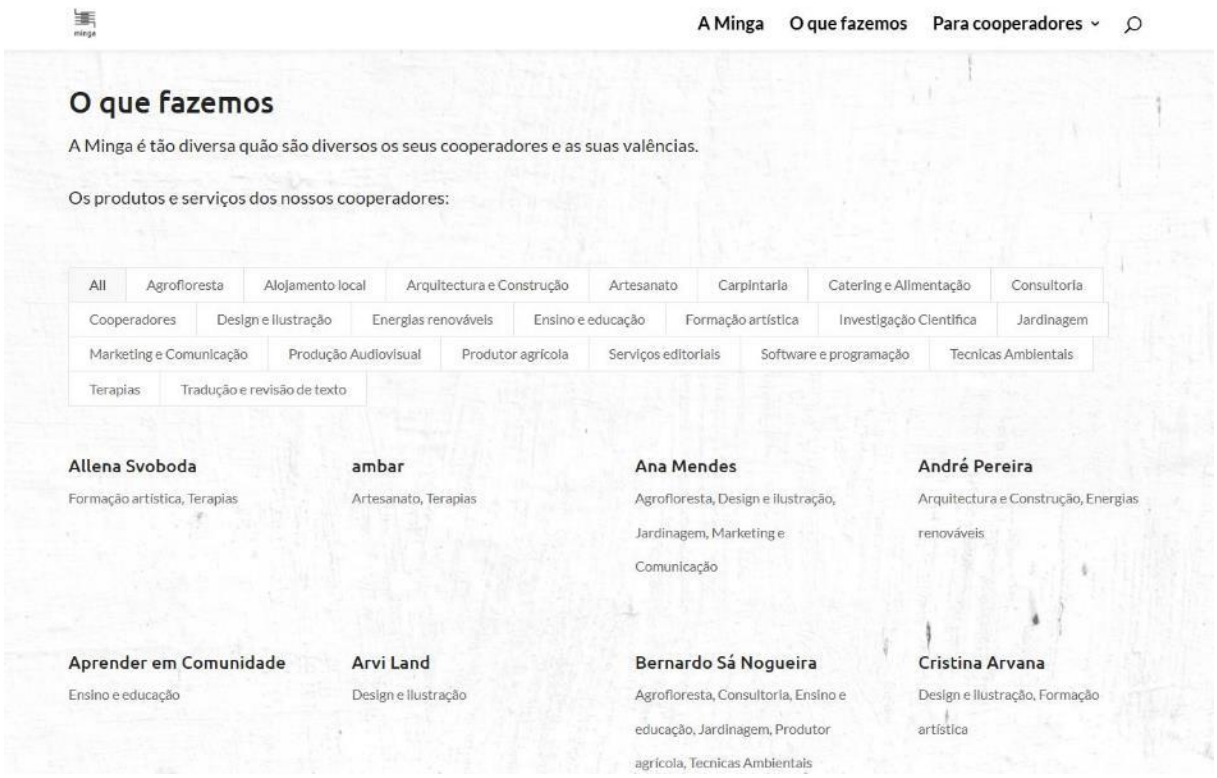


Figura 2.1 Página *web* da Minga, catálogo de serviços dos cooperadores. Fonte: mingamontemor.pt, acedido a 10 dezembro 2025.

vii. Coorganização do *dia do cooperador*: em conjunto com outros cooperadores foi organizada a atividade anual *dia do cooperador*, uma atividade que convida todos os membros da cooperativa a conhecerem-se e a rever a missão, visão e valores da cooperativa em conjunto.

viii. Distribuição de vegetais nas escolas: de maio a abril de 2023 foram feitas distribuições de vegetais a duas escolas locais. Os vegetais eram recebidos na loja da cooperativa e depois transportados e distribuídos em cada uma das cantinas, de acordo com os pedidos.

ix. Apoio à Secção de Habitação: participação na redação de uma proposta a realizar à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, no levantamento de lotes vazios e de habitação devoluta.

x. Consulta de literatura cinzenta: revisão de planos locais e municipais de desenvolvimento, habitação e turismo

xi. Entrevista semiestruturada a representante do governo local: realização de entrevista a um vereador da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, sobre os temas de habitação, ordenamento do território, turismo, património, desporto e juventude (ver anexo B).

xii. Apresentação de resultados preliminares: em setembro de 2023 foi realizada uma sessão de apresentação dos resultados preliminares da investigação (fig.3.2), para cerca de 20 pessoas (cooperadores e montemorenses), com o objetivo de retribuir parte do processo de

investigação, receber críticas às conclusões pré-elaboradas e assegurar o cumprimento de questões éticas dos dados usados para a investigação.

Para além destas atividades, a investigadora esteve a residir em Montemor-o-Novo (de janeiro a maio 2023) e entre Casa Branca e Montemor-o-Novo (de junho a setembro 2023), o que permitiu, não só a partilha da vida dentro da cooperativa, mas também do quotidiano da vida local a nível social e cultural. Todas estas atividades foram registadas num diário de campo, em mapas e em esquemas.



Figura 3.2 Apresentação dos resultados preliminares da investigação na Minga. Fonte: cedida pela Cooperativa Integral Minga, 2023.

3.1.2. Trabalho de campo na Cooperativa Portada Bethania

O segundo período de trabalho de campo decorreu de outubro de 2023 a maio de 2024, junto da cooperativa de poupança e crédito Portada Bethania, em vários pontos do território equatoriano. Em reunião com o então presidente da cooperativa foi estabelecido que durante o período de trabalho de campo a investigadora ficaria a viver com membros da cooperativa, e estabeleceu-se uma tarefa que, assim como no caso anterior, representasse uma vantagem para a investigação e para a cooperativa. Ficou definido que seria feita uma revisão e compilação de todos os documentos digitais da cooperativa e posteriormente a sua sistematização num *website* disponível a todos os cooperadores. Durante o período de trabalho de campo foi também dado

apoio pontual às várias comissões (grupos de trabalho) dentro da cooperativa bem como ao novo presidente eleito em novembro de 2023.

Descrevem-se em seguida as várias frentes do trabalho de campo.

i. Consulta a fontes locais: foram realizadas visitas a bibliotecas de universidades e museus locais. A pesquisa esteve centrada nos tópicos de campesinato, cooperativismo, *Buen Vivir*, história político-económica do Equador e planeamento e gestão urbana.

ii. Revisão de documentação da cooperativa: foram recolhidos e organizados todos os documentos disponíveis relativos à organização interna da Portada, com os quais foi posteriormente criado um *website* (fig.3.3)



Figura 3.3 Página *web* interna da Portada Bethania. Fonte: website interno da cooperativa, 2024.

iii. Estadia com membros da cooperativa:

   a. Tumbaco – um mês num terreno onde viviam oito cooperadores e uma pessoa externa à cooperativa.
   b. Yaruquí – um mês num terreno onde viviam 15 cooperadores e duas pessoas externas à cooperativa. Neste terreno outros 7 cooperadores tinham uma porção de terreno, mas não viviam nele.
   c. Puembo – um mês num terreno onde viviam quatro cooperadores.
   d. El Chaupí – duas semanas num terreno onde viviam oito cooperadores e onde trabalhavam cerca de sete pessoas externas à cooperativa.
   e. Cabuyal – uma semana num terreno onde viviam quatro cooperadores

iv. Entrevistas: foram realizadas entrevistas não-estruturadas a 37 membros da cooperativa (58% dos membros da cooperativa, excluindo menores ou idosos com reduzida capacidade

de comunicação). Estas entrevistas não foram gravadas, sendo apenas registadas em diário de campo *à posteriori*. A pergunta de partida era "o que pensas da Portada?". As restantes foram dirigidas de acordo a conversa, tentando entender de que forma as pessoas usavam a cooperativa, qual a sua participação/grau de envolvimento, qual a sua visão dos objetivos, serviços oferecidos e processos de gestão interna da cooperativa; assim como questões individuais de cada membro, tais como os seus valores pessoais, formas de vida, atividade económica, mobilidade e vivências no território, e relação com outros cooperadores. Foram feitas entrevistas à maioria dos cooperadores com quem se viveu, mas também a outros, priorizando membros mais ativos, e com visões díspares ou mais vincadas sobre a cooperativa.

v. Observação participante: durante o período de residência com membros da cooperativa deu-se apoio em atividades de gestão da cooperativa como preparação de reuniões de cada fundo (secção), e participou-se em reuniões do Conselho de Administração (cap. 4.3.2) e dos fundos do Bem Comum e de Saúde (cap. 4.3.1). Houve ainda a partilha de quotidianos (desde ir às compras, levar filhos à escola, idas ao médico, eventos culturais, almoços de família, aniversários, etc.) e de atividades associadas ao trabalho (reuniões com agentes públicos, trabalho em dois projetos de agricultura e de processamento de alimentos e participação em aulas de cerâmica organizadas por uma cooperadora). Foi também realizado um trabalho de análise propositivo, em conjunto com a nova direção da cooperativa, no sentido de responder a alguns dos desafios levantados nas duas assembleias anteriores (março de 2023 e novembro de 2023).

Toda a informação levantada foi registada num diário de campo. Adicionalmente foram realizados esquemas, mapas e registos fotográficos. A gravação das entrevistas foi descartada principalmente devido ao contexto familiar em que se insere a cooperativa e para poder ter um maior grau de proximidade com os seus membros.

3.1.3. Dificuldades e desafios

As principais dificuldades sentidas são próximas às de outros trabalhos de investigação que usam a observação participante como metodologia de recolha de informação. Nomeadamente, a proximidade que se criou com os sujeitos de investigação, pela convivência quotidiana, dificultou a separação entre a vida pessoal e o trabalho de investigação. No caso da Minga, ao tornar-se cooperadora, a investigadora adquire o direito e o dever de participar nas decisões da cooperativa. Não sendo esta uma investigação-ação, durante este período de tempo, a

investigadora teve de procurar adotar uma posição imparcial no que dizia respeito à tomada de decisões internas da cooperativa ou em situações de conflitos internos, o que nem sempre foi fácil, pelo envolvimento que foi tendo e pelo facto de estar a colaborar com várias tarefas dentro da cooperativa. No caso da Portada, o desafio que se punha era entender qual o papel da investigadora na cooperativa, que nunca esteve claro, uma vez que não podia pertencer à cooperativa por não ser membro da família, o que a colocava numa situação singular de ter acesso a toda a informação interna, mas não ser cooperadora. Apesar disso, durante o período de trabalho de campo, vários membros da cooperativa sugeriram que a investigadora assumisse uma posição ativa de resolução de conflitos e de propor soluções a problemas internos, enquanto que outros defendiam que não se deveria envolver ao ponto de avançar com propostas que pudessem alterar dinâmicas internas. Também neste caso, a investigadora procurou ter uma opinião imparcial e criar alguma distância no momento de tomada de decisões.

Inicialmente, tinha sido programado um registo audiovisual mais extenso, com filmagens em ambos os contextos, este não foi realizado, principalmente porque grande parte da observação participante se deu em espaços privados, como casas de cooperadores ou de pessoas das comunidades locais. Assim, considerou-se que este tipo de registo, nestes contextos, poderia ser considerado invasivo, ou criar distância com as comunidades. Em alternativa, foi elaborado, como já referido, um diário de campo extensivo, complementado com esquemas, gráficos, mapas e desenhos.

Outro dos desafios que acabou por informar a análise da habitação nestes dois contextos, foi a procura de um lugar para viver durante o período de trabalho de campo. No caso da Minga, a habitação de aluguer em Montemor-o-Novo era muito escassa, e foi difícil encontrar um quarto onde ficar, o que, numa primeira instância, atrasou o início do trabalho de campo e, mais tarde, pôs também em causa o finalizar deste, pelo término do contrato de arrendamento. No caso do Equador vários membros da cooperativa ofereceram casa, mas dado o limitado período de trabalho de campo, não foi possível uma aproximação de todos os cooperadores de igual forma, sendo, assim a investigação maioritariamente informada pela parte da família com quem a investigadora cohabitou. Para compensar esta questão, procurou-se realizar as entrevistas primeiramente a membros da cooperativa mais distantes (a nível espacial e ideológico) dos membros com quem se cohabitou. Inicialmente, estavam previstos mais dois meses de trabalho de campo, mas devido a restrições de visto não foi possível estender mais a investigação. Durante a estadia no Equador decorria um período de instabilidade política durante o qual foi declarado o estado de guerra nacional. Houve vários períodos de estado de exceção e recolher obrigatório, bem como cortes de energia de várias horas ao dia, o que, em determinados

períodos pôs em causa a possibilidade de mobilidade entre famílias. Durante este período a zona da Costa do Equador era considerada a zona mais insegura do país, o que fez com que não se realizassem visitas a alguns membros da família residentes nesta região. Assim, e para colmatar esta questão, foram realizadas entrevistas virtuais a vários dos membros residentes na Costa.

Por fim, e, ainda que não represente uma dificuldade, importa referir que os nomes usados neste trabalho foram alterados, com exceção dos intervenientes que pediram que fosse usado o seu nome verdadeiro. Uma vez que grande parte do material foi recolhido num diário de campo e não em entrevistas gravadas, todas as pessoas cujas citações diretas são usadas neste documento foram contactadas, para assegurar que o registo em diário de campo correspondia a citações com as quais os intervenientes se identificavam.

CAPÍTULO 4

Casos de estudo

4.1. Introdução

Apresentando-se como respostas a situações de crise do capitalismo neoliberal o cooperativismo integral, no contexto português, e as caixas de poupança e crédito, no contexto equatoriano, impulsionam projetos socioeconómicos que procuram questionar a competição e crescimento económico, bem como a governança assimétrica própria desse modelo. O facto de estarem, ainda assim, inseridas no próprio sistema capitalista globalizado, permite observar as relações de confronto, resistência e cooperação que se estabelecem com este sistema, isto é, as múltiplas trajetórias que se criam através de práticas espacializadas.

Para testar a hipótese de que estas organizações, ao distanciaram-se das lógicas neoliberais, criam outro tipo de território, foi necessário, antes de tudo, analisar o contexto social, político, económico e territorial nos quais surgem e se desenvolvem os dois casos de estudo, bem como o enquadramento legal nos quais estes se inserem. Em ambos os casos consideramos os momentos de formação das cooperativas para o enquadramento temporal da análise contextual. Sendo que a Minga foi constituída em 2015 e a Portada Bethania em 2003, estaremos, em ambos os casos, a falar do início do século XXI, sendo que na Portada recuaremos a algumas dinâmicas político-económicas do fim do século XX.

Em seguida iremos analisar os sistemas económicos e de governança que cada cooperativa oferece. A nível económico, em ambos os casos são exploradas ferramentas de financiamento como microcréditos, modos de produção baseados no autodidatismo e pluriatividade, redes desmonetizadas de consumo à escala local e sistemas de certificação com base na confiança. A nível governativo, observamos que ambas as cooperativas recorrem a métodos de gestão como sistemas de comunicação interna, *software* de gestão de dados, regulamentos, processos de tomada de decisão, integração no sistema fiscal e legislativo e a adoção de métodos para a gestão de recursos e de conflitos. Por fim, será analisada a forma de ocupação do território não só pelas próprias organizações, mas também pelas pessoas que as compõem, na sua forma de vida e relação com outros agentes do território, através de quatro eixos: (i) mobilidade e migrações; (ii) habitação e propriedade; (iii) natureza e bens comuns; e (iv) serviços e comércio.

Primeiro iremos analisar o caso da Minga nestes quatro âmbitos, seguindo com o caso da Portada Bethania.

4.2. Cooperativa Integral Minga

4.2.1. Contextualização

A Cooperativa Integral Minga é oficializada em 2015, mas é preciso retomar a 2007 para entender as dinâmicas económicas que deram origem à vontade de implementar processos que pudessem inverter as "tendências regressivas [do rural] desenvolvendo projetos de pesquisa e/ou intervenção em regiões periféricas" (CICS, 2012, p. 7). A Grande Recessão de 2007-8 afetou fortemente os países do Sul da Europa, onde se inclui Portugal. O resultado foi uma crise económica e a implementação de medidas de austeridade, guiadas por diretrizes de organismos financeiros internacionais, e, simultaneamente, a emergência de dinâmicas de sobrevivência e de formas de resistência. Como vimos no segundo capítulo (cap. 2.2.), um pouco por todo o mundo, e em resposta a esta crise, emergem movimentos de protesto, estruturas de economia social e solidária e uma tendência de fuga para zonas rurais, como forma de responder a uma crise que se fazia sentir, principalmente, em contexto urbano. Seguindo esta tendência da neorruralidade e a força de práticas de economia social e solidária, três jovens, que emigraram no período pós-crise, regressam a Portugal e unindo-se com outras pessoas que estavam já por outras zonas de Portugal, e decidem formar a primeira cooperativa integral portuguesa, numa pequena cidade no Alentejo. Com um passado próximo de movimentos de cooperativismo agrícola, Montemor-o-Novo torna-se o cenário-berço da Minga.

No início dos anos 2020, o mundo sofre um abalo geral com a crise pandémica mundial do COVID-19. Em Portugal, à crise da habitação que se vinha tornando mais urgente nos anos anteriores, soma-se a generalização de uma vontade de mudar de estilo de vida, trazendo uma grande quantidade de novos residentes a Montemor-o-Novo, muitos dos quais passaram a integrar a Minga. Nesta secção, iremos analisar estas dinâmicas políticas, económicas, sociais e territoriais, procurando entender o contexto em que a cooperativa surge e se desenvolve.

CONTEXTO POLÍTICO-ECONÓMICO

A crise económica de 2007-8, também conhecida como a *Grande Recessão*, teve origem nos Estados Unidos da América (EUA), com várias empresas financeiras norte-americanas a declararem falência devido ao colapso dos mercados de crédito imobiliário de alto risco nacionais (UN-HABITAT, 2011). Esta crise rapidamente tomou uma escala internacional, afetando a economia e mercado financeiro de vários países, principalmente na Europa (*ibidem*). Em Portugal, esta crise levou a que, em 2011 o governo nacional se visse obrigado a pedir um resgate financeiro, estruturado pela *Troika* (Fundo Monetário Internacional (FMI), Comissão

Europeia (CE) e Banco Central Europeu (BCE)). O plano associado implicou um período de austeridade que duraria até 2014, durante o qual, para além da implementação de políticas económicas de contenção de gastos públicos, foi exigida a implementação de medidas de liberalização do mercado de trabalho e da habitação. A nível do mercado laboral, a diminuição de subsídios, o congelamento de salários e o aumento do número de empregados através de 'recibos verdes' (modelo de faturação do trabalho independente), levou ao crescimento do desemprego, à destruição de postos de trabalho e à emigração em massa de jovens recém-formados (Barbosa, 2020). Este é o caso da maioria dos membros fundadores da Minga: recém-formados, que, ou optam por imigrar para outros países europeus, para cidades de menor dimensão ou para zonas rurais. Na habitação, uma das medidas mais importantes foi o *Novo Regime do Arrendamento*, uma medida que permitiu a subida dos preços de aluguer de acordo com as exigências de um mercado de habitação globalizado (Drago, 2021). A esta medida juntou-se o programa de *Vistos Gold*, que pretendia atrair investimento estrangeiro através da compra de imóveis ou abertura de contas bancárias com alto capital, a troco da concessão de Vistos *Schengen* (*ibidem*). Estas medidas resultaram no aumento de despejos e de sem-abrigos, a par da turistificação e gentrificação de zonas urbanas centrais (Esteves, et al., 2023).

Frente a esta crise internacional causada por mercados financeiros globalizados, surgem, em várias partes do mundo, movimentos sociais de contestação dos fundamentos do capitalismo neoliberal e de um modelo governativo tão vulnerável a pressões económicas, como o da democracia representativa centralizada. Movimentos como a *Primavera Árabe* na Tunísia e no Egipto, as *Acampadas* e os *Indignados* em Espanha, o *Movimento das Praças* na Grécia, o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos e a *Primavera Chilena* de 2011 (Sola Morales, 2020; Soeiro, 2014) conformam aquilo a que Soeiro (2014, p. 56) chama de uma "comunidade imaginada global": uma rede de movimentos com agendas semelhantes que se contaminam e inspiram. Em Portugal esta mobilização cidadã materializa-se na manifestação de 12 de março de 2011, que deu nome a toda uma geração: a *Geração à Rasca*. Este movimento contra a precariedade laboral e em exigência de sistemas de democracia direta e participativa (Sola Morales, 2020) serviu para caracterizar uma geração, como já vimos, recém-formada, com altas qualificações, que, ao terminar os estudos, se depara com desemprego, trabalhos instáveis e falta de apoios sociais (Sola Morales, 2020).

Estes movimentos, apesar de eventualmente se dissiparem (Sola Morales, 2020; Varvarousis, 2020), inspiraram iniciativas que procuravam responder, pelos próprios meios, às adversidades da crise, não só económica mas também ambiental. Desde sistemas de autogestão e democracia direta (assembleias, comissões, grupos de trabalho), à criação de bens comuns

(cozinhas, centros sociais, habitação, hortas comunitárias, centros de saúde e de educação) e de sistemas económicos alternativos (bancos de tempo e moedas locais), as soluções foram várias. Estes sistemas de economias comunitárias e de comunalização de bens e serviços foram já descritos neste trabalho na secção sobre economias comunitárias (cap. 2.3.1).

Para além destas iniciativas coletivas e organizadas, grande parte delas em zonas urbanas, uma outra resposta à crise, mais individual e dispersa, foi a migração para zonas rurais. Nos primeiros anos pós-crise, os casos de movimentos de *contra-urbanização* ganham força, principalmente no Sul da Europa. Esta migração urbano-rural resulta de respostas individuais, desta mesma 'geração', não só à dificuldade de financiar uma vida urbana, mas também como crítica à própria urbanização neoliberal (Anthopoulou, et al., 2017; Oliva & Rivera, 2020; Figueiredo, et al., 2020; Ebbreo, 2020).

A neorruralidade foi já brevemente abordada como estando associada a formas de *guetificação* elitista em zonas rurais (cap. 2.1.3), mas também como exemplo de práticas decrescentistas (cap. 2.3.2). Vejamos agora com mais a detalhe como é que este movimento pode ter motivações e resultados tão dispares, e de que forma se relaciona com a formação da Minga. Nos anos 1960 a ideia de neorruralidade apareceu associada a movimentos de contracultura e *back-to-landers*, como o movimento *hippie* nos EUA e o *Maio de 68* em França (Snikersproge, 2022; Roseman, et al., 2013). Nos anos 1990 este tema volta a ganhar relevância com os chamados *amenity migrants*, ex-urbanitas que migram para o rural, perseguindo uma visão idílica do campo como espaço natural e de retiro (Vizuete, et al., 2024; Figueiredo, et al., 2020; Roseman, et al., 2013). Mais recentemente, no século XXI, a neorruralidade ganha uma nova vida, aparecendo como resposta a momentos de crise e associando a fuga da cidade à rejeição do modelo urbano capitalista (Chase, 2025; Döner, et al., 2020; Oliva & Rivera, 2020). Assim como nos anos 1960, também agora a neorruralidade é maioritariamente figurada por jovens com altos níveis de formação (Baylina, et al., 2019), em busca da possibilidade de criação de 'projetos de vida' (Snikersproge, 2022; Baylina, et al., 2019). Ainda que vários autores procurem criar uma distinção entre *ruralidades radicais* de contracultura, e *amenity migrants*, as linhas que os distinguem não são muito claras (Snikersproge, 2022). Ainda que possa representar uma proposta 'radical' de recuperação de práticas tradicionais, reinterpretadas através da Agroecologia, permacultura ou agrofloresta (Chase, 2025; Vizuete, et al., 2024; Ebbreo, 2020; Trimano, 2019; Roseman, et al., 2013), a neorruralidade pode, simultaneamente, estar associada à gentrificação rural, promovendo a subida do preço dos terrenos, o aumento dos interesses imobiliários e do turismo (Trimano, 2019). Por um lado, como processo de repovoamento, a neorruralidade pode contribuir para a dinamização cultural e social local, para

o aumento do associativismo e cooperativismo, assim como para a promoção de um pensamento político-ecológico de coprodução com a natureza (Vizuete, et al., 2024). Por outro lado, a dificuldade de integração e participação na comunidade local pode acabar por resultar na criação de grupos de novos residentes segregados da comunidade local (*ibidem*).

No caso da Minga, como veremos à frente com maior detalhe, (ver *História da Minga*), a ideia de migrar para uma zona rural parte da vontade de dinamizar territórios 'abandonados' e de procurar mais oportunidades para desenvolver projetos de vida sustentáveis. Isto poderia integrar os fundadores da Minga na vertente 'radical' da neorruralidade, uma vez que se trata de um movimento de contestação de dinâmicas neoliberais e da procura por outras formas de vida. No entanto, como veremos também mais à frente, um dos primeiros passos para escolher o local para onde se vão mudar, consiste no desenho de um projeto de um centro de inovação (ver anexo C) e da sua apresentação a câmaras municipais em busca de apoio público, o que poderia aproximar o projeto de lógicas de empreendedorismo rural ou subjugação a interesses partidários. No final, sem ter conseguido apoio público, o projeto acaba por adquirir um caráter bastante autónomo, aproximando-se de outros movimentos do pós-crise 2007-8 na Grécia, Espanha e Itália (Anthopoulou, et al., 2017; Oliva & Rivera, 2020; Figueiredo, et al., 2020; Ebbreo, 2020).

Se este é o cenário que enquadra o momento de formação da Minga, poderíamos olhar para uma segunda fase do seu desenvolvimento, no pós-pandemia COVID-19, em que se dá um aumento repentino do número de cooperadores, triplicando em apenas três anos (fig. 4.9). Podemos associar esta expansão, mais uma vez, a consequências de crises, desta vez não só económicas, mas também sociais. A pandemia da COVID-19 e os sucessivos períodos de quarentena nos anos de 2020 e 2021 provocaram uma crise económica globalizada, que afetou particularmente as economias de países com menos direitos laborais, bem como uma alteração de dinâmicas sociais devido aos longos períodos de isolamento social e à virtualização do trabalho (*homeoffice*).

Uma destas alterações sociais foi a chamada *Grande Deserção*, uma tendência de demissões em massa nos anos de 2021 e 2022, no pós-pandemia COVID-19 (D'Allens, 2023). Reportado numa primeira instância nos Estados Unidos, mas rapidamente também notado na Europa em países como Inglaterra, França e Espanha, este fenómeno é associado a um questionamento de carreira profissionais que "já não faz[em] sonhar" (*ibidem*:18). Quando olhamos para os cooperadores que integram a Minga durante este período (2020-2022), vemos que grande parte deles corresponde a esta descrição, de pessoas que deixam empregos estáveis, em empresas bem posicionadas no mercado, para abraçar uma maior instabilidade financeira,

laboral e habitacional que lhes permita um trabalho e vida com maior significado. Um excerto de uma entrevista a um membro da cooperativa que se junta em 2022 ilustra bem este sentimento:

> Fiz estágio no parlamento europeu, trabalhei para a *Audi* em Bruxelas e de repente, a partir daí deu-me um *buaa!* e comecei a viajar muito e a aprender enquanto viajava. (…) ao morar noutros lugares entendi que não sabia fazer nada. Era tudo computador, setor de vendas, turismo de luxo, iates em Palma de Maiorca, (…) uma falácia que me parecia super hipócrita e eu sentia-me inútil, nem mudar uma lâmpada sabia! (Sofia, 31 de março de 2023).

A este sentimento juntou-se, no caso português, a escalada da crise habitacional. As medidas implementadas em 2011 pela *Troika* têm algum impacto imediato, mas é no fim da década de 2010 que esta crise toma proporções maiores. A partir de 2016 começa-se a assistir a uma escalada dos preços da habitação que não é acompanhada por uma subida do poder de compra, impedindo muitas pessoas de aceder a esta (Antunes & Seixas, 2022). Ainda que grande parte dos estudos sobre a crise habitacional em Portugal se centre na Área Metropolitana de Lisboa, dados mais recentes mostram que a carência habitacional se estende a todo o território, desde zonas periféricas de grandes cidades, até cidades de média e pequena dimensão (Jorge, 2024; Pinto, 2023). No período em que decorreu a investigação de campo foi notória a falta de habitação para aluguer em Montemor-o-Novo, visível tanto em plataformas digitais dedicadas a este fim (fig.4.1), como no discurso dos habitantes locais. Os problemas passavam tanto pela pouca oferta, como por problemas de salubridade e de valores elevados de renda das opções disponíveis.

A pressão que este problema trouxe a nível nacional, levou à ativação de agentes locais para a criação de movimentos de defesa da habitação enquanto direito, tais como a associação *Habita*, o movimento *Referendo Pela Habitação*, bem como os vários protestos contra o alojamento local, gentrificação e subida de preços de arrendamento. A nível institucional, esta situação obrigou a revisão de políticas de liberalização do mercado da habitação, tomadas no momento pós-crise de 2007-8, e uma maior mobilização de recursos públicos para a promoção de habitação digna. Neste sentido, em 2019, foram criadas uma série de medidas conhecidas por *Nova Geração de Políticas de Habitação* que se consolidaram na *Lei de Bases da Habitação* (LBH) (Lei nº 83/2019, Art. 3º) que promove o Estado como principal agente

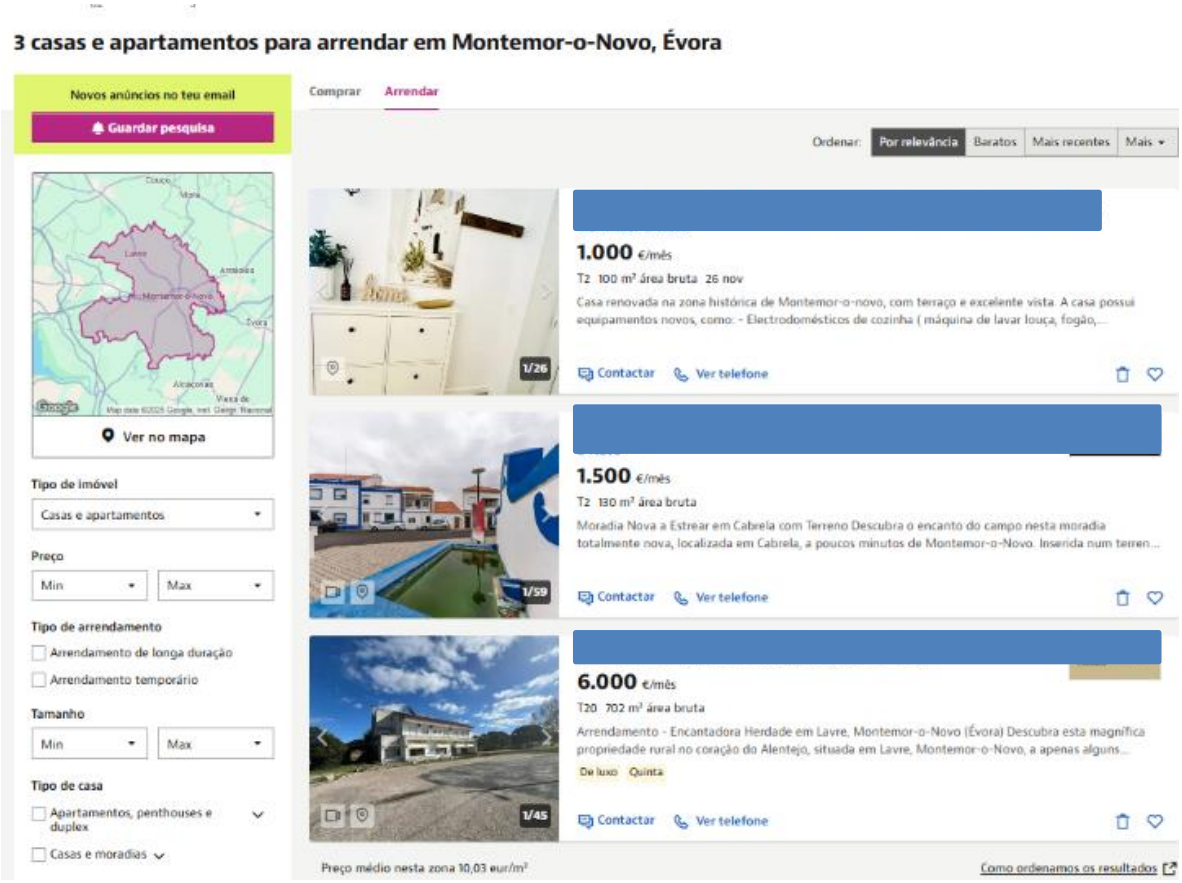


Figura 4.1 Falta de oferta de opções de arrendamento em Montemor-o-Novo, ilustrada por pesquisa em plataforma digital. Fonte: idealista.pt, acedido a 27 novembro 2025

responsável por garantir o direito à habitação, colocando-o como coordenador de iniciativas públicas, privadas, cooperativas e sociais de promoção de habitação. Esta lei deu fundamento à criação das *Estratégias Locais de Habitação*, que se apresentam como a aplicação municipal da LBH e se converteram nos principais instrumentos de política habitacional a nível local. Ainda que estas medidas oferecessem benefícios fiscais e financeiros, estas foram de difícil implementação devido à falta de recursos locais, tanto materiais, como humanos. Exemplo disso é o facto de estas medidas apoiarem a reabilitação de edifícios pertencentes a instituições de solidariedade social (IPSS), mas estas não disporem de equipas com disponibilidade e competência para levar a cabo estes processos (António Xavier, 18 maio 2023, anexo B). Mais recentemente, em 2023, como resposta à crise habitacional internacional e no sentido de aplicar fundos públicos resultantes de apoios europeus à crise económica pós-COVID-19, o governo português lançou ainda um programa de habitação chamado *Mais Habitação*. Ainda que vários autores tenham alertado para o facto de estas medidas se tratarem, mais do que uma resposta às necessidades de habitação, de um instrumento de apoio ao setor imobiliário e de construção (Travasso, 2025; Mendes, 2020), as cooperativas em Portugal têm visto nestas medidas uma

possibilidade de apoio financeiro à construção de habitação cooperativa. O *Mais Habitação* em particular, apresenta o apoio a "uma Nova Geração de Cooperativismo para a Promoção de Habitação Acessível" (Lei nº56/2023, Art. 1º), nomeadamente no que diz respeito ao acesso a créditos e bonificação de taxas de juro em empréstimos. Este reconhecimento das cooperativas como agentes importantes na resposta à crise habitacional fomentou o desenvolvimento da secção de habitação da Minga, como veremos no subcapítulo seguinte (cap. 4.2.2).

Para além da crise económica de 2007-8, da crise habitacional que se vem agravando, da crise económica pós COVID-19 e da *Grande Deserção*, há um outro fator que caracteriza o cenário em que se cria e se desenvolve a Minga. É difícil enquadrar temporalmente a crise ambiental, no entanto, relacionando com os eventos anteriores, podemos notar que em ambos os períodos (fundação da Minga e período de rápido crescimento) a luta ambientalista está associada aos movimentos sociais que se faziam sentir. Durante a *Grande Recessão*, vemos, em grande parte dos movimentos de protesto e de prefiguração, uma preocupação ambientalista que associa o modelo capitalista neoliberal à sobreexploração não só laboral como também dos recursos naturais (cap. 2.2). Mais recentemente, esta luta tem-se tornado um tema muito presente, com o movimento ecologista a ganhar impacto em Portugal, principalmente a partir do movimento *Greve Climática Estudantil* em 2019 inspirado nas *Fridays For Future* (Leal, 2024). Este último é um movimento internacional iniciado pela ativista Greta Thunberg e outros jovens ativistas, e tem como objetivo o protesto contra a falta de ação política face à crise climática[5]. Daqui surgiram e ganharam força várias organizações de base, tais como o grupo ecologista *Climaximo*, o grupo antimineração das Covas do Barroso e a *Rede para o Decrescimento*. A nível institucional vemos ainda como o foco europeu na transição e autonomia energética e consequente necessidade de exploração de materiais raros, se torna mais presente no contexto português no pós-COVID-19. Como resposta à crise económica provocada pela pandemia, a União Europeia concede uma série de fundos de apoio à revitalização económica dos países cujas economias se viram mais afetadas pela pandemia, nos quais se incluía Portugal. Em 2020 foi desenhada uma visão estratégica que viria a ser a base para o *Plano de Recuperação e Resiliência*, que definiu a aplicação destes fundos em Portugal. O interesse no direcionamento deste plano para o investimento na exploração mineira e energética está explícito inclusive na seleção do especialista que coordena a redação da visão estratégica que o precede. António Costa e Silva, o autor oficial deste plano, tem formação em Engenharia de Minas e de Petróleo, e era, nesse momento, presidente da Comissão executiva

[5] https://fridaysforfuture.org/. [Acedido a 10 dezembro 2025]

do Grupo *Partex Oil and Gas*[6]. Esta ligação a atividades de extração mineira pode justificar a forte presença de propostas do foro da extração mineira e produção de energias renováveis ao longo desta visão estratégica (Costa e Silva, 2020).

CONTEXTO TERRITORIAL

Montemor-o-Novo é um município predominantemente rural (OCDE, 2024), no distrito de Évora, na região do Alentejo Central (NUTS III), encontrando-se a cerca de 100 km de Lisboa (fig.4.2). A paisagem desta região é caracterizada por propriedades de vários hectares (INE, 2019), quase sempre cercadas, casas dispersas e uma tradição de agricultura e pecuária intensivas e extensivas integradas no mercado do agronegócio (Calvário, 2023; Baptista, 2021). Estas características estão presentes no território há vários séculos, sendo que, já no século XVII, o Alentejo era caracterizado por "grandes unidades de produção agrícola e de gado", então chamadas de latifúndios (Santos, 2004, p. 1, tradução da autora). Ainda que tenha sido abalado com a reforma agrária, como veremos em seguida, o sistema de propriedade nesta região mantém algumas características semelhantes às que apresentava anteriormente. Reforçado por políticas agrícolas europeias, que beneficiam os produtores com maiores áreas agrícolas (cultivadas ou não), este modelo de grandes áreas agrícolas está agora maioritariamente destinado a olival e à produção de carne bovina (INE, 2019) que ocupam grande parte do território de Montemor-o-Novo (fig.4.3). Mesmo dentro do cenário alentejano, Montemor-o-Novo apresenta áreas de exploração muito acima da média,



Figura 4.2 Localização Montemor-o-Novo e identificação das divisões territoriais (NUTS). Fonte: elaborado pela autora, mapa base openstreetmap.org.

[6] https://www.cienciavitae.pt/D41B-1339-F606. [Acedido a 10 dezembro 2025]



Figura 4.3 Paisagem entre freguesias de Montemor-o-Novo. Fonte: fotografia da autora, 2023.

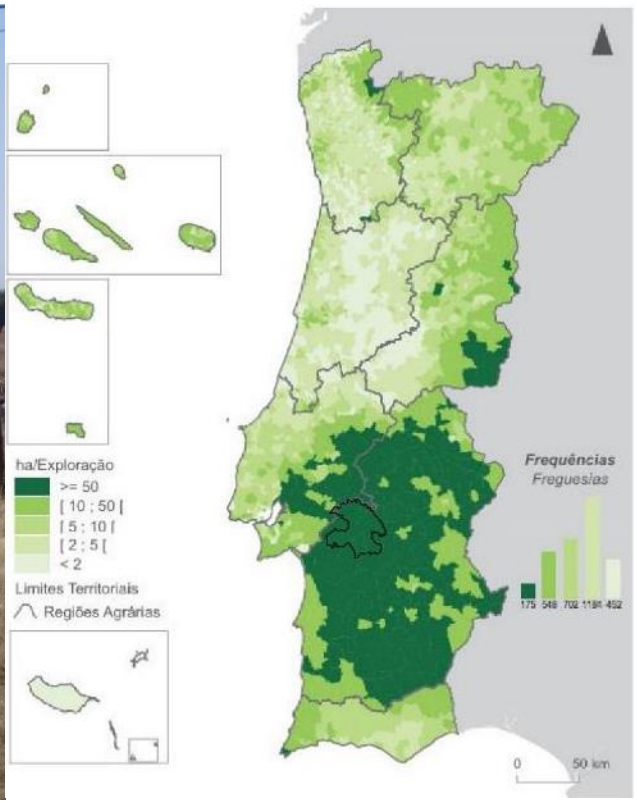


Figura 4.4 Dimensão média das explorações agrícolas. Fonte: INE, 2019.

com 123 ha de área média de exploração, contra uma média de 52 ha no Alentejo (NUTS II) e 70 ha no Alentejo Central (NUTS III) (fig.4.4) (*ibidem*). Esta tendência tem vindo a acentuar-se com a diminuição do número de explorações e o aumento da superfície explorada (Calvário, 2023; INE, 2019), mantendo os padrões de produção anteriores, com aumento do olival, da criação de gado bovino e das pastagens e produção de cereais que lhes estão associadas, com a única diferença no aumento do amendoal e da produção de vinho (INE, 2019). Podemos também apontar para a inexistência de terrenos comunais, os chamados *baldios*, bem como a fraca representatividade (e diminuição) da importância da agricultura familiar e a quase inexistência de áreas protegidas como fatores para este aumento da escala das explorações (*ibidem*). A centralidade da agricultura de monoculturas e a fraca agricultura familiar podem ser apontadas como dois dos principais motores para uma das primeiras atividades da Minga ser a criação de uma plataforma de venda e consumo de produção local diversificada e de pequena escala, como será analisado mais à frente (cap. 4.2.2).

A nível demográfico, a população é, no geral, pouca e dispersa. A maioria da população residente no município não vive na cidade de Montemor-o-Novo, mas sim nas freguesias e lugares com menor escala de urbanização (INE, 2019). A dispersão populacional pode estar relacionada com o próprio regime de propriedade predominante, que define extensas

propriedades individuais e, portanto, habitação dispersa. Adicionalmente a este fator, o facto do mercado imobiliário estar maioritariamente direcionado para segundas habitações e o arrendamento ser frequentemente de caráter informal (Gabinete Oliveira das Neves & CM Montemor-o-Novo, 2021) agrava ainda mais a dificuldade de fixação de população. Na análise das dinâmicas de ocupação territorial dos membros da Minga (cap. 4.2.4.) iremos observar como esta dispersão territorial influenciou a forma como os novos residentes se foram integrando e procurando responder às suas necessidades de habitação neste território.

Uma tendência reportada por agentes locais em 2023 era o aumento do número de empresas de construção que se passaram a dedicar também à venda e arrendamento de habitação, uma vez que se considerava que a atividade imobiliária representava uma possibilidade de lucro maior que a construção (António Xavier, 18 de maio 2023, anexo B), bem como o próprio aumento do número de agencias imobiliárias. Os dados do INE (2019) confirmam esta afirmação, uma vez que demonstram que a atividade que mais gera capital *per capita* em Montemor-o-Novo é, com uma grande margem, a atividade imobiliária. Este dado é particularmente relevante a partir de 2018 quando se começa a sentir a crise habitacional descrita anteriormente (*ibidem*). Neste caso em concreto, sendo que a atividade turística é baixa, o imobiliário parece estar mais associado à compra de segundas habitações, do que ao crescimento do alojamento local ou alojamento turístico no geral.

Apesar de cerca de 70% do território no Alentejo (NUTS II) ser usado para exploração agrícola, a maioria da população trabalha no setor terciário, principalmente em serviços de apoio social e venda ao público (INE, 2019). No geral, são trabalhos com baixas remunerações – estando o salário médio local não só abaixo da média do país como também abaixo da média do Alentejo (NUTS II) – e onde a maioria das empresas (assim como em Portugal no geral), são particularmente pequenas, com menos de 10 pessoas ao serviço (*ibidem*).

Deve-se ainda enfatizar o papel da atividade cultural. Este fator não é tão visível a nível estatístico, mas é bastante claro nas conversas com novos residentes em Montemor-o-Novo, que se mudam ou se fixam no município para trabalhar em instituições culturais locais. Esta efervescência cultural parece começar em 1996 com o projeto das *Oficinas do Convento*, um espaço dedicado à exploração artística com um grande foco na produção de cerâmica artesanal e artística, atuando dentro de espaços patrimoniais (um convento, uns antigos lavadouros e uma antiga fábrica de cerâmica artesanal). No momento em que a Minga chega a Montemor-o-Novo este projeto já contava com uma maior amplitude de ação, com atividades de investigação, divulgação, formação e produção, dentro de áreas como as artes visuais, cerâmica, arquitetura,

artes gráficas, fabricação digital, música, sonoscultura e engenharia[7], representando um dos principais atores de fixação do projeto em Montemor-o-Novo. Em 2015 (data de formação da Minga), Montemor-o-Novo também já contava com várias outras associações que contribuíam para um ambiente de dinamismo cultural que se mantém até hoje. Desde projetos de educação alternativa como a *Oficina da Criança*, onde as crianças são convidadas a aprender através do jogo e da exploração de técnicas de expressão artística e plástica, até projetos de artes performativas como o *Espaço do Tempo*. Estes são só alguns exemplos de projetos que fazem parte do "húmus social" (Guilherme, 3 março 2023) que serve de pano de fundo à chegada da Minga em 2015, e que resulta na criação de várias parcerias e projetos conjuntos. Existe ainda uma tradição de associativismo informal presente em grupos tais como os ranchos populares e os grupos de *cante alentejano*. O *cante* é uma música popular, muitas vezes cantada acapela, tradicionalmente por camponeses, estando a letra quase sempre associada a trabalhos de lavoura, romance ou luta social.

Para além de uma preponderância em atividades terciárias, que distanciam a população local de uma caracterização tradicionalmente rural e camponesa, também a própria paisagem tem sofrido processos de transformação que levam a maiores graus de urbanização. A organização do território em extensas propriedades e a geografia plana da região do Alentejo têm-se revelado o cenário ideal para a produção de energia fotovoltaica, enquanto que as características geológicas do território justificam a (re)abertura de atividade mineira nesta região, como vemos no Mapa do Minério (fig.4.5).

Alinhando com os objetivos da política energética europeia, o governo nacional e regional (*Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo* – CCDA) têm promovido, principalmente desde o início da guerra na Ucrânia em 2021, a produção de energia renovável e de exploração de minerais necessários à transição energética. Desde a alteração de legislação para facilitar a implementação deste tipo de infraestruturas e explorações, até a apoios financeiros diretos, os programas em torno do setor de produção de energia visam responder a questões como a segurança no abastecimento energético, a criação de condições para o crescimento económico e a competitividade territorial, bem como o contributo para a sustentabilidade ambiental (Dourado & Rodrigues, 2023). Dentro do panorama nacional, o Alentejo tem sido uma das regiões a registar um maior investimento para a implementação de grandes extensões de parques solares, e tem também estado envolvido em projetos de expansão

[7] https://oficinasdoconvento.com/sobre/associacao/. [Acedido a 10 dezembro 2025]

das áreas de extração mineira, tais como o *European Mining Regions Innovation Ecosystems* (EURIE), do qual a CCDRA é parceiro líder.

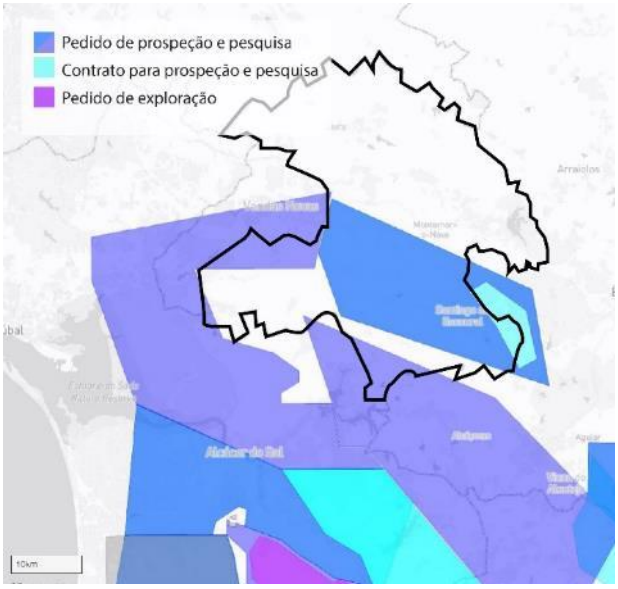


Figura 4.5 Mapa do minério na zona de Montemor-o-Novo. Fonte: miningwatch.pt

Apesar de serem apresentadas como estratégias para lidar com as consequências das alterações climáticas a nível global, a implementação de tais explorações traz consigo um rol de consequências nefastas para os ecossistemas e comunidades locais. *Heat Islands*, erosão dos solos, redução de recarga hidrológica por impermeabilização do solo, contaminação de águas, fragmentação de habitats e diminuição da biodiversidade preocupam não só autarquias locais, como a própria população (Dourado & Rodrigues, 2023; Valente & Medeiros, 2022). Se algumas autarquias apresentam as suas preocupações a organismos como a CCDRA, no sentido de pedir apoio para legislar e limitar a expansão desses centros de produção, a população organiza-se através do associativismo e ativismo ecologista, nos quais se integram alguns cooperadores da Minga como veremos no capítulo 4.2.4. Estes movimentos delatam tendências de "expansão energética" (Maraschin, 2024), aproximando-se de teorias decrescentistas, uma vez que defendem uma transição ecológica com base na reciclagem de materiais, economia circular, aumento do tempo de vida dos produtos e taxação de impactos socioambientais (Maraschin, 2024; Dias, 2022).

Entendendo esta análise territorial à luz da *Urbanização Planetária* do capítulo 2.1, poderíamos apontar uma preponderância, em Montemor-o-Novo, de um modelo de organização territorial baseado na extração de recursos, que aparece como promovido por agentes regionais como a CCRDA. Paradoxalmente, esta exploração contrasta com a proposta do governo local de criação de uma 'imagem de marca' do município associada ao património cultural e ao ambiente 'natural' para fruição (António Xavier, 18 de maio 2023, anexo B), que aponta para preservação de recursos locais, ainda que numa lógica de mercantilizá-los. Neste caso podemos assim identificar a criação de zonas de sacrifício como parte de estratégias de desenvolvimento regionais, nacionais e inclusive, internacionais, sendo o *branding territorial* uma estratégia proposta por um governo local, pouco compatível com a anterior.

O 'NOVO COOPERATIVISMO' EM PORTUGAL

As *cooperativas* são definidas como associações "autónoma[s] de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades económicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida" (CASES, 2019, p. 9). Esta definição materializa-se em sete princípios cooperativos, que permanecem quase inalteráveis desde a sua origem com a cooperativa de *Rochdale*, em Inglaterra em 1848, (Namorado, 2009). No panorama nacional, estes sete princípios são assegurados em todas as cooperativas pela *Cooperativa António Sérgio para a Economia Social* (CASES), (nº 2 Art. 117º, Lei nº119/2015), que tem como objetivo o apoio e fomento de entidades de economia social em Portugal (Estatutos da CASES, Art. 4º), bem como assegurar que as cooperativas cumprem com o Código Cooperativo. Neste código estão plasmados os sete princípios cooperativos (Lei nº119/2015, Cap. VIII, Art. 115º), a saber:

1. *Adesão voluntária e livre*, segundo a qual qualquer pessoa deve poder integrar uma cooperativa, independentemente da sua posição política ou social, crenças religiosas, género ou raça, sem que exista obrigatoriedade de tal.
2. *Gestão democrática pelos membros*, o que implica a igualdade de votos entre membros, independentemente do capital que cada um possua na cooperativa. Este ponto significa também que todos os membros são convidados a participar "ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões" (CASES, 2020a) através de assembleias gerais e outros formatos de reuniões internas.
3. *Participação económica dos membros*, estabelece que as cooperativas são, primariamente, um instrumento económico, para o qual os membros devem contribuir não só através da compra de títulos de capital, mas também com desenvolvimento de atividades de cariz económico (produção/consumo). Isto significa ainda que os excedentes devem ser distribuídos pelos membros e que é incentivada a aplicação de excedentes ao desenvolvimento da própria cooperativa.
4. *Autonomia e independência* de outras instituições como governos ou apoios financeiros externos. Este princípio não impede a criação de parceria com outras instituições, mas pretende assegurar o controlo democrático da cooperativa e da sua atividade pelos membros que a integram.
5. *Educação, formação e informação* deve ser uma das ações das cooperativas, tendo em vista o desenvolvimento destas e a divulgação do modelo cooperativo.

6. *Intercooperação*, que significa potenciar o cooperativismo enquanto movimento, criando sinergias e redes de apoio entre cooperativas a várias escalas de ação (locais, regionais, nacionais e internacionais).
7. *Interesse pela comunidade*, que pode ser entendido como o trabalho no sentido de responder aos interesses dos membros integrantes da cooperativa, sendo também por vezes entendida como um trabalho de interesse 'social' pela comunidade na qual a cooperativa se insere a nível territorial.

Em resumo, poderíamos identificar nas cooperativas lógicas de autogestão e democracia direta, uma vez que todos os seus integrantes são convidados a participar, de forma igualitária, na tomada de decisões, assegurando que a atividade da cooperativa responde às suas necessidades enquanto coletivo. Podemos ainda identificar nestas organizações lógicas de economia solidária, uma vez que é apresentado um sistema alternativo à lógica de lucro e competição do capitalismo, centrado na redistribuição, autonomia e cooperação. Apesar de ter começado com uma forte ligação aos movimentos proletários e dos trabalhadores (como o caso original de *Rochdale*), as cooperativas foram-se aproximando da economia social (Namorado, 2009), sendo que atualmente, no contexto português, para além de cooperativas de produção operária, existem outros onze ramos: agrícola, artesanato, consumo, comercialização, crédito, cultura, ensino, habitação e construção, pescas, serviços e solidariedade social.

A primeira lei cooperativa em Portugal foi criada em 1867, mas é só no pós-revolução de 1974 que as cooperativas ganharam maior representatividade, apresentando-se como solução para pôr em prática vontades de redistribuição de capital e propriedade que dominaram o discurso durante o *Processo Revolucionário em Curso* (PREC)[8]. Durante este período, o fecho de muitas empresas por medo da nacionalização ou por falência deu origem a processos de autogestão ou ocupação de empresas pelos trabalhadores. Foi também neste período que se implementou a *Reforma Agrária*, que deu azo à formação de cooperativas agrícolas, principalmente na zona do Alentejo (Ferreira, 2002), e a um desenvolvimento de cooperativas de habitação como forma de dar resposta à necessidade de habitação acessível (Namorado, 2009). Em 1978, contabilizavam-se assim cerca de 3000 cooperativas a nível nacional (Ferreira, 2002). Ainda que muitas das cooperativas não tenham sobrevivido ou tenham acabado por se afastar dos princípios cooperativos (integrando lógicas de lucro e/ou governanças hierarquizadas), o cooperativismo passou a ter uma maior representatividade na Constituição

[8] Nome associado ao período entre 25 de abril de 1974 e 25 de novembro de 1975, durante o qual se procurou implementar a "transição para o socialismo" segundo uma visão de esquerda e extrema esquerda, seguindo padrões do modelo soviético da revolução russa (Ferreira, 2002).

Portuguesa de 1976 (*ibidem*), permanecendo na Constituição de 1982 (Costa, 1983). Nesta, são determinados os benefícios fiscais atribuídos às cooperativas e a intenção de lhes dar condições "favoráveis à obtenção de crédito e auxílio técnico" (Namorado, 2009, p. 236). Ainda assim, existem várias lacunas relativamente às organizações cooperativas a nível legal, tais como a falta de regulação do crédito agrícola (*ibidem*) e a ausência de instrumentos legais e fiscais adaptados ao formato cooperativista, como defendem cooperativas próximas da Minga.

Em plena *Grande Recessão* de 2007-8 Namorado (2009) aponta para o potencial do cooperativismo como resposta às consequências da crise, defendendo a necessidade de renovar o movimento cooperativo, adaptando estas estruturas às contingências de então. O autor organiza as cooperativas em três tipos: cooperativas de utentes (ou consumidores), cooperativas de produtores e cooperativas que conjugam as duas anteriores. Apesar desta divisão, António Sérgio, personalidade que dá nome à CASES, defende que as cooperativas deveriam almejar alcançar a integralidade, isto é, incluir dentro da sua atividade todas as necessidades económicas dos seus membros:

> A meta, ao que julgo, é a de dar o máximo desenvolvimento às cooperativas de consumo, tornando-as produtoras e também bancárias. O melhor instrumento do progresso social é a cooperativa de consumo que se faz produtora para os seus próprios sócios, já na agricultura, já na fabricação, adquirindo terrenos e montando oficinas, e sendo financiada pelo seu próprio banco. (Sérgio, 1951)

Com isto, o autor pretendia que as cooperativas atuassem como organizações que contrariam a divisão do trabalho em grupos de indivíduos com interesses antagónicos, colocando-se como oposição ao modelo capitalista.

Este conceito de integralidade é aplicado na Catalunha em 2010, com a formação da primeira cooperativa integral, a *Cooperativa Integral Catalana*. Anos mais tarde, em 2015, surge primeira em Portugal, a Minga. Uma vez que não existe a categoria legal de 'cooperativa integral', em termos legais esta trata-se de uma cooperativa multissetorial (com várias secções), o que, no caso da Minga, significou o registo nas secções de consumo, produção operária, agrícola, serviços, habitação e construção. Pretende-se, eventualmente, e com o aumento e diversificação de membros, conseguir criar um sistema que proveja todos estes serviços "necessários ao viver" (Rede de Cooperativas Integrais, 2025) aos seus cooperadores. Para ser cooperador uma pessoa deve inscrever-se numa ou mais seções. A gestão da cooperativa integral segue os princípios cooperativos, mantendo os mesmos órgãos sociais, nomeadamente,

a Direção, constituída pelo presidente, vice-presidente e tesoureiro, e o Conselho Fiscal, constituído pelo presidente, secretário e vogal. Mantém também os processos de tomada de decisão coletiva através da Assembleia Geral de membros, convocadas de acordo com as normas cooperativas, na qual todos os membros são convidados a participar e votar, sendo informados sobre a ordem de trabalhos com a antecedência legal estipulada. Para além destes instrumentos definidos externamente pelo *Código Cooperativo*, esta cooperativa cria também alguns instrumentos complementares, analisados mais à frente (cap. 4.2.3.).

A partir da fundação da Minga surgiram outras cooperativas integrais, cada uma com as suas especificidades, necessidades e contextos distintos. Estas cooperativas têm procurado as suas próprias ferramentas de gestão, desde sistemas de turnos voluntários e grupos de trabalho, como na *Rizoma* em Lisboa, ou a criação de moedas próprias, na *Cooperativa da Terra* em Aljezur. As formas de tomada de decisão são também diferentes, podendo ser através de voto ou através de consenso, de acordo com as normas de cada cooperativa.

Em 2021 dá-se o primeiro *Fórum das Cooperativas Integrais* em Portugal, que resulta na criação da *Rede de Cooperativas Integrais*. Esta pretende ser uma plataforma de apoio entre cooperativas, pela partilha de documentação, contactos e processos, promoção de formações, apoio à criação de novas cooperativas bem como exercer *lobby* político para uma maior representatividade e apoio ao setor cooperativo. Nesta 'nova vaga de cooperativismo' observa-se a vontade de se distanciar da imagem do cooperativismo português do pós-25 de Abril, reforçando os princípios cooperativos de gestão democrática e de independência política e integrando uma ação localizada em territórios concretos. Assim, a maioria dos cooperadores deve pertencer à zona na qual a cooperativa se localiza e existe uma procura ativa por assegurar a autonomia política destas organizações. Atualmente a *Rede de*

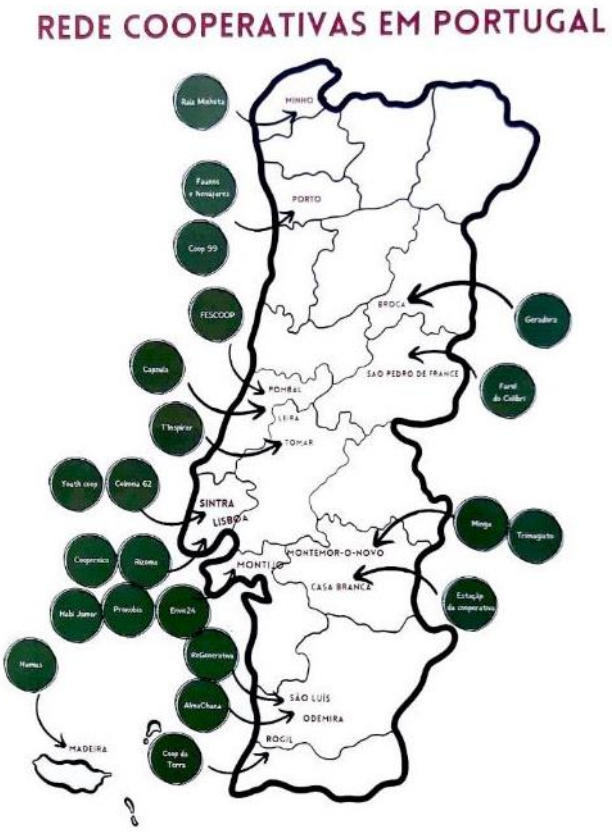


Figura 4.6 Mapa das cooperativas integrais em Portugal. Fonte: 2º Fórum das Cooperativas Integrais, 2023

Cooperativas Integrais vai para o quarto *Fórum de Cooperativas Integrais* e a Rede tem já 13 cooperativas integrais, oito cooperativas unissetoriais e duas cooperativas em formação (fig. 4.6).

Apesar da proposta de António Sérgio da integralidade como forma de criar um setor cooperativo autónomo o suficiente para fazer frente ao modelo capitalista, a verdade é que esta não é uma visão transversal a todas as cooperativas integrais, nem a todos os membros dentro das várias cooperativas. No *website* da Rede de Cooperativas, o conceito de integralidade é associado aos estatutos da *Sociedade dos Pioneiros de Rochdale*, nos quais se estabelecia como objetivos a criação de uma loja, construção de casas, produção de manufaturas, aquisição de terra para cultivo no sentido de criar "uma comunidade de apoio mútuo de interesses conjuntos, e assistir a outras sociedades a estabelecerem este tipo de organizações"[9]. No entanto, em nenhum lugar do sítio *web* da Rede se identifica a integralidade como uma força anticapitalista. Assim, a autonomia e independência promovidas por estas organizações é apresentada como forma de melhorar a vida dos seus membros, sem que isso signifique uma rejeição dos valores e processos capitalistas diretamente, ainda que, através da sua ação e das ferramentas que implementam, estas organizações possam ser usadas para questionar estruturas capitalistas, como veremos na seção seguinte (cap. 4.2.2). Simultaneamente, ao criarem estruturas de autogovernação apolíticas, as cooperativas integrais criam também a possibilidade de contestação do papel do Estado enquanto entidade provedora de serviços básicos à vida. A forma como cada cooperativa se posiciona acerca destas questões é particular a cada caso. Nesta investigação iremos abordar apenas a posição da Cooperativa Integral Minga, procurando, sempre que necessário, fazer um enquadramento no panorama geral das cooperativas integrais em Portugal.

HISTÓRIA DA COOPERATIVA

Tendo emigrado nos primeiros anos da crise de 2007-8, o grupo de jovens que viria a formar a Minga começa, em 2011, a mostrar vontade em regressar para Portugal. O cenário que retratámos anteriormente de mobilização cidadã e de emergência de práticas prefigurativas como resposta à crise económica serve de inspiração para o desenho de um projeto comum e coletivo. Inicialmente o grupo desenvolve um projeto para a criação um *Centro de Investigação, Cultura e Sustentabilidade*, o CICS (anexo C). Escrito a 49 mãos, este projeto propunha um

[9] Retirado do *website* da Rede de Cooperativas Integrais, identificado como citação de Fairbairn, 1959. Acedido a 1 de maio de 2025.

total de 69 iniciativas nos âmbitos da habitação, económico, sociocultural (educacional, saúde, participação cidadã e espacial, artístico-cultural), energético, ambiental e de gestão de recursos naturais. Após uma visita a várias localidades de Portugal, procurando municípios interessados em apoiar o projeto, o grupo opta por escolher Montemor-o-Novo como local para estabelecer-se. Entre as opções esteve também Ferreira do Alentejo, um outro município do Alentejo. Adaptando o projeto ao território específico de Montemor-o-Novo, o coletivo propõe o desenvolvimento dos projetos em torno de dois núcleos principais, um dentro da cidade conformado por edifícios devolutos e um terreno no perímetro da cidade. Como se observa na figura 4.7, enquanto que o núcleo central iria promover a reabilitação urbana e construir proximidade com a população local, o terreno nas imediações pretendia ser um lugar de experimentação de formas de construção sustentável e autossuficiente (a nível de infraestrutura), bem como do potencial agrícola e florestal de terrenos menos edificados.

Apesar de receber o aparente apoio do município, o projeto não avançou como planeado. Alguns membros abandonaram o projeto, e o município acabou por não apoiar com a cedência de espaços para desenvolvimento dos projetos do CICS. Ainda assim, alguns dos membros integrantes da iniciativa mudaram-se para Montemor-o-Novo e deram início a várias experiências de organização coletiva, desde uma vivenda coletiva e projetos em parceria com as *Oficinas do Convento*, tais como uma cozinha sustentável, um *workshop* construção em terra, entre outros, bem como a organização de um fórum de cooperativismo. É neste Fórum, em 2015 que se entende que o formato ideal para o projeto era o de cooperativa multissectorial, que se aproximava da já referida Cooperativa Integral Catalã (CIC). Como esta, a Minga surge de uma



Figura 4.7 Proposta de implementação do CICS em Montemor-o-Novo. Fonte: CICS, 2012.

vontade de criar uma organização autogerida e horizontal que integrasse todos os elementos básicos da economia (produção, consumo, financiamento e moeda local) e também todo o tipo de atividades produtivas necessárias à vida (p.e., alimentação, habitação, saúde, educação, energia, transporte,…). A cooperativa aluga um primeiro espaço que converte em loja e posteriormente um outro espaço que é usado como sala multiusos, *cowork*, sala de reuniões e biblioteca, ambos muito próximos (fig. 4.8), numa zona relativamente central da cidade de Montemor-o-Novo. Frente à demora do apoio municipal, o projeto de cooperativa de habitação fica inativo, e os membros da Minga

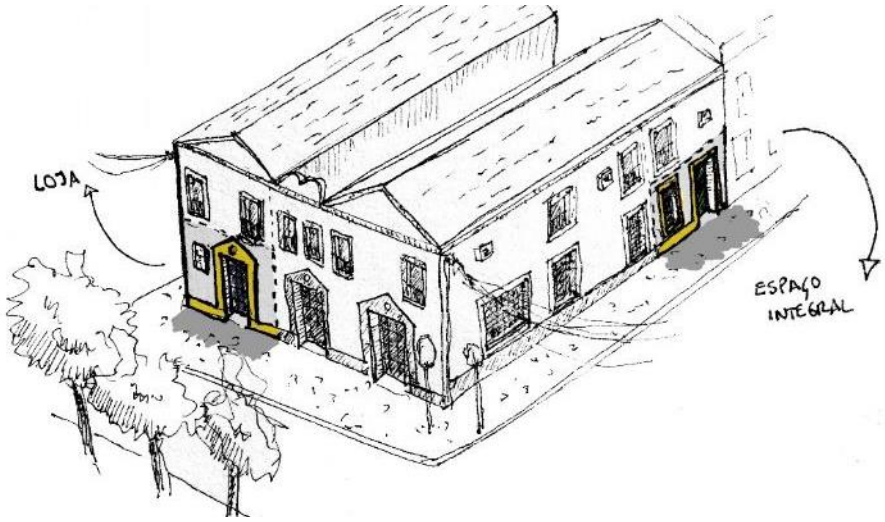


Figura 4.8 Axonometria onde se mostra a proximidade entre a loja da Minga e o espaço multiusos (Espaço Integral). Fonte: elaborado pela autora.

que se mudam para Montemor-o-Novo acabam por comprar casas ou terrenos individualmente, de forma dispersa, dentro da cidade e nas suas freguesias de menor dimensão.

Com a crise pandémica, dá-se uma nova fase de entrada de membros, especialmente a partir de 2021 e, dos nove membros iniciais, a cooperativa passa a albergar mais de 150 membros em 2024 (fig. 4.9). Este rápido aumento deu-se, em parte, à crise pandémica, que levou muitas pessoas a questionar o estilo de vida urbano e os impactos ambientais de um modelo económico baseado no crescimento, como vimos anteriormente. Montemor-o-Novo, que já possuía uma rede de organizações de base socioculturais, educacionais e económicas, torna-se um polo atrativo a 'urbanitas em fuga', e a Minga, numa estrutura que se revela importante para a integração local dos novos residentes.

Ao longo desta secção vimos como os períodos que se seguem a crises económicas (2008 e 2020) foram momentos-chave para o crescimento da cooperativa, aparecendo esta como resposta a problemas causados na esfera político-financeira. Observámos também que ser uma cooperativa integral não é um acaso, resultando da combinação de dinâmicas locais (de história do movimento cooperativo) e globais (do surgimento de "comunidades imaginadas globais"

(Soeiro, 2014) de resistência ao neoliberalismo). Por fim, vimos que a seleção do lugar de implementação do projeto surge de uma idealização de Montemor-o-Novo como ligado a heranças cooperativistas, bem como do forte desenvolvimento cultural e associativo local. Ainda assim sabemos que o território apresenta desafios no que toca ao acesso à habitação e a terrenos de cultivo, bem como a produtos agrícolas locais diversificados e à diversidade social. Esta caracterização será essencial para enquadrar as ferramentas económicas, democráticas e de vivência do território que analisaremos em seguida.

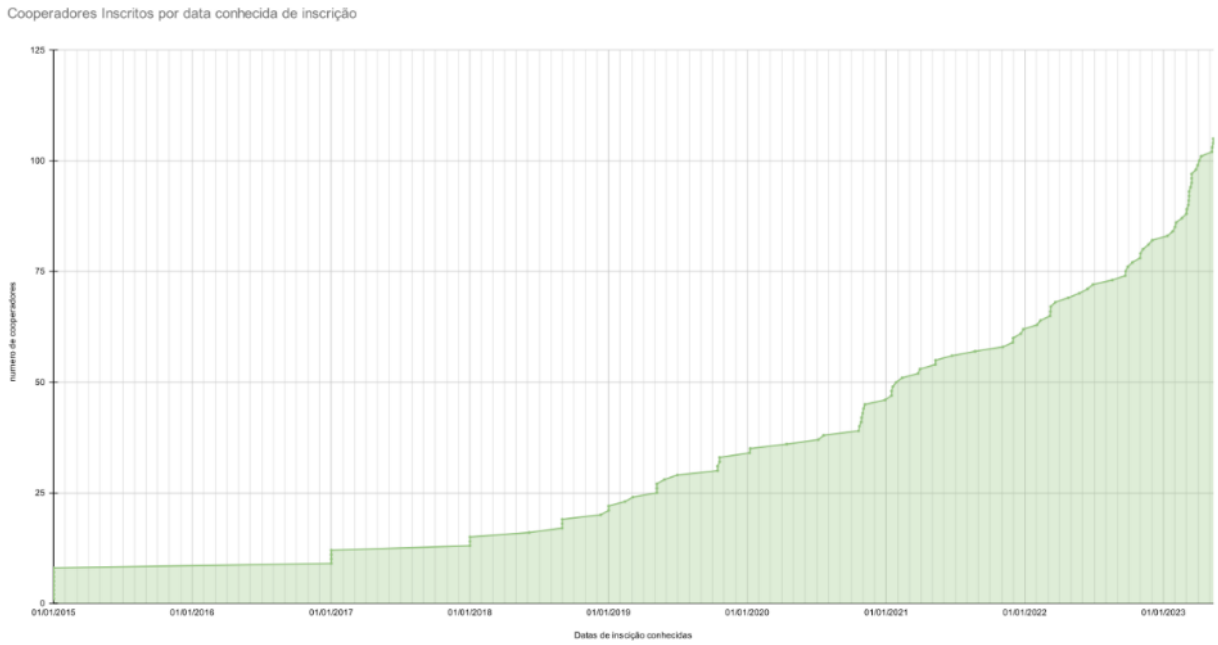


Figura 4.93 Gráfico de evolução do número do registo de cooperadores. Fonte: cedido por Alexandre Castro.

4.2.2. Modelo económico da integralidade

Enquanto cooperativa multissetorial, a Minga está registada com as secções de consumo, produção operária, habitação e construção, agrícola e de serviços. De acordo com o Código Cooperativo português, para poderem participar numa determinada secção, os cooperadores devem contribuir com o capital social correspondente às quotas das respetivas secções. A 'inscrição' confere o direito a participar nas reuniões de secção e de votar para decisões internas dessa mesma secção, o que não interfere com a participação de todos os sócios em assuntos que digam respeito à cooperativa como um todo. Cada secção tem um capital social mínimo estabelecido por lei, que são 15€ em serviços, consumo e produção operária (serviços - Decreto-Lei nº 323/81, consumo – Decreto-Lei nº522/99, produção operária – Decreto-Lei nº 309/81) e 100€ na agrícola e habitação e construção (agrícola – Decreto-Lei nº 335/99, e habitação e construção – Decreto Lei nº 502/99).

Apesar de, atualmente, a atividade da cooperativa se desenvolver maioritariamente na Secção de Serviços, da qual fazem parte a maioria dos cooperadores, a secção que é estabelecida como a central, aquando a sua formação, foi a de consumo, em articulação com a de produção operária e com a secção agrícola. Isto pode dever-se a que o apoio ao comércio local, ao desenvolvimento local e à economia circular foram centrais para impulsionar a formação da Minga. De facto, a "redução da intermediação" e a facilitação do "acesso a produtos e serviços de origem local" são dois dos cinco pontos estratégicos da cooperativa (Cooperativa Integral Minga, 2023a). Estes são igualmente pontos-chave da sua identidade pública e interna como demonstra a resposta dos cooperadores à pergunta de *quais os valores que associas à Minga*, à qual cerca de 90% dos inquiridos responde 'desenvolvimento local', 'comércio local' e 'economia circular' (fig.4.10). Estes três princípios estão igualmente plasmados na missão da cooperativa, onde se estabelece a importância da criação de uma plataforma económica que sirva não só os cooperadores, mas também outros agentes locais. Para tal fim, existe um foco importante na integração de produtores locais, com destaque para os produtores agrícolas. Em

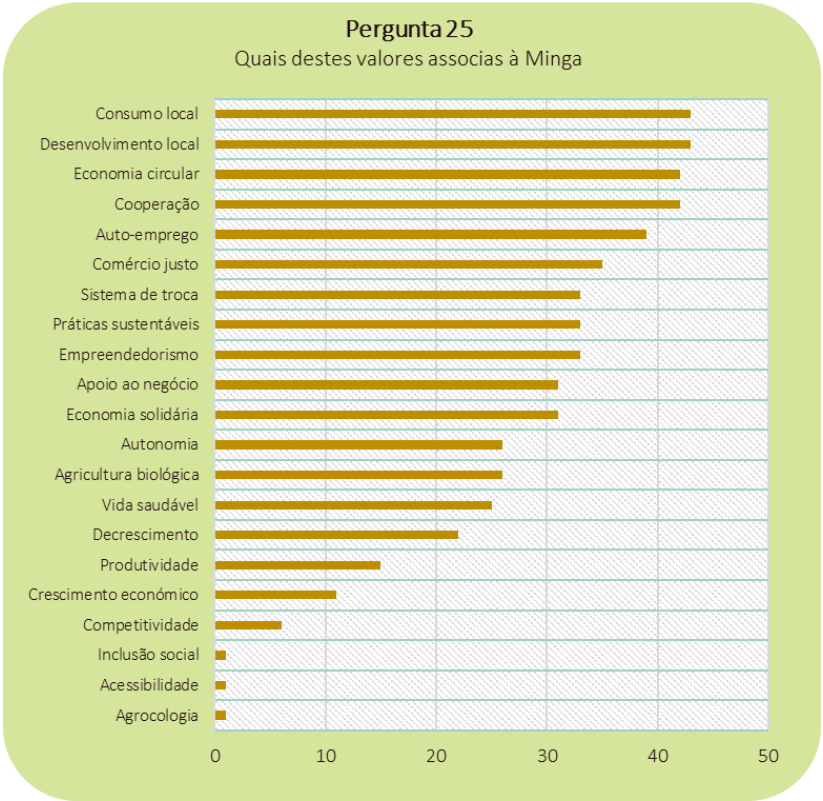


Figura 4.104 Respostas à pergunta 25. do inquérito realizado durante o trabalho de campo. Fonte: elaborado pela autora.

resposta à desconfiança destes face à necessidade de pagar capital social para pertencer à cooperativa, são criadas duas modalidades de sócio, efetivo e colaborador, permitindo dois graus diferentes de envolvimento. O sócio efetivo é aquele que, seguindo a normativa do

Código Cooperativo, paga o capital necessário para pertencer à cooperativa. O sócio colaborador é um estatuto criado para que seja possível usufruir de serviços oferecidos pela Minga sem ter de se investir capital social. O objetivo desta modalidade é funcionar como primeiro passo na integração de membros mais céticos relativamente ao modelo de organização cooperativo, ainda que grande parte dos sócios que opta por esta modalidade nunca chegue a efetivar essa integração, assumindo uma posição externa, mais semelhante a um fornecedor do que um cooperador.

Tendo em conta o contexto socioeconómico precário das pessoas que a Minga procura integrar, vemos como a cooperativa tem vindo a simplificar os processos de associação, com a redução de custos económicos e da obrigatoriedade de participação ativa. Mais do que um processo gradual de integração, estas facilidades estabelecem um mínimo de participação baixo, levando a situações de pouco envolvimento com a gestão da cooperativa, que se notam principalmente em secções com capital social mais alto (agricultura e habitação), como veremos em seguida.

Secção de Consumo

Aquando a formação da cooperativa, foi decido que a secção central desta seria a secção de comercialização, com o fim de "adquirir, armazenar e fornecer aos membros os bens e serviços necessários à sua atividade, e colocar no mercado os bens produzidos ou transformados pelos membros" (Cooperativa Integral Minga, 2015). No entanto, com uma revisão do Código Cooperativo, entendeu-se que as cooperativas de comercialização são apenas abertas a "pessoas jurídicas que se dediquem à atividade de comércio ou indústria" (Art. 7º.1, Decreto-Lei nº 523/99), ou seja, um coletivo de empresas com fins de comercialização comuns, e não indivíduos. Assim, opta-se pela criação da secção de consumo, que aparece aliada às secções de produção agrícola e produção industrial, uma vez que parte dos artigos vendidos pela cooperativa (na secção de consumo) são produtos agrícolas ou produzidos por cooperadores.
O principal serviço desta secção é a loja da cooperativa (fig. 4.11), onde, para além destes artigos de cooperadores, são vendidos artigos de produtores locais, assim como artigos que não se produzem localmente, mas que são do interesse para os cooperadores. Estes três tipos de produtores (cooperadores, produtores locais e fornecedores) respondem a um conjunto de valores estruturais da Minga que detalharemos em seguida.

Proporcionar um espaço de escoamento de produtos aos cooperadores é uma forma de dar apoio ao autoemprego e à profissionalização de projetos produtivos de menor escala e que, portanto, tenham mais dificuldade em entrar no Mercado, que se enquadram dentro da Secção

de Produção Industrial. Exemplo disso são cooperadores que têm como passatempo a produção de objetos como *gadgets* de madeira, campainhas de bicicleta ou edição de livros e que, têm na loja da Minga, a possibilidade de profissionalizar a sua produção e obter um rendimento extra. O regime legal das cooperativas permite ainda a venda de produtos alimentares processados não certificados de forma interna, entre cooperadores. Isto acontece, por exemplo, com uma cooperadora que faz produção de processados vegetarianos e que, não possuindo capacidade de investimento numa cozinha certificada, vende estes produtos apenas a outros cooperadores através da loja.

Abrir este espaço a outros habitantes locais que tenham pequenas produções, visa a promoção da economia e do desenvolvimento locais, sendo igualmente uma forma de aproximar a cooperativa à comunidade local. Por fim, complementar a oferta de produtos disponíveis na loja com artigos que não são produzidos localmente, tais como sal, massa, sementes ou detergentes, é uma forma de incentivar ao consumo na loja e converter a Minga num estabelecimento de referência de comércio local. Um dos cooperadores fundadores explica esta questão quando diz:

> Se não tivéssemos esta diversidade de produtos, as pessoas iam só ao supermercado. Queremos que as pessoas possam vir, e fazer a maioria das suas compras na Minga, sem ter de ir a outros lados. (Jorge, 5 abril 2023).



Figura 4.11 Loja da Minga. Fonte: cedida por Alexandre Castro, 2022.

Esta é também uma forma de estabelecer parcerias, a nível nacional, com produtores e projetos com preocupações e valores semelhantes aos da Minga, como seria o uso de matérias-

primas naturais e locais, o comércio justo, a reutilização de recursos, a sustentabilidade, a ecologia e a qualidade e durabilidade dos produtos, valores que guiam a seleção dos artigos oferecidos na loja. O facto de os preços praticados se aproximarem dos de grandes cadeias de supermercados, principalmente nos produtos alimentares, permite o acesso a estes produtos normalmente considerados 'exclusivos' por uma maior parte da população local.

A Secção de Consumo é também responsável pelo estabelecimento de parcerias com outras entidades para a promoção e escoamento de produtos de cooperadores. Exemplo disso é quando, em 2023, através da candidatura a um concurso público, a Minga se converte na principal abastecedora de vegetais e fruta das escolas locais de Montemor-o-Novo. Entre 2023 e 2024 a Minga foi responsável por assegurar duas a três entregas semanais de vegetais e frutas a duas escolas locais: a Escola Básica 2, 3 S. João de Deus e Escola Secundária de Montemor-o-Novo. Envolvendo também a secção agrícola, este projeto será mais profundamente analisado nesta outra secção.

Outras ações da Secção de Consumo dizem respeito à participação da Minga em eventos promovidos pela Câmara Municipal para a promoção de produtos locais ou em torno do tema da economia circular. Exemplos disso são a participação da Minga num evento promovido pelo projeto *SMEA* em janeiro de 2023 e na *Semana da Bolota* em março de 2023, promovida pela Câmara Municipal. Esta secção desenvolve ainda ações de formação, junto a produtores locais, em torno de temas e produtos de agricultura biológica, tais como ações de promoção do uso de micro-organismos na agricultura (técnica que faz parte da prática agroecológica).

A ação da Secção de Consumo pode ser resumida à criação de três ferramentas: a loja, parcerias com instituições locais e ações de formação. As quais, visam promover um comércio local, ambientalmente sustentável e socialmente justo, assim como apoiar a profissionalização e o autoemprego a nível local (tabela 4.1).

Tabela 4.1 Resumo atividade da Secção de Consumo. Fonte: elaborado pela autora.

Secção	Ferramentas	Ação concreta	Finalidade	Valores
Consumo	Loja	venda produtos cooperadores	escoar produtos	autoemprego; profissionalização
		venda produtos produtores locais	acesso a produtos locais	desenvolvimento local
		venda produtos ecológicos/biológicos	acesso a produtos sustentáveis	sustentabilidade
	Parceria instituições locais	fornecimento cantinas escolas	escoar produtos; promoção valores da cooperativa	comércio local e justo; sustentabilidade
		participação em eventos públicos	promoção produtos cooperadores; promoção valores da cooperativa	profissionalização, comércio local e justo
	Ações de formação	capacitação em produção ecológica/biológica	promoção práticas ecológicas/biológicas	sustentabilidade

SECÇÃO DE SERVIÇOS

Tendo como finalidade a prestação de serviços nos ramos de atividade dos seus cooperadores, a Secção de Serviços é aquela que junta mais cooperadores. Em 2023 cerca de 70% dos cooperadores ofereciam serviços através da Minga, de forma total ou parcial. No gráfico da figura 4.12 podemos observar a variedade de serviços oferecidos pelos cooperadores, em cerca de 20 áreas diferentes, sendo as áreas que concentram mais cooperadores a arquitetura/construção, agricultura/jardinagem e produção industrial. Apesar de, oficialmente, a Secção de Produção Industrial ser uma secção autónoma, internamente não existem órgãos dedicados exclusivamente e esta secção, assim que na análise analisamos esta secção como parte da Secção de Consumo (que vimos anteriormente) e como mais um dos serviços da Secção de Serviços.

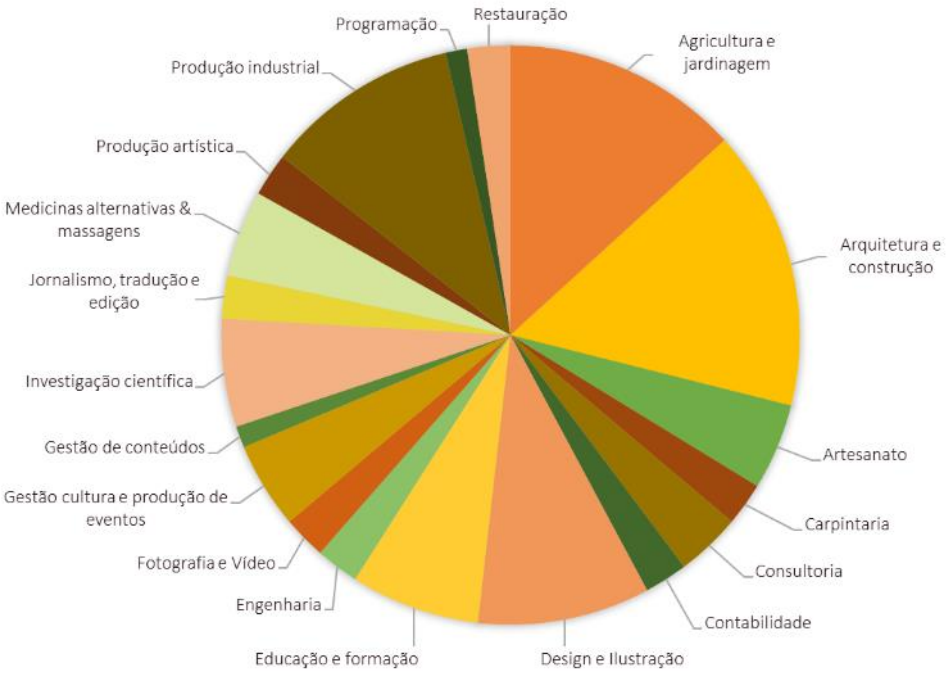


Figura 4.12 Atividades dos membros produtores da Minga. Resultado de entrevistas a 73 membros ativos em 2023. Fonte: elaborado pela autora

Qualquer serviço pode ser oferecido de forma individual ou coletiva, envolvendo dois ou mais cooperadores, sendo, nesse caso, chamados 'projetos'. Este formato promove a cooperação entre membros permitindo-lhe ganhar escala de ação. Vemos isto com arquitetos que, associando-se a outros cooperadores que oferecem os mesmos serviços, conseguem dar resposta a projetos de arquitetura de maior escala ou mais complexos. Isto acontece também entre cooperadores com atividades complementares, como o caso de uma designer e um economista que se juntam para oferecer serviços de consultoria mais complexos, sendo também uma forma de contribuir para a integralidade dos serviços oferecidos pela cooperativa.

O apoio da Minga à prestação de serviços é feito de várias formas, desde a simplificação de processos de faturação para autoemprego, à oferta de infraestrutura e meios de produção. A relação entre cooperador e cooperativa pode ser explicada através do seguinte exemplo: um cooperador que desenvolve atividade no ramo da engenharia e tem autonomia para escolher os trabalhos que desenvolve, para gerir os seus clientes, o seu tempo de trabalho e o valor e periodicidade da sua remuneração. A sua faturação é feita em conjunto com os restantes membros da cooperativa, através de um serviço de contabilidade contratado pela administração da mesma. O cooperador em questão, deve cumprir com alguns deveres, tais como o pagamento à cooperativa de uma percentagem sob o seu valor de faturação, a entrega de faturas e recibos relativos à sua atividade profissional, bem como assegurar o depósito dos valores relativos ao pagamento da sua própria remuneração. Se estas condições são cumpridas, a cooperativa faz o pagamento da remuneração devida ao cooperador, de acordo com o regime que este estabeleça.

O mercado de trabalho em Portugal está organizado em dois principais regimes de tributação: *trabalhador por conta de outrem* e *trabalhador independente*, que definem quem são os responsáveis por estabelecer o tipo, quantidade, período e remuneração do trabalho realizado, assim como as contribuições fiscais e contabilidade associada, que podem ser a entidade empregadora, ou o trabalhador (respetivamente). Existem ainda algumas variantes a estes regimes, como situações em que a empresa é tida a nome individual (*empresário em nome individual*), aproximando-se do regime de trabalhador independente, mas com outro enquadramento fiscal, ou casos de empresas com vários sócios onde os sócios são também trabalhadores. Ainda assim, nenhum destes regimes corresponde à situação dos cooperadores descrita anteriormente. O trabalho desenvolvido pelos cooperadores não é, nem *independente*, uma vez que se encontram associados a uma entidade (a cooperativa) que é responsável pelo pagamento das suas remunerações, nem *por conta de outrem*, uma vez que não é a cooperativa que define o regime de trabalho dos cooperadores, mas sim os próprios. Também não podemos considerar o cooperador como *empresário em nome individual*, porque a gestão de contabilidade é realizada pela cooperativa e não pelo cooperador, e porque vários cooperadores têm projetos coletivos. Poderíamos dizer que a cooperativa se aproxima de uma empresa em que todos os trabalhadores são sócios, no entanto, quando falamos de 150 ‘sócios’ a gestão de salários segundo este formato torna-se de difícil gestão.

Frente a este vazio legal, os cooperadores podem optar por qualquer um destes regimes de trabalho, sendo que, qualquer um deles acaba por apresentar problemas para a cooperativa e para os cooperadores. A opção da faturação como trabalhador independente coloca os cooperadores numa situação de precariedade, uma vez que não têm acesso a apoios sociais nem

a bens e serviços, como créditos e vistos de residência, exclusivos para aqueles com contrato de trabalho. Já a celebração de um contrato de trabalho entre o cooperador e a cooperativa, representa um risco para a cooperativa, uma vez que, colocando-a como entidade empregadora, esta fica responsável do pagamento de salários mensais ao cooperador. No entanto, a responsabilidade de assegurar o salário é do cooperador e não da cooperativa.

Como resposta a este vazio legal, em 2023-24 foi desenvolvido, em parceria com outras cooperativas em Portugal, o *Acordo de Trabalho Cooperativo* (ATC). Este contrato é muito semelhante a um contrato de trabalho, com a principal exceção de que estabelece uma relação de trabalho sem estabelecer uma relação de subordinação. Adicionalmente, este contrato permite que os trabalhadores possam ter um salário variável de acordo com o trabalho que fizerem em cada mês. Este acordo de trabalho permite que os cooperadores exerçam a sua atividade de forma autónoma e autogerida, usufruindo ainda assim, dos apoios sociais. A criação deste tipo de contrato é, em si mesmo, uma crítica ao sistema de trabalho predominante que correlaciona o trabalho subordinado com o acesso a benefícios sociais. Ao implementar o ATC, e negociar estas condições com entidades fiscais e públicas como a *Autoridade Tributária* e *Segurança Social*, as cooperativas integrais em Portugal estão a exigir o reconhecimento do valor do trabalho autónomo e a questionar a necessidade de relações laborais hierárquicas para a criação de valor social através do trabalho.

A Minga oferece, ainda, a opção do uso de uma moeda interna para trocas entre cooperadores, que pode ser usada tanto na loja, como ser transferida internamente entre cooperadores. Este mecanismo permite a criação de um sistema económico alternativo, que, por permanecer dentro da própria estrutura, fomenta a economia interna da cooperativa. Um *email* para a tesouraria é o suficiente para realizar transações entre membros ou para a conversão de saldo em 'saldo interno', que pode ser gasto na loja.

Outra das ferramentas de apoio ao trabalho são as infraestruturas e meios de produção, nomeadamente a disponibilização de espaços de trabalho, de comercialização e de exposição, meios de transporte e capital financeiro. A cooperativa disponibiliza dois espaços, que já foram anteriormente mencionados: a loja, onde os cooperadores podem expor e vender os seus produtos, e o *Espaço Integral*, uma sala multiusos usada como espaço de *coworking*, oficina de tecelagem, sala de reuniões, biblioteca e sala de eventos (como oficinas e formações). Além destes dois espaços, a cooperativa pode ainda estabelecer contratos de arrendamento em nome de cooperadores e projetos, no caso destes não terem capital ou meios para pedir um arrendamento a nome próprio. No que toca à facilitação de meios de transporte, a Minga tem à disposição dos membros uma carrinha para aluguer, permitindo, uma vez mais, a partilha de

custos de uma ferramenta que, de outra forma, poderia representar um gasto impossível de pagar individualmente. Ao ser um recurso que é usado apenas pontualmente, a sua compra conjunta enquanto cooperativa, representa, para além de uma vantagem económica, uma solução ambientalmente consciente, pela redução dos recursos usados.

Por fim, a Secção de Serviços permite ainda o acesso a microcréditos. Ainda que este serviço não esteja atualmente em uso, foi uma ferramenta que anteriormente permitiu, dentro dos limites legais de uma cooperativa que não é de crédito, conceder apoio financeiro a atividades profissionais de cooperadores. Isto foi feito através da celebração de contratos de mútuo interesse que criavam uma ponte entre cooperadores com capital financeiro e cooperadores com projetos que necessitavam de capitalizações iniciais. Este é um serviço muito limitado, em grande parte devido a entraves legais que restringem a formação de cooperativas de crédito para além da única existente a nível nacional, o *Crédito Agrícola* (Olival & Mateus, 2024).

Como se observa na tabela 4.2, com a criação de um sistema de faturação alternativo e com a oferta de infraestrutura e de meios de produção aos cooperadores, a Minga cria um regime laboral que questiona princípios básicos da produção capitalista como a relação de subordinação de empregador-empregado ou a precariedade laboral. A partilha de meios de produção e o fomento ao autoemprego conferem autonomia aos cooperadores para definirem as suas próprias condições de trabalho, autonomia essa que só é possível por todos os membros cooperarem para o funcionamento desta organização. Vemos, ainda, que a falta de instrumentos legais, como o regime de trabalho cooperativo e instituições de finanças cooperativas, debilita e limita a ação da cooperativa. A resposta é a substituição de legislação oficial por relações de confiança, no momento de estabelecer acordos entre cooperadores e entre cooperadores e cooperativa.

Tabela 4.2 Resumo atividade da Secção de Serviços. Fonte: elaborado pela autora.

Secção	Ferramentas	Ação concreta	Finalidade	Valores
Serviços	Simplificação da faturação	acordo de trabalho cooperativo	simplificar burocracias associadas ao trabalho, garantir estabilidade ao auto-emprego	autoemprego; profissionalização
		métodos alternativos à faturação (moeda interna e apresentação de despesas)	manutenção da riqueza a nível local; aumentar rendimentos de trabalhadores	autonomia; economia circular
	Apoio com infraestrutura e meios de produção	contabilidade partilhada	redução de custos de produção	cooperação; profissionalização
		loja e espaço integral	redução de custos de produção e intermediários	cooperação; comércio local e justo
		carrinha	redução de custos de produção	cooperação, consumo sustentável
		contratos de arrendamento	estabilidade laboral	autoemprego; profissionalização
		microcrédito	redução investimento inicial	equidade

Secção de Habitação e Construção

A Secção de Habitação e Construção da Minga (SHC) tem como objetivo central a "construção e recuperação de espaços de habitação e trabalho" (Cooperativa Integral Minga, 2023b) para cooperadores e para a população local. Para tal, a principal ação da secção é a *Cooperativa de Habitação Económica e Ecológica* (CHEE), um projeto de desenho e construção de habitação cooperativa que visa responder às necessidades habitacionais de um grupo de pessoas, sem intervenção de promotores públicos ou privados (Brochura da SHC, 2024). O modelo de propriedade cooperativo assenta na priorização do direito à habitação sobre o direito de propriedade. Para isto, a propriedade é colocada a nome da cooperativa, e os cooperadores têm direito de uso, isto é, de a habitar e transformar de acordo com normas acordadas coletivamente, sem, no entanto, que isto se traduza no direito de a transacionar. Este modelo de propriedade permite a desmercantilização da habitação ao impedir a sua integração no mercado imobiliário e, portanto, a especulação sobre o seu valor. Este entendimento de propriedade cooperativa é característico da "nova geração de cooperativismo" (*ibidem*), uma vez que as cooperativas de habitação tradicionais não continham, nas suas regulações, medidas que impedissem a alienação da propriedade. Outra inovação é a integração de preocupações ecológicas, quando se estabelece que a construção deve usar materiais naturais, produzidos localmente ou com

menor impacto em termos de contaminação, bem como o uso de energias renováveis (CHEE, 2014; Proposta Lei de Bases da Habitação, 2018).

O projeto da CHEE começou em 2014 e pretendia criar 30 habitações acessíveis e cinco espaços de trabalho, não necessariamente só para membros da Minga, mas também para famílias montemorenses com dificuldade de acesso à habitação, pessoas com ligação à cidade (família, trabalho, tenham vivido lá antes), e associações e/ou entidades locais que procurem espaços de trabalho. De acordo com a proposta inicial, a Minga previa:

- criar uma equipa técnica de apoio à construção e desenho;
- oferecer um curso de autoconstrução;
- adquirir coletivamente materiais e equipamentos de construção;
- formar uma comunidade energética;
- conceder microcréditos e apoio para a organização de um programa de voluntariado nacional e internacional para apoio na construção.

Era estimado que o projeto estivesse concluído em 2016, com habitações cujo custo de investimento inicial seria cerca de 30% a 40% do valor de referência de custo de uma ruína no centro histórico de Montemor-o-Novo. A Minga contava, então, com a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo para apoiar na identificação das famílias carenciadas e das instituições locais com necessidade de espaços de trabalho, mas, principalmente, com a cedência de um espaço ou apoio na procura de opções. No entanto, este apoio nunca chegou a concretizar-se e o projeto da cooperativa esteve parado até cerca de 2023 (fig. 4.13). Neste ano, com o programa *Mais Habitação*, abordado na seção anterior (4.2.1) surge a oportunidade de apoio público às

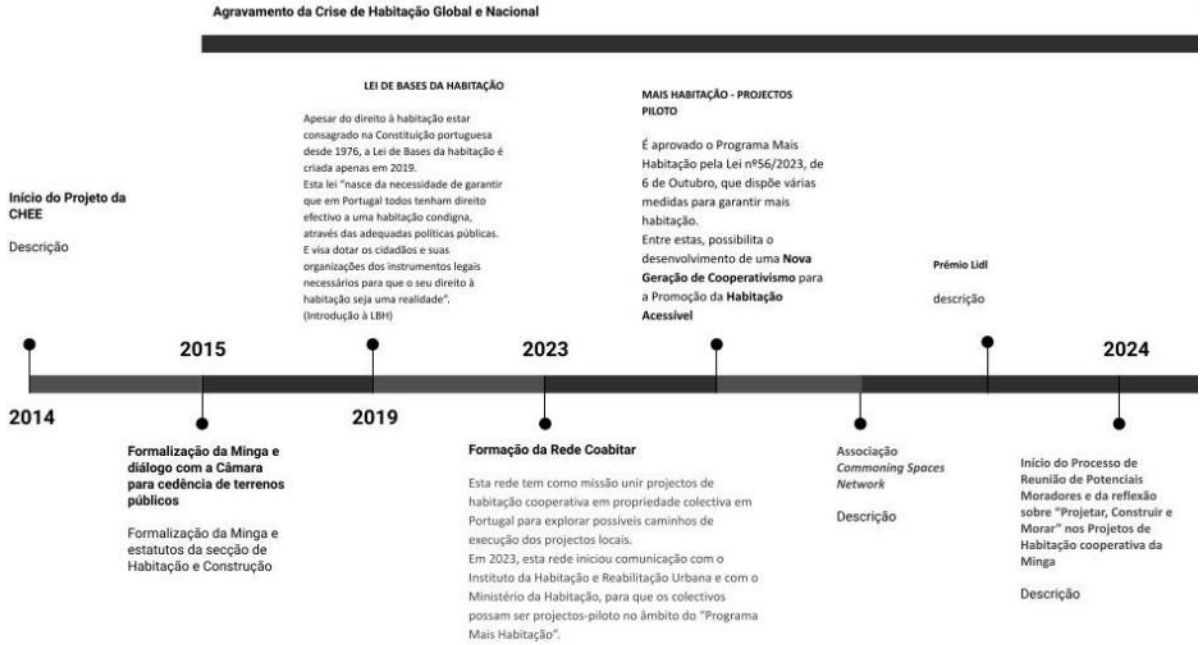


Figura 4.13 Ação da Secção de Habitação da Minga ao longo do tempo. Fonte: Brochura da SHC, 2024.

Com a reativação da CHEE, foi desenhado um plano para aproveitar os fundos públicos em questão e reestabelecer negociações com o município. Nesta nova fase, o objetivo era conseguir apoio do município ou de outras instituições públicas como *Instituições Particulares de Solidariedade Social* (IPSS) locais para aquisição de um terreno (tal como inicialmente), e o apoio estatal através do *Mais Habitação* para acesso a crédito para construção. Durante este período a Minga procura, igualmente, apoio junto de outras entidades públicas como o *Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana* (IHRU) e associa-se a outras cooperativas integrais que também procuram criar cooperativas de habitação. Neste âmbito, a Minga passa a integrar a *Rede Co-Habitar*, um coletivo formado em 2024 pela associação de várias cooperativas de habitação, que pretendia "promover as cooperativas de habitação em propriedade coletiva" (Rede Co-Habitar, 2025). Para além desta, a Minga associa-se ainda a outras redes nacionais, como a *Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica* (FENACHE), e internacionais, como a rede europeia de cooperativas de habitação.

A Secção de Habitação promove ainda outras iniciativas que procuram, por um lado, dar mais autonomia à população local para prover as suas próprias necessidades habitacionais, e, por outro, pressionar as entidades públicas para dar respostas institucionais à falta de habitação acessível, principalmente a nível local. Uma dessas iniciativas é a *Agência de Organização de Apoio Técnico e Ajudadas Construtivas* (AOATAC) que tem como objetivo oferecer apoio à população local para garantir o acesso a habitação digna e acessível. A ideia deste projeto consistia na criação um gabinete de apoio, aberto ao público, financiado pelo município e desenvolvido por profissionais da Minga. Entre os serviços propostos estava a investigação de situações de carência habitacional, a facilitação de processos administrativos junto de entidades públicas, o acompanhamento de pedidos de apoio financeiro (nomeadamente apoios públicos) e a facilitação do acesso a serviços especializados de obra e projetos.

Esta ideia ganhou uma importância renovada nos últimos anos com a criação da *Nova Geração de Políticas de Habitação*, uma vez que estas estabeleciam que as câmaras municipais seriam as principais gestoras da atribuição dos fundos, ainda que grande parte destas não dispusessem dos recursos para a gestão de candidaturas ou mesmo para oferecer apoio a uma população com pouca literacia burocrática. Assim, nos últimos anos (2024-25) em que as candidaturas a estes apoios (p.e. *1º Direito, Porta65*) foram escassos, e o limite para uso destes fundos aproximava-se, a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo recorre ao AOATAC para apoio de gestão e consultoria. Com esta parceria informal, a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo passou processos de pessoas que procuravam estes apoios públicos, para as mãos de uma equipa de profissionais da Minga. A cooperativa assumiu, assim, o papel de consultora

oferecendo serviços de apoio que direcionavam as pessoas para os programas mais adequados às duas situações habitacionais. O objetivo desta colaboração seria não só oferecer como solução estes programas de apoio público, mas também abrir a possibilidade de outras soluções alternativas, como a CHEE ou apoio à autoconstrução. Esta colaboração sofreu alguns percalços, nomeadamente falta de meios: tanto pelo facto da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo não atribuir verbas ou apoios financeiros ao AOATAC para o serviço que era suposto prestar em seu nome; como pelo facto de existirem poucos cooperadores da Minga interessados em participar como facilitadores. Em alternativa, a Minga tem procurado apoios privados para conseguir remunerar o trabalho desenvolvido por este projeto. Um destes apoios passou pela integração no *DASH*, um programa europeu que procurava investigar novos modelos de habitação cooperativa, e que surge como possível solução para a falta de fundos. Ao formar parte deste projeto, a Minga decidiu alocar os fundos recebidos para financiar honorários de técnicos cooperadores, não só para o projeto AOATAC, mas também para repensar e reestruturar a SHC. Além deste programa, a Minga candidatou-se também a um apoio privado promovido por uma empresa da grande distribuição. O programa *Mais Ajuda* do *LIDL* propunha financiar "soluções inovadoras na facilitação do acesso a uma habitação digna"[10]. Apesar de inicialmente se planear a utilização deste valor para lançar a CHEE, o valor do prémio não foi suficiente para tal empreitada. Como uma das quatro entidades vencedoras, a Minga decidiu usar o prémio para financiar não só os honorários de uma pessoa a trabalhar no projeto AOATAC, mas também ensaios laboratoriais de materiais à base de terra, e para a formação de equipas de empreitada e subempreitada de um novo projeto da Secção de Habitação denominado, *Coonstrutora*.

A Coonstrutora é um dos projetos mais recentes relacionados com a habitação que pretende responder à falta de mão-de-obra na construção a nível local, e, principalmente, de equipas que possam dar soluções de construção, integrando todas as especialidades de uma obra. Ainda que oficialmente a Coonstrutora se encontre dentro da Secção de Serviços, iremos analisá-la aqui por ser um serviço integrado com os princípios da SHC. O objetivo deste serviço é reunir sob o mesmo projeto, vários membros construtores da Minga e oferecer serviços como uma empresa de construção. Para tal, para além do alvará de construção[11] que a Minga já tinha desde 2018/19, tem-se vindo a adquirir ferramentas de construção, que podem ser usados por qualquer

[10] https://maisajuda.pt/, consultado a 24 de junho 2025. [Acedido a 10 dezembro 2025]

[11] O alvará de empreiteiro habilita uma entidade a executar obras que se enquadrem nas categorias por ele identificadas.

cooperador, mediante regulamento interno, e que foram, em parte, financiados por estes apoios privados mencionados anteriormente.

Para além destas propostas que procuravam ativamente resolver os problemas da população local no acesso a uma habitação digna, a Minga participou igualmente em consultas públicas para o delineamento de políticas para a habitação, nomeadamente para a *Lei de Base da Habitação* (LBH) e para a *Estratégia Local de Habitação* (ELH) de Montemor-o-Novo. Para o delineamento da LBH foram consultados e recebidos pareceres de várias entidades associativas e privadas, entre as quais a Minga, que apresentou o seu parecer em 24 de janeiro de 2018 ao *Grupo de Trabalho – Habitação, Reabilitação Urbana e Políticas de Cidades*, numa audiência na Assembleia da República. Neste documento a Minga apresenta 15 propostas que, seguindo os princípios elaborados no plano da CHEE, defendem a coordenação entre vários atores para assegurar a provisão de habitação acessível. Isto significa a coordenação de recursos públicos e autárquicos, com cooperativas e com a própria população, para o aumento da oferta de habitação pública e cooperativa, bem como para o incremento do poder de autogestão da comunidade local.

Para a *Estratégia Local de Habitação* de Montemor-o-Novo, a Minga também foi consultada. Para este contributo a Minga baseou-se, em parte, num inquérito à habitação, que implementou em setembro de 2017, em conjunto com a *Rede Cidadania de Montemor-o-Novo*, através do qual fizeram um levantamento das necessidades de habitação dentro do concelho de Montemor-o-Novo (Cooperativa Integral Minga, 2023c). A Rede Cidadania foi um grupo de cidadãos montemorenses que procuravam "exercer a sua cidadania participativa para a construção de um futuro mais solidário, sustentável e próspero em Montemor-o-Novo" (Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo, s.d.). Podemos dizer que poucas das medidas de apoio à habitação cooperativa sugeridas por estes grupos parecem ter sido tomadas em consideração para o desenho da ELH de Montemor-o-Novo.

Como demonstra o resumo da tabela 4.3, a Secção de Habitação da Minga apresenta várias propostas para a democratização do direito à habitação, tais como a construção de habitação cooperativa, a autoconstrução acompanhada e a coordenação de esforços entre entidades públicas e coletivas. No entanto, vimos, ao longo desta análise, que existe uma grande dificuldade na implementação destas medidas, em grande parte devido ao praticamente inexistente apoio público e autárquico, mas também pela exclusão de organizações cooperativas da lista de beneficiários de fundos públicos para a habitação e construção e pela dificuldade de acesso a créditos privados. Vemos, assim, na SHC, uma transição de propostas de prefiguração

de outros modelos de propriedade e de habitar, para o envolvimento como movimentos sociais que visam conseguir alterações sistémicas no panorama da habitação a nível nacional.

Tabela 4.3 Resumo atividade da Secção de Habitação e construção. Fonte: elaborado pela autora

Secção	Ferramentas	Ação concreta	Finalidade	Valores
Habitação e Construção	Cooperativa de Habitação e Construção	CHEE	habitação acessível e espaços de trabalho; construção ecológica	direito à habitação; ecologia
		Coonstrutora	profissionalização da autoconstrução; oferta de serviços de construção ecológica	direito à habitação; construção ecológica
	Consultoria de habitação digna	AOATAC	apoio à literacia burocracia; facilitação de acesso a financiamento	Igualdade de oportunidades; direito à habitação
		Candidatura a fundos e apoios (DASH e Mais Ajuda)	financiamento e sustentabilidade económica	Intercooperação
	Lobby político	Propostas para leis públicas para a habitação (LBH e ELH)	promoção das cooperativas de habitação; profissionalização da autoconstrução	autonomia, direito à habitação
		Redes de cooperativas de habitação (Co-Habitar, FENACHE, rede habitação cooperativa europeia)	promoção das cooperativas de habitação e propriedade coletiva	Intercooperação

Secção Agrícola

Esta é talvez a secção menos desenvolvida na Minga, estando representada por apenas 10% dos cooperadores, o que corresponde a 11 pessoas (2023). Estes dados, no entanto, não representam o verdadeiro número de produtores agrícolas que vendiam na Minga, o que é claro na tabela 4.4, onde podemos observar que, em 2023, existiam mais de 240 produtores associados à Minga. Destes, nem todos se encontravam ativos (podendo ser anteriores fornecedores da loja) e nem todos eram 'cooperadores efetivos', podendo ter o estatuto de 'sócio colaborador (apresentado anteriormente neste capítulo). Havia ainda vários cooperadores que, sendo ativos noutras secções, tinham pequenas produções caseiras sazonais, assumindo também o papel de produtores agrícolas em determinados períodos do ano. O estatuto de 'sócio colaborador é particularmente importante na seção agrícola uma vez que o capital social exigido para fazer parte desta é mais elevado que noutras secções (100€). Este estatuto permite, assim, que produtores locais sem capital disponível para pagar os títulos de entrada na cooperativa e na Secção Agrícola possam usar a cooperativa para escoar os seus produtos. Contudo, esta facilitação fez com que os produtores que beneficiavam deste estatuto tendiam a não participar em reuniões de secção, nem a envolver-se com a gestão da cooperativa, dificultando a criação de estratégias adequadas às suas necessidades, como veremos em seguida.

O principal instrumento criado pela Minga para ajudar os seus produtores agrícolas foi a loja, que funcionava como meio de escoamento de produtos processados e não processados. Esta solução é particularmente relevante para produções de menor escala e para produtos fora dos padrões usuais da grande distribuição (tamanho, peso, aspeto, …), e para a venda de processados sem certificação entre cooperadores (ver Secção de Consumo, anteriormente neste capítulo). A loja cooperativa é também uma forma de reduzir os intermediários entre produtores e consumidores, permitindo a manutenção de uma maior percentagem de lucro de venda com o produtor. Durante a pandemia do COVID-19 a loja da Minga ganhou importância, uma vez que, com o encerramento dos restaurantes locais, eram poucos os locais disponíveis para escoamento de pequenas produções agrícolas locais. Foi durante este período que vários cooperadores começaram a trazer para a loja vizinhos e amigos que tinham pequenas produções.

Tabela 4.4 Produtores associados à loja, segundo o registo de faturação da loja. Fonte: Cooperativa Integral Minga, 2023.

Tipo de produção	Número de produtores
Hortícolas/fruta	80
Ovos	16
Carne	5
Transformados	36
Queijos	6
Pão	7
Misto	18
Sal	1
Cosmética / detergentes	5
Agroflorestal	2
Cerâmica e artesanato	42
Publicações e jogos	22

A venda em loja pode ser feita à consignação, isto é, a Minga receber os produtos e o pagamento ao produtor era realizado só após a venda ao cliente final, ou com a compra direta aos produtores. Para evitar que os produtores tivessem perdas, principalmente no que respeita a artigos perecíveis, a cooperativa fazia um ajuste entre o tipo e quantidade de artigos com procura e a variedade de oferta que existia do lado dos produtores. Frequentemente, era dada prioridade a produtores locais de pequena escala, absorvendo a Minga grande parte do *stock* que estes tinham disponível, e complementando com artigos específicos de produções de maior escala.

Como foi mencionado na Secção de Consumo, entre 2023 e 2024 a Minga esteve a fornecer cantinas escolares aumentando a capacidade de escoamento da cooperativa. Para isto foram concertadas ementas adaptadas à sazonalidade da produção agrícola biológica, junto com as nutricionistas das escolas, permitindo a expansão dos ideais de comércio local e justo para outras entidades que não só a Minga. Apesar do concertado com as nutricionistas, quanto a ementas mais adequadas à sazonalidade da produção agrícola, continuaram a existir alguns

alimentos, como batatas e cenouras, cuja quantidade pedida não se adequava à capacidade produtiva de sistemas sustentáveis e de pequena escala. Isto fez com que a Minga tivesse de fazer pedidos excecionais a fornecedores com produções de grande escala, bem como alargar o raio de origem dos produtos hortícolas para além do município de Montemor-o-Novo. Este problema foi, contudo, o motor para pensar em soluções cooperativas que tirassem partido dos recursos disponíveis localmente. Exemplo disso, foi o projeto formulado por dois cooperadores, que propunham usar um terreno não cultivado, pertencente a um produtor associado à Minga, para cultivar batatas, sendo a mão-de-obra fornecida pelos cooperadores que são pais, e que têm preocupação pelo tipo de alimentação escolar dos filhos. O projeto propunha levar a cabo as várias fases do cultivo com base em ajudadas para as quais seriam convocados os pais. No momento do trabalho de campo estava a ser estudada a viabilidade económica do projeto.

A preocupação em disseminar a visão ecológica de produção agrícola está presente nos vários níveis de produção dentro da Minga. Para além de conversas informais na loja entre produtores e vendedores, e da criação de um ambiente e discurso associado a práticas ecológicas, a Minga promoveu uma sessão de formação sobre produtos alternativos aos fitofarmacêuticos. Esta sessão de formação foi dinamizada por um dos cooperadores da Minga que produz microorganismos para uso na agricultura e no tratamento de águas. Esta técnica está associada à produção agroecológica, e é usada para melhorar o solo, mas também ajudar no controlo de pragas e tratamento de águas. Nesta sessão de formação procurava-se que os produtores da Minga ficassem a conhecer novos produtos, mas também que interiorizassem lógicas de práticas agroecológica, procurando que estes abraçassem uma transição para uma agricultura biológica.

Ainda que existam estas ferramentas, alguns produtores queixam-se da falta de um meio de comunicação fiável entre a Minga e os produtores, que os apoiasse no planeamento das suas produções e fomentasse uma transição para o biológico mais sistematizada. Com o contrato de abastecimento de cantinas escolares iniciou-se um novo projeto que procurou juntar a equipa de gestão da loja (que é também a equipa que faz a gestão do abastecimento das escolas) e os produtores agrícolas, com o objetivo de definir um plano de produção que tivesse escoamento garantido. Ainda que o principal argumento para o fracasso deste projeto tenha sido a instabilidade das temporadas de produção, a falta de organização interna da secção e o fim do abastecimento às cantinas escolares podem ter tido um papel importante para determinar o esmorecimento do projeto. O facto de não existir um registo claro dos membros da cooperativa que se dedicam à produção agrícola, nem do tipo de produção que estes desenvolvem, criou dificuldades no momento de estabelecer uma maior proximidade entre loja e produtores.

Podemos apontar como causa para esta dispersão, a falta de compromisso com processos de gestão da cooperativa, bem como o facto de grande parte dos produtores que vendem apenas um tipo de artigo agrícola à Minga, o fazerem de forma complementar à sua atividade profissional principal. A imprevisibilidade do clima e das condições ambientais da produção agrícola faz ainda com que um produtor, que um ano é o principal abastecedor de determinado produto, no ano seguinte pode não conseguir o mesmo volume de produção ou decidir investir num outro tipo de produto, fazendo com que a Minga não possa contar com uma produção estável e segura de cada produtor.

No que diz respeito a uma transição para uma agricultura biológica, vários produtores agrícolas defendem que o acesso a determinados produtos ou práticas agroecológicas está limitado ao conhecimento teórico dos produtores acerca destas práticas alternativas. Neste sentido, estes mesmos produtores defendem que deveriam existir mais sessões de esclarecimento, conduzidas por cooperadores com maior conhecimento de práticas agroecológicas. Quanto à produção de processados, existe a proposta de criar uma cozinha comum certificada, que permita a todos os cooperadores a certificação dos seus processados, dando acesso à venda destes produtos a um público generalizado. No entanto, este projeto nunca foi realizado por falta de verba coletiva e de iniciativa dos membros. Em alternativa, há a sugestão de que cooperadores com cozinhas certificadas permitam o uso da cozinha e/ou da certificação para a elaboração de produtos processados de outros membros da cooperativa.

Na tabela 4.5 podemos constatar como grande parte das ferramentas criadas pela Minga para a Secção Agrícola são partilhadas com a Secção de Consumo, nomeadamente a loja, a parceria com instituições locais e as ações de formação. Isto demonstra que não existe uma separação óbvia entre estas duas secções, o que pode dever-se a que, inicialmente, a Secção Agrícola e a loja foram movidas por uma necessidade própria (isto é, dos cooperadores fundadores) de consumo local, e de uma necessidade projetada (sobre os produtores locais ainda desligados da cooperativa) de escoamento de produtos a nível local.

Tabela 4.5 Resumo atividade da Secção Agrícola. Fonte: elaborado pela autora.

Secção	Ferramentas	Ação concreta	Finalidade	Valores
Agricultura	Simplificação da faturação	Estatuto sócio cooperante	simplificar processos burocráticos; garantir estabilidade laboral	autoemprego; profissionalização
	Loja	Venda de produtos sem escala de produção	redução intermediários; apoio à produção de pequena escala	comércio local e justo; pluriatividade
		Venda de produtos sem certificação	redução de necessidade de certificação	autonomia; corresponsabilidade
	Parceria instituições locais	Abastecimento cantinas escolares	escoar produtos	comércio local e justo; sustentabilidade
	Ações de formação	capacitação em produção ecológica/biológica	promoção práticas ecológicas/biológicas	ecologia e produção sustentável; partilha de conhecimentos

PARA ALÉM DAS SECÇÕES

Até aqui observámos como a Minga atua em diferentes áreas económicas da vida, não só dos seus membros, mas também da população local, oferecendo soluções que procuram expandir a autonomia local, fomentando relações económicas socialmente justas e ambientalmente sustentáveis. Contudo, a integralidade vai para além da soma destas secções. É quando estas estratégias se cruzam que passam a conseguir responder a problemas mais complexos, transversais a várias vertentes da vida económica e inclusive do território. Constatamos, assim, que a loja se converte numa ferramenta de integração do projeto na comunidade local e como a estrutura multissectorial da cooperativa incentiva à pluriatividade, fomenta economias desmonetizadas e atividades reprodutivas (como ativismo), assim como oferece estratégias indiretas de fixação de população.

Concebida para ser um ponto de venda de produtos locais, a loja acaba por funcionar como a ‘cara’ do projeto e como espaço de encontro entre vizinhos e membros da cooperativa. Ao funcionar como loja aberta à comunidade, seja para consumo, seja para venda de produtos, a loja torna-se um local frequentado por uma maior variedade de pessoas que não só os ‘novos rurais’ ou por cooperadores. Relembrando os dois tipos de comuns que apresenta Stavrides (2021) (cap. 2.3.1) a loja pode ser entendida como uma porta aberta à participação no ‘espaço comum’ que é a Minga, e evitar segregações como as provocadas por criação de serviços ‘à parte’ da comunidade local, como descrito na *guetificação elitista* (cap. 2.1.3). Para tirar proveito desta situação, houve inclusive propostas de expansão da loja para albergar refeições ou uma zona de estar para fomentar essa vertente de espaço de convivência que a loja assume.

O sistema de faturação da Minga apresenta outras facilidades para além da simplificação de burocracia, nomeadamente no que diz respeito à diversificação de formas de trabalho, tanto

em termos de tipo de atividade como de tempo dedicado à atividade produtiva. O facto de a cooperativa ter 15 linhas de atividade económica (CAE's)[12] permite que os cooperadores possam desenvolver vários tipos de atividade profissional em simultâneo. Adicionalmente, o regime laboral cooperativo permite que os cooperadores organizem o seu tempo de trabalho de acordo com a sua disponibilidade, mas sem a instabilidade laboral que isso implicaria no caso de um trabalhador independente sem uma estrutura de suporte.

Ao oferecer a possibilidade de trocas e compras internas, entre cooperadores e com a própria cooperativa, a Minga cria um sistema económico independente do sistema capitalista globalizado, abrindo portas à exploração de outros tipos de economia. Assim, são comuns as transações desmonetizadas entre cooperadores, que usam a troca direta ou a doação como sistema de transação. Adicionalmente, ao defender princípios ecológicos e de justiça social, a Minga converte-se numa plataforma de apoio a projetos desenvolvidos por cooperadores, de ativismo, investigação e divulgação que se alinham com estes princípios. Apoio esse que pode passar por concessão de espaços para reuniões e atividades, ou por assumir o papel de instituição-mãe destes projetos de cooperadores, permitindo a captação de fundos públicos e internacionais direcionados apenas a organizações formais. Vemos isso, por exemplo, com do projeto AOATAC que, sem tem de se formalizar de forma independente, com os custos e complexidade burocrática que isso acarreta, pode candidatar-se a financiamento internacional e inclusive receber o reconhecimento de instituições públicas como o município local.

A cooperativa teve também um impacto na fixação de população em Montemor-o-Novo, ao fomentar a estabilidade laboral de novos residentes, pela oferta de uma estrutura simplificada de faturação e da celebração de diferentes tipos de contratos laborais. Os exemplos são vários: cooperadores de origem estrangeira que beneficiaram de contratos de trabalho para pedir vistos de residência, cooperadores que receberam na Minga o apoio necessário para começar o seu próprio negócio local, e cooperadores que, ao celebrarem um contrato de trabalho com a Minga puderam pedir créditos de habitação, para estabelecer-se de forma permanente em Montemor-o-Novo. Carlos, por exemplo, vindo da América do Sul, trabalhava de forma informal em construção e precisava de um contrato de trabalho para poder obter um visto de residência. Ao tornar-se membro da cooperativa, e formalizar a sua atividade profissional através desta, teve a possibilidade de estabilizar a sua situação profissional bem como de se estabelecer em Montemor-o-Novo.

[12] "O Código de Atividade Económica (CAE) é um código numérico que identifica a(s) atividade(s) económica(s) que a empresa desenvolve" (https://justica.gov.pt, [Acedido a 10 dezembro 2025]).

A relação entre as várias seções da Minga tem, no entanto, sido considerado um ponto fraco da cooperativa. Vários membros apontam para o facto de não haver conhecimento mútuo dos serviços que cada cooperador oferece como principal causa para não existirem mais sinergias e propostas de projetos multidisciplinares. Como resposta a isto, a cooperativa realizou várias iniciativas para partilhar conhecimento dos serviços oferecidos pelos cooperadores, tais como a organização anual do *dia do cooperador* bem como a compilação destes serviços numa página *web* de acesso aberto. No entanto, a maioria das sinergias parecem resultar maioritariamente de conversas e encontros sociais informais, do que de ações oficiais organizadas. Exemplo disso, é o caso, apresentado anteriormente, do grupo de pais que se quiseram juntar para produzir alimentos de forma local e biológica para fornecer as escolas. É comum que, externamente à Minga, clientes locais recorram a vários dos serviços oferecidos pela cooperativa para um mesmo projeto. Exemplo disso é o *Hotel Gandum*, um hotel local, que recorreu a serviços de arquitetura, construção, permacultura e energias renováveis todos oferecidos por diferentes membros da Minga. Assim, a cooperação entre membros dá-se também com o 'passa-palavra' divulgando serviços oferecidos por outros cooperadores.

Seja pela informalidade do desenvolvimento de projetos comuns, seja pelo tamanho e falta de transparência entre as diferentes secções, na Minga, a integralidade revela-se algo difícil de atingir. A somar às razões enunciadas, existem ainda as dificuldades associadas à complexidade que representam a gestão de recursos de forma coletiva e a integração no modelo económico nacional. A complexidade da gestão coletiva pode ser observada em várias ferramentas centrais da cooperativa, nomeadamente, nos bens comuns (a loja, o Espaço Integral e da carrinha). Estes são, muitas vezes, difíceis de atribuir a uma secção em concreto, tornando a sua gestão mais passível de gerar conflitos. A loja, é vista como parte da Secção de Consumo, sendo, na verdade um dos principais serviços oferecidos à Secção Agrícola, e servindo ainda membros da Secção de Produção Operária que desenvolvem produtos para comercialização à escala local. Além disto, é ainda dentro do espaço da loja que se localiza o escritório do pessoal administrativo e tesouraria da cooperativa, onde também são feitas reuniões com cooperadores ou pessoas externas à Minga. A somar a estas funções, a loja é também o local de receção de faturas e encomendas pessoais de cooperadores, de receção e faturação de artigos de produtores locais, armazenamento de frio, gestão dos produtos da loja e gestão e preparação dos produtos para a distribuição nas escolas. É igualmente o principal lugar para exposição de comunicações entre cooperadores através de panfletos, cartões e cartazes, e acolhe ainda a *Sementeca*, uma biblioteca de sementes onde os cooperadores podem trocar sementes locais. A diversidade de funções resulta em debates recorrentes sobre como se deve enquadrar a loja, dentro da

cooperativa. Atualmente, esta é vista como um serviço de toda a cooperativa, e que, portanto, deve ser gerido por membros contratados e pagos para gerir esse serviço, de acordo com os interesses de todos os cooperadores. No entanto, a dificuldade em manter a sustentabilidade económica da loja divide opiniões, entre os membros que defendem que a loja não tem de gerar rentabilidade, e os que defendem que a loja deve gerar rentabilidade para ser economicamente sustentável. Este segundo grupo defende que a loja deve ser um projeto atribuído a um grupo de cooperadores interessados em fazer a exploração da loja, de acordo com a sua visão particular, assegurando que este seja um projeto sustentável economicamente. Adicionalmente, a sobrelotação de atividades e funções num espaço pequeno (fig. 4.14) gera por vezes confusão logística e implica uma grande coordenação e sincronização entre os vários usuários.

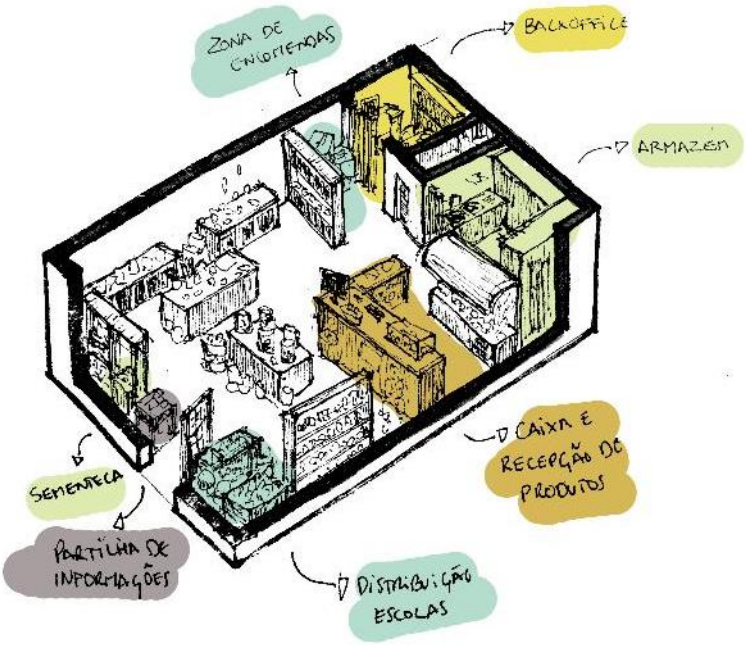


Figura 4.14 Axonometria da loja da Minga. Fonte: elaborado pela autora.

O Espaço Integral sofre de uma situação semelhante. Em 2023, este espaço esteve dedicado *cowork*, biblioteca, oficina de tecelagem, espaço de reuniões mensais e de assembleias da cooperativa. Acolheu, ainda, pontualmente, eventos culturais e educativos. Mais do que na loja, a incompatibilidade entre atividades, tanto a nível de ocupação física (fig. 4.15), como pelas diferentes necessidades de silêncio/ ruído, fez com que o Espaço Integral se tornasse difícil de gerir. Se, por um lado, alguns membros defendem que o Espaço Integral devia estar apto ao uso do maior número de membros possível, outros defendem que o espaço devia estar dedicado às atividades que mais representam a cooperativa ou que dão maior visibilidade aos ideais e visão por ela promovidos.

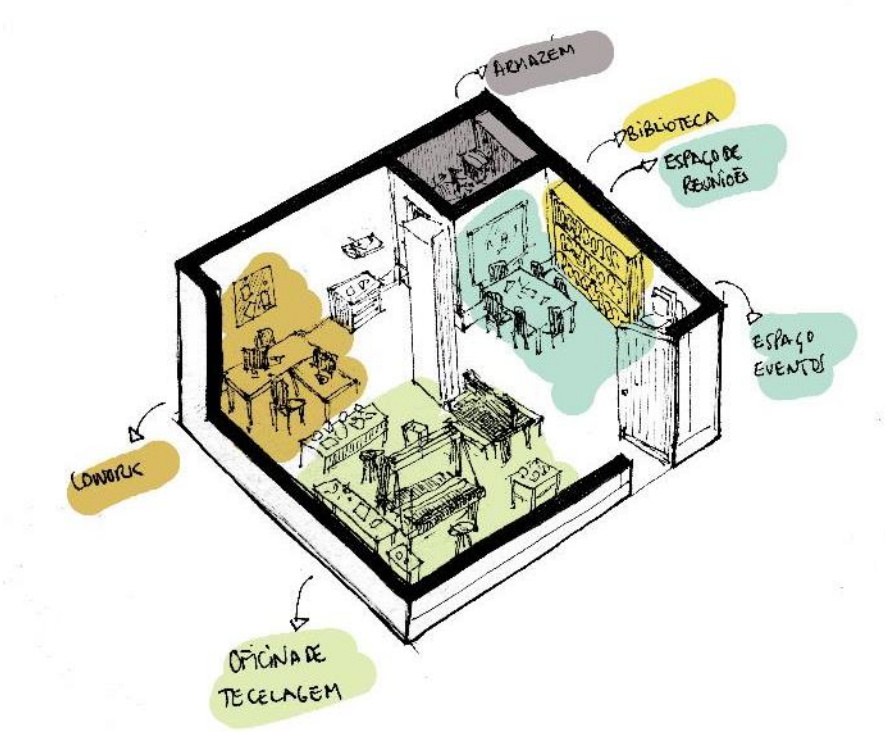


Figura 4.15 Axonometria do Espaço Integral da Minga. Fonte: elaborado pela autora.

Para além destes problemas internos, existe ainda o entrave que representa a inexistência, no enquadramento legal e fiscal, de um modelo laboral que considere as relações de trabalho cooperativas. Em resposta a isto, a cooperativa desenvolveu o Acordo de Trabalho Cooperativo, como explicado anteriormente, no entanto, este acordo não tem representatividade fiscal, nem para a Segurança Social. De facto, o modelo de contrato tem provocado várias dúvidas sobre a sua aceitação por entidades que regulam estes serviços públicos (fiscalidade e apoios sociais). Para isto, o trabalho de intercooperação com a Rede de Cooperativas Integrais de Portugal (ver cap. 4.2.3) foi crucial, possibilitando um desenho conjunto deste contrato, bem como uma união de esforços frente, não só a organizações estatais como a federações de cooperativas. O resultado foi o reconhecimento deste tipo de contratos por estas mesmas instituições (Autoridade Tributária e Segurança Social). Muitos dos avanços legais, organizacionais e laborais da cooperativa têm-se dado devido a esta intercooperação, mas também através de tentativa e erro.

Em resumo podemos ver como a formação deste modelo cooperativo, que incentiva à pluriatividade, autonomia e economia local, é, simultaneamente, restringido e fomentado pelo neoliberalismo globalizado em que se move. Por um lado, este sistema capitalista fomenta a propriedade individual, a competitividade e as relações laborais hierárquicas e de dependência, dificultando a criação de modelos de propriedade coletiva, a colaboração com agentes públicos e a legalização de relações de trabalho horizontais de corresponsabilidade. Por outro lado, é também a facilidade de comunicação e movimento deste sistema globalizado e as ferramentas

digitais que este cria, que permitem o estabelecimento de redes de cooperação que ganham escala suficiente para exercer pressão política, ou que oferecem ferramentas digitais que possibilitam a criação de moedas locais autogeridas e a conceção de sistemas de faturação próprios. Para um entendimento dos processos democráticos que estão por trás da criação deste tipo de estruturas coletivas é necessário olhar para o modelo de governança da cooperativa.

4.2.3. Modelo de autogestão cooperativo

Em termos de governança a Minga segue o modelo de organização típico das cooperativas, com os órgãos de gestão interna definidos no Código Cooperativo. Para além dos órgãos de gestão internos e da regulamentação tradicionais das cooperativas, a Minga adota outros mecanismos de tomada de decisão e de comunicação interna que procuram criar processos democráticos

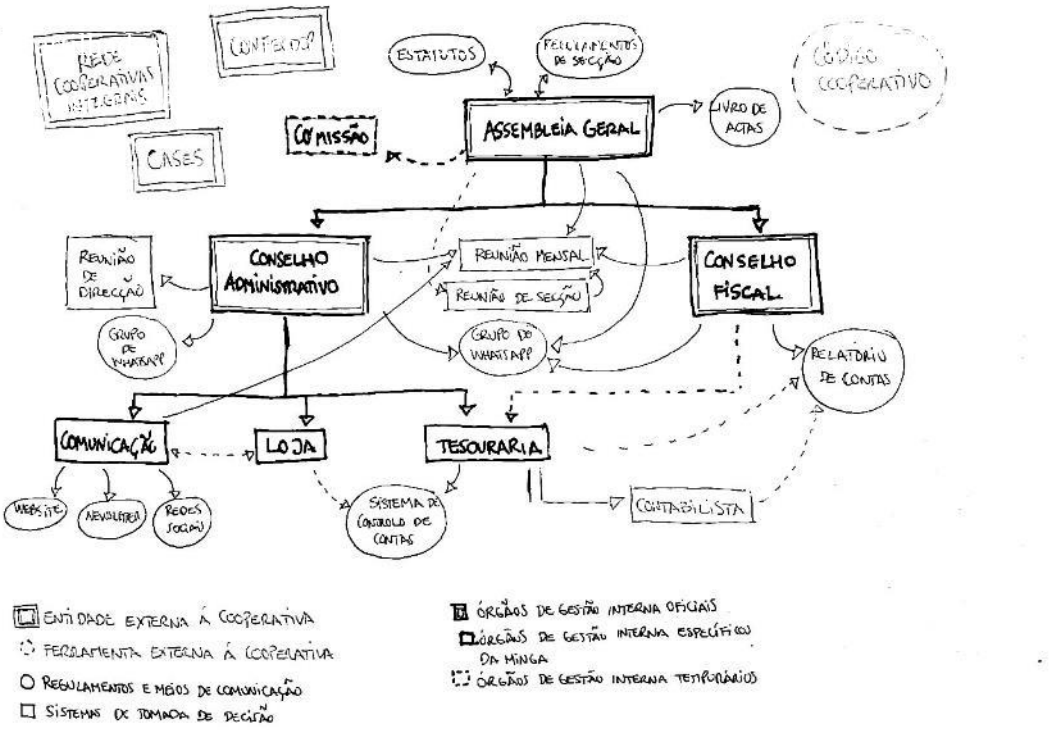


Figura 4.16 Esquema do modelo de governança da Minga. Fonte: elaborado pela autora.

informados como reuniões mensais, grupos de trabalho e sistemas de comunicação e informação partilhados. A relação entre estes elementos é ilustrada na figura 4.16 e será detalhado ao longo desta secção.

ÓRGÃOS DE GESTÃO INTERNA

Segundo o Código Cooperativo, os órgãos de gestão das cooperativas são: a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal (Lei nº119/2015, Art. 39º). O órgão máximo de tomada de

decisão é a assembleia geral. Constituída por todos os cooperadores, a assembleia é o momento em que todos são chamados a tomar parte ativa e votar para a tomada de decisões internas. Por lei, as mudanças mais estruturantes dentro da cooperativa têm de ser tomadas em assembleia. O sistema de votação, de acordo com o Código Cooperativo é o de 'um cooperador um voto'. Isto significa que, independentemente da quantidade de títulos que tenha um cooperador, o seu voto vale igual a qualquer outro. Compete ao Presidente da Mesa de Assembleia convocar as assembleias e dirigir os trabalhos durante as mesmas. No caso da Minga, existe um presidente e um vice-presidente da mesa de assembleia. As assembleias devem ser obrigatoriamente duas vezes por ano, uma para aprovação do relatório de contas e uma segunda para aprovação do orçamento e plano de atividades para o ano seguinte (Lei nº119/2015, Art. 45º e 49º). Este é, ainda assim, um mecanismo que pode ser ativado a qualquer momento, por qualquer cooperador que o entenda, convocando uma assembleia extraordinária com o fim de apressar tomadas de decisões estruturantes urgentes. Durante o período de investigação na Minga foi convocada uma assembleia ordinária para aprovação do relatório de contas, e estava a ser programada uma outra assembleia extraordinária para preenchimento de vagas deixadas no conselho de administração, uma vez que houve uma renúncia de cargo de um dos membros a meio do mandato. As assembleias são registadas e guardadas num livro de atas, disponível tanto para membros como para órgãos de fiscalização externos.

O segundo órgão social é o Conselho Administrativo, anteriormente chamado Direção. Legalmente, em cooperativas com mais de 20 membros, que é o caso da Minga, este órgão deve ter pelo menos três elementos, um presidente e dois vogais, que se devem reunir uma vez por mês. No caso da Minga, a direção é composta por cinco elementos, dos quais um é o tesoureiro, e, durante o período de investigação de campo, as reuniões de direção eram convocadas mais do que uma vez por mês. A função deste órgão, a nível legal, é o de representar a cooperativa, executar as decisões tomadas em assembleia e assegurar o cumprimento dos regulamentos internos e legais. Isto corresponde, em grande parte, ao que acontece na Minga, com a exceção de que, no caso da Minga, existe ainda um outro órgão de tomada de decisões que são as reuniões mensais. Assim como em assembleia, nestas reuniões todos os cooperadores são convidados a participar, tendo direito ao voto nas decisões que estão a ser tomadas. O objetivo deste mecanismo é retirar poder aos órgãos sociais, convertendo-os apenas em órgãos executivos. Contudo, como veremos mais à frente, alguns cooperadores queixam-se de que muitas vezes as reuniões mensais "são meramente informativas, e as decisões são todas tomadas previamente em reuniões de direção" (Irene, 3 de março 2023).

O terceiro órgão de gestão interna é o Conselho Fiscal, que tem como função a fiscalização de toda a documentação da cooperativa, bem como a verificação e revisão de contas. Na escala de uma cooperativa como a Minga este órgão deve ser composto pelo menos por três elementos, que o que acontece na Minga. Durante o trabalho de campo, o que se observou é que o Conselho Fiscal, tem, acima de tudo um papel pontual em momentos em que é necessário apresentar resultados ou documentação a entidades externas, como sejam a CASES. Sendo que o principal trabalho a nível de finanças coletivas é feito pela tesouraria.

A tesouraria faz parte dos órgãos de gestão interna que a Minga cria e que são estruturas subordinadas aos órgãos de gestão. Formada por um ou dois cooperadores, a tesouraria é, talvez, dos órgãos de gestão interna que mais trabalho tem a nível diário na cooperativa, uma vez que tem como função lidar com as questões fiscais e faturação dos cooperadores assim como estabelecer a ponte com a contabilista (externa à cooperativa). Nos últimos anos, como visto anteriormente (cap. 4.2.1), deu-se um rápido aumento do número de cooperadores, o que provocou um aumento inesperado do volume de faturas a processar por este órgão. Neste sentido, para além da criação de um novo sistema de registo de saldo (descrito na secção seguinte), foi atribuído uma remuneração à função de tesoureiro, cujo valor à hora é equivalente a outras funções remuneradas dentro da Minga como caixa na loja ou distribuição de vegetais às cantinas escolares. Sendo esta uma função de grande contacto com todos os cooperadores, exige um grau de imparcialidade grande, e implica, também, uma posição de grande pressão, uma vez que se trata de fazer a gestão das economias de cerca de 80 membros. Ao ser uma estrutura horizontal, revela-se difícil, dentro da cooperativa, separar posições de ‘membro votante com opinião’ de ‘trabalhador ao serviço da cooperativa’. Isto levou, em momentos passadas, a que se gerassem situações de benefício ou favorecimento de determinados membros em prol de outros, bem como situações de *burnout* pelo excesso de responsabilidade. Durante o trabalho de campo pode-se observar ambas as situações, mesmo quando os cooperadores encarregues deste cargo mudavam, o que demonstra que estes são problemas da estrutura da cooperativa, e não da ação de um cooperador em particular.

Outro dos órgãos criados pela Minga é a Comunicação. Este grupo, em 2023 constituído por três pessoas, tinha como função a gestão da comunicação interna e externa da cooperativa. A nível interno isto significa partilhar informações de atividades desenvolvidas nas instalações da cooperativa, facilitar o acesso a fundos e apoios de outras entidades, convocar para as assembleias, partilhar atividades desenvolvidas por cooperadores e informação sobre cooperativismo. A nível externo, a comunicação pretende dar a conhecer os serviços e produtos da cooperativa a possíveis clientes, divulgar o espírito cooperativo e promover as atividades

desenvolvidas por cooperadores e nas instalações da cooperativa. As principais plataformas de comunicação são as *newsletters* digitais e as redes sociais, mas também panfletos e participação em meios de comunicação como televisão, rádio, jornais e outras páginas *web*. Uma vez que, o principal espaço aberto ao público é a loja, um dos maiores desafios da comunicação com o público é o de dar a conhecer os serviços oferecidos pelos vários cooperadores, sendo muitas vezes a Minga vista, externamente, como uma loja de produtos locais e sustentáveis. Esta lacuna afeta também a nível interno, uma vez que grande parte dos cooperadores desconhece o trabalho e serviços de outros membros, como vimos na secção anterior. Por outro lado, o facto da comunicação interna ser feita em *newsletters*, que seguem também para não-membros pode ser um impeditivo a que se partilhem mais informações sobre decisões tomadas nas várias reuniões (mensal, de secções, de direção…). Apesar das reuniões mensais estarem registadas em atas, acessíveis a todos os cooperadores, estas atas são por vezes extensas e são apenas lidas em situações em que membros tenham dúvidas ou problemas específicos.

O terceiro grupo de trabalho é a equipa da loja que para além da venda ao público, gestão da caixa e do *stock* da loja é responsável pela relação com os produtores, assegurar os pagamentos a estes e fazer a gestão da distribuição dos vegetais nas escolas.

Para além destas estruturas permanentes existe ainda a possibilidade da criação de estruturas de gestão interna temporárias que deem resposta a problemas concretos e pontuais. Exemplo disso é o caso da *Co'Missão*, um grupo de trabalho criado por seis cooperadores em 2020, que teve como objetivo "a investigação e desenvolvimento, implementação e monitorização de técnicas, métodos de facilitação de reuniões, assembleias ou processos necessários ao funcionamento saudável da organização e suas partes" (Co'Missão – Projeto Criação de Novo Círculo da Minga, 2020). Segundo vários cooperadores envolvidos neste projeto, a Co'Missão foi a resposta a um clima de tensão e conflito interno, em que se estava a dar a concentração de poder em determinados membros dos órgãos de administração interna, bem como o uso de práticas pouco democráticas de debate e condução das reuniões internas. Estes seis cooperadores que iniciam este projeto defendem que esta situação foi uma oportunidade para rever a comunicação interna e processos de decisão, tornando-os mais democráticos e participativos, evitando uma concentração de trabalho e poder na direção.

> Nós vimos que havia conflito e pensámos: pode ser uma oportunidade de explorar coisas como técnicas de diálogo e de comunicação não violenta, com as quais nos identificávamos, e que era importante não assobiar para o lado e fingir que estava tudo bem. (Irene, 3 de março 2023)

Dentro das ações propostas estava a condução de um inquérito aos cooperadores (que serviu de base para o inquérito realizado por esta investigação) para o diagnóstico da sensação de tensão e falta de participação dos cooperadores. Adicionalmente foi proposta a facilitação de reuniões e o desenho e introdução de métodos participativos de tomada de decisão nas mesmas. Grande parte dos cooperadores envolvidos no projeto considera que não conseguiram atingir os objetivos propostos, nomeadamente o desenho e implementação de um novo modelo de gestão e de tomada de decisões. As causas apontadas por estes cooperadores são o grande foco do grupo no planeamento e pouca ação concreta, mas também a pressão e limitações impostas pela direção, que era alvo de críticas e que tolheu o processo de mudança. No fim, a eleição de novos órgãos da direção através de um método mais participativo é apontada por vários cooperadores como o momento de dissolução do projeto. Para alguns, este era o principal objetivo e, portanto, consideram que serviu o seu propósito inicial. Para outros, estes problemas nunca chegaram a ser resolvidos, passando para a comitiva da direção seguinte. Esta situação, levou inclusive, a que se voltasse a propor, em 2023, iniciar um novo processo de revisão da organização interna da Minga, introduzindo técnicas democráticas da sociocracia, que procuravam descentralizar tanto o acesso à informação, como os processos de tomada de decisão e gestão interna. Este projeto não chegou a ter muito impacto em 2023 por falta de disponibilidade de membros para o levar a cabo. Adicionalmente, através de entrevistas a vários cooperadores, observou-se também, de novo, uma preocupação com a concentração de poder, de responsabilidade e das tomadas de decisão nos membros da nova direção. Assim, mais do que um problema de pessoas em concreto, ou de determinados elementos que estiveram nos órgãos de administração interna, este parece ser um problema resultante de uma estrutura pequena (cerca de cinco pessoas) que concentra grande parte das responsabilidades de gestão de uma cooperativa de uma escala considerável (cerca de 150 membros), bem como de uma comunidade pouco participativa nos momentos de discussão interna, como sejam assembleias e reuniões mensais descritas em seguida.

Regulamentação interna

Também no *Código Cooperativ*o se estabelecem os regulamentos que devem existir dentro destas organizações, nomeadamente, os estatutos e os regulamentos internos de cada secção. Os estatutos devem ser aprovados pela CASES, entidade que já foi descrita anteriormente (cap. 4.2.1). Tendo sido a primeira cooperativa integral em Portugal, a Minga foi a primeira a redigir e fazer aprovar estatutos deste modelo de cooperativas. Atualmente, com a *Rede de*

Cooperativas Integrais, este modelo de estatutos foi partilhado e serviu de base para a formação de várias outras cooperativas multissetoriais. Apesar da Minga poder ser associada a valores como economia circular, consumo local, comércio justo, e Decrescimento (para citar alguns), nenhum destes conceitos figura nos estatutos. Isto significa que estas são visões criadas pelos cooperadores, independentemente da estrutura da cooperativa, e, portanto, mutáveis e contestáveis. Assim, a visão, missão e valores da Minga são revistos anualmente no *dia do cooperador* (fig. 4.17) procurando que se mantenham adaptados às necessidades, vontades e visões dos cooperadores. Em 2023 foi estabelecida a seguinte visão:

> Tendo com base a **economia solidária**, a **responsabilidade social e ambiental**, a **Minga está a transformar a realidade da comunidade local** ao resgatar e fortalecer o **senso de coletividade, interdependência e partilha para o desenvolvimento sustentável**. (Cooperativa Integral Minga, 2023d, texto destacado no original)



Figura 4.175 Dia do Cooperador 2023. Fonte: fotografia da autora, 2023.

Apenas nos regulamentos internos de cada secção estão presentes alguns tópicos que se alinham com a visão geral da cooperativa. Exemplo disso é o regulamento interno da Secção Agrícola, onde se estabelecem como objetivos o consumo local, economias locais e circulares, práticas agroecológicas, prática de preços acessíveis e prevenção de desperdício alimentar. Outro exemplo, é o caso da Secção de Habitação, que tem como objetivos promover práticas de construção sustentável como o uso de técnicas e materiais locais, promoção da autoconstrução e apoiar a população local no seu direito à habitação. Assim, vemos como, apesar de, para ser sócio colaborador não ser necessário estar alinhado com a visão da

cooperativa, é também claro que a visão coletiva que se foi construindo pela comunidade de membros que faz atualmente parte da Minga, está fundamentada em princípios ecossociais bastante claros. Isto não invalida que vários cooperadores desenvolvam atividades consideradas menos sustentáveis ou menos socialmente conscientes. Isto significa que não existem, na prática, limitantes para ser membro da Minga, em termos do tipo de atividade económica desenvolvida. A única exigência é a participação numa reunião presencial no momento de registo na cooperativa, que funciona como ferramenta para incentivar a que esta mantenha um foco local. Ainda assim, existem vários cooperadores que não residem em Montemor-o-Novo, sendo que, com o crescimento da cooperativa, alguns cooperadores defendem a aplicação de critérios mais restritivos para a seleção de novos membros. Com isto, defendem que se evitará a complexificação da estrutura de faturação e contabilidade interna, assegurando-se também que a Minga permanece como uma comunidade onde a confiança e a partilha de visões do mundo, além do vínculo legal, é o que une os seus membros. Este controlo poderia, porém, ir contra o primeiro princípio cooperativo da "adesão livre e voluntária" que estabelece que as cooperativas devem ser abertas a qualquer pessoa "disposta a assumir as responsabilidades de membro" (CASES, 2020b) e fechar o acesso aos bens comuns criados pela cooperativa.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO INTERNA

Os sistemas de informação e comunicação interna, muitos deles já mencionados anteriormente, servem para o armazenamento e partilha de dados e informação entre membros. Estes podem ser canais de comunicação presenciais como reuniões, ou digitais como email e grupos de *WhatsApp*, mas é também a plataforma de gestão de saldo interno, que serve para uma comunicação direta entre a tesouraria e os membros da cooperativa.

As reuniões são o principal canal de comunicação tanto entre cooperadores, como também entre os vários órgãos de gestão e os restantes membros da cooperativa. A reunião com maior impacto na atividade da cooperativa poder-se-ia dizer que é a reunião mensal, que acontece sempre no mesmo dia do mês (a última segunda-feira do mês). Nesta reunião todos os membros são convidados a participar, e são discutidas decisões e ações tomadas pela direção, os cooperadores podem expor dúvidas, pedidos, apresentar propostas e propor soluções a problemas comuns, através de diálogo e votação. Como se observa numa das respostas ao inquérito (fig. 4.18), a tomada de decisões é preferencialmente baseada no consenso, através do diálogo, e no caso deste não ser possível, recorre-se ao voto.

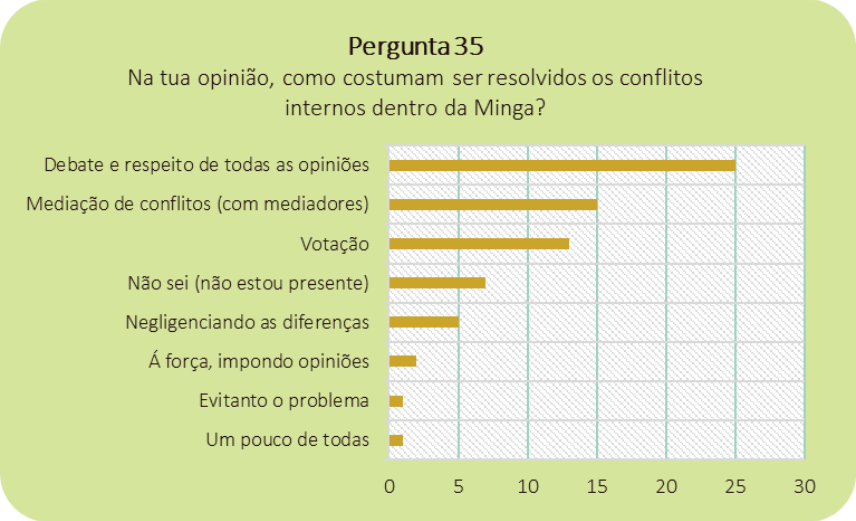


Figura 4.18 Respostas à pergunta 35 do inquérito realizado aos membros da Minga. Fonte: elaborado pela autora.

Estas reuniões ficam registadas num documento digital *online* disponível a todos os cooperadores. Os pontos de discussão são apresentados *à priori* pelos membros da direção, e por qualquer cooperador que assim o deseje, sendo que é sempre possível adicionar novos pontos no início da reunião. O grau de participação nestas reuniões é bastante reduzido rondando os 5% a 20% de cooperadores (pergunta 37, fig. 4.19), dependendo dos temas de discussão. Como vemos na resposta à pergunta 38 (fig. 4.19), vários cooperadores apontam a extensão das reuniões, que duram frequentemente duas a três horas, como um dos principais motivos de para um menor nível de participação. Outros, dizem que não participam por terem indisponibilidade no horário que foi estabelecido, ou por não serem informados da reunião com antecedência. Alguns membros defendem também que estas reuniões foram adquirindo um caráter meramente informativo, referindo uma falta de abertura para divergência de opiniões, e levando cooperadores, com interesse em ser mais ativos, a deixar de participar nas reuniões. Durante o período de investigação de campo as reuniões com maior afluência de pessoas foram reuniões sobre temas fraturantes ou em que se questionavam decisões e ações tomadas pela direção.

Ainda que, no inquérito, apenas um cooperador mencione o facto das reuniões mensais serem meramente informativas como motivo para a não assistência, quando perguntados sobre qual o objetivo das reuniões mensais, a maioria dos membros reponde que estas são informativas de decisões tomadas (pergunta 36, fig. 4.19). Isto pode dever-se ao formato e papel que assumem as reuniões de direção, que, não só são exclusivas a membros da deste órgão de gestão, como não contam com atas partilhadas. Estas reuniões de direção servem para a tomada de decisões de forma expedita, para definir a ordem de trabalhos de reuniões mensais e para

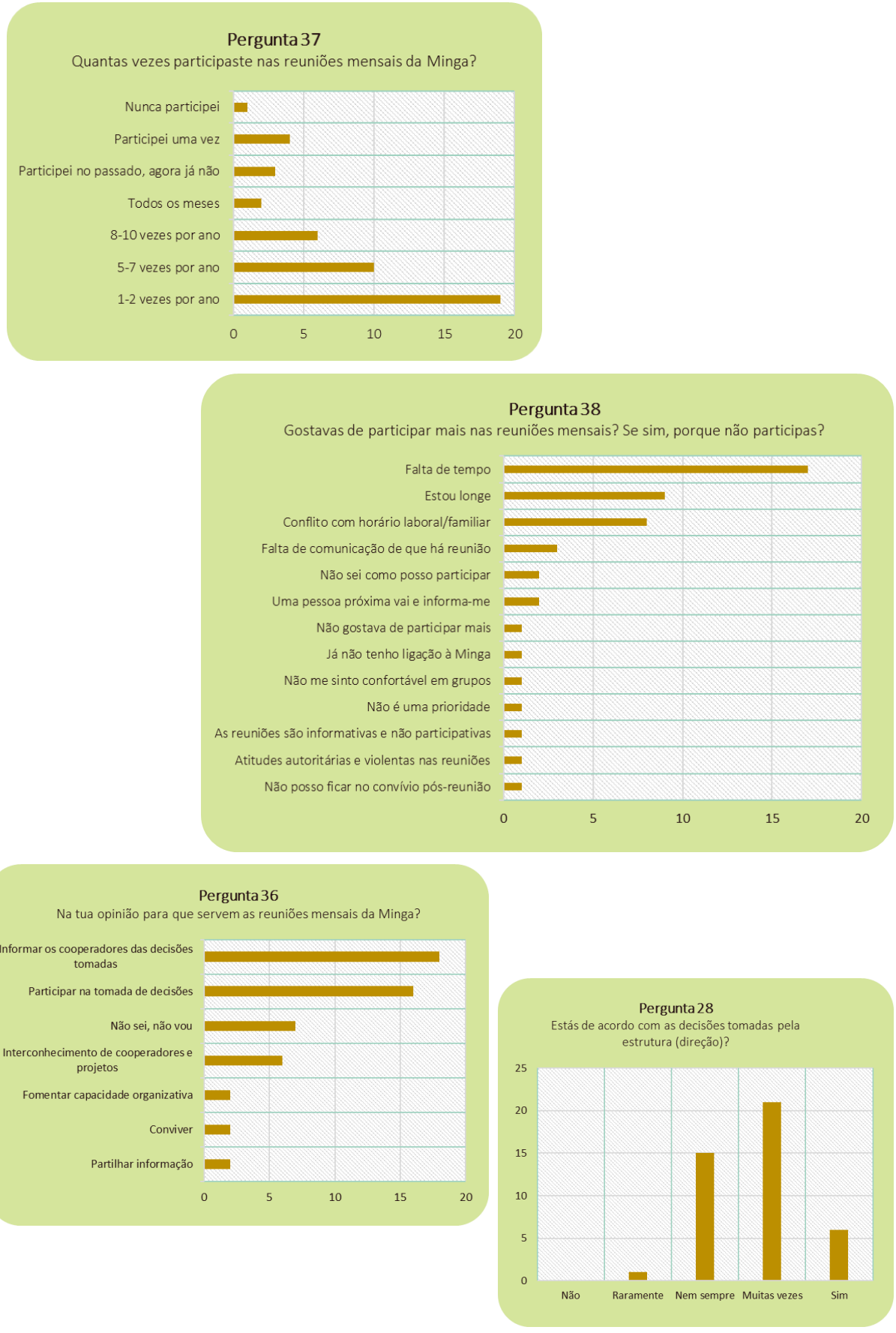


Figura 4.19 Respostas às perguntas 37, 38, 36 e 28 do inquérito realizado aos membros da Minga. Fonte: elaborado pela autora.

discutir temas que possam por em causa a privacidade de cooperadores (por exemplo a nível de contas e finanças individuais dos membros). Ainda que, como podemos constatar, grande parte das decisões são tomadas dentro deste grupo restrito de membros, a maioria dos cooperadores que responde ao questionário diz estar satisfeito com as decisões tomadas pela direção (pergunta 28, fig. 4.19).

As reuniões de secção não são tão comuns, sendo a Secção de Habitação aquela com reuniões mais frequentes, nas quais são discutidos temas que dizem respeito à procura de soluções para a cooperativa de habitação e outros projetos paralelos da secção. A Secção Agrícola teve também algumas reuniões, para tentar criar um plano de produção integral entre vários produtores, no entanto, este plano não foi muito bem-sucedido, e os membros produtores passaram a organizar as suas produções de forma autónoma. Vemos, assim, como estas reuniões servem para juntar membros da mesma secção em projetos comuns/partilhados, unindo esforços para atingir uma escala de abrangência maior, seja por exemplo no caso da habitação para conseguir construir habitação de caráter cooperativo, seja como no caso da Secção Agrícola com a tentativa de organizar um sistema de produção local que responda diretamente à procura. Como dito anteriormente, vários cooperadores criticam o facto de não existirem mais projetos de maior escala e de cooperação entre membros. Olhando para a situação destas duas secções, poder-se-ia dizer que o facto de grande parte dos membros da cooperativa desenvolver atividade na Secção de Serviços, e esta ser uma secção onde não existem reuniões internas pode contribuir largamente para que não exista um projeto conjunto a este nível.

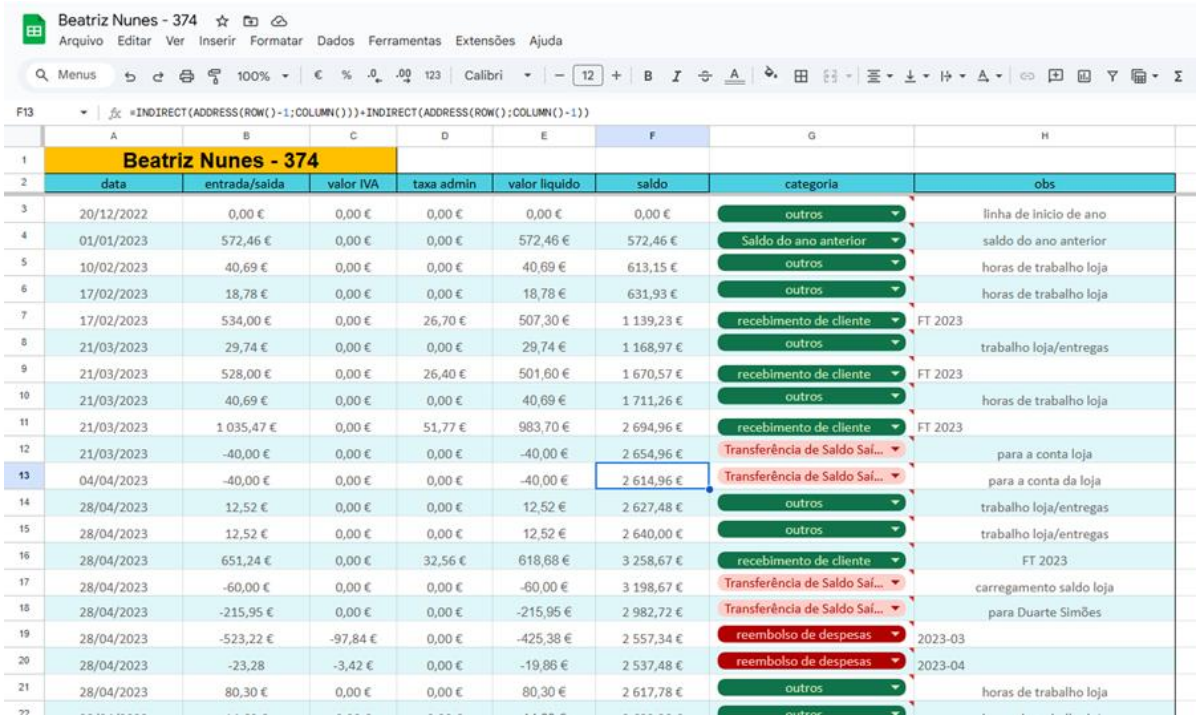
Para além das reuniões, existem ainda dois canais de comunicação digital, um mais formal – o *email* – e outro mais informal – um *chat* de grupo do *WhatsApp*. O *email* serve para o envio de *newsletters* (descritas anteriormente) e para convocar para reuniões e assembleias. Vários membros disseram que não abrem os *emails* da comunicação da Minga por se tratarem de *newsletters* com informação pouco relevante para cooperadores. Isto, associado ao facto de este ser também o órgão que envia *email*s a convocar para as reuniões, pode ser a razão pela qual alguns cooperadores alegam não ser informados sobre as datas e horário das reuniões. O grupo de *WhatsApp* é apenas usado para questões pontuais de divulgação de atividades da cooperativa e pedidos de informação urgentes. Nesta plataforma de comunicação são normalmente evitadas discussões que possam ter que ver com a tomada de decisões ou discussão de temas que digam respeito à cooperativa, como forma de evitar a exclusão de cooperadores sem acesso a esta rede social. Ainda assim este é pontualmente usado para reforçar a convocatória às reuniões e assembleias.

Por fim, e de uma forma talvez um pouco mais unilateral a nível de comunicação, existe o sistema de registo de contas que foi implementado em 2023 e que é gerido pela tesouraria da Minga, mas acessível, para consulta, a todos os sócios. Este sistema vem substituir o processo manual de inserção de faturas num ficheiro de *excel* partilhado. Face à complexificação da faturação, com cerca de 80 membros a usar ativamente a cooperativa para faturar (pelo menos em parte) a sua atividade económica, este documento único é, em 2023, substituído por um sistema de pastas *online* e documentos individuais para cada cooperador. Este novo sistema permite não só uma divisão mais clara entre as despesas e rendimentos de cada cooperador, como o acesso de cada um ao seu saldo. Como podemos observar na tabela 4.6, inicialmente as contas dos vários cooperadores eram mantidas na mesma folha de *excel*, num momento em que apenas 13 associados tinham saldo na cooperativa e em que o volume de faturação a nível mensal da totalidade dos cooperadores era de cerca de um décimo do que passaria a ser em 2022. Na tabela seguinte (tabela 4.7) podemos observar o exemplo de um ficheiro dedicado unicamente a um cooperador, no qual são registados todos os seus movimentos. A criação destes ficheiros foi crucial para permitir que todos os cooperadores tenham acesso ao seu saldo e movimentos sem que estes tivessem acesso ao saldo de outros cooperadores. Adicionalmente cabe dizer que estas folhas estão em formato *online*, ficando acessíveis para consulta a qualquer membro com uma conta de *gmail*. Apesar de ser um formato que pretende assegurar a democratização da informação, este sistema exclui membros sem contas de *gmail*. Como a inserção de faturas de forma manual é bastante demorada, exigindo demasiados recursos à cooperativa, a ideia de criar uma base de dados *online* acessível era também a de que os próprios membros pudessem editar esta informação e descentralizar o trabalho de processamento de faturas, contudo os cooperadores não aderiram a esta funcionalidade. Como solução, um cooperador com conhecimentos de programação desenvolveu uma *software* para processamento de faturas de forma mais automática, o qual foi mais tarde integrado num programa digital desenvolvido com e para várias cooperativas integrais da Rede de Cooperativas.

Tabela 4.6 Exemplo de folha de registo de saldo antigo - 2020 (os valores e nomes apresentados não correspondem à realidade, são apenas ilustrativos). Fonte: elaborado pela autora com base no registo de 2020 cedido pela Cooperativa Minga.

abr/20 Associados	Saldo do mês anterior	Carregamento de Saldo	Compras na loja	Saldo	Faturas	Entradas Loja	Observações
Beatriz	4,72		2,34	2,38			
Raquel	0,00	0,00		9,00		9,00	
Pedro	-0,50	80,00		79,50			
Gonçalo	16,78			16,78			
Filipe	0,00	30,00	12,45	59,55	12,00	54,00	
Soraia	2,35	30,00		32,35			
Vasco	0,00	15,00	13,80	23,20	5,00	27,00	
Andreia	3,56			3,56			
Hugo	480,00		52,00	32,72		84,72	
Carlos	0,84	70,00		70,84			
Natália	0,00			18,00		18,00	
Maria	14,57	10,00	14,50	10,07			
Ricardo	1,32	25,00	15,74	10,07		5,23	
Total	€€		€€	€€	€€	€€	

Tabela 4.7 Exemplo de folha de registo de saldo novo - 2023 (os valores e nomes apresentados não correspondem à realidade, são apenas ilustrativos). Fonte: cedido pela Cooperativa Minga.



Beatriz Nunes - 374

Arquivo Editar Ver Inserir Formatar Dados Ferramentas Extensões Ajuda

F13: =INDIRECT(ADDRESS(ROW()-1;COLUMN()))+INDIRECT(ADDRESS(ROW();COLUMN()-1))

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	Beatriz Nunes - 374							
2	data	entrada/saida	valor IVA	taxa admin	valor liquido	saldo	categoria	obs
3	20/12/2022	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	outros	linha de inicio de ano
4	01/01/2023	572,46 €	0,00 €	0,00 €	572,46 €	572,46 €	Saldo do ano anterior	saldo do ano anterior
5	10/02/2023	40,69 €	0,00 €	0,00 €	40,69 €	613,15 €	outros	horas de trabalho loja
6	17/02/2023	18,78 €	0,00 €	0,00 €	18,78 €	631,93 €	outros	horas de trabalho loja
7	17/02/2023	534,00 €	0,00 €	26,70 €	507,30 €	1 139,23 €	recebimento de cliente	FT 2023
8	21/03/2023	29,74 €	0,00 €	0,00 €	29,74 €	1 168,97 €	outros	trabalho loja/entregas
9	21/03/2023	528,00 €	0,00 €	26,40 €	501,60 €	1 670,57 €	recebimento de cliente	FT 2023
10	21/03/2023	40,69 €	0,00 €	0,00 €	40,69 €	1 711,26 €	outros	horas de trabalho loja
11	21/03/2023	1 035,47 €	0,00 €	51,77 €	983,70 €	2 694,96 €	recebimento de cliente	FT 2023
12	21/03/2023	-40,00 €	0,00 €	0,00 €	-40,00 €	2 654,96 €	Transferência de Saldo Saí...	para a conta loja
13	04/04/2023	-40,00 €	0,00 €	0,00 €	-40,00 €	2 614,96 €	Transferência de Saldo Saí...	para a conta da loja
14	28/04/2023	12,52 €	0,00 €	0,00 €	12,52 €	2 627,48 €	outros	trabalho loja/entregas
15	28/04/2023	12,52 €	0,00 €	0,00 €	12,52 €	2 640,00 €	outros	trabalho loja/entregas
16	28/04/2023	651,24 €	0,00 €	32,56 €	618,68 €	3 258,67 €	recebimento de cliente	FT 2023
17	28/04/2023	-60,00 €	0,00 €	0,00 €	-60,00 €	3 198,67 €	Transferência de Saldo Saí...	carregamento saldo loja
18	28/04/2023	-215,95 €	0,00 €	0,00 €	-215,95 €	2 982,72 €	Transferência de Saldo Saí...	para Duarte Simões
19	28/04/2023	-523,22 €	-97,84 €	0,00 €	-425,38 €	2 557,34 €	reembolso de despesas	2023-03
20	28/04/2023	-23,28	-3,42 €	0,00 €	-19,86 €	2 537,48 €	reembolso de despesas	2023-04
21	28/04/2023	80,30 €	0,00 €	0,00 €	80,30 €	2 617,78 €	outros	horas de trabalho loja

REDES E ESTRUTURAS EXTERNAS

Para além destas estruturas e instrumentos internos existem estruturas de suporte externas à Minga, desde especialistas que prestam apoio à cooperativa como contabilistas, até redes de

apoio e estruturas de representação legal. Em Portugal, as cooperativas, assim como as empresas, são obrigadas a manter a sua contabilidade organizada, serviço que tem se ser prestado por um contabilista certificado. No caso das cooperativas, isto revela-se uma maior dificuldade porque, como vimos anteriormente, não existem regimes fiscais e legais adaptados à realidade cooperativa. Assim, revela-se particularmente importante que o profissional contratado esteja alinhado com os valores cooperativos, e tenha interesse em explorar este modelo económico. Muitas vezes, as cooperativas integrais partilham entre si contactos de contabilistas já com experiência no modelo de cooperativa integral, no sentido de partilhar soluções fiscais que possam funcionar noutras cooperativas.

Esta é uma das várias funções da *Rede de Cooperativas Integrais*. Esta rede foi criada em 2022 como resultado do primeiro *Fórum de Cooperativas Integrais* (fig.4.20). Organizado em Casa Branca, em Montemor-o-Novo o Fórum foi uma iniciativa de cinco cooperativas, das quais uma era a Minga, e onde participaram outras dez cooperativas e movimentos sociais nacionais. Neste encontro decidiu-se criar a Rede de Cooperativas, com o objetivo de fomentar a partilha de conhecimentos, ajudar à formação de novas cooperativas, representar as cooperativas integrais junto a instituições públicas e apelar ao reconhecimento legal e fiscal do modelo económico cooperativo. Mais do que uma instituição formal, a rede aproxima-se de um movimento social que pretende promover e aplicar o modelo cooperativo "como alternativa social e económica para responder às necessidades das pessoas e das suas comunidades" (Rede de Cooperativas Integrais, 2025).



Figura 4.6 2º Fórum das Cooperativas Integrais em São Luís, Odemira. Fotografia da autora, 2023.

Nos anos seguintes, para além dos fóruns anuais, a rede organizou-se através de reuniões mensais, partilha de informação em pastas *online* e canais de comunicação como *newsletters*. A Rede foi importante para o desenvolvimento de projetos mais complexos ou que exigiam uma coordenação entre todas as cooperativas integrais, como seria o desenho e implementação do Acordo de Trabalho Cooperativo, ou a criação da *rede Co-Habitar* (cap. 4.2.1).

Par além deste órgão de representação das cooperativas integrais, que funciona de forma autogerida, existe ainda a CASES, a entidade oficial certificadora das cooperativas (cap. 4.2.1). O facto das cooperativas integrais serem um formato recente de cooperativismo, que desafia algumas das conceções tradicionais de cooperativa, faz com que por vezes o apoio da CASES possa estar pouco alinhado com os princípios da integralidade ou não consiga dar resposta aos desafios que esta acarreta. Neste sentido, um trabalho conjunto da Rede de Cooperativas Integrais e da CASES é crucial para poder conseguir uma maior representatividade do movimento do cooperativismo integral e uma melhor integração das necessidades e posições deste movimento dentro do cooperativismo em Portugal. Mais recentemente, a Minga também passou a integrar a *Confederação Cooperativa Portuguesa* (CONFECOOP), uma organização nacional que representa o setor cooperativo não agrícola, e que congrega cooperativas de ensino, transporte, energia, solidariedade social, serviços, integrais, entre outras. O objetivo desta organização é, assim como a Rede de Cooperativas Integrais, defender o modelo económico cooperativo com meio para um desenvolvimento socialmente responsável, trabalhando para o reconhecimento deste setor junto de outros agentes económicos, sociais, culturais e políticos (CONFECOOP, 2025).

Construção de democracia económica

Com base nesta análise podemos concluir que a democratização do modelo económico criado pela Minga é um processo bastante complexo, e que envolve não só relações entre a cooperativa e os cooperadores, como também com entidades públicas que regulam a atividade destes, organizações parceiras e confederações de cooperativas. Observámos que, no caso da Minga, as ferramentas definidas pelo Código Cooperativo não são suficientes para assegurar a descentralização dos processos de tomada de decisão, ainda que ofereçam ferramentas (como a Assembleia) que possibilitam reverter situações de concentração de poder. Para colmatar esta falha a Minga cria novas ferramentas como reuniões mensais e de secção. Contudo, como os processos participativos de tomada de decisão são muitas vezes morosos e a afluência às reuniões é escassa, os órgãos de gestão acabam por acumular funções executivas e deliberativas. Ao tomarem grande parte das decisões em reuniões fechadas, os órgãos sociais da cooperativa

contribuem para a conversão das reuniões mensais em "meras reuniões informativas", e consequentemente, para a diminuição de participação nas tomadas de decisão coletivas.

Outro elemento que parece contribuir para regular o nível de participação dos cooperadores na gestão da cooperativa é o acesso à informação. Como pudemos constatar, o acesso direto à informação seja em reuniões seja em documentação acessível aos membros, contribui para a confiança destes na cooperativa e permite uma participação mais informada. O facto de não existir uma clara diferenciação entre a comunicação interna e a comunicação externa, contribui para que não seja possível cria um canal de comunicação estável e atento entre cooperativa e cooperadores, que acabam por desvalorizar a comunicação interna, que junta publicidade da cooperativa, com convocatórias a reuniões e assembleias.

Pudemos ainda observar que a expansão da cooperativa tem limites definidos pela escala da sua estrutura de gestão, e que estava, já em 2023, num momento em que a continuidade do seu crescimento punha em causa o bom funcionamento e as relações dentro da cooperativa. Ainda assim, poder-se-ia dizer que a cooperativa se expande com o apoio na formação de novas cooperativas e pela criação de redes nacionais de cooperativismo.

Em resumo, podemos notar, dentro da governança da Minga, algumas dinâmicas típicas de organizações pouco democráticas, tais como a tendência à centralização de poder e de informação, ou o estabelecimento de relações hierárquicas entre entidade empregadora e trabalhador. Simultaneamente, ao ser uma estrutura horizontal e participativa de base, a Minga oferece, ainda assim, a possibilidade de redesenhar as suas ferramentas atuais e criar novas, como tem vindo a fazer desde a sua formação com o aperfeiçoamento de sistemas de comunicação e gestão internos.

4.2.4. Neorruralidade: a reinvenção da vida no campo

Após analisarmos as estruturas económica e governativa da Minga, dedicamos esta secção à análise das estratégias e ferramentas que os cooperadores da Minga desenvolvem e aplicam na sua relação com o território, procurando dar resposta às suas necessidades do habitar, no sentido mais amplo. Uma vez que a Minga faz parte de um 'ecossistema' local de coletivos, associações e cooperativas, entendeu-se que seria vantajoso para esta análise a inclusão de casos de pessoas que, não pertencendo à cooperativa, partilham quotidianos, perspetivas e projetos com pessoas que são cooperadoras, ou fazem parte de organizações parceiras da Minga.

Como vimos no capítulo da contextualização da Minga (4.2.1), a crise económica em 2007-8, a crise pandémica e o escalar da crise da habitação foram fortes motores para a entrada de novos cooperadores. Na sua maioria vindos de grandes cidades e recém-chegados a Montemor-

o-Novo, movia-os uma crítica à cidade e uma idealização do campo. Tal como no discurso predominante entre neorrurais radicais (cap. 2.3.2), no discurso dos cooperadores da Minga encontramos a mudança para Montemor-o-Novo justificada pela procura de relações empáticas de proximidade, pelo contacto com a natureza e pela promessa de uma vida mais autónoma e saudável. Montemor-o-Novo surge assim como o 'rural' ou o 'campo', alternativo à cidade, a qual aparece caracterizada por custos incomportáveis da habitação e por trabalhos onde os princípios éticos pessoais devem ser postos de parte, em prol de regimes de trabalho rígidos, baseados em relações hierárquicas. É frequente ouvir-se, dentro desta comunidade, a associação da vida urbana com a distância social, a propensão para problemas de saúde mental como o stress, o *burnout*, a FOMO e a ansiedade bem como a dificuldade no acesso a alimentos de qualidade (sendo estes entendidos como alimentos pouco processados, muitas vezes classificados de 'biológicos'). No entanto, esta idealização do rural não coincide totalmente com a realidade encontrada, e as adversidades comuns a zonas rurais servem de base para pensar em novas formas de habitar o território, como veremos ao longo desta secção.

HABITAÇÃO E PROPRIEDADE

No processo de transição para Montemor-o-Novo, a procura de habitação revela-se um dos principais fatores de enraizamento no território. Como apresentado antes, na História da Minga (cap.4.2.1), apesar de, inicialmente, a Secção de Habitação propor um projeto de habitação cooperativa (CHEE), esta proposta acaba por não receber o apoio municipal necessário à sua implementação, permanecendo apenas em estado de projeto. Assim, sem um plano conjunto que resolva as necessidades de habitação dos membros da cooperativa, as soluções têm sido várias e dispersas, acabando por ser cada cooperador, a dar resposta às suas próprias necessidades de habitação de acordo com os recursos que tinha, e com a conjetura habitacional que encontra ao chegar a Montemor-o-Novo. O resultado é uma comunidade dispersa pelo território, como descreve a Helena:

> Aqui não é como naquelas comunidades fechadas em que partilham valores, mas estão ali fechadas. Aqui cada um tem a sua casa, mas encontramo-nos, convivemos e ajudamo-nos. Há comunidade, mas também um equilíbrio entre isso e a privacidade de cada um. (Helena, 23 de março 2023)

As duas vagas de novos cooperadores em 2014-15 e em 2020-21, encontram realidades habitacionais muito diferentes. Enquanto em 2014 os preços para compra e aluguer de habitação em Montemor-o-Novo eram relativamente acessíveis, em 2020 a realidade era distinta com a subida dos preços da habitação a nível nacional afetando os preços em Montemor-o-Novo. No geral, podemos dizer que os novos residentes passam por duas fases quanto à habitação: uma fase inicial de aluguer, e uma seguinte (normalmente cerca de dois a cinco anos depois) de compra de habitação ou terreno. A primeira fase é frequentemente caracterizada pela aceitação de situações precárias de habitabilidade, que podem passar pela falta de água, de água quente, aquecimento ou isolamento térmico, mas também pela partilha forçada de espaços (desde casas a quartos), passando inclusivamente pela habitação de espaços que não casas (tais como tendas, caravanas ou edifícios abandonados, em ruína ou em processo de construção). Como descreve Joana que vivia numa caravana no terreno de uma outra cooperadora:

> Tenho tudo o que preciso, o espaço é suficiente e quando abro a porta toda esta paisagem é o meu jardim e gosto muito disso. (Joana, 5 abril, 2023).

A aceitação de precariedade era muitas vezes entendida como parte do questionamento da uniformidade das opções e formas de habitar, e como parte de um processo de redução de comodidades, próximo ao que encontramos nas práticas decrescentistas (cap. 2.3.2). Contudo, em grande parte dos casos, a partir do momento em que se deparavam com a possibilidade de transpor estas situações de precariedade, as pessoas procuravam melhorar a sua condição habitacional. Isto podia passar por fazer obras nas casas alugadas, diminuir o número de co-habitantes, procurar casas com contratos de arrendamento mais longo ou até mesmo pela compra de propriedade em Montemor-o-Novo ou zonas limítrofes.

A transição para Montemor-o-Novo era muitas vezes gradual, sendo que várias pessoas se referiam com insegurança a sua permanência futura em Montemor-o-Novo. Neste processo, a compra de casa é talvez o momento em que vários dos novos habitantes assumem uma residência fixa e a longo prazo neste território. Devido ao estado de degradação do parque habitacional de Montemor-o-Novo e aos altos preços da habitação, a compra de casa representa frequentemente a reabilitação de ruínas, em menor ou maior estado de degradação. As reabilitações passam frequentemente por processos de autoconstrução, construção coletiva (ajudadas), como vemos no exemplo da figura 4.21, e pela contratação de conhecidos e amigos locais, que trabalhem em construção. A falta de recursos financeiros é assim colmatada com o autodidatismo, com base na troca de conhecimentos e aprendizagem com outros membros da



Figura 4.21 Ajudada para limpeza do terreno de dois membros da comunidade. Fonte: fotografias da autora, 2023.

comunidade local e amigos. As ajudadas são momentos cruciais para esta partilha, uma vez que membros da comunidade com maior conhecimento de construção, ou com experiência de obra (por terem também eles feito obras de reabilitação nas suas casas), passam o seu conhecimento a membros com menos experiência em obra. É também frequente a procura de soluções de construção locais para estes processos de reconstrução, seja através do uso de materiais naturais como a terra ou palha, ou pela procura da compra de materiais e serviços de construção de locais. A procura destes serviços e a partilha de contactos são frequentemente feitos através do boca-a-boca e através de um grupo de *WhatsApp* que reúne grande parte dos 'novos rurais' de Montemor-o-Novo. Para além desta função, este grupo virtual destina-se à oferta e procura de outros serviços, como veremos mais à frente na análise dos serviços e comércio.

Apesar de existir uma procura por materiais sustentáveis, locais e naturais, tais como o uso de terra ou reaproveitamento de materiais das construções pré-existentes, este critério é por vezes passado para segundo plano, para dar prioridade à rapidez e economia da construção, resultado na adoção de materiais mais comerciais como o cimento, o tijolo ou painéis pré-fabricados tipo *sandwich*. Adicionalmente, poder-se-ia mencionar o conforto térmico e a autonomização da habitação como outras questões centrais na construção. Isto passa pela urgência na procura de soluções para o isolamento térmico e aquecimento, mas também na adoção de sistemas de produção de energia solar, gestão de resíduos orgânicos, captação de água ou recuperação dos solos para produção agrícola de subsistência. Estas soluções são vistas como forma de assegurar uma autonomia individual frente a desastres ambientais iminentes,

mas também à instabilidade do Mercado, frente a crises económicas e guerras (atuais e futuras), assegurando o acesso a recursos básicos como eletricidade, água, saneamento e alimentação.

A nível de localização da habitação pode-se observar que, o aumento de preços da habitação resulta num afastamento cada vez maior para a compra e aluguer de propriedade, chegando mesmo a outras freguesias do município como vemos no mapa da figura 4.22. Assim, vemos como se, inicialmente, os primeiros membros da Minga compram casa e terrenos no centro urbano ou muito próximo deste centro urbano, nos anos que se seguiram 2020-21 a compra de casa passa para as periferias do município, e, em 2023, a maioria das propriedades são compradas já noutras freguesias que não Montemor-o-Novo.

Como apresentado no capítulo 4.2.1, as propriedades nesta região são frequentemente grandes extensões de terreno com uma edificação principal e alguns anexos. Sendo que os núcleos familiares, são na sua maioria, pequenos, o resultado é normalmente uma grande extensão de terreno para poucos ocupantes. Isto representa um desafio a nível de gestão da

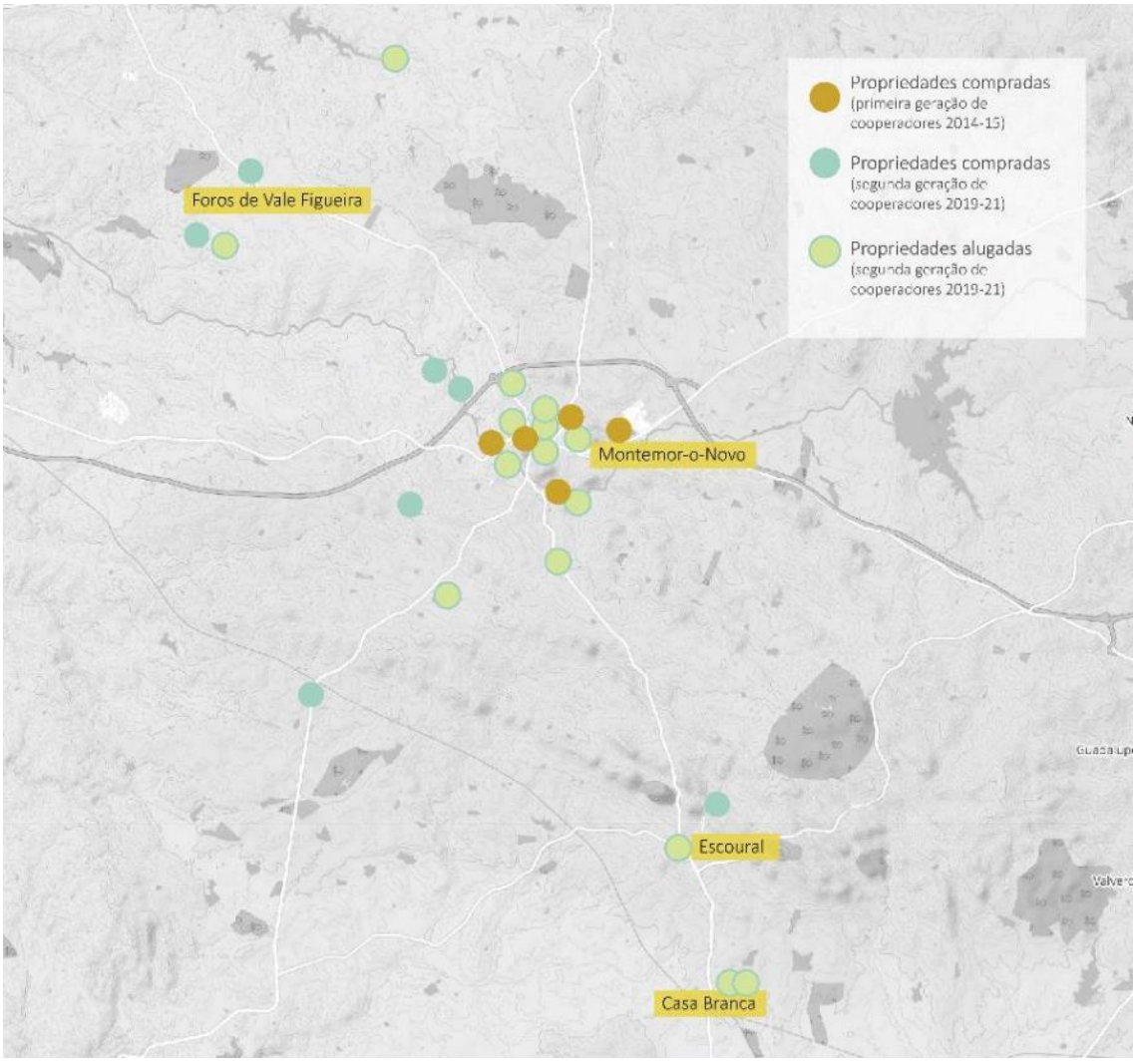


Figura 4.22 Mapa localização propriedades (aluguer e compra) de alguns cooperadores. Fonte: elaborado pela autora, base do mapa openstreetmap.org

paisagem, pelos limitados recursos humanos. Contudo, o facto das casas serem de grandes dimensões e as propriedades terem frequentemente várias edificações dispersas, representa uma oportunidade para a rentabilização das propriedades. Poderíamos assim falar de uma terceira fase da habitação, que passa pelo arrendamento da propriedade a outros residentes, frequentemente a pessoas que chegam a Montemor-o-Novo e se enquadram na primeira fase de habitação (arrendamento muitas vezes em condições precárias) ou através de residências de curta duração. O arrendamento de propriedade pode passar por aluguer de quartos, de casas anexas, caravanas ou mesmo só de espaço para estacionamento de caravanas de inquilinos. Este arrendamento é visto como forma de rentabilização da propriedade, mas também como forma de ajudar novos residentes, dando-lhes opções de habitação temporária, colmatando um mercado de aluguer praticamente inexistente a nível local. Vários dos membros da Minga proprietários, que arrendam parte da sua propriedade, descrevem esta atividade como forma de conseguir trabalhar menos tempo, de conseguir dar resposta a empréstimos ou de ter mais tempo para outras atividades não-produtivas como sejam a família, ativismo político e/ou ecológico e reabilitação dos próprios terrenos através de ações de reflorestação. Esta atividade de rentabilização de propriedade é, no entanto, frequentemente vista como reprovável entre os membros da Minga, sendo esta uma normalmente desenvolvida à parte da cooperativa e 'mantida em segredo'. Segundo esta perspetiva, a rentabilização da propriedade, ainda para mais quando se trata de condições de habitabilidade precária, põe em causa o direito à habitação digna defendida pela cooperativa e nomeadamente pela Secção de Habitação, perpetuando situações de precariedade e dificultando a integração de novos habitantes em Montemor-o-Novo.

A grande extensão doa terrenos dá ainda azo a outras formas de propriedade como a compra de terrenos coletiva, por várias pessoas que formam comunidades de convivência, alargando os núcleos familiares a dois casais ou grupos de vários amigos. Isto facilita no processo de conseguir capital financeiro para a compra de terrenos, assim como fomenta formas de gestão de propriedade baseadas na gestão coletiva, debate e na negociação de necessidades e prioridades. Outro dos modelos de propriedade passa pela cedência, este é o caso de um dos cooperadores que, sendo proprietário único, cede parte do seu terreno para que outras pessoas possam construir as suas casas, ajudando-os assim a ultrapassar a necessidade de aquisição de terreno.

Se o facto de a Minga não ter conseguido criar um projeto de habitação cooperativa poder ser entendido como um entrave a responder dignamente à necessidade de habitação em Montemor-o-Novo, este fator é também visto como potenciador de uma maior integração destes

novos membros na comunidade local. A dispersão dos novos residentes, não só por várias zonas da cidade de Montemor-o-Novo, como também pelas freguesias limítrofes, permitiu uma maior relação entre novos e antigos residentes, evitando a *guettização* de determinadas zonas do território. As relações de apoio de proximidade, comuns em povoações menos densificadas, estendem-se aos novos residentes, que passam a ser vistos como parte da vizinhança. Esta perceção traduz-se em comportamentos quotidianos como cumprimentar, saber os nomes e as rotinas, até ações de apoio mais diretas como partilha de chaves de casa, cuidado de plantas ou animais entre vizinhos e partilha de bens ou serviços. Este tipo de relações é frequentemente mais notório quanto menor for o terreno e maior a proximidade a outras propriedades ou habitações.

Ao longo desta secção vimos algumas das estratégias adotadas por membros da Minga para dar resposta à necessidade de habitação. Desde aluguer, reabilitação, compra individual e coletiva de propriedade, rentabilização de propriedade e construção através de métodos participativos e não necessariamente profissionalizados, as respostas são várias. O papel da Minga como instituição nestes processos é quase sempre periférico, podendo funcionar como suporte ao acesso a créditos à habitação, assegurando um contrato de trabalho que permite o acesso a este serviço num banco, ou servindo de plataforma de acesso a recursos locais de construção (materiais e serviços). Poder-se-ia ainda especular que a existência do projeto da CHEE dissemina a ideia da habitação cooperativa, fomentando a experimentação de outras formas de habitar, para além da propriedade privada. Simultaneamente, o processo de contaminação no sentido contrário também é uma realidade. Se inicialmente a Secção de Habitação tinha a proposta de aquisição de um único terreno, eventualmente nas periferias da cidade, para construção de várias unidades de habitação, atualmente a proposta foi revista, uma vez que se entendeu que este projeto poderia contribuir para a segregação espacial. Tomando em consideração a integração social que adveio da dispersão nos novos habitantes pelo território, a nova proposta integra a ideia da aquisição de várias pequenas unidades de habitação no centro urbano, para o mesmo fim de habitação cooperativa, visando assim contribuir para uma melhor integração de novos residentes. Por outro lado, o forte investimento da Minga e de outras instituições locais na promoção de materiais locais e sustentáveis (fig.4.23), cria uma pressão entre os cooperadores e novos residentes para o uso de recursos locais. Assim, ainda que os fatores tempo ou custo possam ser postos à frente dos fatores sustentabilidade e apoio à economia local, é notório um aumento do número de construtores que trabalham com materiais naturais, bem como um maior acesso a estes materiais, o que pode contribuir para que estas técnicas se possam tornar mais acessíveis e de mais rápida aplicação.



Figura 4.23 *Laboratório da Terra*, espaço de teste de materiais naturais, pertencente à associação local *Oficinas do Convento*, onde cooperadores da Minga desenvolvem testes, investigações e atividades formativas em técnicas/materiais de construção sustentáveis.

NATUREZA E BENS COMUNS

A idealização de Montemor-o-Novo enquanto campo e lugar 'natural' de paz, silêncio e bem-estar, nem sempre corresponde à realidade encontrada. Vários foram os membros da cooperativa que descreveram com desilusão uma realidade onde "já não há natureza para cuidar, destruímos tudo (…) e já quase nem pessoas há" (Amanda, 4 de março 2023). A natureza idealizada contrasta com os campos de agroindústria e cultivo intensivo e superintensivo de oliveira e pasto, e os solos pouco férteis, de aparência desértica (fig. 4.24). O sonho de ter uma casa junto a um rio é posto em causa quando confrontado com a realidade de um rio onde são feitas descargas de agropecuária e águas pluviais. Exemplos destes desastres ambientais estão presentes no município de Montemor-o-Novo em casos como o do olival superintensivo em Foros de Vale Figueira, implantado em 2024 (Faustino, 2023) e no caso das descargas de indústrias, domicílios, da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e da empresa de *Águas Públicas do Alentejo* no rio Almansor que passa por Montemor-o-Novo[13].

A visão idílica do rural coincide com a descrição da neorruralidade presente em grande parte da literatura, que associa este movimento à romantização do campo e a um consumo passivo da paisagem rural como espaço de entretenimento e fruição. Autores como Ebbreo

[13]https://www.jn.pt/7354595245/moradores-alertam-para-rio-poluido-por-descargas-ilegais-em-montemor-o-novo/. [Acedido a 10 dezembro 2025].



Figura 4.24 Paisagem perto de Casa Branca. Fonte: fotografia da autora, 2021.

(2020), chamam a atenção para casos de neorrurais que, enfrentando o contraste entre a realidade e a idealização, desistem, e acabam por regressar às cidades ou criam redomas onde essa realidade possa existir. No caso dos membros da Minga – bem como outros novos residentes em Montemor-o-Novo – este choque entre realidade–idealização resulta numa tomada de ação para a criação de ambientes e paisagens idealizadas.

> Primeiro eu tinha uma ideia super romântica da natureza e do campo, de que tudo era perfeito. Chego e afinal… há cães enjaulados, esgotos nos rios, maus cheiros,… está tudo mal cuidado, há muito trabalho por fazer, mas isso também é fixe, não é? Temos de tornar o nosso sonho realidade. (Amanda, 4 de março 2023)

É comum que, uma das primeiras preocupações dos membros que compram propriedades, seja a 'reabilitação' dos terrenos, a par ou inclusive antes da reabilitação de estruturas para habitação. Este processo passa pela integração de conhecimentos de agriculturas de base regenerativa tais como permacultura, agrofloresta ou a*gricultura sintrópica*. Como descreve um dos cooperadores da Minga que desenvolveu um projeto audiovisual sobre o tema, trata-se de "uma agricultura em que procuras entender e potenciar os processos da natureza, em vez de os dominares ou controlares" (Gil, 18 fevereiro 2023). Estas práticas replicam grande parte dos princípios da Agroecologia vistos no capítulo 2.3.2, combinando conhecimentos empíricos tradicionais, com tecnologia científica, para entender e adaptar a produção aos ecossistemas

locais e promover a reprodução dos mesmos. Assim como na Agroecologia, também entre os cooperadores da Minga encontramos críticas ao modelo agrícola 'tradicional' que faz uso de fitofarmacêuticos, monoculturas e terrenos de pastorícia permanentes, e cuja produção está centrada na produtividade e quantidade do produto. A maioria destes projetos agrícolas e agroflorestais tem como primeiro objetivo a regeneração das paisagens, através da reflorestação, visando a captação e manutenção de água nos solos (evitando a necessidade de rega), e a criação de ambientes propícios à reprodução de espécies autóctones (vegetais e animais), evitando a necessidade do uso de aditivos para o controlo de pragas e doenças. Foi neste estado que encontrámos muitos terrenos de membros da Minga (fig. 4.25).

O conhecimento destas técnicas resulta, tanto de autoaprendizagens informais, como do envolvimento em cursos de maior ou menor duração, sobre práticas de agricultura regenerativa. Se, por um lado, há membros da Minga que, ao serem proprietários de um terreno, procuram obter conhecimento através de livros, *websites* e contacto com outros projetos semelhantes; por outro lado, estão membros cuja formação académica é neste tipo de práticas agrícolas, e que veem em Montemor-o-Novo um contexto de aplicação destes conhecimentos teóricos. Assim, o cruzamento de conhecimentos empíricos com teóricos dá-se de forma informal em eventos sociais ou contactos digitais (redes sociais, *WhatsApp*) entre novos e antigos residentes, mas também através de projetos específicos dedicados à transição para práticas agrícolas mais sustentáveis.

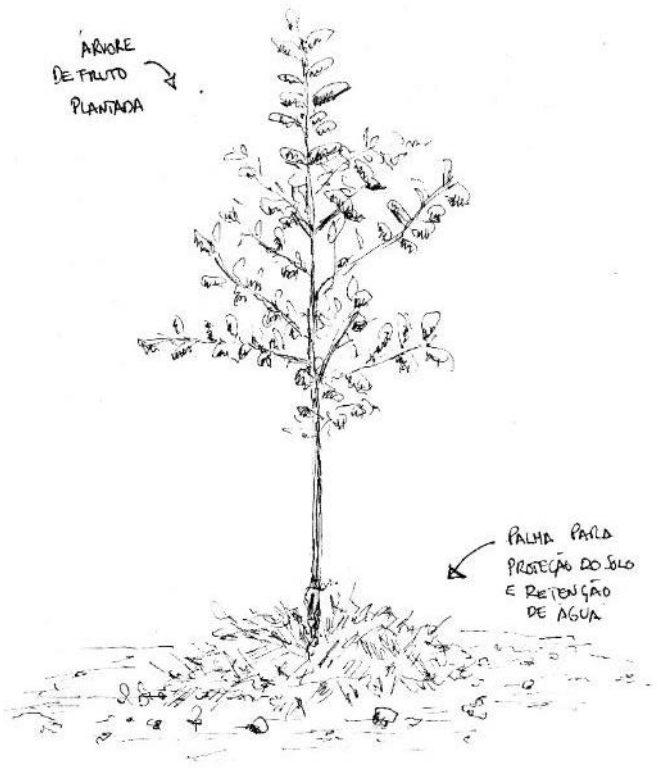


Figura 4.25 Exemplo de técnica observada em vários terrenos em processo de reflorestação. Fonte: elaborado pela autora.

Paralelamente a processos de reflorestação de terrenos, muitos cooperadores da Minga com acesso a solo não edificado, desenvolvem pequenas produções direcionadas ao autoconsumo, com o objetivo de limitar a compra de produtos alimentares, bem como assegurar uma melhoria da qualidade dos produtos consumidos. Assim, para além de terrenos com projetos de reflorestação de vários hectares, são comuns as pequenas hortas familiares. Esta produção de subsistência é vista como um meio para empoderamento pessoal, e forma de responder a

potenciais crises climáticas ou ameaças de guerra, sendo que os excedentes destas produções são por vezes oferecidas em grupos de *WhatsApp* ou vendidas na Minga. O trabalho de reflorestação e de horta familiar torna-se muitas vezes demasiado para um só núcleo familiar, levando cooperadores da Minga à combinação de trabalhos a tempo parcial com a produção agrícola, ou o aluguer de habitação para turismo rural aliado a atividades de reflorestação. Um dos membros da Minga que desenvolve investigação sobre agricultura regenerativa aponta, como solução para este problema, a partilha de terrenos entre várias famílias, assegurando a rotatividade e distribuição de atividades sem ter de ser "escravo da terra" (Gil, 18 fevereiro 2023). Este é o caso de alguns cooperadores da Minga que compram um terreno partilhado entre três grupos familiares e que organizam a reflorestação e manutenção do terreno através de ajudadas e trabalho conjunto entre todos.

Para além destas práticas diretas no terreno há também um outro nível de envolvimento com a regeneração da paisagem local que se prende com ações de ativismo político e ambiental. Um dos principais exemplos disso é o caso da associação *Amora* de proteção do rio Almansor, que passa por Montemor-o-Novo. Esta associação é formada por um grupo de residentes em Montemor-o-Novo, da qual fazer parte cerca de cinco cooperadores da Minga, que compraram terrenos que confrontam o rio. Devido ao estado de degradação em que encontram o rio, com poluição não só de lixo, mas também resultado das descargas ilegais mencionadas anteriormente, este grupo organizava desde ações de limpeza, até ações de pressão política a órgãos de gestão públicos, para "resolver problemas demasiado grandes para serem resolvidos individualmente" (Guilherme, 3 março, 2023).



Figura 4.26 Ação de ativismo da Amora para defesa do rio. Fonte: fotografia cedida pela associação Amora.

As ações de limpeza podem ser passeios para recolha de lixo, mas também a contratação de maquinaria pesada para remoção de lodo do leito do rio. A pressão política é feita pela participação em canais de comunicação como radio, televisão e jornais online e físicos (fig. 4.26), bem como denúncias junto de entidades reguladoras e gestoras (como a polícia e a câmara municipal) e pela participação no desenho de planos de gestão ambiental (como a *Estratégia Ambiental de Montemor-o-Novo*). Estas ações não têm financiamento próprio, sendo uma das atividades da associação, a procura de financiamento junto de entidades privadas com preocupações ambientais. Inicialmente este projeto ainda procurou estar integrado dentro da Minga, mas devido a alguns conflitos internos e uma vontade de ter total autonomia de decisão, acabou ser criada uma associação à parte da cooperativa. Ainda assim, algumas das reuniões da associação realizaram-se no Espaço Integral e o material promocional foi também difundido na loja.

Este projeto está muito associado ao projeto político Montemor-o-Vivo. Montemor-o-Vivo (MmoV) foi um partido político formado por residentes de Montemor-o-Novo, cooperadores e não cooperadores, que se candidatou às eleições autárquicas para 2021 e teve como proposta central "experimentar formas alternativas mais participativas e colaborativas de fazer democracia" (Guilherme, 3 de março 2023). O programa eleitoral do partido foi construído através de processos de sociocracia e democracia direta, tendo como principais eixos de ação a resposta a problemas ambientais (como a poluição do rio) e um programa educativo alternativo. Este projeto foi também ele um projeto tangencial à Minga, que, apesar de não ser anunciado como parte da cooperativa, grande parte dos envolvidos no partido eram cooperadores, e várias das reuniões realizaram-se igualmente no Espaço Integral. Esta distância 'oficial' da Minga é, neste caso, vista como forma de manter o princípio cooperativo de apartidarismo (1º princípio, cap. 4.2.3).

Mais recentemente, desde 2024, face ao aumento dos pedidos de prospeção mineira na zona, um grupo de residentes (cooperadores e não cooperadores) junta-se para combater a exploração mineira a nível local. Este grupo antimineração tem como objetivo criar um movimento local contra planos de prospeção mineira na região, atuando através de ação direta de sensibilização e divulgação (em escolas, no espaço público, online, com conteúdo gráfico – *fanzines*, autocolantes, …), exercendo pressão política nas autarquias locais e desenvolvendo investigações científicas que fundamentem a sua luta. Para isto apoiam-se em movimentos antimineração de outras regiões de Portugal, bem como em associações e movimentos

ecologistas locais como a Amora, o *Movimento Alentejo Vivo* e o movimento *A Quimera do Ouro*.

Outras formas de extrativismo como seria o cultivo superintensivo têm tido também uma resposta semelhante, com movimentos organizados, cartas abertas e denuncias públicas deste tipo de práticas. A preocupação com o acesso a água, a desertificação dos solos, poluição de lençóis freáticos e destruição da paisagem parecem ser os principais argumentos para estas lutas que aproximam novos e antigos residentes. As sessões abertas de esclarecimento promovidas pelos órgãos de gestão territorial (freguesias e município) são difundidas em grupos de trabalho de ativismo, e em grupos de *WhatsApp* fomentando o hábito da participação cidadã também nos espaços institucionalmente criados para tal.

O poder público é frequentemente visto como incipiente e desligado das reais necessidades da população, e preso a um entendimento do território desde um postura produtiva e extractivista, principalmente a nível regional, nacional e internacional. Ainda assim, é notório o impacto deste ativismo no discurso político, público e empresarial local. Observamos isto com a inclusão da imagem do rio no logótipo do município após as eleições de 2021, que, segundo um cooperador, é resultado da ação destes movimentos ambientalistas; mas também com visitas de estudo de escolas ao rio, e no discurso de empresários locais que começam a valorizar o rio como ativo com interesse turístico.

Podemos concluir que, ainda que a relação que se estabelece com a natureza parte de um lugar de idealização para a fruição, o confronto com os desastres ambientais que dominam a realidade do território, leva ao ativismo ambiental. Seguindo posturas próximas à Agroecologia, estas práticas promovem a natureza como bem comum, que deve ser coletivamente preservado, mantido e melhorado, com vista a assegurar a autonomia futura dos habitantes locais.

Serviços e comércio

No capítulo do *Modelo Económico Cooperativista* (4.2.2) foram abordados os serviços que resultam da atividade da Minga, principalmente no âmbito produtivo. Esta secção irá forcar-se em entender de que forma os cooperadores dão resposta a necessidades de serviços de apoio à esfera reprodutiva, tais como a saúde, educação, mobilidade e recreação. Face à oferta pouco variada deste tipo de serviços a nível local, torna-se relevante analisar as estruturas complementares que surgem dentro e fora da cooperativa, bem como as relações e parcerias que se estabelecem com outras instituições locais.

Um dos projetos, ainda não levados a cabo pela Minga, é a criação de uma secção de saúde. A ideia de alguns membros, que têm vindo a discutir esta possibilidade, é a de criar uma secção

que dê espaço a medicinas menos convencionais, seja pela integração de práticas e conhecimentos de medicinas orientais, tais como a medicina chinesa e *Ayurveda* e a naturopatia, seja pela abordagem não só física como psicológica e espiritual de saúde e pelo entendimento da saúde correlacionado com a alimentação local e sazonal (Maria, março 2023). Atualmente alguns membros da cooperativa já desenvolvem atividades neste sentido, desde consultas de medicina *Ayurveda*, massagens, apoio psicológico com uma vertente mais espiritual e produção de cosméticos naturais. Algumas destas atividades são realizadas de forma móvel, em casa das próprias pessoas que oferecem o serviço ou ao domicílio, enquanto outras possuem um espaço fixo para as desenvolver. Neste sentido uma empresa local, *Mãe Terra*, da qual um dos dois sócios fundadores é também membro fundador da Minga, tornou-se um espaço de aglutinação deste tipo de práticas, e em 2023 havia já três cooperadores que desenvolviam atividades neste espaço, sendo que faturavam muitas vezes através da Minga. Esta parceria permitiu a profissionalização da atividade destes cooperadores, como vemos no comentário da Sofia:

> Em Montemor comecei a fazer [massagens] como prendas de anos, porque [massagens] é um luxo! Não cabe no orçamento. Então as pessoas começaram a fazer *vouchers* de oferta e foi correndo o boca-a-boca. Foi aí que me juntei à Mónica, que tinha o centro, e quando começaram a vir pessoas que não conhecia, e lá é mais higiénico e oficial. (Sofia, 31 março 2023)

A parceria com instituições locais é também comum noutros âmbitos, nos quais os serviços da cooperativa não conseguem responder à escala dos projetos. Exemplo disso, é, também, o caso do projeto *Aprender em Comunidade*, promovido por cooperadores da Minga e outros membros da comunidade local, que procura uma educação centrada na prática e enrizada nos conhecimentos locais. Este projeto trabalha junto com as escolas locais no sentido de promover a exploração de métodos educativos alternativos dentro das instituições de ensino públicas.

A nível de mobilidade, a falta de oferta de serviços de transporte público ou alternativas ao uso do carro privado fazem com que surja um sistema de boleias auto-organizado. Para isto, o grupo de *WhatsApp* referido anteriormente serve de plataforma para a oferta e procura de boleias, para outras cidades ou zonas do país, de forma a abaratar custos. Apesar de existirem autocarros de empresas de transporte privado, é frequente que os moradores optem pelo formato de viagens partilhadas, pela versatilidade e possibilidade de negociação de horários. Também entre o centro de Montemor-o-Novo e outras freguesias é comum a partilha de transporte de forma mais rotineira, dando resposta a uma falta de transporte público entre freguesias do

município, que têm horários muito reduzidos, como vemos na figura 4.27, e pouco adaptados às rotinas dos locais como descreve Fausto:

> O único problema de Casa Branca é que estás longe e não tens grande opção de autocarros, acho que o último é às 19h. Podes sempre ver se alguém vem para estes lados e vir com eles. Eu costumo ir e voltar quase todos os dias, podemos coordenar horários, e ir juntas e voltamos com a Paula. (Fausto, sobre a possibilidade de me alojar em Casa Branca durante a estadia de trabalho de campo, 17 janeiro 2023).

Linha 8933 - MONTEMOR O NOVO - VIANA DO ALENTEJO

HORÁRIO EM VIGOR A PARTIR DE 01 DE SETEMBRO DE 2024

PARTIDAS DE MONTEMOR O NOVO

PERIODO ESCOLAR

Localidades		Segundas (a)					Terças (a)					Quartas (a)				Quintas (a)					Sextas (a)		
		c)	c)	b)	b)	b)	c)	c)	b)	b)	b)	c)	b)	c)	b)	c)	c)	b)	b)	b)	c)	c)	b)
Montemor O Novo	P	-	-	14:05	16:30	19:00	-	-	14:05	16:30	19:00	-	13:45	-	19:00	-	-	14:05	16:30	19:00	-	-	14:05
Escoural		-	-	14:23	16:48	19:18	-	-	14:23	16:48	19:18	-	14:03	-	19:18	-	-	14:23	16:48	19:18	-	-	14:23
Casa Branca (Est.)		-	-	-	-	19:25	-	-	-	-	19:25	-	14:10	-	19:25	-	-	-	-	19:25	-	-	-
Alcaçovas		07:35	14:30	-	-	19:42	07:35	14:30	-	-	19:42	07:35	-	14:30	19:42	07:35	14:30	-	-	19:42	07:35	14:30	-
Viana Alentejo	C	07:55	14:50	-	-	-	07:55	14:50	-	-	-	07:55	-	14:50	-	07:55	14:50	-	-	-	07:55	14:50	-

PARTIDAS DE VIANA ALENTEJO

PERIODO ESCOLAR

Localidades		Segundas (a)				Terças (a)				Quartas (a)				Quintas (a)				Sextas (a)			
		b)	c)	b)	c)	b)	c)	b)	c)	b)	b)	c)	c)	b)	c)	b)	c)	b)	c)	b)	c)
Viana Alentejo	P	-	13:55	-	17:45	-	13:55	-	17:45	-	-	13:55	17:45	-	13:55	-	17:45	-	13:55	-	17:45
Alcaçovas		07:25	14:15	-	18:05	07:25	14:15	-	18:05	07:25	-	14:15	18:05	07:25	14:15	-	18:05	07:25	14:15	-	18:05
Casa Branca (Est.)		07:37	-	-	-	07:37	-	-	-	07:37	14:10	-	-	07:37	-	-	-	07:37	-	-	-
Escoural		07:45	-	14:25	-	07:45	-	14:25	-	07:45	14:17	-	-	07:45	-	14:25	-	07:45	-	14:25	-
Montemor O Novo	C	08:05	-	14:45	-	08:05	-	14:45	-	08:05	14:35	-	-	08:05	-	14:45	-	08:05	-	14:45	-

a) - Excepto feriados
b) - Não se efectua no Feriado Municipal de Montemor
c) - Não se efectua no Feriado Municipal de Viana do Alentejo

Figura 77 Horários do único transporte público que faz a conexão Montemor-o-Novo - Casa Branca. Fonte: rodalentejo.pt

Como identificámos na *Contextualização* (cap. 4.2.1), Montemor-o-Novo é palco de um significativo movimento cultural, movido principalmente por associações/projetos culturais, como as *Oficinas do Convento*, o *Espaço do Tempo*, a *Alma de Arame*, a *Marca*, o projeto de teatro *Ruínas*, mas também pelo próprio município e juntas de freguesia. As parcerias entre todas estas instituições são frequentes, seja pela partilha de recursos como espaços, materiais, equipamento ou transportes, seja pela divulgação, promoção e participação em eventos de outras associações/projetos. Esta rede de projetos resulta também na associação entre eles para um maior impacto na cultura local. Um exemplo deste tipo de 'meta-associações' é o caso da *Estação Cooperativa*, uma cooperativa formada em 2021 por várias associações, coletivos e cooperativas de Montemor-o-Novo, das quais a Minga faz parte, e que vindo a ativar 17 edifícios abandonados pertencentes à I*nfraestruturas de Portugal* (IP) com a criação de espaços

culturais e de experimentação criativa[14]. O projeto é gerido através de reuniões participadas abertas a todos os membros integrantes, que são também responsáveis pelas atividades aqui dinamizadas. Neste coletivo é frequente o trabalho voluntário, recorrendo a práticas como *ajudadas* e atividades de recolha de fundos para financiar o projeto e avançar com a reabilitação dos espaços, como vemos na figura 4.28.



Figura 828 Semanas de ajudadas em Casa-Branca, coordenadas por um coletivo de arquitetura da Minga, onde se reabilitaram parte dos edifícios, ensinando técnicas de construção natural e tradicional. Fonte: cedido pela Cru Atelier, 2022.

Paralelamente a esta oferta cultural formal, é ainda importante referir as atividades que se dão de forma auto-organizada. Eventos que normalmente são privados (tais como celebrações de aniversário, de inauguração de espaços comerciais/casas e ajudadas) mas que neste contexto adquirem o caráter 'público' por serem abertos a toda a comunidade. Estes eventos têm na sua génese uma dinâmica de auto-organização e de uso de 'recursos locais'. Assim, são frequentes as *mesas postas*, em que cada convidado contribui com comida e/ou bebida para partilhar, bem como música, espetáculos e entretenimento promovido por membros da própria comunidade. Entre leilões, *karaokes*, concertos ao vivo, *DJ's*, performances, espetáculos de circo e aulas de *Yoga*, os membros da comunidade local organizam-se para criar a oferta cultural destes eventos. O resultado, com o tempo, tem sido a criação de bandas com projeção a nível nacional, como *Os Discos Perdidos* e a conversão de festas de aniversário de alguns novos residentes locais em pequenos festivais, que recebem visitantes de vários pontos do país (fig. 4.29). Relativamente

[14] https://outraseconomias.pt/outrasec/estacao-cooperativa/. [Acedido a 10 dezembro 2025].

aos espaços deste tipo de eventos auto-organizados, são sempre terrenos ou propriedades cedidas pelos próprios organizadores, o que resulta numa dispersão da oferta deste tipo de atividades recreativas para além do centro histórico de Montemor-o-Novo.

Um outro exemplo deste tipo de auto-organização cultural é o caso do grupo informal de *cante alentejano*, em que vários novos residentes se juntam para cantar, tanto em casas privadas, como em espaços comerciais com relativa familiaridade. Apesar de esta se tratar de uma atividade que recupera cancioneiros populares locais, neste grupo há muito pouca participação de pessoas originalmente de Montemor-o-Novo, encontrando-se maioritariamente composto por novos residentes.



Figura 9.29 Cartaz de um evento musicais auto-organizado. Fonte: cedido pela organização do evento, 2025.

A nível de desporto vale a pena mencionar o grupo de futebol *Gangue do Ringue*, onde participam vários membros da Minga, e que integra o campeonato local de futebol. Segundo alguns cooperadores, esta equipa tem vindo a fomentar algumas mudanças no torneio local:

> Quando eles começaram a jogar as equipas eram muito competitivas e insultavam-se muito. Depois nós começámos a jogar e eramos os que perdíamos sempre e nunca reclamávamos com ninguém. (…). Começaram a surgir novos prémios, não só neste torneio, mas noutros, que não eram só direcionados para a competitividade no desporto, mas também para o passar bem. (Paulo, 27 junho 2023)

Este jogador, membro da Minga, comenta ainda que o facto de se tratar de uma equipa assumidamente amadora, criou espaço para que outras equipas amadoras se pudessem integrar no campeonato local, mesmo sem atingem uma qualidade mínima de jogo.

Nesta análise podemos ver como, através da autogestão e do uso dos recursos disponíveis (conhecimento, saberes, espaços, materiais e redes de contactos) os cooperadores da Minga – entre outros agentes locais – procuram diversificar a oferta de serviços locais. Isto é transversal a várias áreas, desde a educação, saúde, mobilidade até a atividades culturais, recreativas e de desporto. Ainda que quase sempre em modelo de autogestão, vimos, ainda, como algumas destas propostas resultam da associação com outras entidades locais, coletivas, públicas e privadas. Esta associação permite aumentar a escala de ação destas iniciativas, e é também um fator importante para a integração destas práticas nas comunidades e dinâmicas locais.

FERRAMENTAS PARA OUTROS HABITARES

Nesta análise pudemos observar como as práticas espaciais dos cooperadores da Minga dão resposta a necessidades do habitar, como habitação, produção de alimentos, gestão da natureza, serviços e comércio. Abordámos soluções coletivas para a habitação, modelos de co-produção com a natureza, assim como o uso de recursos e conhecimento locais para a diversificação de serviços. Nestas dinâmicas espaciais é possível identificar, de forma transversal, a procura por uma autonomia local coletiva, através do fomento de redes de cooperação, gestão de recursos, uso de economias desmonetizadas, proteção de bens comuns existentes e criação de novos.

A criação de redes de cooperação é feita principalmente a nível local, mas também à escala nacional. A nível local, a cooperação passa pela partilha de conhecimentos (como vimos nas dinâmicas de autoconstrução e ajudadas) e partilha de recursos (como o exemplo dos projetos educativos e de ativismo ambiental e político que usam o Espaço Integral para desenvolver atividades). Esta visão de cooperação entre instituições com fins semelhantes, que contrapõe o princípio da competitividade estende-se também a outras escalas, como pudemos notar no caso de 'meta-cooperativas', que permitem uma maior capacidade de ação e de representação. Alguns dos exemplos mencionados foram a *Estação Cooperativa* e a *Rede Co-Habitar*, cujas formações permitem ganhar espaço de representação frente a organismos nacionais como a IP e o IHRU, respetivamente. Assim, espaços, materiais, conhecimento, contactos e meios de divulgação são comunizados, tornando-se pouco claro o limite entre propriedade e bem comum.

A gestão de recursos diz respeito à forma como se trabalha ou usa o conhecimento, ferramentas e bens existentes localmente para responder a necessidades próprias ou da comunidade. Exemplos disto, são as partilhas de boleias, ajudadas e mesas postas, que procuram incentivar à partilha de tempo e distribuição de responsabilidades. A nível individual, há uma procura pelo aumento das ferramentas disponíveis (conhecimento, matérias-primas,

espaço), para a resposta a necessidades individuais ou partilhadas. Isto é claro na autoconstrução e no autodidatismo para construir, regenerar terrenos, produzir alimentos ou organizar atividades culturais, para citar alguns dos exemplos apresentados ao longo desta secção. A maioria das vezes procura-se adaptar as respostas aos recursos disponíveis a nível local. Isto está patente, por exemplo, na procura de materiais locais para a construção (tais como terra, ou compra de materiais em lojas locais), mas também na oferta cultural com o convite a músicos locais para dar concertos em festivais auto-organizados. Em casos onde são necessários recursos financeiros ou materiais que não são possíveis de evitar com gestão, recorre-se à participação comunitária para doações e participação na recolha de fundos.

A organização da vida recorrendo a economias desmonetizadas revela-se uma forma de diminuir a dependência do dinheiro, vista como impedimento à autonomia. O acesso a bens e serviços através de doações, trocas, cedências e partilhas são exemplos de formas de economia desmonetizada, que fazem parte da vida de muitos dos cooperadores da Minga. Também o trabalho voluntário, as ajudadas, a produção para consumo próprio e a utilização de infraestruturas autónomas (de água, saneamento e energia), são tudo práticas que diminuem a necessidade de recorrer a dinheiro para assegurar necessidades básicas como do habitar, no sentido mais amplo. Porém, esta autonomia depende muitas vezes de um grande capital inicial ao qual muitos dos membros da Minga não têm acesso, dando azo a outro tipo de respostas como a precarização da vida. Um claro exemplo disto, é o caso da habitação para a qual é necessário um capital inicial grande (para a compra de uma habitação), levando, caso contrário, à aceitação de condições de habitação precárias, para evitar alugueres mais caros. Por outro lado, a 'independência do dinheiro' pode ser confundida com 'independência do trabalho', levando alguns cooperadores a procurar soluções que lhes permitam assegurar um rendimento financeiro fixo, independentemente da necessidade de trabalhar, nomeadamente através de arrendamentos a curto prazo direcionados ao turismo.

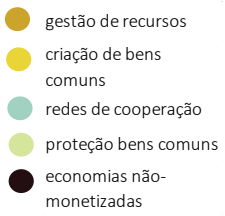
A proteção e regeneração dos bens comuns naturais existentes dá-se através de ações diretas de reflorestação e limpeza de rios, sendo complementada com ativismo e sensibilização social para a exigência de ações estruturadas entre instituições públicas, privadas e coletivas para a preservação destes bens. Neste processo, cabe ressaltar a importância da desmercantilização da natureza, que, mais do que ser vista como um recurso a ser explorado e rentabilizado da forma mais eficiente possível, adquire a conotação de um 'fundo de reservas', que servirá de base para a vida no futuro pela sua capacidade reprodutiva, e não pela sua rentabilidade. Isto é, uma árvore tem valor como elemento vivo que assegura a retenção de água no solo, contribui para a fertilidade do solo e ajuda no controlo da temperatura ambiente, e não enquanto produto

(madeira, lenha, fruto…). Para além dos bens comuns naturais há ainda a proposta da posta em comuns de outros bens, tais como a propriedade, através da proposta da cooperativa de habitação, da partilha e cedência de terrenos para habitação e produção agrícola, e da criação de habitação a preços acessíveis para o mercado do aluguer a longo prazo.

Apesar de muitas destas estratégias se tratarem de ações diretas que estas pessoas põem em prática para resolver as suas próprias necessidades, as da sua comunidade e da paisagem, uma análise atenta deixa ver que outras destas iniciativas se tratam de processos que buscam a cooperação com outras instituições locais e nacionais. Assim poderíamos identificar três formas de ação: ação direta, cooperação e *lobby institucional*. A ação direta, como descrita anteriormente, é uma forma de, através da própria capacidade de autogestão e com os recursos localmente disponíveis, resolver os próprios problemas e necessidades. Exemplos disso são práticas como a produção de subsistência, a criação de infraestruturas autónomas (água, eletricidade, saneamento) e a regeneração de terrenos. Noutros casos, estas ações são levadas a cabo em cooperação com outras entidades locais e não locais, sejam estas privadas, públicas ou coletivas para dar resposta a necessidades do habitar. Neste caso referimo-nos, por exemplo, à implementação de programas educativos alternativos que envolvem escolas públicas, parcerias entre instituições culturais locais para a partilha de recursos ou redes nacionais como a *Rede de Cooperativas Integrais*. Por fim, ações como a denúncia de desastres ambientais, ações de protesto ou participação em espaços de consulta pública, são formas de criar pressão política para que entidades governativas atuem na resposta a necessidades comuns. Estas diferentes formas de ação representam diferentes papeis que assumem os membros da Minga, tanto no grau de responsabilização que assumem, como na capacidade que entendem ter para responder a estas necessidades do habitar coletivo. Ainda assim, e tomando em conta a tabela abaixo (tabelas 4.8) que procura fazer uma síntese de todas estas estratégias, podemos observar que grande parte das estratégias se tratam de ações diretas para a resposta a necessidades não só individuais, mas também coletivas do habitar.

Tabela 4.8 Resumo estratégias de aplicadas pelos cooperadores da Minga para resposta a necessidades do habitar. Fonte: elaborado pela autora.

Ação	Estratégias	Ferramenta	Tipo de ação
HABITAÇÃO			
Aluguer	precariedade habitacional		ação direta
Compra / Aluguer	cooperativa de habitação		coprodução
	propriedade coletiva		ação direta
	reabilitação		
Construção	autoconstrução		
	partilha de conhecimentos de construção		
	construção tradicional		
	uso de materiais locais		
	ajudadas		
	autogestão energia, água, saneamento		
Mercantilização	cedência de terreno		
	arrendamento a longo prazo		
	arrendamento a curto prazo (turismo)		
NATUREZA E BENS COMUNS			
Regeneração	agricultura sintrópica		ação direta
	reflorestação (espécies endógenas)		
	agrofloresta		
	partilha de conhecimentos		
	formações		
Autoprodução	partilha de terrenos		
	autoprodução (alimento)		
	rendimento extra		
	economias alternativas (doação)		
Ativismo	recuperação de bens comuns (rios, florestas, solos)		
	ações de protesto		*lobby* institucional
	denúncias em meios de comunicação		
	queixa pública		
	procura de financiamento		coprodução
	participação em espaços de consulta pública		
SERVIÇOS E COMÉRCIO			
Rede local	participação em programas de educação		*lobby* institucional
	partilha de recursos		coprodução
	profissionalização		
	meta-associações		
	participação em eventos locais		
Autogestão	trabalho voluntário		ação direta
	atividades de recolha de fundos		
	ajudadas		
	mesas postas		
	uso de recursos locais		
	auto-didatismo		
	diversificação oferta local		
	cedência de terrenos/espaços		
	eventos culturais informais abertos		
	partilha de boleias		



4.3. A Cooperativa de Poupança e Crédito Portada Bethania

4.3.1. Contextualização

No outro lado do oceano, é em 1964 que surgem os primeiros indícios da Portada Bethania (anexo D), mas só em 2003 é que a cooperativa se consolida. Por conseguinte, iremos centrar a contextualização deste caso na análise do período que vai da última década do século XX até à atualidade, enquadrando-o, pontualmente, em antecedentes históricos que vêm dos anos 1960.

Nos anos 1990, o Equador passava por uma crise económica e política que levou à dolarização do país em 1999 e à queda de sete governos consecutivos em apenas 10 anos. Como resposta à falta de capacidade do governo nacional em proteger as populações das exigências do mercado económico e financeiro globalizado, dá-se a integração de líderes locais em cargos políticos aliado à implementação de políticas participativas (Muñoz, 1999; Ortiz Crespo, 1999). O processo de empoderamento e formação destes atores já decorria desde os anos 1960-1970, em parte, fomentado pelo Estado equatoriano mas, principalmente, por Organizações Não-Governamentais (ONG's) internacionais e pela Igreja. Este agentes procuraram criar condições para que práticas sociais e culturais locais se conseguissem adaptar às exigências de um Mercado globalizado, sem se verem apagadas por este (Muñoz, 1999). Os membros fundadores da Portada Bethania estavam, em grande parte, envolvidos com instituições de apoio a comunidades vulneráveis (camponeses, mulheres, comunidades rurais ou empobrecidas). Foi no seio destas que tiveram mais contacto com algumas práticas de economia solidária e popular, frequentes nestas comunidades. Em 2003 surge, entre os membros desta família, a vontade de "sair das garras do mercado" (Juan, 6 maio 2022) criando um sistema autónomo familiar de poupança e crédito. A cooperativa vai crescendo, sem necessidade de se materializar num espaço comum partilhado. O facto de todos os cooperadores serem também familiares, faz com que os processos de governança e de gestão da cooperativa se deem entre almoços, jantares e aniversários, nas salas, cozinhas e jardins de irmãos, tios e primos. Ainda que dispersos por vários pontos do país, a maioria dos membros da cooperativa vive nos subúrbios de Quito, aproveitando a proximidade aos serviços da capital e o desordenamento territorial resultante dos vários processos de reformas agrárias e urbanização, onde o leque de possibilidades de ocupação do território é, por isso, maior.

Saltando para 2019, uma crise interna, em parte, gerada por uma grande dívida de um dos membros, leva a um repensar da cooperativa. A esta crise soma-se um período de instabilidade e contestação política, com o fim de uma governação de 10 anos pelo mesmo partido, e a polarização de opiniões políticas que isto gerou e que contribuiu para a intensificação de

discórdia dentro da família. Com a crise pandémica, as reuniões familiares, que são a base da criação de confiança e de comunicação entre cooperadores, são postas em causa. Esta situação culmina com uma revisão do rumo da cooperativa, abrindo dois possíveis caminhos: o foco no bem comum ou o aumento da capacidade financeira comum. O reforço desta dualidade nos anos que se seguiram aumentou a desconfiança e desconforto de vários membros, dando origem em 2023-24 a propostas de reestruturação profunda da cooperativa, que incluam a cisão e, inclusive, o fim da cooperativa.

Contexto político-económico

Entre 1997 e 2007, o Equador viveu um período de instabilidade política e económica, marcado por governos de curta duração e resgates financeiros. A liberalização da economia nacional, que vinha a ser implementada desde a entrada do FMI no Equador em 1983, ganhou maior dimensão em 1998 com a alteração da Constituição, para a autonomização do *Banco Central do Equador* (BCE) (Correa, 2009). Com esta medida, pretendia-se responder à crise bancária que despontava, conferindo ao BCE a possibilidade de uma gestão independente do governo. Somou-se ainda a criação *da Lei da Agência de Garantia de Depósito*, que permitiu, tanto a compra de dívida de bancos privados pelo BCE, como a extensão do pagamento das mesmas. O resultado de todo este processo foi a transformação de uma crise bancária numa crise financeira e monetária, com a subida abrupta da inflação e uma desvalorização da moeda nacional de 245% num só ano (entre 1999 e 2000), resultando na *sucretização da dívida*, isto é, a conversão de dívidas tidas em dólares para dívidas tidas em sucres (moeda nacional anterior ao dólar). Sendo que o sucre desvalorizou bastante num ano, este processo significou que foi o Estado equatoriano a assumir grande parte da dívida privada com a banca internacional (*ibidem*).

Esta crise económica conduziu a um aumento do desemprego (que passou de 6,9% em 1995 para 14,4% em 1999), do subemprego (que aumentou de 45,8% para 56,8% no mesmo período) e da imigração, difícil de medir por muita ser ilegal ou irregular, mas cujas estimativas sugerem a saída de cerca de 700 mil equatorianos durante este período (*ibidem*). A crise económica reflete-se ainda no panorama político onde, de 1997 a 2007, o Equador teve sete diferentes presidentes, em que quase nenhum chega a cumprir os quatro anos de mandato completo.

A subjugação do Estado nacional às exigências de um organismo financeiro de carácter global alimentou movimentos sociais que "questiona[ra]m o monopólio dos partidos como representantes exclusivos dos cidadãos" (Ortiz Crespo, 1999, p. 66, tradução da autora). Os primeiros anos do século XXI, no Equador, são também tempos de procura de soluções que

confiram mais poder aos agentes locais. Atores sociais emergentes, como movimentos indígenas, ecologistas, de mulheres e de economia social ganham protagonismo, chegando mesmo a assumir a liderança de governos municipais (Muñoz, 1999). A participação destes atores na criação de políticas públicas abre portas à integração de formas de autogestão tradicionais de comunidades indígenas, tais como o trabalho comunitário baseado na reciprocidade e entreajuda, bem como a preocupação pela gestão sustentável de recursos locais comuns. Ainda que seja possível identificar este tipo de participação cidadã tanto em zonas rurais como em zona urbanas, é nas primeiras que estes têm maior presença, uma vez que, aqui, o movimento indígena nacional é mais forte e já existe uma base comunal e uma tradição associativista, o que se nota pela quantidade e qualidade do capital social das *Organizações de Grau Superior* ser maior. As Organizações de Grau Superior (*Organizaciones de Segundo Grado* – OSG) são organizações locais camponesas e indígenas, formadas por agentes das comunidades locais, e que negoceiam com ONG's, agências financeiras internacionais, igrejas e outras instituições internacionais (Muñoz, 1999). Nos cenários urbanos, é comum que o associativismo se prenda com lutas muito específicas, acabando por se dissolver, uma vez conseguido o objetivo que esteve na origem do movimento em (Ortiz Crespo, 1999). Estes processos foram frequentemente apoiados por ONG's nacionais e internacionais que desenvolveram trabalhos de capacitação, formação e facilitação junto às organizações e movimentos locais (OSG's), no sentido de contribuir com ferramentas para a autogestão comunitária e para a tomada de decisões de forma democrática.

O período que se segue é um período de estabilidade política com o longo governo de *Revolución Ciudadana* (RC), encabeçado por Rafael Correa que assume o cargo de presidente (2007-2017). No início deste governo dá-se uma grande mudança com a alteração da Constituição Nacional para a integração do conceito de *Buen Vivir* como alternativa a um modelo de desenvolvimento ocidental centrado no crescimento económico (Acosta, 2013). Este conceito, já apresentado anteriormente (cap.2.3.2), significou a criação de um objetivo comum nacional baseado no equilíbrio entre seres humanos e entre os seres humanos e a natureza (*ibidem*). Várias medidas foram criadas neste sentido, das quais salientamos a institucionalização da economia popular e solidária, com a criação da *Lei Orgânica de Economia Popular e Solidária* (LOEPS) (2011), do *Instituto de Economia Popular e Solidária* (IEPS) (2009), da *Superintendência da Economia Popular e Solidária* (SEPS) e da *Corporação Nacional de Finanças Populares* (2007). Na nova constituição nacional está descrito o "tratamento diferenciado e preferencial" (Registo Oficial nº449, Art. 311º, 2008, tradução da autora) que deve ser dado às micro, pequenas e medianas unidades de produção que contribuam

para o desenvolvimento da economia popular e solidária. Isto é, "entidades associativas ou solidárias, caixas e bancos comunais, caixas de poupança e crédito e caixas de poupança" (*ibidem*) que desenvolvam processos de produção, troca, comercialização, financiamento e consumo de bens e serviços, para satisfazer necessidades e gerar rendimentos, baseadas em relações de solidariedade, cooperação e reciprocidade, privilegiando o trabalho e o ser humano como fim da sua atividade, orientada ao *Buen Vivir*, em harmonia com a natureza, sobre a apropriação, o lucro e a acumulação de capital (*ibidem*).

Em 2017, o partido *Revolución Ciudadana* é eleito de novo, mas Rafael Correa deixa a presidência, dando lugar a Lenine Moreno, que, ao entrar no poder, processa o anterior presidente e outros membros do governo anterior por casos de corrupção, levando à necessidade de exílio político de vários membros deste governo. Paralelamente, esta nova presidência adota medidas mais próximas ao neoliberalismo, pondo em causa os valores do partido. Apesar de ter cumprido os quatro anos de mandato, durante o governo de Moreno dá-se início a outro momento de instabilidade política que dura até à atualidade, com sucessivos levantamentos populares. Em 2019, o novo resgate financeiro do FMI impõe o fim do subsídio público ao consumo de petróleo, causando descontentamento popular, principalmente entre grupos indígenas e camponeses, que mais se viam afetados pela subida do preço dos combustíveis. A esta crítica, juntaram-se outras exigências, e a mobilização do movimento indígena deu origem a greves nacionais e manifestações de várias semanas em 2019, 2022 e 2025 (fig. 4.30).



Figura 4.30 Manifestações de 2022 contra a implementação de medidas neoliberais e fim ao subsídio ao consumo de petróleo. Fonte: fotografia cedida por Juan Sebastián Guncay, 2022.

O acentuar da instabilidade política nacional é apontada como sendo um fator importante para a escalada de violência criminal e a expansão de redes de narcotráfico que se intensificaram a partir de 2021. Em 2024 houve repetidos estados de exceção, bem como uma declaração de

guerra interna pelo presidente Daniel Noboa, que levou a uma forte militarização do país, principalmente na zona da Costa. A este clima de insegurança juntou-se uma crise energética a partir de dezembro de 2023, que viria a durar cerca de um ano. A dificuldade de abastecimento de energia deveu-se à incapacidade do sistema energético nacional de dar vazão à demanda da população durante este período. A geração de energia, quase toda ela de origem hídrica, foi afetada, segundo a imprensa equatoriana, pela fraca pluviosidade desse ano, bem como pelo mau estado de conservação das barragens produtoras de energia. Este clima de insegurança e instabilidade afetou negócios e empresas, mas também a vida pessoal e familiar, restringindo mobilidade e migração interna. Em 2025, o descontentamento com as políticas neoliberais de Noboa, e a rejeição, novamente, da eliminação do subsídio ao petróleo, despoletaram novas manifestações populares que têm como resposta uma forte repressão militar.

CONTEXTO TERRITORIAL

Em 2003 quando a cooperativa se forma, a maioria dos membros (sete dos oito irmãos) vivia num terreno partilhado na Arménia, um bairro numa zona suburbana de Quito (no Vale de los Chillos). Mais tarde, parte do grupo muda-se para outro terreno em Conocoto, uma freguesia, também, no Vale de los Chillos, e mais recentemente, vários familiares voltam a juntar-se, agora em grupos menores e com membros da segunda e terceira geração (filhos e netos) em terrenos maioritariamente em Pifo, Puembo e Tumbaco, freguesias rurais de Quito, localizadas no Vale

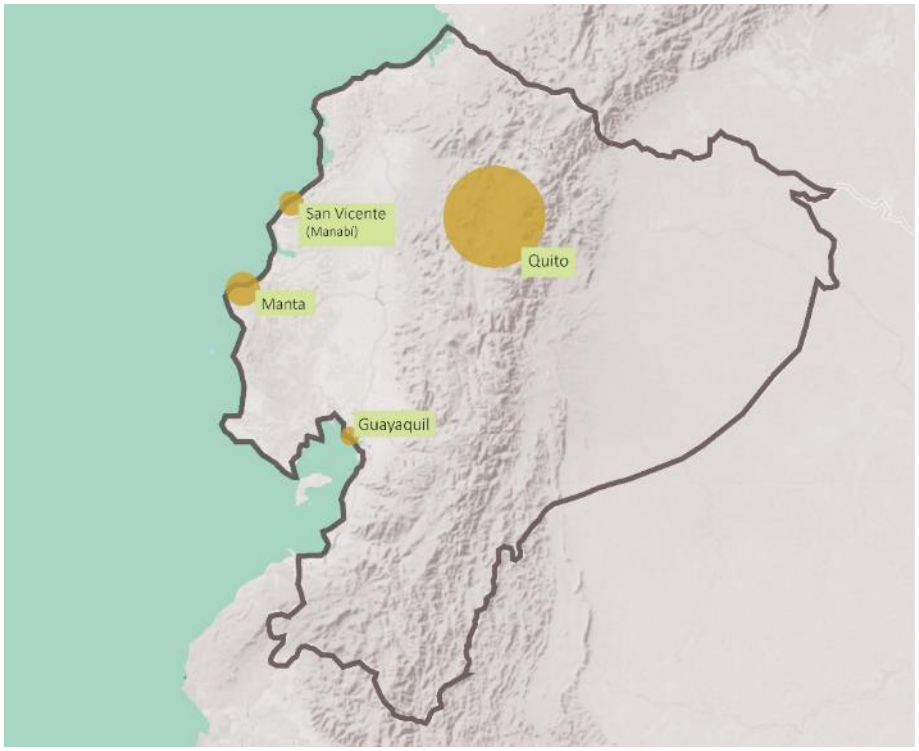


Figura 4.31 Distribuição dos membros da cooperativa pelo território equatoriano. Dados relativos ao ano de 2024. Elaborado pela autora, base do mapa openstreetmap.org.

de Cumbayá e Tumbaco. Sem uma sede única, a cooperativa vai-se construindo entre reuniões mais ou menos formais em casa dos membros. Assim, ainda que inicialmente a cooperativa estivesse associada a um território concreto (o terreno partilhado na Arménia), com o passar dos anos vai-se fragmentando para existir, no território, através das práticas individuais dos seus membros e das casas que acolhem as reuniões do Conselho de Administração, de cada uma das seções da cooperativa e às assembleias gerais, descritas em seguida no capítulo 4.3.2.

Em 2024 a maioria dos membros da cooperativa (69 de 89) viviam no Distrito Metropolitano de Quito (DMQ), localizado na Zona da Serra do Equador. Os restantes encontram-se na Zona da Costa (quatro na povoação de Cabuyal, em Manabí; sete na cidade de Manta; e um na cidade de Guayaquil) (fig. 4.31) e no estrangeiro (oito cooperadores estão em países como Estados Unidos da América, Alemanha, Espanha e Austrália). Dos 69 membros da cooperativa que vivem no DMQ, apenas seis vivem na zona urbana de Quito, sendo que os restantes 63 vivem em freguesias rurais no Vale de Cumbayá e Tumbaco (Cumbayá, Tumbaco, Puembo, Pifo e El Quinche), no Vale de los Chillos (Conocoto) e na freguesia de San José de Minas (fig. 4.32).

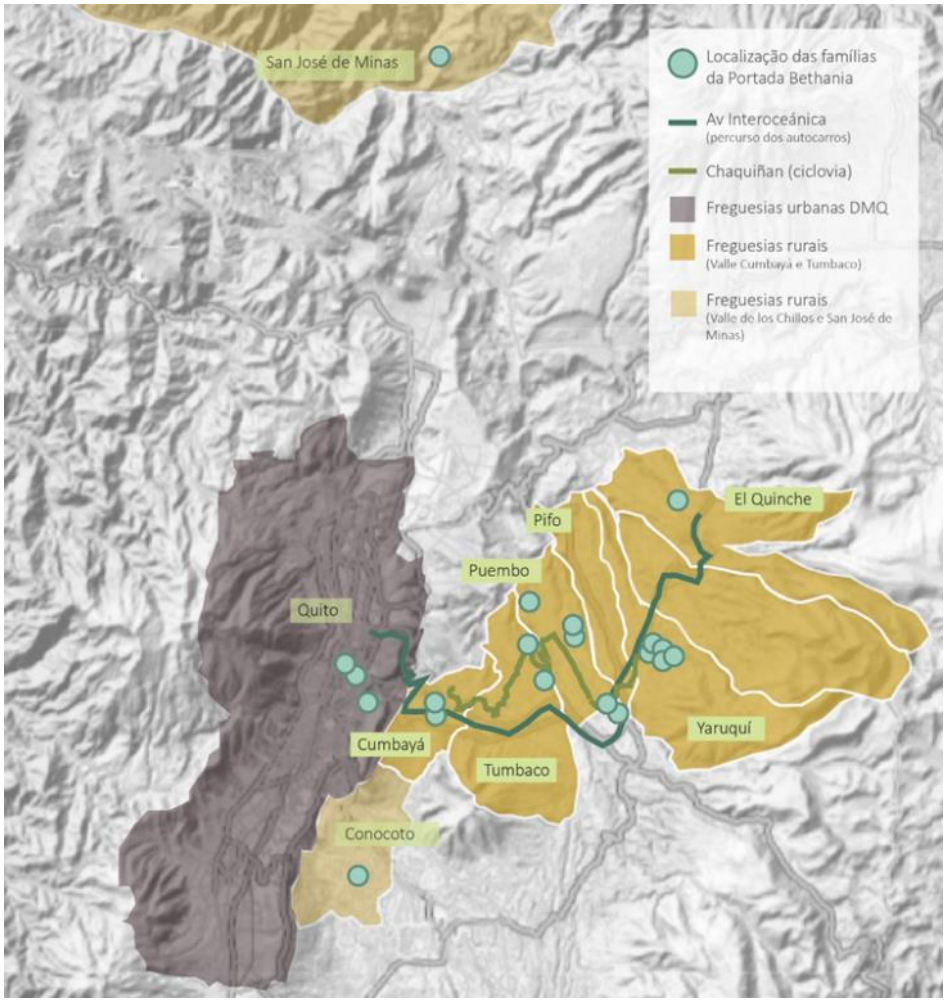


Figura 4.32 Mapa da localização dos núcleos familiares da cooperativa no Distrito Metropolitano de Quito. Fonte: elaborado pela autora, base do mapa openstreetmap.org.

As freguesias de Cumbayá, Tumbaco, Puembo, Pifo, Yaruquí, Checa e El Quinche, assinaladas no mapa da figura 4.32, são oito das 33 freguesias rurais do DMQ e como vemos, nos dados apresentados anteriormente, representam a principal zona de residência dos membros da cooperativa. O DMQ pertence à província de Pichincha, na zona da Serra do Equador, a segunda província mais povoada do país, com mais de 3 milhões de habitantes, depois de Guayas (província onde se encontra a cidade de Guayaquil) com mais de 4 milhões habitantes. Esta é, no entanto, a província com maior densidade populacional, 327 hab/km^2, estando Guayas em segundo lugar com 276 hab/km^2 (INEC, 2022). Para esta densidade contribui principalmente o DMQ, com cerca de 2,7 milhões de habitantes e uma densidade populacional de 638 hab/km^2. Dentro do DMQ, as freguesias urbanas correspondem a cerca de 66% do total da população do distrito, com cerca de 1,8 milhões de habitantes em apenas 8% do território, apresentando a maior densidade populacional do distrito (*ibidem*). Nas freguesias do Vale de Cumbayá e Tumbaco a densidade populacional varia bastante, sendo as duas freguesias com mais população e maior densidade populacional Cumbayá (40 mil habitantes e cerca de 2 000 hab/km^2) e Tumbaco (80 mil habitantes e cerca de 1 200 hab/km^2), as duas mais próximas da zona urbana de Quito (*ibidem*) (fig.4.32).

Apesar da designação de rural, estas freguesias do Vale de Cumbayá e Tumbaco são consideradas como zonas de transição e de expansão da cidade de Quito (Moscoso, 2008; GAD de Puembo, 2019). Este processo de expansão da cidade começou nos anos de 1970 com o *boom petroleiro*, a reforma agrícola e o consequente parcelamento de terrenos. A reforma agrícola de 1964 (*Lei da Reforma Agrária e Colonização*) promulgou, entre outras coisas, a entrega de grandes propriedades aos camponeses que nelas trabalhavam, o que resultou na sua divisão em pequenas parcelas. Estes terrenos eram entregues a cooperativas de habitação que, como veremos na próxima secção, acabaram por priorizar o negócio imobiliário acima do aumento da capacidade produtiva ou habitação própria, vendendo grande parte das suas parcelas a novos residentes com maior poder económico. A par deste processo, dá-se o *boom petroleiro* de 1970, em que o aumento do preço do petróleo a nível internacional leva ao rápido aumento do PIB nacional. Esta situação conduz a um forte movimento migratório de ex-camponeses que vendem os seus terrenos para mudar-se para centros urbanos como Quito, criando novos bairros de habitação informal (Correa, 2009), assim como ao movimento contrário de fuga de população quitenha com maior poder económico para freguesias rurais em busca de espaço para segundas casas ou hortas familiares e do clima cálido dos vales (Dubly & Escandón, 1973). Sem se misturarem muito com a população local, estes novos residentes adotavam um estilo de vida segregado das lógicas locais, aproximando-se das descrições dos

amenity migrants descritos anteriormente no caso português (cap. 4.2.1). Como reportam Dubly e Escandón:

> Os novos residentes em Quito e nas povoações onde se instalem vivem à parte dos nativos. A diferença de origem social, de nível económico, de forma de vida, de sistema de valores, torna muito difícil a sua integração na vida local. Os habitantes do lugar (como Tumbaco), criticam a sua vida à parte, a sua atitude altaneira, e também a integração na vida económica é incipiente, e gastam pouco nas lojas e nos estabelecimentos locais (trazem tudo de Quito). (1973, p. 90, tradução da autora).

Durante esta época, e apesar destas dinâmicas, grande parte do território destas freguesias rurais era ainda ocupado com agricultura de minifúndios, sendo que estes eram progressivamente convertidos em terrenos loteados para condomínios, levando à sua especulação (*ibidem*). A falta de um plano regulador para estes condomínios desintegrados, dá origem ao *Plano de Quito de 1984*, no qual se oficializa a conversão de muitas zonas agrícolas em zonas mistas. Isto significou que

> solo tradicionalmente agrícola intensivo, vai dando espaço a uma maior rentabilidade resultante da grande procura de terra dos citadinos que não podem encontrar habitação a preços acessíveis na zona urbana. (Carrión, 1987, p. 116, tradução da autora).

Face à incapacidade de planeamento de uma área urbana tão extensa como aquela em que se estava a converter o DQM, nos anos 1990 foi implementado um processo de descentralização territorial. Isto significou a criação de *Governos Autónomos Descentralizados* (GAD's) a quem era delegado poder político, económico, administrativo e de gestão de recursos tributários (Altamirano Ulloa, 2020). No entanto, como se observa na *Lei de Regime do DMQ* (Registo Oficial n 345), a gestão do DMQ nunca deixa de ser centralizada uma vez que, os Administradores Zonais podem "assistir às sessões do Concelho de forma informativa, mas sem voto" (Registo Oficial 345, Art. 14º, 1993, tradução da autora). Isto significa que as mudanças que se dão nestas freguesias rurais do DMQ continuam a ser resultado de políticas públicas definidas desde o centro urbano de Quito, ou da falta destas.

Durante esta época houve ainda uma alteração da forma como se fazia planeamento urbano para a integração de conceitos da planificação estratégica empresarial da *Harvard Business*

School (Altamirano Ulloa, 2020). O resultado foi "um ordenamento geográfico disperso onde, num extremo se constroem vivendas de luxo e centros de recreação e ócio suburbanos, e noutro se constrói precariedade e informalidade" (*ibidem*, p.13, tradução da autora). No caso do Vale de Cumbayá e Tumbaco, seguindo as dinâmicas descritas anteriormente de ocupação dos terrenos por quitenhos de classes acomodadas, esta zona converte-se no lugar onde se encontram os condomínios fechados mais conhecidos do DMQ (Moscoso, 2008). Nos últimos anos, assiste-se a uma intensificação desta dinâmica com a compra de terrenos por grandes imobiliárias para construção de condomínios exclusivos e de luxo, principalmente nas freguesias mais próximas das zonas urbanas de Quito como Cumbayá e Tumbaco (fig. 4.33).



Figura 4.33 Condomínio fechado em Tumbaco. Fonte: fotografia da autora, 2024.

Estes condomínios fechados, têm a entrada controlada por seguranças, 24h por dia, que asseguram que as únicas pessoas que passam são residentes, trabalhadores ou convidados. Adentro muros, os condomínios são frequentemente divididos em lotes, frequentemente (mas não sempre) muralhados entre si, e alguns com o seu próprio sistema de segurança individual (adicionalmente ao sistema de segurança geral ao condomínio). Entre lotes, o espaço é idilicamente urbanizado com ruas, passeios, arborização, parques, campos de jogos, casas comunais, ou, em casos de urbanizações mais luxuosas, piscinas, *spas*, ginásios e outros equipamentos de ócio e recreação. Nas zonas mais amplas, estes condomínios são conformados por vivendas, e em zonas mais densas podem ser apartamentos em edifícios (fig.4.34).

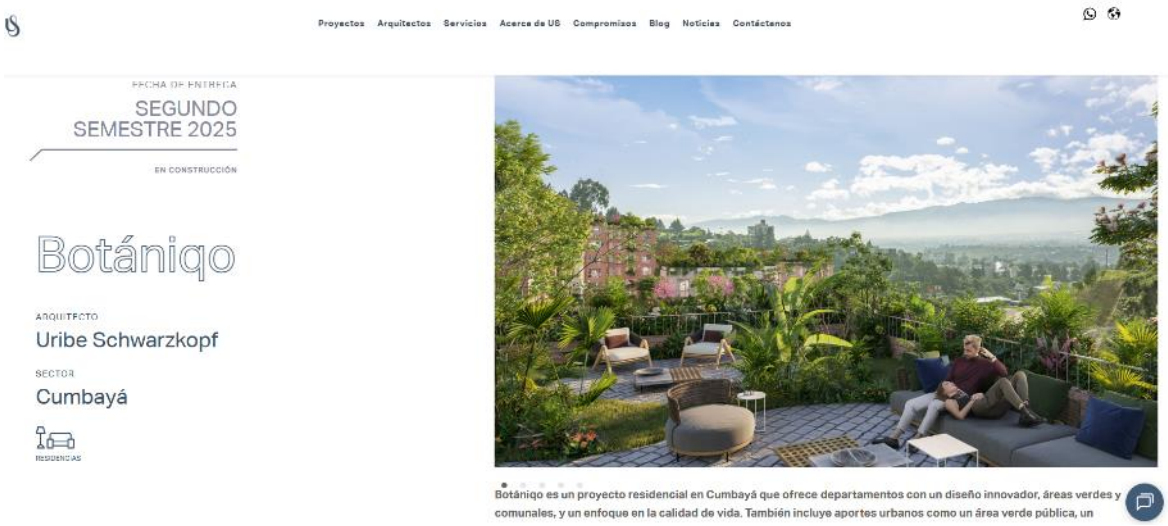


Figura 4.34 Página *web* de promotores imobiliários do condomínio em Cumbayá *Botániqo*. Fonte:.uribeschwarzkopf.com, consultado a 10/12/2025.

Nas freguesias mais distantes de Quito, tais como as freguesias de Yaruquí, Checa e El Quinche, são menos comuns este tipo de condomínios. Estas freguesias caracterizam-se por uma paisagem maioritariamente rural, com produção agrícola, casas unifamiliares ou de pequena escala, e produção pecuária. Nestas freguesias são cultivados vários produtos que alimentam a cidade, mas também a própria população deste vale, tais como frutas (*guabas*, cítricos, abacates, anonas), mas também hortaliças, pasto, milho e cana de açúcar (Moscoso, 2008). São ainda comuns as produções de plantas ornamentais muitas vezes em estufas e com práticas agroindustriais (fig.4.35).

Entre Cumbayá e El Quinche, assistimos a um processo de transição de um suburbano luxuoso a uma ruralidade camponesa e agroindustrial, em que o território vai apresentando ambos os mundos, às vezes com um muro de distância. Entre os condomínios fechados e vigiados e as quintas agrícolas ou casas autoconstruídas, os comércios de grande escala como supermercados ou centros comerciais e as lojas de bairro ou mercados tradicionais e venda de rua (fig. 4.36), entre as escolas e universidades para famílias com maior poder económico ou as escolas de educação alternativa e escolas de idioma estrangeiro, entre as ruas não asfaltadas, as autoestradas e as ciclovias com mais de 30 km de extensão, vai-se construindo um território quase sempre *guetificado*.

O poder económico e social dos membros da Portada Bethania permite, a muitos dos seus membros em busca de zonas seguras, de terrenos amplos e climas amenos (Carmen, 6 fevereiro 2024), acesso a terrenos nesta zona. O facto dos condomínios funcionarem como *clusters* urbanos, com leis urbanísticas próprias, onde é concedida quase total autonomia aos residentes

para construírem e gerirem o seu lote como quiserem, permite ainda aos membros da cooperativa experimentar outro tipo de formas de habitar como veremos no capítulo 4.3.4.



Figura 4.35 Plantação de tomate em estufa na zona de Pifo. Fonte: fotografia da autora, 2024.



Figura 4.36 Comércio de rua na zona de Tumbaco, na via principal de acesso (Av. Oswaldo Guayasamín). Fonte: fotografia da autora, 2024.

O COOPERATISMO NO EQUADOR

O Equador tem uma longa tradição no uso de instrumentos de economia popular e solidária, tanto através de organizações formais, como mutualistas e caixas de poupança, como através de atividades menos formalizadas as como *mingas* (ver cap. 2.3.2) (Benitez Herrera, et al., 2020). Em 1937 surge a primeira lei que rege este tipo de economia, até aqui informal (Da Ros, 2007). O objetivo da *Lei das Cooperativas* era "racionalizar a economia tradicional camponesa, estabelecendo medidas sociais e económicas que pudessem evitar possíveis mobilizações indígenas e a modernizar a sua estrutura de produção" (*ibidem*, p.254, tradução da autora). Por outras palavras, poderíamos dizer que o cooperativismo surge, no Equador, como forma de organizar e integrar as comunidades camponesas no sistema produtivo capitalista.

Durante o período da reforma agrária (ver secção anterior) e nas décadas que se seguiram, predominaram as cooperativas agrícolas e de crédito, que atuavam principalmente em meio rural, apesar de existirem também outras, em menor número, como cooperativas de comercialização, de transportes e de vivenda.

As cooperativas agrícolas, mais do que associações de produtores agrícolas, pretendiam ser um instrumento para aquisição de terrenos rurais que ficavam disponíveis devido à reforma agrária. Ainda que o objetivo destas cooperativas fosse, inicialmente, dar apoio a pequenos produtores, permitindo-lhes associar-se e adquirir propriedade de forma coletiva, estas organizações acabaram por afastar-se dos princípios cooperativos e da intencionalidade para a qual tinham sido desenhados, tornando-se instrumentos de especulação imobiliária (Dubly & Escandón, 1973). Após a aquisição coletiva dos terrenos, era comum o seu parcelamento e transição para propriedade individual, e posterior revenda a quitenhos com maior poder económico (*ibidem*). Como vimos na secção anterior, este processo foi muito comum nas freguesias rurais do Distrito Metropolitano de Quito, dando origem à maioria dos condomínios fechados que atualmente povoam estas zonas suburbanas.

Ainda durante este período (1960-1970), as cooperativas de poupança e crédito foram fortemente incentivadas a nível público e apoiadas através de outras entidades como a Igreja e diversas ONG's no sentido de promover a integração dos camponeses no mercado agroalimentar tecnicizado. Os créditos eram frequentemente direcionados à modernização da produção agrícola, e eram também prestadas formações e acompanhamento com o objetivo de que as cooperativas criadas se tornassem autónomas na sua gestão (Da Ros, 2007). Dois exemplos deste tipo de cooperativa foram as organizações católicas CESA (Central Equatoriana de Serviços Agrícolas) e a FEPP (*Fondo Ecuatoriano Populorum Progressio*), as quais, para além de crédito, ofereciam apoio e formação técnica para potenciar os sistemas de economia

popular e solidária (*ibidem*). Apesar destas instituições serem, por princípio, controladas pelos seus sócios, o facto das ferramentas de autogestão não serem, muitas vezes, integradas nos projetos fazia com que fossem as instituições de apoio (federações e instituições de crédito como a Igreja e ONG's) quem exercia um 'controlo remoto', orientando a ação das cooperativas a interesses e visões estratégicas da macropolítica do 'desenvolvimento' (Da Ros, 2007; Dubly & Escandón, 1973), o que poderá em alguns casos, ter contribuído para situações de insustentabilidade governativa. A presença de ONG's internacionais e da Igreja teve, ainda assim, um papel fundamental na consolidação das cooperativas de poupança e crédito, dotando os seus agentes de ferramentas de empoderamento e conhecimento financeiro, bem como com a criação de redes cooperativas, nomeadamente a *Federação de Cooperativas de Poupança e Crédito* (FECOAC) e do *Banco de Cooperativas* (Da Ros, 2007).

Com a crise de 1999 as cooperativas de poupança e crédito autogeridas voltam a desempenhar um papel importante, frente à descrença no Estado que se gera. Levando a repensar a função das finanças solidárias para consolidar processos territoriais alternativos (Benitez Herrera, et al., 2020). É nesta época que, como veremos na próxima secção, surge a Portada Bethania.

A partir de 2008, as organizações de economia popular e solidária, onde se integram as cooperativas, ganham uma maior importância com a nova Constituição Nacional que apresenta este tipo de iniciativas como agentes importantes para o desenvolvimento da economia nacional. Como mencionado anteriormente neste capítulo, disto adveio a conformação de instrumentos para a institucionalização deste tipo de economias como a LOEPS e o IEPS, descritos anteriormente. Na LOEPS, são definidos os tipos de finanças sociais reconhecidos oficialmente no território equatoriano, que vão desde "cooperativas de poupança e crédito, entidades associativas ou solidárias, caixas e bancos comunais e caixas de poupança" (Registo Oficial 449, LOEPS, Art. 78º, 2011) que

> desenvolvam processos de produção, troca, comercialização, financiamento e consumo de bens e serviços, para satisfazer necessidades e gerar rendimentos, baseadas em relações de solidariedade, cooperação e reciprocidade, privilegiando o trabalho e o ser humano como fim da sua atividade, orientada ao *Buen Vivir*, em harmonia com a natureza, sobre a apropriação, o lucro e a acumulação de capital. (Registo Oficial 449, LOEPS, Art. 1º, 2011, tradução da autora).

De acordo com o estabelecido na LOEPS, a Portada Bethania seria identificada como *Caixa de Poupança e Crédito* e não como *Cooperativa de Poupança e Crédito*, principalmente devido à sua informalidade e volume de capital. Na norma para a segmentação das entidades do setor financeiro popular e solidário, são definidos cinco segmentos que servem para identificar e organizar estas organizações segundo os ativos que gerem. O segmento menor (o quinto), corresponde à categoria de caixas de poupança e crédito, e compreende organizações que gerem, anualmente, até um milhão de dólares em ativos (SEPS, 2025), descrição onde se enquadra a Portada Bethania. Esta distinção é importante para esta análise uma vez que as cooperativas de poupança e crédito têm obrigatoriamente de ser registadas na *Superintendência de Economia Popular e Solidária* (SEPS), apresentar relatórios de contas e reger-se segundo os princípios cooperativos (cap. 4.2.1), enquanto que as caixas comunais ou de poupança não requerem personalidade jurídica nem obrigatoriedade de comunicação à SEPS da sua atividade. Esta autonomia dada às caixas de poupança e crédito serve tanto para uma liberdade na gestão dos recursos e capital próprio, como para a resolução autónoma de problemas internos. Este tipo de organizações pode, ainda assim, contar com o apoio da SEPS em caso de atividades ilegais por parte de membros ou das organizações como um todo. Tal como a Portada, as caixas de poupança e crédito restringem-se a comunidades que partilham algum tipo de ligação entre si como "um sindicato ou instituição, empregador comum, grupo familiar ou de bairro" (Registo Oficial 179, Sup. II, Art.2, tradução da autora). Podemos concluir, então, que a Portada Bethania se categoriza, dentro do universo das finanças populares e solidárias no Equador, como uma caixa de poupança e crédito. No entanto, nesta investigação iremos referir-nos à Portada Bethania como cooperativa informal familiar de poupança e crédito tanto porque o conceito de *caixa* não é tão comum no contexto no qual esta tese é apresentada, como para facilitar a comparação entre os dois casos de estudo. Em alternativa usamos os termos *informal*, para deixar claro que esta não é uma organização registada na SEPS, e *familiar* para chamar a atenção que esta é uma organização limitada à comunidade específica desta família. O uso desta nomenclatura não invalida, ainda assim, a análise apresentada nesta secção.

HISTÓRIA DA COOPERATIVA

Em 2003, face à crise económica de 1999 e ao crescimento da descrença no sistema financeiro e bancário, surge a Portada Bethania. Num encontro familiar, Pacho, um dos membros fundadores da cooperativa, pergunta aos seus irmãos e cunhados quanto devem ao banco. Somando tudo, chegam à conclusão que anualmente pagavam, em conjunto, cerca de 30 mil sucres em empréstimos e gastos bancários (Portada Bethania, 2019). Frente a esta descoberta,

é proposta a reativação de um sistema de fundos e poupança familiar que esteve presente na família desde 1964. Desde um episódio que levou a uma crise económica familiar em 1954, que era comum todos os membros da família, ao entrarem na idade adulta, contribuírem economicamente para as finanças coletivas, tendo responsabilidades específicas como o pagamento da eletricidade, da água ou o apoio aos estudos e necessidades dos irmãos mais novos. Como é descrito no documento da história da cooperativa (anexo D),

> Os valores de união e solidariedade [que] foram semeados durante esta etapa, são os primeiros passos de um sistema solidário de cooperação com fins comuns, [e] podem marcar este como o momento inicial da atual Caixa (Portada Bethania, 2019, p. 4, tradução da autora).

Entre este momento e a formalização da cooperativa, foram-se dando algumas iniciativas de economia solidária, tais como a criação de um fundo comum entre os oito irmãos, sem regulamentos, e a organização de um evento de angariação de fundos para responder a um acidente de viação de um familiar. Em 2003 dá-se, então, a estruturação da cooperativa como tal, neste momento já estendida aos cônjuges dos oito irmãos. À vontade de "sair das garras do mercado" (Juan, 6 maio 2022, tradução da autora) e de "não dar o dinheiro todo aos bancos" (Carmen, 13 março 2025, tradução da autora), juntam-se os sentimentos de corresponsabilidade, entreajuda e solidariedade que eram cultivados dentro da família.

Como podemos ver, esta organização teve um início bastante informal, com uma estrutura interna pouco complexa. Contudo, ao contrário do que sucedeu com as anteriores iniciativas de economia popular e solidária dentro da família, este projeto ganhou contornos formais e uma governança estruturada que assegurava a gestão democrática pelos seus membros. Poderíamos associar esta integração de princípios democráticos à anterior participação de grande parte dos membros fundadores da cooperativa em projetos de incidência, em comunidades marginalizadas, onde as economias populares e solidárias eram muito comuns. Através de ONG's como a *Swiss Aid*, a *Heifer*, a *CEDECO*, *Vecinos del Mondo*, a *Beko*, e outras, vários dos irmãos levavam a cabo projetos de capacitação, formação e facilitação que tinham por objetivo a melhoria das condições destas populações a nível de alimentação, produção sustentável e igualdade de género, bem como conferir ferramentas para autogestão de conflitos, tomada de decisões e participação política.

Com os anos a cooperativa vai ganhando mais membros, com a chegada de filhos e netos e respetivos cônjuges. Para além de conferir créditos, começam também a ser oferecidos

seguros de saúde e de veículos (ver cap. 4.3.2), seguindo a mesma lógica de otimizar e integrar um serviço para benefício dos membros da cooperativa.

Durante o governo de *Revolución Ciudadana*, vários membros da família apoiam fortemente o partido e o governo, sendo que alguns tinham já tido ligações a movimentos de esquerda nacionais (como o *Alfaro Vive ¡Carajo!*[15]) e latino-americanos (como a Revolução Cubana). Um dos cooperadores, pioneiro na investigação e prática da Agroecologia no Equador, vendo neste governo o potencial para a implementação dos ideais sociais e ecológicos que defendia, chegou, inclusive, a procurar contribuir para a criação de políticas públicas que incorporassem lógicas de produção agroecológicas e camponesas. No entanto, assim como aconteceu como movimentos ambientalistas como os *Yasunidos*[16], estes pedidos foram "ignorados pelo governo, que decidiu dar prioridade ao *progresso* (geração de recursos para erradicar a pobreza) prejudicando os direitos da natureza e a consolidação da economia familiar camponesa" (Carmen, 10 de fevereiro 2024, tradução da autora). Não só em questões de ecologia alguns membros da família viram os seus valores e projetos marginalizados pelas políticas socialistas de *Revolución Ciudadana*. Outro exemplo é o caso de Felipe e Alba que criaram e geriam uma escola comunitária na costa do Equador, no Cabuyal. A *Escuela Nueva Esperanza* era uma escola com uma pedagogia que poderia ser considerada próxima à *Waldorf*[17], e que, durante o governo de *Revolución Ciudadana* viu o seu pedido de reconhecimento como escola pública recusado.

Com a saída de Rafael Correa do governo, e a instabilidade política que se seguiu, a cooperativa entra num processo de restruturação. Face a um contexto político contrastante – com oito anos de instabilidade política, seguidos de um interregno de 10 anos de um único presidente e, de novo, um retorno à instabilidade política – a sociedade equatoriana parece politicamente fragmentada entre *correístas* e *anti-correístas*. O apoio a Rafael Correa e a sua rejeição tornaram-se as duas posições políticas mais marcadas, com a esquerda política a ficar associada ao *correísmo* e a direita ao *anti-correísmo*. Esta fragmentação alimentou conflitos dentro da família e antagonismos relativamente a questões de gestão da cooperativa. Posições políticas e pessoais misturaram-se, e, frente a dilemas concretos da cooperativa, colocou-se em

[15] *Alfaro Vive ¡Carajo!*, foi uma organização político-militante entre 1983 e 1991, que procurou fazer frente à repressão estatal do governo do ex-presidente equatoriano León Febres Cordero (Moncada Landeta, 2023)

[16] *Yasunidos* é um grupo ativista que luta pela conservação da natureza e pela proteção do *Parque Nacional Yasuní*, Reserva Natural. (https://www.yasunidos.org/ [Acedido a 10 dezembro 2025].

[17] A pedagogia *Waldorf* dá prioridade ao desenvolvimento de capacidades motoras e criativas das crianças promovendo as particularidades e características de cada um.

questão a razão de ser da cooperativa. Esta situação de tensão culmina com a mudança de presidência em 2019, com a qual se deu o *Processo de Reflexão* que teve como finalidade encontrar objetivos comuns e restabelecer a união do grupo através da criação de um caminho partilhado (cap. 4.3.3). O resultado foi a identificação de duas linhas de pensamento dentro da cooperativa, uma que defendia a necessidade de crescimento económico e uma que defendia que a cooperativa devia ir "para além do dinheiro" (Regulamento Fundo do Bem Comum, 1.2, versão 2019, tradução da autora). O resultado, foi a criação de novos fundos, o do Bem Comum, e uma proposta de Fundo de Reforma (cap. 4.3.3).

A pandemia da COVID-19 e a imposição de limitações aos espaços de convívio, contribuíram para a criação de diferentes 'clãs' dentro da cooperativa e para a polarização política e ideológica entre os seus membros. A crise financeira que dela adveio foi também importante para as finanças familiares, tendo contribuído para agravar a dívida de alguns membros, que usavam os créditos para investimentos de maior dimensão. Frente a esta situação, várias dívidas foram reestruturadas, e os regulamentos internos sofrem muitas alterações, as quais frequentemente acabam por não ser definidas ou implementadas democraticamente. Todo este cenário afetou a cooperativa, levando a que surgissem várias propostas para a sua reestruturação, desde a divisão em núcleos menores, a terceirização da gestão da cooperativa, a diminuição dos serviços oferecidos, ou mesmo a cisão do projeto. Durante o período de investigação estas opções foram rejeitadas em assembleia (cap. 4.3.3), e a cooperativa seguiu com a sua atividade, existindo apenas uma mudança de cargos de administração.

4.3.2. Modelo económico da solidariedade

Como vimos anteriormente, a Portada Bethania não possui estatuto legal, o que significa que, apesar da sua organização se basear nos princípios estabelecidos pela LOEPS (Estatutos da Caixa de Poupança e Crédito "Bethania", Art. 1º, 2014, anexo E), a sua gestão e atividade são independentes de organismos de controlo público. Sem necessidade de obedecer a formatos legais pré-estipulados, a atividade e organização da cooperativa obedece exclusivamente às necessidades dos seus membros, podendo mudar com o evoluir das necessidades, estilos de vida e cooperadores integrantes. Ainda que isto signifique que os regulamentos internos são muito fácil e recorrentemente mudados (como veremos no capítulo 4.3.3), o objetivo da cooperativa tem-se mantido alinhado com o definido inicialmente nos estatutos:

> Art. 2. A Caixa "Bethania" tem como objeto contribuir para criar melhores condições de vida para os seus sócios, a partir de fundos

> de prestação de serviços alternativos ao mercado. (Estatutos da Caixa de Poupança e Crédito "Bethania", 2014, tradução da autora)

Para isso criam-se vários fundos que se regem pela mesma lógica de poupança coletiva para empréstimos individuais ou coletivos, sendo que o que varia entre os vários fundos é o critério de poupança, o tipo de empréstimo e os juros associados. Durante o período de investigação de campo existiam quatro fundos: Fundo de Poupança e Crédito, Fundo de Veículos, Fundo de Saúde e Fundo do Bem Comum. Este número de fundos não é estanque, aumentando ou diminuindo ao longo do tempo de acordo com as necessidades dos seus membros. Inicialmente a cooperativa começa apenas com o Fundo de Poupança e Crédito, que se poderia dizer ser o principal. Com o tempo vão surgindo outros fundos como o de Veículos e o de Saúde que pretendem dar resposta a necessidades económicas específicas, bem como o Fundo do Bem Comum que funciona como sistema de distribuição de excedentes entre os sócios. Durante a investigação de campo estava a ainda a ser trabalhada a proposta de formação de um novo fundo, o Fundo de Reforma. Anteriormente houve ainda outros fundos como o da Educação e o de Emergência, que acabaram por ser extinguidos ou anexados a outros fundos existentes.

Os fundos são as ferramentas que a cooperativa desenvolve para "melhorar as condições de vida dos seus sócios" (Estatutos da Caixa de Poupança e Crédito "Bethania", Art. 2º, 2014, tradução da autora), e que, ainda que estando sobre a salvaguarda dos estatutos da cooperativa, possuem regulamentos próprios. Em alguns fundos os membros são automaticamente inscritos e noutros devem manifestar o seu interesse para poder fazer parte do fundo. No caso do Fundo de Poupança e Crédito e no do Bem Comum, todos os membros da família se encontram automaticamente inscritos. No caso dos fundos de Veículos e de Saúde, os sócios da cooperativa têm de inscrever-se enviando a sua informação para a comissão do fundo respetivo e pagando, mensalmente, as quotas pré-definidas por cada um.

O somatório do capital de todos os fundos é mantido numa mesma conta bancária, num banco genérico nacional, e administrado pela cooperativa como um todo, o que permite uma melhor rentabilização através de juros, com parte destes mantidos em reserva (35%), outra reservada para gastos operativos (10%) e o restante distribuído pelos sócios através do Fundo do Bem Comum (apresentado mais à frente nesta secção).

Como veremos ao longo deste capítulo, com exemplos concretos em cada um dos fundos, a base da atividade económica da cooperativa são, mais do que as normativas e regulamentos internos, os valores partilhados. No topo desses valores identificamos a solidariedade como princípio regedor da cooperativa, que serve de bússola em momentos de indecisão, conflito ou

de redefinição de regulamentos. Apesar de outros valores como a corresponsabilidade e a entreajuda figurarem pontualmente no discurso da cooperativa, é a solidariedade e o seu oposto (frequentemente definido como 'egoísmo') que mais frequentemente são evocados para defender uma decisão em detrimento de outra. Contudo, a interpretação de solidariedade não é a mesma para todos os membros da cooperativa, sendo que há duas que predominam nos discursos dos cooperadores, e que apontam para duas direções diferentes quanto ao rumo da cooperativa.

Um dos discursos em torno da solidariedade define este conceito como forma de ajudar quem mais necessita. Poderíamos associar esta perspetiva à educação católica (e inclusive seminarista nalguns casos) de membros da Portada, mas também ao facto de vários membros da primeira geração terem, no passado, estado associado a movimentos sociais de esquerda e a projetos de desenvolvimento rural promovidos por ONG's e instituições religiosas. Esta noção de solidariedade está dependente da definição do que é 'necessidade' e o que são 'pessoas necessitadas', o que acaba por colocar um juízo moral por detrás da tomada de decisões pessoais. Um exemplo disso é o caso dois irmãos que tiveram de ser operados, um deles recebeu apoio financeiro de toda a família através da cooperativa, e outro, por alegadamente ter mais capacidade económica, não recebeu ajuda da cooperativa. Casos como este são comuns e muitas vezes criticados, pelo facto dos critérios de definição de 'solidariedade' e 'egoísmo' não serem os mesmos para todos as pessoas.

Uma outra noção de solidariedade é a que defende que ser solidário é ajudar outros, independentemente de quem seja este outro e de qual seja a sua necessidade. Esta perspetiva deixa ao critério da pessoa que pede apoio a responsabilidade de definir para si o que é ou não uma necessidade. Segundo Gaspar, trata-se de cada um ter "o seu próprio individualismo, e desde esse lugar, fazer algo pelos outros" (14 de fevereiro 2024, tradução da autora). Esta visão é crítica da primeira proposta, pelo moralismo e pela limitação da diversidade de formas de vida que esta acarreta, enquanto que é, também ela, alvo de críticas por ser 'egoísta' e pouco equitativa, beneficiando membros que já têm bastantes recursos.

Nesta análise não nos interessa discutir qual das noções é a mais correta, mas sim chamar a atenção para o facto da solidariedade ser a base que move o instrumento económico que é a Portada Bethania. Esta organização de poupança e crédito, que também funciona como uma seguradora, afasta-se dos princípios de lucro, rentabilidade ou até mesmo de sustentabilidade económica que estão na base de outras instituições que conferem serviços semelhantes, promovendo, ao invés, uma economia e finanças solidárias. Esteja a noção de solidariedade acoplada a uma conceção que possa ser considerada 'mais moralista' ou 'mais individualista',

este parece ser o principal critério desta organização para tomar decisões coletivamente, levando à criação e adoção de ferramentas financeiras que têm como fim beneficiar os cooperadores, como veremos ao longo deste subcapítulo.

Fundo de Poupança e Crédito

O principal instrumento da cooperativa e o primeiro criado é o Fundo de Poupança e Crédito. Este fundo tem como objetivo conceder aos seus sócios uma alternativa de acesso a créditos que não passe por recorrer a bancos ou outras entidades credoras com fins de lucro. Somando a quantidade de dinheiro que os vários membros deviam a bancos apenas em juros, um grupo de irmãos propõe um sistema em que os juros permanecem dentro da família e que a mesma lógica da dívida que faz crescer a economia de Mercado sirva para fazer crescer a economia familiar deste grupo. A Portada Bethania surge assim com a posta em comum das poupanças individuais dos seus membros fundadores, criando a base financeira para começar a conceder créditos de forma simples baseada na confiança. Como descrito pelos próprios membros,

> No início o fluxo é simples, sem grandes normas e sem burocracias. Determinam-se os valores de capitalização e uma simples chamada telefónica é suficiente para proceder ao crédito. (Portada Bethania, 2019, p. 2, tradução da autora).

Os pedidos de crédito inicialmente apontados em guardanapos durante jantares de família (Carmen, 15 janeiro 2024), foram-se complexificando e são, 10 anos mais tarde, registados num documento *excel* e passados depois a um *software* desenhado especificamente para a cooperativa, que será explicado com mais detalhe no cap. 4.3.3. Ainda que com novas tecnologias, os pedidos de crédito continuam a ser bastante simples. Para tal, é suficiente um *email* direcionado à coordenação do fundo, onde o cooperador descrimina o valor, o prazo de pagamento pretendido e, se necessário, o uso que dará ao crédito. Este último ponto é apenas necessário em situações em que o membro pretenda ter um juro reduzido ou em que se tenham estabelecido planos de crédito especiais com juros reduzidos. Em resposta, o sócio recebe um *email* com o plano de pagamentos e, quando este é aceite, fica então registado e é feita a transferência para a conta pessoal do membro em questão.

Como mencionado anteriormente, a cooperativa mantem o capital coletivo numa conta de banco comum. Contudo, o facto de não ser uma cooperativa registada legalmente, torna impossível a abertura de uma conta a nome da cooperativa. Assim, este capital é mantido na

conta da tesoureira, que é a mesma pessoa que realiza as transferências aos sócios há 20 anos, desde o início da cooperativa (cap. 4.3.3). Para além dos problemas que isto acarreta em termos de gestão interna (cap. 4.3.3), esta situação limita também a quantidade de capital que a família pode acumular, uma vez que a conta pode ser alvo de vistoria, caso a atinja valores demasiado elevados. Mais do que um problema, os sócios parecem ver esta questão como um recordatório de que o dinheiro comum deve ser posto a circular em vez de estar 'parado' no banco. Assim, em situações de maior liquidez, são criados planos de incentivo a projetos e pequenos empreendimentos dos sócios, que não só resolvem este constrangimento, como também permitem aos sócios aceder a créditos com maiores benefícios (p.e. juros reduzidos) e assegurar uma maior rentabilidade do dinheiro comum, uma vez que os juros pagos por membros credores são maiores que os juros pagos pelo banco. Um exemplo disso é o *Concurso de Projetos Produtivos*, lançado em 2018, que aumentava o valor máximo de crédito disponível por pessoa para responder a estas questões, como descrito no documento de divulgação deste projeto:

> A Caixa tem ido progressivamente crescendo, ganhando a confiança dos seus membros e pode-se dizer que se encontra fortalecida financeiramente como resultado do seu próprio funcionamento, no entanto, os seus fundos estão depositados numa conta de poupanças no Banco (…) e geram interesses muito baixos em torno dos 3% anuais (…) Por outro lado, existem iniciativas produtivas dos sócios, especialmente jovens que superam os montantes máximos estabelecidos pelas normas internas da Caixa e que e vêm bloqueadas por falta de recurso financeiros (Proposta de Concurso Projetos Produtivos, 2018, tradução da autora).

Nesta época, o montante máximo por cooperador era, em situações normais, de 10 000 $ por pessoa, podendo representar um ou a soma de vários créditos em simultâneo. Este máximo foi recentemente subido para os 20 000 $, tomando em consideração o aumento da liquidez da cooperativa. A definição deste máximo pretende assegurar que todos os membros têm a possibilidade de requisitar créditos em simultâneo, evitando situações, frequentes em cooperativas deste género, em que um só cooperador faz uso de todo o dinheiro comum.

Os créditos podem ser pedidos por diversas razões, não existindo um controlo rigoroso do uso que cada membro faz dos créditos. Ainda assim, poderíamos identificar 4 principais usos do crédito: consumo, produção, educação e resgate bancário. Créditos para consumo são, por exemplo, para a construção de casas e compra de bens, mas também para situações de

emergências pontuais ou gastos inesperados seja com saúde ou bens materiais. Créditos de educação são pedidos normalmente por jovens ou pais de jovens que pretendem entrar em universidades privadas ou desenvolver os seus estudos no estrangeiro, e beneficiam de juros reduzidos, no sentido de apoiar os mais jovens a prosseguir com os seus estudos. Os créditos de resgate bancário têm como objetivo tresladar dívidas que sócios tenham a bancos ou outras instituições de crédito, para dentro da cooperativa. Desta forma, a cooperativa paga a divida à instituição, e os cooperadores passam a ter uma dívida equivalente, desta vez à cooperativa. Por fim, os créditos de produção são destinados a financiar empreendimentos dos seus membros, contribuindo para o autoemprego de uma parte significativa dos membros da família. Ainda que, através da análise, se identifiquem estes diferentes tipos de crédito, a nível interno, existem apenas dois tipos, o "crédito corrente" e o "crédito de educação", que variam em termos de juros e prazo de pagamento.

Alguns destes créditos são pontuais como é o caso de Pedro e Isabel que, para montar a sua oficina de cerâmica e carpintaria pedem um empréstimo à cooperativa que foram pagando de volta mensalmente. Outros são recorrentes, estando muitas vezes associados a atividades de venda e revenda de produtos. Exemplo disso é o caso de um cooperador que importa maquinaria agrícola para venda, ou caso de Belén e Gabriel que fazem revenda de peixe que compram diretamente a uma comunidade de pequenos pescadores ou o caso de Keyla:

> Nós estamos sempre a pedir empréstimos pequenos de 1500$ para comprar garrafas de *kombucha*, que rapidamente se pagam, assim que a vendemos. Assim como a Belén, que pede empréstimos de uns 3000$ para o negócio do peixe. (Keyla, 15 fevereiro 2024, tradução da autora)

Para o período de novembro de 2019 a janeiro de 2023, 29 sócios tinham créditos dentro da cooperativa (42% dos membros adultos da cooperativa), sendo que 9 destes tinham mais de um crédito em simultâneo (fig. 4.37). Estes números variam, e, de acordo com o relatório de atividade do fundo de 2023, só entre março e novembro desse ano tinham sido concedidos 19 créditos. De acordo com as entrevistas, são raros os membros que nunca contraíram um crédito com a cooperativa. O valor médio dos créditos era de cerca de 8 000$, sendo que o crédito mais alto ultrapassava os 50 000$ e o menor era inferior a 200$ (fig. 4.38). Totalizando os créditos, no fim de 2023 a cooperativa tinha em ativo mais de 330 000$. As quotas de pagamento, que são estabelecidas pelos próprios membros solicitadores do crédito, variavam de menos de 10$ a mais de 1 200$ mensais, estando a média perto dos 200$ mensais (fig. 4.39).

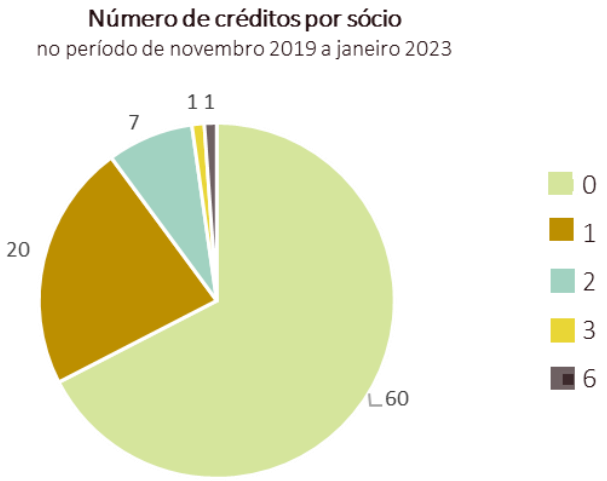


Figura 4.37 Número de créditos por sócio. no período de novembro de 2019 a janeiro 2023. Fonte: elaborado pela autora.



Figura 4.38 Valor dos créditos concedidos no período de novembro 2019 a janeiro 2023. Fonte: elaborado pela autora.

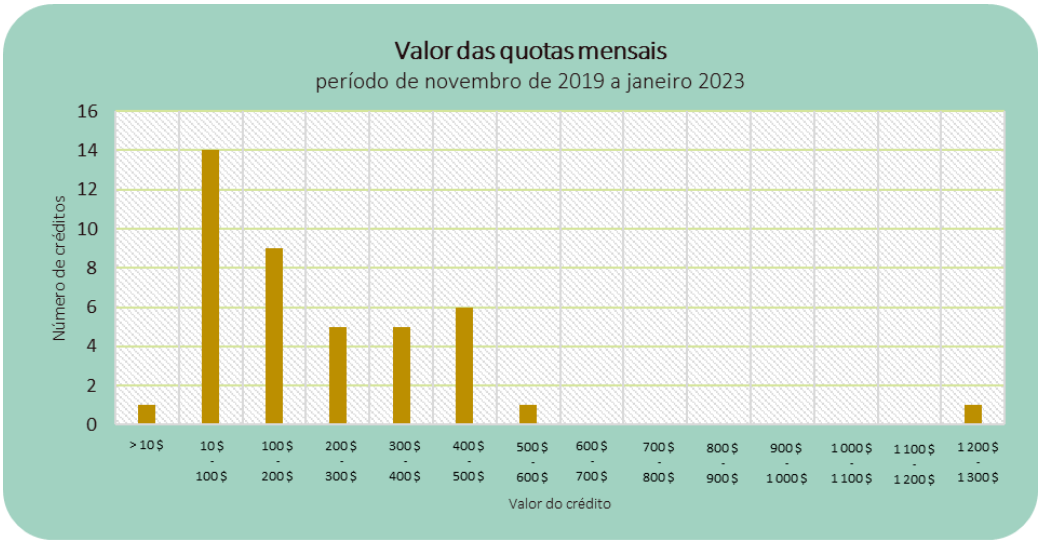


Figura 4.39 Valor das quotas mensais no pagamento dos créditos no período de novembro 2019 a janeiro 2023. Fonte: elaborado pela autora.

Em termos de juros, taxa varia entre os 8%, para créditos para educação, e 12% para créditos correntes, com exceção dos créditos para saúde que têm taxa de juro de 0% (ver secção *Fundo de Saúde*), e é o valor acumulado por estes juros que representa grande parte do capital disponível para a concessão de créditos a membros. Uma parte mais reduzida deste capital vem de poupanças dos membros. Apesar de, durante este período (novembro 2019 a janeiro 2023), o valor total das poupanças ser cerca de metade do valor concedido em créditos (cerca de 130 000$), este valor não tem tendência a crescer com o tempo, uma vez que não é comum que os cooperadores façam reforços contínuos das suas contas poupança internas. Alguns membros dizem que isto se deve ao facto dos juros das poupanças dentro da cooperativa serem mais baixos do que no banco, não compensando manter lá poupanças. Outros defendem que isto se deve à falta de privacidade quanto ao dinheiro poupado por cada um, e uma consequente discriminação negativa das pessoas com maiores poupanças no momento de contrair empréstimo:

> Eu não quero poupar dentro da Portada porque acho que todos vão saber quanto é que tenho poupado e vão-me julgar por isso. Julga-se as pessoas que têm dinheiro porque dizem 'ah, então está-lhes a correr bem', como a dizer que deviam partilhar mais. (Paola, 26 março 2024, tradução da autora).

Há ainda quem chame a atenção para as vantagens que existem, no contexto equatoriano, de manter as poupanças numa conta bancária oficial:

> ter dinheiro na conta [bancária] faz de ti uma pessoa 'melhor', tens um assessor de conta pessoal, tens mais probabilidade de acesso a vistos, etc. (Pascual, 16 dezembro 2023, tradução da autora).

No geral, o pagamento dos créditos é bastante flexível, sendo comum que membros tenham algumas quotas em atraso. A comissão do fundo é responsável por chamar a atenção para os pagamentos em falta e aplicar as devidas sanções. De acordo com o regulamento, para se aprovar a concessão de um crédito é necessário que os cooperadores passem três cheques em nome da Portada, que poderão ser levantados em caso de que os sócios tenham pagamentos em atraso. Este sistema nunca foi aplicado, sendo que os membros da comissão tentam constantemente encontrar soluções de compromisso que protejam o funcionamento e credibilidade da cooperativa, e que, simultaneamente, não prejudiquem os sócios devedores. A renegociação de dívidas pode dar-se com redução de juros, para facilitar o pagamento, ou

mesmo pela procura de sistemas de troca como seja a oferta de serviços ou bens à cooperativa, que fiquem disponíveis para todos os cooperadores. Exemplo disso é o caso de um cooperador, que tendo contraído uma grande dívida para investimento imobiliário, e enfrentando dificuldades em pagar de volta o crédito, propõe a venda de um dos imóveis ou oferta de estadias a membros, em vez do pagamento em dinheiro. Esta proposta em particular não é aceite porque levanta o problema da capacidade de gestão coletiva de propriedade, como ficou registado em ata:

> A proposta de troca por um terreno, ainda que possa soar interessante, apresenta demasiadas dificuldades (burocracias, gestão, trabalho a investir, etc.), só poderia ser viável se um membro da Portada assumisse a sua responsabilidade e execução. (de Ata de Conselho de Administração 15 março 2021, tradução da autora).

Este tipo de negociações é possível pelo facto deste sistema ser concebido como uma estrutura solidária, "diferente de um banco normal" (Luís, 20 fevereiro 2024, tradução da autora) e, portanto, empática com as dificuldades económicas dos seus sócios. Mas também depende grandemente do sentimento de compromisso, corresponsabilidade e de honra para com a família. Contudo, isto não invalida que exista um sentimento de injustiça e de descrença no funcionamento da cooperativa por vários membros que veem esta constante renegociação de dívidas como condescendente e causadora de mais problemas, tanto para os devedores como para a cooperativa. O julgamento da capacidade (ou incapacidade) dos membros em pagar a dívida toma em conta, normalmente, as economias pessoais e estilos de vida destes sócios:

> A nós, que nos matamos a trabalhar, foi-nos negado apoio, mas outros, que vemos que levam um estilo de vida rico, com os filhos em escolas especiais, podem não pagar os créditos e ainda lhes baixam os interesses. O que faz com que lhes seja mais rentável pôr o dinheiro que lhes entra [do trabalho ou de outros negócios] a render outra vez, em vez de pagar o empréstimo à Portada. (Luisa, 15 fevereiro 2024) (tradução da autora).

Ainda que isto possa criar sentimentos de injustiça e abrir precedentes que podem por em causa a cooperativa, os atuais créditos com dívidas em atraso não parecem pôr em causa os serviços da cooperativa, sendo raros os casos em que créditos são negados a outros sócios por a cooperativa não ter liquidez suficiente. Adicionalmente, um dos principais devedores chama

a atenção para o facto de este serviço de finanças solidárias permitir que uma crise económica não afete a qualidade de vida que procura ter e dar à sua família e membros dependentes:

> A dívida que eu tenho é de um investimento imobiliário que fizemos na Costa [do Equador], mas agora por causa do COVID e da violência na zona da Costa, ninguém compra casas. (…) A verdade é que isto [a flexibilidade em pagamento à Portada] permitiu que uma crise financeira minha, não se convertesse numa crise familiar, e os meus filhos não vejam a sua vida afetada por isto. (David, 21 fevereiro 2024, tradução da autora).

Este crédito é um dos que em 2024 são catalogados de 'créditos problemáticos' devido à grande quantidade de pagamentos em atraso. Dentro deste grupo, poderíamos identificar dois tipos de crédito que parecem ter mais problemas em cumprir com os pagamentos: créditos produtivos de valores elevados e créditos a terceiros. Os créditos produtivos com valores elevados são créditos que beneficiaram de regimes excecionais para superar o valor dos 10 000$ por pessoa atingindo montantes que vão até mais de cinco vezes este valor. Estes créditos foram usados para investimentos, como revenda de maquinaria ou imobiliário, que se revelaram vulneráveis em situações de recessão económica como a crise pós-COVID-19 e a crise económica nacional decorrente do aumento da violência e expansão de redes de narcotráfico (cap. 4.3.1), acabando por não gerar o retorno esperado. Ao serem investimentos de grande escala, alguns destes projetos exigem, inclusive, a contração de créditos também com bancos externos, cujo plano de pagamentos é inflexível, ao contrário do que acontece com a cooperativa, levando à priorização do pagamento destas dívidas externas sobre o pagamento das dívidas à Portada. O segundo tipo de créditos problemáticos diz respeito à concessão de créditos a terceiros, isto é, membros externos à cooperativa. Alguns membros contraem créditos em nome de pessoas externas à cooperativa, com a quais possuem outro tipo de vínculos que não o familiar (vizinhança, amizade ou empregador-empregado). São frequentemente créditos para apoio a situações de emergência, normalmente de pessoas com menor capacidade financeira do que grande parte dos membros da cooperativa. Exemplo disso é o caso de Felipe que pediu um empréstimo em nome de pescadores da sua comunidade para que estes pudessem fazer um investimento no seu negócio de pesca de pequena escala. O facto destes vínculos sociais serem mais voláteis resulta que, em situações em que estes se quebram (zangas, fim de relação de trabalho, etc.), os devedores externos não terminam de pagar a sua dívida, o que

acaba por incidir sobre o membro da cooperativa que concedeu este crédito. Outro exemplo é o caso de Roberto:

> A dívida que eu tenho à Portada é porque eu fiz um empréstimo para uma pessoa que trabalhava aqui em casa. Já tinha feito várias vezes a várias pessoas e pagavam sempre (eram os que mais pagavam!). Mas este não pagou e agora tenho uma dívida que não consigo pagar. (Roberto, 12 março 2024, tradução da autora)

Todos estes exemplos demonstram que o modelo de concessão de créditos não tem por fim a maximização – nem mesmo o aumento – do lucro da cooperativa para retorno de dividendos aos seus sócios, mas sim o apoio aos seus cooperadores nas suas atividades e projetos pessoais, familiares ou profissionais. Isto é notório, por exemplo, no valor máximo de crédito, nos prazos e modelo de pagamento ou, inclusive, na flexibilização dos tempos e formas de pagamento, que pretendem não só beneficiar a cooperativa como um todo, assegurando o seu funcionamento, mas também os sócios, procurando que estes consigam pagar as duas dívidas e limitando o risco financeiro dos cooperadores.

Ao fazer crescer a economia familiar e fomentar um modelo de microcréditos (em vez de grandes créditos) este sistema cria uma estrutura com maior autonomia de instituições financeiras e bancárias nacionais e internacionais. Esta autonomia possibilita a criação de um sistema económico democrático solidário, independente de interesses financeiros externos. Contudo, este sistema parece ter limitações de escala, como observamos nos dois casos em que o sistema, ao tentar crescer – seja no valor permitido para empréstimos, seja no número de sócios –, cria situações economicamente insustentáveis. Contudo, mantendo o modelo atual, a expansão é inevitável, tanto pelo aumento do número de membros da família com o passar do tempo, como pelo aumento do capital disponível devido aos juros dos créditos concedidos. Assim coloca-se a questão de como será possível adaptar esta estrutura ou as ferramentas que ela promove para dar resposta a este futuro iminente.

Como resumo desta secção vemos que, para além da oferta de créditos, este fundo promove poupanças dos seus membros e cria um sistema de gestão de contas que procura otimizar e democratizar o sistema de créditos e poupança criado (tabela 4.9). O resultado do uso destas ferramentas é a criação de uma autonomia coletiva de bancos e instituições financeiras, através do desenho de instrumentos de poupança e crédito adaptado às realidades dos sócios que fazem parte desta organização. Vimos ainda que estas ferramentas estão fundamentadas na solidariedade e corresponsabilidade, sem que este sistema rejeite totalmente as lógicas do

mercado financeiro capitalista, empregando algumas destas estratégias – como os juros – para aumentar a sua autonomia enquanto coletivo. Ainda que esta independência confira mais estabilidade face a situações de crise externa (nacional ou internacional), o uso de créditos para investimentos com alto risco financeiro, integrados em mercados com tendências especulativas, por parte dos sócios, pode colocar em causa a estabilidade financeira deste sistema.

Tabela 4.9 Resumo atividade do Fundo de Poupança e Crédito. Fonte: elaborado pela autora.

Fundo	Ferramentas	Ação concreta	Finalidade
Poupança e Crédito	Créditos	processo simplificado de requisição de créditos	facilitação de acesso a capital financeiro
		planos de pagamento flexíveis	adaptação da economia financeira às necessidades das pessoas
		autogestão de juros aplicados	manutenção da riqueza a nível local
			criação estruturas autónomas de crises económicas externas
		programas de investimento	manutenção da riqueza a nível local
			evitar desvalorização do capital
			evitar acumulação de capital
		financiamento de projetos pessoais e profissionais de membros	democratização do acesso a capital financeiro
			aumento da autonomia financeira individual
			fomento de estudos
	Fundo de poupança	autogestão dos juros aplicados	manutenção da riqueza a nível local
		autonomia de decisão na aplicação financeira do capital	aumento da autonomia financeira coletiva
	Sistema informático	desburocratização do processo de pedido de créditos	facilitação de acesso a capital financeiro
		transparência nas contas internas	participação informada

FUNDO DE VEÍCULOS

O segundo fundo a ser criado parte de um principio semelhante ao Fundo de Poupança e Crédito. Alguns membros reúnem-se e, refletindo sobre o dinheiro dado a asseguradoras, decidem criar o seu próprio seguro de veículos[18]. Este é um seguro facultativo, em que, qualquer

[18] É importante referir que no contexto equatoriano os veículos não são obrigados a estar cobertos por seguros automóveis.

membro da cooperativa que tenha a seu nome um veículo, pode escolher pertencer a este fundo. Como num seguro de veículos genérico, os assegurados devem pagar uma quota mensal, garantindo a cobertura contra acidentes viais e danos mecânicos, e que é estabelecida através de uma avaliação anual do valor de cada veículo (estando fixado, em 2024, em 4% do valor da avaliação). Esta não foi a única regra que foi replicada de um serviço de seguros comum, sendo grande parte do regulamento deste fundo desenhado de acordo com outros modelos de seguros existentes. A principal diferença deste fundo para um seguro corrente prende-se com facto do capital que não é usado para cobrir danos e acidentes, pertencer aos próprios assegurados.

Ainda que as quotas sejam frequentemente mais altas que as do mercado, a desburocratização da ativação do seguro é apontada como sendo um importante ponto a favor deste seguro, que faz os assegurados optar por este serviço da cooperativa:

> Ainda que a quota seja alta, eu gosto [do Fundo de Veículos] porque quando tive um acidente só tive de enviar umas fotos e transferiram-me o dinheiro no momento. (Claudia, 15 fevereiro 2024). (tradução da autora).

Este é, resumidamente, o processo de ativação do seguro. Em caso de acidente, o assegurado envia fotografias para a comissão do fundo, relatando o acidente e fazendo um pedido do valor associado à reparação dos estragos. A aprovação é rápida, e o dinheiro é transferido para a conta do sócio, sem mais pedidos de justificação ou qualquer tipo de comprovativo. Este seguro cobre a perda de veículos, acidentes com terceiros, danos por causas naturais ou civis, bem como gastos associados a acidentes como contração de gruas. Em casos de acidentes mais graves o apoio é semelhante a alguns outros seguros privados, e igual ao seguro público, estando nos 5 000$ em caso de morte e de 2 000$ para apoio médico.

O modelo de funcionamento deste fundo tem sofrido alterações ao longo do tempo, adaptando-se às mudanças da conjetura política, económica e social do país. Um exemplo claro disto, é o período de pandemia da COVID-19 durante o qual a circulação de veículos era limitada[19], e nem todos os membros da família conseguiam sair de casa, significando um risco de acidentes quase nulo. Como resposta a isto, e também tomando em conta a crise económica despoletada pela pandemia, o Fundo de Veículos suspendeu a necessidade de pagamento de quotas durante um período e fez reduções do valor de quotas "com base num cálculo obtido em

[19] A circulação esteve limitada a veículos com justificação de necessidade de mobilidade por causa maior (*salvoconduto*), e ao número da matrícula, como forma de limitar o número de automóveis em circulação.

entrevistas com cada assegurado, conhecendo a sua situação individual e restrições de mobilidade" (Ata da Assembleia Geral do Fundo de Veículos, 3 fevereiro 2023, tradução da autora). Adicionalmente, foi ainda proposto que se disponibilizassem para uso comum os carros que tinham autorização de circulação, para garantir transporte a todos os membros da família em caso de urgência ou necessidade.

Dez anos depois da criação do fundo, em 2023, o fundo contava com 16 veículos assegurados, com um total em reserva de mais de 100 000$. Durante estes 10 anos foram gastos cerca de 45 000$ em acidentes e danos dos sócios, o que corresponde a menos de 30% do capital acumulado durante este mesmo período. Este revelou-se, assim, um dos projetos mais rentáveis da cooperativa, sendo o fundo que mais dinheiro tinha em reserva. O aumento do capital comum e a perspetiva de, no futuro, este capital continuar a crescer, começou a levantar a questão entre os cooperadores sobre o que fazer com este excedente. Em 2018, frente a esta situação, a comissão encarregue do fundo decide expandir os serviços oferecidos, para passar a abarcar também a reposição de peças e danos mecânicos. Esta decisão não é tomada com o conhecimento de todos os assegurados, mas sim unicamente pelos membros da comissão responsável nesse período, acabando por levantar sentimentos de desconfiança e injustiça entre os sócios, como descreve Miguel:

> Nós tivemos um acidente logo no início, e decidimos não usar o dinheiro [disponível] porque o fundo tinha acabado de começar e não o queríamos descapitalizar. Agora mudam as regras do jogo e nós não estamos de acordo, porque há pessoas que usam o dinheiro em coisas menores. (…) Se é assim, tiramos o nosso dinheiro e arranjamos o trator da quinta que está estragado. (Miguel 15 fevereiro 2024, tradução da autora).

Ainda que a cooperativa tenha como base a solidariedade e a melhoria das condições de vida dos seus membros, como vimos anteriormente, isto não impede a divergência de opiniões entre sócios sobre *como* atingir estes objetivos comuns. No caso do Fundo de Veículos existe uma fação de cooperadores que defende que ao aumento do capital deve corresponder um aumento dos serviços oferecidos aos sócios, e uma outra fação que defende que mais do que aumentar o número de serviços, é necessário reservar o capital excedente, visando a resposta a acidentes de maior escala no futuro. Mais uma vez, assim como no fundo anterior, vemos como o problema de escala cria obstáculos ao bom funcionamento desta estrutura.

Este impasse dá origem a um processo de negociação que culmina com a proposta de um formato híbrido, no qual, após coberto um valor mínimo, que ajuda a assegurar que o fundo tem capacidade de responder a acidentes mais graves, o restante valor das quotas pagas é mantido num fundo de poupança individual que pode ser usado para outro tipo de serviços que o fundo não cobre de forma automática. Ainda assim este modelo não consegue o consenso de todas as partes, e em 2024 mantinha-se o formato inicial, bem como sensações de desconforto entre alguns membros.

Mais do que discutir os processos de tomada de decisão (que serão descritos mais à frente no capítulo 4.3.3.), nesta secção procuramos chamar a atenção para a diversidade de possibilidades que podem surgir com a democratização de sistemas económicos. Visando sempre o bem-estar dos sócios, as várias comissões exploram diferentes estratégias e modelos económicos, testando teorias e adaptando-as à complexidade que estas enfrentam na realidade. A análise deste fundo mostra, também, que a procura de soluções que não beneficiem, simultaneamente, os membros individualmente e o grupo como um coletivo, dificilmente são implementadas, mas também que, o facto de existir uma minoria descontente, é suficiente para que se iniciem processos de revisão de regras coletivas.

Assim como no Fundo de Poupança e Crédito, neste caso, vemos como a escala surge como um limite ao ideal funcionamento do fundo. Apesar dos membros parecem bastante satisfeitos com os serviços oferecidos pelo Fundo de Veículos, o facto do capital excedente comum ter um aumento constante, superando sempre o fluxo normal de pedidos de ativação do seguro, gera conflitos internos. Ou seja, neste caso, o problema surge com o excesso de oferta (capital disponível) e não com o aumento da escala da procura (aumento de valores solicitados ou extensão do serviço a mais pessoas), sendo, ainda assim, um problema associado ao aumento de escala do fundo. Como se observa com na tabela 4.10, as ferramentas criadas são também semelhantes às do fundo de poupança e crédito, sendo que neste caso o sistema funciona ao contrário: primeiro é paga a quota e só depois, eventualmente, em caso de acidente, é solicitado o capital. Este sistema é um instrumento ‘roubado’ ao modelo capitalista, sobrevivendo do ‘risco’, mas adaptado a fins solidários, que convertem o modelo de asseguradora numa estrutura cujo fim é conceder o máximo apoio a situações de emergência (e não o lucro), e numa ferramenta de fomento da economia coletiva, ao manter a riqueza gerada dentro da própria coletividade.

Tabela 4.10 Resumo atividade do Fundo de Veículos. Fonte: elaborado pela autora.

Fundo	Ferramentas	Ação concreta	Finalidade
Veículos	Seguro de veículos	desburocratização do processo de ativação de seguro	facilitação de acesso a estruturas de apoio em emergências
		revisão de regulamentos adaptando-os às condições externas	adaptação da economia financeira às necessidades das pessoas
		flexibilização de planos de pagamento	adaptação da economia financeira às necessidades das pessoas
		autogestão dos juros aplicados	manutenção da riqueza a nível local
		partilha de recursos para resposta a problemas individuais	redução de custos individuais
	Fundo de poupança	autonomia de decisão na aplicação financeira do capital	aumento da autonomia financeira individual
		revisão de regulamentos adaptando-os às condições externas	adaptação da economia financeira às necessidades das pessoas
		flexibilização de planos de pagamento	adaptação da economia financeira às necessidades das pessoas
		autogestão dos juros aplicados	manutenção da riqueza a nível local

FUNDO DE SAÚDE

O Fundo de Saúde é criado com base na mesma lógica do Fundo de Veículos, partindo da necessidade de responder a gastos de saúde dos seus membros. A proposta é a da criação de um serviço complementar ao seguro de saúde público do *Instituto Equatoriano de Segurança Social* (IESS), pelo que o Fundo de Saúde incentiva os seus sócios a estar também registados no IESS. O IESS é o instituto que regula e gere a atividade relativa ao sistema de segurança social no Equador. A contribuição para o IESS é obrigatória em casos de trabalho por conta de outrem, mas é facultativo em casos de autoemprego (que é o caso de grande parte dos membros da cooperativa). Ao contribuir, os assegurados têm acesso a atendimento médico, medicamentos e tratamentos gratuitos dentro dos serviços oferecidos pelo IESS bem como acesso ao sistema de pensões e seguro de riscos no trabalho. Este formato de complementaridade pretende assim garantir que, mesmo em momentos de baixa liquidez da cooperativa, o serviço público garanta este apoio. Como expresso no regulamento do fundo:

> Tendo em conta que no presente o SSS (*Sistema de Seguro de Saúde*) [Fundo de Saúde] não está em condições de cobrir gastos de saúde mais elevados (emergências graves, hospitalização, operação, tratamentos prolongados, etc.) (…), que poderão, sobretudo numa primeira etapa, afetar a sustentabilidade do serviço, recomenda-se a afiliação dos seus sócios ao IESS. (Regulamento do Fundo de Saúde, versão de 2013, p.1, tradução da autora).

Este seguro pode ainda ser complementado com um seguro privado, ainda que isto seja desincentivado, uma vez que o objetivo principal deste fundo é criar uma alternativa competitiva a os seguros privados. A principal diferença, assim como no Fundo de Veículos, é o facto dos lucros serem dos próprios sócios. Havendo ainda outras vantagens, tais como o reconhecimento de medicinas normalmente não cobertas por seguros normais, como odontologia, psiquiatria ou mesmo medicinas alternativas como receitas de vitaminas, minerais e tranquilizantes, métodos de parto alternativos (em casa, em água, etc.) e consultas de medicinas alternativas (holística, chinesa e homeopática). Adicionalmente, este fundo atua noutras frentes de apoio aos seus sócios, como foi, por exemplo, durante a COVID-19, em que foi criado um plano de atuação, que passava pela investigação de métodos alternativos para "enfrentar a doença (sobretudo procurando [soluções] que sejam mais humanas e eficazes que o sistema tradicional)", para que os membros que estivessem interessados dentro da família pudessem fazer uso destes (Plano de contingência COVID, 2021, p.1, tradução da autora).

No entanto, assim como no Fundo de Veículos, começaram a surgir tensões entre membros pelo modo como se fazia uso do fundo. Situações em que sócios ativavam o seguro em qualquer tipo de ocorrência, contrastavam com casos de sócios que só recorriam a este apoio para situações de emergência ou incapacidade de resposta individual, criando sentimentos de injustiça. Outra situação de conflito estava relacionada com o tipo de tratamento escolhido, uma vez que existia a crítica, entre membros, que algumas opções de tratamentos não correspondiam a respostas a problemas de saúde, mas sim a estilos de vida e hábitos alimentares. A flexibilidade das regras abre, inclusive, espaço a que se dê uma situação de um sócio que ativa simultaneamente um seguro privado que tinha contratado, e o seguro da Portada, acabando a receber um reembolso total superior ao valor gasto inicialmente.

O desconforto e desconfiança que geram este tipo de situações leva a que se transite deste sistema tipo asseguradora para uma modalidade de fundo de poupança, em que cada sócio pode fazer a autogestão do seu capital e das suas despesas. Neste novo formato o valor das

contribuições mensais é livre, competindo a cada membro decidir qual o valor das suas quotas, tendo como base o valor de 25$ mensais. Este valor é colocado numa conta de poupança pessoal, que o sócio pode fazer uso em caso de emergência de saúde ou necessidade de apoio médico. Estas poupanças podem, no entanto, ser usadas tanto para responder a emergências de saúde próprias como de outros sócios. Este detalhe tem como fim promover a solidariedade, num sistema de poupanças que assegura, em si mesmo, apenas a autonomia individual. Como explica o relatório de 2023 do fundo:

> O Fundo promove a solidariedade, sendo um canal para socializar emergências ou necessidades de saúde dos seus sócios, apelando ao apoio do resto dos sócios. Ao ser um fundo de poupança permite que os seus sócios tenham o fundo disponível para si mesmos ou para apoiar a outros (Relatório de atividade do Fundo de Saúde, 2023, p.1, tradução da autora).

Para além das suas próprias poupanças, os sócios têm direito a contrair um crédito até duas vezes superior ao montante disponível na sua conta poupança. Com isto procura-se sair de uma "cópia dos seguros 'egoístas' das empresas de seguros" e "entrar no verdadeiro 'espaço de solidariedade' e de 'autorregulação'" (Miguel, 2018, tradução da autora). O resultado desta modalidade parece, no entanto, ser a perda de capacidade coletiva para fazer frente a necessidades individuais dos seus membros.

> O Fundo de Saúde não funciona bem, porque, por exemplo, a minha mãe contribui com 50$ por mês. Mas isso são tipo uns 2 000$ [que ela tem poupado], que não valem nada no caso de ela ter uma urgência no hospital – porque a Portada só te dá duas vezes o valor que tens poupado na caixa e isso não é suficiente (Julia, 10 janeiro 2024, tradução da autora).

Esta sensação leva muitos sócios a abandonar o fundo, afiliando-se a seguros de saúde privados, e outros a defender que se deveria fazer uma colaboração com fundos privados que posam responder a problemas de saúde com custos mais elevados. Segundo estes sócios, o facto de ser autorregulado e cada um decidir que valor coloca no seu fundo de poupança faz com que poucos sócios façam contribuições com a regularidade e no valor suficiente para permitir a liquidez necessária ao bom funcionamento do fundo. É ainda relatado que, em muitos casos, os sócios só pagam quotas quando necessitam de apoio médico, para conseguir um valor

relativamente alto de poupanças, que lhes permita aceder a um crédito do dobro do valor, a taxa zero.

Se compararmos os dados relativos ao modelo de Fundo de Saúde inicial e o modelo novo vemos que esta transição implicou uma grande diminuição do número e sócios (de 40 para 25), e que a diferença entre o saldo recolhido e as despesas com reembolso passaram de representar um saldo positivo (como era em 2016) para um saldo negativo (em 2019). Ainda que o valor dos reembolsos feitos em 2019 (cerca de 570$ por mês) seja apenas um pouco inferior ao valor dos reembolsos feitos em 2016 (cerca de 875$ por mês), as contribuições das quotas dos sócios não parecem ser suficientes para assegurar a continuidade da liquidez do fundo no futuro. Esta situação cria um momento de impasse e a comissão coordenadora do fundo em 2024, assumia como principal responsabilidade procurar forma de incentivar mais membros da Portada a aderir ao fundo.

Mais uma vez, como nos fundos anteriores, e como se pode observar com na tabela 4.11, poderíamos dizer que uma das conclusões que se retira desta análise prende-se com a facilidade de experimentação de diversos sistemas de provisão de bem-estar social para os membros da cooperativa. Neste caso, a alteração profunda de um sistema partilhado, é um exemplo da flexibilidade e adaptabilidade destes sistemas autogeridos bem como o seu foco na melhoria da qualidade de vida dos seus membros. Este fundo levanta ainda uma outra dúvida, relativamente aos limites da autonomia para manter sistemas partilhados e cooperativos, bem como os limites da individualização dos sistemas económicos. Neste caso, o facto de se personalizar os planos de pagamentos e estes serem autorregulados por cada membro, faz com que o sentido de cooperação e de coletivo passe a ser individualizado. Isto é, cada membro pode decidir se quer ou não ‘ser solidário’, e se quer ou não pedir ajuda a outros membros da família, o que acaba por resultar na debilitação das relações de solidariedade e na individualização da autonomia. Podemos ainda concluir que apesar de existir um compromisso dos membros da família com o projeto da Portada, estes usam os serviços caso estes lhes sejam úteis e não, necessariamente, apenas por pressão de grupo.

Tabela 4.11 Resumo atividade do Fundo de Saúde. Fonte: elaborado pela autora.

Fundo	Ferramentas	Ação concreta	Finalidade
Saúde	Seguro de saúde	desburocratização do processo de ativação de seguro	facilitação de acesso a estruturas de apoio em emergências
		revisão de regulamentos adaptando-os às condições externas	adaptação da economia financeira às necessidades das pessoas
		flexibilização de planos de pagamento	adaptação da economia financeira às necessidades das pessoas
		autogestão de juros aplicados	manutenção da riqueza a nível local
		partilha de recursos para resposta a problemas individuais	redução de custos individuais
	Fundo de poupança	autonomia de decisão na aplicação financeira do capital	aumento da autonomia financeira individual
		revisão de regulamentos adaptando-os às condições externas	adaptação da economia financeira às necessidades das pessoas
		flexibilização de planos de pagamento	adaptação da economia financeira às necessidades das pessoas
		autogestão dos juros aplicados	manutenção da riqueza a nível local
	Créditos sem juros	processo simplificado de requisição de créditos	facilitação de acesso a capital financeiro
		planos de pagamento flexíveis	adaptação da economia financeira às necessidades das pessoas
		apoio facilitado a emergências de saúde	adaptação da economia financeira às necessidades das pessoas

FUNDO DO BEM COMUM

O Fundo do Bem Comum surge após um período de 'reforma' interna em que se procurou redefinir a missão da cooperativa, o chamado *Processo de Reflexão* que iremos descrever no próximo capítulo (4.3.3). A conclusão de que parte dos membros da cooperativa tinha interesse em desenvolver serviços que iam "para além do dinheiro" (Regulamento do Fundo do Bem Comum, 1.2 versão 2019, tradução da autora) foi, a par do anterior Fundo de Emergência, a base para a criação deste novo fundo. O Fundo de Emergência, ativo entre 2018-19 foi um fundo dedicado unicamente a causas solidárias, nomeadamente a emergências e calamidades domésticas dos sócios. Para isto servia-se de parte dos fundos comuns provenientes de juros, para dar resposta a solicitudes de sócios da Portada ou, inclusive, para agir por iniciativa própria

para dar resposta a emergências dos seus sócios. Este fundo criava dúvidas sobre como qualificar uma situação de 'emergência' uma vez que era difícil estabelecer graus de gravidade dependentes dos diferentes contextos e das capacidades económicas de cada membro. A ambiguidade deste fundo abriu assim portas à criação do Fundo do Bem Comum que se propunha a desenvolver atividades que se focassem na união da família e na melhoria do seu bem-estar direto, respondendo a vontades de vários cooperadores em explorar economias (ainda mais) solidárias:

> Olha-se para a caixa como um banco, e deixamos de lado a parte mais humana e de solidariedade. (Claudia, 2019)
>
> Não gosto do foco puramente monetário [da Portada] (Carmen, Roberto e Eugenia, 2019)
>
> Não gosto que o seu [da Portada] eixo de ação exclusivo é através do dinheiro e do seu crescimento, porque eu quero independência do dinheiro. (Felipe e Alba, 2019)
>
> Gostava que houvesse forma de experimentar formas de fazer coisas fixes, mas sem dinheiro pelo meio. Isto para que pessoas que querem ter muito dinheiro se sintam tão apoiadas como as que querem usar pouco dinheiro (Javier, 2019)
>
> (depoimentos retirados do *Processo de Reflexão* de 2019, traduzidos pela autora).

Assim, o fundo surge como espaço de procura de outras economias e de beneficio imediato dos seus sócios. Para isto, o Bem Comum dispõe de uma percentagem substancial do rendimento que produz a cooperativa, que inicialmente correspondia a 55%, sendo ajustado com revisões do regulamento ao longo do tempo. Este valor pode ser alocado a diferentes projetos propostos pelos membros, tendo começado com dois projetos: o *Armário da Lolita* e os *Projetos Alternativos*. O Armário da Lolita é, no entanto, o único projeto que avança e tem maior duração, mantendo-se os *Projetos Alternativos* em fase de planeamento até 2024.

O Armário da Lolita é um projeto que pretende dar financiamento a projetos e iniciativas de sócios que tenham por fim o benefício direto da família. Para definir se um projeto contribui para 'o bem comum da família' é necessário que pelo menos 10 sócios estejam dispostos a contribuir para o projeto. O valor disponível é repartido de igual forma entre os sócios, e cada um pode definir onde aplicar este dinheiro, tendo como requisito mínimo para fazer uso deste capital, propor ou participar num projeto com, pelo menos, outros nove sócios. Do Armário da

Lolita surgiram várias iniciativas, desde encontros familiares, incentivos a pequenas produções de membros, reflorestação de terrenos e até mesmo a criação de património cultural da família. O sentido subjacente a grande parte destas atividades é a criação de momentos de partilha, de convivência e de criação de imaginários e valores comuns. Um exemplo claro disto é a publicação de um livro onde é relatada a história da família e são compiladas canções e poemas que foram sendo oferecidos entre familiares em aniversários ou momentos comemorativos. Poderíamos também ver atividades como a reflorestação ou atividades de convívio como forma de passagem de valores ecologistas e de partilha entre as diferentes gerações da família (fig. 4.40).



Figura 4.40 Atividade de reflorestação financiada pelo Fundo do Bem Comum. Fonte: fotografia cedida pela Portada Bethania, 2021.

Para além destas atividades, o fundo serviu ainda para responder a situações de emergência ou necessidade de alguns membros. Um exemplo disto foi o apoio dado por cerca de metade dos sócios da cooperativa a um dos membros da cooperativa que se encontrava hospitalizado, cedendo entre 25 e 100% do seu capital disponível no Fundo do Bem Comum.

A ideia dos *Projetos Alternativos* vai recebendo outros nomes ao longo do tempo, como *Nova Economia Familiar* ou *Economia Alternativa*, e foi um projeto que procurava explorar formas de economia desmonetizadas. Para isto, foi criado um documento explicativo de como este sistema de economia alternativa poderia funcionar:

> Neste momento evidenciamos que essas fontes que nos permitem viver começam a escassear e acabarão por secar-se. Os dólares não os imprimimos como país, entram pelo petróleo que cada dia vale menos, pelas exportações de banana, café, cacau, atum, flores e mais, que atualmente estão paralisadas e muitas delas pareceram definitivamente por cauda da crise económica provocada, entre outras razões, pelo vírus (Plano de Nova Economia Familiar, 2020, p.1, tradução da autora).

Visto como forma de fazer frente à crise económica provocada pela COVID-19, mas, principalmente, à ameaça de crises vindouras, este projeto propõe "aprender a sobreviver juntando-nos e fazendo-nos fortes, sobre a base do que fazemos e sabemos" (Plano de Nova Economia Familiar, 2020, p.1, tradução da autora). Partindo da vantagem que representa a diversidade de atividades profissionais e saberes entre os membros da cooperativa, propõe-se um sistema baseado na troca ou na criação de 'dinheiro alternativo' como uma "moeda complementar ou local, um banco de tempo, vale de trabalho, troca direta ou sistema local de troca" (*ibidem*, p.1). Neste sentido foi criada uma base de dados com os serviços e bens que cada socio necessita e quais pode oferecer. O projeto propõe fazer a avaliação do valor dos serviços com base no nível de experiência que tem cada um na sua atividade:

> Se eu me considero um 9 em guiar na montanha, ganharia exatamente o mesmo por hora que qualquer outra pessoa onde a sua categoria de experiencia seja também 9 (*ibidem*, p.1).

Reconhecendo que os serviços possíveis de oferecer, dentro da comunidade da família, não suprimem todas as necessidades dos seus membros, propõe-se que o sistema baseado na moeda nacional complemente este sistema alternativo, mas também que se procure estabelecer parcerias com outros projetos semelhantes de economias desmonetizadas. Até 2024 este projeto não tinha avançado, sendo que o mais próximo disso foi a criação de cabazes com bens produzidos por várias pessoas da família que foram, no fim, distribuídos entre os sócios participantes no projeto. Esta ação, integrada no Fundo do Bem Comum e no projeto Armário

da Lolita, foi realizada durante a COVID-19 e pretendia aproximar os membros através da partilha de recursos. Durante este período foram também criados sistemas de abastecimento de produtos alimentares dentro da família, em que os membros com produção agrícola se propunham a assegurar os alimentos necessários em caso de grande escassez de produtos nos supermercados ou frente à ameaça de fecho perlongado dos mercados.

Apesar de visarem o 'bem comum da família' estas iniciativas não recebem o apoio de todos os cooperadores, com apenas uma parte dos sócios a demonstrar interesse em explorar esta ferramenta. Do outro lado, há uma crítica ao uso destes recursos coletivos para fins recreativos ou que não respondem a necessidades práticas, defendendo que estes são gastos irresponsáveis do capital comum:

> Eu sou muito contra o Armário da Lolita. Parece-me uma parvoíce que se gaste tanto dinheiro em coisas que não servem para nada. Além disso, se o projeto é 'ir para além do dinheiro' porque é que a primeira coisa que fazem é pedir dinheiro? (Juan, 23 janeiro 2024, tradução da autora).

Esta crítica propõe, por um lado que o capital seja gasto em ajudar quem mais necessita ou quem está em situação de vulnerabilidade, e que, por outro, as iniciativas promovidas pelo Bem Comum sejam realizadas com base no dinheiro que cada um ponha individualmente do seu capital pessoal. Aqui importa fazer uma ressalva sobre parte desta crítica que associa a rejeição do uso do dinheiro à procura de 'ir para além' deste. De acordo com o regulamento do fundo aquando a sua fundação, mais do que uma rejeição ao dinheiro, está descrita uma rejeição a economias que tenham por fim a rentabilização do capital e o crescimento económico como fim. Ainda assim, o problema levantado por este grupo demonstra como, apesar do sistema do Fundo do Bem Comum ser desenhado para que todos os membros possam ver as suas ideias, iniciativas e projetos apoiados, isto é apenas possível a pequena escala. Propostas de sócios que envolvem investimentos maiores apenas funcionariam com uso do capital de todos os membros, ou, inclusive, pela acumulação de excedentes durante vários anos. Falamos de projetos como a aquisição de terrenos comuns, seja para a sua posterior rentabilização através de venda/aluguer, seja para usufruto dos sócios, como terrenos para produção/habitação própria ou coletiva, como no caso da ideia da construção de um centro de apoio para os membros idosos da família. Para investimentos desta envergadura seria necessário que grande parte dos membros da cooperativa estivessem de acordo com a forma de aplicação do capital comum o que até ao momento do trabalho de campo não tinha sido possível.

Como podemos observar no resumo da tabela 4.12, este fundo é relativamente diferente dos fundos anteriores uma vez que apresenta uma crítica aos modelos importados do capitalismo e aplicados nos fundos que vimos até agora. O Bem Comum é assim um espaço de experimentação onde os cooperadores podem explorar as potencialidades da construção de economias democráticas e autónomas. O processo de financiamento de projetos pretende, ao funcionar com base num sistema de votação, promover projetos que beneficiem, se não todos, a maioria dos sócios. Contudo, como outros sistemas de votação baseados na maioria, o resultado é a exclusão de sócios, pondo em questão o princípio base deste fundo que é a união familiar. Adicionalmente, poderíamos refletir sobre o facto de grande parte dos projetos do Bem Comum não responderem a necessidades reais dos seus membros, mas sim a ideias, vontades de exploração e implementação de projetos pessoais ou coletivos. Este facto pode estar na origem do não desenvolvimento do projeto de Economia Alternativa, uma vez que o momento de 'crise' e 'necessidade' que menciona este plano, nunca chega realmente a atingir suficientemente a família para ser necessário um abandono de economias monetizadas.

Tabela 4.12 Resumo atividade do Fundo do Bem Comum. Fonte: elaborado pela autora.

Fundo	Ferramentas	Ação concreta	Finalidade
Bem Comum	Armário da Lolita	coletivização de rendimentos	distribuição igualitária do capital
			evitar acumulação de capital
		apoio a emergências	redução de custos individuais
		apoio a projetos coletivos e solidários dos membros	fomento de uma identidade partilhada
	Economias alternativas	partilha de recursos	redução de custos individuais
			criação estruturas autónomas de crises externas
			manutenção da riqueza a nível local
		criação de economias desmonetizadas	autonomia financeira
			complemento a uma economia monetizada

FUNDO DE REFORMA

Como vimos atrás, uma das principais críticas ao Fundo do Bem Comum é a visão de curto-prazo que não considera emergências e problemas vindouros, mas também a falta de preocupação com uma parte da família mais vulnerável e que provavelmente ficará cada vez mais vulnerável: os idosos. Esta situação, a par de uma crítica ao Fundo de Saúde pela sua baixa

liquidez e consequente incapacidade de resposta a problemas de saúde graves – mais comuns nos idosos – leva à ideia da criação de um Fundo de Reforma:

> Desde a criação do Club (agora Caixa Bethania), [que] se definiu como um dos seus principais objetivos assegurar de alguma forma o bem-estar dos membros da família de maior idade, (…) pelo que esta proposta procura que o Armário da Lolita apoie imediatamente os atuais idosos e se converta numa semente que, a curto prazo, dê lugar à criação de um fundo que apoie os que virão. (Semente para a criação do Fundo de Reforma, 2019, p.1, tradução da autora).

Assim, a proposta promove mobilizar parte do capital disponível no Fundo do Bem Comum para o projeto de Reforma, defendendo que, contrariamente a outros projetos realizados pelo Bem Comum, esta beneficia *todos* os membros da cooperativa, ainda que a diferentes níveis e momentos da vida. A ideia é criar um apoio financeiro à reforma dos seus membros mais idosos, remetendo para valores partilhados como a solidariedade, universalidade e equidade.

Sugere-se assim a mobilização de todos os sócios, para que estes contribuam com cerca de dois terços do capital que têm disponível no Fundo do Bem Comum, alocando-os a este projeto. Este valor vai variando entre as várias propostas desenhadas, sendo que, no caso dos idosos, este valor é sempre 100% do capital que estes têm disponíveis no Fundo do Bem Comum. O valor recolhido seria então distribuído pelos sócios de terceira idade na família (12 sócios em 2025), sendo creditado nas contas que estes têm no Fundo de Poupança e Crédito (75%) e no Fundo de Saúde (25%). Como os valores que se conseguem obter com este sistema são muito baixos, significando um contributo de cerca de 500$ anuais a cada sócio, é proposta a capitalização inicial do fundo com contribuições obrigatórias mensais de todos os membros, com exceção dos beneficiários. A capitalização seria em parte reservada para aumentar o património da cooperativa e assegurar a sustentabilidade económica do projeto ao longo do tempo, e parte distribuída pelos beneficiários do fundo. Esta proposta levantou contestação entre os membros da cooperativa, especialmente entre aqueles que se encontravam satisfeitos com a forma como o Bem Comum vinha a funcionar, criticando, acima de tudo, o caráter obrigatório deste fundo.

> Este fundo vai comer 55% dos fundos do Bem Comum. Não me parece bem que seja obrigatório e, ainda que tudo bem, todos contribuímos, o dinheiro que no fim de contas vai para os velhos é

> muito pouco. No fim de contas, esta é uma proposta só para poupar mais para o futuro. (Carmen, 15 janeiro 2024, tradução da autora).

Em 2023 cria-se uma comissão para chegar a acordos quanto à viabilidade do fundo, valores de quotas mensais que possam vir a ser aceites por todos, percentagem a ser destinada desde o Fundo do Bem Comum, percentagem para a distribuição dos rendimentos anuais, etc. Esta comissão procurava chegar a pontos de encontro entre as pessoas que defendiam que este fundo só funcionaria com a contribuição de todos os sócios e as pessoas que não estavam de acordo com a obrigatoriedade do fundo. As soluções encontradas foram, ainda assim, motivo de discórdia, uma vez que a sustentabilidade ou impacto do projeto parecia dependente da participação obrigatória de todos os membros, como se vê com o cálculo da tabela 4.13, desenvolvida por esta comissão.

Tabela 4.13 Cálculo prospetivo de rendimentos mensais de beneficiários do Fundo de Reforma, de acordo com o tipo de contribuições. Fonte: Portada Bethania, 2024.

Cuota	Porcentaje de rendimientos (intereses) para reparto de aportes de jubilación									
	10%	20%	30%	40%	50%	60%	70%	80%	90%	100%
10	12	23	35	46	58	69	81	93	104	116
20	17	33	50	67	83	100	117	133	150	167
30	22	44	65	87	109	131	152	174	196	218
40	27	54	81	107	134	161	188	215	242	269
50	32	64	96	128	160	192	224	256	288	320

Alguns dos membros mais críticos, questionaram ainda este modelo de apoio aos idosos, defendendo que em vez de apoio financeiro, deveria ser prestado um apoio social a estes membros da família, eventualmente através da criação de um sistema de incentivos financeiros para que os mais jovens prestassem apoio aos mais idosos:

> [O objetivo do Fundo de Reforma] é solucionar os problemas da velhice com dinheiro de maneira simplista, sendo que seria melhor passarmos tempo com os velhos, que não os abondemos e esse tipo de coisas (Javier, 9 janeiro 2024, tradução da autora).

Esta crítica chama a atenção para uma regulamentação solidariedade, limitando-a a um único tipo de ação e reduzindo a possibilidade de exploração de outras práticas solidárias pelo facto de não as apoiar financeiramente. Na assembleia de 2023 é feita uma votação na qual o Fundo não é aprovado, ainda que fossem apenas sete pessoas contra a sua formação. Como resposta, esta comissão recebe a responsabilidade de procurar novas formas de encontrar consenso e encontrar forma de viabilizar o fundo (tabela 4.14).

Tabela 4.14 Resumo atividade do Fundo de Reforma. Fonte: elaborado pela autora.

Fundo	Ferramentas	Ação concreta	Finalidade
Reforma	Complemento de reforma	aplicação de rendimentos para membros vulneráveis	redução de custos individuais
			criação estruturas autónomas de apoio social
	Fundo de poupança reforma	autonomia de decisão na aplicação financeira do capital	autonomia financeira
		autogestão dos juros aplicados	manutenção da riqueza a nível local

AUTONOMIA PARA ALÉM DOS FUNDOS

Para além dos fundos apresentados, ao longo do tempo de vida da cooperativa foram surgindo outras propostas de fundos, como a criação de uma clínica médica, a criação de um fundo de educação e de viagens, ou mesmo a compra conjunta de uma quinta para produção agrícola de autoconsumo. A implementação destas ideias parece depender da capacidade organizativa dos membros, da necessidade real destes serviços, e da habilidade de conseguir integrar diversas (e por vezes opostas) opiniões e perspetivas numa só proposta. Vimos ainda como a posta em prática de fundos novos não impede que estes, no futuro, desapareçam ou que estejam recorrentemente a ser adaptados à complexidade da realidade.

Estes fundos mostram como ferramentas criadas dentro do capitalismo, que visam o crescimento e acumulação de capital, podem converter-se em instrumentos para uma economia solidária, se existir um processo democrático de decisão de como aplicar esse capital acumulado. Estes correm, no entanto, o risco de replicar o modelo capitalista, na sua focalização no crescimento económico e não no bem-estar das comunidades que usam este sistema. Para além da expansão das ferramentas resgatadas ao capitalismo, a cooperativa fomenta ainda outro tipo de economias desmonetizadas. Ao criar uma comunidade coesa, unida pela ideia da solidariedade, a cooperativa serve de base para a exploração de sistemas de troca de serviços e produtos entre sócios, bem como práticas de entreajuda como as *mingas*.

Tanto as ferramentas que fazem uso do dinheiro como as que procuram não usá-lo, têm como fim último aumentar a autonomia económica coletiva da cooperativa. Este sentimento de autonomia é inclusive reportado pelos cooperadores, quando respondem ao que gostam mais na cooperativa:

> [Gosto de] saber que não dependo de um trabalho ou de um banco para tornar realidade os meus sonhos.

> [Gosto da] autossuficiência, que [a Portada] seja um sistema alternativo e [gosto d]a procura que seja ainda mais [autossuficiente].
> [gosto que seja] uma oportunidade de fazer algo juntos e sentir-nos parte de um projeto coletivo.
> [gosto] que assumimos isto como um projeto de resistência mais do que uma carreira.
> (depoimentos de vários membros, *Processo de Reflexão*, 2019, tradução da autora).

A facilidade no acesso a capital financeiro e a flexibilidade de pagamentos, associado à forte valorização da autonomia, resulta em que a maioria dos membros tem a possibilidade de comprar casa própria e muitos criam o seu próprio negócio. Dentro do autoemprego podemos também identificar uma tendência no desenvolvimento de atividades com fins sociais ou com uma forte componente ecológica, como veremos no capítulo 4.3.4. Este tipo de situação de autoemprego é mais comum na segunda geração de membros da família (entre os 40 e 50 anos), sendo que a primeira geração (entre os 70 e 90 anos) usa a Portada acima de tudo para situações de emergência ou para dar resposta a necessidades reprodutivas (compra de bens/ imóveis, saúde…). Olhando para a geração mais jovem (terceira geração, entre os 0 e os 30 ano) ou membros mais jovens da segunda geração (entre o 20 e 30 anos), vemos como aqui a Portada é usada essencialmente para possibilitar o estudo no estrangeiro concedendo créditos para este fim. Apesar da estrutura da Portada estar apenas disponível para membros da família, alguns dos exemplos anteriores demonstram formas como os membros, de forma individual ou em pequenos grupos, tentam expandir este bem comum a outras pessoas fora da cooperativa. Isto apresenta dificuldades a nível da manutenção das relações de solidariedade, confiança e corresponsabilidade, como vimos no caso dos créditos concedido a terreiros que são muitas vezes 'créditos problemáticos'.

O facto deste tipo de estruturas assentar na autorregulação significa que os critérios para o desenho de regulamentos e normativas são definidos pelos seus membros. Na Portada vimos como o critério guia partilhado por todos é a noção de solidariedade. No entanto, a solidariedade assume diferente entendimentos, podendo ser um argumento usado tanto para a definição de estratégias com foco no bem-estar, como estratégias que visam a acumulação de capital em primeiro lugar. Ainda que a relação familiar seja quase inviolável, a ambiguidade do conceito

de solidariedade e a possibilidade de conflitos pessoais entre membros que coloquem em causa a confiança coletiva podem levar ao debilitamento deste sistema ou mesmo à sua quebra.

Em resumo, vemos como na Portada a criação de um sistema económico autónomo é visto como um espaço de experimentação e teste de estratégias com vista à melhoria das condições de vida dos seus sócios. O resultado é a criação de ferramentas que aumentam a autonomia financeira dos seus membros, facilitando a aquisição de habitação própria, a criação de pequenos negócios e investimentos, o acesso a estudos superiores, bem como serviços de apoio em situações de acidente ou imprevistos. Estas ferramentas são recuperadas do sistema capitalista (como sistemas de crédito e de seguros), e postas ao serviço do bem comum dos sócios. Contudo, ao terem sido criadas dentro deste sistema, para servir propósitos de crescimento económico, quando aplicadas na cooperativa, podem tender a incentivar à acumulação de capital como fim e não como meio para servir necessidades dos sócios. Esta é a base de discórdia que dificulta a gestão dos fundos existentes e a criação de novos fundos, como veremos no próximo subcapítulo.

4.3.3. Modelo de autogestão popular e solidário

A governança da Portada passa por várias fases, assumindo uma maior complexidade à medida que os próprios serviços da cooperativa se expandem. Nos primeiros anos, em que o único serviço disponível era o Fundo de Poupança e Crédito, toda a gestão da cooperativa era levada apenas pelo presidente e secretária. O presidente assumia a função de registo de pedidos de crédito, e a secretária realizava as transações e geria a conta comum. A história muitas vezes contada é a de que estes registos eram feitos em contextos informais, como eventos familiares, registados em qualquer formato até mesmo guardanapos, e posteriormente anotados num caderno onde estavam todas as transações da família.

Com os anos este sistema foi-se complexificando, adquirindo mais órgãos de gestão interna, processos de tomada de decisão mais participados e regulamentos para as diferentes frentes de atividade da cooperativa. Ainda que esta seja uma organização informal, o modelo de gestão adotado acaba por se aproximar ao modelo cooperativo, seguindo princípios estabelecidos pela Lei Orgânica de Economia Popular e Solidária equatoriana (LOEPS). O esquema da figura 4.41 mostra a relação entre os vários elementos de gestão da cooperativa.

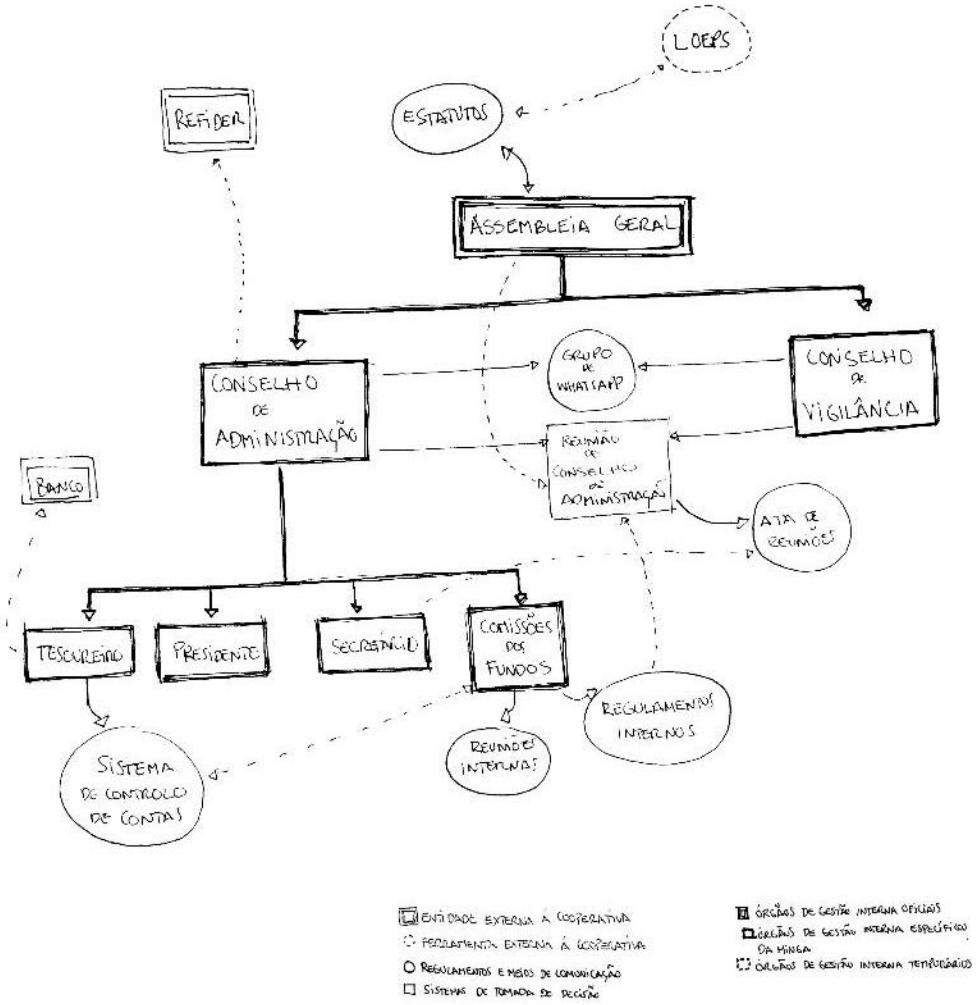


Figura 4.41 Esquema do modelo de governança da Portada Bethania. Fonte: elaborado pela autora.

ÓRGÃOS DE GESTÃO INTERNA

Na LOEPS é definida a estrutura interna das cooperativas a nível nacional, nomeadamente: a Assembleia Geral de sócios ou representantes, o Conselho de Administração, o Conselho de Vigilância e uma Gerência (Registo Oficial 449, LOEPS, Art. 32º, 2011). Esta estrutura é equivalente à que observámos no caso português, na qual a Assembleia é o órgão máximo de tomada de decisões, o Conselho Administrativo é o órgão diretivo e o Conselho de Vigilância, que corresponde ao conselho fiscal em Portugal, diz respeito ao órgão de controlo das atividades económicas internas. Estes dois últimos órgãos devem ser compostos por três a nove membros de acordo com a lei, sendo que, na Portada, estes órgãos são constituídos por três elementos. O Gerente, de acordo com a LOEPS é a figura que representa legal e juridicamente a cooperativa. No caso da Portada este papel não existe, uma vez que a cooperativa não tem formato legal.

Complementarmente a esta estrutura são ainda criadas comissões para a gestão de cada um dos fundos, que, em 2024 eram quatro: do Fundo de Poupança e Crédito, de Saúde, de Veículos e do Bem Comum. Todo o trabalho é voluntário ainda que, por várias vezes, tenha sido colocada a possibilidade de atribuir remuneração a alguns dos cargos, no sentido de incentivar mais membros a envolverem-se com a gestão da cooperativa.

De acordo com os estatutos, assim como na Minga, o órgão máximo de tomada de decisão é a Assembleia, que reúne todos os sócios com o fim de tomar decisões de maior relevância para a cooperativa, tais como alteração dos estatutos e regulamentos, criação ou término de fundos, atribuição e destituição de cargos, definição da distribuição e aplicação de excedentes comuns, integração ou expulsão de membros, entre outros. Estes momentos são convocados pelo Conselho de Administração, que deve informar todos os membros com a devida antecipação. As assembleias podem ter um carácter ordinário ou extraordinário, sendo que, se não existirem motivos maiores, a assembleia é realizada anualmente, para informação das atividades dos fundos. De acordo com os estatutos, a tomada de decisões é feita com base na votação, seguindo o modelo cooperativo (uma pessoa, um voto) (cap. 4.2.3). Não obstante, de acordo com o observado na assembleia de 2023, em situações em que há uma grande polaridade de opiniões, procura-se uma decisão com base no consenso. Exemplo disto foi o caso da proposta de criação do Fundo de Reforma, que, como mencionado anteriormente, apesar de conseguir a maioria de votos, não foi aprovada a sua criação. Neste caso, o carácter obrigatório do fundo implicava a saída da cooperativa de todos os membros que nele não quisessem participar, sendo, portanto, vetada a sua formação ainda que com uma minoria de votos contra.

Ainda que este processo de tomada de decisão seja desenhado para assegurar que todos os cooperadores têm igual voz, vários sócios denunciam as assembleias como espaços de disputa e pouco democráticos, onde ganha a voz do mais forte. Como dito na História da Portada:

> As assembleias são espaços que não favorecem a participação. [Há a] necessidade de construir espaços de diálogo, onde [os sócios] se encontrem e interatuem, sem pressões de tempo. (História da Portada, resumo executivo, 2019, p.4, tradução da autora).

O Conselho de Administração é constituído por um presidente, um secretário, um tesoureiro e os coordenadores dos fundos. Todos estes órgãos são eleitos em assembleia, existindo, frequentemente, uma lista prévia de candidatos, com base uma sondagem prévia dos membros interessados em assumir os cargos disponíveis. Este tipo de sondagem não foi feito na assembleia de 2023, sendo, em alternativa, proposto que os sócios sugerissem candidatos

escrevendo o seu nome num cartaz à vista de todos. Posteriormente, fez-se uma deliberação por consenso, elegendo os elementos para cada cargo. Ainda que os Conselhos de Administração sejam eleitos a cada dois anos é frequente que a presidência e alguns membros de gestão dos fundos se mantenham durante vários mandatos. No caso da presidência, a cooperativa contou, até 2024, com cinco presidentes, todos eles homens, dois da primeira geração, dois da segunda e um presidente da terceira geração. Ainda que, oficialmente, a Assembleia tenha o poder deliberativo máximo, o que se observa é uma tendência para o presidente assumir também este papel, não só por decisão do mesmo, mas também por ser essa a expectativa que os sócios colocam neste cargo. A ideia do presidente como 'líder' que define o caminho coletivo a seguir, partilhada por grande parte dos sócios, é, no entanto, questionada quando esta liderança assume um caráter mais autoritário.

Para além do presidente, o Conselho de Administração é formado pela secretária e a tesoureira. A secretária é quase sempre a mesma pessoa, uma mulher, da primeira geração e tem como função conduzir e convocar as Assembleias em conjunto com o presidente, bem como fazer o registo em atas das Assembleias e reuniões de Conselho de Administração. A Tesouraria está a cargo de uma ou duas pessoas que têm como função registar as várias transações da cooperativa, gastos, gestão de contas e realizar transferências. Uma das pessoas que está no grupo de fundadores da cooperativa tem sido a coordenadora da tesouraria desde a fundação da Portada. Germania encabeça a conta bancária onde está guardado o capital comum da família. Para muitos, grande parte do funcionamento da cooperativa está dependente desta pessoa em particular, e da sua capacidade de atuar de forma meramente executiva:

> …e há a tia do dinheiro, que está nesta função há uns 20 anos. nunca se chateou com ninguém e dedica cerca de uma hora por dia a isto. Queres dinheiro, ligas-lhe, e ela faz-te uma transferência. Ela tem o todo o dinheiro de poupanças da família na sua conta (Pascual, 16 dezembro 2022, tradução da autora).

Quando confrontada sobre este facto, a pessoa mostra uma noção clara de diferença entre o papel como sócia votante e como encarregada de um cargo de gestão executivo:

> Claro que já fiz transferências com as quais não estava de acordo, mas era o que tinha decidido toda a gente. Este cargo não me dá poder de decisão, só de execução (Germania, 19 março 2024, tradução da autora).

O terceiro órgão de gestão interna é o Conselho de Vigilância, que surge apenas mais recentemente, num momento em que a cooperativa considerou formalizar-se (que será descrito mais à frente nesta secção) e, para tal, era necessário a existência deste órgão. Nos últimos anos, e frente à divergência de interpretações e alteração pouco participada dos regulamentos internos, que elaboraremos mais à frente, este conselho inicia um processo de escrutínio dos regulamentos, procurando conferir a estes documentos uma maior credibilidade no momento de tomada de decisões. Este órgão não tem poder de voto nas reuniões de Conselho de Administração, tendo, no entanto, uma palavra importante no que concerne o cumprimento dos regulamentos aprovados coletivamente. Ainda que isto limite a flexibilidade de aplicação dos regulamentos para benefício dos sócios, a maioria dos membros parece estar satisfeita com a procura de um cumprimento mais estrito dos regulamentos, sendo este visto, mais do que um órgão de fiscalização e punição, como um mediador de conflitos imparcial.

Para além destes órgãos enquadrados da normativa respeitante às cooperativas, a Portada tem ainda as Comissões dos Fundos. Cada Comissão é integrada por três membros, um deles coordenador do fundo. As funções destas Comissões são coordenar solicitações dos sócios (pedidos de reembolso, créditos, etc.), receber e assegurar o pagamento de créditos/quotas e rever os regulamentos internos, quando necessário. Para além destas funções obrigatórias é ainda comum que estas comissões desenvolvam projetos especiais para responder a contingências particulares. Exemplo disto são projetos de investimento desenvolvidos pela comissão do Fundo de Poupança e Crédito e a expansão dos serviços oferecidos pelo Fundo de Veículos em momentos em que existe demasiado dinheiro acumulado na conta coletiva. Este tipo de projetos e iniciativas são desenvolvidas em reuniões de fundos onde participam os três integrantes da comissão do fundo. Nestas reuniões são definidos regulamentos, objetivos, é discutida a liquidez interna e dívidas, são abordados conflitos que existam entre sócios e são desenvolvidas soluções para problemas pontuais. É também nestas reuniões que são passados os testemunhos às seguintes coordenações. Para estas reuniões é muito raro existir a convocatória de todos os membros associados do fundo, sendo as decisões tomadas posteriormente comunicadas aos sócios. Sem que exista um método estipulado para esta comunicação, são comuns o passa-palavra e as conversas informais em encontros familiares. O único caso que se teve conhecimento, durante o trabalho de campo, de uma reunião onde todos os sócios foram convocados foi no Fundo de Veículos, quando se pensou em extinguir o fundo. Apesar de, de acordo com os estatutos, as alterações nos regulamentos dos fundos implicarem a sua aprovação em Assembleia geral, há várias situações em que os regulamentos são revistos e começam a ser aplicados sem que isto aconteça. O facto adicional de que estas alterações não

incluam todos os sócios inscritos no fundo cria situações em que os sócios não se sentem ouvidos nem considerados na tomada de decisões, e, por vezes, nem estão a par das alterações postas em prática. Isto significa, igualmente, que a gestão dos fundos é feita de acordo com um modelo de democracia representativa, no qual os membros eleitos não consultam a comunidade para a tomada de decisões, atuando de acordo com a sua perspetiva pessoal.

A reunião dos órgãos de gestão executivos (presidente, secretária, tesoureira, conselho de vigilância e comissões dos fundos) dá-se aproximadamente uma vez por mês em reuniões de Conselho de Administração. Até 2018, com o penúltimo presidente, estas reuniões não eram abertas aos restantes sócios, nem os temas e resoluções conhecidas por todos. A partir de 2018, é aberta a possibilidade, a todos os membros, de participar na reunião segundo o método da 'cadeira vazia'. Isto significa que qualquer sócio pode participar nas reuniões do Conselho de Administração, podendo ouvir as resoluções em primeira mão e fazer chegar questões suas ou de outros, sem, no entanto, ter poder de voto. Adicionalmente, é estabelecido que as atas das reuniões passam a ser partilhadas entre todos os membros. A nível de poder de voto e de veto, este parece ser igual entre todos os membros do conselho, independentemente da sua posição, sendo que a tomada de decisões resulta normalmente de consenso, ainda que não pareça existir um método definido. Este sistema de tomada de decisão não impede que, assim como em assembleia, vários sócios denunciem o poder que adquirem discursos agressivos e preponderantes que limitam o espaço de discussão.

Para além destes grupos fixos, houve ainda um grupo de trabalho temporário, criado em 2019, coordenado pelo então presidente e composto de outros cooperadores. O objetivo deste grupo de trabalho era realizar um processo de reflexão coletivo, para procurar saber que rumo os membros queriam que a cooperativa tomasse. Para isto foram definidos quatro passos: (1) redação da história da Portada, (2) identificação do bom, do mau e do feio, (3) a colheita e (4) o replantio. Para a primeira fase foi organizada uma reunião com todos os membros, para reconstruir a história de como começou a Portada, e que deu origem à redação do documento em anexo "A História da Portada" (anexo D). O segundo passo pretendia identificar as perceções dos vários membros sobre a Portada. Para isto foi realizado um inquérito a cada um dos núcleos familiares com cinco questões: (1) O que gosto na Portada? (2) O que não gosto na Portada? (3) O que fazer? (4) Como fazer? (5) O meu compromisso. O resultado foi a elaboração de uma visão coletiva para a cooperativa plasmada em ata e no gráfico da figura 4.42:

> A Caixa de Poupança e Crédito Portada Bethania procura o bem-estar individual, dos núcleos familiares e da grande família a partir da união de vontades, interesses e contributos dos seus membros desde a compreensão da diversidade e das suas conceções de vida. (Ata da Assembleia de 2019, tradução da autora).

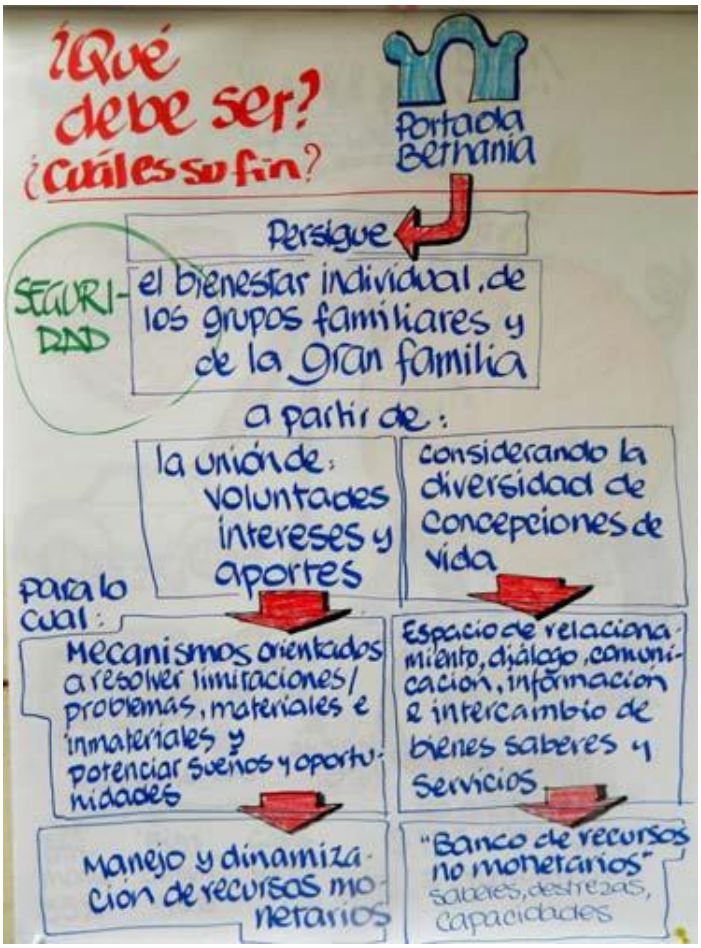


Figura 4.42 Gráfico da missão da Portada Bethania. Fonte: cedido pela Portada Bethania, 2019.

Para além deste resultado 'oficial', este processo trouxe à tona divergências de pensamento dentro da cooperativa, criando a ideia de que existem duas correntes diferentes de pensamento dentro da cooperativa, a dos chamados (entre si) de 'capitalistas' e 'hippies'. A visão 'capitalista' defendia que o foco da cooperativa devia ser o aumento do capital coletivo, no sentido de expandir a capacidade de dar resposta a mais e maiores necessidades financeiras da família. Esta era a visão dominante até à realização do inquérito, no qual se identifica, também, uma vontade de procurar projetos 'para além do dinheiro'. Esta corresponde à visão dos 'hippies' ou 'filósofos', que defende que a cooperativa deve ter como foco o bem-estar imediato

da sua comunidade, aplicando o capital existente para responder não só às necessidades, mas também apoiar ideias, projetos e vontades dos membros.

No Processo de Reflexão conclui-se que estas duas visões são complementares, abrindo-se assim duas linhas de ação que visam, complementarmente, o aumento do retorno financeiro da cooperativa e a exploração de propostas com foco no "lado humano" (Claudia, 2019, tradução da autora). Assim, surge o Fundo do Bem Comum, e outras propostas várias, que culminam na proposta do Fundo de Reforma. Ainda assim, como vimos com a análise destes fundos – e inclusive em conflitos noutros fundos – esta polaridade permanece, e afeta a capacidade de traçar um caminho comum para a cooperativa.

Regulamentação interna

Os instrumentos de regulamentação interna são os estatutos e os regulamentos dos fundos. Destes, o mais relevante para atividade diária da cooperativa são os regulamentos dos fundos, sendo que os estatutos foram criados unicamente para o momento em que se pensou formalizar a cooperativa. Neste documento é definido que a comunidade afeta à cooperativa é apenas a família (incluindo cônjuges), que os objetivos desta organização não têm como fim o desenvolvimento de atividades lucrativas, e quais são os órgãos de gestão e os seus papeis. São ainda enumerados os princípios e valores que regem a Portada, nomeadamente: (1) justiça, equidade e solidariedade, (2) eficiência no presente e sustentabilidade no tempo, (3) combinação harmónica da necessidade individual e o interesse coletivo (Estatutos Portada Bethania, 2014, anexo E). No entanto, mais do que os estatutos, poderíamos dizer que é a história da formação da cooperativa que define valores comuns e a 'razão de ser' da cooperativa, funcionando como manifesto da cooperativa (anexo D). O documento da História da Portada, criado na primeira fase do Processo de Reflexão de 2019, conta o passado da cooperativa e a sua relação com as dinâmicas familiares. É neste documento que o conceito de solidariedade aparece com particular relevância, apresentado como forma de união familiar e alicerce da cooperativa, como sistema económico que procura fazer frente a crises externas e pessoais. Neste documento vemos ainda que a Portada resulta de uma vontade de 'sair do sistema' criando uma alternativa "ao Estado e ao Mercado", em vez de "deixar que seja simplesmente o sistema a decidir" (Pascual, 27 abril 2024, tradução da autora).

Quanto aos regulamentos dos fundos, estes são desenhados pelas respetivas comissões, tomando, frequentemente, como base, normativas de instituições semelhantes. Estes documentos têm por fim definir o funcionamento dos fundos, representando, essencialmente,

um documento guia em situações de conflito ou impasse. No entanto, ao tomarem como base normativas de instituições de crédito/seguros que colocam a rentabilidade do capital acima da qualidade de serviço oferecido aos clientes, estes regulamentos replicam uma linguagem hermética, convertendo-se em instrumentos débeis de comunicação entre as comissões de fundos e os sócios. Isto é evidente no discurso dos sócios, que apontam para o facto dos regulamentos serem difíceis de entender como principal causa para não terem conhecimento da forma de operação dos fundos.

Outro motivo que leva à crítica e pouca utilidade destes regulamentos é a sua volatilidade. Como mencionado anteriormente, os regulamentos são alvo de alterações frequentes (quase anuais) definidas de forma pouco democrática, em reuniões onde grande parte dos sócios não estão presentes. Estas alterações podem ser uma forma de dar resposta a contingências externas, mas também podem ser apenas resultado de uma mudança de comissão, e, portanto, de mudanças de visões estratégicas. Isto significa que, mais do que informar os membros dos benefícios e responsabilidades que têm em cada fundo, os regulamentos servem mais como linhas guia para as comissões gerirem o fundo. A mutabilidade dos regulamentos é apontada por 11% da família como sendo um dos principais aspetos que não gostam na cooperativa, e que contribui grandemente para o mal-estar e conflitos dentro da família, e para o sentimento de desconfiança e de desconhecimento sobre o modelo de funcionamento dos fundos. Como comenta Mateo sobre a sua relação com o Fundo de Veículos:

> Inicialmente, eu assegurei o meu carro por um ou dois anos, mas depois de voltar a ler e compreender o regulamento, pareceu-me que não estava bem e que era uma bomba de tempo, então decidi sair. A principal informação para que entres no fundo era que esse dinheiro era propriedade tua. Segundo o regulamento, isso é assim, só quando se liquide o fundo. Do meu ponto de vista, esse dinheiro não deveria ser dos sócios do fundo, deveria ser da Caixa, uma vez que esta está a prestar um serviço… (Mateo, 30 janeiro 2024, tradução da autora).

Muitos sócios defendem que os regulamentos deveriam ser seguidos com maior rigor, ainda que, paradoxalmente, a flexibilidade das normativas internas é também vista como uma das principais vantagens da cooperativa. Esta adaptabilidade pode ser entendida como resultado da democratização do modelo económico criado, fazendo "as regras com base nas experiências que vamos tendo, em vez de seguir as regras já estabelecidas" (Pascual, 2019, tradução da autora). Adicionalmente, a revisão de regras para que estas sirvam para "ajudar as pessoas e os

sócios, e não tirar proveito deles como fazem os seguros normais" (Renato, 27 fevereiro 2024, tradução da autora) é uma demonstração que, ainda que estes regulamentos existam, o princípio da solidariedade os sobrepõe. Esta dualidade pode dar a ideia de que os problemas dos regulamentos são também as suas vantagens. Porém, uma análise mais atenta parece apontar para a falta de comunicação, participação e democratização da informação como verdadeira causa dos problemas da revisão de regulamentos, como iremos observar em seguida.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO INTERNA

Sendo uma cooperativa familiar informal, a principal forma de comunicação e de passagem de informação, na Portada, são as reuniões presenciais, que podem ser informais, como eventos familiares, ou formais, como reuniões de Conselho de Administração ou Assembleias. Estes encontros são também momentos de convívio importantes para discussão de ideias e visões políticas e económicas, que fomentam a criação de um ideário comum entre os membros da cooperativa. O ambiente familiar é ainda um espaço de partilha dos valores que estão na base de criação da Portada, bem como o cultivar do sentimento de pertença e confiança entre sócios. Momentos festivos como aniversários, Natal, Páscoa, a Novena[20], são particularmente importantes porque são motivos para reunião de todos os núcleos familiares. A família é composta por oito núcleos familiares, correspondentes aos oito irmãos que inicialmente formam a cooperativa (membros da primeira geração), nos quais a proximidade e confiança é maior, uma vez que existem mais momentos de convívio e partilha ao longo do ano entre grupos menores de familiares. Assim, é comum que as atividades e processos de gestão da cooperativa se organizarem segundo estes núcleos, principalmente a partir do momento em que a família cresce muito, com a terceira geração atingindo a maioridade. Exemplo disso é o inquérito de 2019, parte do Processo de Reflexão, que é organizado segundo núcleos familiares, num ambiente onde os sócios se sentissem mais confortáveis para expressar as suas opiniões. Outro exemplo do papel destes núcleos, é a reflexão de Pascual, ex-presidente, sobre a importância de ter elementos de todas estas 'famílias' no Conselho de Administração. Segundo Pascual, este fator permitiria garantir a passagem de informação, de forma mais direta, sobre as decisões tomadas em Conselho, aos restantes membros integrantes de cada núcleo familiar. Estes núcleos familiares resultam ainda no surgimento de diferentes 'clãs', onde se vão criando valores e visões próprias, que podem chocar entre si, dificultando a criação de uma visão

[20] A Novena é uma tradição católica, praticada por várias famílias no Equador, e que junta as famílias nos dias antes do Natal não só para rezas conjuntas, mas também (e principalmente em famílias menos católicas), para convívios familiares.

comum, transversal a todos os membros da cooperativa. Esta segregação em núcleos familiares acontece, principalmente, depois da pandemia, período em que a família não se podia reunir toda, acabando por alterar as suas atividades de convívio para abarcar apenas o círculo familiar mais próximo. Esta reflexão, elaborada por alguns membros da cooperativa, coincide com o período em que começa a surgir maior conflito interno, que é a partir de 2019-20[21].

Para além destas reuniões informais e familiares, existe ainda a partilha de informação por email e por *WhatsApp*. O *email* é o principal meio de comunicação entre o Conselho de Administração e os membros, servindo para partilha de atas de reuniões, convocatória para assembleias ou informação pontual. Este meio é também usando com frequência para o debate de ideias, partilha de pensamentos ou questionamento de tomada de decisões. É frequente as alterações dos regulamentos circularem como documentos anexos em *emails*, criando alguma confusão sobre qual o documento oficial, quais as alterações/comentários sugeridos, quem os sugeriu e em que ponto foram aprovados. O *WhatsApp* é usado de forma complementar para a partilha de informações, como convocatórias para eventos e reuniões do Conselho de Administração, não sendo, ainda assim, o meio preferencial para discussão ou partilha de informação. Estes dois sistemas apresentam alguns desafios, uma vez que há membros da cooperativa que não possuem telemóvel, o que faz com que o *email* seja o meio de comunicação privilegiado.

É através deste meio que são partilhados e difundidos todos os documentos internos da cooperativa. Inicialmente, toda a documentação interna era arquivada em formato físico, o que condicionava bastante o acesso a esta. Posteriormente, a documentação passa ao formato digital, e é aqui que é dada preferência à partilha dos documentos por *email*. No entanto, coo mencionado anteriormente, isto resultou na dispersão dos documentos e criação de várias versões, tornando difícil identificar a versão aprovada por todos os sócios. Mais recentemente, algumas comissões adotaram o sistema de documentos *online* partilhados, que facilita o acesso a todos os membros, a passagem e partilha de documentos e evita a sobreposição de diferentes versões do mesmo documento. Contudo, este sistema está dependente de uma conta de *email* da *Google*, que nem todos os membros têm ou querem ter. Adicionalmente, mesmo entre os membros com uma conta de *email* desta empresa, há sócios que não dominam ferramentas digitais e de partilha de informações em servidores *online*:

21 Apesar do COVID-19 ter chegado ao Equador apenas em março de 2020, as manifestações de setembro de 2019 resultaram num período de estado de exceção, com uma alta militarização da cidade de Quito e periferias, e uma limitação da mobilidade durante cerca de um mês, afetando um pouco os meses anteriores ao COVID-19.

> Ele ficou chateado comigo e insistia que lhe passasse todos os documentos. Ele não conseguia entrar no *drive*, e por isso dizia que eu não lhe estava a passar tudo. (Gabriel, 20 fevereiro 2024, tradução da autora).

Como vemos no comentário de Gabriel, esta situação cria bastantes conflitos e dificuldade de passagem de informação entre as várias comissões dos fundos, gerando sensações de desconfiança, injustiça e de falta de acesso à informação ou concentração de informação nos membros que dominam estes sistemas de armazenamento digital. Uma solução para este problema foi a criação de uma página *web*, acessível a que todos os membros e gerida por um dos membros do Conselho de Administração. Esta página *web* foi criada durante o período de investigação de campo, no entanto não foi apropriada pelos cooperadores, sendo que ninguém assumiu a responsabilidade de atualizar os documentos na página e os membros não se habituaram a usar esta plataforma para consulta da documentação interna. O facto de os documentos na página *web* não serem editáveis nem ser possível o registo de comentários, podem ser alguns dos principais motivos para a rejeição desta plataforma como meio de gestão de documentos internos. A criação desta página gerou ainda discussão relativamente a quais devem ser os documentos acessíveis a todos os sócios e quais devem permanecer apenas entre os membros das comissões dos fundos. Uma solução alternativa a esta página *web* foi a compilação de documentos no computador da secretária da cooperativa, no entanto, isto cria dificuldades porque alguns documentos continuam a existir em formato *online*, usados por algumas comissões dos fundos, e porque este sistema, mais uma vez, não assegura o acesso de forma democrática aos documentos por todos os membros.

Estas várias opções de partilha de documentos dizem apenas respeito a regulamentos dos fundos, programas pontuais, e atas diversas, uma vez que, as contas dos sócios, são mantidas num *software* desenhado especificamente para esta cooperativa, que garante o acesso de todos os membros. Criado em 2018, este *software* evita a concentração de informação das contas individuais num só responsável (tesoureiro), facilitando o acesso de todos aos movimentos e valores nas suas contas pessoais. Este *software* funciona com dois graus de acesso, o de sócio que permite apenas o acesso à sua conta pessoal, e o de gestor que permite o acesso às contas de todos os membros de cada fundo. Este sistema permitiu aos sócios conhecer o seu saldo, realizar pagamentos e transações diretas entre membros, de forma mais simples. Estas transações são, no entanto, apenas registos de pedido de transação, sendo posteriormente realizados pela tesoureira, uma vez que este sistema não tem ligação direta ao banco. Ao ser

desenhado especificamente para a cooperativa, este *software* foi adaptado às particularidades de cada fundo. Para o desenho deste sistema foram realizadas reuniões com o técnico autor. Contudo, o desenho do sistema tem algumas incompatibilidades com o modelo de gestão da cooperativa. Isto deve-se, em parte, às alterações que os regulamentos e atividade da cooperativa sofreram desde o momento de criação da plataforma (p.e. a criação do Fundo do Bem Comum), e, em parte, à falta de informações dadas no momento de criação do sistema. Posteriormente à criação desta plataforma foram dadas formações aos membros da cooperativa para que pudessem ser autónomos na gestão e acesso às suas contas, porém, nem todas as pessoas participaram nas sessões de formação, ou mesmo participando, não conseguiram entender como funciona a plataforma o suficiente para a dominar. Uma outra limitação deste sistema é o facto de não permitir exceções (como fazem os regulamentos) nem permitir reverter processos que resultem de falhas de comunicação entre membros. Um exemplo disso é o caso de um cooperador que tinha uma dívida muito pequena e no momento de a pagar fez uma transferência errada, e sem se dar conta do erro, foi acumulando uma dívida grande que, uma vez registada no sistema, não se podia fazer desaparecer sem justificação.

Como vemos em todos estes sistemas, a comunicação continua a ser uma das grandes dificuldades da cooperativa, causando mal-estar entre os membros, e sendo identificada, no inquérito de 2019, como um dos aspetos mais negativos que os sócios apontam na cooperativa. Face a isto tenta-se criar um grupo de comunicação em 2022 que acaba por não desenvolver muita atividade, tanto pela falta de tempo dos membros envolvidos, como por falta de participação dos restantes membros da cooperativa.

Redes e estruturas externas

Em 2014 considera-se a formalização da Portada para evitar problemas com vistorias da conta comum (que era, para fins legais, uma conta pessoal). Este processo iria também permitir melhorar a gestão das contas internas, que nessa época ainda não era feita através do *software* de acesso partilhado. Contudo o atraso no processo e a burocracia envolvida neste processo leva ao abandono deste projeto, como descreve Pascual:

> Não nos legalizámos porque íamos ter que fazer muitos relatórios, pagar impostos e perder muito tempo com burocracias, registos de entradas e saídas [de capital]… por outro lado teria sido bom, porque quase ninguém poupa através da conta da cooperativa, e assim seria menos perigoso que o Estado pergunte de onde vem tanto dinheiro e

> porque há tanto movimento na conta. (Pascual, 16 dezembro 2022, tradução da autora).

Em alternativa, a cooperativa recorreu ao apoio técnico de um amigo para a criação do sistema de contas interno descrito anteriormente. Mais recentemente, a cooperativa passa a ainda a integrar a *Rede de Desenvolvimento Rural do Equador* (REFIDER). Esta é uma organização de segundo grau, apoiando 20 a 30 organizações de finanças populares e solidárias na Zona da Serra do Equador. Esta organização tinha alianças com outras organizações internacionais e nacionais com as quais vários membros da Portada já tinham trabalhado, o que pode ter aproximado a cooperativa desta rede[22]. Esta organização oferece diversos serviços de apoio desde financiamento, acessória, capacitação, representação política, formação, fomento de redes nacionais e internacionais, entre outros (Jaramillo Carvajal, 2021). Para a Portada, a integração da REFIDER foi uma forma de conseguir apoio para ter um sistema de organização digital de contas que permitisse a redução da dependência do trabalho de um tesoureiro. Durante o trabalho de campo, este processo estava ainda a decorrer, sendo que até ao momento tinha sido feito o registo da cooperativa como integrante da rede e estavam a ser negociados valores para a execução da plataforma *online*. O facto de se ter tornado parte da rede significou também que a cooperativa tem agora voz ativa nas decisões de assembleia, ainda que, durante o trabalho de campo não fosse visível uma participação ativa dos sócios nesta rede.

Apesar desta ser uma cooperativa fechada ao grupo da família, podemos observar algumas tentativas de expansão desde modelo financeiro a outros grupos de pessoas. Isto pode dar-se diretamente pela extensão dos serviços da Portada a terceiros, como seria a concessão de créditos, mas também através de ações indiretas em que cooperadores desenvolvem projetos de apoio comunitário usando créditos ou outros recursos da cooperativa. Desde criação de canais de comércio justo e de realização de construções participadas a custos reduzidos, até mesmo a diversas atividades de capacitação, partilha de conhecimento e formação, no sentido de dar ferramentas a terceiros para que possam, elas mesmas, responder às suas necessidades (exemplos que analisaremos no próximo capítulo com maior detalhe). Adicionalmente houve ainda tentativas de criar sistemas de finanças solidárias semelhantes à Portada noutros contextos, mas nem sempre estes são bem-sucedidos. Refletindo sobre uma tentativa de criar

[22] A REFIDER tem como aliados estratégicos entidades como o FEPP (*Fondo Ecuatoriano Populorum Progressio)* e o *Brot für dir Welt*, Instituições com a quais membros da primeira geração a cooperativa trabalharam.

este tipo de serviços na comunidade de pescadores onde vive, Felipe refere a falta de confiança como base de funcionamento destes sistemas financeiros:

> Tentámos fazer algo como a Portada no Cabuyal, mas não conseguimos. As pessoas aproveitavam-se, faziam créditos e não pagavam. Eu acho que a confiança é o que faz a Portada, é o que está na base de tudo. (Felipe, 4 março 2024, tradução da autora).

Construção de uma economia solidária

Neste capítulo pudemos observar várias estratégias de governança que a Portada desenvolve bem como as dificuldades da gestão coletiva. Esta organização, a que chamamos neste trabalho de 'cooperativa', apenas recentemente se aproxima do modelo de funcionamento democrático típico das cooperativas, sendo, inicialmente, criada como uma estrutura pouco participada. Assim como na Minga, vemos na Portada que a implementação de estruturas de governança definidas pelo modelo cooperativo não assegura que os processos são conduzidos de forma totalmete democrática. Também neste caso observamos reuniões (de Conselho de Administração e de secção) que, ao não serem abertas a todos os sócios, alimentam sentimentos de desconfiança, falta de entendimento do modelo de funcionamento interno e, consequentemente, de participação.

A combinação de processos que procuram democratizar a economia, e o uso de ferramentas financeiras do modelo económico capitalista (como créditos e seguros), resulta, nesta cooperativa, na colocação destas ferramentas ao serviço da solidariedade. Ao comunalizar a riqueza gerada por estes serviços entre os próprios beneficiários de créditos, este sistema promove uma gestão empática, na qual as necessidades específicas de cada sócio são tomadas em consideração. Para a conversão destes instrumentos capitalistas em instrumentos de expansão da economia coletiva, dá-se ainda a redução da burocracia associada à ativação destes serviços, substituindo-a por uma base de confiança, como vemos com as justificações necessárias para a ativação do Fundo de Veículos ou do Fundo de Saúde. Contudo, o uso de regulamentos que replicam modelos capitalistas de serviços de seguros ou de crédito pode resultar na réplica dos problemas e desigualdades que estes criam, tais como a dificuldade de entendimento das regras por todos os sócios, ou situações de dívidas sem retorno, alimentando desigualdades internas. Em alternativa, vemos como no Fundo do Bem Comum, são apresentados instrumentos de economia social e solidária que permitem a democratização do uso dos fundos disponíveis. Ainda assim, o funcionamento deste fundo tem a limitante de não ser economicamente sustentável, uma vez que não gera recursos capitalizáveis próprios,

fazendo uso de recursos de outros fundos, para além de que os instrumentos democráticos aplicados não alimentam a procura de soluções coletivas (uma vez que é apenas necessário um grupo de 10 pessoas para ativar um projeto).

Nesta análise verificamos, igualmente, um problema com a comunicação interna, que se apresenta, assim como na Minga, como um dos principais entraves a uma verdadeira democratização dos instrumentos económicos criados. Seja pela dificuldade de acesso à informação registada, seja pela falta de espaços participativos, os meios criados não asseguram uma comunicação direta entre os órgãos de gestão e os sócios, gerando vários níveis de conflito que analisámos ao longo deste capítulo. A falta de informação traduz-se numa fraca participação, e, consequentemente, num agravar de uma gestão autocrática, pouco participativa.

Ainda que pouco democrático, vemos como o sistema económico criado pela Portada Bethania desenvolve vários instrumentos para a 'solidariedade' que tanto une, como divide os seus membros. As diferentes interpretações desta noção, que geram distintas posturas quanto à forma de gestão da cooperativa, não põem em causa a procura de uma economia solidária coletiva, construída para beneficiar os seus sócios.

4.3.4. De *amenity migrants* à autonomia solidária

Entre 1937 e 1954, antes da formação da cooperativa, os oito irmãos, da primeira geração viviam numa quinta em Latacunga, uma zona rural a sul de Quito, atualmente considerada zona periurbana, onde a família se dedicava a atividades agrícolas e pecuárias. A referência a este passado agrícola é frequente motivo de orgulho, mencionado como momento em que se começa a cultivar o sentimento de corresponsabilidade e de cooperação. De acordo com os membros da cooperativa esta fase representa a criação dos valores coletivos que dão origem à Portada:

> Os sentimentos de união, solidariedade e esforço coletivo, sem dúvida são as sementes que anos mais tarde germinaram no 'Club 20 de Fevereiro'[23]. A par destes sentires, também a austeridade e o não apego aos bens materiais foram convidados de honra na mesa familiar. (História da Portada, resumo executivo, 2019, p.2, tradução da autora).

Em 2003, ano de formação da cooperativa, sete dos oito irmãos e respetivos núcleos familiares partilham um terreno na Arménia, um bairro no Vale de los Chillos, zona atualmente

[23] *20 de Fevereiro* era o nome dado à Portada Bethania inicialmente.

suburbana de Quito. Com o alargamento e multiplicação dos núcleos familiares, dá-se uma dispersão por vários territórios, não só no Equador, mas também noutros países, ainda que grande parte se mantenha nos subúrbios, 'zona de origem' da cooperativa. Os motivos citados para a escolha do lugar de residência são, frequentemente, a procura de lugares seguros, de clima ameno, terrenos férteis e com espaço para cultivo, mas também a proximidade com outros membros da família. Podemos assim identificar três fases – partilha de casa numa zona rural, partilha de terreno entre vários núcleos familiares e dispersão por freguesias vizinhas – que nos ajudam a compreender a evolução da cooperativa e a construção dos valores que a regem. A vivência numa zona rural e integração de princípios camponeses de corresponsabilidade na economia familiar estabelecem os valores comuns que viriam converter-se na base da ação da cooperativa. Posteriormente, a partilha de terreno entre quase todos os núcleos familiares da Portada Bethania na Arménia, gera proximidade e partilha de quotidianos que fomentam a confiança essencial para o surgimento da cooperativa. Por fim, a dispersão dos núcleos familiares fomenta a divisão da cooperativa em vários grupos, fragilizando a confiança entre os cooperadores, ainda que seja também um motor para procurar uma maior variedade de formas de vida.

Quando integramos estas dinâmicas no contexto territorial apresentado anteriormente (cap. 4.3.1), podemos ainda entender esta família como pertencente a uma classe média alta, que 'foge' de Quito em busca de zonas mais calmas e cómodas. Nesta secção iremos ver como, partido deste lugar de privilégio no acesso ao território e da diversidade de formas ocupação do território presentes nesta paisagem, este grupo explora outras formas de habitação, de propriedade, de produção agrícola e procura contrapor a tendência de centralização do comércio/serviços em grandes edifícios comerciais. Resta ainda referir que, ainda que centremos grande parte da análise deste capítulo nas dinâmicas das famílias que vivem no Vale de Cumbayá e Tumbaco, estendemos também esta análise a cooperadores que se encontram noutras zonas do país, para melhor entender esta complexidade de vivências.

HABITAÇÃO E PROPRIEDADE

Dos 69 membros que vivem no DMQ cerca de 45% vive em conjuntos habitacionais exclusivos (como condomínios fechados), 43% vive em terrenos partilhados, e 10% junta estas duas modalidades de propriedade, partilhando, entre vários núcleos familiares, um lote de condomínio fechado, e 7% vive em habitações unifamiliares isoladas. Dos 12 membros que vivem noutras zonas do país, sabe-se que 42% (5 pessoas) vivem em condomínios fechados e

que 33% (4 pessoas) vivem em habitação unifamiliar individual em terreno cedido[24]. Com estes dados podemos concluir que quase metade dos membros da cooperativa que vive no DMQ reside em propriedades que, no contexto equatoriano e mais especificamente quitenho, estão associadas à classe alta e média alta. São, na sua maioria, casas em condomínios fechados (pelo menos 27 dos 69 membros que vivem no DMQ) mas também alguns (seis) apartamentos em edifícios em zonas exclusivas da cidade, onde o valor médio do terreno é mais alto. A exclusividade destes bairros pode mesmo chegar a considerar o nome de família como critério para admitir ou rejeitar pedidos de compra de propriedade, como no caso de Carmen que, sobre a primeira visita ao terreno onde posteriormente passou a viver, conta que:

> Gostámos muito [do terreno], mas quase que não nos deixavam entrar. Primeiro perguntaram-nos como nos chamávamos, porque isto aqui é só para a família *X*. Foi só quando lhes dissemos que eramos amigos dessa família que nos deixaram entrar. (Carmen, 6 fevereiro 2024, tradução da autora).

Estes dois tipos de conjuntos habitacionais (condomínios fechados e edifícios exclusivos) correspondem a dinâmicas territoriais já analisadas anteriormente neste trabalho (ver *guetificação elitista*, cap. 2.1.3 e cap. 4.3.1) que tendem ao uso da habitação como símbolo de destaque social, e da exclusividade e segurança como ferramentas para a segregação socioespacial. Ainda que quase metade dos membros da família viva neste tipo de conjuntos habitacionais, há vários casos de contestação dos princípios que estão na base deste modelo, nomeadamente segurança, exclusividade e propriedade individual. Em casas de vários cooperadores que viviam nestes conjuntos pudemos encontrar portões abertos, ou que se estragam e, por descuido, são deixados assim por muito tempo, servindo este sistema de segurança mais para impedir animais de estimação de fugir, do que para impedir assaltos. Um exemplo disso é o caso da casa-oficina de uma família de cooperadores que, não só evitam quase todos os sistemas de segurança na sua propriedade, como fizeram pressão para reduzir a presença de sistemas de segurança partilhados com o condomínio. Este condomínio fechado, desenhado por um arquiteto que era também residente, propunha alterar a exclusividade associada a estes lugares, desenhando-o, inicialmente, de forma a oferecer um espaço público de jardim generoso, aberto a não residentes (fig. 4.43). Contudo, a grande maioria dos restantes

[24] Este dados não incluem informação dos cooperadores a residir fora do país.

residentes, defendia o seu direito à exclusividade, típica deste tipo de propriedade, exigindo mais sistemas de segurança e a restrição de passagem a não residentes:

> Nós não queríamos o portão automático, (…) mas as pessoas que se foram juntando a este terreno não gostam de ver gente estranha aqui. Estão sempre a mandar mensagens no grupo de *WhatsApp* a dizer que há uma pessoa estranha a caminhar no parque. É muito chato, porque nós lutámos para que não houvesse seguranças nem portão, mas toda a gente queria e chega a um ponto em que se és o único, tens de ceder. Às vezes digo às pessoas que vão usar o parque que, se alguém os chateia, que digam que são meus amigos (Pedro, 5 março 2024, tradução da autora).

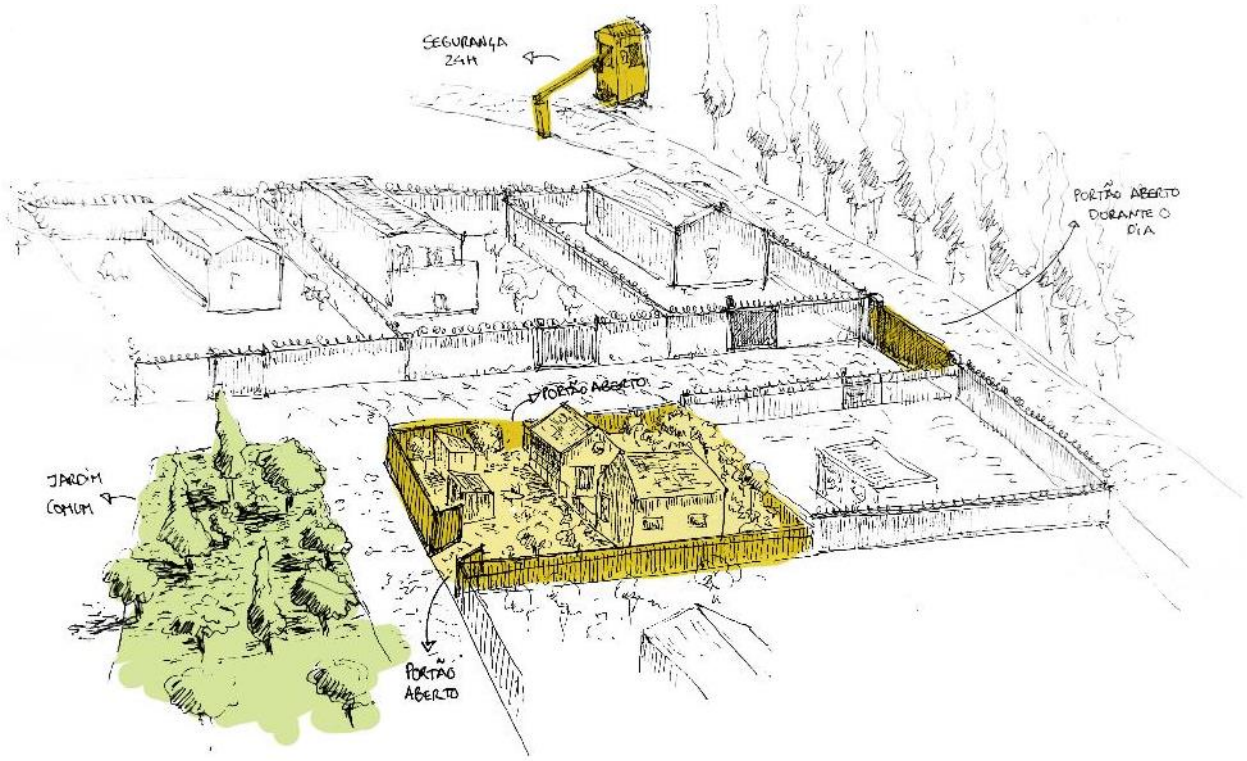


Figura 4.43 Axonometria dos sistemas de segurança no terreno da família de Pedro. Fonte: elaborado pela autora.

Isto não significa estas famílias não considerem que existe insegurança. Mais que isso, esta posição representa uma crítica aos sistemas de segurança tecnológicos ou físicos que são vistos como pouco eficazes para resolver um problema que tem como base a desigualdade social. Esta crítica é clara no discurso de Pedro quando explica a razão pela qual rejeitam o uso de sistemas de segurança:

> A nós já nos roubaram, levaram tudo o que tínhamos na oficina. Mas roubaram-nos a nós e a outras pessoas no loteamento que têm super seguranças e *snipers* no telhado. Nós deixamos tudo aberto e não queremos viver de outra maneira. (…) A mim surpreende-me que frente aos roubos, não nos consigamos organizar entre todos, e a única coisa que fazemos é contratar um segurança e pôr um portão (que nós lutamos para que esteja aberto o tempo quase todo). (Pedro, 5 março 2024, tradução da autora).

Este sentimento de responsabilidade individual para com o coletivo reflete-se na participação ativa de cooperadores na gestão dos condomínios onde residem. O que se verifica não só com a participação em reuniões de condóminos, mas também com o assumir de responsabilidades que noutros condomínios são delegados a empresas externas. Carmen, por exemplo, assume a responsabilidade de dar apoio aos seguranças do condomínio onde reside, garantindo algumas comodidades no lugar de trabalho destes. Nesta ação, não só está presente a ideia de corresponsabilidade, como também de igualdade social, quando para a escolha das comodidades a oferecer aos seguranças Carmen opta por soluções idênticas às que escolheria para si.

Também a ideia de propriedade individual e espaço privado são questionados, como vemos através da compra coletiva de terreno entre sete dos oito irmãos na Arménia. Esta forma coletiva de adquirir propriedade é também usada dentro de condomínios fechados, como no caso de cinco núcleos familiares de sócios da Portada que se juntam para comprar um terreno conjunto, mesmo se um destes núcleos familiares corresponde a uma pessoa que não pertence à cooperativa. Apesar de, legalmente, o terreno ser apenas um, este foi dividido em duas partes, separadas por uma vedação e com duas entradas distintas, das quais uma concentra três dos cinco núcleos familiares, e o outro os restantes dois (fig. 4.44). Dentro de cada uma das parcelas não existe uma divisão clara do terreno, estando o parcelamento definido por acordos verbais que estabelecem as responsabilidades de cada um. Elementos comuns como portão, vedações, reservatório de água, estacionamento, espaço verde e composto são de responsabilidade partilhada. Ainda que cada casa represente o espaço privado de cada núcleo familiar, no geral as portas estão sempre abertas, e promove-se o convívio e apoio com logísticas quotidianas (deslocações, compras, entregas, etc.).

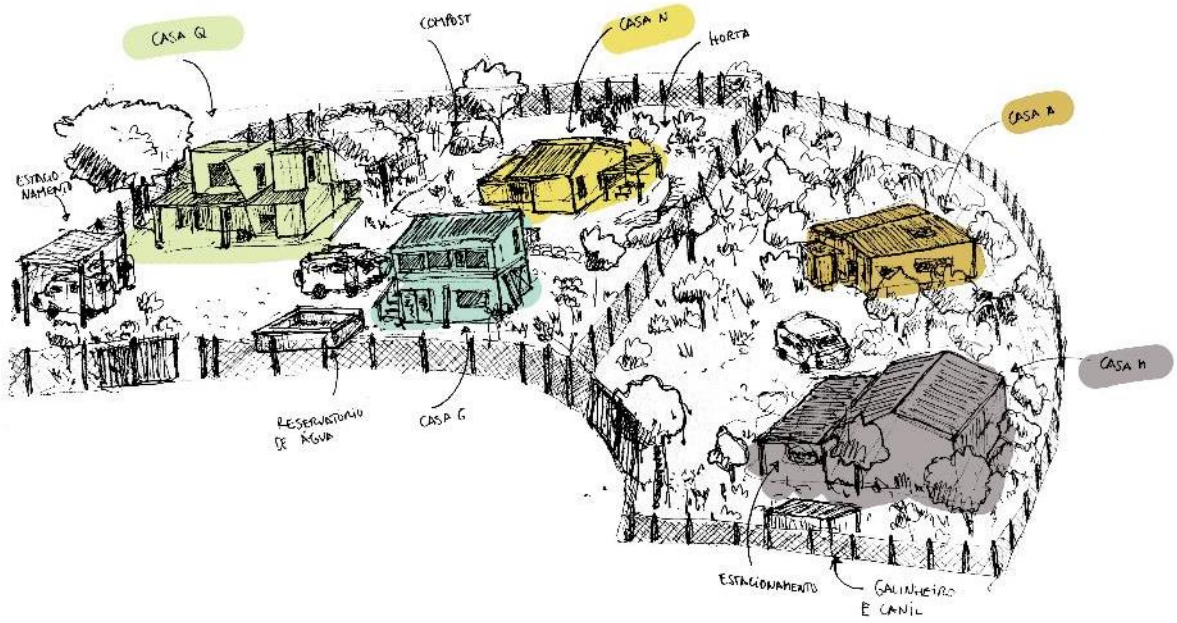


Figura 4.4410 Organização de terreno partilhado entre cinco núcleos familiares em Tumbaco. Fonte: elaborado pela autora.

Esta forma de coletivização de propriedade dá-se também em situações em que os membros da cooperativa não vivem em condomínios fechados. O terreno de Yaruquí onde viviam 18 membros da cooperativa, pertencia inicialmente, a um proprietário para quem um dos membros da cooperativa trabalhava, mantendo o terreno e cuidando dos animais, e que, no momento de venda, lhe deu preferência para a compra. Uma vez que o terreno era bastante grande e este não tinha capital suficiente para completar o montante pedido, propôs aos seus filhos e sobrinhos que dividissem o terreno entre todos. Assim, o terreno está parcelado em 10 partes, das quais uma é comum, três estão a ser ocupadas para vivenda própria, uma é alugada a pessoas externas à cooperativa, outra está em processo de construção, e as restantes quatro pertencem a membros da família, mas não estão ainda ocupados para habitação (fig. 4.45). Alguns destes terrenos vazios são usados por outros membros residentes para agricultura e produção de mel.

Inicialmente a proposta era que se fizesse uma gestão comunitária do terreno, mas, em assembleias de proprietários, concluiu-se que a maioria dos residentes preferia uma gestão individual, dos seus terrenos, e ficou apenas definido que uma parte seria reserva a área comum. O resultado é um terreno sem divisões físicas (muros, vedações, etc.) ou legais, mas em que cada um tem uma parcela definida e a gere como deseja. A gestão de espaços partilhados é feita com reuniões de residentes e *mingas* para a manutenção do terreno, estruturas comuns ou para resolver problemas que afetam várias parcelas. Alguns dos residentes defendem que este modelo de propriedade replica a lógica dos condomínios fechados, por reproduzir a

individualização da propriedade. Ainda assim, poderíamos dizer que a gestão coletiva de espaços comuns, a circulação aberta e a cedência temporária de parcelas sem construção para cultivo, distanciam esse terreno do formato de condomínio fechado.

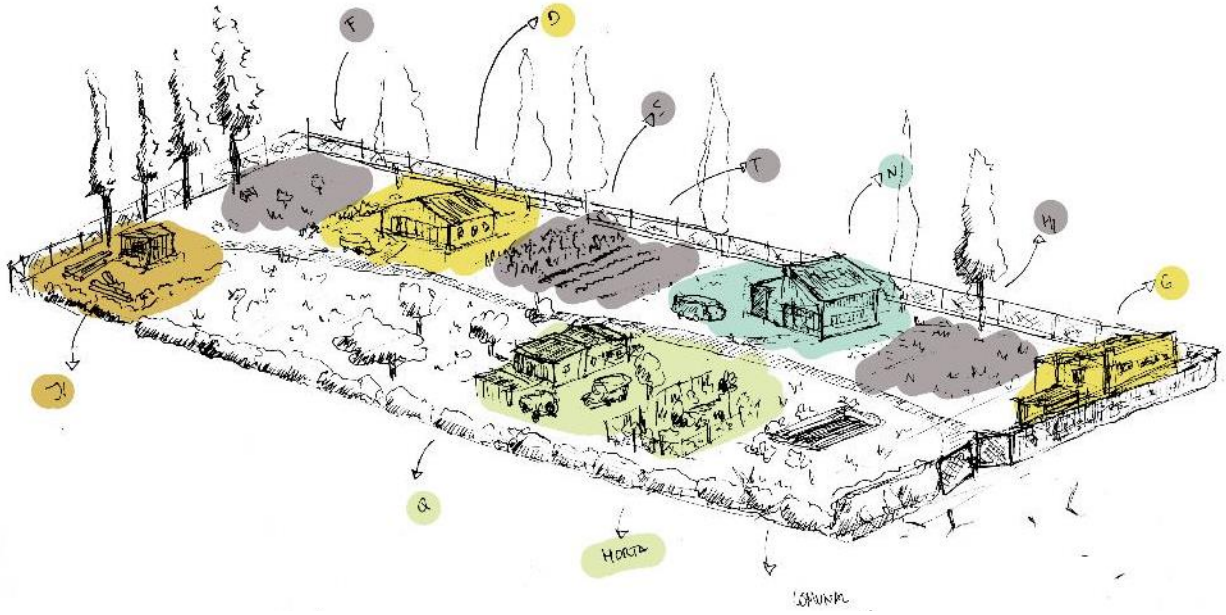


Figura 4.4511 Organização de terreno partilhado entre nove núcleos familiares em Yaruquí. Fonte: elaborado pela autora.

Se, nestes casos, a coletivização de propriedade parte, primeiro, da aquisição desta, para a sua posterior partilha, existe ainda um caso dentro da Portada de coletivização sem compra prévia de propriedade. Este é o caso da comunidade de pescadores onde vive Felipe e Alba, que estão sobre terrenos considerado comunitários, por serem ocupados por estas comunidades há já várias gerações. Contudo, a ausência de reconhecimento legal desta propriedade gera, também neste caso, situações de ameaça de gentrificação e expropriação, como verificamos com o comentário de Felipe:

> Toda a comunidade do Cabuyal está em terreno ocupado, e nos últimos anos construtoras têm começado a fazer pressão para as pessoas saírem porque têm um plano de fazer um condomínio para gente com dinheiro. (Felipe, 6 abril 2024, tradução da autora).

Embora estes terrenos tenham sido apropriados pela comunidade como um todo, isto não invalida a sua divisão em parcelas e distribuição pelos diferentes núcleos familiares locais, assim como vimos em casos anteriores em que se deu a compra prévia de propriedade. Apesar de, assim, cada família ter o seu próprio terreno, existem alguns serviços comunalizados, tais como a *internet*, cujo único ponto de acesso é a escola, e à qual os membros da comunidade têm acesso pagando uma quota mensal.

Para além da comunalização de propriedade, alguns cooperadores adotam também práticas que questionam a ideia clássica de propriedade privada, nomeadamente através da cedência. Exemplo disso são cooperadores que têm terrenos onde a habitação coexiste com a produção agrícola e com a produção industrial de pequena escala e que, contratando trabalhadores para estas produções, lhes cedem casas para habitar. Estes cooperadores apontam esta estratégia como forma de assegurar vivenda digna a pessoas que vinham de situações habitacionais precárias. O questionamento da propriedade individual chega inclusive a abarcar o espaço da casa, como vemos na casa de um casal em Yaruquí, no terreno acima mencionado, que é intervencionada para poder albergar dois núcleos familiares e adaptar-se à situação de crise económica decorrente da COVID-19 (fig. 4.46).

A cedência de propriedade também acontece no sentido inverso. No caso de Felipe, ao chegar à comunidade de pescadores em Manabí um dos vizinhos oferece o seu terreno para uso do novo habitante local. Aqui, Felipe constrói a sua casa e cultiva a sua horta. Posteriormente, durante a COVID-19, um outro grupo de cooperadores constrói outra casa no mesmo terreno, que é usada tanto por membros da família, como visitantes, ou voluntários que passam pela escola de Felipe e Alba que será descrita mais à frente neste subcapítulo.

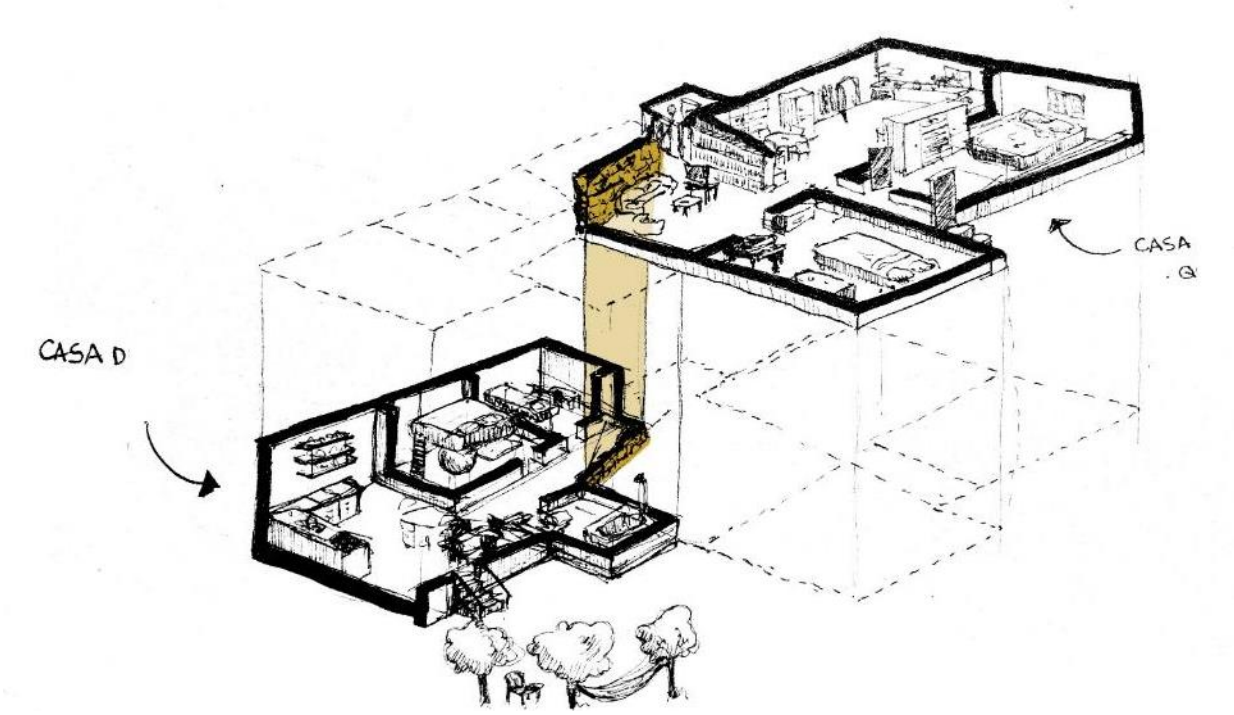


Figura 4.46 Intervenção com a construção de uma parede para a partilha de propriedade entre dois núcleos familiares em Yaruquí. Fonte: elaborado pela autora.

Outra das características dos condomínios fechados, como vimos noutros capítulos (2.1.3, 4.3.1) é a integração de serviços exclusivos e de um espaço embelezado de fruição. No caso dos membros da Portada notamos que, mais do que a anexação deste tipo de comodidades à habitação, há uma tendência para a associação de espaços de produção que permitam o desenvolvimento de atividades profissionais. Desde oficinas a pequenas unidades industriais e de produção agrícola, os terrenos são comumente aproveitados para assegurar – pelo menos em parte – meios de subsistência, sejam estes comida ou serviços/produtos para venda a outrem, como no caso de dois núcleos familiares que montam, no terreno onde também residem, pequenas unidades de produção de alimentos processados (como iogurte, manteiga, compotas e fermentados) (fig. 4.47).

Outros têm também estúdios de música em casa, oficinas de cerâmica e de carpintaria, produção de mel, hortas para autoconsumo, produção agrícola para venda ao público, entre outros. Em alguns casos esta mistura de atividades produtivas e reprodutivas resulta na abertura dos espaços supostamente privados a 'estranhos' (clientes), esbatendo os limites entre espaço privado e espaço de comércio/serviços. Exemplo disso é a casa-oficina de uma família de cooperadores, onde fazem exposições, *workshops* e reuniões com clientes de forma frequente, atividades que cohabitam com atividades quotidianas como tomar o pequeno-almoço, cuidar das crianças ou as próprias brincadeiras das crianças que circulam pelos vários espaços (oficina-casa-jardim-horta) (fig. 4.48).



Figura 4.47 Armazém do projeto agroecológico Finca Chaupí Molino, de cooperadores da Portada. Fonte: fotografia da autora, 2024.



Figura 4.4812 Crianças a brincar no espaço de oficina de cerâmica enquanto decorria uma aula de cerâmica. Fonte: fotografia da autora, 2024.

Para tudo isto contribui também o desenho dos espaços. Muitas das casas são bastante abertas ao exterior, com vãos (janelas/portas) de grandes dimensões e conexão direta (passagens, portas, escadas, janelas) entre espaços de produção e os espaços mais familiares. A nível de construção, no geral há uma grande preocupação pelo tipo e origem dos materiais usados. É comum o uso de madeira e adobe, mesmo a nível estrutural. No terreno em Yaruquí muitas das casas usam inclusive madeira que estava no próprio terreno. No momento da compra, o terreno estava limitado por uma linha de árvores, que foram distribuídas entre as várias parcelas, e que foram em vários casos posteriormente usados para a construção das casas da parcela correspondente (fig. 4.45). Na casa de Felipe, na costa do Equador são usados materiais locais como a *caña guadúa* (semelhante ao bambu), trabalhado segundo técnicas tradicionais locais (fig. 4.49). É também frequente a autoconstrução ou o recorrer a serviços de desenho e construção dentro da família ou com amigos. Um dos cooperadores, que é arquiteto e carpinteiro, fez o desenho arquitetónico e construiu as carpintarias da sua casa e da casa de

uns primos, dando uso à madeira que tinham no terreno. Um outro cooperador, que é guia de montanha sem formação em arquitetura ou ramos semelhantes, desenhou a sua casa e da sua mãe e construiu a sua em conjunto com o primo, que é arquiteto e carpinteiro, e como estes há muitos mais exemplos dentro da família. Nas casas autoconstruídas é notório um processo semelhante ao que acontece em Montemor-o-Novo, em que estas permanecem num processo construção durante largos períodos de tempo, sendo que o habitar acontece antes da casa terminada.

Numa primeira abordagem a forma de habitar e o modelo de propriedade adotado por membros da cooperativa parecer reproduzir os processos de *guetificação* predominantes nos territórios onde a maioria destas pessoas vivem. No entanto, uma análise mais profunda revela que algumas das estratégias de resposta a necessidades de habitação – e também de acesso a meios de produção – criam espaços que se diferenciam dos típicos condomínios fechados, rejeitando valores a eles associados como segurança, exclusividade ou propriedade individual. Ainda assim, e principalmente no caso dos terrenos partilhados ou das pessoas que vivem dentro de condomínios, há limitações claras. Os terrenos partilhados acabam por replicar comunidades segregadas do restante bairro, enquanto que as propostas disruptivas dentro de condomínios fechados estão limitadas pela forma de vida de outros residentes, que procuram a exclusividade associada a um condomínio genérico.



Figura 4.4913 Uso de materiais e técnicas locais para a construção da casa da família de cooperadores que vive numa comunidade de pescadores na zona da Costa do Equador. Fonte: fotografia da autora, 2024.

NATUREZA E BENS COMUNS

Como vimos no capítulo da contextualização da cooperativa (4.3.1), nos anos 1960-1970 cerca de metade dos membros fundadores da cooperativa estiveram envolvidos em projetos de incidência com comunidades camponesas, nos quais o foco passava muitas vezes pela facilitação de ferramentas para a gestão de bens comuns. Através destes programas eram também promovidas práticas agrícolas camponesas, que procuravam limitar a dependência de matéria-prima externa (sementes, fertilizantes,...) bem como alcançar a "massificação da soberania alimentar" (Francisco, 18 novembro 2023, tradução da autora). Nestes projetos, estes sócios da Portada abordam a relação com a natureza e a necessidade de preservação dos ecossistemas como parte de uma luta social pelos direitos de comunidades de gerir os seus bens comuns e no seu direito a assegurar a sua soberania alimentar. Um dos membros fundadores da cooperativa desenvolveu um trabalho particularmente importante, não só para disseminar este entendimento da natureza e da produção agrícola entre membros da família, como também para fomentar o desenvolvimento do pensamento agroecológico no Equador. Para além de ter feito parte destes projetos de incidência em várias ONG's como a *Swiss Aid* ou a *Brot für dir Welt*, Francisco Gangotena desenvolve ainda trabalhos académicos que procuraram definir o modo de produção camponês, com base em casos equatorianos (Gangotena, 1981; Gangotena, et al., 1980), e, mais tarde começa o seu próprio projeto de produção agroecológica familiar que continua em atividade atualmente, a *Finca Chaupí Molino*. Ao longo dos anos esteve envolvido com projetos e ações que pretendiam criar redes de cooperação entre camponeses e promover o pensamento agroecológico em várias frentes. Um exemplo deste tipo de iniciativas deu-se em 2008, com a subida ao poder do governo de Rafael Correa (cap. 4.3.1), o que parece ser o momento ideal para propor uma transição agroecológica de forma sistémica. Face a esta oportunidade Francisco dirige-se ao então presidente para apresentar esta proposta, mas a proposta não é recebida com muito interesse, acabando este governo por replicar práticas de fomento à agroindústria. Como comenta Francisco numa entrevista:

> Eu falei com vários presidentes (…) 300 mil toneladas anuais que importam de ureia, nitrogénio, fósforo, potássio, todos os venenos (…) estamos para além dos 1000 milhões de dólares. Falei com dirigentes camponeses nas últimas manifestações [de 2019] e [disse] em vez de pedir ureia e veneno porque não pedimos um apoio de 500 milhões para água e excremento? (Red de Guardianes de Semillas, 2023, tradução da autora)

Sem o apoio público, mas com o apoio da sua família, Francisco mantém o projeto agroecológico (fig. 4.50) *Chaupí Molino*, onde, com a sua companheira Maritza e os seus filhos, para além da produção para venda ao público, retiram também fonte de subsistência de três núcleos familiares (seis pessoas) e fazem sessões de formação e partilha de conhecimentos entre camponeses de várias partes do país. De acordo com Francisco, já passaram pelo projeto mais de 72 mil camponeses para se capacitarem em práticas agroecológicas e para partilhar saberes.



Figura 14.50 Produção agroecológica da *Finca Chaupí Molino* de Francisco Maritza e filhos. Fonte: fotografia da autora, 2024

Por este projeto passaram também vários membros da cooperativa da segunda e terceira geração, acabando, a *Finca Chaupi Molino* por contribuir para a disseminação do pensamento agroecológico por outros membros da família. O resultado é que outros cooperadores da segunda geração montaram negócios onde estes valores estão presentes, tais como produções agroecológicas, lojas que procuram diminuir o número de intermediários assegurando pagamentos justos aos produtores e projetos de autoconsumo guiados por princípios agroecológicos. É importante mencionar que o desenvolvimento de projetos deste tipo não se dá dentro de condomínios privados, estando, normalmente localizados em zonas menos urbanizadas, como as freguesias de El Quinche ou San José de Minas. Exceção a esta tendência é o caso da própria quinta agroecológica *Chaupí Molino*, que se encontra numa zona urbanizada, mas que, tendo-se estabelecido aqui nos anos 1980, podemos dizer que segue o mesmo padrão, uma vez que o grau de urbanização desta freguesia (Puembo) nesta época era baixo. Entre os cooperadores que vivem em condomínios fechados, o que observamos é apenas,

nalguns casos, a produção para autoconsumo e a gestão dos próprios resíduos alimentares localmente.

Em territórios com características muito distintas, como é o caso da comunidade de pescadores onde vive Felipe, de quem já falamos na secção anterior, vemos como os princípios da Agroecologia e de produção camponesa se estendem inclusive à pesca. A procura por uma produção que não se tenha que subjugar aos interesses de Mercado, é aplicada a este contexto, através da criação canais de venda de peixe, onde os pescadores não só recebem mais pelo produto vendido, como lhes é dada a possibilidade de venda de espécies menos comercializadas, mas mais abundantes. Isto significa que os pescadores podem optar por diferentes tipos de pesca, evitando a sobre-exploração de determinadas espécies com maior valor comercial e assegurando a capacidade de reprodução das espécies. Tal como em *Chaupí Molino*, este grupo organiza formações, oferecendo apoio e capacitação para o processamento (congelação) do peixe localmente, bem como um canal direto de venda. A redução de intermediários e agregação de serviços, como limpeza e congelamento de peixe, ao processo de produção local, assegura uma maior retenção de valor nos produtores, que, com este sistema, é cerca de três vezes superior ao valor pago por outros intermediários. Se estabelecermos um paralelismo com a visão agroecológica, vemos a mesma lógica de produção que assegura a reprodução dos recursos base (Van der Ploeg, 2008; Gangotena, 1981) e a autonomia dos produtores das lógicas da economia de mercado massificada.

Esta perspetiva agroecológica pode ainda ser transposta para práticas arquitetónicas desenvolvidas por outros cooperadores. O atelier de arquitetura *Al Borde*, ao qual pertence um membro da Portada, desenvolve um curso de arquitetura condensado, dirigido à comunidade de pescadores do Cabuyal. Este curso, que procurou ser uma condensação dos princípios arquitetónicos e estruturais dados num curso de arquitetura normal, oferecendo as ferramentas de desenho e planificação a esta comunidade – já com bastante capacidade construtiva. A proposta era a de ensinar novas técnicas usando materiais tradicionais locais tais como a *caña guadua* e a *paja toquilla*, contribuindo para a sua valorização. Sendo estes materiais que existem em grandes quantidades localmente e que se reproduzem com relativa rapidez, fomentar o seu uso é fomentar também a autonomia da comunidade local na resposta à sua própria necessidade de habitação ou de construção de qualquer tipo de edifício. Fora deste projeto, *Al Borde* mostra também uma preocupação pelo uso de materiais locais ou reutilizados, assim como pela capacitação de vários agentes envolvidos com a construção, revelando uma preocupação com o impacto socioambiental da sua prática (fig. 4.51).



Figura 151 Construção de uma obra de *Al Borde* com uso de materiais e técnicas de construção locais. Fonte: fotografia da autora, 2024.

Este não é o único exemplo de práticas de cooperadores que têm entre os seus valores base a sustentabilidade ambiental. O caso de Isabel, que sendo ceramista e professora de cerâmica procura usar barro de regiões o mais próximas possível, é ilustrativo:

> É muito difícil encontrar barro de alta temperatura cá [no Equador]. Eu trago do Peru, que é o mais perto que encontrei, porque antes pedia dos Estados Unidos da América. É de lá que vem quase todo o barro que se usa cá. Mas a mim parece-me uma parvoíce fazer voar terra e água. (Isabel, 24 de janeiro 2024, tradução da autora).

Adicionalmente, Isabel desenvolve os seus próprios acabamentos (vidrados), usando matéria-prima local, de forma a procurar uma produção com menos impactos ambientais a nível de transporte e produção de matérias-primas, bem como uma maior autonomia do mercado a nível de acesso a matéria-prima.

Se bem que, à primeira vista, estas práticas pareçam desligadas da cooperativa, esta está presente de forma subjacente, financiando parte destes projetos, mas também pela própria entreajuda e apoio que se cria entre os membros. No caso da quinta agroecológica *Chaupí Molino*, usam-se créditos pontuais para, por exemplo, a produção de *kombuchas*, ou tem-se os veículos da quinta (trator e carro) cobertos pelo seguro de veículos. O apoio aos pescadores e o avanço do dinheiro para a compra de lotes de pesca são também eles feitos com créditos, chegando inclusive a acontecer situações de pescadores que contraem créditos através da

cooperativa para o seu negócio de pesca (cap. 4.3.2). Para o estabelecimento do atelier de cerâmica de Isabel foi também pedido um crédito que lhe permitiu desenvolver o seu próprio modelo de produção, de acordo com os seus valores e ritmos pessoais. Existe ainda um paralelismo que se pode estabelecer entre os valores de autonomia coletiva e solidariedade presentes na cooperativa, e a perspetiva da Agroecologia e das práticas dos membros que vão neste sentido. Ambas as posturas (autonomia coletiva e agroecologia) defendem a dotação de ferramentas às comunidades para que estas possam, com os seus próprios meios e conhecimento, gerir os seus recursos e responder às suas próprias necessidades, assegurando a reprodução dos recursos usados (sejam eles o capital coletivo ou a fertilidade da terra).

Serviços e comércio

A habitação em condomínios fechados está associada a uma elitização de serviços e de espaços de comércio, como vimos em capítulos anteriores (2.1.3, 4.3.1), que se dá tanto no espaço comum privado (dentro dos condomínios) como no espaço público. Assim como no caso da habitação vimos como uma parte dos cooperadores da Portada tende a questionar a forma de vida exclusiva e segregada do resto do território típica dos condomínios fechados onde habitam. Olhemos agora para como esta postura se estende ao comércio e serviços para além muros.

A produção agroecológica e de autoconsumo, abordada anteriormente, propicia a criação de canais de comércio que visam, como mencionado na secção anterior, conferir mais autonomia e pagamentos justos aos produtores. Estes canais de venda podem passar por cabazes, venda em mercados e feiras, criação de lojas de bairro ou mesmo o uso de plataformas digitais. Os cooperadores que vendem em mercados e feiras aproveitam canais de venda já criados por outras entidades, sejam estas públicas (municípios, freguesias) ou associativas (grupos de produtores). Os cabazes e as plataformas digitais (como a venda através de grupos de *WhatsApp*), permite a organização da produção com base nos pedidos, facilitando a gestão das quantidades de produto disponíveis, embora frequentemente implique deslocações para entregas. O caso de uma família que abriu uma loja de produtos biológicos e de comércio justo, permite um canal de venda estável, ainda que implique uma renovação constante de *stock*. A criação destes canais de venda pode resultar de uma necessidade de escoamento de produto por sócios com produção própria, ou da identificação desta necessidade noutros grupos. Este é o exemplo mencionado anteriormente do grupo de cooperadores que cria um canal de venda de peixe para pescadores da comunidade do Cabuyal, mas também o caso de Santiago que abre uma loja de produtos biológicos e de comércio justo para apoiar comunidades de camponeses com as quais o seu pai desenvolve projetos de incidência. Ainda que grande parte das vezes

cada cooperador desenvolva o seu próprio canal de venda, estes podem ser partilhados entre vários cooperadores, principalmente em casos de pessoas que têm produções muito reduzidas ou pouco variadas, que se acabam por juntar a cooperadores com produções maiores e mais constantes.

A criação destes sistemas autónomos de venda direta ao público permite ainda superar algumas das limitações da distribuição de grande escala, tais como a certificação paga, a obrigação de uso de fitofarmacêuticos ou a produção massificada ou especializada. Este tipo de limitações foi sentido por vários membros da família que começaram a vender produtos provenientes de agricultura familiar biológica, como contam Renato e Eugénia:

> Tínhamos uma quinta no Cotopaxi. (…) tentámos vender brócolos, mas não correu muito bem. Vendíamos a um intermediário que quando recebia muita produção inventava problemas. Dizia que os nossos brócolos tinham um bichinho…era uma forma de dizer que queria que usássemos pesticidas. (Renato e Eugenia, 15 fevereiro 2024, tradução da autora).

Para além dos sistemas de venda direta são também criadas estratégias de certificação com base em sistemas de confiança. O custo da certificação biológica ou comércio justo representa, para muitos produtores de pequena escala, um gasto difícil de suportar. Para resolver isto, Santiago, que gere a loja de produtos de comércio justo, mencionada anteriormente, realiza visitas recorrentes e testes grátis para as quintas que abastecem a loja, sendo que a certificação da loja é baseada na confiança dos clientes e na qualidade dos produtos apresentados. A realização destes testes serve-se de um serviço que é desconhecido por grande parte dos produtores, mas ao qual esta família teve acesso. Trata-se de um serviço gratuito, que a entidade nacional responsável pela certificação biológica deve oferecer obrigatoriamente. Dos dez testes obrigatórios mensais, raramente estes são requisitados, o que abre portas para que este grupo de membros da Portada faça uso deste serviço para assegurar a qualidade biológica dos produtos vendidos, sem que isto acarrete custos extra para os produtores. Esta certificação com base na confiança serve também para produtos processados, que para venda ao público devem ser confecionados em cozinhas certificadas, o que representa também um gasto muitas vezes difícil de cobrir. Estas plataformas de escoamento de produtos funcionam, assim, com responsabilidade partilhada, em que tanto o produtor como o consumidor assumem o risco de uma falha que estes possam ter.

A maioria dos cooperadores principalmente os que vivem perto de familiares que têm lojas ou produção própria, consomem bens produzidos pela família. Em muitas das casas a que tivemos acesso era comum o consumo de alimentos elaborados de forma caseira tais como pão, sumo, *kombucha*, *gee* (manteiga clarificada), mel, granola, manteiga, natas, queijo, compotas, fermentados… Assim como a compra a conhecidos, esta é, para muitos membros, uma forma de garantir a qualidade dos alimentos consumidos. Produtos que, de outra forma, seriam 'exclusivos', passam a ser uma opção mais barata, ou equivalente, a produtos de menor qualidade ou de produção de grande escala. A compra de produtos a conhecidos, sejam eles membros da família ou não, é também uma forma de apoio mútuo e de promover negócios e projetos de amigos e família com pagamentos justos.

> Vamos comprar leite ao Dom Manuel, o vizinho que vive lá em cima. Ao início ele queria-nos cobrar 40 cêntimos por litro de leite, mas nós decidimos pagar-lhe mais porque nos parecia mais justo. (Renato 27 fevereiro 2024, tradução da autora).

Há ainda outros sistemas alternativos à economia de mercado que passam pela desmercantilização de bens e serviços, como as *mingas*, em que membros da família se juntam para ajudar na construção de casas ou outras infraestruturas. Outro exemplo, é a organização de convívios familiares onde quase sempre se procura que toda a gente contribua para a realização da festa. São comuns as *pambamesas* (mesas postas – cap. 4.2.4), em que cada pessoa traz comida para partilhar e a dinamização de atividades e jogos com as crianças é feita por membros da própria família.

No caso da educação há uma procura por sistemas que permitam um maior desenvolvimento de espírito crítico, experimentação através da prática, do erro e do acesso a outras culturas. O resultado é que, pelo menos metade dos membros menores da família, frequentam escolas de educação *Montessori* ou *Pestalozzi*, onde não existe limite de idade, as crianças não são separadas por idades de aprendizagem e onde estas podem explorar diversas atividades de acordo com os seus interesses pessoais. Algumas destas escolas são projetos que funcionam em modelo de cogestão com os pais. Exemplo disso é o caso da escola de educação *Pestalozzi*, onde estudaram alguns membros da família da segunda geração e cuja gestão dependia da auto-organização dos pais para assegurar a sustentabilidade financeira do projeto. No entanto, vemos que o facto de se localizarem em freguesias altamente gentrificadas como Cumbayá, onde o acesso é quase exclusivamente feito em transporte privado, resulta que este tipo de estruturas é, de certa forma, exclusivo. É também nesta freguesia que estão as escolas

de outra parte das crianças da família, que frequentam instituições com caráter internacional e bilingue como o *Colégio Alemão* ou o *Colégio Americano*. Nestes colégios, com parcerias internacionais, é facilitado aos estudantes o acesso a formações, estágios e intercâmbios para estadias noutros países da Europa e Estados Unidos. O custo mensal e localização destes colégios torna-os ainda mais exclusivos que os anteriores, estando reservados a uma parte da população com algum poder económico. Pais, membros da cooperativa, que têm os filhos neste tipo de escolas, vêm aqui a oportunidade de aproximar os filhos a outras culturas e realidades, permitir que viajem e abrir portas à imigração como forma de melhorar a qualidade de vida. Estas opções de educação reforçam o estilo de vida da *guetificação elitista*, ao isolar-se do restante território, tanto a nível de acessibilidade física, como a nível de acessibilidade económica. Recordando o comentário de um sócio da cooperativa sobre o facto da flexibilidade de créditos dentro da cooperativa permitir "que uma crise económica não se transforme numa crise familiar" (David, 21 fevereiro 2024, tradução da autora) (cap 4.3.2), podemos ainda relacionar a capacidade dos sócios da Portada em manter os filhos em escolas 'exclusivas', com a possibilidade de contração de créditos que permitam maior liquidez familiar para cobrir os custos deste tipo de educação.

Esta análise poderia levar à conclusão que a procura de soluções de educação alternativa está necessariamente associada ao acesso a contextos de exclusividade, contudo, há exemplos dentro da família que procuram expandir opções de educação alternativa ou ofertas culturais 'exclusivas' a públicos mais abrangentes. Vemos isso com o projeto musical *Música Ocupa*, do qual fazem parte dois sócios da cooperativa, e que procura levar a música clássica a espaços onde a música erudita normalmente não chega, tais como prisões, bairros sociais, ou praças e jardins públicos. Outro exemplo, e talvez o mais claro de democratização do acesso a formas de ensino alternativas (e exclusivas), é o projeto de Felipe e Alba no Cabuyal da Escola *Nueva Esperanza*. Ao mudar-se para a comunidade de pescadores no Cabuyal, Felipe depara-se com um contexto onde não existe qualquer tipo de instituição de educação, estando esta comunidade dependente de povoações maiores, bastante afastadas, embora não tivesse serviços de transporte público próximo. Face a esta situação, Felipe cria a Escola *Nueva Esperanza*, que apresenta práticas semelhantes à modalidade de educação 'alternativa' apresentada anteriormente, sendo que não há limite de idade e as crianças têm bastante liberdade para explorar atividades do seu interesse pessoal. O resultado é um maior envolvimento das crianças com a sua comunidade local, como com a criação de um 'museu' com artefactos arqueológicos, ossos e esqueletos de animais e outro tipo de fósseis todos encontrados na aldeia (fig. 4.52), ou a iniciativa das crianças de criar um comité de proteção das tartarugas, criando horários de vigília para, entre

si, proteger e acompanhar a desova das tartarugas na praia local. Ainda que exista uma tentativa para a legalização da escola e validação deste tipo de educação, permitindo às crianças seguir estudos universitários, esta tem visto os seus pedidos negados. Como conta o próprio:



Figura 4.52 Museu de artefactos na escola do Cabuyal. Fonte: fotografia da autora, 2024.

> Não conseguimos legalizar a escola. O mais irónico é que nos convidam a dar conferências e a escrever artigos sobre o que fazemos aqui na escola…pessoas do próprio ministério! Ao início aceitávamos, porque achávamos que ia dar visibilidade à escola e ajudar à legalização, agora já não acreditamos nisso, acho que nos estão só a usar. (Felipe, 3 abril 2024, tradução da autora).

Este problema, enfrentado também numa das escolas alternativas de Cumbayá que frequentam crianças da cooperativa, é resolvido em ambos os casos da mesma maneira: recorrendo ao pagamento a uma instituição norte-americana, conseguem receber uma validação deste país, que, esta sim, é reconhecida pelo governo equatoriano. Os critérios são poucos, sendo as crianças apenas obrigadas a aprender inglês e matemática nos últimos quatro anos de escolaridade. À parte disso, cada família deve pagar 175$ por ano. O resultado é que nesta comunidade muitas das crianças não têm a sua educação certificada porque as famílias não têm capacidade de cobrir este custo anual.

Independentemente do tipo de educação escolhido, verifica-se uma forte presença dos pais e outros familiares na educação das crianças, seja pela redução do horário laboral, organização

do trabalho em períodos mais reduzidos do ano ou mesmo abandono do trabalho. É também frequente a participação das crianças em projetos de outros membros da família, sejam *mingas* de construção com o atelier de arquitetura de Pascual, participação na *Finca Chaupí Molino* ou visitas à Escola *Nueva Esperanza* do Cabuyal. Apesar de não existir um fundo exclusivamente dedicado à educação dentro da Portada, os apoios são concedidos através de créditos com juros reduzidos, que permitiram a vários membros da família estudar em universidades no estrangeiro. O apoio à educação estende-se também à escola no Cabuyal, à qual o apoio tem sido prestado através de créditos concedidos para a construção e reabilitação de espaços, bem como com a organização e participação em *mingas* para apoio à construção.

A procura de soluções alternativas estende-se também à medicina, sendo comum recorrer a medicinas alternativas com médicos amigos ou próximos. Homeopatia, medicina chinesa, medicina naturista ou medicina tradicional são formas comuns de lidar com a saúde para muitos dos membros da família. Aqui, mais uma vez, é importante o seguro de saúde familiar que permite recorrer a este tipo de medicinas que não são cobertas por seguros de saúde comuns.

FERRAMENTAS PARA OUTROS HABITARES

Face aos territórios gentrificados e *guetificados* (ou em vias de), onde a grande parte dos sócios da Portada reside, observamos que os membros desta comunidade desenvolvem práticas que replicam e reforçam estes processos, mas também práticas que põem em causa a privatização elitista do território. Falamos de estratégias visam a expansão da autonomia coletiva através da apropriação, autogestão e partilha de recursos, bem como através da criação de meios de produção e distribuição localizados/ contra-hegemónicos.

Vemos isto com as propostas de democratização do acesso à propriedade e a espaço coletivo de qualidade que praticam alguns membros da cooperativa que, tendo acesso a propriedades em condomínios fechados, a coletivizam ou procuram alargar o acesso aos espaços coletivos dentro dos condomínios. A coletivização de propriedade não implica necessariamente a abolição de propriedade individual, como vemos no exemplo do terreno partilhado em Yaruquí. Neste caso, apesar de existir uma pretensão inicial de que este fosse vivido de forma comum, com uma forte partilha de espaços e quotidianidades, isto não correspondia ao que os proprietários queriam, adotando-se um modelo semi-coletivo (ou semi-individual) com a redução das atividades coletivas e espaços comuns.

A apropriação, autogestão e partilha de recursos pode dar-se tanto a pela partilha do acesso à propriedade, como pela partilha de bens comuns, como conhecimento ou matérias-primas. A promoção de atividades de partilha de conhecimento agroecológico, de construção e de pesca,

representam formas de democratizar o acesso a lugares/espaços, não necessariamente físicos mais também intelectuais e sociais, normalmente restritos a uma elite social. Falamos da democratização do acesso a conhecimento universitário, escolas de educação alternativa ou concertos de música clássica, com a criação de espaços temporários ou permanentes de partilha. A partilha de recursos é, no entanto, indissociável da partilha de responsabilidades que advém dos processos de autogestão. A escola *Nova Esperanza* é um bom exemplo disso, uma vez que as próprias famílias que beneficiam deste serviço gratuito se veem envolvidas no seu apoio e manutenção, seja com o apoio diário na escola com o cuidado das crianças, ou em fases pontuais de *mingas* de construção e reabilitação do espaço.

Para além destas estruturas mais dedicadas à esfera reprodutiva, abordámos ainda a partilha de recursos ligados à produção como são as plataformas de comercialização e venda de bens, como feiras, sistemas de cabazes, lojas e plataformas virtuais, mas também a criação de meios de processamento industrial como vimos no caso dos pescadores do Cabuyal, e das pequenas indústrias de processados alimentares que muitos cooperadores têm em suas casas. A criação destas plataformas alternativas ao mercado massificado de grande escala contribui para que uma maior percentagem da riqueza seja mantida nos produtores, apoia produções diversificadas de pequena escala, ao mesmo tempo que permite a democratização do acesso a produtos de qualidade pela prática de preços mais acessíveis do que os produtos biológicos normais. Simultaneamente, a criação de formas desmonetizadas de oferta de serviços tais como a troca, as *mingas*, ou a dádiva, diminuem a dependência de dinheiro e criam relações económicas baseadas na confiança.

Com esta análise notamos que a maioria das estratégias aplicadas pelos membros desta cooperativa dependem do acesso a recurso sejam estes propriedade, conhecimento ou recursos materiais. Inclusive a criação de economias desmonetizadas apresenta-se, neste caso, possibilitada pelo acesso prévio a capital (cultural, intelectual, material…). O acesso a estes recursos permite a sua partilha, fundamentada numa dinâmica de solidariedade de 'ajuda' ao outro, mais do que numa proposta de democratização dos recursos. Isto porque, os processos de partilha que observamos implicam apenas o *acesso* aos recursos partilhados, e não o direito a ser parte da sua *gestão*. Esta ideia será mais desenvolvida no próximo capítulo (5.1).

Se olharmos para o tipo de ação que representam estas estratégias (tabela 4.15), vemos que a grande maioria das ações neste caso são ações diretas, em que os cooperadores procuram, através dos próprios meios responder às suas necessidades e da sua comunidade. Adicionalmente vemos que as ações que se baseiam no exercer de pressão institucional para mudanças sistémicas são muito poucas e que resultam frequentemente em tentativas falhadas –

como na tentativa de conseguir apoios à Agroecologia ou para a legalização da escola no Cabuyal. As situações em que a ação da cooperativa surge em parceria com a ação de outras instituições (coprodução), dizem respeito a questões que extravasam a capacidade e meios disponíveis por este coletivo de responder às suas próprias necessidades, como seriam as necessidades de apoio médico, serviços educativos ou certificação biológica. Também é possível identificar estratégias que derivam de uma coprodução com outros agentes, no que diz respeito à criação de redes de distribuição de produtos, uma vez que é frequente estes serviços resultarem da associação com outros agentes com interesses ou necessidades semelhantes (venda ou compra de produtos/serviços).

Em resumo, o resultado destas estratégias parece abrir espaço à *des-guetização* de bairros onde a segregação social é muito marcada, abrindo o leque de possibilidades de uso e vivência do território por uma maior amplitude da população. A coletivização de propriedade privada, a relocalização de serviços, reapropriação de redes de distribuição, autogestão e partilha de recursos, que visam a criação de uma autonomia solidária, uma autonomia que procura chegar àqueles que não têm recursos/meios. Contudo, a exclusão de estes 'outros' dos processos de gestão e coletivização de bens e serviços pode limitar o nível de democratização destes processos e a criação de situações de dependência dos beneficiários, principalmente quando implicam a sua expansão para pessoas fora da cooperativa.

Tabela 4.15 Resumo estratégias de serviços e comércio aplicadas pelos cooperadores da Portada Bethania. Fonte: elaborado pela autora.

Ação	Estratégias	Ferramenta	Tipo de ação
HABITAÇÃO			
Compra propriedade em condomínio	redução dos sistemas de segurança físicos		coprodução
	participação na gestão do espaço coletivo		
Compra de propriedade coletiva	mingas para manutenção do espaço coletivo		ação direta
	cedência de uso temporário do espaço		
	eliminação de barreiras físicas entre propriedades individuais		
Compra de propriedade individual	cedência de terrenos/espaços a terceiros		
	partilha de casas		
	comunização de serviços (escala de bairro)		
	espaços de produção junto com espaços de reprodução		
Construção	autoconstrução		
	contrução tradicional		
	uso de materiais locais		
	mingas (ajudadas)		
	partilha de serviços entre membros		
NATUREZA E BENS COMUNS			
Produção sustentável	criação de canais de venda direta		ação direta
	foco na soberania alimentar		
	processamento local de bens alimentares		
	agricultura regenerativa		co-produção
Construção sustentável	renovação de técnicas tradicionais		
	partilha de conhecimentos de construção		ação direta
	uso de materiais locais		
Ativismo	capacitação para a auto-gestão		co-produção
	pressão política para transição agroecológica		*lobby* institucional
SERVIÇOS E COMÉRCIO			
Comércio local	canais de venda direta		ação direta
	certificação com base na confiança		co-produção
	apoio a negócios locais		
	pagamentos justos aos produtores		
Autoprodução	acesso a produtos de qualidade a preços mais reduzidos		ação direta
Desmercantilização de bens e serviços	sistemas de troca		
	mingas (ajudadas)		
	pambamesas		
	oferta gratuita de cultura e educação "exclusivas"		
	uso de recursos locais		

gestão de recursos
partilha de recursos
redes de cooperação
proteção bens comuns
economias não-monetizadas

CAPÍTULO 5

Discussão

5.1. Introdução

As cooperativas em análise emergem como resposta a distintos, embora comparáveis, cenários de crise. Face às falências do sistema capitalista neoliberal, estes dois grupos de pessoas, em contextos longínquos, desenvolvem sistemas económicos alternativos apoiados em governanças horizontais. Fundamentados em valores como solidariedade, sustentabilidade ambiental, regeneração e cooperação, estes casos não estão excecionais ou únicos (como vimos com os exemplos do capítulo 2.2.), podendo, no entanto, ser entendidos como exemplos representativos de práticas que exploram outras formas de economia para além do capitalismo neoliberal.

Ao longo do capítulo anterior, tomando em consideração o contexto em que se desenvolve cada cooperativa, analisámos detalhadamente as caraterísticas económicas e de governança de cada uma. Foram também identificadas algumas ações e estratégias adotadas pelos membros destas organizações que têm implicação direta na vivência do território. Neste capítulo relacionamos as diferentes estratégias usadas por cada cooperativa, aproximando-as segundo uma *comparação relacional* (Hart, 2018). Isto significa que, mais do que comparar os dois casos diretamente, iremos analisar como é que as ferramentas desenvolvidas por ambas as cooperativas procuram, dentro do seu contexto específico, criar outras economias, outros modelos de gestão e, principalmente, outras formas de habitar.

Primeiramente analisamos o modelo económico estabelecido por estas cooperativas, colocando-o em relação com o modelo capitalista neoliberal. Identificamos três pilares que fundamentam e justificam as estratégias económicas praticadas por ambas as cooperativas: autonomia, solidariedade e democracia económica. Com base nesta interpretação, partimos para uma análise das formas territoriais que resultam da espacialização deste modelo económico e dos seus princípios, identificando como estas formas tentam fazer frente aos desafios socioambientais causados pela *Urbanização Planetária* identificada no segundo capítulo.

5.2. Comparação económica

Num cenário em que os serviços públicos (trabalho, habitação, bancos e sistema financeiro) se veem regulados por entidades internacionais não eleitas, estes dois grupos decidem criar sistemas para a autonomia coletiva, baseados na democratização económica. O objetivo comum passa por ‘assumir as rédeas’ de dimensões socioeconómicas, das quais sentiam que, de forma

individual e coletiva, tinham perdido controlo. Isto passa pela criação de estruturas que permitam, num dos casos, o acesso a melhores condições laborais e ao direito à habitação (cooperativa integral), e no outro, o acesso a instrumentos financeiros de poupança, créditos e seguros (cooperativa de poupança e crédito).

No capítulo anterior vimos como estes sistemas económicos são simultaneamente alternativas e parte do sistema capitalista, uma vez que oferecem ferramentas para a autonomia coletiva que, ainda assim, só são viáveis por causa ao próprio sistema que contestam. Desde estratégias financeiras baseadas em juros e no risco, até ao uso de sistemas tecnicizados de centralização de dados e da criação de redes à escala nacional e internacional, o que vemos nestas cooperativas é a conversão de estruturas desenhadas para a acumulação de capital, em ferramentas solidárias. A base para esta transformação é a colocação dos princípios de solidariedade e cooperação como linhas guia de ação destas organizações, usando o potencial destas ferramentas para fomentar a cooperação, a partilha e a gestão coletiva de recursos.

Pudemos ainda observar, no capítulo anterior, como a criação de sistemas democráticos de autogestão é essencial para assegurar a manutenção destes valores (solidariedade e cooperação) como centrais à atividade económica das cooperativas. Enquanto que a falta de comunicação e de espaços de discussão conduzem ao aumento da desconfiança entre cooperadores e os órgãos de gestão interna, à diminuição da participação e ao estabelecimento de relações hierarquias dentro das cooperativas, a criação de instrumento de gestão democrática asseguram que o foco de ação desta é o bem-estar dos seus sócios. Ao longo deste capítulo iremos explorar mais aprofundadamente os três conceitos que entendemos ser a base destas economias alternativas (autonomia, solidariedade e democracia), procurando entender como estes se relacionam entre si, e com as próprias dinâmicas do capitalismo neoliberal.

5.2.2. Autonomia como resposta ao neoliberalismo

Usando a definição de Berlan (2024) de *autonomia* como o acesso aos meios e capacidades de subsistência, sem necessidade de subjugação a relações de dominação (ver cap. 2.1.4.), verificamos que os casos aqui analisados oferecem várias ferramentas dedicadas a este fim. Partindo das conjunturas particulares em que surgem, estas cooperativas criam estratégias que aumentam a capacidade de resposta a problemas e necessidades individuais e coletivas dos seus membros. No caso português, a liberalização do trabalho em 2011 resulta na generalização dos 'recibos verdes' como forma de faturação, principalmente, mas não só, entre as gerações mais novas recém-formadas. A estrutura de cooperativa integral adotada pela Minga permite a formalização do trabalho, sem a subjugação a contratos onde as condições laborais são definidas

pelas entidades empregadoras. Uma das ferramentas centrais da cooperativa tem sido o desenvolvimento do Acordo de Trabalho Cooperativo (cap. 4.2.2), que assegura a criação de um novo modelo de trabalho, que vai ao encontro da visão cooperativista. Este acordo permite evitar a vulnerabilidade, em termos e apoio social, que enfrentam trabalhadores independentes, assim como a necessidade de subordinação a uma relação hierárquica, no caso de trabalhadores por conta de outrem. A loja veio igualmente contribuir para a formalização e apoio laboral, permitindo a venda de artigos produzidos por cooperadores, sem a necessidade de subjugação a intermediários. Na habitação, a Minga tem também procurado soluções para responder, com os próprios meios, às necessidades de habitação dos cooperadores, tais como a criação de uma cooperativa de habitação ou a formalização de uma construtora.

A criação de estruturas para a autonomia é também evidente no caso da Portada Bethania que, deparando-se com um período de descrença bancária e vulnerabilidade financeira nacional, cria uma cooperativa de poupança e crédito. Este sistema permite assegurar o acesso a empréstimos de pequena dimensão (até 20 000$), através de um sistema de poupanças coletivas e da cobrança de juros. Adicionalmente os serviços de seguro que a cooperativa oferece aumentam a capacidade de resposta a situações de emergência de forma autónoma e de acordo com valores internamente definidos pela comunidade afeta a estes serviços. Também o Fundo do Bem Comum pode ser entendido, pelo momento em que foi criado (2019), como uma resposta à viragem neoliberal que se deu no governo equatoriano. Face ao abandono de políticas centradas na reprodução da vida (*Buen Vivir*) à escala nacional, podemos ver a criação deste fundo como a tentativa de garantir, dentro da comunidade da cooperativa, uma economia com foco no bem comum.

Pelo facto de, ao longo do tempo, irem criando novos instrumentos para a autonomia, estas estruturas não só respondem a problemas concretos associados às conjunturas dentro das quais brotam, como têm a capacidade de se adaptar a novos desafios que vão surgindo ao longo da sua evolução. Se dentro das estruturas das cooperativas vemos soluções que criam ou fomentam meios próprios de produção e de gestão de recursos; na ação dos cooperadores podemos identificar estratégias que visam a reprodução dos recursos base. Na Minga vemos isso com a criação da associação *Amora* para proteção do rio Almansor, ou em práticas de agrofloresta, que procuram recuperar ecossistemas degradados, assegurando, a nível local, a existência destes recursos (água e terra fértil) a futuro. Na Portada este tipo de estratégias está presente em práticas agroecológicas que pretendem a recuperação e manutenção quer de ecossistemas locais, quer de conhecimento empírico, mas também na criação de serviços dedicados à esfera reprodutiva como a Escola *Nueva Esperanza*.

Estamos assim perante dois sistemas interdependentes: a criação de meios de produção e a reprodução dos recursos base. Para a expansão da autonomia conseguida com a reprodução de recursos base (p.e. criação de sistemas agrícolas auto-reproduzidos), é necessária a sua complexificação. Por exemplo, a criação de sistemas agrícolas auto-reproduzidos, só por si, permite apenas satisfazer parte das necessidades de alimentação de uma comunidade, e as necessidades da Natureza na regeneração dos solos e manutenção de biodiversidade. Será necessário complexificá-la através de sistemas de produção, comercialização e consumo, como por exemplo redes de comércio local (mercados, feiras, lojas locais) para converter este sistema numa ferramenta capaz de abranger mais necessidades, como no caso da loja da Minga ou dos mercados e sistemas de distribuição onde participam membros da Portada.

Ainda que se pratiquem estas estratégias, o nível de autonomia alcançado nunca é total, existindo sempre um compromisso entre a vontade de autonomia e a subjugação a processos económicos nos quais estas cooperativas não têm poder de decisão. Este equilíbrio passa por procurar formas de integrar o sistema económico capitalista, sem ficar subordinado ou totalmente dependente de lógicas que vão contra os valores das cooperativas e dos indivíduos que as integram. No caso do Acordo de Trabalho Cooperativo da Minga, embora este procure ser uma alternativa à precariedade laboral dos 'recibos verdes' e à subjugação laboral que representa a hierarquia empregador-empregado, este contrato insere-se dentro dos processos de faturação, taxação, declaração fiscal e direitos laborais do regime laboral português. Isto significa que, para o Estado português, um cooperador continua a ser considerado um 'trabalhador por conta de outrem', sendo que o que muda é o tipo de contrato entre a entidade empregadora (Minga) e o trabalhador (cooperador). Isto permite colocar os cooperadores como beneficiários de serviços de provisão do Estado Social, enquanto mantêm a sua autonomia relativamente à atividade profissional que desenvolvem. Na Portada, é mantido um equilíbrio semelhante, neste caso com instituições financeiras como um banco nacional, procurando-se limitar relações de dependência, assegurando simultaneamente o acesso às vantagens que dão organizações financeiras de maior escala. Isto passa por manter a reserva de dinheiro da cooperativa num banco formal, onde os juros recebidos vão assegurando que o valor da reserva de capital não diminui com a inflação, ao mesmo tempo que se evita depender dessa instituição para acesso a serviços financeiros como empréstimos ou seguros. Esta 'apropriação' de ferramentas do capitalismo neoliberal por estas economias de base solidária e cooperativa é bastante explícita noutros exemplos apresentados. Tais como o facto da Minga usar sistemas tecnicizados de grandes empresas tecnológicas internacionais para a gestão das contas dos seus cooperadores, ou o facto da Portada converter instrumentos financeiros orientados para o lucro

em instrumentos de distribuição de riqueza e apoio ao bem-estar dos seus sócios. Isto significa que, mais do que um total isolamento, independência ou corte com sistemas de poder, a autonomia surge, nestas cooperativas, como a criação de sistemas que, estando integrados em organizações e entidades externas (como bancos) ou de maior escala (como Estados), desenvolvem estratégias para evitar a subjugação a estes. Esta forma de autonomia aproxima-se do que Snikesproge (2022) refere como autonomia relativa, isto é, o engajamento parcial em atividades do mercado capitalista para conseguir expandir os níveis próprios de autonomia. Também na Minga e na Portada vemos este tipo de situações, com os exemplos apresentados anteriormente. Esta conclusão coloca em causa a denominação que usamos anteriormente nesta investigação (cap.2.2) de economias *alternativas* uma vez que, como analisamos aqui, estas colaboram com lógicas capitalistas neoliberais para assegurar que os seus sistemas económicos *alternativos* funcionem. Ao invés, podemos pensar nestes sistemas como *economias de transição*, que passam pela criação de ferramentas económicas e financeiras baseadas em valores diferentes dos promovidos pelo capitalismo neoliberal, tirando, ainda assim, vantagem das ferramentas criadas por este sistema económico dominante.

5.2.3. De uma economia de competição a uma economia de solidariedade

Para além da construção de colaborações com o Estado ou o Mercado capitalista, uma outra forma de expandir a autonomia é através da sua coletivização. Como vimos anteriormente, a solidariedade é o princípio base de grande parte das economias de transição (cap.2.2), assim como dos dois casos aqui analisados (cap. 4). Nestas cooperativas observamos economias fundamentadas em princípios de solidariedade e cooperação. Na Minga encontramos estes conceitos associados às noções de *cocriação* e *coprodução*, conceitos frequentemente usados para fazer referência a processos que têm como objetivo o trabalho conjunto, integrando diferentes opiniões, formas de pensar e de comunicar, na procura de soluções comuns. Na Portada o conceito de solidariedade ganha particular relevância, sendo considerado o pilar fundamental da cooperativa. Como mencionado na análise desde caso (cap. 4.3.2), o termo assume diferentes entendimentos entre os cooperadores, sendo os dois principais, a ideia de solidariedade como assistencialismo – apoio a quem mais necessita – e a sua conceção enquanto o apoio às necessidades e formas de vida de outros, independentemente de quais estas sejam. Seja numa ou noutra conceção, este termo é usado como principal eixo segundo o qual a atividade da Portada se deve guiar, mostrando a importância deste valor nas ações tomadas pela cooperativa.

A integração da solidariedade na criação e gestão dos bens e serviços comuns de ambas as cooperativas, faz com que estes se adaptem às necessidades dos cooperadores, e permite aproveitar os recursos e conhecimentos de todos os elementos da comunidade na procura de respostas a estas necessidades. Na Portada, constatamos isto quando se adaptam os planos de pagamento de dívida às necessidades particulares de cada cooperador, assim como quando todos os sócios são convidados partilhar a sua opinião sobre a cooperativa, resultando na criação do Fundo do Bem Comum. Na Minga verificamos como o *Dia do Cooperador* assegura que os valores e missão da cooperativa vão sendo readaptados para responder às visões dos seus membros, ou, quando face a dificuldades administrativas em processar faturas, se cria um *software* para otimização do sistema.

Nas ações dos próprios cooperadores, nomeadamente as que se alinham com princípios de economias ecossociais, vemos a transposição da noção de solidariedade para a relação com a Natureza. Desde o canal de venda de peixe que permite uma pesca que respeita os tempos de reprodução das espécies, explorando espécies menos comercializadas, ou nas práticas de agricultura regenerativa, que procuram, antes de retirar lucro das produções, recuperar solos e biodiversidade dos ecossistemas locais. Nestes casos a solidariedade é entendida enquanto forma de coprodução com a natureza, através da cooperação e partilha de benefícios. O objetivo é, assim, assegurar que os recursos criados respondem a necessidades dos cooperadores e dos seus contextos (humanos e mais-que-humanos), garantindo a sua reprodução.

Com isto defendemos que 'ser solidário', nestes casos, não é uma questão moral, mas sim uma questão de prática e de eficiência. O que se verifica nos sistemas criados por estas cooperativas é que beneficiam e são melhorados se houver um maior número de participantes e, portanto, beneficiários. Isto é, os gastos que acarreta o sistema de faturação e a loja da Minga, só são economicamente viáveis se existir um número considerável de sócios a faturar através da cooperativa. Ou, no caso da Portada, o sistema de créditos e de seguros tem uma capacidade de concessão de serviços proporcional ao número de membros que usam estes serviços e o financiam com o pagamento de quotas e juros. Mesmo na 'solidariedade com a Natureza' explicada anteriormente, não reflete uma ideia de animismo, mas sim, mais uma vez, de uma estratégia de sobrevivência e de multiplicação dos recursos de produção (como solo, água ou sementes), sem necessidade de grandes investimentos financeiros, como seria numa economia capitalista.

5.2.4. Democratização da economia

A coletivização da autonomia pela solidariedade, só por si, não assegura que os bens e serviços criados satisfaçam as necessidades de *todas* as pessoas que a eles têm acesso. Em ambas as cooperativas encontramos situações de hierarquias internas em que uma parte dos sócios se sente marginalizada. Ainda assim, ao serem organizações que têm como base a governança participativa e a distribuição de benefícios, estas cooperativas oferecem várias estratégias que permitem combatem a concentração de poder e riqueza interna. Embora grande parte dos mecanismos que estas cooperativas criam se dedicarem a assegurar esta distribuição interna e garantir uma autogestão horizontal, há algumas ferramentas que devem ser destacadas por parecem ser essenciais para a democratização destes sistemas económicos de transição.

Em primeiro lugar, o facto de ambas as estruturas terem como órgão máximo a assembleia, na qual todos os membros têm a mesma importância, diminui a possibilidade de concentração de poder e de gestões autocráticas. A tomada de decisões preferencialmente baseada no consenso permite, ainda, evitar 'a tirania das massas', procurando que todas as vozes, ainda que sejam minoritárias, sejam tomadas em consideração no processo de decisão. A democratização do acesso à informação foi também um fator considerado importante, uma vez que permite uma participação informada na tomada de decisões. Isto pode dar-se tanto com a divulgação de informação aos membros como pela criação de sistemas de armazenamento de dados (individuais e coletivos) acessíveis a todos. Nos casos em que a comunidade estava mais informada sobre determinado assunto, era notório o aumento da participação, bem como uma maior diversidade de opiniões – em vez da sua agrupação em blocos homogéneos, muitas vezes antagónicos. Um outro fator de democratização da economia, que se identificou, foi a abertura das reuniões (que não as de assembleia) a todos os sócios, tais como as de conselho de administração, de direção ou as de secção. Com 'abertura' não nos referimos apenas à divulgação das reuniões a todos os membros ou que estes possam participar como espectadores, mas sim da abertura para a sua participação ativa, e da criação de espaço para a divergência de opiniões e o conflito.

Nas situações em se verifica um uso diminuto destas ferramentas, tais como situações em que o acesso às reuniões de tomada de decisão não é generalizado e aberto, ou que nem todos os membros têm igual acesso à informação, nota-se uma dificuldade em criar sistemas económicos que respondam às necessidades de todos os seus membros. Estas situações podem inclusivamente levar ao surgimento de grupos 'privilegiados' ou com maior poder, dentro da própria comunidade. A vantagem da criação destes sistemas democráticos horizontais e participativos, é que permitem revisões da estrutura e implementação de novas medidas que

melhor respondam às necessidades dos seus membros, como vimos em ambos os casos, na Minga com o processo da *Co'Missão*, e na Portada com o *Processo de Reflexão*.

Podemos concluir que o trinómio economia democrática – autonomia – solidariedade é essencial para a criação de economias que respondam às necessidades das comunidades onde são aplicadas. Senão vejamos, o caso de uma economia democratizada guiada por princípios capitalistas (competição, mérito, acumulação de capital, etc.), vai resultar apenas na recriação, a outra escala, o mesmo sistema económico. Vemos isto na Portada, na qual, se todos os membros acabassem por acordar que o objetivo central da sua economia é o crescimento de capital coletivo, estariam a replicar lógicas de acumulação do sistema capitalista, ainda que esta organização continuasse a ser um exemplo de democracia económica, uma vez que seriam os próprios membros que teriam estabelecido este objetivo comum.

Quando guiada por princípios de solidariedade, equidade e corresponsabilidade, mas sem a capacidade de gerar estruturas para a autonomia, a economia democratizada passa a ser apenas um exercício intelectual. Esta pode, eventualmente, fundamentar mobilizações sociais que exijam mudanças sistémicas, mas não terá capacidade de gerar uma economia democrática concreta, podendo inclusivamente ficar dependente de interesses externos. Vemos isto, por exemplo, com a Secção de Habitação e Construção da Minga que, ainda que tenha o desenho e planeamento detalhado de como será a habitação cooperativa promovida pela Minga, esta é apenas uma idealização até que existam realmente as ferramentas para a pôr em prática, neste caso, o acesso a propriedade.

Por fim, a autonomia coletiva, guiada por princípios de solidariedade, mas sem consciência de democracia económica, pode levar à centralização de poder e à criação de estruturas que obedecem apenas aos interesses e necessidades de um grupo 'privilegiado'. Vemos isso em ambos os casos, em situações como as descritas anteriormente, em que apenas um grupo restrito de membros tem acesso a toda a informação e à tomada de decisões. Assim, poderíamos dizer que, mesmo dentro destas cooperativas, a democracia económica nem sempre abrange todos os membros, sendo por vezes sacrificada em prol de uma alegada rapidez de ação, como vimos nos capitulo dedicados à estrutura de governança das cooperativas (4.2.3 e 4.3.3).

5.2.5. Limites e expansões

Em ambos os casos de análise encontramos comunidades que são de alguma forma fechadas. Stavrides (2021) define o sistema de comuns fechado como um espaço "com um perímetro definido e que corresponde a uma comunidade particular de comunais" (p. 49). Estes limites podem estar representados por barreiras literais ou simbólicas, e podem assinalar a morte da

comunalização do espaço. Se, na Portada, este limite é mais restrito, uma vez que é apenas permitido a quem é da família pertencer à cooperativa, na Minga este limite é apenas um processo de formalização e demonstração de interesse e compromisso, com a participação numa reunião presencial, pagamento de quota de inscrição e assinatura de registo de sócio. A Minga cria ainda outra facilidade como a categoria de sócio colaborador, em que não é preciso a formalização do registo, permitindo a praticamente qualquer pessoa interessada participar na Minga. Poderíamos ainda adicionar que, o facto da loja ser aberta à comunidade, faz com que o serviço de consumo possa ser entendido como um serviço 'comum', ainda que não seja um 'bem comum' porque é gerido pelos membros da Minga. Assim, em qualquer um dos casos, vemos que se tratam de sistemas que demarcam mais ou menos claramente os limites entre quem pertence e quem não pertence a estas estruturas. Em ambos os casos estes limites são questionados, na Minga, para a sua limitação, e na Portada para a sua expansão, dando origem a divergências internas. Na Minga, a dúvida colocou-se com a expansão abrupta de membros no período de 2020-2024, no pós-pandemia COVID-19. Frente a isto, as opiniões dividiram-se entre cooperadores que defendiam a restrição total da entrada de novos membros, outros que propunham a seleção de apenas residentes locais, e ainda outro grupo que recusava a ideia de limitar o acesso à cooperativa. Os argumentos a favor da limitação de acesso defendiam que o aumento do número de cooperadores no passado não fez com que o número de participantes nas reuniões e assembleias fosse maior. Este fator significa, no funcionamento da cooperativa, que a mesma estrutura de gestão que tinha sido criada para 50 pessoas estava, em menos de quatro anos, a servir o triplo de pessoas. A quantidade de trabalho aumentou rapidamente, principalmente na área de serviços, sem que outras secções se desenvolvessem ou recebessem mais apoio – nomeadamente as seções da agricultura ou da habitação nos primeiros anos pós-COVID. Isto significou que a cooperativa se encontrava mais debilitada, uma vez que, uma das estruturas que mais serviços oferecia (tesouraria) se viu rapidamente ameaçada pelo volume de trabalho desproporcional à escala para a qual tinha sido criada. Simultaneamente, secções que poderiam compensar este desequilíbrio e aumentar a autonomia coletiva, trazendo não só capital mas também novos serviços e bens, que neste momento pertencem apenas ao campo da ideação dentro da cooperativa, permaneceram adormecidas ou dependentes do trabalho de um grupo muito reduzido de pessoas. Exemplo disso é o projeto de agricultura especializada, direcionada à produção de um ou dois tipos de vegetais específicos para fornecer as escolas ou a ideia de organizar a produção da Secção Agrícola de acordo com a procura de produtos na loja. Ideias que nunca chegaram a ser postas em prática.

Na Portada a discussão de abrir ou não a cooperativa para fora da família também divide opiniões, mas não se prende com a vontade de partilhar com outros um sistema autónomo funcional. A proposta de abrir a cooperativa a membros externos à família parte da vontade de fazer com que o rendimento comum crescesse. A abertura não significaria, assim, envolver os novos membros nos processos de tomada de decisão, mas sim tratá-los como clientes aos quais se ofereciam serviços de crédito ou de seguros. Os sócios que rejeitavam a ideia de abrir a cooperativa a pessoas externas à família apresentavam como argumento que isto poderia por em causa a base do sistema criado: a confiança. Este último grupo defende que, ao trazer membros externos, poderia acontecer, inclusive a outra escala, créditos mal parados, como já acontecia com quando cooperadores, pontualmente, concediam crédito a terceiros (cap. 4.3.2). Uma vez que os acordos de concessão de crédito ou de seguro dentro da cooperativa não são documentos legalmente válidos, tendo apenas validade interna, o que realmente rege estas transações económicas é a confiança e sentido de corresponsabilidade, que, sem o vínculo familiar, se tornariam mais voláteis.

A expansão destas organizações está, desta forma, limitada pelo tipo de estruturas de criam, mas também pela dificuldade em manter sentimentos de pertença, solidariedade e corresponsabilidade em estruturas com um maior número de pessoas. Isto significa que, por mais que se pretenda aumentar ou adaptar as estruturas inicialmente criadas às novas condições das cooperativas, os membros realmente envolvidos e participantes não tendem a aumentar da mesma forma. Em ambos os casos observamos que a participação só aumenta em momentos de crise e *burnout* dos membros mais ativos, existindo, mais do que uma expansão, uma substituição do grupo de membros ativos na gestão destas organizações.

Tsing (2015) defende que a capacidade de expansão e crescimento de um projeto não deve ser entendido como critério para lhe atribuir ou retirar validade. De acordo com a autora, projetos escaláveis não são necessariamente mais eficientes, usando como argumento a irracionalidade de redes de distribuição globalizadas que navegam "para a frente e para trás entre continentes, mas também entre *standards*" (*ibidem*, p.61, tradução da autora). A autora defende que um projeto que seja escalável sem modificar a sua estrutura corre o risco de abolir a diversidade que inevitavelmente vai resultar da sua expansão. Em alternativa a autora defende o processo de reunião (*assemblage*) como forma ecológica de expansão. Isto significa a sobreposição de diferentes projetos, que cooperam entre si através da diferença. Este processo gera, inevitavelmente contaminações ou adaptação e integração de mudanças no sentido de criar projetos comuns. De Angelis defende um processo semelhante de expansão dos comuns, falando de "redes de comuns interrelacionados, cooperando a diferentes escalas e intensidades"

(2017, p.287, tradução da autora). Estes 'ecossistemas de comuns', como apresentado no capítulo dos comuns (2.3.2) podem dar-se através de processos de simbiose, em que um comum se une a outro, ou pela criação de meta-comunalidades, numa espécie de expansão rizomática. Tendo em conta estas abordagens e o resultado da investigação de campo podemos identificar três processos de expansão, (i) pela contaminação, (ii) pela criação de redes de "diferentes espécies" (Tsing, 2015, tradução da autora), (iii) pela criação de redes de projetos semelhantes.

A contaminação dá-se com quando o modelo criado pela cooperativa incentiva outros coletivos ou grupos de pessoas a desenvolver projetos semelhantes. Isto é, quando a Minga incuba ou apoia a formação de outras cooperativas integrais, ou quando membros da Portada Bethania incentivam ou participam na criação de outras cooperativas de poupança e crédito, com outras comunidades a que também pertencem. Sem que se criem necessariamente redes permanentes com estes outros projetos, o processo de contaminação gera uma expansão do modelo cooperativo que propõem estas organizações. Estes processos contribuem também para criar uma maior consciência entre os membros das cooperativas sobre as limitações e as particularidades das suas organizações. Por exemplo, ao ver que a cooperativa de poupança e crédito promovida junto com os pescadores do Cabuyal não funciona, os membros que a potenciaram reconhecem o valor da confiança e do sentimento de pertença como essencial para o funcionamento da Portada.

A criação de redes de "diferentes espécies", como designa Tsing (2015), trata-se da criação de parcerias entre projetos com valores semelhantes, sem necessariamente se tratarem do mesmo tipo de projeto cooperativo. Isto acontece com a associação da Minga a outras organizações culturais e educativas de Montemor-o-Novo, para a partilha de recursos ou para a expansão da capacidade de resposta a necessidades e propostas dos seus membros. Adicionalmente, sendo estas redes locais, permitem um maior envolvimento da Minga enquanto instituição na atividade e comunidade local. Na Portada, poder-se-ia dizer que este ecossistema de projetos afins dá-se, mais que tudo, pela a atividade que cada cooperador desenvolve de forma individual, ou em pequenos coletivos fora da 'estrutura-mãe', tais como a associação da *Finca Chaupí Molino* com a rede de projetos de Agroecologia e campesinato nacionais.

As redes de projetos semelhantes aproximam-se do que De Angelis (2017) chama de 'meta-comunalidades', e estão representadas nos casos de estudo pela Rede de Cooperativas Integrais em Portugal, e pela REFIDER, no Equador. Estas duas organizações são redes de projetos idênticos aos das cooperativas em análise, ou seja, de cooperativas integrais, no caso português, e de cooperativas de poupança e crédito no Equador, e servem de apoio para a partilha de

ferramentas e conhecimentos que, funcionando numa cooperativa, podem ajudar a melhorar a atividade de uma outra. Isto acontece na Minga, em que a partilha de conhecimentos e experiência com outras cooperativas permite a aplicação de mecanismos fiscais comuns e na criação de novos modelos de organização como o Acordo de Trabalho Cooperativo. Na Portada vemos isso com a melhoria do sistema de gestão de contas, o qual foi apoiado pela REFIDER. Simultaneamente estas redes servem de base para a criação de *lobby* institucional, fazendo pressão a entidades públicas para o reconhecimento deste tipo de organizações bem como para a legalização ou adaptação de regulamentos de acordo com as suas particularidades. Estas redes funcionam, assim, quase como movimentos sociais, aproximando-se ao que De Angelis (2017) defendia da necessidade da aliança das práticas prefigurativas aos movimentos sociais como meio para a sua expansão.

5.3. Comparação território

Se, na secção anterior, apresentámos a autonomia, a solidariedade e a democracia como os três pilares do modelo económico proposto por estas cooperativas, nesta secção iremos tentar entender como estes se manifestam na ocupação do território. No capítulo sobre as *brechas da urbanidade* 2.1.4 surgem algumas ideias de como a autonomia e a solidariedade podem ser respostas a situações de expropriação e precariedade criadas pela *Urbanização Planetária*. Faltaria entender como é que a democratização se dá ao nível do território. Na análise económica, a democratização é apresentada como forma de assegurar o acesso a meios económicos e financeiros de sobrevivência e de realização de projetos de vida. A aplicação deste conceito ao território pode ser entendida como a apropriação do espaço e da sua gestão para, assim como na sua aplicação económica, a realização de projetos de vida. A isto Lefebvre chamou de *Espaços de Representação*, e, como apresentado no capítulo 2.1.1, o autor relaciona estas práticas com lutas pelo direito à cidade – que poderíamos estender para ‘direito ao território’.

Nesta secção iremos analisar como as práticas espaciais de ambas as cooperativas integram princípios de autonomia e solidariedade, refletindo sobre a sua capacidade de promover o direito ao território. Com base nisto, discutiremos como estas se posicionam em processos globais de urbanização, tentando entender as negociações, resistências e cooperações que se estabelecem entre estas forma de ocupação do território, dinâmicas do Mercado e regulamentações do Estado. Com base nos quatro modos de produção do território identificados

no capítulo relativo à *Urbanização Planetária* (cap. 2.1.3), iremos organizar esta análise nos mesmos quatro eixos, apresentando assim, para estas cooperativas: (i) a criação de redes policêntricas como o seu modelo de expansão, (ii) a formação de territórios autónomos como o modelo de desenvolvimento; (iii) a comunalização como o modelo de propriedade que promovem e (iv) a regeneração como base da relação que estabelecem com a natureza. Estas tendências procuram resumir as estratégias identificadas no capítulo de análise das cooperativas (cap. 4.2.4 e 4.3.4), e abrir a reflexão sobre possíveis resistências à *Urbanização Planetária*.

5.3.1. Autonomia, solidariedade e direito à cidade

Em ambas as cooperativas podemos ver que autonomia é a linha guia de grande parte das estratégias implementadas em todos os âmbitos de vivência do território. A capacidade de conseguir autonomia parece, no entanto, estar dependente de algum tipo de capital inicial seja ele económico, cultural ou social. O exemplo mais claro disso é relativo à habitação. A maioria das soluções apontadas em ambos os casos para responder à necessidade de habitação passa, primeiro, pela aquisição de propriedade, mesmo que esta esteja em má condições, ou que seja necessária a sua construção de raiz. Mas não só a nível de habitação isto acontece, também quando falamos de gestão de bens comuns, para a regeneração de terrenos observamos que também é necessária a sua compra. A partir do momento em que se tem acesso a este tipo de recursos, é frequente a procura de ferramentas que permitam a expansão da autonomia. Isto implica frequentemente o aumento do conhecimento, seja a nível de técnicas de construção, no caso da habitação, práticas de regeneração do solo, no caso dos bens comuns, ou técnicas que permitam responder a outras necessidades com poucos recursos (p.e. conhecimentos de medicinas menos dependentes de tecnologia, técnicas de carpintaria, técnicas de processamento de alimentos, etc.).

Na comparação económica vimos duas estratégias de expansão da autonomia: o engajamento com lógicas capitalistas e a comunalização da autonomia através de princípios de solidariedade e cooperação. Nas dinâmicas territoriais encontramos estas mesmas duas estratégias e ainda uma terceira, que diz respeito à diminuição das necessidades como forma de aumentar o grau da autonomia. Vemos isso com questões alimentares, por exemplo, em que o consumo de alimentos maioritariamente autoproduzidos ou locais, pode levar à adaptação de dietas aos produtos sazonal e localmente disponíveis. Mas também com a habitação, em que, para evitar estar dependente de rendas altas, vários cooperadores aceitam viver em caravanas, casas sem água quente, ou situações semelhantes de precariedade habitacional. Esta estratégia

é limitada, uma vez que não contribui para o aumento da capacidade de aquisição de recursos ou meios de produção, no entanto é muito aplicada principalmente em situações de transição.

A nível de engajamento com lógicas de mercado, pudemos observar, principalmente no caso português, o uso da habitação como forma de rendimento, substituindo frequentemente a dependência de um trabalho assalariado. Uma das questões paradoxais subjacentes a esta estratégia é o facto de uma parte significativa das pessoas que a aplicam se dedicarem (ou querem dedicar) a atividades reprodutivas, sejam o cuidado da família, ativismo ou atividades de regeneração da paisagem. Ou seja, a rentabilização da habitação apresenta-se, muitas vezes, como forma de financiar este tipo de atividades não-produtivas.

Ainda assim, a forma de expansão da autonomia que encontramos mais frequentemente entre membros destas cooperativas, e que oferece resultados mais rápidos e com maior impacto, parece ser a expansão da autonomia através da solidariedade. Como vimos na secção 2.1.4, Tsing (2015) aponta para a solidariedade ou cooperação como resposta a situações de precariedade, ou, como coloca a autora, de vulnerabilidade aos outros. Nas práticas espaciais destas cooperativas encontramos duas formas de se estabelecer estas relações de solidariedade, uma em que ambas as partes são codependentes e outra em que apenas uma parte é dependente da outra. Vejamos exemplos concretos.

As situações de dependência derivam maioritariamente de solidariedade desligada de necessidades próprias ou da capacidade de se colocar vulnerável. Este tipo de situações acontece por exemplo quando membros da Portada cedem casa a trabalhadores seus, sem pedirem ou necessitarem de uma renda em troca. Estas situações, apesar de partirem de uma base solidária, visando a partilha de privilégios, permitem um nível de autonomia muito reduzido às pessoas que beneficiam deste tipo de apoios. A partir do momento que é uma relação unilateral, isto confere poder à entidade/indivíduos que são solidários, colocando os recetores desta solidariedade como totalmente dependentes, talvez não do sistema capitalista ou do trabalho assalariado, mas sim dos interesses e vontades de uma outra entidade sobre a qual não têm poder de negociação.

Pelo contrário, em processos de codependência, ambas as partes beneficiam, mesmo que não seja de forma imediata. Isto acontece nos processos de construção coletiva (*ajudadas* no caso português; *mingas*, no caso equatoriano) em que não só se dá uma transmissão de conhecimentos de construção entre participantes, como também se cria uma 'dívida social' em que as pessoas ajudadas se sentem em dívida com as que vieram ajudar. Esta dívida é muitas vezes paga – de forma não direta – com a retribuição da ajuda seja para construção ou para suplantar outras necessidades da outra pessoa. Outro exemplo são casos de dificuldade de

acesso à compra de terrenos (aquisição de recursos para a autonomia) de forma individual, levando à extensão de núcleos familiares a amigos ou família alargada, para conseguir aceder a propriedade. Podemos ainda falar de formas de solidariedade com agentes não-humanos. Por exemplo, quando sócios de ambas as cooperativas pretendem conseguir aumentar o seu nível de autossuficiência alimentar, começam primeiramente por implementar estratégias que beneficiam os solos e a biodiversidade animal, antes de investir na produção de alimentos para consumo próprio. Desta forma, asseguram que, no momento em que comecem a produção de alimentos para si mesmos (ou para comercialização) o meio ecológico irá potenciar essa produção.

Assim vemos como a solidariedade quando aplicada através de lógicas de codependência passa por processos de coprodução, cooperação e corresponsabilidade, isto é, a partilha de responsabilidades pelo processo produtivo e de gestão de recursos. A solidariedade por codependência pode também significar a posta em comum de bens. A comunalização de meios pode ajudar à partilha de custos, como, por exemplo, na partilha de ferramentas, como no caso do projeto da *Coonstrutora* na Minga (cap. 4.2.2). A comunalização não se limita a bens físicos, estando também presente na comunalização de serviços, como acontece com a partilha, com outros produtores, dos canais de venda (mercados e feiras), criados por membros da Portada Bethania. Podem ainda ser comunalizados conhecimentos, como vemos na Portada com a criação de estratégias para acesso a certificações de comércio justo e produção biológica de forma mais económica, e na Minga, com o trabalho desenvolvido pelo AOATAC que ajuda pessoas com menos conhecimento burocrático a ter acesso a financiamentos públicos de apoio à precariedade habitacional.

Assim como na análise económica, também no território vemos como a construção de solidariedade está intimamente ligada à construção de práticas democráticas que, por vezes, extravasam a escala interna das cooperativas. Nas práticas espaciais analisadas vemos que a democratização do território pode ter dois níveis, um de democratização do acesso a um determinado bem comum/propriedade, e outro de democratização da gestão destes recursos. A democratização do acesso a um bem comum acontece por exemplo com cooperadores da Portada Bethania que vivem em condomínios fechados e que criam mecanismos para subverter algumas das regras deste tipo de urbanidades. Desde propostas e ações para tornar espaços coletivos exclusivos em espaços públicos acessíveis a não residentes do bairro, bem como pela rejeição da adoção de sistemas de segurança. Exemplos de democratização da gestão de recursos é, por exemplo, quando um grupo de cooperadores da Minga cria uma associação para propor uma gestão mais ambientalmente sustentável do rio de Montemor-o-Novo, defendendo

que este é um bem comum da população local. Nestes exemplos é ainda possível observar a democratização de dois tipos de propriedade, a privada e a pública. Em ambos os casos o que observamos é que, tal como acontecia no âmbito económico, a democratização do espaço está primeiramente dependente do acesso a este. No caso da propriedade privada é necessário que as pessoas que o democratizam sejam proprietárias (ou coproprietárias), e nas propriedades/terrenos públicos existe primeiramente um processo de apropriação do território de forma comunal, identificando-o como 'bem comum' de uma determinada comunidade.

Esta análise parece confirmar que estas práticas de *outras economias* fundamentadas nos princípios da autonomia, solidariedade e democracia, transportam estes valores para as suas práticas espaciais. Ainda assim será necessária uma análise com maior detalhe dos modos de produção do espaço que estas cooperativas propõem para entender de que forma estas dialogam com pressões da espacialização do capitalismo neoliberal.

5.3.2. Territórios democráticos

No capítulo 2 identificámos quatro tipos de território que a Urbanização Planetária produz: (i) mega-cidades-região; (ii) territórios competitivos; (iii) *guetos* elitistas; e (iv) zonas de sacrifício. Pudemos ainda observar como estas tipologias correspondem a diferentes modos de produção do território associados ao fenómeno da *Urbanização Planetária*, que são, respetivamente: (i) o modelo de expansão, (ii) modelo de desenvolvimento, (iii) modelo de propriedade e (iv) modelo de relação com a natureza. Neste capítulo usaremos estas categorias para estabelecer uma comparação com as práticas locais das cooperativas, como se apresenta na tabela 5.1. Assim, vemos como o modelo territorial baseado na autonomia, solidariedade e democratização do território, promovido por estas cooperativas, promove uma expansão com base em redes policêntricas, vê o desenvolvimento como a criação de autonomia territorial, questiona os limites da propriedade com a comunalização do acesso a situações de privilégio e usa a regeneração como base de relação com a Natureza. Nesta secção analisaremos cada um destes modos de produção de território procurando estabelecer uma comparação com as dinâmicas globalizadas da urbanização neoliberal.

Tabela 5.1 Esquema de comparação da *Urbanização Planetária* e as cooperativas em análise (exemplos de outras urbanidades). Fonte: elaborado pela autora.

Modo de produção do território	Urbanização Planetária	Cooperativas (outras urbanidades)
Modelo de expansão	Mega-cidades-região	Redes policêntricas
Modelo de desenvolvimento	Competitividade territorial	Territórios autónomos
Modelo de propriedade	Guetificação elitista	Comunalização de privilégios
Relação com a natureza	Zonas de sacrificio	Regeneração

REDES POLICÊNTRICAS

A expansão das cooperativas não se trata de um crescimento ilimitado, mas sim da dispersão e multiplicação de iniciativas, bem como da criação de redes. O apoio à formação de outras cooperativas é, assim, uma forma que a Minga encontra de assegurar o crescimento do movimento cooperativista integral, descentralizando-o. Isto permite que as estruturas encarregues de gerir a cooperativa se mantenham iguais – ou que sofram alterações mais controladas – e assegura a capacidade de levar a cabo processos democráticos participados, sem necessidade de ferramentas de tomada de decisão mais complexas. Uma das lógicas de expansão das cooperativas integrais é que estas devem ser relativas a um território concreto, de forma a facilitar a participação de todos os membros na tomada de decisões (por proximidade tanto social como espacial). Se isto é claro na Minga, na Portada, nota-se também que, é nos momentos em que a família estava mais próxima, como quando viviam todos no terreno da Arménia, que os cooperadores sentiam que a cooperativa funcionava melhor.

Outra das formas de expansão das cooperativas observada é o trabalho em rede. As redes podem ser entre organizações semelhantes ou entre projetos complementares ou com valores próximos aos das duas cooperativas em análise. O objetivo é a partilha de recursos, o apoio e entreajuda, bem como a criação de projetos conjuntos de maior escala.

Quando olhamos para as atividades promovidas ou nas quais participam membros das cooperativas vemos igualmente como há uma tendência à dispersão por várias 'centralidades'. Se observarmos por exemplo a localização das festas, eventos culturais e recreativos, vemos que em ambos os casos acabam por ser as casas e terrenos dos próprios cooperadores os lugares preferenciais para estes eventos, quase sempre auto-organizados, as quais estão dispersas pelo território como vimos nos mapas das figuras 4.22 e 4.32. Há ainda casos de ocupação de espaços públicos para a promoção de atividades socioculturais, no entanto, estas são quase sempre resultado de parcerias com instituições públicas. Exemplo disso são as atividades desenvolvidas nas instalações da IP, em Casa Branca, nas quais a Minga participa, e que resultam de um acordo com esta instituição. Outro exemplo é o projeto *Música Ocupa*, em que estão envolvidos alguns sócios da Portada, e que leva concertos de música clássica a espaços públicos ou outros espaços onde este tipo de música normalmente não chega (cap. 4.3.4). Ao contrário de dinâmicas neoliberais que se apoiam na imagem de marca de um determinado território para criar oferta cultural adequada a imagem projetada, o que vemos, nestes dois exemplos, é precisamente o contrário. Nestes casos vemos o uso de espaço público desvalorizado (uma povoação 'abandonada' na periferia de Montemor-o-Novo, prisões, bairros sociais e espaços públicos pouco 'nobres') para a criação de uma oferta cultural que pretende dinamizar e enaltecer estes territórios.

Esta dispersão também está patente na habitação. Quando olhamos para os mapas da localização dos sócios de ambas as cooperativas (fig. 4.22 e 4.32), vemos uma dispersão em vários núcleos, onde se agrupam alguns dos membros das cooperativas. Enquanto que na Portada se fala desta dispersão como fator de divisão das opiniões internas na cooperativa e, portanto, como um fator de perda de coesão, no caso da Minga considera-se este um fator crucial para evitar a segregação social dos 'novos residentes' de Montemor-o-Novo e os 'antigos locais', que poderia resultar na réplica de *guetos* elitistas semelhantes aos produzidos pelo urbanismo neoliberal. Esta conclusão, no caso da Minga, leva inclusivamente à alteração do plano inicial da CHEE que, em vez de propor a construção de raiz num terreno único, tem dado prioridade invés à possibilidade de reabilitação de pequenas unidades dispersas pelo território, criando uma cooperativa de habitação 'descentralizada'.

Na relação com a natureza e os bens comuns observa-se igualmente uma tendência à descentralização da exploração de bens comuns como água, solo ou mesmo da produção de eletricidade. Algumas das casas, principalmente no caso português, respeitam uma preocupação com a autonomia em termos de energia. Esta produção é, ainda assim, uma produção descentralizada que consiste na instalação, em cada unidade de habitação de painéis solares.

Esta forma de produção de energia contrasta bastante com a produção massificada dos campos de painéis fotovoltaicos contra os quais vários membros da Minga se revoltaram, e que representam a criação de zonas de sacrifício como as apresentadas no capítulo sobre a *Urbanização Planetária* (cap. 2.1.3). A nível de uso dos solos é particularmente interessante o caso *Finca Chaupí Molino*, em que, apesar de terem possibilidade de usar partes livres do terreno para intensificar a produção ou de desflorestar parte do terreno para produção agrícola, decidem, em vez disso, comprar um novo terreno e investir primeiro na sua regeneração e recuperação dos solos e só depois na sua rentabilização para produção agrícola.

Sem rejeitarem totalmente processos de acumulação (de pessoas, riqueza cultural ou de processos produtivos) como acontece na *Urbanização Planetária*, o que notamos é que estas dinâmicas propõem uma expansão com base na dispersão da acumulação entre vários núcleos. Enquanto que a criação de novos núcleos, no caso da Urbanização neoliberal, depende das mais-valias territoriais que incentivam o investimento financeiro, nas dinâmicas destas cooperativas vemos que há uma procura por zonas menos nobres ou menos atrativas ao capital financeiro. Nestes casos, existe o investimento em atividades que não são as mais rentáveis, mas que contribuem para a manutenção dos recursos locais e para o aumento do capital cultural e intelectual local. São estas atividades reprodutivas como a regeneração de paisagem e formação de agregados familiares, ou atividades culturais como festivais, aulas de artesanato, formação em agricultura regenerativa, entre outros.

As redes de dependência que se estabelecem dentro e entre mega-regiões-urbanas da *Urbanização Planetária*, são também elas distintas das redes que se estabelecem entre as diversas centralidades apresentadas nesta secção. Enquanto que, entre as mega-cidades-região vemos a formação de redes baseadas em atividades produtivas e no movimento do capital, neste caso vemos como as cooperativas estabelecem, principalmente, redes que assentam na partilha e complementaridade de serviços, bens. Enquanto que no *marketing territorial* as especificidades ou particularidades de cada lugar servem para o por a competir com outros, neste caso as particularidades servem para complementar faltas de outros, criando diversidade territorial. Vemos isso por exemplo com a relação que se estabelece entre Casa Branca – uma centralidade emergente – e Montemor-o-Novo, em que Casa Branca se torna num lugar ideal para desenvolver atividades que envolvam o uso de muito espaço tais como festivais ou o estabelecimento de uma carpintaria, uma vez que o acesso a espaço não se apresenta como uma dificuldade, como o é em Montemor-o-Novo.

Na *Urbanização Planetária* identificámos o *marketing territorial* como instrumento para o crescimento e desenvolvimento do território, através da captação de capital e pessoas. Esta estratégia passa tanto por atrair turistas, como residentes, mais ou menos permanentes, que estejam alinhados com a imagem da cidade que se procura criar. Ainda que permita a concentração de riqueza, esta estratégia não assegura, necessariamente, a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes. Apresentámos, inclusive, autores que defendem que este modelo de urbanização limita a possibilidade de ter projetos de vida autónomos, por desviar o investimento público de serviços e apoio social alocando-o à criação de 'cidades belas' para visitantes (Nel-lo, 2018).

Nas práticas espaciais das cooperativas analisadas não existe uma vontade de atração de pessoas ou de capital para a sua zona de atuação, nem mesmo, poder-se-ia dizer, para as suas organizações. Aquilo que observamos é a procura e criação de serviços de qualidade e variados, o fomento do comércio local, o cuidado dos bens naturais e a criação de comunidade, no sentido de tornar o território onde residem mais apto para responder às necessidades dos seus habitantes. Estas características, que iremos analisar em seguida, resultam na transposição, para a escala do território local, da visão da autonomia coletiva, que os cooperadores implementam dentro das suas organizações e nas suas vidas pessoais.

Na educação a resposta passa por procurar ou criar sistemas de educação que questionam o ensino 'normalizado', categorizado de pouco prático, pouco empático, desligado do contexto sociocultural e limitativo das capacidades das crianças. As soluções encontradas por sócios de ambas as cooperativas são diversas, tanto a nível do tipo de educação procurado, como na estratégia para a obter. Em Montemor-o-Novo abordámos o projeto *Aprender em Comunidade*, um trabalho colaborativo em que mães e pais procuram trabalhar em conjunto com professores e educadores das escolas públicas locais para implementar um modelo educativo onde as crianças aprendam de forma mais prática e integrada nos conhecimentos locais. No caso Equatoriano, podemos identificar duas estratégias diferentes. Entre os sócios que vivem nos subúrbios de Quito vimos que grande parte recorre a serviços já existentes de outros tipos de educação. No entanto, vemos casos em que a manutenção destes espaços é da responsabilidade e do interesse dos próprios usuários, o que se afasta do modelo de serviços que distancia quem oferece de quem recebe o serviço. Este foi o caso da escola *Pestalozzi* no Equador, em que pais se juntaram para fazer atividades de recolha de fundos para manter a escola. Ainda no Equador, não poderíamos deixar de mencionar o caso da Escola *Nueva Esperanza*, na comunidade do Cabuyal, que é criada, com base em trabalho comunitário e mantida por trabalho voluntário, e

que oferece um serviço de educação onde são aplicados métodos semelhantes a escolas de bairros de elite nos subúrbios de Quito, praticamente a custo zero para as famílias.

Também na saúde vemos esta procura de serviços de saúde alternativo às suas comunidades. No caso da Minga, isto passa pelo desenvolvimento de projetos dentro e fora da Minga, de medicinas tradicionais não só locais, como também de outras culturas. Este tipo de medicina promove alternativas aos fármacos, bem como a procura de soluções preventivas em vez de curativas, criando esta oferta a nível local. No caso da Portada, o Fundo de Saúde permite, não só uma maior capacidade financeira de acesso a serviços de saúde, como diversifica o tipo de medicinas normalmente cobertas por fundos de saúde.

Estendendo a ideia de criação de serviços de qualidade à habitação, vemos que, em ambos os casos, ainda que de diferente maneira, se procuram criar estratégias para assegurar habitação digna para as suas comunidades. Na Minga, vemos isso com várias propostas da Secção de Habitação e Construção, tais como a CHEE, o AOATAC ou a *Coonstrutora* que, através de várias frentes, procuram promover habitação acessível, sustentável e de qualidade, não só aos seus membros como a outras pessoas da comunidade de Montemor-o-Novo. Desde a criação de habitação a custos acessíveis (CHEE), apoio ao acesso a fundos de melhoria da habitação (AOATAC) e a facilitação de meios de construção (*Coonstrutora*). Na Portada este tipo de considerações está menos presente, estando mais associada ao apoio com estratégias para que as pessoas respondam às suas próprias necessidades de habitação. Isto é feito pela cooperativa pelo acesso a créditos, mas também de forma informal entre membros, com a partilha e cedência de terrenos, partilha de serviços de desenho e construção e de mão-de-obra através de *mingas*.

Par além desta oferta de serviços, existe, em ambos os casos o fomento do comércio local com a compra em lojas de pequenos comerciantes locais, de conhecidos e amigos e, principalmente, com a criação de redes e canais de venda de produtos locais é também, assim como as estratégias anteriores, uma forma de responder às necessidades de consumo das comunidades com base nos recursos locais. Isto não diz respeito unicamente a produtos alimentares, mas a qualquer tipo de produto, desde objetos vários, roupa, produtos cosméticos, arte, música, entretenimento, e ainda serviços desde engenharia elétrica ou programação. Este tipo de produtos e serviços são frequentemente oferecidos por membros das cooperativas, e criados/desenvolvidos com apoio destas (créditos no caso da Portada e estrutura de venda e faturação no caso da Minga), e de redes de apoio local, como vimos anteriormente no cap.5.2.2. O uso de recursos locais pode nem sempre passar pela compra destes, mas também pela reutilização ou regeneração de recursos já existentes. Exemplos disso são cooperadores que usam materiais disponíveis localmente na natureza, desde o uso da pedra e terra entre

cooperadores da Minga, o uso de madeira de árvores do próprio terreno em Yaruquí, ou do uso de *caña guadúa* e *paja toquilla* nas construções do Cabuyal. O recurso a estes recursos e redes de consumo locais criam um comércio mais ambiental e socialmente sustentável. Ambientalmente, uma vez que adapta os hábitos de consumo (em termos de variedade e quantidade) às condições do território e à sua capacidade de produção. Socialmente, porque mantém a riqueza a nível local, fomentado o re-enraizamento da economia, permitindo pagamentos mais justos aos produtores, que não se têm de subjugar a preços e pagamentos tabelados de acordo com a procura e oferta a nível global. Isto significa um apoio a pequenos empreendimentos, que sem necessariamente ganharem escala ou serem tomados como principal fonte de rendimento destas pessoas, se tornam numa forma de diversificar rendimentos e aumentar a capacidade individual de resposta a momentos de crise económica.

A sustentabilidade ambiental do consumo local está, ainda assim, dependente do trabalho de cuidado dos bens naturais como forma de garantir a reprodução dos recursos base localmente existentes. Vemos exemplos disso em ambos os casos de estudo. Em Montemor-o-Novo, a luta pela defesa do rio pela *Associação Amora* é, simultaneamente, a luta por assegurar o acesso a água para fins lúdicos ou mesmo para rega, assim como assegurar a não contaminação dos solos adjacentes, nos quais residem grande parte dos membros da associação. No caso da pesca sustentável no Cabuyal esta é, acima de tudo, uma forma de assegurar uma fonte de rendimento a longo prazo, assegurando a capacidade de reprodução das espécies comercializadas. O mesmo acontece na quinta *Chaupí Molino* em que a produção visando a regeneração da terra é uma forma de assegurar o rendimento que se consegue tirar desta a futuro.

Por fim, observamos ainda a criação de comunidade como forma de criação de redes de entreajuda, baseadas em relações de codependências. Um exemplo destas redes de entreajuda é o grupo de *WhatsApp* em Montemor-o-Novo, criado por membros da Minga, que serve para partilha de serviços, objetos que já não se necessitam ou pedidos de ajuda. Estas redes podem também estar representadas por momentos vários de apoio mútuo, partilha de serviços, de recursos ou ajuda, como acontece por exemplo com a relação da Minga com outras instituições locais, que partilham espaços, ferramentas, trabalho, entre outros. É também visível na Portada Bethania quando, frente a uma situação de emergência ou dificuldade de algum sócio, outros cooperadores se juntam para o ajudar, como se viu em projetos desenvolvidos pelo Fundo do Bem Comum, ou no caso de renegociações de dívidas de alguns membros ao Fundo de Poupança e Crédito. Estas redes de apoio não se restringem a comunidades locais ou internas das cooperativas, mas também a outros projetos ou grupos de pessoas noutros lugares que partilham dos valores destes coletivos e indivíduos e se apoiam entre si. Vemos isso com as

redes formais das cooperativas no Equador e em Portugal, que representam redes de cooperação e partilha de ferramentas entre instituições com fins semelhantes. Mas também em redes informais, como no caso de um casal que aprende técnicas de Agroecologia com Pacho e Maritza de *Chaupí Molino*, e, mais tarde, dão apoio na quinta para que o casal pudesse estar fora durante umas semanas, sem perder a produtividade do terreno.

O resultado da combinação destes elementos é a proposta de desenvolvimento enquanto a expansão das capacidades do território em dar resposta às suas próprias necessidades, isto é, a expansão da autonomia do território. A autonomia não significa, como vimos anteriormente, uma rutura total com a dependência de outras instituições, agentes e – poderíamos adicionar neste caso – territórios, mas sim a rutura com relações desiguais de dependência. Ou seja, isto significa, a nível do território, criar as condições para a reprodução e, idealmente, melhoria da vida que o habita, não só humana como natural, sem que esta população veja os seus interesses subjugados a interesses nacionais ou internacionais. Desta forma, o apoio que se procura noutras instituições, agentes e territórios é o fomento da autonomia local e não a criação de relações duradouras e crescentes de dependência. Falamos de relações de dependência que diminuem com o tempo ou que são substituíveis. Por exemplo, no caso da escola *Nueva Esperanz*a, para criar autonomia de agentes estatais que não reconhecem o método educativo da escola, recorre-se a uma instituição norte-americana para a certificação dos cursos lecionados. Apesar disto criar uma dependência desta instituição, a atividade da escola já existia e continua a existir, independentemente das famílias subscreverem este serviço ou não. Para além disto, a escola pode, a qualquer momento, estabelecer um contrato semelhante com outra instituição que seja mais benéfica para a escola e os seus membros. Ou o exemplo da loja de um cooperador da Portada que usa um serviço gratuito de certificação biológica dos produtores que a abastecem, mas que, no caso deste serviço passar a ser pago, pode manter a qualidade dos produtos pois já testou os seus produtores anteriormente.

As relações com outras entidades e instituições não são necessariamente de dependência, podendo ser só de contaminação. Um exemplo disso são as práticas de medicina oriental (*Ayurvédica*, e chinesa), às quais só é possível aceder graças a uma rede globalizada de informação e de transportes, e às quais recorrem membros de ambas as cooperativas. O mesmo com práticas agrícolas e técnicas pedagógicas, que vêm de referências externas ou técnicas construtivas tradicionais com materiais locais que beneficiam do uso de ferramentas produzidas noutras partes do mundo. Poderíamos assim dizer que estas relações de contaminação são essenciais para a criação de territórios autónomos. Dizer isto, é dizer que as relações globalizadas são essenciais para a criação da autonomia local. É importante ainda assim

diferenciar a criação de redes global-local, da *globalização do local*. Se entendermos a globalização através da *Urbanização Planetária*, a *globalização do local* significa a integração das dinâmicas locais nos processos capitalistas neoliberais de produção do espaço, e, portanto, de subjugação do território aos interesses do capital. Nos casos analisados o que vemos é um 'resgate' de bens, serviços e conhecimentos produzidos ou difundidos por redes globais, para responder a especificidades do lugar e das suas comunidades, concedendo-lhes mais ferramentas para recuperar alguma autonomia. Vejamos exemplos. O projeto *Aprender em Comunidade* usa ensinamentos de Paulo Freire, um educador e pedagogo brasileiro, ou seja, conhecimentos difundidos por redes globalizadas de partilha de informação, para propor um novo modelo de ensino que coloca as crianças a aprender com a comunidade onde se inserem, práticas e conhecimentos tradicionais e locais. Outro exemplo é o caso de um atelier de arquitetura da Minga que aplica e ensina técnicas de construção com terra e cal (materiais tradicionais desta zona de Portugal), mas que, para isso, vai procurar ferramentas de construção produzidas noutros lugares do mundo. Estas ferramentas permitem facilitar o processo de aplicação destes materiais, que se via dificultado devido à maioria das ferramentas disponíveis localmente estar desenhada para uso de materiais comerciais como o cimento. Na Portada vemos isso com a apropriação de ferramentas criadas dentro da economia capitalista, desenhadas para o crescimento e acumulação de capital, como os sistemas de crédito e de seguros, e que são adaptados por esta cooperativa para fomentar a redistribuição de riqueza e democratizar o acesso a estes instrumentos financeiros.

Ao contrário dos territórios competitivos produzidos pela *Urbanização Planetária*, que procuram distinguir-se de outros territórios, as práticas destas cooperativas parecem desenhar um território que procura a reprodução e melhoria das condições de vida das suas comunidades. Isto passa, como vimos, da diversificação de serviços locais, fomento do comércio local, uso de recursos locais e estabelecimento de redes de cooperação. Esta é, ainda assim, uma autonomia relativa, uma vez que estas redes tendem a estar baseadas em relações de codependência, dependência pontual ou de contaminação com outros territórios ou instituições. O facto destas relações com entidades externas procurarem, ainda assim, manter a capacidade de decisão local, evitando relações de total dependência, resulta num modelo de desenvolvimento territorial que confere às comunidades locais poder de decisão sobre a gestão do território que habitam, isto é, confere-lhes o direito à cidade defendido por Lefebvre (1968).

COMUNALIZAÇÃO DE PROPRIEDADE

O tipo de propriedade não define necessariamente quem tem acesso a esta, mas sim, quem define as suas regras de uso. São essas regras que determinam quem tem, ou não, acesso ao espaço. Assim, podíamos falar de três níveis de democratização do espaço, um primeiro que cria regras que permitem que toda (ou mais) gente o use, um segundo nível que permite a participação de toda (ou mais) gente na definição das suas regras de uso, e um terceiro nível de coletivização ou comunalização da propriedade. Com isto identificamos três formas de interação e apropriação do espaço: uso, gestão e propriedade. Estas três categorias de relação com o espaço podem ajudar a entender melhor a análise da forma como as cooperativas criam mais variedade de tipos de propriedade.

Se olharmos para os tipos de propriedade predominantes no regime neoliberal temos propriedade pública e a propriedade privada. A propriedade pública tem a população como usuária e o Estado como proprietário e gestor, sendo que normalmente não é 'o Estado', mas sim um organismo ou departamento público. A propriedade individual pertence e está sob a gestão de um privado (seja ele um individuo, uma organização ou uma empresa), sendo o uso que outras pessoas ou entidades lhe podem dar, dependente do que é definido pela entidade gestora. Um ponto importante deste tipo de propriedade é que a entidade proprietária não é necessariamente a entidade gestora, nem a principal entidade usuária. Este tipo de situações acontece quando a propriedade deixa de ser vista como espaço de resposta a necessidades próprias (trabalho, habitação…) passando a ser vista como um rendimento.

No caso das cooperativas que temos vindo a analisar, vemos que surgem vários regimes de propriedade que ultrapassam a dualidade público-privado, criando hibridações e recuperando a categoria de propriedade coletiva. Muitas vezes estas hibridações não rejeitam necessariamente a propriedade privada ou a propriedade pública, criando apenas ferramentas que democratizam o seu uso ou gestão. Podemos identificar três formas de criar propriedade para além da propriedade privada e da propriedade pública, que têm implicações diferentes no uso do espaço: (i) a abertura ou quebra de barreiras; (ii) o uso temporário do espaço; e (iii) a criação de propriedade coletiva. Analisemos cada uma delas com maior detalhe.

Uma das formas de materializar as normativas criadas na esfera da gestão, é através de objetos e barreiras físicas, que, a nível da propriedade privada, funcionam frequentemente como formas de delimitar e restringir o acesso a esta. No contexto equatoriano estas barreiras estão bastante marcadas, sendo que grande parte da propriedade privada é delimitada com vários sistemas de segurança, desde sistemas mais analógicos como muros altos com remate de vidros partidos, a sistemas mais tecnológicos como sistemas de videovigilância, passando por arame

farpado, portões elétricos e seguranças 24h. Quanto mais exclusiva for uma zona, mais complexos serão os seus sistemas de segurança. Como vimos na análise das cooperativas, grande parte dos membros da Portada vivem em condomínios fechados, que implementam vários destes sistemas e se apresentam como espaços de segurança, exclusividade e luxo. Uma das formas que sócios da Portada encontraram para questionar este modelo de propriedade privada foi a eliminação de algumas destas proteções. Nalguns casos, como no caso da casa de Pedro e Isabel em Puembo, isto significa inclusive permitir o uso de espaço privado coletivo, como jardins do condomínio, por pessoas externas à comunidade residente. Noutros casos podemos falar da rejeição ao uso de sistemas de segurança muito avançados, assim como pela quebra de outras barreiras que delimitam o espaço privado do público ou do privado coletivo, criando uma maior relação com a envolvente, e retirando o controlo total do espaço aos proprietários. Relacionando estas práticas com as noções apresentadas anteriormente de autonomia e solidariedade poderíamos ver isto apenas como uma estratégia que visa a solidariedade, no entanto pode também ser interpretada como uma forma de criar autonomia coletiva. Ao referir as suas tentativas de diminuir os sistemas de segurança do seu condomínio, Pedro defende que esta pode ser uma forma de criar sistemas de segurança comunitários. Isto significa criar uma corresponsabilidade entre vizinhos pelo uso e proteção não só do espaço privado partilhado, como dos espaços privados individuais de cada família. Vemos assim a conversão da dependência de sistemas de segurança tecnicizados e/ou dependentes do pagamento a profissionais, para uma codepêndencia entre vizinhos. No caso português esta estratégia aparece com menos relevância, poderíamos especular que por ser um contexto onde as barreiras físicas são tendencialmente menores. Nos casos em que há uma procura por diminuir sistemas de segurança e barreiras físicas isto acontece mais associado à atribuição de outros usos temporais do espaço ou à comunalização de propriedade.

Uma outra forma de subverter a propriedade privada é atribuindo-lhe outros uso ou gestões temporárias. O caso mais significativo disto são casos de cedência de propriedade. Entre sócios de ambas as cooperativas vimos exemplos de cedência de espaços seja para residência ou para alguma atividade produtiva. Estas cedências podem ou não implicar a democratização das regras de uso do espaço. Isto é, ou o proprietário do terreno apenas cede o uso da sua propriedade ou parte dela, ou cede também o poder de decidir sobre a gestão do espaço. Na maioria dos casos o que vemos é um compromisso entre estas duas, sendo que há regras que são discutidas à partida, e outras que o usuário temporário do espaço tem liberdade para definir sozinho. Vemos isso no caso de Yaruquí antes da propriedade pertencer à família. Como apresentado no capítulo de análise das cooperativas (cap.4), o proprietário anterior tinha cedido

o espaço a um cooperador da Portada para residência e cultivo, com a condição de que este cuidasse dos animais enquanto o proprietário estava fora. Este cooperador tinha assim a autoridade de definir como cultivar e como habitar o terreno, sem, contudo, ter direito de propriedade. Outros exemplos seriam os dos casos de cedência de terreno e habitação a trabalhadores, como seria o caso de sócios da Portada com projetos de produção agrícola, grande parte destes vindos de situações de precariedade habitacional. A cedência de propriedade dá-se também no caso português. Vemos isso no terreno do de um dos cooperadores e fundadores da Minga, que, sendo proprietário, cede partes do terreno a outras pessoas – na verdade, todos eles membros da Minga – para que instalem ou construam a sua casa. Existem ainda situações em que a cedência de propriedade privada não se dá entre dois (ou mais) indivíduos, podendo envolver também organizações. Um exemplo é a cedência de 10 anos que foi feita ao atelier de arquitetura *Al Borde*, ao qual pertence um membro da Portada. Este contrato tinha como condição que os ocupantes reabilitassem os espaços, e os deixassem prontos a habitar findo o período de cedência. Estes espaços incluíam um escritório – posteriormente convertido em habitação – e três espaços de residência usados por membros permanentes e temporários do coletivo. A cedência pode acontecer também com propriedade pública, como no caso das instalações da IP em Casa Branca, que são cedidas à *Estação Cooperativa*, da qual faz parte a Minga. Neste contrato a *Estação Cooperativa* tem como responsabilidade dinamizar culturalmente estas infraestruturas, durante mais de dez anos. Durante este período a cooperativa tem autonomia na decisão de como gerir este espaço tanto a nível do tipo de atividade realizadas como a nível do tipo de intervenções físicas realizadas. A temporalidade da cedência pode chegar a períodos ainda mais largos como se vê no caso da proposta da cooperativa de habitação da Minga, cuja proposta passa pela cedência de terrenos públicos durante 90 anos (renovável) para construção de habitação coletiva.

Em grande parte destes casos de cedência de propriedade vemos que não se trata de uma cedência incondicional, existindo sempre a procura de sistemas de troca que compensem a partilha da propriedade. Estes sistemas podem inclusive chegar a converter-se em sistemas de aluguer, tornando-se uma forma de rentabilização da propriedade. Este tipo de lógicas rentistas distancia-se da democratização do espaço uma vez que cria espaços onde, para além da barreira financeira (acessíveis apenas pelo pagamento de rendas), podem inclusivamente estar limitados à forma de uso determinada pelo proprietário.

Outras formas de transpor a lógica da propriedade privada que passam pela cedência de propriedade de forma (ainda) mais temporária, como por exemplo por poucos dias ou por horas. Normalmente este tipo de cedência tem a ver com a realização de atividades pontuais como

eventos ou atividades culturais. Isto acontece com frequência para organização de encontros e reuniões das cooperativas e de atividades culturais das comunidades a que estas pertencem. Podemos falar de espaços privados, como por exemplo a cedência de habitações privadas para a realização das reuniões do Conselho de Administração da Portada, ou a cedência de terrenos de sócios da Minga para a realização dos Dias do Cooperador. Mas também de espaços públicos como o caso do Jardim Público de Montemor-o-Novo que é usado para eventos organizados por cooperadores da Minga e outros membros da comunidade local, tais como torneios de jogos tradicionais, reuniões de coletivos ou aulas de dança auto-organizadas. Nestes casos não há um contacto da entidade responsável pelo espaço, sendo que as atividades desenvolvidas já contam com as condicionantes legais dos lugares.

A terceira estratégia passa pela coletivização da propriedade. Aqui temos de fazer uma distinção entre propriedade coletiva e os comuns. Ainda que a lógica dos comuns informe alguma da ação e gestão de propriedade destas organizações, poderíamos dizer que em nenhum dos casos se criam propriedades comuns. O caso mais próximo disso é o *Espaço Integral* e a *Loja* da Minga que são espaços cujas regras de uso são estabelecidas pelos membros da cooperativa e o seu aluguer é feito pela cooperativa. No entanto estes espaços pertencem apenas a uma comunidade restrita de pessoas, que são os membros da Minga. Podendo ser abertos ao uso de outras pessoas, a gestão do espaço continua a estar a cargo, unicamente, dos membros desta organização. Esta situação aproxima-se do que Stavrides (2021) chamou de *comuns fechados* uma vez que não se cria um espaço completamente aberto à participação de qualquer pessoa no seu uso ou na determinação da sua forma de gestão. À parte deste exemplo, todos os outros casos de coletivização do espaço passam pela aquisição de propriedade de forma coletiva, ou a conversão – após compra – de propriedade privada em propriedade coletiva. Nestes casos a definição da forma de uso do espaço é definida pelo próprio coletivo sendo usados diferentes sistemas de gestão da propriedade. Em todos os casos observados há uma organização da propriedade em espaços privados (de cada núcleo familiar) e espaços comunais. A gestão dos espaços privados é, em todo os casos, da responsabilidade dos seus proprietários, enquanto que a gestão do espaço comunal é feita de diferentes maneiras de acordo com as regras definidas por cada coletivo. No caso de Yaruquí em que a propriedade é comprada entre 13 membros da Portada, a gestão do terreno comum é partilhada, existindo reuniões e *mingas* de cuidado do terreno. No caso do terreno partilhado perto de Santiago do Escoural, por membros da Minga, ainda que estejam relativamente predefinidos espaços individuais de cada núcleo familiar, enquanto grande parte do edificado do terreno está em situação de ruína, a gestão de toda a propriedade é feita de forma coletiva. Para isto, existem reuniões e tarefas coletivas de

recuperação e reabilitação do terreno e habitações de acordo com as capacidades de cada um. Noutras situações pode haver uma gestão mais orgânica em que algum dos membros residentes assume responsabilidades coletivas. Um caso deste tipo é o caso do terreno em Tumbaco, onde residem cinco núcleos familiares dos quais quatro são de membros da Portada. Neste terreno, um dos residentes, acaba por assumir mais responsabilidades na gestão do espaço comum, sem que exista uma tomada de decisão coletiva. Nos casos de coletivização de espaço público, como seria a situação da Estação Cooperativa, vemos que o espaço se mantém em domínio público, sendo apenas a gestão e uso concedidos à cooperativa, por um período limitado de tempo.

Através destes exemplos podemos ver como, mais do que criar outros modelos de propriedade para lá da dualidade da propriedade privada ou pública, o que estas cooperativas e os seus membros fazem, é procurar estender as possibilidades de democratização do espaço dentro destes dois tipos de propriedade. Em termos de propriedade pública vemos que há um questionamento dos agentes de gestão do espaço, propondo uma gestão coletiva de recursos públicos. Esta modalidade, ainda assim, pode arriscar-se a cair em lógicas capitalistas de rentabilização do espaço, bem como levar à segregação social. Em situações como a da Estação Cooperativa em que o contrato considera o pagamento de rendas crescentes ao longo de períodos alargados de tempo, a rentabilização do espaço assume um carácter central na forma de gestão destes. Isto pode levar à priorização da sua rentabilização, desviando do foco inicial de utilização do espaço para dar resposta às necessidades dos membros que compõem a cooperativa e à comunidade local. Adicionalmente, ao criar um coletivo restrito de gestão do espaço, dá-se poder a este coletivo de tomar as decisões sobre a gestão do espaço. Caso nessa tomada de decisões não se incluam todos os agentes que beneficiam ou usam esses espaços, corre-se o risco de, mais do que um potenciador da democratização de espaços públicos, esta gestão se tornar uma forma de limitação do uso de espaços públicos a este grupo restrito de pessoas.

No que toca à propriedade privada, vemos uma abertura do acesso a terceiros, com a redução de barreiras e limites de propriedade, assim como um questionamento da individualidade da propriedade privada seja de forma temporal ou permanente. Na maioria destes casos, com exceção do caso da propriedade coletiva, ao não existir uma legalização ou efetivação de acordos (seja com a formalização de um contrato ou pela implementação de mecanismos de internos de democratização da gestão do espaço), o poder do ‘proprietário’ na gestão da propriedade nunca é realmente questionado. O facto de, na maioria dos casos os residentes temporários não terem autarcia sobre o espaço, faz com que exista uma concentração de poder no proprietário legal do terreno. Neste sentido, podemos dizer que, destas estratégias,

a que mais profundamente questiona o modelo de propriedade privada, é o caso da propriedade coletiva, em que todos os intervenientes têm corresponsabilidade e voz ativa para decidir a sua gestão e uso.

Regeneração

A relação da *Urbanização Planetária* com a natureza resulta na sua sobre-exploração chegando mesmo a criar zonas de ruína, as chamadas zonas de sacrifício. Ao longo da análise das cooperativas vimos como a relação que estas estabelecem com a natureza diverge da lógica extractivista e de dominação. Em ambas as cooperativas vemos como as relações de produção com a natureza procuram responder não só às necessidades humanas, mas também da fauna, flora e solo, isto é, das condições que permitem a produção agrícola ou florestal. Estas relações aproximam-se do modelo de produção da Agroecologia, que prioriza a soberania alimentar e a reprodução da natureza e ecossistemas acima da rentabilidade da produção. Tendo em conta o estado de degradação e/ou desertificação em que membros de ambas as cooperativas encontram solos, rios e florestas a prioridade da sua ação é, frequentemente, a regeneração do território, antes de retirar frutos deste. A regeneração pode passar por processos de limpeza e reflorestação, ou outras técnicas que permitam a recuperação da biodiversidade dos ecossistemas em causa. Nos casos em que, no momento da investigação de campo, já se encontrou terrenos ou bens naturais com um nível mais avançado de regeneração, observámos que há sempre uma parte da produção que é destinada a autoconsumo, sendo que há inclusive casos em que a produção é exclusivamente dedicada ao autoconsumo e os excedentes ou são vendidos ou oferecidos.

Nestas produções, o uso de fitofarmacêuticos é normalmente substituído pela aplicação ou reprodução de microrganismos e uso de adubos naturais. No caso equatoriano, focamo-nos no exemplo de *Chaupí Molino*, que é a produção agrícola de maior escala dentro da cooperativa. Aqui, vemos que estas soluções alternativas aos fitofarmacêuticos e outras matérias primas é apresentada como forma de aumentar a autonomia dos produtores agrícolas. 'Receitas caseiras' para a elaboração destes produtos, que permitem a melhoria da fertilidade dos solos com poucos recursos, são divulgadas não só entre membros da cooperativa, mas também com outros produtores agrícolas, através de eventos formais ou conversas informais e períodos de estágio/ participação na produção da quinta. No caso português esta procura por alternativas aos fitofarmacêuticos está mais ligada a questões ecológicas e menos à 'desmercantilização' do processo de produção agrícola. Isto porque os microrganismos são comercializados na loja da

Minga e divulgados entre os membros produtores agrícolas, tornando-se uma mercadoria. Também a divulgação de práticas de agricultura regenerativa, sintrópica e permacultura é quase sempre feita através de cursos e formações cujo acesso envolve pagamento. Desta forma poderíamos dizer que no caso equatoriano a defesa da regeneração dos bens naturais parece indissociável de uma luta social pelos direitos dos camponeses, o que já não parece tão presente no caso português, onde os processos de regeneração do território aparecem apenas como parte de uma luta ambiental.

Para além da ação direta de regeneração do território, na análise dos casos de estudo pudemos também observar o envolvimento de vários cooperadores em movimentos ambientais e sociais de defesa de bens naturais desde rios, montanhas, montados, e de técnicas de produção camponesas. Enquanto que no Equador, estes movimentos são mais ligados à luta camponesa, como mencionámos anteriormente, no caso português estes aparecem mais ligados a movimentos ambientalistas. Estes movimentos, não só locais, mas também com relação com outros movimentos ambientalistas nacionais e internacionais, são formas de converter 'recursos naturais' em 'bens comuns'. Isto é, ao reclamar a necessidade de preservação e regeneração de territórios e da paisagem, estes bens passam a ser entendidos como bens comuns. Por exemplo, quando olhamos para o grupo de defesa do rio, vemos como um território que era gerido como zona de sacrifício, no qual eram feitas descargas tanto de organismos de gestão pública como de empresas privadas, vai ganhando o caráter de bem comum, sendo inclusivamente integrado no logotipo do município e sendo alvo de visitas de estudo de escolas. Este exemplo demonstra como, sem alterar legislações, este grupo consegue 'comunalizar' o rio, integrando-o na identidade local partilhada, 'resgatando-o' da categoria de zona de sacrifício à qual a gestão urbana o tinha relegado.

A visão regenerativa não abarca apenas a produção agrícola, alargando-se a outros âmbitos do habitar como a construção. Neste tema, para além da procura de materiais locais, há uma procura por materiais cujo ciclo de uso seja mais ambientalmente sustentável, ou por serem de reposição fácil, ou por serem reutilizáveis. Tanto em práticas construtivas no Equador como em Portugal observamos a procura de materiais locais e com menor grau de processamento. Mais uma vez, vemos uma relação semelhante à que observámos no caso da produção agrícola, em que, no caso equatoriano, estas opções vêm associadas a uma luta social e no caso português mais associado a uma luta ambiental. No Equador, o uso de materiais de construção locais é apresentado como forma de assegurar o acesso a estes materiais de forma praticamente gratuita ou muito barata, tomando também partido de técnicas de construção populares, sendo assim uma forma de democratizar o processo de construção. Assim, são priorizados materiais

acessíveis a nível de valor, o que também significa um elevado grau de reutilização de materiais que poderiam ser considerados lixo. No caso de Portugal vemos a defesa do uso de materiais locais como forma de reduzir a pegada carbónica do material, seja pela diminuição dos custos ambientais de transporte e transformação, seja pelo impacto que o material terá ao decompor-se. Assim dá-se prioridade a materiais locais ou de maior proximidade e com um ciclo de vida que permita a sua reutilização (como a terra) ou transformação em matéria não contaminante.



Figura 5.1 Minga de construção de uma obra de Al Borde em que se usam pneus para criar fundações resistentes a sismos. Fonte: cedido por Al Borde, 2017.



Figura 5.2 Reabilitação de ruína no centro histórico de Montemor-o-Novo por ccoperadores da Minga, com uso de materiais naturais e autoconstrução. Fonte: cruatelier, 2018.

Por fim, poderíamos olhar para a relação destas zonas ‘naturais’ com o resto do território. A maioria das produções agrícolas, ainda que nalguns casos, de escala relativamente grande, são considerados ’jardins’ ou zonas exteriores da casa, que está frequentemente no mesmo terreno. Isto significa que os ambientes criados por estes espaços de produção ou mesmo por elementos vistos como recurso (rios, lagos), assumem igualmente a função recreativa e de fruição. Esta relação com espaços produtivos contrasta com a relação normalmente estabelecida com espaços de produção agroindustrial, que são vistos como lugares despovoados, ou pouco atrativos para viver. Um exemplo desta relação fruição-produção é o caso do terreno de um cooperador da Minga, que inclui espaço de residência, casa para aluguer, acesso ao rio, zona de reflorestação e zona de produção hortícola, recebe atividades várias entre as quais um casamento, que implicou o acampamento de cerca de 100 pessoas, e a montagem de palcos, sendo este um evento aberto à comunidade local de Montemor-o-Novo. Outro exemplo é o caso de *Chaupi Molino* em que Francisco defende que quer poder ver os filhos e netos a brincar na horta como se fosse um jardim, sem problema de se intoxicarem. Esta abordagem contrasta também com o protecionismo de reservas naturais que assumem apenas uma função de fruição, e recreação, retirando-lhes o seu possível papel de paisagem produtiva.

5.3.3. Pontos de contacto e relações de dependência

As teorias em que nos baseamos para enquadrar esta investigação sugerem que os modelos económicos predominantes de uma sociedade definem a forma como se organiza e vive o território. Trabalhos de outros autores demonstram que a economia capitalista neoliberal, com a sua tendência para o crescimento e acumulação económica, baseadas na operacionalização e privatização do território, produz um território que, de forma generalizada, representa a espacialização destas práticas: territórios e sociedades desiguais e a destruição de paisagens. Esta investigação propôs-se, então, a entender os tipos de território que podem produzir outras economias, baseadas em valores diferentes dos do capitalismo neoliberal, tais como autonomia, solidariedade e democratização de sistemas partilhados, procurando entender se também estas economias passam estes valores para o território e de que forma é que isso acontece. O que encontrámos foi uma variedade de processos que se questionam, rejeitam e/ou resistem a lógicas capitalistas, criando formas de democratizar o território. Mas também encontrámos práticas que replicam processos de expropriação e acumulação, subvertendo a ideia de autonomia para justificar a expansão da liberdade de consumo, e transformando a solidariedade em assistencialismo. Ao longo deste capítulo procurámos focar-nos nos processos que se aproximavam da territorialização dos princípios destas economias alternativas (autonomia,

solidariedade e democratização), uma vez que a isso se propunha esta investigação e, nos casos em que os processos de democratização do território também dependiam de processos capitalistas, procurámos também incluir esses fatores. Olhamos agora para os limites destas propostas alternativas de gestão do território e para os pontos de contacto, dinâmicas de subversão e técnicas de resistência que se criam com o contacto com forças da *Urbanização Planetária*.

Apresentámos o policentrismo em rede como uma forma alternativa à concentração em mega-cidades no que respeita à organização do território. Porém podemos questionar-nos se este policentrismo em rede não reforça uma organização espacial que tende à concentração de recursos, capital e pessoas. Em ambos os casos vemos o desenvolvimento de duas cooperativas em regiões que, maioritariamente, gravitam em torno de centralidades da *Urbanização Planetária*, isto é, cidades-capital, de maior importância no contexto nacional de ambos os países. Isto não se deve unicamente à proximidade de Montemor-o-Novo de Lisboa e das províncias do Vale de Cumbayá e Tumbaco a Quito, mas sim às dinâmicas de mobilidade que se dão dentro destas duas comunidades. A alta frequência dos movimentos constantes de pessoas de ambas as comunidades às capitais levanta a questão se se trata realmente de um processo de dispersão territorial ou se será apenas parte de dinâmicas de 'explosão' destas cidades-capital. Esta questão surge inclusive dentro da governança das redes a que pertencem estas cooperativas, uma vez que é evidente uma dependência, em ambos os casos, de um pequeno grupo mobilizador de pessoas. Isto significa que mais do que uma dispersão de responsabilidades e de criação de vários centros independentes, a criação de redes implica a criação de novas 'meta-centralidades' que coordenam estas mesmas redes. Ainda assim, este sistema de organização oferece algumas claras diferenças da centralização de poder, sugerindo que, apesar de incorporar em parte a lógica centro-periferia, representa uma alternativa a esta forma de organização territorial. Por exemplo, o facto de dentro das cooperativas e das suas redes ser possível a substituição, através de processos democráticos, dos agentes que assumem a governança destas instituições, assegura que pode haver uma 'descentralização' do poder caso isto aconteça. A nível territorial o que observamos é que, ao serem criados novos serviços descentralizados, diminui-se a dependência de outras centralidades, e expande-se também a possibilidade de ocupação de outros territórios. Vemos isso em ambas as cooperativas. No Equador isso acontece com os cooperadores que vivem em San José de Minas, uma freguesia rural e mais afastada, e começarem a assumir a vinda 'à cidade' como a vinda a Puembo, uma freguesia que como vimos, é zona periférica de Quito. Em Portugal vemos isso com o aumento

de pessoas com interesse em viver em Casa Branca, e que também estas começam a realizar movimentos pendulares a Montemor-o-Novo como 'idas à cidade'.

Com base em Berlan (2024) e nas teorias ecofeministas (Mies & Bennholdt-Thomsen, 1999) definimos autonomia como a capacidade de responder com o próprio trabalho e recursos às necessidades de reprodução da vida. A nível territorial notamos como a procura de autonomia é muitas vezes apenas acessível a um grupo restrito de pessoas, o que se deve a dois fatores: o acesso desigual a recursos base e a gestão pouco democrática de recursos coletivos. O primeiro passo que identificámos como essencial para a criação de autonomia foi o 'resgate' de recursos e meios de produção. No caso do território isto significa que a comunidade deve ter acesso a meios para suprir as suas próprias necessidades (da comunidade como um todo). No entanto, o acesso a estes meios não está assegurado de forma democrática, o que debilita as populações locais e as coloca em situações de dependência. Exemplo disso são cooperadores da Minga que, estando envolvidos em vários projetos de ativismo político e ambiental que não permitem assegurar um rendimento básico para sobreviver, se veem obrigados a optar por soluções de mercantilização de bens e recursos próprios, como seria a habitação. Existem, ainda assim, outras formas de fazer frente à dificuldade de acesso a recursos base, como vemos no caso de sócios da Portada que decidem criar uma produção agroecológica (*Chaupí Molino*), mas que esta produção nos primeiros anos não é suficiente para suprir os custos de vida da família. Com os anos, o projeto tornou-se rentável e permitiu que toda a família vivesse no terreno e desta produção, bem como empregar algumas pessoas no processo produtivo e dar-lhes habitação. As diferenças entre estes dois casos parecem ser a quantidade de capital inicial disponível em cada um, para aguentar o tempo necessário para os projetos serem economicamente sustentáveis – que, no caso equatoriano, permitiu financiar este tempo de espera, e no caso português não; e o facto de, no caso equatoriano, a família ter diminuído a qualidade do seu estilo de vida por um período de tempo, adaptando as suas necessidades aos recursos que tinha disponível. Sabemos ainda que para a criação de estratégias que assegurem a reprodução da vida é necessário definir quais as necessidades comuns. Situações em que estas necessidades são definidas por uma comunidade reduzida de pessoas resultam na criação de autonomia apenas para esta comunidade. Isto nota-se em ambos os casos, em que a criação de comunidade implica a exclusão outros habitantes ou usuários do mesmo território e com o desenho de serviços coletivos baseado em padrões de qualidade apenas destas comunidades. Por exemplo, a produção de vegetais biológicos, no Equador, que são apenas acessíveis a uma elite quitenha com poder económico e cultural, ou com a integração de pedagogias de *Educação em Comunidade*, em Portugal, que respondem apenas a preocupações de um pequeno grupo de

mães e pais, não integrando a opinião de todos os encarregados de educação e agentes das escolas locais. Isto pode fazer com que a procura de criação de territórios autónomos, conduza, assim como a competitividade territorial, à segregação social. Algumas das estratégias para resolver estas questões passam pela integração nas comunidades locais através do engajamento em dinâmicas quotidianas. No caso de membros da Minga isso vê-se principalmente com a integração de atividades culturais como participação em jogos de futebol da liga local, assistência a eventos organizados por outras associações locais como Magustos e festas populares e concertos, assim como frequentar os mesmos pontos de encontro que a restante comunidades (cafés, jardins, mercado municipal…). Entre os membros da Portada vemos isso também com o consumo em comércios locais e populares, assim como a procura de estabelecimento de vínculos com vizinhos como troca de produtos e serviços e a participação em mingas e atividades de ajuda mútua.

As estratégias de autonomia como vimos anteriormente passam em parte, pelo ‘resgate’ de recursos e meios de produção do sistema capitalista neoliberal. A nível dos modelos de propriedade isso significaria o ‘resgate’ de propriedades privadas e públicas para um regime que permita explorar mais alternativas para além desta dualidade. O que vimos nos casos analisados é que grande parte das alternativas criadas parte da compra de propriedade privada para a sua conversão noutros modelos de propriedade (propriedade individual aberta, propriedade partilhada e propriedade coletiva). Isto parece significar que a possibilidade de exploração de outras formas de propriedade está limitada ao poder de compra de uma comunidade. Nos casos em que a exploração de outros modelos de propriedade não se dá pela compra de propriedade privada, esta passa pelo ‘resgate’ para a gestão coletiva, de propriedades públicas. Também neste caso vimos como este resgate depende em grande parte da capacidade de *lobby* institucional da comunidade em questão. Esta capacidade de *lobby* pode estar associada a várias questões, desde o reconhecimento que determinada instituição tem, o poder económico, cultural ou político que tem a nível local, ou mesmo as redes de poder que integra. Sobre a ausência de casos de propriedade comunal poderíamos apenas especular sobre as razões que levam ao insucesso ou desistência de levar a cabo processos desse tipo. No caso de um cooperador da Minga que compra um terreno e decide oferecer parte dele para venda à cooperativa de habitação da Minga, criando a possibilidade da cooperativa de adquirir um terreno comunal (que, ainda assim, não seria exatamente um terreno comum), o valor de venda era demasiado alto, não sendo possível para a Minga cobrir este preço. No Equador também no caso do terreno de Yaruquí em que havia uma proposta inicial de o gerir de forma comunal (mais uma vez, isto seria apenas um *comum fechado* (Stavrides, 2021)), foi decidido pelos

residentes que preferiam uma gestão individual e uma divisão clara em parcelas. Assim, com base nestes dois casos poderíamos dizer que a vontade de autonomia que identificámos como estando na base destas duas comunidades nem sempre é vista como uma autonomia coletiva, mantendo-se ao nível individual, o que dificulta processos de comunalização de recursos.

Nos processos de regeneração do território vemos igualmente uma dependência de acesso a propriedade, e, possivelmente devido ao facto de estes se tratarem de processos com retorno a muito longo prazo, dependentes não só do *acesso* como da *aquisição* de propriedade. Para além destas práticas, identificámos uma outra estratégia que se prendia com as lutas tanto ambientais como mais sociais, relacionadas com a procura da institucionalização de práticas regenerativas de produção e de gestão da paisagem. Estas práticas parecem, no entanto, ter é um impacto relativamente reduzido, com o pouco do trabalho realizado por ativistas destas cooperativas a ser aproveitado para fomentar processos de exploração do território, mais do que uma real resposta às exigências destas comunidades. Isto foi o que observámos no exemplo da gestão do rio em Montemor-o-Novo, em que a ação ambientalista não altera as descargas de águas poluídas no rio, mas torna este bem num ativo para o turismo local.

No geral podemos concluir que apesar de se apresentarem como alternativas a dinâmicas de Urbanização Planetária, estas formas territoriais podem acabar por ter resultados semelhantes, principalmente no que diz respeito à segregação social. As comunidades que se formam através destas duas cooperativas, podem tender a segregar-se das restantes comunidades que cohabitam os mesmos territórios. Como vimos na análise económica isto não é uma questão que se possa solucionar simplesmente com a abertura destas comunidades, uma vez que se pode perder o sentido de solidariedade, confiança e corresponsabilidade inerente à formação de comunidades com intenções, valores e objetivos partilhados. Assim, mais do que abrir a comunidade de forma indiscriminada, o que observámos da análise do trabalho de campo é que as formas de expansão destes 'privilégios' a outras comunidades se baseiam na criação de relações de codependência e de contaminação, em que membros destas comunidades criam este tipo de relações com outros agentes que cohabitam nos mesmos territórios. A codependência implica um sentido de responsabilidade de ambos os lados, como por exemplo no caso da criação da rede de distribuição de peixe criado por membros da Portada em conjunto com pescadores locais, e que ambos os lados têm interesse em manter. A contaminação deixa a agência do lado dos recetores, o que implica mais uma vez, a atribuição de responsabilidade a estas comunidades externas. Isto dá-se por exemplo com a multiplicação de cooperativas integrais em Portugal, que, ainda que recebam apoio da Minga e, mais recentemente, da Rede de Cooperativas Integrais, dependem maioritariamente da sua capacidade interna de ação e

organização. Sem esta dependência mútua o que observamos é uma saturação dos agentes inicialmente 'privilegiados' com trabalho e responsabilidades de gestão, ou a criação de dependências externas. Vemos isso por exemplo no caso do projeto AOATAC que, depois de vários anos de avanços lentos devido à dependência total de trabalho voluntário, passa a depender de um financiamento externo que, no momento que acabar, coloca o projeto, de novo, em risco. Adicionalmente estas dinâmicas de procura de autonomia dependem em grande parte de um acesso inicial a recursos base, e, portanto, de uma situação de privilégio. Esta conclusão põe em causa a proposta de Tsing (2015) que defende o surgimento de alternativas ao sistema capitalista em lugares de *ruína*. Com base no trabalho aqui apresentado podemos defender que, ainda que partam de situações de dificuldade ou crise, estas alternativas, tanto a nível económico como a nível territorial, não seriam possíveis em situações de total *ruína* nas quais as pessoas que conformam estes projetos não tivessem acesso a propriedade, capital cultural e intelectual ou inclusive capital financeiro. Com isto concluímos que, para a criação de autonomia coletiva, é necessário o acesso a recursos e meios de produção, e, que, para a sua expansão e integração de outros agentes com menos capacidade de acesso a estes recursos e meios base, se necessita da criação de um sentido de corresponsabilidade nestes outros agentes. Este sentido não é mais do que a noção política do território, isto é, o entendimento de que o direito ao território não é, pelo menos no sistema político-económico atual, um direito concedido, mas sim um direito reclamado através da agência coletiva.

CAPÍTULO 6

Conclusões

Aceitar as desigualdades socio-territoriais e a dependência de práticas extractivistas para a criação de territórios com mais comodidades é desistir da possibilidade de reinventar o urbano como projeto sustentável e inclusivo. Pensar em soluções unicamente na esfera física do território, como outros desenhos ou organizações espaciais, sem um entendimento político deste, pode resultar na réplica ou agravamento dos problemas que estão na sua génese. Isto é, se não forem adereçadas as formas de vida que estão na base destas desigualdades, as soluções físicas poderão ser apropriadas e convertidas em instrumentos de reprodução destas mesmas dinâmicas.

Esta tese apoia-se nas teorias da *Produção do Espaço* de Lefebvre (1991), que defende o espaço como produto social, e, portanto, como cenário de disputa entre diferentes modos de vida, e na teoria da *Urbanização Planetária* desenvolvida por Brenner e Schmid (2014) que apresenta o capitalismo neoliberal como principal ator na produção do espaço nas últimas décadas. Com esta base, parte-se para uma investigação sobre *outras* economias, procurando entender como estas lutam pelos seus *espaços de representação*, ou seja, por territórios onde a sua forma de vida defina a forma de habitar e organizar o espaço. Com base em práticas concretas e atuais, analisámos, ao longo deste trabalho, dois exemplos destas outras economias, descrevendo as suas práticas, que extravasam a esfera económica para abarcar lógicas de (auto)governança e convertendo-se em práticas espaciais. Tudo isto acontece dentro, em simultâneo e, por vezes, em relação direta com o sistema capitalista neoliberal que criticam. A Cooperativa Integral Minga oferece *Acordos de Trabalho Cooperativos* que se integram no regime laboral que estes próprios acordos vêm criticar. A Secção de Habitação e Construção desta mesma cooperativa promove um projeto de apoio à habitação para a população montemorense recebendo financiamento de uma empresa internacional de grande retalho. A Portada Bethania, que surge para "sair das garras do sistema" bancário e financeiro, mantém o dinheiro coletivo num banco como qualquer outro. Estes pontos de contacto que poderiam ser apontados como incoerências ideológicas podem na verdade ser exemplos de que, mais do que seguir ideologias concretas e fechadas, estas organizações mantêm-se firmes no seu objetivo central, isto é, a melhoria das condições de vida dos seus membros. Vistas à luz das conclusões retiradas nesta investigação, podemos entender estas ambiguidades como parte de um processo de expansão da autonomia coletiva. Assim, estas cooperativas não representam pontos de

chegada, exemplos cristalizados de outros modelos económicos, mas sim plataformas em constante revisão e adaptação que visam a expansão da autonomia coletiva das suas comunidades. Autonomia essa que é conseguida através da criação ou apropriação de recursos base e meios de produção e comercialização, que podem ser coletivizados a diferentes escalas permitindo a expansão dessa autonomia para integrar uma parte maior da comunidade. Lojas onde se torna fácil vender frutos de pequenas produções não especializadas ou artesanais; espaços partilhados que tanto servem aulas de *yoga*, como sessões de conversa sobre habitação ou apresentação de produtos para agricultura biológica; sistemas de faturação onde pessoas com pouco conhecimento contabilístico e sem capacidade financeira para pagar a um profissional podem, não só ter a sua contabilidade organizada, como aprender mais sobre a sua própria contabilidade; sistemas de poupança onde o capital é investido em projetos pessoais e profissionais de familiares ou conhecidos; ferramentas de concessão de créditos pouco burocráticos, sem necessidade de validação do *status* social do devedor e com pagamentos flexíveis; asseguradoras que adaptam as quotas à disponibilidade dos usuários ou que dispensam de uma extensa burocracia para justificar a cobertura de acidentes. Estes são apenas alguns dos exemplos de bens e serviços criados por estas cooperativas para expandir a autonomia económica e financeira dos seus sócios. Estes sistemas estão fortemente enraizados em noções de confiança, solidariedade e corresponsabilidade, que se revelam essenciais para a desburocratização de processos, democratização do acesso aos bens e serviços criados, mas também para a expansão da autonomia ao integrar esforços e interesses de mais pessoas através de dinâmicas de cooperação.

A criação de outros modelos económicos parte, necessariamente de um questionamento do modelo económico dominante, das suas premissas e valores. Para isto é necessária uma vontade de "tomar as rédeas da própria vida" (Historia da Portada, 2019), neste caso em termos económicos, ou, em termos mais académicos, é necessário que exista uma vontade de democratizar a economia. Na prática, a democratização da economia passa pela implementação de um sistema de gestão baseado na participação informada de todos os usuários e beneficiários destes sistemas económicos. Para assegurar que estes sistemas respondem às necessidades dos membros das comunidades por eles afetas, torna-se necessário criar espaços e plataformas para a participação de todos os membros de forma igualitária. As cooperativas, cuja estrutura organizativa se mantém quase desde a sua origem, oferecem soluções de governança que podem responder a estas necessidades. A tomada de decisão de forma informada e horizontal, a rejeição de estruturas de governança verticais e a redistribuição de riqueza estão na base de uma governança que se organiza em assembleias e órgãos de coordenação e fiscalização eleitos. A

esta estrutura ambas as cooperativas agregam outros mecanismos complementares que visam criar mais canais de partilha e discussão de informação e decisões internas tais como reuniões de vários âmbitos, sistemas de gestão de dados e canais de comunicação formais e informais. Assim, vemos que a democratização da economia não parece ter uma fórmula correta, sendo adaptada às características de cada grupo. Deste modo, a capacidade de partilha de informação o mais direta possível parece ser uma forma de manter as pessoas envolvidas e de manter o foco na resposta às necessidades destas comunidades.

Autonomia, solidariedade e democracia económica, contrastam com o modelo económico competitivo e extractivista que apela à privatização. Se extrapolarmos isto para o território poderíamos imaginar um território autónomo, inclusivo, solidário e onde o direito à cidade é assegurado pela participação informada dos usuários na sua gestão. Foi preciso, no entanto, analisar as práticas espaciais destas cooperativas e dos seus membros para perceber se esta é efetivamente a realidade criada. O que encontrámos foram várias práticas de autonomia e, até mesmo de autonomia coletiva, que passavam, assim como acontecia na esfera económica, pela criação ou apropriação de bens/serviços para a sua comunalização. Isto acontece com habitação, com bens naturais como rios, com terrenos produtivos, espaços de comércio, ou serviços como a mobilidade. A autoprodução, autodidatismo e partilha de conhecimento permitem que se expanda a capacidade de responder a necessidades básicas, sejam estas serviços (medicina alternativa, serralharia, arquitetura) ou bens (habitação, alimentos, …). Isto resulta, quando olhamos a nível territorial, na relocalização de serviços, isto é, na criação de oferta a nível local de serviços que, em ambos os casos, estavam dependentes da oferta da grande cidade mais próxima (Quito e Lisboa), tais como comércios locais de produtos biológicos, escolas de ensino alternativo e diversificação da oferta cultural. A democratização do espaço está, assim como no modelo económico, dependente da primária aquisição de bens, para posteriormente, serem geridos de forma democrática. Sem este primeiro passo, a democratização do território torna-se um mero exercício teórico. Vemos isso com a Secção de Habitação e Construção da Minga, que ao não conseguir ter acesso a propriedade (seja para posse ou sob direito de uso) não consegue implementar a proposta de propriedade coletiva que propõe. Já no caso de sócios de ambas as cooperativas que, organizando-se em pequenos grupos adquirem uma propriedade de forma coletiva, conseguem praticar formas de gestão democrática, fazendo uso de reuniões, ajudadas e *mingas*, e definição de tarefas partilhadas. Existem ainda casos em que o acesso a propriedade permite a democratização do seu uso sem que a sua gestão seja democratizada. Um exemplo disso é o caso da casa em Puembo, em que uma família de cooperadores da Portada exerce pressão para que o jardim do condomínio onde vivem possa ser usado por pessoas

externas ao condomínio. No entanto, por muito que uma pessoa externa possa usar o jardim, não tem poder de decisão sobre a forma como ele é usado ou como este é gerido. Este tipo de ações, ou por exemplo o descuido intencional com a segurança em várias habitações de membros da Portada Bethania, podem ser entendidos como forma de reclamar o espaço público através do questionamento do medo.

Sendo que esta investigação se propõe a fazer uma comparação entre estas práticas e o modelo de *Urbanização Planetária*, não será suficiente caracterizar estas práticas, tendo de se passar à criação de critérios de comparação. A dificuldade em comparar dinâmicas espaciais que atingem escalas continentais com práticas espaciais de pequenos grupos de pessoas, de menos de 200 indivíduos, que, para além disso existem dentro do próprio modelo que criticam, exige que saíamos de categorização de *tipos* de território para a identificação dos *modos de produção do espaço* que estão na base destas práticas. Identificamos quatro dimensões de análise: (1) modelo de expansão, (2) modelo de desenvolvimento; (3) modelo de propriedade e (4) relação com a natureza. Estas dimensões permitem olhar para a diversidade de práticas espaciais observadas nas cooperativas e estabelecer diretrizes, valores e visões transversais. São uma forma de desenhar as linhas de uma visão comum do território que existe nos interstícios da forma urbanidade dominante. Uma proposta de organização do território em várias centralidades conectadas em redes de cooperação, e cujo principal objetivo é a resposta às necessidades dos seus habitantes. Para alcançar esta autonomia territorial duas estratégias podem ser apontadas: a comunalização de propriedade, no sentido de permitir o seu acesso a um maior número de pessoas e caminhar para uma maior democratização do território; e a aplicação de práticas regenerativas da paisagem e dos bens disponíveis, que pode passar por recuperar solos inférteis, limpar rios poluídos, reutilizar materiais de construção ou usar materiais disponíveis localmente. Com isto não falamos de uma ‘realidade alternativa’ ou ‘à parte’ em que estas cooperativas criam estes territórios isolados de outros territórios que competem entre si por atração de capital, ou que não permitem a existência, dentro das suas comunidades de *guetificações elitistas* ou que rejeitam produtos provenientes de atividades extractivistas. Como dito anteriormente, estas práticas coexistem com lógicas da *Urbanização* globalizada, ainda que se desviem dos caminhos estabelecidos por esta. Falamos de dois grupos de pessoas que vivem de forma dispersa, tendo como vizinhos tanto milionários como agricultores de pequena escala, empresas de produção massificada, trabalhadores em serviços públicos, reformados… Que exercem a sua atividade de forma autónoma, ou para entidades públicas ou até ao serviço de outras empresas; que vendem em mercados municipais, participam em feiras locais, estão integradas em festividades locais, e contribuem para dinamizar a oferta

cultural dos seus territórios de forma aberta a toda a população. Ou seja, falamos de dois grupos que, ainda que, de certa forma fechados, ao definir os limites da abrangência da sua atividade, criam relações de interdependência com os territórios onde habitam e até mesmo com redes globalizadas de transporte, de bens e de serviços.

A análise da relação entre as práticas espaciais das cooperativas e o modelo da *Urbanização Planetária* permite-nos retirar duas conclusões que podem ajudar a pensar futuras aplicabilidades dos resultados desta investigação. A primeira é a de que é possível criar urbanidades alternativas *dentro* do próprio sistema de produção de espaço dominante, isto é, que há outros modelos de desenvolvimento territorial, de propriedade, de relação com a natureza e outras formas de expandir estes modelos que podem singrar dentro – e através – do modelo urbano atual. Esta conclusão alia-se à proposta de vários autores que defendem que os Estudos Urbanos deveriam procurar analisar *outras urbanidades*, abrindo portas para pensar planos de transição urbana para organizações territoriais mais social e ambientalmente eficientes. Para isto, apresentam-se, ao longo deste trabalho, algumas estruturas teóricas que podem ajudar investigações semelhantes no futuro. Ao identificar quatro eixos de produção do território que vão para além do mero desenho ou planeamento físico urbano, cria-se uma base de analise e comparação de outras formas de urbanidade. A identificação de três partes correlacionadas que devem existir para permitir estas práticas – acesso a bens que permitam conseguir um certo nível de autonomia, o sentido de solidariedade que permita comunalizar e expandir a autonomia conseguida, e a vontade de "tomar as rédeas da própria vida", isto é assumir um papel ativo na resposta às suas necessidades e dos outros – cria chão para a investigação de situações onde um ou mais destes fatores estejam em falta, para entender em que condições estes se criam e que tipo de urbanidades se formam quando estes não estão presentes. Investigações deste género podem ajudar a pensar outras estruturas de planos de desenvolvimento locais e/ou regionais assim como fomentar o desenvolvimento deste tipo de iniciativas.

A segunda conclusão é a de que estas práticas devem ser vistas como processos e não como lugares ideais aos quais devemos almejar chegar. Isto é, o facto destas práticas estarem em permanente transformação e adaptação às necessidades dos seus membros e à capacidade de autonomia territorial, isto é, a capacidade criada para responder a necessidades locais, dá a entender que qualquer plano ou desenho de *outras urbanidades* terá de ser mutável e tomar em consideração as necessidades cambiantes da população local. A dependência de outros territórios vai diminuindo à medida que aumenta a autonomia local, assim como a capacidade de apoio e cooperação com outros territórios aumenta com o aumento da autonomia local.

Trabalhos que enveredem por esta linha de investigação podem trazer novas ferramentas de planeamento e gestão territorial que integrem a mudança em prazos curtos assim como uma participação constante e informada das populações locais, assumindo o planeamento como o desenho do processo e não o desenho do fim.

A análise de outras urbanidades, seguindo ou não estas linhas de investigação, pode trazer outras formas de urbanidade e outros modos de produção do espaço para a discussão teórica dentro dos Estudos Urbanos. Isto significa pensar o urbano como lugar de disputa, não só pela *potencialidade* de criação de outros habitares, mas pela diversidade de habitares que *já* existe e coexiste com o modo urbano dominante. Poderíamos chamar a isto de processo de politização do espaço, na qual este se converte em ferramenta para exercer o direito democrático ao seu uso e acesso, visando garantir o bem-estar das comunidades locais. Esperamos que este trabalho informe esta interpretação do território, trazendo práticas reais onde é possível ver também as dificuldades e limitações de outras urbanidades, ajudando a pensarem soluções mais social e ambientalmente sustentáveis, que incorporem as incongruências e contradições intrínsecas à complexidade das realidades territoriais.

Referências Bibliográficas

Acosta, A. (2011) La economía social y solidaria en el centro del debate: Un aporte sustantivo desde la economía del trabajo. Em Coraggio, J. L. (Ed.) *Economía Social y Solidaria: El trabajo antes que el capital.* Quito: Ediciones Abya-Yala, pp. 9-32.

Acosta, A. (2013) *El Buen Vivir: Sumak Kawsay, una oportunidad para imaginar otros mundos.* Barcelona:Icaria Editorial.

Acosta, A. e Martínez, E. (2009) *El Buen Vivir: Una vía para el desarrollo.* Quito: Ediciones Abya-Yala.

Altamirano Ulloa, A. E. (2020) *El proceso de crecimiento del Distrito Metropolitano de Quito y sus efectos en el desarrollo de la zona urbana de Cumbayá,* [Tese de Mestrado, FLACSO Ecuador] Repositório da FLACSO Andes: https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/items/1d981da3-b7ac-455e-af71-5ad70f75f959.

Altieri, M. A. e Nicholls, C. I. (2023) Agroecología, policrisis global y transformación de sistemas alimentarios. *Magna Scientia UCEVA,* 3(1), pp. 125-131.

Altieri, M. e Toledo, V. M. (2011) The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. *Journal of Peasant Studies,* 38(3), pp. 587-612.

Angelo, H. (2016) From the city lens toward urbanisation as a way of seeing: Country/city binaries on an urbanising planet. *Urban Studies,* pp. 1-21.

Angelo, H. e Wachsmuth, D. (2014) Urbanizing Urban Political Ecology: A Critique to Methodological Cityism. Em Brenner, N. (Ed.) *Implosions / Explosions: Towards a study of planetary urbanization.* Berlin: Jovis, pp. 372-385.

Anthopoulou, T., Nikolaos, K. e Petrou, M. (2017) Aspects and experience of crisis in rural Greece. Narratives of rural resilience. *Journal of Rural Studies,* 52, pp. 1-11.

Antunes, G. e Seixas, J. (2022) Impactos da pandemia na evolução do acesso à habitação na Área Metropolitana de Lisboa. *Cidades, Comunidades e Territórios,* 45.

Baptista, F. O. (2021) Prefácio. Em Cordovil, F. C. (Ed.) *Agricultura e Política Agrícola.* Lisboa: [s.n.], pp. 2-4.

Barbosa, I. (2020) Geração à Rasca: Crise(s), Precariedade e Futuro. *Cadernos da Pandemia - Instituto de Sociologia da Universidade do Porto,* 3.

Baylina, M. et al. (2019) Género e innovación en los nuevos procesos de re-ruralización en España. *Finisterra,* LIV(110), pp. 75-91.

Beling, A. (2019) Sinergias Sur-Norte para una "transición civilizatoria" hacia la sustentabilidad: diálogos de saberes entre buen vivir, decrecimiento y desarrollo humano. *Revista Colombiana de Sociología,* 42(2), pp. 279-300.

Benitez Herrera, E. A., Mejia, D. R. e Olmedo, W. (2020) Finanzas solidarias y el fortalecimiento de los circuitos económicos interculturales en la comunidad de Oyacachi, Ecuador. *Revista Economía,* 72(118), pp. 103-118.

Berlan, A. (2024) *Autonomía y Subsistencia: Una teoría ecosocial y materialista de la libertad.* Barcelona: Virus Editorial i Distribuïdora, SCCL.

Bodenschatz, H. e Welch Guerra, M. (2021) *The Power of Past Greatness: Urban Renewal of Historic Centres in European Dictatorships.* Berlin: DOM publishers.

Brenner, N. (2014a) Theses on Urbanization. Em Brenner, N. (Ed.) *Implosions / Explosions: Towards a study of planetary urbanization.* Berlin: Jovis, pp. 181-202.

Brenner, N. (2014b) Urban Theory Without an Outside. Em Brenner, N. (Ed.) *Implosions / Explosions: Towards a study of planetary ubanization.* Berlin: Jovis, pp. 14-35.

Brenner, N. e Schmid, C. (2014) Planetary Urbanization. Em Brenner, N. (Ed.) *Implosions / Explosions: Towards a study of planetary urbanization.* Berlin: Jovis, pp. 160-163.

Brown, W. (2019) *In the Ruins of Neoliberalism: The Rise of Antidemocratic Politics in the West.* Columbia: Columbia University Press.

Bryceson, D. (2000) Peasant Theories and Smallholder Policies - Past and Present. Em Bryceson, D., Kay C. e Mooij, J. (Eds.) *Disappearing Peasantry? Rural labour in Africa, Asia and Latin America.* Londres: ITDG, pp. 1-36.

Caldeira, T. e Holston, J. (2015) Participatory urban planning in Brazil. *Urban Studies*, 52(11), pp. 2001-20017.

Calvário, R. (2023) The making of peasant subalternity in Portugal: histories of marginalisation and resistance to agrarian modernisation. *The Journal of Peasant Studies*, 50 (4), pp. 1593-1612.

Carrión, F. (1987) *QUITO - Crisis y Politica Urbana.* Quito: El Conejo.

CASES (2019) *Guia Prático da Economia Social*. https://cases.pt/wp-content/uploads/2019/09/Guia_Pr%C3%A1tico_da_Economia_Social.pdf

CASES (2020a) *Sector cooperativo: Informação geral.* https://cases.pt/setor-cooperativo/#informacao-geral. [Acedido a 10 dezembro 2025]

CASES (2020b) *Identidade cooperativa*. https://cases.pt/identidade-cooperativa/. [Acedido a 10 dezembro 2025]

Cattani, A. D., Laville, J.-L., Gaiger, L. I. e Hespenha, P. (2009) *Dicionário Internacional da Outra Economia.* Coimbra: Edições Almedina, SA.

Chanial, P. e Laville, J.-L. (2009) Associativismo. Em Cattani, A. D., Laville J., Gaiger e P. Hespanha (Eds.) *Dicionário Internacional da Outra Economia.* Coimbra: Edições Almedina, SA, pp. 21-25.

Chase, J. (2025) With an eye on fire: Can neo-rural settlers create fire resilience in Portugal? *Journal of Rural Studies*, 113, 103486.

CONFECOOP (2025) *História*. https://confe.coop/historia-e-valores/.[Acedido a 10 dezembro 2025]

Cooperativa Integral Minga (2023a) *A Minga.* https://mingamontemor.pt/30-2/.[Acedido a 10 dezembro 2025]

Cooperativa Integral Minga (2023b) *Secção de habitação e construção*. https://mingamontemor.pt/seccao-de-habitacao-e-construcao. [Acedido a 10 dezembro 2025]

Cooperativa Integral Minga (2023c) *Inquerito à habitacao*. https://mingamontemor.pt/inquerito-a-habitacao/. [Acedido a 10 dezembro 2025]

Cooperativa Integral Minga (2023d) *Cooperativa Integral Minga*. https://web.archive.org/web/20240328214803/https://mingamontemor.pt/. [Acedido a 10 dezembro 2025]

Cooperativa Integral Minga (2023e) http://mingamontemor.pt/

Coraggio, J. L. (2011) *Economía Social y Solidaria: El trabajo antes que el capital.* Quito: Abya-Yala.

Correa, R. (2009) *Ecuador: de Banana republic a la no república.* Bogotá: Random House Mondadori S.A.

Costa e Silva, A. (2020) *Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica e Social de Portugal 2020-2030*, Governo da República Portuguesa, https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQA AAB%2bLCAAAAAAABAAzNDAytAQAziD%2fFAUAAAA%3d.

Costa, F. F. (1983) *O Pensamento Cooperativo de António Sérgio e as correntes cooperativas francesas.* Viseu: Centro de Estudos Cooperativos.

Cox, K. R. (2005) Local : Global. Em Cloke P. e Johnston R. (Eds). *Spaces od Geographical Thought: Deconstructing Human Geography's Binaries.* Londres: SAGE Publications Ltd, pp. 175-198.

Da Ros, G. (2007) El movimiento cooperativo en el Ecuador. Visión histórica, situación actual y perspectivas. *CIRIEC*, 57, pp. 249-284.

D'Allens, G. (2023) A Grande Deserção em Marcha. *Flauta de Luz*, 10, pp. 16-28.

Davies, W. e Gane, N. (2021) Post-Neoliberalism? An Introduction. *Theory, Culture & Society*, 38(6).

De Angelis, M. (2017) *Omnia Sunt Communia: Principles for the Transition to Postcapitalism.* Londres: Zed Books.

Debelle, G. et al., (2018) Squatting Cycles in Barcelona: Identities, Repression and the Controversy of institutionalisation. Em Martínez López, M. (Ed.) *The Urban Politics of Squatters' Movemet.* Barcelona: The Contemporary City, pp. 51-73.

Defourny, J. (2009) Economia Social. Em Cattani, A. D., Laville, J., Gaiger, L. I. e Hespanha, P. (Eds) *Dicionário Internacional da Outra Economia.* Coimbra: Edições Almedina, SA, pp. 156-161.

Dias, C. (2022, maio 25). Prospecção mineira chega ao litoral alentejano. *Público*. https://www.publico.pt/2022/05/25/local/noticia/prospeccao-mineira-chega-litoral-alentejano-2007676. [Acedido a 10 dezembro 2025]

Döner, F. N., Figueiredo, E. e Rivera, M. J. (2020) *Crisis and Post-Crisis in Rural Territories: Social Change, Challenges and Opportunities in Southern and Mediterranean Europe.* Cham: Springer.

Dot Jutglà, E. e Pallares-Barbera, M. (2017) La Reactivación económica del entorno de Can Batlló (Barcelona) a partir de la economia social. *Naturaleza, Territorio y Ciudad en un Mundo Global. Actas del XXV Congreso de la Asociación de Geógrados Españoles*, pp. 1035-1044.

Dourado, J. e Rodrigues, S. (2023) *Centros electroprodutores solares fotovoltaicos - uma breve reflexão*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA). https://www.ccdr-a.gov.pt/wp-content/uploads/2023/08/centros_fotovoltaicos.pdf.

Drago, A. (2021) Habitação entre crises: partição das classes médias, políticas de habitação acessível e o impacto da pandemia em Portugal. *Cadernos do Observatório sobre Crises e Alternativas*, 15.

Duarte de Sousa, V. (2010) *Velhas e Novas Colonialidades sobre os Espaços Rurais.* Aveiro, Universidade de Aveiro.

Dubly, A. e Escandón, J. (1973) *20 poblaciones rurales de Pichincha: diagnóstico socio econoómico para la planificación del área del Municipio de Quito.* Quito: Dirección de Planificación del Municipio de Quito.

Duxbury, N. (2010) *Revitalizing Rural Communities through Arts and Culture: International Trends and Insights.* Aveiro, Universidade de Aveiro.

Ebbreo, C. (2020) Return to the Land in Times of Crisis: Experiences, Policies and Narratives in an Inner Periphery of Southern Italy. Em Döner, F. N., Figueiredo, E. e Rivera, M. J. (Eds.) *Crisis and Post-Crisis in Rural Territories: Social change, challenges and opportunities in Southern and Mediterranean Europe.* Cham: Springer, pp. 97-118.

Escribano, P., Hummel, A. e Milano, C. (2020) El papel de la economía informal en los proyectos agroecológicos durante el COVID-19. *Horizontes Antropológicos*, 58, pp. 437-461.

Esteves, A., Cocola-Gant, A., López-Gay, A. e Pavel, F. (2023) The role of the state in the touristification of Lisbon. *Cities*, 137.

Faustino, S. (2023, janeiro 19) Um olival super intensivo e zero infrações à lei: o caso dos Foros de Vale Figueira. *Mapa*. https://www.jornalmapa.pt/2023/01/19/olival-super-intensivo-foros-de-vale-figueira/.

Ferreira, J. M. C. (2002) O papel do cooperativimo no desenvolvimento da economia social em Portugal. *Verve*, 2, pp. 88-122.

Figueiredo, E., Partalidou, M. e Koutsou, S. (2020) 'No Choice' or 'A Choice'? - An Exploratory Analysis of 'Back to the Countryside' Motivations and Adaptation Strategies in times of Crisis in Greece and Portugal. Em Döner, F. N., Figueiredo, E. e Rivera, M. J. (Eds.) *Crisis and Post-Crisis in Rural Territories: Social Change, Challenges and Opportunities in Southern and Mediterranean Europe.* Cham: Springer, pp. 119-140.

Gabinete Oliveira das Neves e CM Montemor-o-Novo (2021) *Estratégia Local de Habitação de Montemor-o-Novo 2030*. https://www.cm-montemornovo.pt/wp-content/uploads/2021/06/Estrategia-2030.pdf.

GAD de Puembo (2019) *Plan de Desarrollo y Ordenamiento Territorial 2019-2023*. http://sitp.pichincha.gob.ec/repositorio/diseno_paginas/archivos/Actualizaci%C3%B3n%20PDOT%20Puembo%202019-2023.pdf.

INEC (2022) *Censo Ecuador.* https://www.censoecuador.gob.ec/resultados-censo/#tabulados. [Acedido a 10 dezembro 2025]

Gangotena, F. (1981) *Peasant social articulation and surplus transference: an Ecuadorean case* [Tese de doutoramento], University of Florida.

Gangotena, F., Páez, E. e Pólit, D. (1980) Apreciaciones preliminares sobre la incidencia de la disolución de la hacienda tradicional en la estructura agragia: el caso Guamote. *Revista de la Universidad Católica,* 26, pp. 15-73.

Gascón, J. (2016) Turismo residencial y crisis de la agricultura campesina. Los casos de Vilcabamba y Cotacachi (Andes ecuatorianos). *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural,* 14, pp. 309-318.

Gudynas, E. (2011) Buen Vivir: Germinando alternativas al desarrollo. *América Latina em Movimento,* 462, pp. 1-20.

Gudynas, E. (2013) Debates on development and its alternatives in Latin America: a brief heterodox guide. Em Lang, M. e Mokrani, D. (Eds.) *Beyond Development. Alternative visions from Latin America.* Quito/Amsterdão: Rosa Luxemburg Foundation/Abya-Yala Ediciones, pp. 15-39.

Halfacree, K. (2006) Rural space: constructing a three-fold architecture. Em Cloke, P., Marsden, T. e Mooney, P. *Handbook of rural studies.* Londres: SAGE Publications Ltd, pp. 44-62.

Halfacree, K. (2012) Heterolocal Identities? Counter-Urbanisation, Second Homes, and Rural Consuption in the Era of Mobilities. *Population, Space and Place,* pp. 209-224.

Hall, P. (2014) *Cities of Tomorrow: An Intellectual History of Urban Planning and Design Since 1880.* West Sussex: Blackwell.

Hardt, M. e Negri, A. (2009) *Commonwealth.* Boston: Harvard university Press.

Hart, G. (2002) *Disabling Globalization: Places of Power in Post-apartheid South Africa.* Berkeley: University of California Press.

Hart, G. (2018) Relational comparison revisited: Marxist postcolonial geographies in practice. *Progress in Human Geography,* 42(3), pp. 371-394.

Harvey, D. (2003) *The New Imperialism.* Oxford: Oxford University Press.

Harvey, D. (2012) *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution.* Londres: Verso.

Harvey, D. (2014) Cities or Urbanization? Em Brenner, N. (Ed.) *Implosions / Explosions - Towards a study of planetary urbanization.* Berlin: Jovis, pp. 52-66.

Hidalgo-Capitán, A. L., García-Álvarez, S., Cubillo-Guevara, A. P. e Medina-Carranco, N. (2019) Los Objetivos del Buen Vivir. Una propuesta alternativa a los Objetivos de Desarrollo Sostenible. *Iberoamerican Journal of Development Studies,* 8(1), pp. 6-57.

Holston, J. (2020) The problem of the present in anthropology and urban planning. Em Mack J. e Herzfeld, M. (Eds.) *Life Among Planners: Practice, Professionalism, and Expertise in the Making of the City.* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, pp. 235-241.

Instituto Nacional de Estatística (2019) *Recenseamento Agrícola - Análise dos principais resultados*, https:// www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=491811570&att_display=n&att_download=y.

Jaramillo Carvajal, O. V. (2021) *Cooperación internacional al desarrollo y economía popular y solidaria: análisis de los efectos del proyecto "Pan para el Mundo" del FEPP en la Cooperativa de Ahorro y Crédito Rural Sierra Norte (2016-2019),* [Tese de Especialização, FLACSO Ecuador] Repositório da FLACSO Andes: https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/items/bb9ee292-a453-49b6-be1c-7f5647b286ae.

Jorge, S. (2024) A Resposta do Plano de Recuperação eResiliência às Situações de Indignidade Habitacional: Um Olhar Sobre as Estratégias Locais de Habitação Traçadas e as Oportunidades em Aberto. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais,* 68, pp. 121-136.

Kallis, G. et al. (2018) Research on Degrowth. *Annual Review of Environment and Resource,* 43, pp. 291-316.

Kallis, G., Paulon, S., D'Alisa, G. e Demaria, F. (2020) *The case for degrowth.*Cambridge: Polity Press.

Kay, C. e Vergara-Camus, L. (2018) Agronegocio, campesinos, Estado y gobiernos de izquierda en América Latina: Introducción y reflexiones teóricas. Em Kay, C. e Vergara-Camus, L. (Eds.) *La Cuestión Agraria y los Gobiernos de Izquierda en América Latina: Campesinos, agronegocio y neodesarrollismo.* Buenos Aires: CLASCO, pp. 15-50.

Lander, E. (2005) Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. Em Lander, E. (Ed.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas* . Buenos Aires: CLACSO, pp. 8-23.

Lander, E. (2009) Hacia otra noción de riqueza. Em Acosta, A. e Martínez, E. (Eds.) *El Buen Vivir: Una vía para el desarrollo.* Quito: Ediciones Abya-Yala, pp. 39-50.

Laville, J.-L. e Gaiger, L. I. (2009) Economia Solidária. Em Cattani, A. D., Laville, J. Gaiger, L. I. e Hespanha, P. (Eds.) *Dicionário Internacional da Outra Economia.* Coimbra: Edições Almedina, SA, pp. 162-168.

Leal, C. (2024, julho 31) Sem Futuro não há paz. *Buala - Jogos sem Fronteiras.* https://www.buala.org/pt/jogos-sem-fronteiras/sem-futuro-nao-ha-paz. [Acedido a 10 dezembro 2025].

Lefebvre, H. (1968) *Le droit à la ville.* Paris: Anthropos.

Lefebvre, H. (1970) *La Révolution Urbaine.* Paris: Editions Gallimard.

Lefebvre, H. (1991) *The Production of Space.* Oxford: Basil Blackwell Ltd.

Lewartowska, E. T. (2024, novembro 14) *Expressions of democracy in pluriversal spaces of India: what can we learn from Southern worldviews?* [Apresentação de comunicação]. Social Solidarity Economy & the Commons 4th International Conference, Lisboa. https://ssecommons.cei.iscte-iul.pt/wp-content/uploads/2024/11/SSE-Conference-2024-Final-Programme_update.pdf.

Lucas dos Santos, L. (2024, novembro 13) *Sustainability Beyond the "Decarbonization Consensus": Technology, politics, society and sympoetic relations.* [Sessão de conferência]. Social Solidarity Economy & the Commons

4th International Conference, Lisboa. https://ssecommons.cei.iscte-iul.pt/wp-content/uploads/2024/11/SSE-Conference-2024-Final-Programme_update.pdf.

Macías Yela, M. G., Burity, V. T. A., Spínola, P. A. C. e Monsalve, S. (2021) O que cresce imperceptivelmente: alimentação saudável e solidariedade transformadora. Em Morena, M. A. (Ed.) *Observatório do direito à alimentação e à nutrição.* [s.l.]:Brot für Welt & FIAN Internacional, pp. 26-31.

Maraschin, S. (2024, dezembro 21) *Não deixarei que me separem de ti - "O campo sob ataque".* [Apresentação de comunicação] Casa da Achada - Centro Mário Dionísio, Lisboa.

Martínez, L. (2009) La pluriactividad entre los pequeños productores rurales: el caso ecuatoriano. Em Grammont H. C. e Martínez, L. (Edits.) *La pluriactividad en el campo latinoamericano.* Quito: FLACSO Editors, pp. 81-101.

Mateus, C. L. e Nicoletta, G. C. (2022) The capture and escape of neorurals. Emancipatory practices and institutional and economic discourses among southern European neorurals. [Apresentação de comunicação] IV Jornadas Internacionales de Antropologia del Conflicto Urbano, Barcelona.

Mateus, C. L. e Olival, L. F. (2024) Integral Cooperatives as Prefigurative Organizations: Towards a Commons-Based Development Model. *Journal of Entrepeneurial and Organizational Diversity*, 13(2).

Mendes, L. (2020) Nova Geração de Políticas de Habitação em Portugal: Contradições entre o discurso e as práticas no direito à habitação. *Finisterra*, LV(114), pp. 77-104.

Merrifield, A. (2014) The Right to the City and Beyond: Notes on a Lefebvrian Reconceptualization. Em Brenner, N. (Ed.) *Implosions / Explosions - Towards a study of planetary urbanization.* Berlin: Jovis, pp. 523-532.

Mies, M. e Bennholdt-Thomsen, V. (1999) *The Subsistence Perspective: Beyond the Globalised Economy.* Londres: Zed Books Ltd.

Mínguez, C., Piñeira, M. J. e Fernández-Tabales, A. (2019) Social Vulnerability and Touristification in Historic Centers. *Sustainability*, 11(16), p. 4479.

Moncada Landeta, K. T. (2023) *Memorias en disputa: Alfaro Vive ¡Carajo! y sus luchas contra el silencio* , [Tese de Mestrado], FLACSO Equador.

Montúfar Reinoso, E. A. (2021) *Cooperativas de ahorro y crédito como dispositivos económicos para dinamizar el territorio, caso de la Cooperativa de Ahorro y Crédito Coopartamos Ltda.*, Quito: FLACSO.

Moscoso, L. (2008) *El Valle de Tumbaco: acercamiento a su historia, memoria y cultura.* Quito: Fondo de Salvamento del Patrimonio Cultural (FONSAL).

Muñoz, J. (1999) Indígenas y gobiernos locales: entre la plurinacionalidad y la ciudadanía cantonal. Em Hidalgo, M. et al. (Eds.) *Ciudadanías Emergentes: Experiencias democráticas de desarrollo local.* Quito: Ediciones Abya-Yala, pp. 39-62.

Murru, S. e Polese, A. (2020) Introduction: One, Ten, Thousands of Resistances and How to Make Sense of Them. Em Murru, S. e Polese, A. (Eds.) *Resistances: Between Theories and the Field.* Londres & Nova Iorque: Rowman & Littlefield, pp. 1-18.

Namorado, R. (2009) Sobre o sector cooperativo em Portugal. *Cooperativismo e Economia Social*, 31, pp. 233-240.

Nel-lo, O. (2018) *A Cidade em Movimento.* Lisboa: Tigre de Papel.

Nicoletta, G. C. (2024, novembro 15) *Entropic Grastronational Neoruralism vs. Syntropic Autonomous Agroecology. A view from an inner area of southern Italy.* [Apresentação de comunicação]. Social Solidarity

Economy & the Commons 4th International Conference, Lisboa. https://ssecommons.cei.iscte-iul.pt/wp-content/uploads/2024/11/SSE-Conference-2024-Final-Programme_update.pdf.

Nikolaidou, S. (2020) Solidarity and Justice in Local Food Systems: The Transformative Potential of Producer-Consumer Networks in Greece. Em Döner, F. N., Figueiredo, E. e Rivera, M. J. (Eds.) *Crisis and Post-Crisis in Rural Territories - Social Change, Challenges and Opportunities in Southern and Mediterranean Europe.* Cham: Springer, pp. 163-186.

OCDE (2024) Urban-rural Europe - demographic developments in rural regions and areas. http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Urban-rural_Europe_-_demographic_developments_in_rural_regions_and_areas. [Acedido a 10 de dezembro 2025]

Oliva, J. e Rivera, M. J. (2020) New Rural Residents, Territories for Vital Projects and the Context of the Crisisin Spain. Em Döner, F. N., Figueiredo, E. e Rivera, M. J. (Eds.) *Crisis and Post-Crisis in Rural Territories - Social Change, Challenges and Opportunities in Southern and Mediterranean Europe.* Cham: Springer,pp. 51-71.

Olival, L. F. e Mateus, C. L. (2024, novembro 13) *Cooperative Financial Instruments in Portugal: a farfetched utopia or a feasible project for our times?* [Apresentação de comunicação]. Social Solidarity Economy & the Commons 4th International Conference, Lisboa. https://ssecommons.cei.iscte-iul.pt/wp-content/uploads/2024/11/SSE-Conference-2024-Final-Programme_update.pdf.

ONU-HABITAT (2011) *The Sub Prime Crisis: The Crisis of Over-Spending and Over-Supply*, Nairobi: Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. https://unhabitat.org/the-sub-prime-crisis-the-crisis-of-over-spending.

ONU (2020) *World Social Report 2020 - Inequality in a rapidly changing world,* Nova Iorque: Organização para as Nações Unidas - Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais. https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2020/02/World-Social-Report2020 -FullReport.pdf

ONU (2023) *SDG Goals - 11 Make cities and human settlements inclusive, safe, resilient and sustainable*. https://unstats.un.org/sdgs/report/2023/goal-11. [Acedido a 10 dezembro 2025].

ONU (2025) *World Urbanization Prospects 2025 - Summary of Results,* Nova Iorque: Organização para as Nações Unidas - Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais. https://population.un.org/wup/assets/Publications/undesa_pd_2025_wup2025_summary_of_results_final.pdf.

ONU (2025). *Cities now home to nearly half of humanity: UN report*. https://news.un.org/en/story/2025/11/1166395.

Ortiz Crespo, S. (1999) Participación ciudadana y desarrollo local: algunas pistas de reflexión. Em Hidalgo, M. et al. (Eds.) *Ciudadanías Emergentes: Experiencias democráticas de desarrollo local.* Quito: Ediciones Abya-Yala, pp. 63-83.

Ostrom, E. (1990) *Governing the Commons: The evolution of institutions for collective action.* Cambridge: Cambridge University Press.

Papadopoulos, A. e Fratsea, L.-M. (2020) Transformative Mobilities and Resilience Dynamics in Rural Coastal Greece in a Time of Recession. Em Döner, F. N., Figueiredo, E. e Rivera, M. J. (Eds.) *Crisis and Post-Crisis in Rural Territories - Social Change, Challenges and Opportunities in Southern and Mediterranean Europe.* Cham: Springer, pp. 141-162.

Pinto, T. C. (2023) Habitação: Um país com dois mundos. Em Mamede, R. P. (Ed.) *O Estado da nação e as políticas públicas 2023: Reformas estruturais.* Lisboa: IPPS, ISCTE-IUL, pp. 78-82.

Red de Guardianes de Semillas (Anfitrião) (2023, outubro 31) Ep 89: La finca orgánica: un grito de rebeldía, con Pacho Gangotena y Maritza Rubio [Episódio áudio de podcast] Em *Radio Semilla*. https://www.radiosemilla.com/podcast/episode/323b64aa/ep-89-la-finca-organica-un-grito-de-rebeldia-con-pacho-gangotena-y-maritza-rubio. [Acedido a 10 dezembro 2025].

Rede Co-Habitar (2025) *Contactos*. https://redecohabitar.wordpress.com/contactos. [Acedido a 10 dezembro 2025].

Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo [s.d.] *Quem somos*. https://redemontemor.blogspot.com/p/press-release.html. [Acedido a 10 dezembro 2025].

Rede de Cooperativas Integrais (2025) *Rede de Cooperativas Integrais.* https://redecoopintegral.org/. [Acedido a 10 dezembro 2025].

Reiter, H. (2009) Participatory Traditions within the Global Justice Movement. Em Della Porta, D. (Ed.) *Democracy in Social Movements*. Palgrave Macmillan, pp. 44-72.

Ribeiro, T. (2012) Geração à Rasca. Em Centro de Estudos Sociais - Laboratório Associado, (Ed.) *Dicionário das Crises e das Alternativas.* Coimbra: Edições Almedina, S.A., pp. 109-110.

Riquito, M. (2023) Para além da narrativa-mestra da modernidade "verde": Uma leitura crítica da transição energética. *Relações Internacionais,* 79, pp. 25-36.

Rivera, M. J. e Mormont, M. (2006) *Neo-rurality and the different meanings of the countryside.* Dijon, Les mondes ruraux à l'épreuve des sciences sociales, 17-19.

Rodríguez, C. M. e Vargas, J. (2018) Territorios del color: análisis del imaginario del color de Ráquira. *Designia* 5(2), 102-119.

Roseman, S., Prado, S. C. e Pereiro, X. (2013) Antropología y nuevas ruralidades. *Gazeta de Antropología,* 29(2), artigo 1.

Rosini, L., azozomox e Debelle, G. (2018) Keep Your Piece of Cake, We'll Squat the Bakery! Autonomy Meets Repression and Institutionalisation. Em Martínez López, M. (Ed.) *The Urban Politics of Squatters' Movements.* Barcelona: The Contemporary City, pp. 247-269.

Sampedro, R. e Camarero, L. (2020) Foreign Immigration to Rural Spain: An Exploration of the Precarious Rural Cosmopolitanism in the Post-Crisis Scenario. Em Döner, F. N., Figueiredo, E. e Rivera, M. J. (Eds.) *Crisis and Post-Crisis in Rural Territories - Social Change, Challenges and Opportunities in Southern and Mediterranean Europe.* Cham: Springer, pp. 9-30.

Santos, R. (2004) Economic sociology of the modern latifundium: economic institutions and social change in Southern Portugal, 17th-19th centuries. *Sociologia, Problemas e Práticas,* 45.

Seixas, C. (2019) Uma manifestação de comunitarismo agro-pastoril. *Revista Memória Rural,* 2, pp. 85-96.

Seixas, J., Tutumello, S., Corvelo, S. e Drago, A. (2015) Dinâmicas sociogeográficas e políticas na Área Metropolitana de Lisboa em tempos de crise e de austeridade. *Cadernos Metrópole,* 14(34), pp. 371-399.

SEPS (2025) *Segmentación de entidades del SFPS, año 2025*. https://www.seps.gob.ec/institucion/segmentacion-de-esfps/. [Acedido a 10 dezembro 2025].

Sérgio, A. (1951) A Marcha para o Cooperativismo Integral. *Boletim Cooperativista*, 4/5.

Sevilla-Guzmán, E. (2013) El desarrollo rural de la "outra modernidad": elementos para recampesinar la agricultura desde la agroecologia. Em Encian, J., Ávila, M. A., Fernández, M. e Rosa, M. (Eds.) *Práxis Participativas desde el medio rural.* Madrid: Iepala Editorial, pp. 17-52.

Silva, M. C. (2019) Peasants, Brokers and the State: Competition and Dividends in Familist Local Politics in Two Villages in the Northwest of Portugal. *Cuadernos de Desarrollo Rural,* 16(83).

Silva, M. L. (2025) Center, Periphery and Centrality in Planetary Urbanization: Thought and action from Brazil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,* 27.

Snikersproge, I. (2022) Capitalism, Subsistence Farming, and the (New) Peasantries from the Perspective of the French Neorural Movement. *Culture Agriculture Food and Evironment,* 44, pp. 53-62.

Soares, M. e Tapia Argüello, S. M. (2020) Resistance Meets Prefiguration: Understanding Prefiguration and a Critical Analysis Towards the (Im)Possibilities for Practicing Hope. Em Murru, S. e Polese, A. (Eds.) *Resistances - Between Theories and the Field.* Londres: Rowman & Littlefield Internacional, Ltd, pp. 83-102.

Soeiro, J. (2014) Da Geração à Rasca ao Que se Lixe a Troika. Portugal no novo ciclo internacional de protesto. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto,* 28, pp. 55-79.

Soja, E. W. e Kanai, J. M. (2014) The Urbanization of the World. Em Brenner, N. (Ed.) *Implosions / Explosions: Towards a study of planetary urbanization.* Berlin: Jovis, pp. 142-159.

Sola Morales, S. (2020) Precários nos Querem, Rebeldes nos Terão! Tecnopolítica e Indignação, Da Geração à Rasca a Que se Lixe a Troika! *Anuario Electrónico de Estudios en Comunicación Social "Disertaciones",* 12(2), pp. 19-48.

Sorensen, A. e Labbé, D. (2020) Megacities, megacity-regions, and the endgame of urbanization. Em Labbé, D. e Sorensen, A. (Eds.) *Handbook of Megacities and Megacity-Regions.* Glos: Edward Elgar Puublishing Limited, pp. 1-19.

Stavrides, S. (2021) *Espaço Comum - A Cidade como Obra Colectiva.* Lisboa: Orfeu Negro.

Stuart, D., Gunderson, R. e Petersen, B. (2019) Climate Change and the Polanyian Counter-movement: CarbonMarkets or Degrowth?. *New Political Economy,* 24(1), pp. 89-102.

Tecedeiro, H. (2024, maio 18) Weiwei construiu um edifício "sem propósito" em Montemor-o-Novo, mas ainda não chama "casa" ao Alentejo. *Diário de Notícias*. https://www.dn.pt/cultura/weiwei-construiu-um-edificio-sem-proposito-em-montemor-o-novo-mas-ainda-nao-chama-casa-ao-alentejo.

Torre, V. (2024) Re-learning culture in cities beyond the West. *Urban Studies,* 61(13), pp. 2531-2547.

Travasso, N. (2025) Políticas de habitação em Portugal: Instrumentos de estímulo económico e transformação urbana. *Revista de História das Ideias,* 43(2), pp. 333-370.

Trimano, L. G. (2019) ¿Qué es la neorruralidad? Reflexiones sobre la construcción de un objeto multidimensional. *Territorios,* 41, pp. 119-142.

Tsing, A. L. (2015) *The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of life in capitalist ruins.* Princeton and Oxford: Princeton University Press.

Vale, L. (2014) New Rural Landscapes: in search of a concept. Em Santos P. e Seixas, P. C. (Eds.) *Globalization and Metropolization: Pespectives on Europe's West Coast.* Berkeley: Berkeley Public Policy Press, pp. 161-176.

Valente, B. e Medeiros, E. (2022) Políticas públicas e sustentabilidade ambiental na região do Alentejo. Os impactos do POSEUR (2014 - 2020). *Public Policy Portuguese Journal,* 7(2), pp. 36-51.

Van der Ploeg, J. D. (2008) *The New Peasantries - Struggles for Autonomy and Sustainability in an Era of Empire and Globalization.* Londres: Earthscan.

Varvarousis, A. (2020) The rhizomatic expansion of commoning through social movements. *Ecological Economics,* 171, p. 106596.

Villalba-Eguiluz, U., Arcos-Alonso, A., Pérez, J. C. e Urretabizkaia, L. (2020) Social and Solidarity Economy in Ecuador: Fostering an Alternative Development Model?. *Sustainability,* 12(17), p. 6876.

Vizuete, B., Osteros-Rozas, E. e García-Llorente, M. (2024) Role of the neo-rural phenomenon and the new peasantry in agroecological transitions: a literature review. *Agriculture and Human Values,* 41, pp. 1277-1297.

Waldmueller, J. M. e Rodríguez, L. (2019) Buen Vivir and Rights of Nature. Em Drydyk, J. & Keleher, L. (Eds.) *Handbook of Development Ethics.* Nova Iorque: Routledge , pp. 234-248.

Watts, M. (2005) Nature: Culture. Em Cloke P. e Johnston R. (Eds.) *Spaces od Geographical Thought: Deconstructing Human Geography's Binaries.* Londres: SAGE Publications, pp. 142-174.

Yaşın, Z. T. (2022) The environmentalization of the agrarian question and the agrarianization of the climate justice movement. *The Journal of Peasant Studies,* 49(7), pp. 1355-1386.

Zografos, C. e Robbins, P. (2020) Green Sacrifice Zones, or Why a Green New Deal Cannot Ignore the Cost Shifts of Just Transitions. *One Earth,* 3(5), pp. 543-546.

Fontes

Portugal

Decreto-Lei nº309/81 da Presidência do Conselho de Ministros (1981) *Diário da República nº264/1981, Séria I de 1981-11-16, 3019-3021*.

Decreto-Lei nº 323/81 da Presidência do Conselho de Ministros (1981) *Diário da República nº 279/1981, Série I de 1981-12-04, 3172-3174*. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/323-1981-567895.

Decreto-Lei nº 335/99 do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (1999) *Diário da República nº 194/1999, Série I-A de 1999-08-20, 5559-5563*. https://data.dre.pt/eli/dec-lei/335/1999/08/20/p/dre/pt/html. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/309-1981-568352.

Decreto Lei nº 502/99 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade (1999) *Diário da República nº 270/1999, Série I-A de 1999-11-19, 8233-8237*. https://data.dre.pt/eli/dec-lei/502/1999/11/19/p/dre/pt/html.

Decreto-Lei nº 522/99 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade (1999) *Diário da República nº 286/1999, Série I-A de 1999-12-10, 8704-8706*. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/522-1999-632394.

Decreto-Lei nº 523/99 do Ministério do Trabalho e da Solidariedade (1999) *Diário da República nº 286/1999, Série I-A de 1999-12-10*, https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/1999-34559775.

CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, *Estatutos*. https://cases.pt/sobre-nos/quem-somos/estatutos/.

Lei nº 119/2015 da Assembleia da República – Código Cooperativo - CC (2015) *Diário da República nº 169/2015, Série I de 2015-08-31*. https://data.dre.pt/eli/lei/119/2015/p/cons/20170809/pt/html.

Lei nº 83/2019 da Assembleia da República – Lei de bases da habitação (2019) *Diário da República nº 168/2019, Série I de 2019-09-03, 11-33*. https://data.dre.pt/eli/lei/83/2019/09/03/p/dre/pt/html.

Lei nº 56/2023 da Assembleia da República (2023) *Diário da República nº 194/2023, Série I de 2023-10-06, 2-50*. https://data.dre.pt/eli/lei/56/2023/10/06/p/dre/pt/html.

Equador

Registro Oficial nº 345 do Congreso Nacional (1993) *Ley de Régimen para el Distrito Metropolitano de Quito.* https://www.defensa.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2016/01/dic15_CODIGO-ORGANICO-DE-ORGANIZACION-TERRITORIAL-COOTAD.pdf.

Registro Oficial nº 449 da Asamblea Nacional Constituyente (2008) *Constitución Política de la República del Ecuador*.https://www.defensa.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2021/02/Constitucion-de-la-Republica-del-Ecuador_act_ene-2021.pdf.

Registro Oficial nº 444 (2011) *Ley Orgánica de la Economía Popular y Solidaria*. https://www.seps.gob.ec/wp-content/uploads/LOEPS.pdf.

Registro Oficial nº 179, Segundo Suplemento (2018) *Norma para a constituição e cadastro de caixas e bancos populares e caixas de poupança*. https://www.gob.ec/sites/default/files/regulations/2020-02/Documento_Norma-constituci%C3%B3n-catastro-cajas-bancos-comunales-cajas-ahorro.pdf

Cooperativas

CICS (2012) *Projecto Desenvolvimento Regional Integrado*.

Cooperativa Integral Minga (2015) *Estatutos*. https://mingamontemor.pt/estatutos/.

Portada Bethania (2019) *História da Portada*.

Portada Bethania (2014) *Estatutos da Caixa de Poupança e Crédito "Bethania"*.

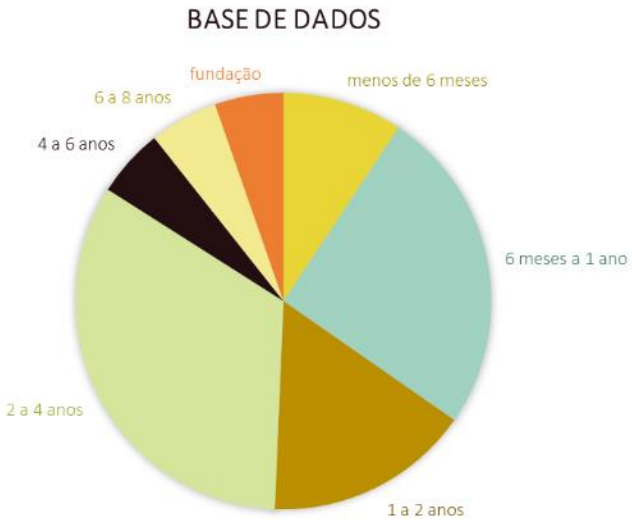
Anexos

Anexo A: Inquérito Minga

Relatório do inquérito realizado à Cooperativa Integral Minga em março e abril de 2023. Inquérito realizado pela autora, com base noutros inquéritos desenhados por membros pela Cooperativa Integral Minga (*Co'Missão*). O Inquérito foi realizado *online*, enviado a 106 cooperadores e foram recebidas 47 respostas.

INFORMAÇÃO COOPERADORES

1. Há quanto tempo és cooperador da minga?



2. Que tipo de cooperador és?

Efetivo: 37

Colaborador: 10

3. Se és cooperador-colaborador, porque nunca te tornaste efetivo?

Tenho regimes de exclusividade

Nunca me informei

Nunca achei necessário

Não sei que tipo de cooperador sou/ não sei a diferença

4. Como ouviste falar da minga?

Passa-palavra e amigos	37 (60%)
Frequentei a loja	11 (18%)
Pesquisas online, redes sociais e apresentações públicas	7 (11%)
Fui fundador(a)	5 (8%)
Eventos de cooperadores	2 (3%)

5. O que te aproximou/interessou na minga?

Espírito cooperativo, de partilha de recursos e de cocriação	23
Relação com produtores locais, alimentos locais saudáveis	17
Facilidade de faturar e começar o meu negócio	13
Incentivo ao autoemprego, autonomia económica coletiva e heterogeneidade	7
Um projeto em concreto que já fazia parte da Minga	2
Estadia pontual em Montemor	1

6. Em que secção estás inscrito?

Serviços	37 (65%)
Agrícola	9 (16%)
Consumo	6 (10,5%)
Habitação	2 (3,5%)
Não sei	3 (5%)

7. Qual a tua atividade?

Arquitetura	5
Terapias e doulas	4
Carpintaria e marcenaria	3
Construção civil	3
Design regenerativo e agrofloresta	3
Artes	2
Catering	2
Consultoria	2
Investigação científica	2
Jardinagem	2

Música e produção musical	2
Produção agrícola	2
Produção de conteúdos	2
Produção de transformados	2
Trabalho na loja	2
Turismo	2
Acústica	1
Antropologia	1
Arquitetura paisagística	1
Artesanato	1
Assistente de guarda-roupa	1
Assistente social	1
Atividades extracurriculares	1
Audiovisuais	1
Cerâmica	1
Comunicação e marketing	1
Designer	1
Educação ambiental	1
Enfermagem e naturopatia	1
Engenharia civil	1
Facilitação	1
Formação	1
Gestão de projeto	1
Joalharia	1
Jornalismo	1
Massagens	1
Produção cultural	1
Produção de pão	1
Programação	1
Programação de eventos	1
Regeneração com microorganismos	1
Revisão científica	1
Serralharia e soldadura	1
Tecelagem	1

Técnica de farmácia 1

8. Desenvolves a tua atividade em Montemor-o-Novo e arredores?

Sim 24 Não 16 Em parte 6

9. Que projetos tens em desenvolvimento?

Design regenerativo, agrofloresta e agricultura

Horta Almansor

Pastagens Regenerativas

Healing Forest

Quinta das Valentas

AMORA

Plantei.eu

Herdades em Portugal e fazendas em Angola

Regeneração de pomares

Compostagem e produção de biofertilizante

Casas de banho secas

Tratamento biológico de águas residuais

Biorremediação de solo contaminado

Arquitetura e construção

Aulas de soldadura

Oficina de carpintaria

Montagem de mini-armazéns

Formação em carpintaria (Évora)

Móveis e roupeiros customizados

Renovação de ruína para habitação própria

Casas de banho secas

Esplanadas, decks

Projetos de nova construção e reabilitação (maioritariamente no Alentejo)

Construção natural e em terra

Educação e investigação científica

Tese de doutoramento

Terra & Som - Mestrado em acústica

Workshops presenciais e *online*

Musicoterapia em jardins de infância

Atividade Extracurricular "*Aprender com Ciência*"

Revisão científica de Fascículos de Minerais

Artes e artesanato

Re-Use by Lilia

Suarda

Construção artística em contexto sociocultural e ativação de espaço público

Tecelagem, cachecóis, *placemaps*, e construção *pentlist*

Composição para cinema

Projetos pessoais a nível documental

A Cratera

Produtos alimentares e cosméticos

Padaria de fermentação natural

Doces e plantas

Marca de cosmética

A Romã

ZiRan

Comunicação própria

Construção do site para atividade em joalharia

Expansão de marca pessoal

Trabalhar para expor os meus serviços como terapeuta

Artes performativas

Grupo de teatro de improviso

Serviços

Sites

Softwares de gestão para associações

Turismo

Porvir

Musicoterapia

Gestão de comunicação

Registo de eventos e mini-documentários

Eventos e projetos vários com organizações locais

10. Tens os teus projetos divulgados na internet?

Não	10
Sim, site	18
Sim, *Instagram*/redes sociais	12
Sim, no site da Minga	3
Sim, *LinkdIn*	1

11. Produzes algum produto para a loja minga? Qual(is)?

Não	21
Ainda não/ não, mas quero	3
Alimentares	6
Artesanato	4
Livros e editáveis	4
Cosméticos	2
Produtos agrícolas	2

12. Gostarias de produzir algum (outro) produto? Qual(is)?

Não	11
Sim (não revela)	2
<u>Artesanato</u>	
Artesanato em madeira	2
Cerâmicos	1
Joias artesanais	1
Artesanato em metal	1
Teares	1
Produtos de tecelagem	1
<u>Livros e editáveis</u>	
Publicações	2

Material gráfico e ilustrações	2
Serviços	
Serviços em cooperação	1
Música	1
Criação musical	1
Sonoplastia	1
Serviços musicoterapia	1
Apoio técnico de arquitetura	1
Cosmética	
Cremes	1
Pomadas	1
Óleos medicinais	1
Produtos agrícolas	
Plantas	1
Casas de abelhas	1
Alimentares	
Hortícolas e Fruta	2
Mel	1
Ovos	1
Sementes	1
Transformados vegan	1
Granola	1
Refeições congeladas	1
Salsa de tomate	1
Doces	1

14. Que parcerias tens com outros cooperadores?

Nenhuma	13
Tenho projetos com outros cooperadores (pontuais ou permanentes)	7
Contrato serviços de outros cooperadores	6
Fornecimento de produtos a outros cooperadores	3
Colaboração em projetos da Minga Central	2
Compro produtos na loja para a minha atividade	2

Nenhuma, mas já tive	1
Ofereço serviços a outros cooperadores	1
Faço turnos na loja	1

15. Que parcerias tens com outros projetos locais de Montemor-o-Novo?

Nenhuma	12
Oficinas do Convento	6
Casa Branca	4
Terra Mãe	3
Freixo do Meio	2
Gandum Village	2
Várias instituições	2
FazMor	1
Chão Coletivo	1
Filmoteca	1
Cineclube	1
Montemor-o-Vivo	1
AMORA	1
Quinta das Abelhas	1
Centro Juvenil	1
Oficina da Criança	1
Artesãos locais	1
Grupo de Amigos de Montemor	1

16. Qual o apoio atual da minga à tua atividade?

Tesouraria (faturação e gestão financeira)	21
Nenhum	6
Venda de produtos e excedentes agrícolas	5
Comunicação e divulgação	5
Acesso a produtos locais	4
Aconselhamento	3
Posto de trabalho	3
Parceria institucional	2
Uso dos espaços comuns (espaço integral)	1

Possibilidade de contrato de trabalho	1
Interação/proximidade com outros projetos	1
Apoio moral	1
Total	1

17. Qual o apoio adicional que gostarias de ter?

Nenhum/ está bom assim	7
Mais divulgação do meu projeto/produtos	6
Não sei	5
Mais apoio em questões burocráticas/legais	3
Apoio na organização de eventos	2
Melhor comunicação interna e disponibilidade	1
Saber como posso ser efetivo	1
Banco de ferramentas comunitário	1
Acordo de trabalho cooperativo	1
Diversificação da comunicação	1
Facilitação de encontros entre cooperadores com interesses semelhantes	1
Menos IVA no artesanato	1
Apoio na regulamentação de produtos	1
Apoio na criação de marca	1
Gabinete de apoio a candidaturas (fundos europeus)	1

PARTICIPAÇÃO NA MINGA

18. Qual a tua participação na minga?

Trabalho em projeto próprio	28
Reuniões	14
Projeto com outros cooperadores	13
Voluntariado	6
Loja	5
Grupos de trabalho	3
Não tenho tempo	3
Direção	2
Órgãos sociais	1

Entrega de hortícolas	1
Comunicação	1

19. Quanto tempo dedicas à minga em média por mês (em grupos de trabalho, reuniões e voluntariado)?

Nenhum	29
1-5 horas	5
5 -10 horas	2
10-15 horas	1
15-25	2
40 horas	1
100 horas	1
400 horas	1
Não sei	3

20. Quanto tempo dedicas à minga em média por mês (no teu projeto próprio e em projetos com outros cooperadores)?

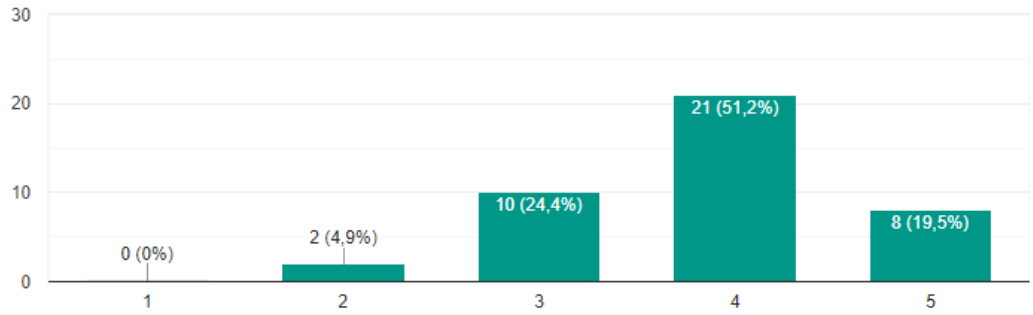
(respostas inconclusivas)

21. Já fizeste alguma candidatura através da estrutura da minga? Se sim, qual?

Sim	5
Participei, mas não fiz	1
Não	29
Não, nem sabia que existia	2
Não responde	8

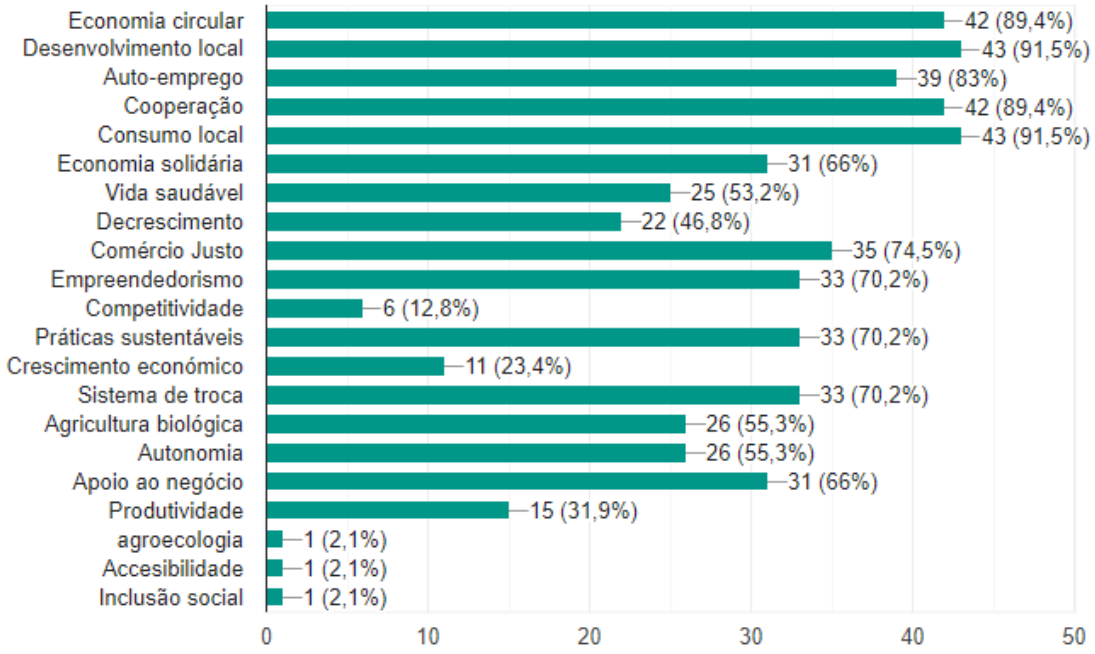
Candidaturas: Comissão Europeia, ADPM, PRR, Município de Mértola, AMI, IEFP.

22. Sentes que é fácil desenvolver um projeto dentro da minga?



(As perguntas e respostas 23 e 24 foram omitidas para proteção de dados da cooperativa)

25. Quais destes valores associas à minga?



26. Qual é para ti a missão da minga?

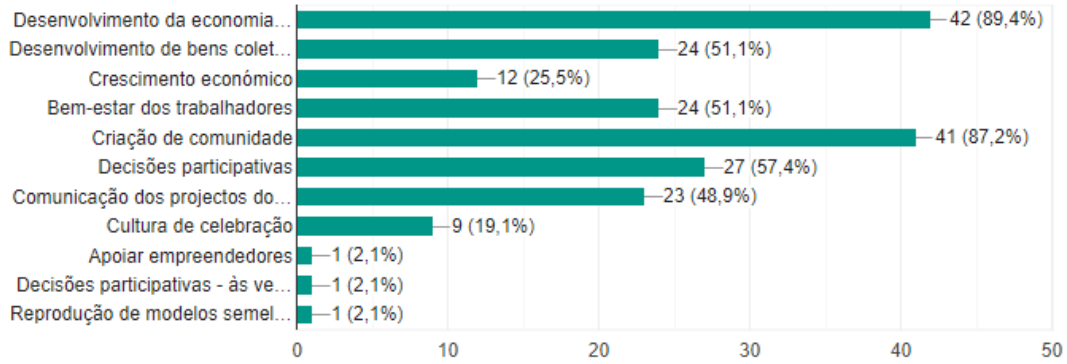
Uma ferramenta para quem deseja desenvolver a sua atividade - dentro dos parâmetros do ismo do nosso grupo: decrescimento e ecologia
Fortalecer a resiliência local através de práticas cooperativas e desenvolvimento da economia local, capacitando os seus cooperadores e fortalecendo a partilha de recursos
Concordo com a redação oficial da missão: "A Minga disponibiliza a quem vive no concelho de Montemor-o-Novo um conjunto de ferramentas que permitem o desenvolvimento e interligação dos sectores da economia deste território, promovendo

práticas regenerativas (sociais, ambientais e económicas) em articulação com entidades com visões congéneres, também de outras regiões"
Uma estrutura de apoio a freelancers e empresários micro
Desenvolvimento resiliente regenerativo local
A missão de entreajuda e cooperação, de reconhecer a ética individual dentro de um coletivo, de fortalecer laços sociais, valores de justiça económica e preservação ambiental
Unir as pessoas num bem comum
Uma estrutura que congrega uma série de serviços essenciais, com a menor mediação possível, valorizando a economia local, mas não só, e ensaiando e promovendo ligações entre cooperadores e formas de produção e troca que ponderam questões sociais, culturais e ambientais
Criar uma autonomia económica coletiva numa rede local de cooperantes, tanto consumidores como produtores
Promover a economia circular local
A que foi consentida no ultimo dia do cooperador
... na tenho tempo pra responder
Apoiar uma transição urgente, sem esperar pelo "poder" público
Criar uma estrutura empresarial que permita facilitar o estabelecimento do próprio emprego (que me parece muito redutor em relação ao potencial que tem)
Revejo-me bastante bem na missão coletivamente definida
(n.d.)
Ser uma plataforma de acolhimento a uma amalgama de atividades que permitam o desenvolvimento local
São várias, é difícil por numa frase
Materializar uma comunidade que vive com valores decrescimento
É criar uma economia circular, ter comida saudável e acessível a todos. Dar vazão ao que os produtores não conseguem vender, dar oportunidade aos pequenos produtores,

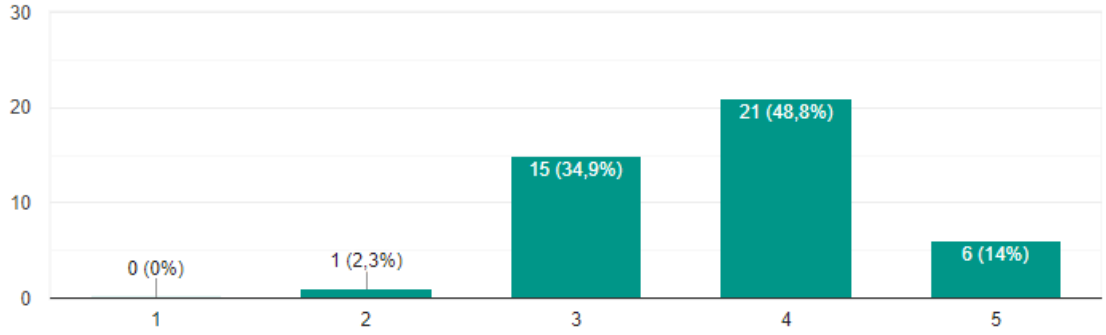
criar uma comunidade onde a opinião de todos é importante, podermos colaborar juntos e entreajudar-nos, o direito à habitação, e a luta por praticas mais sustentáveis
Mostrar como a união faz a força
Apoiar cidadãos de Montemor no ponto de vista burocrático fazer as suas atividades económicas e sociais quando precisam de plataforma legal. Ajudar a criar rede/colaborações
Desenvolvimento da comunidade em que está inserida
Tem várias. Sendo, as duas principais apoiar os prestadores de serviços com contabilidade e plataforma de venda e consumo de produtos locais
Ajudar na transição para "outra" economia (diferente do atual sistema obsoleto)
Tentar de equilibrar a economia com valores de humanidade, ajudas, cooperação
Cooperar
De permitir às pessoas de juntar-se numa direção social, ambiental comum para encontrar formas de construir métodos de desenvolvimento da sociedade mais inclusivas e saudáveis
Cooperação e desenvolvimento de negócio
Associei-me à Minga por razões de trabalho com outro cooperador, mas honestamente nunca me envolvi com a Minga para poder dar essa opinião
Ajudar
Incentivar o desenvolvimento local, numa ótica comunitária e de decrescimento em que cada individuo partilha terreno fértil para desenvolver os seus projetos
Espalhar sementes
Aquela que a maioria dos cooperantes considerem adequada aos tempos e circunstâncias
Promover uma comunidade sustentável
Criar condições para que cada um posso desenvolver o seu projeto com a ajuda de todos

Desenvolver um suporte para o desenvolvimento de ideias, trabalhos justos e objetivos comuns mas variados
Potenciar colaborações em projetos entre cooperadores, tutela de direitos de trabalho dos cooperantes
Inclusão social, responsabilidade ambiental e economia circular. Que está tudo relacionado e que não se pode considerar cada "pilar" da sustentabilidade isoladamente
Orientar, apoiar, criar uma rede
Colaboração e cooperação
Dinamizar uma economia de base comunitária e solidária, ligada a pensar de forma mais integral as várias dimensões de um território
Qualidade de vida para todos
Apoiar projetos locais. Aproximar o consumidor do produtor local. Divulgar e apoiar serviços dos colaboradores
Desenvolver as necessidades económicas, culturais e sociais locais comuns
Criação de uma plataforma cooperativa, onde o trabalho emprega o capital, e não o contrário, para a realização dos projetos que estimulam as pessoas e criam atividade económica e social local. Em última análise, será a soberania a nível de recursos (bens e serviços) locais

27. Na tua opinião quais das seguintes medidas correspondem a sucessos da minga?



28. Estás de acordo com as decisões tomadas pela estrutura?



29. Sentes que a tesouraria dá resposta às tuas necessidades?

Sim	29
Não	1
Tem falhas	6
Não uso	3
N/s n/r	4

30. Sentes que a direção dá resposta às tuas necessidades?

Sim	34
Não	2
Tem falhas	3
N/s n/r	1

31. Que melhorias gostarias de ver implementadas na tesouraria e direção?

Melhoria das condições de trabalho

1 Que recebessem justamente pelo trabalho que fazem

1 Serem um trabalho a full-time

1 Mais grupos de trabalho para aliviar as tarefas da direção

Melhoria na comunicação interna

1 Mais diplomacia

4 Agilidade/melhor na comunicação

1 Estruturar a comunicação sobre a organização e gestão internas

3 Melhor organização dos ficheiros de conta dos cooperadores

1 Reuniões mensais para tomada de decisões e não para informar sobre decisões tomadas à priori e reuniões de direção exclusivas para assuntos que requerem privacidade

1 Melhor comunicação sobre o despedimento do assistente de tesouraria

Revisão de questões estruturantes

1 Estabelecer uma visão a médio/longo prazo

1 Limite a adesão de novos cooperadores

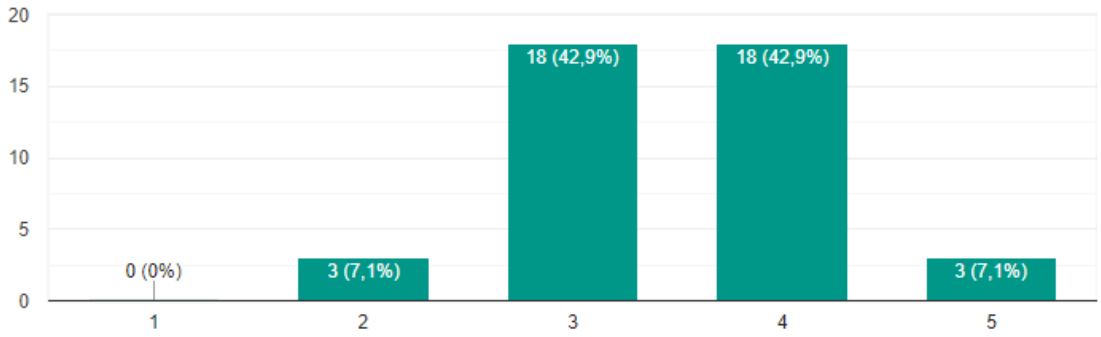
1 Diferentes formas de retirar dinheiro mais rápidas sem faturas e taxas fixas para faturações elevadas

Sem melhorias a apontar

7 Nenhuma

6 Não sei

32. Na tua opinião as condições de trabalho da estrutura (loja, tesouraria, comunicação, órgãos da direção) são adequadas?



33. Na tua opinião, as retribuições atribuídas por tarefas de gestão (loja, comunicação, tesouraria) são adequados?

Sim	10
Não, deveriam ser mais altas	8
Não sei (desconheço valores)	20
Não sabia que havia retribuições	1

34. Menciona 3 coisas que melhorarias na minga

Comunicação

Comunicação que mostre a diversidade	1
Comunicação	3

Atualização do site	1
Mais *outreach* à comunidade local	1
Maior pressão política para adotar práticas de transição	1
Gestão interna	
Duas pessoas nas questões financeiras	1
Remuneração do trabalho	3
Melhores condições físicas de trabalho	1
Distribuição das tarefas entre todos os colaboradores	1
Plano de emergência de substituição aquando a saída de um membro funcionário	1
Transparência e tomadas de decisão	
Menos preconceitos em inovar	1
Cultura de diálogo para discutir os problemas	1
Comunicação interna	2
Estrutura de tomada de decisão	1
Clarificação das contas da minga (salários da estrutura, receitas…)	1
Registo de informação acessível	1
Apoio à atividade dos cooperadores	
Cooperativa como catalisador dos projetos com quadros próprios	1
Incentivos à produção dos bens que compramos em grande escala	1
Usar a centralização de compras para comprar em conjunto alguns produtos	1
Negociação de descontos	1
Estímulo a parcerias entre cooperadores	6
Bens comuns	
Criação de recursos comuns	1
Cooperativa de habitação	1
Espaço de acolhimento a visitantes/cooperadores	1
Disponibilização do espaço de *cowork* para mais cooperadores	2
Loja	
Diferenciação entre produtos biológicos e não biológicos	1
Valor mais baixo nos produtos e maior variedade	1
Eventos	
Workshops e cursos	1

Mais celebração/eventos	1
Nada	3

35. Na tua opinião, como costumam ser resolvidos os conflitos dentro da minga?

25 Por debate, as pessoas fazem um esforço para entender, respeitar as diferentes opiniões e encontrar uma solução que não deixe nenhuma opinião de parte,

15 Por mediação de conflitos, através da participação de elementos mediadores,

13 Por votação, decide-se de acordo com a opinião da maioria,

7 Não sei (não participo/estou presente)

5 Minimizando o problema, as pessoas fingem que não há diferença ou que os problemas não são muito importantes,

2 À força, as pessoas mais poderosas impõem a sua vontade,

1 Evitando o problema, as pessoas consideram um exagero discordar da opinião geral,

1 Já vi um pouco de tudo. Depende das pessoas, se querem ter o trabalho de falar dos problemas nas reuniões.

36. Na tua opinião para que servem as reunis mensais da minga?

Informar os cooperadores das decisões tomadas	18
Participar na tomada de decisões	16
Não vou	7
Interconhecimento de cooperadores e projetos	6
Partilhar informação	2
Conviver	2
Fomentar capacidade organizativa	2

37. Quantas vezes participas nas reuniões mensais da minga?

Nunca participei	19
1-2 vezes por não	10
5-7 vezes por ano	6
8-10 vezes por ano	2

Todos os meses	3
Participei no passado, agora já não	4
Participei uma vez	1

38. Gostavas de participar mais? Se sim, porque não participas?

Falta de tempo	17
Estou longe	9
Conflito com horário laboral/familiar	8
Falta de comunicação de que há reunião	3
Não sei como posso participar	2
Uma pessoa próxima vai e informa-me	2
Não posso ficar no convívio pós reunião	1
Atitudes autoritárias e violentas nas reuniões	1
As reuniões são informativas e não participativas	1
Não é uma prioridade	1
Não me sinto confortável em gestão de grupos	1
Já não tenho ligação à Minga	1
Não	1

39. Sentes que tens acesso a informação sobre a atividade dos outros cooperantes?

Nenhuma	3
Pouca	16
Sim, poderia ter mais	11
Sim, a ideal	8
Sim, até demasiada	0
Suficiente	2
Não sei, não me informo	6

40. Como gostarias que o(s) teus(s) projeto(s) fossem divulgados pela minga

Website	32
Facebook/Instagram	28
Newsletter (por e-mail)	24

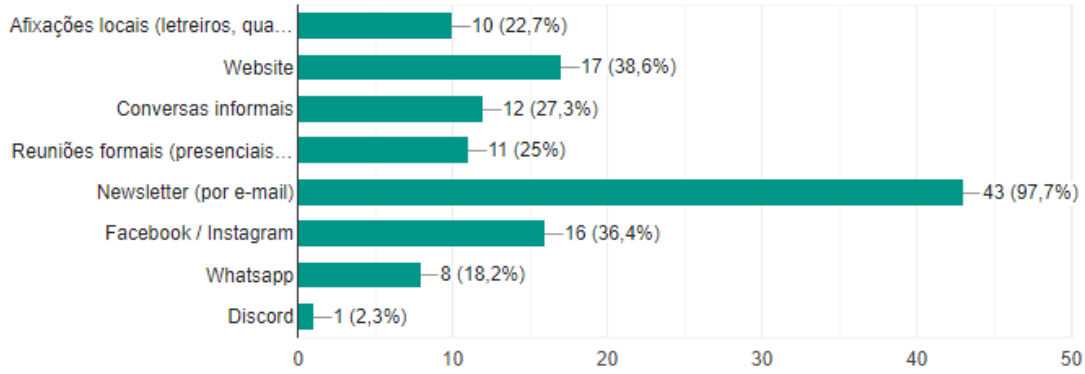
Afixações locais	9
Não quero/preciso de divulgação	9
WhatsApp	5
Como está	4

41. Dos seguintes conteúdos passíveis de produzir pela comunicação da minga, a quais gostarias mais de ter acesso (1 - não tenho interesse, 5 - tenho muito interesse)

(soma dos votos 1x #votos + 2x #votos + 3x #votos + 4x #votos + 5x #votos)

570	Novidades de legislação de interesse para o tipo de atividades da Minga
542	Atas de reuniões mensais
524	Eventos cursos conversas
503	Eventos e atividades locais em Montemor-o-Novo
489	Eventos e atividades de entidades amigas da Minga
442	Desenvolvimento e novidades da loja
441	Questões de contabilidade
433	Atas de reuniões das secções
148	Processos internos

42. Como gostarias de obter informações sobre a minga



43. Que eventos gostarias de ver mais vezes promovidos na minga?

Conversas	26
Dia do cooperador	23
Festas	17
Reuniões de secções	9
Reuniões mensais	8

Formações/cursos/workshops	4
Apresentação dos produtos da loja	1
Convívio/visita a produtores da Minga	1
Mais nenhum	1

Anexo B: Entrevista Vereador CM Montemor-o-Novo

Transcrição de entrevista a António Xavier, Vereador da Câmara Municipal, responsável pelos pelouros Modernização e Organização Informática; Património cultural; Turismo; Planeamento Urbanístico, Habitação e Reabilitação Urbana; Ordenamento do Território; Desporto e Juventude. Entrevista realizada a 18 de maio 2023, na Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

ENTREVISTADORA: *Como é que vê Montemor-o-Novo a nível do território nacional, ou seja, se é rural, urbano, que relações de proximidade e dependência estabelece com outras cidades?*

VEREADOR ANTÓNIO XAVIER: No contexto nacional somos mais rurais e podemos falar em termos de infraestrutura, estruturas, serviços, e, paralelamente, numa questão social, que é a forma como as pessoas se comportam. É quase como dizer que há pessoas que são mais do campo e pessoas que são mais de cidade, e nós somos mais do campo. Apesar de estarmos em próprios próximos de Lisboa. Acho que isso tem a ver com uma relação que nós temos mais cedo com a natureza, os animais, o campo, os nossos avós, etc. Em termos de infraestruturas, também somos muito mais rurais, e acho que é isso que divide Portugal. Esta invenção de que nós temos um "interior" tem a ver com isto, a falta de transportes públicos, de telecomunicações, de uma rede que sirva igualmente todas as pessoas em termos de saneamento e água em todos os espaços urbanos. Há muita desigualdade aqui que não existe nas cidades. E isso é o que faz com que Portugal tenha essa interioridade, porque a nossa interioridade está na cabeça e na falta de equipamentos, não nos quilómetros. (…) Nós estamos a uma hora de Badajoz, a menos de uma hora da praia e menos de uma hora de Lisboa, portanto não tínhamos razão nenhuma de para sermos "interior".

ENTREVISTADORA: *A nível da infraestrutura, o que é que faz mais falta aqui em Montemor-o-Novo?*

VEREADOR ANTÓNIO XAVIER: Ainda temos muito trabalho a fazer no que diz respeito ao básico, o saneamento e [abastecimento de] água. (…) que, por exemplo, a Maia, que é aqui tão perto, não tem. Depois, a questão das distâncias que poderiam e deveriam ser encurtadas, por exemplo, com uma linha ferroviária (…). Se nós tivéssemos uma ferrovia inteligente e capaz (…) podíamos aproximar Montemor de outras zonas e assim teríamos, naturalmente, mais oportunidades. Porque viver em Montemor, e trabalhar a alguns quilómetros de distância não tem que ser uma coisa errada. (…). Uma coisa boa que a COVID trouxe foi o teletrabalho,

que permitiu que as pessoas e as empresas pudessem ver que é possível não viver e trabalhar sempre no mesmo sítio, ou seja, que é possível fazer uma ocupação do território mais alargada e mais eficiente. Mas a falta de um comboio e transportes públicos que funcionem em condições, é o que faz também a distância de Montemor e de outras cidades para Lisboa. E é uma "pescadinha-de-rabo-na-boca", que faz com que não existam mais empresas em Montemor, ou até mesmo em Évora. (…) Não havendo estas estruturas que permitem a proximidade entre Évora e Lisboa, as "cabecinhas" vão todas para Lisboa, depois as empresas não querem investir no Alentejo. Porque é que eu vou ter uma empresa que precisa de programadores em Montemor, se não tenho uma universidade perto e nem mesmo pessoas? Claro que também o Alentejo não é propriamente *sexy* para quem tem vinte anos. Se queres ir para uma discoteca, festivais, etc…. isso não acontece aqui. É por isso também que eu defendo que nos temos que nos focar na geração dos 20's e 30's, para eles voltarem à terra e para começarem a construir família (…). Este problema das infraestruturas condiciona-nos a uma escala que, quanto mais cavamos, mais problemas vamos identificando. Falta a fixação de empresas que tenham trabalho qualificado, por falta de mão-de-obra qualificada. Como é que a resolvemos um sem resolver o outro?

ENTREVISTADORA: *Como é que sai dessa "pescadinha-de-rabo-na-boca"?*

VEREADOR ANTÓNIO XAVIER: Temos que educar para o empreendedorismo, e fazer com que as pessoas se desenvolvam num ambiente em que é natural arriscar, e errar, mas é assim que se aprende também. (…) Que [os jovens] não queiram encarreirar para aquela linha que o nosso sistema já possui há muito tempo (…). E se eles saírem um bocadinho dessa caixa e dessas algemas, podem eles próprios criar (…) o seu posto de trabalho, a sua empresa. E aí jogamos com um trunfo a nosso favor: pessoas como eu, só estão em Montemor, porque gostam de Montemor. Não há nenhuma razão económica ou financeira para eu ficar em Montemor. Porque estaria noutro lado a receber mais. Eu estou aqui porque quero estar aqui. E isso é o que eu conto também com os meus conterrâneos, ainda que mais novinhos hoje [em dia], no futuro vão ser apaixonados pela terra, vão querer desenvolver a sua terra, e dos seus amigos e da sua família. É isso o que nós podemos usar para competir com os outros, porque Évora tem muito mais oferta, e Lisboa, obviamente, tem muito mais oferta. O que é que eu tenho mais para oferecer? Tem que ser uma paixão pelas pedras da calçada, tem que ser um amor pelos vizinhos e pelos amigos e pelos familiares, para querer investir em Montemor. Porque do ponto de vista económico e financeiro, eu nunca vou assinar por baixo e dizer que é o melhor local para investir. A não ser que seja uma empresa de transportes e indústria que queira enviar para Lisboa e para Évora. Aí tem a melhor localização geográfica (…).Tem que ser neste quebrar correntes,

com [o facto d]as pessoas quererem encarreirar e serem funcionários públicos (…). E não tem que ser sempre numa lógica consumista (…) o empreendedorismo não é só económico e financeiro. Nós podemos ter economia, que gira à volta da economia social, do apoiar o próximo. (…)

ENTREVISTADORA: *Quais são os atrativos que existem em Montemor-o-Novo?*

VEREADOR ANTÓNIO XAVIER: Aqui é o sítio ideal para construir família, como eu estava a sublinhar, se nós tivéssemos uma agenda de *marketing* para atração de pessoas é para este setor. Claro, que também para os reformados, sobretudo os estrangeiros, que vêm para Portugal e têm condições fiscais melhores que nós. Mas, para jovens, nós temos aqui tudo, temos cultura, desporto, temos uma *Oficina da Criança* espetacular… Dentro da cultura, um miúdo pode fazer tudo, desde dança, ballet, música, expressões artísticas várias, temos 25 modalidades desportivas em Montemor. (…) As condições são ótimas para criar família (…). Também há, obviamente, do ponto de vista económico, alguns nichos que eu acho que estão por agarrar [como] no turismo (…). Óbvio que há sempre um limite, eu não sei dizer qual é o número de camas que seria o limite, mas nós temos estado a fazer um levantamento dos eventos que acontecem em Montemor. Entre os desportivos e culturais (…) e são centenas de pessoas em Montemor que precisam de uma cama e que não têm, e chegam a ficar em Évora, Arraiolos, em espaços da câmara, que já são limitados, como o Centro Juvenil, ou nas casas uns e dos outros, e nós precisávamos desta oferta, para o turismo cultural e desportivo. (…)

ENTREVISTADORA: *Qual é a linha guia da estratégia do turismo em Montemor?*

VEREADOR ANTÓNIO XAVIER: Ainda não chegámos à marca (…) temos de ter algo para agarrar as pessoas e isso ainda não identificámos. Temos claramente definido que o património cultural e a natureza são uma aposta. (…) Mas os nossos percursos pedestres estão a ser trabalhados (…) e o património está a ser pensado numa lógica próxima daquilo que tem sido desenvolvido em Mértola, que é a cidade em si ser um museu (…) e encaixar também a questão da natureza, por causa do tipo de turista que nós queremos. A vantagem de nós estarmos subdesenvolvidos no turismo é que podemos olhar para os exemplos de outros e perceber o que é que foi bem feito e o que é que foi mal feito. Há locais que estão sobredesenvolvidos com turismo que não deixa muito do ponto de vista económico e financeiro, e também (…) para quem cá vive. (…) Enquanto que este [turismo associado ao] património cultural e à natureza são tipos de turismo onde as pessoas demoram mais tempo, e também associado a pessoas com mais idade e mais disponibilidade financeira, ou ao turismo que vem do norte da Europa que está muito ligado à natureza e que procura muito o *cycling* e o *walking*. Com estes circuitos [pedestres], ao estarem em todas as freguesias, queremos procurar isso, que as pessoas possam

conviver com a natureza, e [que] depois permita que os agentes privados tenham outras ofertas, desde *birdwatching*, *jet-ski*, passeios a cavalo, etc. Não é um hotel de 400 quartos, é se calhar um ou dois hotéis mais pequenos, um hostel aqui, outro ali, nas freguesias, o que cria postos trabalho e é mais um fator para a fixação da população, [e] vai permitir a que as lojas vendam coisas do local. (…)

ENTREVISTADORA: *Passando para a habitação. Sabendo que vão fazer alterações à Estratégia Local de Habitação (ELH), queria saber quais são as vossas principais críticas/ alterações.*

VEREADOR ANTÓNIO XAVIER: Na primeira fase, já em junho, iremos introduzir na nossa ELH todo o parque habitacional da Câmara Municipal, à exceção de uma casa que neste momento vai ser vendida e dos Casais da Adua. (…) [Isto porque] à data [em que saiu o PRR e o 1º Direito], nem sequer se sabia, por exemplo, se a renda apoiada e a renda acessível cabiam as duas dentro da ELH ([agora] já sabemos que não, só cabe a renda apoiada) e os critérios em que podiam encaixar as casas também não eram muito lineares. (…) Hoje, temos a certeza que temos permissão para reabilitar todas as casas, mesmo aquelas que não precisam de obras muito grandes podem beneficiar de um *upgrade* a nível de certificação energética superior a 10%. Só mudando umas janelas e umas portas e os telhados já a casa vai ter condições climatéricas muito superiores, o que é essencial. Esta é a primeira alteração: vamos tentar (apesar da falta de empreiteiros) fazer obras em todas as casas no parque habitacional da Câmara e também resolver algumas situações (…) de pessoas que não precisam de renda apoiada (…) e estão a usufruir dessas casas, impedindo que outras pessoas que precisem possam lá habitar. (…) Depois, vai haver uma segunda fase (espero que seja em setembro) para clarificar, integrar ou retirar as casas das IPSS (…) [porque] nem todas as IPSS do concelho que podiam estar incluídas estavam. Nomeadamente, em São Cristóvão, Lavre e Cabrela, estamos a falar de uma casa em cada freguesia. (…) Para mim é essencial ter estas casas nestas freguesias, aproveitar ao máximo a *Santa Casa* de Lavre, a *Comissão Fabriqueira* de São Cristóvão, que permita termos mais casas disponíveis com estas rendas, porque uma casa nessas aldeias faz muita diferença. (…). Também perceber se as Santas Casas não estavam incluídas porque não queriam (…). Há sempre aqui um medo nestas IPSS, porque já não têm capacidade de trabalhar em todas as frentes e resolver todos os problemas, e quando nós chegamos a dizer que é preciso fazer candidaturas, ainda se assustam mais. E se for possível fazer com a Minga, acho que pode ser muito importante. (…) A partir daí, já não mexemos mais na ELH, e o que queremos é, quando esta 'avalanche' do PRR passar, já ter dados e uma orientação clara sobre a nossa *Carta Municipal de Habitação*, que é outro instrumento, que o município não tem, aliás, a maioria

dos municípios da Portugal não têm, e que é fundamental ao pensarmos a habitação a longo prazo. Aí temos que pensar, obviamente, muito na reabilitação e na renda acessível, que eu espero conseguir através do empréstimo bonificado, que é fora das ELH, mas que vai permitir que os jovens possam ter a sua primeira habitação. É essencial, porque eu vejo pela minha geração, e gerações mais novas que a minha, a dificuldade que têm em conseguir uma casa, que os faz inclusive ir para Mora, para Arraiolos ou para Vendas Novas. Aqui temos que ser um bocadinho competitivos, nós estamos a deixar fugir esta gente, não é porque elas não queiram ficar aqui. Elas não foram para Lisboa. Nós estamos a competir com Vendas Novas, Mora e Arraiolos, que não têm nada que nós não tenhamos. Portanto, é só uma questão de falta de habitação disponível. (…) Nós temos muitas casas em Montemor, elas estão é fechadas. Eu sou muito crítico da posição do governo, e (…) do Estado em relação ao seu património, porque não gere o seu património e quer gerir o património dos privados. A quantidade de casas que nós identificarmos como estando inscritas na matriz em nome do Estado (…) superam as 100. E não fizemos o levantamento ainda completo. Só começámos pelo centro histórico, porque é aquele que tem mais benefícios à reabilitação urbana, sejam nacionais ou municipais. Porque também queria muito, conseguir ter até o final do ano um site do município dedicado só à habitação para explicar às pessoas que benefícios é que elas têm para reabilitar casas, porque se for o município a fazer sozinho, nunca mais lá chegamos. Precisamos das pessoas, precisamos dos privados para reabilitarem casas. (…) Não conseguimos reabilitar o centro histórico de Montemor sem a ajuda dos privados, porque as casas são imensas. Mas também sabemos que é muito chato reabilitar casas (…) não há empreiteiros, ... portanto nós queremos desmistificar e fazer sobressair as vantagens que existem que as pessoas desconhecem: o IVA 6%, a isenção de IMI a 5 anos, (que pode ir até aos 8 anos se for para arrendamento), a isenção de IMT, e isto tem que ser tudo publicitado de forma clara para que as pessoas percebam que ali está uma hipótese de investimento (…).

ENTREVISTADORA: *Como está Montemor-o-Novo em termos de recursos para estes processos de reabilitação?*

VEREADOR ANTÓNIO XAVIER: Muito mal. As pessoas não conseguem reabilitar as casas porque os empreiteiros, estão a perceber uma coisa, o mercado está claramente inflacionado. [Então], porque é que eles vão perder tempo a reabilitar casas para outras pessoas, quando podem eles próprios reabilitar aquilo que há no mercado e vender a preços mais altos? [Isto] é claramente o que está a acontecer aqui. (…) Só que nós estamos limitados à pouca construção civil que temos, a última crise mundial derrubou grande parte da construção civil, que é uma construção civil frágil, pouco documentada, pelo clássico construtor que acha que

não precisa de contabilistas para nada, e não conseguiu reerguer-se. Sobraram alguns, que ficaram maiores, porque aproveitaram aquilo que os outros não tinham, e esses alguns agora estão a fazer dinheiro. Enquanto não houver aqui alguém a fazer rasgar o mercado, que neste caso tem que ser a Câmara, parece-me que é a única que tem capacidade para isso, eles vão continuar neste cenário de construir e vender, construir e vender, e amealhar enquanto puderem.

ENTREVISTADORA: *E como é que a Câmara pode "rasgar" o mercado?*

VEREADOR ANTÓNIO XAVIER: Através da produção, das tais 40 casas em arrendamento acessível.

ENTREVISTADORA: *Mas precisam de pessoas para construir…*

VEREADOR ANTÓNIO XAVIER: Exatamente, mas aí tenho alguma esperança que as cooperativas consigam corresponder, pelo menos uma já nos disse que sim, (…) ou então um construtor civil forte. (…) Sei que as cooperativas estão interessadas e que fazem preços mais baixos que as empresas. (…)

ENTREVISTADORA: *Quais são as vossas propostas para os edifícios do Estado?*

VEREADOR ANTÓNIO XAVIER: Eu gostaria muito que o Governo pudesse ouvir a *Associação de Municípios*, porque já há uma série de indicações nesse sentido. Mas gostaria de falar diretamente com a da DGTF (*Direção Geral do Tesouro e Finanças*), (…) como faço, o Sr. Diretor está sempre disponível, e ele o que nos diz é "façam pressão no Governo" (até ver, não tem valido de nada), "obriguem-nos, se for preciso, a ter uma estratégia para aquelas habitações, condicionem aquilo a renda apoiada ou renda acessível, qualquer coisa, mas passem as casas para o nome da autarquia". Porque o Código Civil desde 1967, que diz que o Estado é herdeiro daquelas casas, [e] se aquelas casas não têm verbetes (e por isso é que foram inscritas na matriz em nome do Estado em 2019), significa que não têm verbetes há 70 e tal anos, não têm nome inscrito desde 1951. Então o Estado não faz nada desde aí? (…)

ENTREVISTADORA: *Então a vossa proposta é que estes edifícios passem para nome do município, mas não têm conseguido estabelecer comunicação?*

VEREADOR ANTÓNIO XAVIER: Sim, a única vez que falei, foi com um a Sra. ministra da Habitação, e ela não quis falar sobre o assunto. Eu não percebo que se têm medo… lembro-me de uma situação que aconteceu em 2016, com o governo anterior, que estava com a *Troika*, PDS-CDS, estava a vender casas do Estado. A coisa estava a correr bem, a empresa do Estado que gere o património tinha lucro. Em 2016, há aquele caso enigmático de um prédio em Lisboa que é vendido numa terça-feira por *X* milhões e dois dias depois é vendido mais ou menos pelo dobro, e, a partir daí o Sr. Primeiro Ministro, que ainda é o mesmo desde então, disse que "nenhum prédio se vende sem a minha assinatura". Isto congestiona completamente. (…)

Vender casas [do Estado] é melhor do que o que nós temos agora, porque é o mesmo raciocínio: quanto mais casas tiverem disponíveis no mercado, mais o preço desce. (…) Segundo os dados, pelo menos que vêm a público, serão qualquer coisa como 6 mil casas. Ora, se o Estado quer construir 26 mil novas casas ou reabilitar temos aqui 6 mil que estão paradas e não se pode fazer nada. Nós vamos deixar passar o PRR e essas casas ficam como estão. E com o PRR era o ideal, porque eles (…) podiam ter limitado [para que] o dinheiro da ELH não desse para casas novas (…) [e ter] reabilitado os patrimónios dos municípios e do Estado. (…)

ENTREVISTADORA: *Na ELH de Montemor há 67 lotes destinados à autoconstrução…*

VEREADOR ANTÓNIO XAVIER: Isso não está correto (…) já foi corrigido, o do Ciborro é só um, o [de Santiago] do Escoural, vamos desenvolvê-lo de facto, é atrás da Casa do Povo, o dos Foros [de Vale Figueira] é só um, Lavre eram 18 à data, agora são menos, são aqueles à entrada à direita. (…) Portanto, isto tem de ser atualizado. De facto, é uma das coisas que nós não estamos a olhar com muito detalhe nestas novas alterações, porque temos é de fazer as casas e reabilitar, mas há aqui erros que temos de corrigir.

ENTREVISTADORA: *Na última reunião [com a Minga e o vereador] falou-se de terrenos disponíveis [para a cooperativa de habitação] e aqui há uma série de terrenos já loteados.*

VEREADOR ANTÓNIO XAVIER: Sim, ainda há muitos deste género. Nós vamos é vender os de Lavre, e vamos colocar à venda também os de Santiago do Escoural. Mas fora da estratégia, porque aí queremos que [sejam] a[s] pessoa[s] que construa[m], são vivendas a maioria deles. Não condiz muito com a renda apoiada.

ENTREVISTADORA: *Tem conhecimento da proposta da Minga de alteração à Lei de Bases da Habitação?*

VEREADOR ANTÓNIO XAVIER: Não

(partilha-se com o vereador a proposta de alteração da Minga à ELH de Montemor-o-Novo)

VEREADOR ANTÓNIO XAVIER: (…) Sobre a autoconstrução não estou muito por dentro do tema do ponto de vista regulamentar. E para mais, agora com estas alterações legislativas que vão acontecer, a Câmara vai perder a capacidade de licenciamento. O Governo está a querer que as Câmaras sejam menos entidades licenciadoras e mais entidades fiscalizadoras. Eu percebo que os licenciamentos são muitos, em Lisboa chegam a demorar dois anos, isso é inadmissível. Mas em Montemor nós estamos com uma média de trinta, quarenta e cinco dias. Mais uma vez, o Governo só vê o problema de Lisboa e Porto, e não é verdade que no resto do país isto aconteça. (…) Eu acho que neste momento não é possível nós conseguirmos encaixar aqui algumas destas medidas [que propõe a Minga], mas há aqui

medidas boas que devem ser... Depois temos de falar na altura da *Carta Municipal*. Porque nós agora estamos muito dependentes das regras que o Estado determinou, que é a PRR e o 1º Direito. Eu acho que para 2025, já conseguimos ter noção do que é que vamos conseguir fazer ou não e começar a passar para a frente. (…) A autoconstrução é que não sei como está a regulação neste momento, os projetos têm de ser assinados por arquitetos, e é preciso ter alvará de construção, se a cooperativa tiver alvará acaba por fintar a coisa (…).

ENTREVISTADORA: *Sobre Desporto e Juventude, como é que tem sido a adesão à incubadora de projetos de Montemor-o-Novo, a StartUP?*

VEREADOR ANTÓNIO XAVIER: A minha ideia é levar o empreendedorismo adaptado aos miúdos para a escola. Não tem sido a coisa mais fácil, as pessoas não são muito amigas destes projetos que lhes dizem que vão roubar tempo aos miúdos. Nós agora marcámos uma reunião com o senhor diretor com a esperança de conseguir algumas turmas que sirvam de exemplo para no próximo ano já teremos estes projetos. A ideia é segmentar por idades, porque eles têm índices de desenvolvimento diferentes, e termos jogos para os miúdos, para eles aprenderem o que é o empreendedorismo e para começarem a criar coisas. [Assim] ao longo da vida vão desenvolvendo projetos, [como por exemplo] organizar um evento, um projeto de voluntariado em que vão limpar o rio ou ajudar os velhotes … (…) Isto significa que eles vão acumulando experiência para depois, no futuro, desenvolverem outro tipo de projetos, (…) eventualmente já conseguem criar ideias de negócio, para vender para outros lados, implementar algum programa de solidariedade social dentro, por exemplo, de uma Santa Casa ou cooperar com uma marca, ou com a Minga, por exemplo, com um projeto agrícola ou ambiental. (…) Porque (…) quando fazemos uma coisa com as próprias mãos vamos ganhando o gosto (…) e vamos aperfeiçoando. Eu não sou nenhum carpinteiro, mas quando fiz a primeira mesa, ganhei vontade de fazer mais. (…) Quando estamos a construir, a plantar árvores e a cavar a nossa horta, ganhamos uma vontade de querer fazer mais. Aqui é a mesma lógica, se os miúdos começaram desde pequenos a desenvolver projetos, a participarem nas coisas, eles vão perdendo os medos de fazer essas coisas. Se ele [a criança] tiver estes programas, esta experiência, esse *know-how* vai desenvolver uma sociedade mais proactiva, que pensa em resolver os problemas (…) É preciso incutir isso nas pessoas, que se algo à volta deles está mal (à volta deles é o habitat deles, a rua, a escola, a empresa se está a trabalhar, a família) se eles não fizeram alguma coisa para mudar, a coisa vai continuar na mesma forma.

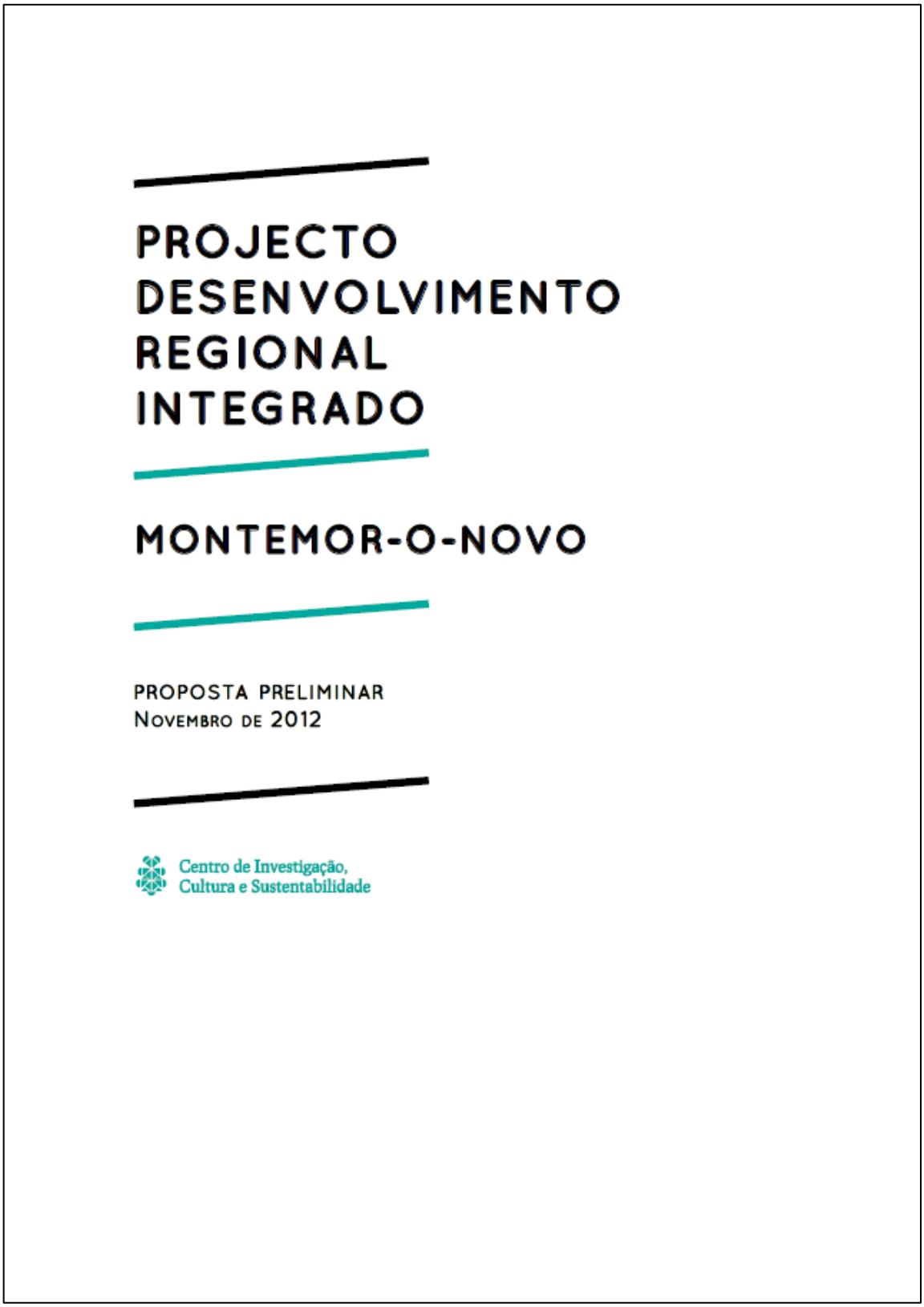
ENTREVISTADORA: *O senhor vereador é de Montemor-o-Novo?*

VEREADOR ANTÓNIO XAVIER: Sou, nascido e criado. Só vivi algum tempo em Lisboa até me fartar de Lisboa. [Lá] é tudo muito à presta, parece que as pessoas estão todas a correr

para lado nenhum, e não me dava tempo para pensar. Também percebi uma coisa: que eu quero trabalhar para viver e não viver para trabalhar. E em Lisboa eu vi isso, trabalhei lá e percebi, (…) que é um novo tipo de escravidão. Eu estive na (…) e o sítio onde os estagiários estavam eram macabros, sem janelas, e eu olhei e pensei, não quero isto. Voltei para Montemor (…).

Anexo C: CICS – Resumo do projeto

Este documento foi cedido pela cooperativa Minga e diz respeito ao Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado proposto pelo Centro de Investigação, Cultura e Sustentabilidade, projeto que precedeu a formação da Minga. Aqui é apenas apresentado o índice do documento e a sinopse.



PROJECTO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL
INTEGRADO

MONTEMOR-O-NOVO

PROPOSTA PRELIMINAR
NOVEMBRO DE 2012

Centro de Investigação,
Cultura e Sustentabilidade

Índice

7 Sinopse

11 1. Montemor-o-Novo:
Características Socioeconómicas do Concelho

14 2. Forma de Acção / Projectos Propostos
15 2.1 Unidade de Desenvolvimento Económico
2.1.1 Mapeamento da Economia Solidária
2.1.2 Mapa de Produção, Distribuição e Consumos Locais
2.1.3 Certificação da Economia Solidária e Local
2.1.4 Incubadora de Empresas Solidárias
2.1.5 Banco de Desenvolvimento Local
2.1.6 Banco do Tempo
2.1.7 Instrução Para aCcriação de Grupos de Compra Solidária
2.1.8 Mercados Locais Itinerantes
2.1.9 Incubadora Para as Indústrias Criativas
2.1.10 Prototipagem Urbana
2.1.11 Laboratório de Desenvolvimento Tecnológico
2.1.12 Local-Natural: Plataforma de Proconsumidores
2.1.13 Gabinete de Planeamento e Políticas de Desenvolvimento Regional e Transportes
2.1.14 Empreendimento Alojamento Local: Turismo Solidário e Educativo
2.1.15 Lojas Solidárias através da Reabilitação Arquitectónica Urbana
2.1.16 Cooperativa de Bioconstrução

29 2.2 Unidade de Desenvolvimento Sociocultural
30 2.2.1 Educação integrada
2.2.1.1 Escola - Centro de Pesquisa sobre Educação
2.2.1.2 Educação para Adultos
2.2.1.3 Centro de Ecoliteracia
2.2.1.4 Universidade Popular
2.2.1.5 Experiências Sobre o Paradigma da Educação
2.2.1.6 Escola de Artes Performativas
2.2.1.7 Engenho e Música
2.2.1.8 Futebol Filosófico nas Escolas

33 **2.2.2 Saúde Sustentável**

2.2.2.1 Formação de Pais e Educadores Para a Medicina Preventiva da Criança
2.2.2.2 Prevenção de Acidentes Domésticos Com Idosos
2.2.2.3 Cursos de Plantas Medicinais Mediterrânicas para a População
2.2.2.4 Centro de Arteterapia
2.2.2.5 E agora... Sorria!

36 **2.2.3 Construção Participativa do Espaço**

2.2.3.1 Reabilitação do Centro Histórico de Montemor-o-Novo
2.2.3.2 Atelier(s) para uma Arquitectura Glocal
2.2.3.3 Práticas Administrativas Participativas
2.2.3.4 Oficinas de Educomunicação nas Escolas
2.2.3.5 (Al) GIDAR - Grupo de Investigação, Divulgação, Acção e Reflexão
2.2.3.6 Centro de Estudos Antropológicos
2.2.3.7 Laboratório de Comunicação Participativa
2.2.3.8 Centro de Microplaneamento Participativo
2.2.3.9 Advocacia Social

45 **2.2.4 Desenvolvimento Cultural**

2.2.4.1 Centro de Residências Artísticas
2.2.4.2 Centro de Governança (Inter)Cultural
2.2.4.3 Letras em Viagem
2.2.4.4 Património Arqueológico
2.2.4.5 Mnemosine - Laboratório Cooperativo de Cinema e Fotografia/Encontro Internacional de Cinema em Película
2.2.4.6 Arte Com Comunidades
2.2.4.7 Laboratório de Ética e Sensação
2.2.4.8 Pérgula Gastronómica: Gastronomia Tradicional e Saudável
2.2.4.9 Cooperativa de Recursos Artísticos/Culturais (COOP RAC)
2.2.4.10 Ao Monte LAB. Produção e Investigação Artística Intermédia em Contexto Natural
2.2.4.11 Hip Hop. Centro Cultural
2.2.4.12 Espaço Tartaruga 74
2.2.4.13 A Palavra Que Resta

2.2.4.14 Galeria Nómada - Residências

53 **2.3 Unidade de Desenvolvimento Energético, Ambiental e de Gestão de Recursos Naturais**

2.3.1 Enriquecimento Ambiental da Flora e Fauna dos Parques, Jardins públicos e Áreas Abandonadas de Montemor-o-Novo
2.3.2 Banco de Sementes
2.3.3 Aproveitamento Energético em Moinhos de Água Tradicionais Abandonados
2.3.4 Quantificação do Ciclo Hidrológico na Área Intervencionada: Impacto Humano na Paisagem de Diferentes Cenários de Desenvolvimento Regional
2.3.5 Cooperativa Transdisciplinar da Água
2.3.6 Oficina de Eco-Tecnologias Apropriadas
2.3.7 Ecodesign: Recuperação e Reutilização de Desperdícios Urbanos
2.3.8 Laboratório de Paisagem
2.3.9 Mandala
2.3.10 Light Nature Program
2.3.11 Mushroom-o-Novo
2.3.12 Sistemas Sociais Auto-Suficientes e Economia Baseada em Recursos
2.3.13 Cooperativa de Energias Renováveis
2.3.14 Vel'Oficina
2.3.15 Fotografia de Vida Selvagem
2.3.16 Documentário: Vida Selvagem de Montemor-o-Novo
2.3.17 Pelos Caminhos: Identificação e Divulgação de Percursos de Descoberta Arquitectónica, Paisagística e Cultural do Concelho

65 **3. Cronograma Geral dos Projectos**

67 **4. Espaços Necessários**

72 **5. Estimativa do Investimento Inicial**

73 **6. Equipa**

6.1 Investigadores Associados
6.2 Investigadores Convidados

78 7. Lançamento do Projecto: Building Summer 2013

Sinopse

CONTEXTO

As actuais crises - financeira, energética e ambiental - ameaçam o desenvolvimento socioeconómico do país, em particular o das regiões mais periféricas ditas perdedoras nos actuais processos de globalização económica e financeira. Nas últimas décadas, estas áreas periféricas têm vindo a perder população activa, em particular população jovem qualificada, a par de importantes fontes de rendimento e de investimento público e privado, processos correlativos que resultam numa espiral de progressiva deterioração da qualidade de vida difícil de reverter face à diminuição do acesso a bens e serviços e à asfixia das actividades produtivas. Esta conjuntura é particularmente grave para as zonas rurais, acentuando os seus níveis de desertificação e empobrecimento, mas também para as áreas urbanas cuja sustentabilidade fica comprometida face ao progressivo desaparecimento de estruturas de suporte na oferta de bens e serviços que só os meios rurais têm vocação para prover.

APRESENTAÇÃO DO PROJECTO

OBJECTIVO

Mediante este quadro conjectural, o CICS tem por **objectivo** investigar e implementar processos que possam inverter estas tendências recessivas desenvolvendo projectos de pesquisa e/ou intervenção em regiões periféricas - de carácter urbano e/ou rural - em domínios vários do conhecimento, sejam eles de base científica ou artística, e respeitando os novos paradigmas energético, financeiro e cultural. Os projectos, ainda em fase embrionária, são apresentados no presente documento.

NÚCLEOS

O CICS, se vier a estar sediado no concelho e cidade de Montemor-o-Novo, será constituído por dois espaços nucleares: um conjunto de edifícios devolutos situados no centro da cidade e um terreno no perímetro da cidade. Em relação ao primeiro núcleo, prevê-se a reabilitação progressiva do parque imóvel e dos espaços adjacentes de acordo com as lógicas da acupunctura urbana. Este processo deverá permitir a rápida reintegração do conjunto devoluto nas dinâmicas urbanas da cidade consolidada e favorecer, simultaneamente, a construção de uma proximidade entre os membros do CICS e a população local. O segundo núcleo, situado no perímetro da cidade, deverá potenciar os atributos rurais do terreno onde estará implantado, prover as populações

urbanas de bens e serviços vários e promover habitabilidades de vocação sustentável. Ambos os núcleos deverão ser utilizados como espaços de residência, de trabalho e/ou de carácter público para os investigadores associados ao Centro de Investigação e ser (re)construídos respeitando as orientações da arquitectura ecológica ao nível da bioconstrução e da autossuficiência do ponto de vista infraestrutural – energético, de abastecimento e escoamento de águas e de gestão de resíduos.

PRINCÍPIOS DE ACÇÃO

INTERDISCIPLINARIDADE

O CICS representa um movimento simultâneo de investigadores em áreas muito diversas, como saúde, arquitectura, engenharias, energias, economia, educação, cultura, artes, antropologia, entre outras, diversidade que permite atribuir ao seu projecto global um carácter **holístico**. Cada projecto potencia e é potenciado por outros projectos, conquanto existam intersecções possíveis, e beneficia de uma multiplicidade de olhares e abordagens face à vocação multi – e /ou interdisciplinar das equipas que o concebem e implementam.

SINERGISMO

O conhecimento de base local é considerado indispensável para o CICS enquanto catalisador de inovação e resiliência local. Pretende-se, nesse sentido, uma interacção constante com a população local e sua participação na concepção, desenvolvimento e implementação de projectos vários.

As parcerias institucionais são, de igual modo, fundamentais na obtenção de resultados ao nível dos projectos de investigação e nos impactos no desenvolvimento local. Embora o CICS já disponha, actualmente, de parcerias com instituições académicas, pretende-se que o seu âmbito seja alargado, num futuro próximo, a uma rede plural de faculdades de diferentes universidades, nacionais e estrangeiras, centros de investigação associados, institutos locais que actuem nas áreas de interesse, investigadores convidados e/ou outros colaboradores.

Neste quadro, o estabelecimento de parcerias com instituições de governação local e regional é visto, de igual modo, como uma oportunidade para a criação de novos vínculos entre os poderes públicos de âmbito local e a sociedade civil, constituindo uma oportunidade de redefinir e aprofundar os significados e espaços da democracia.

EMPODERAMENTO

O conhecimento desenvolvido no CICS pretende-se aberto, passível de ser transmitido e divulgado em conjunto com a população do concelho de Montemor-o-Novo e de outras áreas locais e regionais, contribuindo para o seu empoderamento através de um intercâmbio constante, do desenvolvimento de plataformas abertas de conhecimento e de estruturas de apoio aos projectos culturais. A par deste processo de transferência do conhecimento, o CICS tem como igual objectivo garantir que esse conhecimento é devidamente apropriado pela população, isto é, que para além do acesso à informação, serão desenvolvidas estratégias e ferramentas que garantam aos cidadãos traduzir, de forma autónoma, esse conhecimento em contributos concretos para o seu dia-a-dia – em questões alimentares, energéticas, construtivas, de saúde e educação, entre outras. Neste contexto, o CICS pretende identificar e quantificar os impactos sociais, económicos e ambientais que terá no concelho e na região, à medida que neles actua. Este processo tem por objectivo capturar os efeitos de arrastamento do CICS, cuja 'monitorização' permitirá auxiliar o desenho de práticas de intervenção, correntes e futuras, nos diferentes campos de actuação do(s) projecto(s).

No sentido de alcançar esta medida positiva de impactos e, portanto, de trazer um contributo consequente para a região, o CICS compreende que a participação da população local nos projectos é característica transversal aos mesmos. Assim, procurar-se-á que em cada uma das várias fases do ciclo de vida do projecto (diagnóstico, planeamento, implementação, monitorização e avaliação) sejam incorporadas metodologias participativas de forma a garantir que 1) os projectos respondam às reais necessidades locais, prevejam uma visão prospectiva das acções a implementar e garantam processos de implementação permeáveis que estejam constantemente abertos à introdução de elementos não previstos por parte da equipa no momento do planeamento, readequando a acção ao contexto real de intervenção; também, que 2) o processo constitua uma fonte de aprendizagem para as equipas dos projectos e para a população e organizações envolvidas; de igual modo, que 3) o momento de avaliação de cada projecto seja uma oportunidade para melhorar processos, métodos e ferramentas, para aprofundar os processos de aprendizagem e de mensuração de impactos; e, finalmente, que 4) os projectos permitam aumentar, em profundidade e qualidade, o nível de conhecimentos sobre novas formas de viver.

A procura do CICS em garantir a participação das comunidades locais – de Montemor-o-Novo - revela a importância atribuída aos seus projectos enquanto verdadeiras oportunidades de alargamento da base democrática e de um aprofundamento qualitativo das novas formas de governança, nas quais a participação ultrapassa largamente o âmbito da consulta pública pontual. O CICS entende a cidadania como uma noção activa de verdadeiro direito a participar na tomada de decisões relacionadas com a vida social, económica, cultural e política das sociedades.

RESULTADOS

Entende-se que o CICS, enquanto projecto holístico, possa contribuir no processo de transformação de Montemor-o-Novo como âncora 'glocal' inserida no processo de globalização, reestabelecendo as conexões rural-urbano e potenciando as sinergias de âmbito local, aumentando a sua autonomia alimentar e energética, trazendo novos serviços de saúde e educação e, fornecendo aos cidadãos sistemas de apoio para o desenvolvimento dos seus projectos, aquisição de conhecimento e de competências. Nesse sentido, o impacto expectável do CICS consiste na criação de círculos virtuosos, de sustentabilidade e empoderamento das populações locais, capazes de inverter a tendência de empobrecimento económico e social a que a que a maioria das regioes periféricas tem sido sujeita. O desígnio final deste projecto será, por conseguinte, potenciar o aumento da população e do seu bem-estar, contribuir para os rendimentos do concelho e região e, promover a prosperidade local com base em paradigmas de desenvolvimento integrado.

Anexo D: História da Portada – Resumo Executivo

Este documento foi cedido pela cooperativa Portada Bethania. Realizado como parte do *Processo de Reflexão*, procura fazer o resumo da história da família e da cooperativa. Este é o documento resumido, sendo que há informação apresentada neste trabalho que foi retirada da versão mais extensa deste documento. O documento não foi traduzido, encontrando-se no idioma original. Apenas os nomes de cooperadores e outros personagens foram substituídos por nomes falsos, para assegurar a anonimidade dos mesmos.

EL ENCUENTRO DE LA MEMORIA: DE RAÍCES Y CONFLUENCIAS [1]

Resumen ejecutivo

LA PAREJA Y LA VIDA EN BETHANIA

En 1937, Virginia Ribadeneira (mamama) y sus tres hijos (Tata, Pepe y Lalo) compran Bethania. Allí se instala la pareja recién casada (Tata y Lolita se casan el 15 de agosto de 1937) y hace su vida sencilla, apacible y bucólica hasta 1954. Las condiciones de vida son austeras (no cuentan con energía eléctrica, agua potable, ni menos teléfono), a más de que con los rendimientos de la hacienda se sostiene la familia ampliada (madre y hermanos del Tata).

El trabajo y la tenacidad del viejo pronto le convierten en ganadero exitoso. el Dóctor, su querido semental, y un lote de vaconas, obtienen premios en las ferias ganaderas en Cotopaxi e Imbabura. Se relaciona con la "crema y nata" local, cosiendo entrañable amistad con la familia Lanas-Varea. El reconocimiento social, basado en sus éxitos ganaderos, llevan al Tata a la concejalía de Latacunga y a ser nombrado senador funcional por la agricultura.

La pareja se reproduce "con esmero". Entre 1938 y 1951 nacen los ocho hijos. Los varones, al cumplir los siete años –para que se hagan "hombrecitos" y aprendan las tareas agrícolas— deben ir al páramo a "supervisar" (en medio de las risas y cuchicheos en quichua de la indiada) la esquilada de ovejas, la cosecha de granos o la trilla de cebada. Las guaguas mujeres (Florencia y Carmen sobre todo, teniendo en cuenta la edad de la "benjamina") asumen otras tareas: amasada del pan, elaboración de biscochos, desgrane de maíz, o cuidado de los más

[11] El Consejo de Administración decidió impulsar un proceso colectivo de reflexión con miras a afinar la brújula de la Portada Bethania. Se identificaron cuatro momentos, siendo el primero el "encuentro de la memoria" que identifique los orígenes de la Portada. El 2 de febrero de este año (2019) con la presencia masiva de las tres generaciones, se realiza el encuentro. Mateo, desde su Manta, se voluntarió para la sistematización del encuentro, la misma que *in extenso* consta en anexo.

chiquitos. Es decir, todos ("Tata-mamita-y-los ochos") comparten tareas y responsabilidades, según su edad y "género". Mientras las "hormigas" cumplen con rigor sus encomiendas, la abuela, entre rezos y jaculatorias, se regodea con la presencia de los sacerdotes franciscanos (los españoles Tomás y Santiago), que anualmente llegan a Bethania para "evangelizan" a los nativos, mientras disfrutan de las delicias culinarias de la Lolita, que casi siempre con preñez a cuestas, atiende y complace a tan ilustres huéspedes.

1954. La salida de Bethania

Agosto de 1954 marca un hito en la vida familiar.

A mediados de 1954 el Tata obtiene un nuevo reconocimiento en la Feria Holstein y el Dóctor y las vaconas se hacen de nuevos premios. Este triunfo ganadero coincide con la ejecución de una garantía dada al Pepe, y el Banco de Préstamos se toma Bethania. En agosto de ese año se prepara la salida: muebles, libros amados y otros enseres se encargan a vecinos amigos (los que nunca regresan a la familia). El Tata y la Lolita (a los 43 años, él a punto de cumplirlos), y luego de 17 años de disfrute Bethanial, dejan la hacienda y pasan a compartir vivienda (en la Rocafuerte 1530), con mamama, el Pepe y su familia (cuando sale a Quito de San José de Miras) y el Lalo (todavía soltero).

Al momento de la sentencia del juicio, que declara insolvente al Pepe, Camilo Ponce intercede ante Jerónimo Benítez, para que la sentencia no incluya el nombre del Tata; "No puedes dejar en la insolvencia a un hombre que está perdiendo todo, con ocho hijos por criar".

De patitas en la calle …

El "patrón", de la noche a la mañana está en la calle. Él, que debió dejar la escuela a los 14 años, y se "hizo" en la forja de la vida, agricultor y, sobre todo, exitoso ganadero, mueve palancas y relaciones para hacerse de un empleíto cualquiera: bodeguero en la constructora Smith. A través de nuevas palancas (en 1956 asume la Presidencia Camilo Ponce y el Lucho está de Subsecretario del Ministerio del Tesoro), el Tata es nombrado subadministrador de aduanas. Posteriormente, y por mérito propio, es ascendido a la Administración de Aduanas; para cumplir estas nuevas responsabilidades, con el apoyo del Lalo y la Lolita, por las noches se "bebe" leyes y demás normativas referidas a la función. Terminado el período de Ponce, asume la presidencia Velasco Ibarra. El Tata, acérrimo antivelasquista, no puede "servir" al loco. Nuevamente el Cheche (que está de Tesorero Municipal), lo lleva al Municipio de Quito. Su vida laboral termina en la ex Caja del Seguro (actual IESS). Cuando muere, en 1976, supimos que su sueldo era aún menor al de Teresa: no llegaba a los mil sucres.

Mientras tanto la Lolita se hace de chauchas cosiendo saquillos para la sal, actividad en la que participa toda la familia. Con Pablo Ramírez –y a través del Jimmy-- llega al Patronato del Niño, y ella, que nunca fue a la escuela (las primeras letras y números las aprendió en la casa con la ayuda de una profesora), supo librar con bien la función encomendada (en ocasiones aún reemplazando a la "primera dama" (Gladys Peet de Arosemena), o a las "triunviras", que más de una vez le hicieron la vida a cuadritos. Del Patronato pasa a la Cámara de Agricultura, a reemplazar en la secretaría de la Cámara a María Ignacia Ponce.

La educación de los hijos normalmente estuvo subvencionada por becas en los colegios –Loyola, Gonzaga, San Gabriel y La Dolorosa-- o por la mano generosa de familiares (la Pepita, especialmente). A medida que los hijos fueron incorporándose al mundo laboral, todos a una, y a su manera y espontáneamente, metieron el hombro. Inclusive los más pequeños, en la época de "la Distribuidora" se convirtieron en choferes, acompañantes, cargadores y eficientes vendedores de "Traguito" y "Gallito".

Los sentidos de unión, solidaridad y esfuerzo colectivo, sin duda son las semillas que años más tarde germinaron en el "Club 20 de Febrero". De la mano de estos sentidos, también la austeridad y el no apego a los bienes materiales fueron convidados de honor en la mesa familiar.

PREPARANDO LA SIEMBRA: NACE EL CLUB 20 DE FEBRERO

En 1964 surgen las primeras tertulias en la Domingo Espinar respecto de la necesidad de ir hacia la creación de un fondo común de ahorro familiar, pero es en 1972 cuando empieza a cuajar la idea de formar una cooperativa.[2] Por un espacio de tiempo la idea se mantiene latente aunque no se cristaliza, y es un accidente vehicular el detonador que abre el dique a la iniciativa: se organiza un evento festivo y se recogen fondos para cubrir los gastos del choque.

Años más tarde, en la casa del Jaime, en la Armenia, se retoma la idea, y en 2003 arranca el Club 20 de febrero, concebido como un fondo de ahorro y crédito. Aunque fue el Pacho el impulsor de la iniciativa, es el Jaime el que le mete coco, ganas, tiempo y trabajo, con el soporte de la Germa y el Rodolfo, y los tres se constituyen en "la directiva". El flujo es sencillo, sin mayor normativa ni trámite burocrático. Se determinan valores de capitalización y una simple llamada telefónica es suficiente para proceder al crédito.

Bastante agua ha corrido en estos años. De a poco se van ampliando los servicios (salud y vehículos), se trabaja en la normativa, en la necesidad de legalización (para lo que se elaboran

[2] Quinac, en sus primerísimos momentos, se constituye como una empresa en la que todos (tata-mamita-y-los-ocho) aportan con acciones. (confirmar dato. No está en el documento de Mateo pero creo que así fue).

estatutos), se amplía la directiva con los coordinadores de los fondos, se crea el consejo de vigilancia, y se desemboca en lo que actualmente constituye la Portada Bethania.

ENRIQUECIENDO EL CAUCE

El encuentro de la memoria abrió un necesario espacio para una breve pasada de revista sobre las vertientes que, con el paso del tiempo, adhirieron y enriquecieron caudal y cauce del río Gangotenagranizo.

Cada representante de vertiente --enriquecido por otros miembros de su núcleo o por la propia percepción de los miembros del tronco matriz-- esbozó las principales características de su entorno familiar. Fue sintomático y revelador encontrar coincidencias y similitudes: familias clase media, más o menos numerosas, casi todas marcadas por la austeridad, un alto sentido de valores humanos como la honestidad, la generosidad, la sensibilidad social, el gusto por la naturaleza, las expresiones culturales, etc., en varias de ellas asumiendo las mujeres (como cabeza de hogar) iniciativas y emprendimientos para enfrentar situaciones críticas por muerte, desempleo temporal o desarraigo patrio. En suma, condiciones familiares que propiciaron la metida de hombro, el ingenio y el buen ánimo para sortear juntos los tropiezos y las piedras del camino.[3]

UNA MIRADA A LO GANGOTENA-GRANIZO

Desde la mirada de algunos miembros de las "familias adheridas al cauce", hay la percepción de que el tronco Gangotenagranizo en momentos puede ser abrumador, absorbente y, aun egoísta. Al ser una familia tan numerosa, hay un rosario de eventos: cumpleaños, aniversarios, serenos, novenas, celebración por el triunfo o la pérdida en la Liga Barrial, reuniones sin ton ni son que terminan con la aurora, que a pesar de su encanto y disfrute también pueden causar molestias y fastidios. También se anota que este "apiñamiento" contribuyó a que la guambreada se sintiera autosuficiente –sin sentir la necesidad de abrirse a nuevas amistades—con comportamiento cerrado al momento de enfrentar nuevas presencias. A pesar de estos escollos, es innegable que esta carga familiar ha contribuido en el afianzamiento de valores y comportamientos (sentido de pertenencia, actitud generosa y compartidora, sensibilidad social, búsqueda de caminos alternativos, etc.).

[3] Esta repasada por las "vertientes" adheridas --así como el sin número de anécdotas compartidas durante el encuentro familiar—constan de manera explícita y detallada en el valioso trabajo de sistematización elaborado, como ya se dijo, por Mateo (Espinosa).

RECAPITULANDO…

Existe similitud de estrato social y económico con las nuevas familias que vinieron a engrosar el núcleo inicial. Como denominador común, todas han atravesado vaivenes en su situación económica y su superación ha contado con el soporte de la unión, la austeridad, la creatividad y la mano tendida.

Lo transitado no es fruto del azar sino de la fe, dedicación y empuje de unos pocos, que, comandados por nuestro Mono, se pusieron la camiseta de la caja. Hoy enfrentamos la urgencia de levantar la consigna: todos somos la selección, convirtiendo a la corresponsabilidad en bandera de nuestra Portada.

Pasar de un núcleo único a los ocho actuales, evidencia nuestra actual diversidad (de criterios, personalidades, opciones de vida). La tarea es la de convertir a la diversidad en fortaleza y no en amenaza, lo que pasa por agudizar el respeto al otro. Algunos manifiestan que el espacio no presta oídos a las voces disonantes, lo que coarta la participación (verbal, se inhiben a expresar su criterio, o de acción, al no sentirse "tocados" por las decisiones tomadas). Con base en la construcción de mínimos comunes la Portada tiene que ser incluyente, donde todas las voces se sientan acogidas. ¿Es posible arribar a mínimos comunes, o necesariamente los disensos deben someterse a la mayoría? ¿Cómo garantizar la inclusión -conjunción armónica- de todas las visiones? ¿hay que limar las diferencias o cavar un cuenco donde todas las diversidades se sientan cómodas y acogidas? Afinar la puntería con relación a conceptos como: mayoría-minoría, consenso-disenso.

Las asambleas son espacios que no favorecen la participación. Necesidad de construir espacios de diálogo donde se encuentren e interactúen, sin premuras de tiempo, visiones diferentes, tratando de que la harina de esta molienda incorpore y se enriquezca con nuevos ingredientes, o creando –a su vez- espacios de molienda entre afines. Estos espacios afines pueden constituirse por intereses y visiones o por grupos etarios, respondiendo a sus necesidades específicas.

Junto con el respeto (que no la manida tolerancia), la confianza, la transparencia y la corresponsabilidad son elementos imprescindibles en la consolidación de la Portada. La construcción de la confianza tiene tres elementos. 1. Objetivos comunes; 2. Reconocimiento y respeto a la diferencia, y 3. Corresponsabilidad: todos somos y hacemos la Portada.

Refrescar la composición de la directiva: sangre nueva que se nutra con la savia sabia de los mayores.

ANTES DEL CERRAR LA PUERTA[4]

La unión y la mano tendida se observa como constante en la tradición, tanto del núcleo primario como de los que luego se fueron arrimando.

La batea donde ha reposado la tradición es la familia. Un tronco familiar que con el tiempo se fue ampliando, ramificando, diversificando….

Lo leudado en esta batea es nuestro, nos pertenece, es de nuestra propiedad.

Y si traviesamente unimos las palabras en negrilla (tradición, familia y propiedad), que las nuevas generaciones se pregunten si acaso nuestro porta estandarte algo tendrá que ver con los escuderos de Fátima, otrora apostados en los principales barrios de La Mariscal??

[4] Este sugestivo acápite propuesto por nuestro insigne y manteño sistematizador, en lugar de cerrarlas, abre las puertas a nuevas y seguramente encarnadas disquisiciones…..!!!.

Anexo E: Estatutos Portada Bethania

Este documento foi cedido pela cooperativa. Redigido em 2014, estes estatutos nunca foram oficializados. O documento não foi traduzido, encontrando-se no idioma original.

ESTATUTOS DE LA CAJA DE AHORRO Y PRÉSTAMO

"BETHANIA"

CAPÍTULO I: DE LOS FINES

Art. 1. La Caja de Ahorro "Bethania" es una asociación de derecho privado, con finalidad social y sin fines de lucro y fundamenta su organización y funcionamiento en los principios de solidaridad familiar y en las determinaciones establecidas en la Ley de Economía Popular y Solidaria y su reglamento.

Art. 2. La Caja "Bethania" tiene por objeto contribuir a crear mejores condiciones de vida de sus socios, a partir de fondos de prestación de servicios alternativos al mercado. Al momento existen los siguientes: de ahorro y crédito, de salud, de vehículos y de educación, pudiendo a futuro crearse otros.

Art. 3. La Caja "Bethania" tiene su domicilio en la ciudad de Quito.

Art. 4. La duración de la Caja "Bethania" es indefinida. Para su disolución se requiere la voluntad de las dos terceras partes de sus miembros, acordada en asamblea extraordinaria convocada para tal fin.

Art. 5. Podrán ser asociados de la Caja "Bethania" todos los miembros de la familia Gangotena Granizo; es decir, todas aquellas personas que mantengan un vínculo familiar de consanguinidad o afinidad con los miembros del núcleo compuesto por los ocho hermanos Gangotena Granizo que hubieren aportado el valor del fondo patrimonial establecido por la Asamblea General. Todos los socios recibirán los mismos beneficios.

Art. 6. Se pierde la condición de asociado:

a. Por separación voluntaria.
b. Por fallecimiento del asociado.
c. Por exclusión acordada en asamblea de socios, con el 75% de los votos.
d. Por terminación del vínculo conyugal con el asociado. Para los casos de pérdida de la condición de asociado que habla este literal, el 50% del fondo patrimonial podrá ser transferido a un miembro nuevo y directo del núcleo familiar, siempre que el ex asociado estuviere al día en su aporte patrimonial.

Art. 7. El asociado que voluntariamente decidiere retirarse deberá hacerlo por escrito, pudiendo solicitar su reingreso en un plazo no menor de seis meses, mediante solicitud escrita dirigida al y aprobada por el Consejo de Administración.

Art. 8. El patrimonio de la Caja “Bethania” estará constituido por:

a. El aporte patrimonial de los asociados, cuya cuantía será establecida en asamblea general de socios, pudiendo ser incrementada cuando así lo decida la asamblea general.

b. Los beneficios netos obtenidos por la Caja “Bethania”, como producto de la prestación de servicios o de las operaciones financieras que realice con el fondo patrimonial así como los bienes que se adquiera.

Art. 9. Los Fondos de la Caja “Bethania” serán depositados en instituciones bancarias o entidades de ahorro y préstamos de solvencia garantizada.

Art. 10. Los excedentes anuales generados por los servicios prestados estarán orientados a: (i) mejoramiento de los servicios a los asociados; (ii) gastos de operación que aseguren el eficiente funcionamiento de la Caja; y, (iii) incremento del fondo patrimonial para inversiones. Los porcentajes de esta distribución deberán ser acordados por la asamblea general de socios, debiendo en todo caso sujetarse a las siguientes consideraciones generales:

a. Mejoramiento de los servicios. Para el caso del fondo de ahorro y préstamo el mejoramiento se refiere a la ampliación del monto de crédito o fijación de nuevas tasas de interés por concepto de ahorro o préstamo, que otorguen mayor beneficio a los socios, con relación a los valores con que opera el mercado. Para el caso del fondo de salud el mejoramiento se concretará en la ampliación de los servicios y de la cobertura, montos de reposición, etc., mientras se cubre el monto definido por el cálculo actuarial, y para el de vehículos el mejoramiento alude a la ampliación de la cobertura, reducción de la prima, entre otros.
   En el caso del fondo de vehículos, y con base en un cálculo actuarial, la Comisión del Fondo de Vehículos definirá la cuantía de respaldo requerida para el cumplimiento de los posibles siniestros que se presentaren por parte de los asegurados al fondo. En tal virtud, los excedentes anuales no entrarán a la distribución de la que trata este artículo.
b. Gastos de operación. Este valor cubrirá los costos de funcionamiento, especialmente en lo referido a un monto de reconocimiento a quién o quienes cumplen funciones administrativas de la Caja. El porcentaje destinado a gastos de operación no sobrepasará el 25% del total de los excedentes. Este monto deberá ser previsto en el presupuesto anual de la Caja.
c. Incremento del fondo patrimonial. El porcentaje destinado a este rubro no podrá ser menor al 35% del total de los excedentes anuales.

CAPÍTULO II: DE LA DIRECCIÓN Y ADMINISTRACIÓN

Art. 11. El funcionamiento y administración de la Caja se regirá:

a. Por la ley de Economía Popular y Solidaria y su Reglamento.
b. Por los Estatutos y reglamentos internos, debidamente aprobados en asamblea general de socios.
c. Por las resoluciones adoptadas por la asamblea general de socios.

Art. 12. Los órganos administrativos y de control de la Caja son:

a. La asamblea general de socios.
b. El Consejo de Administración
c. El Consejo de Vigilancia.
d. Las comisiones de los fondos.

CAPÍTULO III: DE LA ASAMBLEA GENERAL

Art. 13. La asamblea general de socios es la máxima autoridad de la Caja y sus decisiones son de cumplimiento obligatorio para todos los miembros, siempre que esas decisiones cumplan con lo establecido en la Ley de Economía Popular y Solidaria y su reglamento.

Art. 14. La asamblea se constituye legítimamente con la presencia de la mitad más uno de sus asociados o representados.

Art. 15. La participación en la asamblea tiene el carácter de personal, pudiendo considerarse la "representación" en caso de enfermedad, ausencia del país, o fuerza mayor.

Art. 16. Las sesiones de la asamblea serán ordinarias o extraordinarias y serán convocadas por el Consejo de Administración con, al menos, siete días de anticipación. Si el Consejo no hiciere la convocatoria dentro del plazo antes fijado o cuando así lo solicite el 25% de los asociados dentro de un plazo de siete días de solicitada la asamblea, deberá convocarla el Consejo de Vigilancia.
La asamblea ordinaria se reunirá una vez al año, dentro de los tres primeros meses del año, con el fin de conocer los informes de los consejos de Administración y de Vigilancia y de las comisiones de los fondos. Las asambleas extraordinarias serán convocadas cuando así lo considere necesario el Consejo de Administración, o a solicitud del 25% de socios.

Art. 17. Las asambleas estarán dirigidas por el presidente del Consejo de Administración; en su ausencia la presidirá el secretario o quien designe la asamblea.

Art. 18. Las decisiones de la asamblea serán tomadas por mayoría simple (la mitad más uno), salvo en el caso de disolución, liquidación o fusión, para lo cual se requiere la aprobación de las dos terceras partes de los asociados.

Art. 19. Son funciones privativas de la asamblea:

a. Modificar los Estatutos y aprobar reglamentos de funcionamiento de la Caja y de los fondos.
b. Aprobar la creación o cierre de los fondos.
c. Decidir los porcentajes de distribución de utilidades de acuerdo a lo establecido en el Art. 10 de estos estatutos, una vez aprobados los estados financieros presentados por el Consejo de Administración
d. Conocer y decidir sobre las reclamaciones de los asociados con respecto a los actos u omisiones del Consejo de Administración y del Consejo de Vigilancia.
e. Elegir y remover a los miembros de los consejos de Administración y de Vigilancia, así como fijar los valores tomados del porcentaje de gastos operativos para efectos del reconocimiento económico para los directivos.
f. Destituir o aceptar la renuncia de los miembros de los consejos de Administración y de Vigilancia.

g. Autorizar al Consejo de Administración realizar las Inversiones en instrumentos financieros debidamente garantizados que no ofrezcan riesgos y de rápida recuperación, en instituciones financieras de solidez comprobada
h. Aprobar los estados financieros, el plan anual de actividades, el presupuesto de ingresos, gastos e inversiones presentados por el Consejo de Administración.
i. Conocer y decidir sobre cualquier otro asunto que le sea especialmente sometido por los asociados, los consejos de Administración y de Vigilancia y los fondos.
j. Acordar la disolución, liquidación, fusión o escisión del fondo de ahorro y préstamo.

Art. 20. Las decisiones de la asamblea, serán documentadas en actas firmadas por los miembros del Consejo de Administración, en las que se incluya el registro de asistentes.

CAPÍTULO IV: DEL CONSEJO DE ADMINISTRACIÓN

Art. 21. La dirección y administración de la Caja estará a cargo del Consejo de Administración, integrado por un presidente, un tesorero, un secretario y los coordinadores de los fondos de servicios, elegidos en la asamblea general. El tesorero del Consejo de Administración será, a su vez, el coordinador del Fondo de Ahorros y Préstamos.
Las dignidades del Consejo de Administración, así como los del Consejo de Vigilancia y coordinadores de los fondos, durarán dos años en sus funciones, pudiendo ser reelectos de manera indefinida.

Art. 22. El Consejo de Administración se reunirá con carácter ordinario al menos una vez cada tres meses y, extraordinariamente, para resolver los asuntos que requieran una inmediata solución. Todas las resoluciones deberán constar en el libro de Actas del Consejo de Administración.

Art. 23. Los miembros del Consejo de Administración son solidariamente responsables de los acuerdos tomados por ellos. Quedan excluidos de esta responsabilidad los que hubieren salvado su voto, debidamente registrado en el acta respectiva.

Art. 24. El Consejo de Administración tendrá a su cargo la administración y dirección de la Caja, correspondiéndole:

a. Cumplir y hacer cumplir los presentes Estatutos, reglamentos, resoluciones o acuerdos de la asamblea general de socios.
b. Dictar los acuerdos, resoluciones y directrices necesarias para la buena marcha de la Caja.
c. Difundir entre los socios el informe y balance general de su ejercicio anual, con anterioridad a la asamblea.
d. Convocar a asambleas, ordinaria o extraordinaria, cuando el caso lo exija.
e. Someter a consideración de la asamblea la planificación de actividades y el presupuesto de ingresos y egresos de la Caja en cada ejercicio económico. Esa propuesta incluirá los porcentajes de distribución previstos en el Art. 10 de estos Estatutos.
f. Disponer las adquisiciones necesarias así como los gastos imprevistos que se presentaren.
g. Realizar las inversiones autorizadas por la asamblea debidamente garantizadas, que no ofrezcan riesgo, de rápida recuperación y de alto rendimiento.

Art. 25. Para efectos contables, el ejercicio económico comenzará el 1 de enero y terminará el 31 de diciembre, al final del cual se elaborará el balance general y el respectivo estado de ganancias y pérdidas.

CAPÍTULO V: DE LOS DEBERES DE LOS MIEMBROS DEL CONSEJO DE ADMINISTRACIÓN:

SECCIÓN I: Del presidente

Art. 26. El presidente del Consejo de Administración es el ejecutor inmediato de las decisiones de la Asamblea y del Consejo de Administración, y le están especialmente encomendadas las siguientes funciones:

a. Representar a la Caja en su gestión diaria, y frente a terceros.
b. Coordinar la gestión de las comisiones de fondos,
c. Suscribir la correspondencia oficial de la Caja,

SECCIÓN II: Del secretario

Art. 27. Corresponde al secretario las siguientes atribuciones y deberes:

a. Firmar junto con el presidente las convocatorias para las asambleas ordinarias o extraordinarias y para las reuniones del Consejo de Administración.
b. Llevar el archivo de actas y comunicaciones, elaborar las actas de las sesiones de la asamblea y del Consejo de Administración.
c. Las demás atribuciones que le fije el Consejo de Administración relacionadas con su cargo.
d. Dar seguimiento a las resoluciones tomadas por la Asamblea General de Socios y el Consejo de Administración.

SECCIÓN III: Del tesorero

Art. 28. Corresponden al tesorero las siguientes atribuciones y deberes:

a. Suscribir, conjuntamente con el presidente, los cheques, contratos, y demás documentos de carácter económico-financiero en los que la Caja intervenga.
b. Llevar la contabilidad del Fondo de Ahorro y Préstamo.
c. Velar porque los comprobantes de egresos e ingresos sean conservados, ordenados y archivados en estricto orden cronológico.
d. Realizar los pagos autorizados por el Consejo de Administración y los valores correspondientes a reembolsos aprobados por los fondos.
e. Presentar periódicamente los documentos que fueren exigidos por los órganos de control (SRI, SEPyS, etc.).
f. Elaborar, al final de cada año, los estados financieros correspondientes (balance general y estado de ganancias y pérdidas) y presentarlos en la siguiente asamblea anual de socios.
g. Realizar mensualmente las conciliaciones bancarias.
h. Las demás atribuciones que le fije el Consejo de Administración.

CAPÍTULO VI: DEL CONSEJO DE VIGILANCIA

Art. 29. El Consejo de Vigilancia es el órgano encargado de velar por el cumplimiento de las decisiones de la asamblea, los estatutos de la Caja, sus reglamentos y de todo aquello establecido en la Ley de Economía Popular y Solidaria, así como del correcto funcionamiento, administración y buen manejo de los haberes de los asociados. Igualmente deberá fiscalizar periódicamente la actividad económica y contable de la Caja.

Art. 30. El Consejo de Vigilancia estará integrado por tres (3) miembros, quienes serán designados por la asamblea general de socios. De producirse la ausencia permanente de uno de ellos, los dos restantes, conjuntamente con el Consejo de Administración, elegirán el sustituto entre los miembros de la Caja.

Art. 31. Son atribuciones y deberes del Consejo de Vigilancia:

a. Realizar por lo menos una vez cada dos años arqueos de caja.
b. Revisar periódicamente la documentación correspondiente a préstamos, a fin de verificar su observancia a lo dispuesto en los presentes Estatutos.
c. Velar porque la información sobre el estado de las cuentas de los socios les sea accesible.
d. Suscribir, conjuntamente con los responsables, el balance general y el estado de ganancias y pérdidas y presentar a la asamblea general ordinaria, el informe anual acerca de los resultados obtenidos con motivo de su actuación.
e. Asistir a las asambleas ordinarias y extraordinarias.
f. Presentar al Consejo de Administración y a la Asamblea General Ordinaria las observaciones y estudios que juzgue pertinentes, para el funcionamiento y buena marcha de la Institución.
g. Cumplir cualquiera otra función que le encomiende la Asamblea General y aquellas determinadas en la LEPS.

CAPÍTULO VII: DE LOS FONDOS DE PRESTACIÓN DE SERVICIOS

SECCIÓN I. De los fines y objetivos

Art. 32. Los fondos constituyen el mecanismo a través de los cuales la Caja de Ahorro "Bethania" operacionaliza la prestación de servicios a sus asociados. Al momento están en funcionamiento los fondos de Ahorro y Préstamos, de Salud, de Vehículos y de Educación.

Art. 33. Es objetivo prioritario de los fondos alcanzar un nivel de liquidez económica que les permita responder con eficiencia la prestación de los servicios ofertados a sus asociados, así como, a mediano plazo, lograr el mejoramiento de los mismos, en términos de ampliación de sus montos de cobertura y creación de nuevos campos de servicios.

SECCIÓN II. Del funcionamiento interno

Art. 34. Para el funcionamiento de los fondos se elaborarán los respectivos reglamentos bajo los principios y valores que rigen la Caja "Bethania" y que son (i) justicia, equidad y solidaridad, (ii) eficiencia en el presente y sostenibilidad en el tiempo, (iii) armónica combinación de la demanda individual con el interés colectivo. Éstos serán aprobados por la asamblea general de socios de la Caja "Bethania".

Art. 35. Los fondos serán administrados por una comisión coordinadora, integrada por tres miembros del respectivo fondo, elegidos en la asamblea general de socios.

Art. 36. Son funciones de las comisiones de los fondos:

a. Llevar el funcionamiento interno de los mismos.
b. Promocionar el servicio para la inclusión de nuevos socios.
c. Calificar las solicitudes de ingreso, informar periódicamente a los socios sobre la marcha del fondo.
d. Conocer, resolver, tramitar las solicitudes de reembolso presentadas, e informar al tesorero del Fondo, para el respectivo pago.
e. Crear y acompañar el funcionamiento de las comisiones internas que nombrare.
f. Presentar informes trimestrales al Consejo de Administración y el informe anual a la asamblea general de socios.

Art. 37. En caso de considerarse la conveniencia de la liquidación de un fondo, la respectiva Comisión de Coordinación presentará a la Asamblea General de Socios, para su aprobación, un informe que sustente dicha liquidación. De resolverse la liquidación, la asamblea procederá a nombrar una comisión encargada de proceder a la liquidación y a la devolución de fondos a sus asociados, si es que hubiere lugar.

SECCIÓN III. De los socios

Art. 38. Podrán ser miembros de los fondos todos los integrantes de la Caja “Bethania” que presentaren por escrito su solicitud de ingreso, asumiendo con responsabilidad sus obligaciones y ejerciendo a plenitud sus derechos. Anualmente los socios procederán a la renovación de su póliza.

Art. 39. Los fondos contemplan la posibilidad del retiro temporal o permanente de sus socios, debiendo en ambos os casos notificarse por escrito a la comisión coordinadora del respectivo fondo.

CAPÍTULO VIII: DE LA LIQUIDACIÓN DE LA CAJA “BETHANIA”

Art. 40. La Caja se disolverá por cualquiera de las siguientes causales:

a. Por imposibilidad manifiesta de cumplir su objeto social.
b. Por voluntad de la asamblea de socios y con el 75% del quórum legal.
c. Por inactividad de la Caja por el lapso de un año o porque la situación económica no le permita continuar con sus operaciones.

Art. 41. Cuando la disolución fuera acordada por la asamblea, el Consejo de Administración comunicará a los organismos competentes sobre la decisión tomada. La asamblea nombrará una comisión liquidadora conformada por tres socios y un representante del organismo competente. Esta comisión deberá presentar a la Superintendencia de EPyS el proyecto de liquidación, en un plazo no mayor de sesenta días siguientes a su designación.

Art. 42. La comisión liquidadora procederá a cancelar las obligaciones contraídas por la Caja o fondos de servicios.

Estos Estatutos fueron discutidos y aprobados en Asamblea General Ordinaria celebrada el día 20 de noviembre de 2014 y en Asamblea General Extraordinaria del 27 de septiembre de 2014, celebradas en la sede de la Caja Bethania.